

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

JOSÉ EVANDO VIEIRA DE MELO

O AÇÚCAR NO CAFÉ
AGROMANUFATURA AÇUCAREIRA E
MODERNIZAÇÃO EM SÃO PAULO (1850-1910)

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

O AÇÚCAR NO CAFÉ
AGROMANUFATURA AÇUCAREIRA E
MODERNIZAÇÃO EM SÃO PAULO (1850-1910)

JOSÉ EVANDO VIEIRA DE MELO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

São Paulo

2009

A Lucas e Elida, sobrinhos queridos

Agradecimentos

À professora Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini, por todos esses anos de convívio e ensinamentos, com quem venho aprendendo a conhecer melhor a sociedade brasileira.

À minha irmã Zefinha, presença de todas as horas. e à doce Érica.

À Professora Dra. Raquel Glezer, pelas contribuições críticas em meu exame de qualificação.

Ao Professor Dr. Lélío Luiz de Oliveira, pela amizade e pelo diálogo intelectual.

Ao geógrafo e amigo Edilson, a quem devo a confecção dos mapas.

Àqueles que, ao longo desse percurso, tenho tido o prazer de privar da amizade e do conhecimento, desejando que esse convívio perdure: Ana Nemi, Ana Luisa, Augusto, Paulo, Rodrigo, Pablo, Lucas, Luís Otávio, Igor, Lincon, Joana Monteleone, Maximiliano, Gustavo Accioli, Rosângela, Avanete, Regina.

Aos jovens amigos da Cátedra Jaime Cortesão: Patrícia, Natália, Bruno e Joaquim.

Aos amigos de sempre, Robson, Rogério, Gutemberg, Sueli, David, Rubênia, Mário, Priscila, Maria, Patrícia, Miltoninho.

À Marli, que sempre me socorre nas horas difíceis, e à pernambucana Maria.

Ao novo amigo Douglas, pelas trocas de experiências.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do IEB, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional. Aos amigos e funcionários do Museu Republicano de Itu: Jonas de Souza, Anicleide e Cristina. À D. Dalva, do Arquivo Público de Lorena, que tão bem me recebeu e muito me auxiliou. Aos jovens estudantes estagiários do Centro Martha Watts, em Piracicaba. Aos e funcionários dos Tabelionatos de Piracicaba e Capivari.

À CAPES, pela concessão da bolsa, sem a qual esse trabalho não seria possível.

Por fim, gostaria de agradecer à meiga Sara, pelo carinho desses anos.

RESUMO

A agromanufatura canavieira foi responsável pela transformação da Capitania de São Paulo em área de exportação, nas últimas décadas do período colonial. Após a independência, o café foi introduzido no Vale do Paraíba e no Litoral Norte, regiões tributárias do porto do Rio de Janeiro, e no final da década de 1820, já constituía a principal lavoura comercial dessa área. A produção e exportação de açúcar do Oeste Paulista, voltada para o mercado externo, se expandiu até meados do século XIX. Baseada sobre o braço escravo, carregou para Província milhares de escravos africanos. Na década de 1840, senhores de engenho do Oeste introduziram a lavoura cafeeira em larga escala, em suas propriedades, fazendo com que a exportação de café superasse a de açúcar pelo porto de Santos, em 1850. A partir desse momento, a agromanufatura escravista canavieira converteu-se ao mercado interno, abastecendo o complexo cafeeiro. Muitos desses engenhos escravistas, da segunda metade do século XIX, introduziram uma lavoura de exportação sem abandonar a produção de derivados de cana, transformaram-se em propriedades de produção mista. Após duas décadas de regressão, a produção açucareira paulista voltou a crescer, no final dos anos de 1870. O novo crescimento se deu, no entanto, nos quadros da grande indústria capitalista, baseada em tecnologia avançada e trabalho assalariado. Entre 1878 e 1910, foram inaugurados mais de dez engenhos centrais em São Paulo, responsáveis por mais de 90% da produção de açúcar do Estado, no final do período. Este trabalho visa estudar essa agromanufatura açucareira escravista voltada para o abastecimento interno, após o fim do tráfico atlântico de cativos, e a criação e consolidação dessa primeira agroindústria sucroalcooleira moderna em São Paulo.

Abstract

In the late colonial period, sugarcane “agromanufatura” turned the Província of São Paulo into an exportation area. After that, in the Independence period, the coffee plantation penetrated the “Vale do Paraíba” and North Coast regions – both linked to the port of Rio de Janeiro – and, in the late 1820s, coffee represented its main commercial crop. The production of sugar in “Oeste Paulista” – aimed at the export market – had been expanded by the middle of the nineteenth century and thousand of African slaves formed its working force. In the 1840s, planters of “Oeste” started to plant coffee on a large scale, and by 1850 its exportation had overcome that of sugar at the port of Santos. Thereafter, the slave-based sugarcane “agromanufatura” moved towards the internal market, supplying the coffee production. Many of the “engenhos”, in the second half of the nineteenth century, became properties of mixed production, developing, at the same time, exportation and production of sugar derivatives. After two decades of decline, the sugarcane production in São Paulo increased again in late 1870. It was only possible, however, within the frames of the great capitalist industry, based on advanced technology and wage labor. Between 1878 and 1910, more than ten “engenhos centrais” were opened in São Paulo, and it was responsible for more than 90% of sugar production in the Província, at the end of the period. This thesis aims to study slave-based sugar agromanufatura related to the internal market, after the end of Atlantic slave trade, and after the creation and the consolidation of this first modern “agro” sugarcane in São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PARTE I A LAVOURA DE EXPORTAÇÃO E A CONVERSÃO DA AGROMANUFATURA AÇUCAREIRA PARA O MERCADO INTERNO	
Capítulo 1 - A lavoura escravista açucareira de exportação em São Paulo	25
Capítulo 2 – O café e a reconfiguração da lavoura canavieira	60
Capítulo 3 - Produção açucareira paulista para ao mercado interno e a expansão do mercado consumidor	90
Capítulo 4 – Engenhos, canaviais e escravos - 1844-1888	121
PARTE II - A MODERNIZAÇÃO DA AGROMANUFATURA AÇUCAREIRO PAULISTA	
Capítulo 5– As transformações no mercado mundial e na lavoura açucareira do Brasil	161
Capítulo 6 - Origens do capital e trajetórias das companhias açucareiras paulistas	212
Capítulo 7 - A mudança técnica e a evolução dos engenhos centrais paulistas	265
Capítulo 8 - A produção dos engenhos centrais	295
PARTE III - PROPRIEDADE FUNDIÁRIA, FORNECIMENTO DE CANA E TRABALHO	
Capítulo 9 - Fornecedores particulares	338
Capítulo 10 - Aquisição de terras e criação de colônias particulares	372
Capítulo 11 - Núcleos coloniais oficiais e a criação de pequenos fornecedores de canas	398
Capítulo 12 - Os trabalhadores do açúcar	424

CONCLUSÃO	453
FONTES E BIBLIOGRAFIA	459
ANEXOS	
Anexo 1 – Acionistas da Companhia Açucareira de Porto Feliz (1878)	478
Anexo 2 – Acionistas da Companhia Açucareira de Lorena (1885)	479
Anexo 3 – Credores em debêntures da Companhia Açucareira de Porto Feliz	480
Anexo 4 – Acionistas das Sucrerie de Piracicaba, Villa Raffard, Lorena e Porto Feliz (1901)	482
Anexo 5 – Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo	484
Anexo 6 – População e Estradas de Ferro em São Paulo (1874)	485
Anexo 7 – População e Estradas de Ferro em São Paulo (1900)	486

INTRODUÇÃO

A introdução da lavoura canavieira em São Paulo data do início da colonização portuguesa, na primeira metade do século XVI, quando o grupo de colonizadores portugueses, liderados pelo donatário Martim Afonso de Souza, construiu alguns engenhos para a produção de açúcar. Em 1534, existiam seis engenhos em funcionamento no litoral vicentino, ampliados para onze, em 1557. Não prosperou, no entanto, a produção desse gênero nem a lavoura de exportação em terras paulistas, nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa. O desenvolvimento da produção de açúcar no Norte da Colônia levou à decadência a produção vicentina, pois seus engenhos estavam reduzidos a quatro, em 1585, e foram desativados no início do século XVII. Sobreviveu apenas uma pequena produção local de rapadura e aguardente para consumo interno.¹

Os portugueses subiram a serra, ocuparam o planalto e os bandeirantes desbravaram o sertão, descobrindo as famosas minas de ouro. A colonização se interiorizou nas áreas de mineração, no século XVIII, e a Capitania paulista se transformou num dos centros abastecedores das regiões auríferas.² A imensa Capitania foi fragmentada e subordinada ao Rio de Janeiro. Com o declínio da produção aurífera e a restauração da Capitania, sob o governo do Morgado de Mateus, na década de 1760, teve início o projeto de implantação da lavoura canavieira nas regiões de “serra acima”, na depressão periférica do Oeste Paulista e no Vale do Paraíba.³

¹ Suely Robles Reis de Queiróz, Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXI, 1967, pp. 112-117.

² Veja Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo, Brasiliense, 2.000. Idem. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. John Manuel Monteiro. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

³ Sobre a implantação e expansão da agromanufatura açucareira em São Paulo veja: Lucila Herrmann. *Evolução da Estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo, IPE/USP, 1986. Alfredo Ellis Junior. *A Economia Paulista no Século XVIII: o ciclo do muar e o ciclo do açúcar*, São Paulo, Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1979. Maria Thereza Schorer Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 – 1851)*, São Paulo, Difusão européia do livro, 1968. Luís Lisanti Filho, *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (o exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e Porto Feliz – 1798-1828/9)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1962. (DOUTORADO EM HISTÓRIA). Suely Robles Reis de Queiróz. Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXI, 1967, pp 109 – 277. Sobre o governo do Morgado de Mateus e a autonomia da Capitania veja: Heloísa L. Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

Os esforços da Coroa portuguesa, associada à elite local, resultaram na criação da agromanufatura açucareira que conectou a Capitania ao mercado mundial, nos últimos decênios do século XVIII. Juntos, criaram a infra-estrutura viária e portuária para dar vazão ao fluxo crescente de mercadorias para o porto de Santos, especialmente no difícil caminho da serra do mar e na várzea do rio Cubatão, e implantaram a produção de açúcar nas regiões de “serra acima”, fora dos limites estreitos da planície litorânea. Os produtores do Vale do Paraíba utilizavam os caminhos abertos para o escoamento do ouro, no século XVIII, já que seus produtos eram remetidos para o Rio de Janeiro.⁴

A implantação e consolidação da agromanufatura escravista açucareira, nas últimas três décadas do século XVIII, se deu nos quadros da crise do Antigo Sistema Colonial. no bojo do processo de industrialização européia, que transformaram as economia escravista colonial em produtoras de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial e consumidoras de produtos manufaturados. Dessa forma, a produção de açúcar em São Paulo e o renascimento agrícola das outras áreas exportadoras do Brasil fazem parte de um novo padrão de colonização, engendrado pela Metrópole⁵.

O declínio da produção de açúcar das áreas francesas do Caribe, gerado pelo processo revolucionário que atingiu metrópole e colônias, abriu novas perspectivas para a antiga lavoura de exportação da colônia portuguesa e para a nascente exportação de açúcar paulista. A ampliação do mercado internacional, gerada pelo desenvolvimento do processo de industrialização europeu e pela emancipação das colônias americanas, possibilitou a expansão da produção açucareira paulista e brasileira.⁶

A vinda da Monarquia portuguesa e a abertura dos portos, em 1808, permitiu a conexão direta da lavoura escravista mercantil ao capitalismo inglês, sem a intermediação da antiga Metrópole. Vencido o tumultuado período napoleônico, a agromanufatura açucareira paulista cresceu em número de unidades e escala de produção, devorando matas, expulsando posseiros e importando escravos africanos.

⁴ Pablo Oller Mont Serrath. *Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

⁵ José Jobson de Andrade Arruda. *O Sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial*. in: História de Portugal. José Tengarrinha (org.). Bauru, Edusc; São Paulo, Unesp; Portugal, Instituto Camões, 2001, pp. 245-263.

⁶ Sobre o impacto da revolução na colônia francesa de São Domingos no comércio mundial de produtos como o açúcar e o café veja: Manuel Moreno Fraginals. *O Engenho: complexo econômico social cubano do açúcar*. São Paulo, Unesp/Hucitec, 1988/1989. 3 vols. Herbert S. Klein. *A escravidão Africana: América Latina e Caribe*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

No Vale do Paraíba, a expansão açucareira foi freada, na terceira década do século XIX, pela implantação da lavoura cafeeira, fazendo declinar a produção de açúcar. O mesmo ocorreu no litoral norte, local de importante produção de derivados de cana, no final do século XVIII e início do XIX. Na década de 1830, existiam, nas áreas de “serra acima” de São Paulo, duas lavouras exportadoras bem delineadas: o café, no Vale do Paraíba, e a cana-de-açúcar, no Oeste Paulista. Na década de 1840, “engenheiros de assucar” de Jundiaí, Campinas, Limeira e Rio Claro introduziram cafezais em grande escala em seus engenhos, reduzindo a produção de açúcar. A ampliação da agromanufatura açucareira nos outros municípios da região, Itu, Mogi Mirim, Porto Feliz, Piracicaba, Capivari e Tietê, no entanto, sustentou a expansão dupla das duas culturas, no Oeste, até meados do século. Nos primeiros anos da década de 1850, as duas lavouras dividiam as terras e os escravos do Oeste Paulista. O café, no entanto, assumiu a liderança na pauta de exportação pelo porto de Santos, o escoadouro da produção da região, em 1850-1851.⁷

A produção de açúcar mudou a fisionomia da agricultura e da população colonial paulista. Assentada sobre o trabalho escravo, a nova produção foi responsável pela entrada de milhares de cativos africanos na Província, especialmente no Oeste, até o fim do tráfico atlântico, em 1850. O escravismo da agromanufatura canavieira de exportação em São Paulo tinha um enlace com capitalismo industrial europeu, pelo qual era dinamizado e para o qual produzia.⁸ A acumulação de riqueza em terras e escravos, além da criação da infra-estrutura viária e portuária para exportação, com milhares de animais de carga, permitiu a rápida implantação da lavoura cafeeira no Oeste Paulista.

A agromanufatura açucareira escravista mercantil paulista viveu seu apogeu nas décadas de 1840 e 1850, quando perdeu a supremacia da produção na região do Oeste para o café, após o fim do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. O café apresentava melhores perspectivas no mercado mundial, portanto, maiores condições de acumulação. A escolha se mostrou acertada, pois o café não encontrou concorrentes à altura. A produção de açúcar continuou a financiar a introdução da lavoura cafeeira, cuja expansão levou a lavoura canavieira a duas décadas de regressão, a partir de 1855.

⁷ Alfredo Ellis Junior. *Op. cit.*, pp. 136-137. Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. cit.*, pp. 62-63.

⁸ Florestan Fernandes. *A Sociedade Escravista no Brasil*. In *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1976, capítulo I.

O estabelecimento do complexo cafeeiro escravista de exportação, em São Paulo garantiu a sobrevivência de importante agromanufatura açucareira, também escravista, até o fim da escravidão, e criou mercado para colocação de parte do açúcar do Norte. O açúcar paulista deixou o mercado externo e passou a ser comercializado internamente. A lavoura canavieira teve que se adaptar ao novo cenário da economia da Província, conectando-se ao café. A partir dos anos 1860, os senhores de engenho paulistas não conseguiam mais abastecer seu próprio mercado e a Província passou a importar açúcar do Norte açucareiro. A rentabilidade da economia escravista de São Paulo possibilitou a reposição e ampliação do número de escravos até os primeiros anos da década de 1880.

O rápido crescimento da exportação de café pelo porto de Santos atraiu o capital inglês para revolucionar o transporte terrestre entre o litoral e a região produtora do Oeste Paulista, na década de 1860. A inauguração da ferrovia ligando Santos à Capital, em 1865, resolveu o problema difícil do transporte na serra do mar, criando o funil ferroviário de exportação e importação que caracterizaria a Província. O trecho até Jundiá foi inaugurado dois anos depois. O fato desencadeou aquilo que Florestan Fernandes chamou de potencialidades capitalistas da grande lavoura escravista, imprimindo um conjunto de ações modernizadoras que iriam transformar a lavoura e a economia de São Paulo.⁹

A partir de então, os fazendeiros paulistas se engajaram no processo de modernização da lavoura escravista, mecanizando o setor de beneficiamento do café, concentrando braços escravos na lavoura. Envolveram-se, em seguida, na incorporação dos modernos empreendimentos ferroviários, transformando-se em grandes empresários do setor. Ricos cafeicultores, senhores de engenho (vários reúnem ambos na mesma pessoa) e comerciantes transmutaram-se em grandes homens de negócios. De imediato, não abdicaram do trabalho escravo, pelo contrário, intensificaram sua exploração em atividades mais restritas. Era justamente a intensificação da exploração do braço cativo que possibilitava a modernização, ampliando crescentemente as capacidades capitalistas da grande lavoura.¹⁰

⁹ Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, p.27. O autor apontou que o fim do estatuto colonial possibilitou a acumulação interna e re-investimento em outros setores econômicos. *Idem*, capítulos I e II.

¹⁰ Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, capítulo 3.

A expansão ferroviária levada a cabo por esse grupo, a partir da década de 1870, alargou a fronteira agrícola para o planalto ocidental paulista e atendeu toda a lavoura com um sistema moderno de transporte rápido e em grande escala. As ferrovias aumentaram a rentabilidade da lavoura escravista paulista, ao baixar os preços dos transportes, e liberou escravos para a agricultura em expansão. Esses, no entanto, não eram suficientes para atender essa expansão, e os fazendeiros os importaram dos centros urbanos, de outros municípios e províncias.

O resultado foi um aumento contínuo da exportação de café, da população e um novo crescimento da produção açucareira da Província. O crescimento da produção açucareira paulista, a partir da década de 1870, não se deu, no entanto, nos quadros da manufatura escravista, mas da grande indústria moderna capitalista baseada no trabalho livre assalariado: os engenhos centrais. Era, em maior escala, a mecanização do setor de beneficiamento, como ocorria na lavoura de café. A conversão da produção de açúcar de São Paulo e Rio de Janeiro ao mercado interno marcou o início do processo de transformações que atingiu a agromanufatura açucareira brasileira, ao longo da segunda metade do século XIX, resultando no fim do trabalho escravo e na instalação da grande indústria.

Essa modernização dos transportes e do beneficiamento operava uma contradição na economia mercantil escravista: ao mesmo tempo que a reforçava, criava as condições de sua superação, gerando setores de trabalho assalariado. A escravidão mercantil gerava seu contrário, o capitalismo.¹¹

O cenário internacional favorável à expansão da produção açucareira brasileira, na primeira metade do século (desestruturação da produção das colônias francesas, expansão do mercado consumidor e tráfico abundante de escravos africanos), mudou completamente, na segunda. O tráfico de escravos cessou, a produção caribenha aumentou, com a instalação da grande indústria, e a produção de açúcar de beterraba dominou o mercado europeu. O mercado continuou se expandindo, mas não para o açúcar brasileiro. O complexo açucareiro do Norte do Império, pois o Sul já convertera sua produção para o mercado interno, enfrentava a contingência de concorrer, no

¹¹ Para a superação da economia mercantil escravista veja Florestan Fernandes. *A Sociedade Escravista no Brasil*. In *Círculo Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1976, capítulo I. João Manuel Cardoso de Mello. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1998, capítulo I.

mercado mundial, com a produção altamente desenvolvida da Europa, protegida ainda por subsídios estatais e tarifas alfandegárias, e com a produção cubana, muito mais mecanizada do que a brasileira, na qual existiam investimentos e interesses dos norte-americanos.

A crise da lavoura açucareira de exportação aprofundou-se com o início da grande depressão mundial, a partir de 1873, que derrubou ainda mais o preço do açúcar. A modernização do setor aparecia como solução, na década de 1870, para a redução dos custos de produção e para a reconquista de parte do mercado externo.¹² Sem recursos para modernizar sua lavoura, a elite do setor açucareiro recorreu ao Governo imperial, em busca de auxílios para a realização de tal projeto. É nesse contexto de crise mundial, queda de preços, perda dos mercados externos e emancipação gradual dos escravos, que tem início no Brasil a implantação da grande indústria açucareira, a partir de 1875. Criação do mundo industrial do século XIX, a grande indústria reinventou as técnicas de produção do açúcar, superando a manufatura colonial. Toda a planta produtiva foi mecanizada, a cozinha do engenho foi substituída pelo cozimento nos tríplexes efeitos a vapor e o grande tendal de purgação pelas turbinas. É o domínio da máquina. A nova maquinaria gera uma nova arquitetura, nova escala de produção e de produtividade, acompanhada de novas relações de produção.¹³

O auxílio imperial veio através da política de subsídio de juros à construção de engenhos centrais, política já implantada, com sucesso, na instalação das ferrovias. O Estado garantia juros de 7% ao ano sobre o capital investido e isenção de impostos de importação de máquinas.¹⁴ O Império não fez distinção entre as áreas exportadoras e não exportadoras. Embora produzido no Norte e no Sul, o açúcar tinha peso econômico diferente nas duas regiões. No Norte, constituía a principal fonte de riqueza, ocupando a

¹² Para a grande depressão, iniciada em 1873, veja Eric Hobsbawm. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 65-66. Alice Canabrava. “A Grande Lavoura.” *HGCB, O Brasil Monárquico, Tomo II, v. 4. P. 126 e seguintes*. Evaldo Cabral de Mello. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1999, pp. 110-111.

¹³ Manuel Moreno Fraginals. *OP. cit.*, v. 1, capítulo V. José Honório Rodrigues. A revolução industrial açucareira. *Revista Brasil Açucareiro*. Fevereiro, 1946, pp81-85; março, 1946, pp. 35-39; abril, 1946, pp. 103-107. Ruy Gama. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1983. Miguel Costa Filho. Engenhos Centrais e Usinas, *Revista do Livro*, Rio de Janeiro. Pp. 83-91.

¹⁴ Decreto Nº 2.687 de 06/11/1875. Coleção de Leis do Império do Brasil. Jonas Soares de Souza. *Engenho e Técnica: Legislação sobre engenhos centrais, 1875-1910*. São Paulo, Museu Paulista, 2000. Para a análise da tramitação do projeto no Parlamento veja Evaldo Cabral de Melo. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999, Capítulo A açucarocracia pernambucana e os engenhos centrais.

liderança na pauta de exportação; enquanto no Sul perdera a primazia para o café, ocupando papel secundário na economia da região, deixando de ser remetido para o mercado externo. Tal situação deixou o Norte agrário mais vulnerável à crise mundial, pois seu produto tinha poderosos concorrentes no mercado mundial, o que não ocorria com o café.

Em meio à crise de mercado para o açúcar brasileiro, da queda dos preços e encarecimento do braço escravo veio à luz a política modernizadora dos engenhos centrais. Esses representavam a modernidade na produção açucareira de então. Invenção do capitalismo industrial europeu, o engenho central mecanizou completamente a manufatura do açúcar com máquinas a vapor e cozimento a vácuo, subordinando o trabalhador do açúcar ao ritmo da máquina. Centralizava a produção dos engenhos tradicionais com a produção em grande escala e aumento do rendimento cana/açúcar. Foi implantado nas colônias francesas e inglesas do Caribe no processo de reorganização da lavoura canavieira, após o término da escravidão.

No Brasil, a introdução do engenho central representou intervenção técnica e social na manufatura escravista. Para subsidiá-lo, o Governo Imperial exigiu a separação entre a indústria e a agricultura, além da proibição do trabalho escravo na construção e operação das novas unidades instaladas. A escravidão foi relegada à lavoura. A política imperial permitiu a participação do capital externo no processo e as concessões para as províncias do Norte caíram nas mãos de especuladores ingleses, gerando um conflito entre a elite dos senhores de engenho e aqueles pelo domínio do processo de modernização e do controle da produção.

Em São Paulo, foram implantados seis engenhos centrais, até a queda da Monarquia, em 1889, iniciando o processo de instalação da grande indústria açucareira. Quatro vinculados à política imperial. Faltava à lavoura paulista, no entanto, resolver o problema da mão-de-obra, com a desagregação do escravismo. A solução foi encontrada no financiamento público da imigração européia, lançando milhares de imigrantes no complexo cafeeiro paulista. A corrente imigratória supriu a nascente agroindústria canavieira de mão-de-obra.

A expansão cafeeira e o boom demográfico criaram o cenário propício para novos investimentos na agroindústria açucareira, que já havia iniciado a produção de álcool, no final do século: amplo mercado consumidor, mão-de-obra abundante e barata

e queda nos preços do café, graças à superprodução. O novo cenário estadual atraiu o capital externo também para o setor canavieiro, enquanto ricos cafeicultores diversificaram seus investimentos instalando grandes engenhos centrais, na primeira década do século XX. Em 1910, existiam onze dessas unidades, em São Paulo, e a décima segunda estava sendo montada.

Nesse trabalho estudamos a agromanufatura canavieira escravista paulista voltada para o abastecimento do mercado interno e a instalação da agroindústria sucroalcooleira, com sua configuração tecnológica e social do setor. O recorte temporal inicia-se em 1850, ano no qual a exportação de açúcar é superada pela do café. A partir deste ano, a produção açucareira paulista converteu-se para abastecer seu próprio mercado. Encerra-se em 1910, quando se consolida a produção nos padrões da grande agroindústria moderna.

Não vingou, no Brasil, a grande indústria açucareira separada da lavoura de cana, padrão criado pelos engenhos centrais. No período, em São Paulo, engenho central denominava a grande unidade mecanizada, vinculada ou não à política estatal, tendo ou não lavoura própria de cana. Quando o Coronel Francisco Schmidt montou uma grande indústria açucareira, em 1906, em Sertãozinho, denominou-a Engenho Central Schmidt. Assim é concebido o engenho central nesse estudo. Os casos que surgiram com a produção separada, como aqueles que já foram instalados tendo produção verticalizada e o processo de verticalização de alguns daqueles serão discutidos ao longo do trabalho.¹⁵

Não existem estudos sobre a agromanufatura escravista açucareira paulista da segunda metade do século XIX. Os poucos trabalhos feitos sobre essa agromanufatura escravista concentram-se no período compreendido entre a restauração da Capitania, com o Morgado de Mateus, em 1765, e meados do século XIX. É o período

¹⁵ Miguel Costa Filho demonstrou como os dois termos, engenhos centrais e usinas eram usados indistintamente para significar os dois tipos de empresas, em várias Províncias, antes do desaparecimento do termo engenho central. O termo usina passou a designar a grande indústria com produção verticalizada. Idem. *Engenhos Centrais e Usinas*. Rio de Janeiro, *Revista do Livro*, 1966, pp. 83-91. Mesmo a documentação oficial, às vezes, utilizava o termo usina para designar engenho central e vice-versa. Caso houve da utilização do termo usinas centrais. Nada mais esclarecedor do que o Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João Baptista Pereira, Presidente da Província de S. Paulo passou a administração ao 2º Vice Presidente Exc. Sr. Barão de Três Rios em 1879. *Typographia a vapor do Diário de Santos*. Nele, as informações sobre o engenho central de Porto Feliz apareciam sob o título USINA DE PORTO FELIZ. Em todo o período aqui estudado, os estudiosos da Secretaria da Agricultura de São Paulo usavam indistintamente os dois termos para ambos significados.

denominado de ciclo do açúcar paulista, cunhado por Alfredo Ellis Júnior, em 1950.¹⁶ O interesse maior no estudo da lavoura de exportação e a existência dos maços de população para esse período, de certa forma, condicionaram esse recorte, além da dimensão que tomou a lavoura cafeeira de exportação. Esta visão de um ciclo do açúcar que é substituído por um novo ciclo, agora do café, marcou os trabalhos posteriores. Dois anos antes, em 1948, Lucila Hermann, em seu grande trabalho sobre Guaratinguetá, cunhou a expressão Ciclo dos Engenhos, capítulo no qual a autora mostrou o desenvolvimento da lavoura canavieira de exportação naquela localidade.¹⁷

A década de 1950 suscitou interesses pelo estudo do estabelecimento e desenvolvimento da lavoura canavieira de exportação em São Paulo.¹⁸ Em 1962, surgiu o trabalho de Maria Thereza Petrone, *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda. Na apresentação que fez para a publicação destaca o orientador: “uma das lacunas mais importantes da história paulista, relativa ao desenvolvimento da lavoura canavieira desde fins do século XVIII até meados do seguinte, só agora principia a chamar a atenção de estudiosos do nosso passado. Fora de São Paulo e de um reduzido círculo de pesquisadores, poucos sabem que a indústria açucareira representou, no período citado, um dos poderosos esteios econômicos da Capitania, depois Província, só rivalizando com a atividade das tropas e tropeiros que abasteciam muares e bovinos, trazidos do sul e negociados nas feiras de Sorocaba.” E acrescenta o autor: “Nesse sentido, o trabalho que se vai ler (...) representa verdadeiramente obra pioneira”.¹⁹

A obra de Petrone é primordial para entender a agromanufatura escravista açucareira paulista, até 1850. Abarca todos os seus aspectos: as regiões produtoras, a fazenda e o engenho, as técnicas de cultura e de produção, o senhor e o escravo, a estrutura fundiária, a construção da rede de transporte, os volumes da produção, os agentes desse processo e os mercados consumidores. Mostra como a agromanufatura açucareira ligou São Paulo ao mercado mundial, à grande lavoura e ao escravismo,

¹⁶ Alfredo Ellis Junior. “A Economia Paulista no Século XVIII”, *Boletim N° 11 de História da Civilização*, FFLCH/USP, São Paulo, 1950.

¹⁷ Lucila Herrmann. *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo, IPE/USP, 1986, Capítulo: Ciclo dos Engenhos 1775-1836.

¹⁸ Sobre a Historiografia a respeito de São Paulo Colonial e o interesse pelo núcleo exportador, nos anos 1950, e 1960 veja Ilana Blaj. *A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, Fapesp, 2002, capítulo I.

¹⁹ Sérgio Buarque de Holanda. In: Maria Thereza Petrone. *Op. cit.* Apresentação.

abrindo caminho para a grande lavoura do café, no período de constituição e expansão da exportação de açúcar, 1765-1851.²⁰

Na mesma época, dois trabalhos buscaram aprofundar os aspectos econômicos de São Paulo. Lisanti Filho, em 1962, mostrou a conexão entre as vilas açucareira de Campinas, Itu e Porto Feliz com o comércio externo e o capitalismo europeu, nas três primeiras décadas do século XIX, através da exportação de açúcar. Trabalho mais restrito, no tempo e no espaço, do que o de Thereza Petrone, realizou importante contribuição no entendimento das mudanças demográficas ocorridas nesses municípios, devidas à introdução da lavoura canavieira. Em 1966, Suely Robles Reis de Queiróz apresentou, um panorama geral da agromanufatura canavieira no período colonial. Trabalho amplo, a exemplo do de Thereza Petrone, demonstra a importância da lavoura canavieira para o desenvolvimento econômico da Capitania paulista, estudando os vários aspectos dessa atividade.²¹

Estudos mais específicos, como o de Sérgio Buarque de Holanda,²² surgiram a partir da década de 1970, como o trabalho de Eni Mesquita, sobre o papel do agregado em Itu, um dos principais municípios açucareiros paulistas. Nesse trabalho a autora aprofunda o entendimento das relações sociais entre os homens livres dentro do contexto da lavoura canavieira.²³ Maria Luiza Marcílio, com sua grande pesquisa sobre o crescimento da população e da evolução agrária, superou a visão de crise paulista durante o século XVII, e demonstrou a dinamização que a produção de açúcar provocou em São Paulo.²⁴

Warren Dean analisou o papel do açúcar no desbravamento e desenvolvimento da grande lavoura naquele município, corroborando Thereza Petrone, sobre a importância da lavoura canavieira para o posterior desenvolvimento cafeeiro. Em Rio

²⁰ Maria Thereza Schorer Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 – 1851)*, São Paulo, Difusão européia do livro, 1968.

²¹ Luís Lisanti Filho, *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (o exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e Porto Feliz – 1798-1828/9)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1962. (DOUTORADO EM HISTÓRIA). Suely Robles R. de Queiróz. Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXI, 1967, pp 109 – 277.

²² “É possível que, se a autora tivesse podido contar com uma ou mais monografias acerca da matéria por ela escolhida, outros teriam sido os métodos de abordagem.” Sérgio Buarque de Holanda. *Op. cit.*, apresentação.

²³ Eni de Mesquita Samara. *O papel do agregado na região de Itu*, São Paulo, FFLCH/USP, 1976. (dissertação de mestrado). Idem. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo, Edusp, 2005.

²⁴ Maria Luísa Marcílio. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista. (1700-1836)*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 2.000.

Claro, a produção açucareira não atingiu os volumes alcançados em Itu ou Campinas e logo implantou a cultura do café.²⁵ Peter Eisenberg, após grande pesquisa sobre o processo de modernização açucareira em Pernambuco, estudou a transformação de Campinas de uma freguesia de lavoura de subsistência em grande centro produtor de açúcar, até 1829. Realizou importante estudo sobre os senhores de engenho e as transformações agrícolas e demográficas de suas propriedades.²⁶

O desenvolvimento da Demografia Histórica, nos programas de pós graduação, veio contribuir para o melhor conhecimento da sociedade e da economia paulista, no período da lavoura escravista mercantil. As pesquisas de Francisco Vidal Luna trouxeram à luz as estruturas demográficas da manufatura açucareira: estrutura da posse de cativos, idades, sexos, casamentos, atividades dos etc. O autor realizou, junto com Herbert Klein, um extenso trabalho sobre a evolução da economia e da sociedade paulista, no período de 1750 a 1850, utilizando as listas nominativas. Trabalho importante para se compreender o desenvolvimento da lavoura escravista mercantil em São Paulo e suas relações com a produção dos diversos gêneros alimentícios de abastecimento interno.²⁷

A partir das listas nominativas, fontes por excelência para quem estuda a primeira metade do século XIX, e dos registros de terras, Carlos de Almeida Prado Bacellar estudou a formação e o sistema de transmissão da fortuna das famílias dos senhores de engenho paulistas, até o ano de 1855. Livro fundamental para a compreensão da formação da elite paulista dos senhores de engenho, dos arranjos familiares e das estratégias desenvolvidas para a transmissão da riqueza.²⁸

Seguindo os estudos de reconstituição de famílias e concentração de riqueza na área açucareira, três novos estudos focalizaram os municípios de Campinas e Porto Feliz, aprofundando o conhecimento do evoluir econômico e demográfico de ambos, na primeira metade do século XIX. Roberto Guedes estudou as alianças buscadas entre os

²⁵ Warren Dean. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro, Pz e Terra, 1977.

²⁶ Peter L. Eisenberg. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.

²⁷ Francisco Vidal Luna. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, 13 (1), 211-221, jan.-abril/ 1980. Idem. Características Demográficas dos Escravos em São Paulo (1777-1829). In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, 22 (3), set.-dez., 1992. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

²⁸ Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista*. Campinas, CMU/Unicamp. 1997.

grupos de cores diferentes e apontou a existência de mobilidade de alguns pardos, chegando estes ao cobiçado posto de senhor de engenho. Paulo Teixeira mostrou os arranjos familiares e a migração na constituição das famílias livres no período áureo da lavoura escravista açucareira de Campinas, enquanto Dora Paiva Costa estudou o ciclo de vida e a transmissão da herança.²⁹

Em estudo recente, Pablo Mont Serrath analisou os dilemas e conflitos entre os administradores colônias e a elite paulista, na formação e consolidação da agricultura açucareira de exportação.³⁰

Outras pesquisas recentes, que focalizam o estudo de municípios, embasados em fontes documentais como as listas nominativas, inventários e testamentos, vêm contribuindo para a melhor compreensão do que ocorria com a manufatura açucareira após o fim do tráfico, à medida que ampliam o recorte temporal para abarcar todo ou quase todo o período escravista do oitocentos. Não são trabalhos exclusivos sobre o açúcar, mas demonstram sua permanência em terras paulistas até o momento de sua transformação. Destacam-se os trabalhos de Renato Leite Marcondes, que estudando o processo de acumulação na economia cafeeira em Lorena, apontou a sobrevivência e a acumulação de riqueza da produção açucareira; e o de Leonel de Oliveira Soares, que estudou a economia escravista de Mogi Mirim, durante o século XIX.³¹

O grande desenvolvimento da agroindústria do açúcar gerou novo interesse no estudo do tema em São Paulo e vários pesquisadores buscam compreender as origens da agroindústria paulista. Pedro Ramos, um dos pesquisadores da agroindústria em São Paulo e no Brasil, apontou assim a falta de estudos sobre a produção açucareira em São Paulo, quando ela é convertida para o mercado interno: “se o período entre 1765 – 1851 foi bem coberto pelo trabalho de Schorer Petrone, o período posterior, que vai da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, constitui um

²⁹ Tese de Doutorado. Roberto Guedes Ferreira. *Pardos: Trabalho, Família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005. Paulo Eduardo Teixeira. *A Formação das Famílias livres e o processo migratório: Campinas, 1774-1850*. São Paulo, FFLCH/USP, 2005. (Tese de Doutorado). Dora Isabel Paiva da. *Herança e Ciclo de Vida: um estudo sobre família e população. (Campinas, São Paulo, 1765-1850)*. Niterói, UFF, 1997. (Tese de Doutorado).

³⁰ Pablo Oller Mont Serrath. *Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

³¹ Renato Leite Marcondes. *A arte de Acumular na Economia Cafeeira: Lorena*, São Paulo, FEA/USP, 2002. (tese de doutorado). Leonel de Oliveira Soares. *No Caminho dos Goiaes: formação e desenvolvimento da economia escravista em Mogi Mirim do século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 2003. (Mestrado em História)

verdadeiro fosso para quem quer saber o que estava ocorrendo com a agroindústria canavieira em São Paulo. Isso é facilmente explicável, embora não justificável do ponto de vista historiográfico, já que todas as atenções se voltam para o que estava ocorrendo com o café.³²

Alguns estudos, abordando determinados aspectos dessa nascente agroindústria, foram realizados. Piracicaba tornou-se local privilegiado de estudo, pelo seu importante papel na modernização do setor açucareiro e pela existência de sua Escola de Agricultura. Sílvia Sampaio mostrou a importância da agroindústria açucareira para o desenvolvimento industrial daquele município, no qual teve origem grande indústria de equipamentos para a produção de derivados de cana, enquanto Eliana Tadeu Terzi estudou as relações de trabalho e o controle social no setor, na Primeira República. Jonas Soares de Souza mostrou o pioneirismo do município de Porto Feliz, na instalação dos engenhos centrais em São Paulo, e realizou levantamento da legislação da referida Companhia.³³

Sylvio Carlos Bray, em seu estudo sobre a formação do capital na agroindústria paulista, superou a visão de ciclo durante o século XIX. Com o mesmo objetivo, José Evando Vieira de Melo contou a história do Engenho Central de Lorena, único do gênero no vale do Paraíba, durante os 20 anos nos quais esta empresa esteve em mãos da elite local, apontando a diversificação da economia desse município após a decadência da produção de café.³⁴

Tamás Szmrecsányi, após estudo clássico sobre o planejamento da agroindústria canavieira no Brasil, após 1930, se interessou pelas origens desse setor da economia de São Paulo, contribuindo para a compreensão da participação do Governo regional na criação de um sistema de instituições científicas ligadas à agricultura que contribuíram

³² Pedro Ramos. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1999, p. 60.

³³ Sílvia Selingardi Sampaio. *Geografia industrial de Piracicaba: um exemplo de interação indústria-agricultura*. São Paulo, Instituto de Geografia, USP, 1976. Jonas Soares de Souza, O engenho central de Porto Feliz, *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXV, São Paulo, USP, 1971-1974, pp. 23-43. Idem. *Uma empresa pioneira em São Paulo : o engenho central de Porto Feliz*. São Paulo, USP/ Museu Paulista, 1978. Eliana Tadeu Terzi, *Agroindústria canavieira de Piracicaba: relações de trabalho e controle social, 1880-1930*, São Paulo, PUC/SP, 1991, (Dissertação de mestrado).;

³⁴ Sylvio Carlos Bray. *A Formação do Capital na Agroindústria açucareira de São Paulo: revisão de paradigmas tradicionais*. Rio Claro/SP, IGCE/UNESP, 1989. Tese de Livre Docência. José Evando Vieira de Melo. *O Engenho Central de Lorena: modernização açucareira e colonização 1881-1901*. São Paulo, FFLCH/USP, 2003. (Dissertação de mestrado)

para o desenvolvimento da produção agrícola do Estado.³⁵ Já Roberta Barros Meira buscou compreender o desenvolvimento da agroindústria canavieira em São Paulo, a partir da instalação dos engenhos centrais, correlacionado às políticas estatais para o seto.³⁶

Procuramos, com esse estudo, contribuir para o preenchimento daquele fosso apontado por Pedro. O trabalho está dividido em três partes.

Na primeira, apresentamos a agromanufatura escravista mercantil açucareira de exportação em São Paulo, dos finais do século XVIII e primeira metade do século XIX, a partir a bibliografia sobre o assunto e de pesquisas em fontes diretas das décadas de 1840 e 1850. Procuramos mostrar a expansão da lavoura canavieira, da escala de produção dos engenhos e do número de escravos. Preocupamo-nos em apresentar a constituição das Vilas açucareiras e os mercados consumidores do açúcar paulista. Em seguida, apresentamos a introdução do café nos engenhos, a expansão cafeeira e da população, a conversão da agromanufatura açucareira para o mercado provincial, a produção e importação de açúcar. Um capítulo sobre os engenhos escravistas de alguns municípios, suas dimensões, seus canaviais e escravos encerra a primeira parte.

Na segunda parte, estudamos o processo de modernização da produção açucareira, com a instalação dos engenhos centrais. Analisamos os grupos responsáveis por esse processo, a trajetórias das Companhias, o padrão técnico implantado e a produção dessa grande indústria. Inicialmente, discutimos a expansão da agromanufatura escravista brasileira, ao longo do século XIX, sua modernização e exclusão do mercado externo, que lançou as várias áreas açucareiras na disputa pelo mercado do Centro-Sul.

No último módulo, abordamos as várias modalidades de abastecimento de cana aos engenhos centrais desenvolvidas no período, a posse da terra e as diferentes experiências de trabalho no campo e nas fábricas. Buscamos entender como fornecedores particulares, empresas e senhores proprietários de engenhos centrais

³⁵ Tamás Szmrecsányi. Agrarian bourgeoisie, regional government and the origins of São Paulo's modern sugar industry, 1870-1930, *Cadernos IG/ Unicamp*, v. 2, n. 1, 1992.; Tamás Szmrecsányi & Alceu Arruda Veiga e Filho. "O ressurgimento da Lavoura Canavieira em São Paulo na Primeira República, 1890-1930". *Travesía*, Nº 2, Primeiro semestre de 1999, pp.67-81 (Tucumán/Argentina), 1999.

³⁶ Roberta Barros Meira. *Bangüês, Engenhos Centrais e Usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação as políticas estatais (1875-1941)*. São Paulo, FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

solucionaram o problema da mão-de-obra, após o fim da escravidão. Por fim, um capítulo que buscou descobrir quem eram, quantos eram e como trabalhavam os primeiros operários da grande indústria açucareira paulista.

PARTE I

A LAVOURA DE EXPORTAÇÃO E A CONVERSÃO DA AGROMANUFATURA AÇUCAREIRA PARA O MERCADO INTERNO

CAPÍTULO 1 - A LAVOURA ESCRAVISTA AÇUCAREIRA DE EXPORTAÇÃO EM SÃO PAULO.

No meio século final da colonização portuguesa em terras americanas, foi implantada, na região de ‘serra acima’, como se dizia, a lavoura escravista mercantil açucareira que conectou a Capitania de São Paulo ao mercado mundial, especialmente nos Vales dos rios Tietê, Piracicaba e Mogi Guaçu, região que ficou conhecida como o “oeste” paulista, durante o século XIX.³⁷

Os municípios de Jundiaí, Itu, Porto Feliz, Campinas, Piracicaba, Capivari e Mogi Mirim se transformaram nas principais localidades produtoras e exportadoras de açúcar, durante toda primeira metade do século XIX.

A antiga Vila de Itu, situada no Vale do Rio Tietê, a cerca de 100 km da cidade de São Paulo, primeira e única Vila fundada na depressão periférica, no século XVII, foi o lócus de implantação dessa nova lavoura de exportação, contando 25 engenhos, em 1766. São engenhos com pequenos plantéis de escravos e produção de 100, 200 arrobas, no máximo 400. João Leite Penteado possuía o maior plantel, com 22 cativos.³⁸

Seguiu-lhe Jundiaí, Vila mais próxima à Capital da Província, localizada cerca de 60 km desta, no planalto atlântico, antes do declínio para a depressão periférica, fundada um ano depois de Itu, em 1655. Nessa localidade foram levantados mais de 50 engenhos, no último quartel do século XVIII, em especial em sua freguesia de Campinas, mais além, já nas primeiras léguas da depressão.³⁹

Ao norte da Freguesia de Campinas, ao longo do caminho de Goiás, no Vale do rio Mogi Guaçu, fundou-se a Vila de Mogi Mirim, em 1769. Em torno da Vila, a mais

³⁷ Sobre esse desenvolvimento da lavoura canavieira em São Paulo, no final do século XVIII, veja Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, *HGCB, O Brasil Monárquico*, Tomo II, V. 2, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964, p.p. 415-472, p.p. 419-420. Maria Thereza Petrone, *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, p.p. 9-53. Suely Robles Reis Queiróz. Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXI, 1967, pp. 129-153. Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, Edusp, 2005.

³⁸ Suely Robles Reis Queiróz, *Op. cit.*, p. 242.

³⁹ Suely Robles Reis Queiróz, *Op. cit.*, pp. 140-145.

de 160 km da Capital, e portanto, mais de 200 do porto de Santos, na depressão cortada por este rio Mogi Guaçu, foram levantados 30 engenhos, no final do século XVIII.⁴⁰

Para desenvolver a agricultura de exportação, os paulistas tiveram que vencer, além das distâncias, as dificuldades do transporte na serra do mar, para levar seus produtos aos portos de embarque. Os fazendeiros do Vale do Paraíba exportavam pelas Vilas do litoral norte e pelo Rio de Janeiro, enquanto os do oeste o faziam pela de Santos, que se transformou no porto de toda área interiorana tributária da capital. Muito contribuiu para a melhoria do transporte na serra do mar a construção da calçada do Lorena, estrada de pedra que ligava o planalto ao litoral, concluída em 1792, por Bernardo José de Lorena.⁴¹

Foi durante o Governo de Bernardo José de Lorena, 1788-1797, que o açúcar transformou a economia da Capitania paulista, criando as condições para o desenvolvimento da lavoura de exportação. Do porto de Santos podiam sair, no ano de seu Governo de 1797, 12 navios para Portugal, carregados de açúcar, arroz e outros gêneros.⁴² A partir desse momento, não mais parou de crescer a lavoura de exportação em São Paulo. As famílias mais influentes se apossavam da terra, através das concessões de sesmarias. Essas, frequentemente, eram fragmentadas e vendidas para a instalação de novos engenhos.

As Vilas de Itu, Jundiaí e Mogi Mirim eram os centros irradiadores dessa nova agromanufatura escravista de exportação. O crescimento do número de engenhos resultava na ocupação de novas áreas, dentro da depressão periférica e às margens dos rios da região, levando ao desmembramento de freguesias e à formação de novas Vilas, dominadas pelo pequeno grupo de ‘engenheiros de assúcar’. Assim se constituíram, em 1797, as Vilas de Porto Feliz e de São Carlos das Campinas, desmembramentos de Itu e Jundiaí, respectivamente.

A produção paulista de açúcar alcançou 198.483 arrobas em 1799, realizada em mais de 400 engenhos. A maior parte, 135.069 arrobas, 68%, fora fabricada nas seis

⁴⁰ Maria Thereza Petrone, *op. Cit.*, p. 51. Para fundação e desmembramentos das Vilas veja Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico e Evolução Agrária Paulista*. São Paulo, Editora Hucitec, capítulo 9.

⁴¹ Sérgio Buarque de Holanda, *Op. Cit.*, pp. 418-419. Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. Cit.*, pp. 192-193.

⁴² Sérgio Buarque considerou exagero os doze navios. *Op. Cit.*, p. 419. Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. Cit.*, pp. 114-115.

Vilas do oeste: Jundiaí, Itu, Porto Feliz, São Carlos (Campinas), Mogi Mirim e Sorocaba, que juntas concentravam 274 unidades.⁴³ A produção encontrava-se concentrada em três das seis localidades acima, que produziam mais de 60% desse açúcar: Itu, Porto Feliz e Campinas. A quantidade produzida nos outros três municípios do Oeste era de pequena monta, pois Jundiaí perdeu a maioria dos seus engenhos com o desmembramento de Campinas e Mogi Mirim constituía área de fronteira agrícola, cujos engenhos estavam sendo instalados. Essa região constituiria a principal produtora de açúcar durante todo o século seguinte.

O quadro abaixo demonstra a implantação da agromanufatura açucareira de exportação nesses municípios, nas últimas décadas do setecentos, mas também aponta a pequena escala de produção desses engenhos, ao findar o século XVIII. Em nenhum município se atingia média de 700 arrobas por engenho, variando de 117,6 em Mogi Mirim a 666,78 em Porto Feliz.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NO OESTE PAULISTA, 1799							
Açúcar em arrobas							
	Itu	Porto Feliz	Campinas	Jundiaí	Mogi Mirim	Sorocaba	Total
Engenhos	113	46	37	25	30	23	274
Açúcar	73.506	30.672	16.875	4.750	3.528	5.738	135.069
Média	650,50	666,78	456,08	190	117,6	249,48	492,95

Fonte: Maria Tereza S. Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, pp. 38-53.

A Vila de Itu já possuía uma agromanufatura consolidada com 113 engenhos e respondia por mais de 50% da fabricação de açúcar da região. Em Porto Feliz, que a pouco havia se desmembrado daquela, a média produzida em seus 46 engenhos era pouco superior à de Itu. Neste mesmo momento, os ituanos começaram a expandir essa lavoura para os Vales dos rios Piracicaba e Capivari, a norte da Vila.

Com o desmembramento de Campinas, Jundiaí se transformou em produtor secundário, sendo ultrapassado pela sua antiga Freguesia. Nesse ano, sua produção foi

⁴³ Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. Cit.*, pp. 41 e 152.

menor do que a de Sorocaba, que nunca teve papel relevante na produção açucareira paulista.⁴⁴ Mogi Mirim, Vila mais distante do porto de Santos, que seria o maior produtor de açúcar da Província, em meados do século seguinte, tinha uma produção de pequena escala nos seus 30 engenhos. A plantação escravista de exportação dava seus primeiros passos nas regiões de serra acima e prepara o terreno para a grande expansão do período imperial.

A plantação escravista de exportação no Vale do Paraíba também teve seu início com a cana de açúcar, no mesmo período. Guaratinguetá era o maior produtor da região, com 83 engenhos que fabricavam 9.091 arrobas de açúcar, em 1799, e o segundo possivelmente seria Jacareí, Vila na qual existiam 56 engenhos, seguida por Lorena, com 31 engenhos e 2.962 arrobas de açúcar. Taubaté e Pindamonhangaba possuíam 14 cada. A região possuía 155 engenhos de açúcar, em 1799, e sua escala de produção era bem inferior à das vilas de Itu, Porto Feliz e Campinas, sendo 109,5 arrobas em Guaratinguetá e 95,5 em Lorena. Não eram propriedades com produção exclusiva de cana e seus derivados. No litoral, destacava-se a Vila de São Sebastião, na qual existiam 37 engenhos produzindo cerca de 39.000 arrobas de açúcar, 1.054 por engenho, média superior a de todas as Vilas do Planalto, e 239 canadas de aguardente, em 1801.⁴⁵

Guaratinguetá produziu 9.532 arrobas de açúcar em 1805 e 12.340, em 1818, além de 1.680 barris de aguardente.⁴⁶ Mas na terceira década do século, no entanto, o Vale mergulhou na produção cafeeira, que dominou a paisagem dos morros da região até o fim da escravidão.

No Oeste, diferentemente do Vale do Paraíba, a agromanufatura açucareira se expandiu até o fim do tráfico internacional de escravos, em meados do século XIX, mesmo com a penetração do café, nas décadas de 1830 e 1840. As duas lavouras cresceram juntas, no conjunto das Vilas da região, nesse último período. Os engenhos de açúcar, na primeira metade do oitocentos, cresceram em número e em escala de produção.

Em 1808, quando da abertura dos portos com a chegada da família real portuguesa, existiam na Capitania de São Paulo 458 engenhos de açúcar, a maioria na

⁴⁴ Veja Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Viver e sobreviver em uma Vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Fapesp/Annablume, 2001, capítulo 4.

⁴⁵ Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. Cit.*, pp. 36 e 39.

⁴⁶ Suely Robles Reis de Queiróz. *Op. Cit.*, p. 148.

depressão periférica a oeste da Capital, mais de 200 em Itu, Campinas e Porto Feliz, e 601 alambiques produtores de aguardente.⁴⁷ A exportação, no ano anterior, fora de 183.660 arrobas de açúcar e 290 pipas de aguardente. A expansão dos canaviais tomava conta do Oeste paulista nas duas últimas décadas do período colonial, em especial com a normalização do comércio internacional, após o tumultuado período de guerras e bloqueios comerciais levado a cabo por Napoleão, e a exportação de açúcar pelo porto de Santos alcançou 294.267 arrobas, em 1818.⁴⁸

Campinas se transformou no principal centro de produção açucareira, nos anos que antecederam a independência. Em 1805, já dobrara a quantidade de açúcar produzido em seus 37 engenhos, que produziram 30.862 arrobas. Esses engenhos também moíam cana de 14 partidistas, produtores de cana que as levavam para moer em engenhos de outros, por não possuírem próprios.⁴⁹ Nos 13 anos seguintes, mais 23 engenhos foram levantados, chegando a 60 unidades, que fabricaram cerca de 100.000 arrobas, em 1818.⁵⁰ No ano da independência, fabricou 163.284 arrobas de açúcar, das quais exportou 162.000, além de 10.777 canadas de aguardente.⁵¹

Porto Feliz mais que triplicou a quantidade de açúcar produzida, nos 22 primeiros anos do século XIX. Essa pulou de 30.672 arrobas, em 1799, para 61.606, em 1817 e 98.253, em 1822, obtida em 86 engenhos.⁵² Esse número incluía os 19 engenhos da Freguesia de Pirapora, que produziram 20.576 arrobas, e os 32 de Freguesia de Piracicaba.⁵³ Esta, com o rápido crescimento do número de engenhos e da produção de açúcar, conseguiu a ereção da Freguesia à Vila, com o nome de Constituição, em 1822.

Surgiu, assim, mais uma Vila açucareira no Oeste. Em 1815, a Freguesia de Piracicaba, banhada pelo rio de mesmo nome, tributário da margem direita do Tietê, ao norte das Vilas de Itu e Porto Feliz, contava com 15 engenhos em plena produção e três anos depois, o levantamento dos bens rústicos já apontou 32. As férteis terras às margens do Piracicaba e do Corumbataí eram propícias para a lavoura da cana e o

⁴⁷ Suely Robles Reis de Queiróz. *Op. Cit.*, p. 137.

⁴⁸ Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. Cit.*, pp. 155-156.

⁴⁹ Suely Robles Reis de Queiróz. *Op. Cit.*, p. 250.

⁵⁰ Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. Cit.* p 48.

⁵¹ Suely Robles Reis de Queiróz, *Op. cit.*, p. 253.

⁵² Suely Robles Reis de Queiróz, *Op. Cit.*, p. 256. Roberto Guedes Ferreira. *Op. Cit.*, p. 19.

⁵³ Suely Robles Reis de Queiróz, *Op. cit.*, p. 256.

conseqüente levantamento de engenhos e no ano da autonomia a nova Vila já contava com a produção de 52 deles e 7 partidistas, no universo de 794 fogos.⁵⁴

O quadro de agricultores, elaborado por Lisanti Filho, aponta o crescimento do número de engenhos em Porto Feliz e especialmente em suas freguesias, nas primeiras décadas do XIX.

AGRICULTORES E SENHORES DE ENGENHO EM PORTO FELIZ, 1798-1828									
	Porto Feliz				Piracicaba		Pirapora		Capivari
agricultura	1798	1808	1818	1828	1808	1818	1818	1828	1828
agricultores	407	332	281	261	155	213	51	45	71
plantadores de cana	53	20	27	4	0	9	5	0	4
senhores de engenho	51	61	67	60	4	29	9	34	43
Total	511	413	375	325	159	251	65	79	118

Fonte: Luís Lisanti Filho, *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (o exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e Porto Feliz – 1798-1828/9)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1962. (DOUTORADO EM HISTÓRIA).

Jundiaí, após o desmembramento de Campinas, ampliou pouco o número de engenhos, mas aumentou a capacidade de produção dos mesmos, nas décadas finais do período colonial. Em 1816, existiam no município 23 unidades, com produção de 9.563 arrobas de açúcar; em 1822, eram 33 engenhos, fabricando 18.921 arrobas. Jundiaí se transformou em município mediano na produção açucareira da Província.

Itu, diferentemente de Jundiaí, continuava grande produtora e exportadora de açúcar, dentre as Vilas do oeste, mesmo com o desmembramento de parte de seu território. Nos primeiros 15 anos do século XIX, produziu e exportou cerca de 60.000 arrobas por ano. Nas safras seguintes, ampliou essa produção em quase 100%. Em 1817, produziu 72.052 arrobas, das quais 71.042 foram exportadas. No levantamento

⁵⁴ Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Período do Império*. Piracicaba –SP, Academia Piracicabana de Letras, 1975, pp. 72-74.

dos bens rústicos, do ano seguinte, foram computados 124 engenhos que produziram 106.162 arrobas e em 1822 a exportação alcançou 96.496 arrobas.⁵⁵

A cana de açúcar continuou se espalhando para o norte da depressão periférica, nas terras de Mogi Mirim, nesse mesmo período, transformando esse município também em grande produtor de açúcar, com a montagem de uma importante lavoura mercantil escravista, nos últimos anos do período colonial. Nessa Vila mais distante da capital e conseqüentemente do porto de Santos, foram instalados 48 engenhos de açúcar entre 1815 e 1825, somando um total de 76 unidades, neste último ano.⁵⁶

ENGENHOS, ESCRAVOS E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM SÃO PAULO, 1799					
Regiões	Nº de engenhos	Nº de escravos	Açúcar em toneladas	Produção por engenho	Escravos por engenho
Vale do Paraíba	206	1.639	244	1,2	8
Região da Capital	22	275	70	3,2	13
Oeste Paulista	260	4.621	1.929	7,4	18
Caminho do Sul*	24	514	85	3,5	21
Litoral	31	222	590	19,0	7
Total	543	7.271	2.918	5,4	13

Fonte: Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, EDUSP, p. 61.

* no caminho do Sul apenas as Vilas de Sorocaba e Itapetininga

A implantação da lavoura canavieira produtora de açúcar para exportação foi responsável pela introdução de grande quantidade de escravos negros em São Paulo, em especial no oeste, pois foi sobre o braço cativo que se montou a lavoura de exportação da região de ‘serra acima’, até poucos anos antes da abolição final. Nesta região, durante toda a primeira metade do século XIX, a atividade açucareira concentrou o maior número de cativos, de sorte que apenas após o final do tráfico internacional, em

⁵⁵ Suely Robles Reis de Queiróz. *Op. Cit.*, p. 244. Maria Thereza Schorer Petrone. *Op. Cit.*, p. 44.

⁵⁶ Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, Edusp, 2005, p. 65.

1850, a lavoura cafeeira passou a concentrar mais escravos do que a canavieira. No Vale do Paraíba, o café já era responsável pela importação de escravos desde a década de 1830.⁵⁷

O quadro montado por Vidal Luna e Herbert Klein mostra o peso da agromanufatura açucareira do oeste na concentração da escravaria da Capitania, em finais do século XVIII, momento de implantação da mesma. A região concentrava 4.621 cativos dos 7.271 dos engenhos da Capitania, em suas 260 unidades. A média de escravos por engenho atinge 18 indivíduos, dez a mais do que o Vale do Paraíba, nesse momento de implantação. Essa média era superada pela das Vilas de Sorocaba e Itapetininga, de 21 cativos, mas pela pequena produção de açúcar dessas Vilas, provavelmente esses cativos eram empregados com maior intensidade em outras atividades.

Essa escravaria estava distribuída de forma desigual pelas Vilas açucareiras do oeste. Itu, onde primeiro se estabeleceu a lavoura da cana, maior produtora de açúcar desse momento, concentrava a maior quantidade de escravos dentre os municípios da Capitania. Em 1778, 29% da população de Itu já eram de escravos, totalizando 1.743 almas.⁵⁸ Esse número atingiu 2.932 cativos, em 1798, enquanto Porto Feliz contava com 1.450 e Campinas com 793, nesse mesmo ano.⁵⁹ A maioria encontrava-se nos engenhos e nas fazendas dos plantadores de cana de partido, que detinham 1.040 escravos (72%) em Porto Feliz e 612 (77%) em Campinas.⁶⁰ Esses índices demonstram o peso que o setor da cana detinha na entrada de escravos nessa região. Com o desmembramento de Campinas Jundiá ficou com um plantel menor do que sua antiga Freguesia, 625 escravos, sendo 225 (36%) empregados nos seus 18 engenhos. Nessa última localidade, portanto, a maior parte dos escravos não se encontrava nos engenhos.⁶¹

Na primeira metade do século seguinte, o plantel de escravos na agromanufatura açucareira no oeste paulista foi ampliado pelo aumento do número de engenhos e da média de escravos dos mesmos, em ritmos diferentes em suas várias localidades,

⁵⁷ Sérgio Milliet. *Roteiro do café e Outros Ensaios*, São Paulo, Hucitec, 1982, p.p. 21, 40 e 48.

⁵⁸ Suely Robles Reis de Queiróz, *Op. Cit.*, p. 243.

⁵⁹ Luis Lisanti Filho. *Comércio e Capitalismo: o exemplo de três Vilas paulistas (Itu, Porto Feliz e Campinas)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1962. (Tese de Doutorado)

⁶⁰ Suely Robles Reis de Queiróz, *Op. cit.*, p. p. 159-60.

⁶¹ Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, EDUSP, p.p. 78-79.

transformando a estrutura demográfica das mesmas com o crescente aumento da população cativa. O aumento do tamanho dos canaviais e dos plantéis de escravos ampliou a escala de produção dos engenhos.

As tabelas elaboradas por Luis Lisanti Filho mostram o crescimento geral da população e as transformações demográficas geradas pela expansão da agromanufatura açucareira, em Itu, Porto Feliz e Campinas, nas três primeiras décadas do século XIX. Essas Vilas constituíam os principais centros produtores de açúcar, nesse período estudado pelo autor, e por conseguinte, concentravam o maior número de escravos.

A primeira questão a se observar é o aumento absoluto da quantidade de escravos e a crescente participação dessa população cativa no conjunto da população dessas Vilas, pois nelas a população cativa crescia a taxas maiores do que a população livre.

No caso de Itu não houve crescimento da população livre nesse período, pois a Vila perdia habitantes para as novas áreas que estavam sendo ocupadas com a lavoura da cana, no início do século XIX, nos municípios de Porto Feliz e Campinas e, depois da independência, Piracicaba. Vários membros de famílias ituanas foram responsáveis pela instalação de engenhos nessas localidades. O contingente de 3.826 pessoas livres, em 1798, caiu para 3.807, em 1829, após atingir 4.490, em 1808. Enquanto isso, a população escrava cresceu de 2.932 para 4.173 indivíduos, no mesmo período, incorporando 1.241 pessoas. O maior aumento ocorreu no primeiro decênio do século, quando o número de escravos alcançou 3.895, mantendo-se estável na seguinte, voltando a crescer, mas em ritmo menor, nos anos de 1820.

O resultado foi o constante aumento da participação da população escrava no cômputo geral. Menor do que a população livre, em 1798, com 43,4%, os cativos somaram 49,3%, em 1818, e a ultrapassou, em 1829, quando chegaram a 52,3%. Se olharmos apenas a população masculina, veremos que os grupos já se equivaliam, no final do século XVIII, e que, em 1808, o número de escravos (2.345) era superior ao de homens livres (2.043), o que demonstra o avanço da agromanufatura açucareira em Itu, no último quartel do oitocentos. Essa diferença ampliou-se nos anos seguintes, quando em 1829, os escravos compunham 61% da população masculina e 62,7% da escravaria ituana.

ITU - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA												
	LIVRES						ESCRAVOS					
	homem	%	Mulher	%	total	%	homem	%	mulher	%	total	%
1798	1.786	46,7	2.040	53,3	3.826	56,6	1.778	60,6	1.154	39,4	2.932	43,4
1807/8	2.043	45,5	2.447	54,5	4.490	53,5	2.345	60,2	1.550	39,8	3.895	46,5
1818	1.702	43,4	2.217	56,6	3.919	50,7	2.447	64,2	1.366	35,8	3.813	49,3
1829	1.660	43,6	2.147	56,4	3.807	47,7	2.616	62,7	1.557	37,3	4.173	52,3

CAMPINAS - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA												
Anos	LIVRES						ESCRAVOS					
	homem	%	Mulher	%	total	%	homem	%	mulher	%	total	%
1798	1.053	51	1.012	49	2.065	72,2	515	64,9	278	35,1	793	27,8
1807/8	1.717	50,5	1.683	49,5	3.400	70,2	946	65,5	498	34,5	1.444	29,8
1818	1.732	49,2	1.788	50,8	3.520	56,3	1.941	71	791	29	2.732	43,7
1829	1.500	49,9	1.509	50,1	3.009	39,2	3.264	70	1.401	30	4.665	60,8

PORTO FELIZ - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA												
Anos	LIVRES						ESCRAVOS					
	homem	%	Mulher	%	total	%	homem	%	Mulher	%	total	%
1798	1.271	48,8	1.333	51,2	2.604	64,2	869	59,9	581	40,1	1.450	35,8
1807/8	2.188	49,6	2.225	50,4	4.413	65,7	1.416	61,5	886	38,5	2.302	34,3
1818	3.529	49,3	3.358	50,7	6.617	65,3	2.287	65,2	1.223	34,8	3.510	34,7
1829	2.456	47,9	2.675	52,1	5.131	50,2	3.443	67,5	1.654	32,5	5.097	49,8

Fonte: Luis Lisanti Filho, *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (o exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e Porto Feliz – 1798-1828/9)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1962. (DOUTORADO EM HISTÓRIA).

Em Campinas existiam 701 escravos em 1798, elevados para 1.855 em 1815, numa população de 5.041 pessoas. Em 1822, os mesmos já somavam 3.506, dos quais 2.974 (84,83%) eram empregados nos 96 engenhos do município, constituindo média de 30 cativos por unidade, oito a mais do que os 22 em média de 1809.⁶² Dos 96 engenhos de Campinas em 1822, 10 possuíam plantéis entre 60 e 80 cativos, 18 entre 40 e 60 e 30 entre 20 e 40. Em um deles o plantel era de 163 escravos.⁶³

A produção média desses engenhos de Campinas elevou-se de 456 arrobas, no final do século XVIII, para 1.666, em 1818, e 1.683, em 1822. Era o resultado dessa concentração de escravos. A maior parte do açúcar, nesse último ano, era fabricada nos engenhos com os maiores plantéis.⁶⁴

A população escrava de Porto Feliz aumentou de 1.241, em 1798, para 1.985 em 1805 e 2.752 em 1815, empregando 1.630 (59,23%) deles na lavoura canavieira. Em 85 engenhos, 42 possuíam plantéis entre 20 e 50 cativos e três engenhos possuíam acima de 50 cativos (55, 64 e 67).⁶⁵ Em 1822, a população escrava de 3.227 somava 42,60% da população local. A produção média de seus engenhos pulou de 666 arrobas, no final do século XVIII para 1.260, neste ano. A média de 19 cativos de seus 48 engenhos, em 1798, subiu a 21,7, em 1815, e a 23,3, em 92 engenhos, no ano de 1820.⁶⁶

O aumento no número de engenhos de Jundiaí foi menor do que nessas outras localidades, portanto também o foram a produção de açúcar e o número de cativos, mas a escala destes também foi ampliada. A média de 13 cativos dos 18 engenhos de 1798 alcançou 26, em 1816, diminuindo para 22, seis anos mais tarde. A produção de açúcar por engenho aumentou de 166,66 arrobas para 573,36, no mesmo período, quando a quantidade de engenhos atingiu 33 unidades.

⁶² Suely Robles Reis de Queiróz, *Op. cit.*, pp. 207 e 214. Peter Eisenberg. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, 198, p. 352

⁶³ Suely Robles Reis de Queiróz, *Op. cit.*, pp. 207 e 214.

⁶⁴ Maria Tereza S. Petrone, *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, p.p. 38-53. 1822: Suely Robles Reis de Queiróz, p. 263.

⁶⁵ Suely Robles Reis de Queiróz, *Op. cit.*, p.p. 213 e 254-256.

⁶⁶ Roberto Guedes Ferreira. *Op. Cit.*, p. 22.

ENGENHOS, PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ESCRAVOS EM JUNDIAÍ, 1798-1836 (açúcar em toneladas)						
	1798	1810	1816	1822	1829	1836
Engenhos	18	11	23	33	35	27
Açúcar	3.000	3.533	9.563	18.921	18.267	21.066
Média	166,66	321,18	415,78	573,36	521,91	780,22
Escravos	225	243	598	724	1.170	1.108
Média	13	22	26	22	33	41

FONTE: Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, EDUSP, pp. 78-79.

Piracicaba já se desmembrou de Porto Feliz, em 1822, com 52 engenhos, nos quais existiam 1.108 escravos, o que equivalia a 21,3 por unidade.⁶⁷ Três anos depois, o município de Mogi Mirim apresentava plantel médio de 18,6 escravos em seus 76 engenhos. Desses, cinco não possuíam escravos, mas dez trabalhadores livres, ao todo. Eram pequenas enghocas familiares. Dois ‘engenheiros de assúcar’ da localidade possuíam mais de 100 cativos nos respectivos engenhos e juntos a mais quatro senhores com plantéis acima de 41 cativos detinham um terço da escravaria total de 1.415 indivíduos. Eram responsáveis por um quarto da produção total de açúcar. Detinham um pouco menos dos 36% que concentravam os proprietários de plantéis entre 21 e 40 cativos, produtores de metade do açúcar do município.⁶⁸

⁶⁷ Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Período do Império*. Piracicaba –SP, Academia Piracicabana de Letras, 1975, p. 72.

⁶⁸ Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, EDUSP, p. 65.

MOGI MIRIM, 1825							
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ESCRAVOS POR TAMANHO DE PLANTEL							
Plantel de escravos	Engenhos	Produção de açúcar	% da produção	Número de escravos	Média de escravos	% de escravos	Trabalhadores livres
Sem escravos	5	252	0,48	0	0	0	10
1-10	36	6.849	13,2	219	6,08	15,48	22
11-20	9	5.850	11,3	143	15,88	10,11	10
21-40	20	25.659	49,6	590	29,5	35,97	28
41-100	4	4.773	9,2	257	62,25	18,16	4
+ 100	2	8.600	16,5	206	103	14,56	3
Total	76	51.984	100	1.415	18,61	100	77

FONTE: Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, EDUSP, p. 65.

Esse o quadro geral das principais vilas açucareiras em São Paulo, ao findar o período colonial. Essa a herança colonial: São Paulo estava conectado ao mercado externo em expansão, através de sua lavoura escravista açucareira. Ao iniciar-se o período imperial, a dimensão média dos plantéis dos engenhos das vilas açucareiras do oeste variava entre 19 e 22 cativos, com exceção de Campinas, cuja média já atingira 30 indivíduos. A escravaria e a produção concentravam-se cada vez mais nas mãos dos detentores de maiores plantéis.

A agromanufatura açucareira continuou sua expansão, nessa região, durante as três décadas seguintes à independência, quando viveu o apogeu da produção de exportação nos quadros da lavoura escravista, cujo volume exportado ultrapassou as 500 mil arrobas de açúcar. Nesse momento, passou a sofrer a concorrência da lavoura cafeeira. Essa foi implantada, a partir da década de 1830, ao lado da lavoura canavieira e as duas foram ampliadas até a proibição do tráfico internacional de escravos, quando entraram em concorrência e o café substituiu parte da produção açucareira, levando ao declínio desta.

EXPORTAÇÃO PAULISTA EM 1825			
Mercadorias	Unidades	Quantidades	Valores
Açúcar	Arroba	343.524	623:024.160
Café	“	141.663	250:782.500
Fumo	“	12.594	21:014.600
Algodão em rama	“	1.850	4:170.000
Quina, butua e barbatana	“	157	975.000
Toucinho e banha	“	32.272	110:878.780
Casca de mangue	Quintal	1.750	6:432.000
Arroz	Alqueire	98.418	80:359.980
Mate	“	111.811	69:250.840
Milho, feijão e farinha de mandioca	“	22.174	18:748.420
Couros	Número	3.522	6:212.000
Queijos	“	13.249	2:898.000
Madeiras	Dúzia	12.584	23:522.090
Cabos e amarras de imbé e beta	Peça	10.296	11:691.500
Pano de algodão da terra	“	223	4:597.540
Aguardente de cana e melado	Pipa	341	13:215.360
Pontas de boi, pederneiras, telhas, tijolos, achas de lenha, rapaduras, doces e outras miudezas	-	-	13:398.180
Porcos vivos	Número	298	11:920.000
Gado vacum	Cabeça	944	7:552.000
Gado muar e cavalari	Número	215	3:636.000
Galinhas	“	20.000	2:800.000
Escravos novos	“	6	1:200.000
Total			1.288:326.090

Fonte: Júlio Brandão Sobrinho, *A Lavoura da Cana e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense*, São Paulo, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, p. 50.

O quadro da exportação paulista em 1825 mostra, além da diversidade dos produtos, a importância do açúcar, responsável por quase 50% do valor das exportações da Província. Neste ano, a exportação desse produto já alcançara 343.524 arrobas.⁶⁹

Na década de 1820, elevou-se em maior quantidade o número de engenhos nos municípios de Piracicaba e Porto Feliz, áreas de ocupação mais recente da cana de açúcar, na região canavieira do Oeste. Porto Feliz concentrava, no ano de 1829, o maior número de engenhos, com 123 unidades, contra 78, sete anos antes. Nesse, como em Piracicaba, o plantel médio elevou-se a 31 cativos por engenho. Piracicaba já contava com 75 unidades, 23 a mais do que em 1822.

ESCRAVOS EXISTENTES NOS ENGENHOS – SÃO PAULO 1929							
	São Paulo	Oeste Paulista	Jundiaí	Itu	Campinas	Porto Feliz	Piracicaba
Engenhos	589	473	35	107	85	123	75
Escravos	18.224	15.142	1.170	2.897	3.521	3.851	2.303
Média de escravos	31	32	33	27	41	31	31

Fonte: Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, EDUSP, p. 66. Roberto Guedes Ferreira. *Pardos: Trabalho, Família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005. (Tese de Doutorado). Op. Cit., p. 19. Maria Celestina Torres. Op. Cit., p. 91.

O número de engenhos em Itu e Campinas diminuiu um pouco, mas a escala do plantel de escravos e da produção aumentou. Os 107 engenhos de Itu possuíam menos escravos por unidade em comparação as outras vilas citadas, 27, mas houve o aumento de sete indivíduos nos mesmos. Campinas possuía a maior média, com 41 cativos por engenho. Cerca de 79% da escravaria desses municípios localizavam-se nas propriedades produtoras de açúcar e 69,8% dos escravos dos engenhos de Campinas estavam concentrados em plantéis com mais de 41 cativos, sendo 16,9% em plantéis

⁶⁹ Júlio Brandão Sobrinho, *A Lavoura da Cana e a Indústria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense*, São Paulo, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, p. 50

superiores a 101. Itu não apresentava nenhum engenho com plantel de tamanha dimensão e 57,8% de seus escravos concentravam-se em plantéis até 40 cativos.⁷⁰

Em Jundiaí, a agromanufatura açucareira tinha um terço das unidades de Itu, 35 engenhos, mas sua escala era maior, possuindo em média 33 cativos, superior também a Porto Feliz e Piracicaba. Em 1836, Jundiaí alcançou o padrão de Campinas, 41 cativos por engenho, mas o número destes engenho caiu para 27. Um terço desses engenhos possuía mais de 41 cativos.⁷¹

O rápido crescimento do número de engenhos e da produção açucareira na Freguesia de Capivari, da Vila de Porto Feliz, levou ao seu desmembramento e à ereção à Vila, em 1832, constituindo uma importante produtora de açúcar. Em 1822, como bairro, às margens do rio Capivari, que corre entre o Piracicaba e o Tietê, desaguando nesse último, produziu cerca de 20.000 arrobas de açúcar e foi elevada à Freguesia, em 1826. Dois anos depois, já contava com 43 engenhos em funcionamento.⁷² Houve também o desmembramento de Franca e de Araraquara, mas não pelo desenvolvimento da manufatura açucareira e sim pela criação de gado. Ambas localizavam-se muito distante do porto de Santos e por isso estavam fora do circuito de exportação.

O censo realizado por Daniel Pedro Muller, em 1836, apresenta o quadro da agromanufatura açucareira de exportação do Oeste paulista.⁷³ Nas Vilas de Itu, Campinas, Jundiaí, Mogi Mirim, Porto Feliz, Capivari e Piracicaba existiam 461 engenhos de açúcar e algumas dezenas de destilarias de aguardente. Essas eram as Vilas açucareiras da então Província. Itu, com suas 98 unidades, era seguida de perto por Campinas, com 93. Esses, no entanto, produziam quase 70.000 arrobas de açúcar a mais do que a Vila de Itu. Campinas continuava sendo a maior produtora de açúcar do Oeste e da Província, 158.447 arrobas, média de 1.704 arrobas, enquanto em Itu não alcançava 1.000.

⁷⁰ Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Op. Cit.*, p. 66.

⁷¹ Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Op. Cit.*, pp. 72 e 78-79.

⁷² Vinício Stein de Campos. *Fundações Municipais Paulistas: o Sertão, a Capela, a Freguesia, a Vila, a cidade e a Comarca de São João de Capivari*. Pp. 42 a 47.

⁷³ No Vale, o número de engenhos foi reduzido a 28, com uma produção de 3.728 arrobas. Existiam, ainda, 164 destilarias de aguardente produzindo 10.735 canadas, 74 das quais em Lorena. A cana continuou nessa pequena escala na região, ao lado dos cafezais, até a década de 1880, quando a instalação do engenho de Lorena dá novo alento à produção açucareira.

ENGENHOS, DESTILARIAS E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E AGUARDENTE NO OESTE PAULISTA, 1836.						
Vilas	Engenhos de açúcar	Destilarias/aguardente e rapadura	açúcar @	Média por engenho	Fazendas de criar	Aguardente canadas
Jundiaí	29	2	11.800	407	1	2.136
Itu	98		91.965	938	1	5.071
Porto Feliz	76		73.113	962		560
Campinas	93	93	158.447	1.704	6	7.399
Piracicaba	78		115.609	1.482	8	1.078
Capivari	52		52.193	1.004		490
Mogi Mirim	35		40.520	1.158	37	2.312
Franca	11	34	272	25	176	337
Araraquara	1		440	450	8	70
Total	473	129	544.359	1.151	237	19.453

Fonte: Daniel Pedro Muller. Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978. Muller apontou que em engenhos de Porto Feliz, Capivari, Mogi Mirim e Piracicaba também plantam café.

Piracicaba produzia 115.609 arrobas de açúcar em 78 engenhos, 20 unidades a menos que Itu, cuja produção de 91.965 arrobas era inferior à piracicabana. O rendimento médio dos engenhos piracicabanos de 1.482 arrobas se aproximava dos de Campinas e superava os de Itu em mais de 500 arrobas.

Com o desmembramento de Capivari a Porto Feliz restaram 76 engenhos, contando ainda com a Freguesia de Pirapora, fabricando 73.113 arrobas. Capivari, quatro anos após a autonomia, já contava com 52 engenhos nos quais foram produzidas 53.193 arrobas. Ambas produziam cerca de 1.000 arrobas por engenhos, semelhantes a Itu.

Vidal Luna e Klein apresentam números bem superiores aos de Daniel Muller para a produção de açúcar de Jundiaí, nesse ano. Enquanto Muller apontou 11.800

arrobas fabricadas em 29 engenhos, aqueles computaram 21.066, provenientes de 27 engenhos, o que daria média de 780 arrobas, abaixo, portanto, das outras localidades.

A diferença nos rendimentos dos engenhos era resultado das dimensões dos plantéis nesses municípios, isto é, da estrutura da posse de escravos. Os 158 engenhos presentes em Itu e Capivari mantinham a média de 27 cativos, em 1836, enquanto em Campinas já era de 41, em 1829. Nos dois primeiros municípios, apenas 17% dos senhores de engenho possuíam plantéis acima de 40 escravos, enquanto em Piracicaba essa porcentagem elevava-se a 31,37% dos 51 engenhos analisados, excluídos os 27 das Freguesias de Rio Claro e Limeira, em 1836.

QUANTIDADE E NÚMERO DE ESCRAVOS NA PRODUÇÃO CONJUNTA DE AÇÚCAR DE ITU E CAPIVARI, 1836	
Distribuição dos proprietários por tamanho de plantel (%)	
1-5 escravos	8
6 – 10 escravos	11
11 – 20 escravos	31
21-40 escravos	32
41-70 escravos	11
71-100 escravos	5
101 + escravos	1
Distribuição dos escravos por tamanho de plantel (%)	
1-5 escravos	1
6-10 escravos	3
11-20 escravos	18
21-40 escravos	35
41-70 escravos	22
71-100 escravos	16
101 + escravos	5
Posse de escravos	
Número de engenhos	158

Número de escravos	4.320
Média de escravos	27
Mediana	21
Desvio padrão	22
Proprietário com maior n. de escravo	113
Média de produção por engenho, ton.	12
Produção média por escravo	0,44
Participação dos engenhos por tamanho de produção (%)	
0 -3 toneladas (até 200 @)	18
3,0 – 4,5 toneladas (até 300 @)	11
4,5 – 7,5 toneladas (até 500 @)	20
7,5 – 15,0 toneladas (até 1.000 @)	30
15,0 – 30,0 toneladas (até 2.000 @)	15
30,0 – 45,0 toneladas (3.000 @)	3
Mais de 4,5 toneladas (mais de 3,000 @)	3
Participação do produto por tamanho da produção (%)	
0 – 3,0 toneladas	3
3,0 – 4,5 toneladas	4
4,5 – 7,5 toneladas	11
7,5 – 15,0 toneladas	29
15,0 – 30,0 toneladas	31
30,0 – 45,0 toneladas	11
Mais de 45 toneladas	12

Fonte: Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, EDUSP, p. 69.

Analisando os dados de Piracicaba vemos que a maior parte dos escravos, 63,82%, concentrava-se nos plantéis acima de 40 cativos, propriedades de 31,37% dos senhores de engenhos, enquanto em Itu e Capivari essa concentração reduz-se a 43%. A média de escravos também era superior em Piracicaba em quase 10 indivíduo,

alcançando 36,80. Mais 24% dos escravos em Piracicaba estavam localizados nos plantéis entre 21 e 40 cativos, enquanto em Itu a concentração era maior nessa faixa, 35%.

ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS NOS ENGENHOS DE PIRACICABA, 1835					
tamanho do plantel	número de senhores	% senhores	número de escravos	média de escravos	% escravos
1 a 10	8	15,68	70	8,75	3,73
11 a 20	10	19,60	156	15,6	8,31
21 a 30	12	23,52	285	23,75	15,18
31 a 40	5	9,80	168	33,6	8,95
mais 40	16	31,37	1.198	74,85	63,82
Total	51	100%	1.877	36,80	100%

Fonte: maços de população de Piracicaba, 1835. AESP, rolo 164

Isso resultava que a maior parte do açúcar era produzida pela minoria dos ‘engenheiros de assucar’ com grandes unidades e maiores plantéis escravos. Dentre os 49 engenheiros, a safra de 20 deles (41%) não alcançava 1.000 arrobas, com média de 430, responsáveis por 12% da produção total de açúcar; outros 18 produziam em média 1.511 arrobas, entre 1.000 e 2.000. Poucos, apenas quatro (8%), produziam acima de 3.000 arrobas anuais, somando uma safra de 20.110 arrobas, 27% das 74.634 produzidas. Dois dos maiores engenhos pertenciam a José da Costa Carvalho, casado com a viúva do Brigadeiro Luis Antonio de Souza, cuja fabricação era 7.800 e 4.000 arrobas, e o plantel de escravo de 140 e 64, respectivamente. Outro senhor, Bento Paes de Barros, futuro Barão de Itu, onde residia, era também possuidor de dois engenhos em Piracicaba, ao quais produziam 3.700 e 1.800 arrobas, com 88 e 72 escravos.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ESCALA DE PRODUÇÃO DOS ENGENHOS DE PIRACICABA, 1835. (açúcar em arrobas)					
	N. engenhos	%	Produção	%	Média
Menos 1.000	20	41	8.612	12	430
1.000 a 2.000	18	37	27.487	37	1.527
2.001 a 3.000	7	14	18.425	25	2.632
Acima 3.000	4	8	20.110	27	5.027
Total	49	100	74.634	100	1.523

Fonte: AESP, Maços de população, Piracicaba, 1835, rolo 164. Dois engenhos não produziram açúcar nesse ano, um por ser de morador novo e outro por realizar obras.

Segue esse grupo 7 senhores (14%) que fabricam em média 2.632 arrobas e que são responsáveis por 25% da produção. Costa Carvalho produzia mais açúcar do que os 20 menores produtores, em seus dois engenhos. O viúvo Albano Leite do Canto era outro grande produtor, com 4.600 arrobas e 109 cativos.

Em seus 27 engenhos, com média de 41 cativos, superior às outras Vilas, exceto Campinas, Jundiá concentrava 50% da população escrava do município e produzia 51% de seu açúcar em unidades com safra igual ou superior a 1.000 arrobas.⁷⁴

Para Mogi-Mirim foram anotadas 40.520 arrobas, produto de 35 unidades.⁷⁵ O número de engenhos apontados por Müller é muito baixo para um município que tinha 76 unidades, em 1825, justamente no momento de expansão dessa agromanufatura. Provavelmente houve algum problema com os dados de alguma Freguesia. Leonel de Oliveira Soares estudou a evolução da economia escravista de Mogi Mirim e constatou grande discrepância no número de habitantes e no número de fogos arrolados por Müller, especialmente a baixa representatividade dos escravos. Cabe lembrar que não houve desmembramento do município entre um momento e outro, pois a autonomia de Casa Branca ocorreu em 1841.⁷⁶

A produção de açúcar do oeste sofreu grande diminuição nos anos iniciais da década seguinte, após exportar a maior quantidade de açúcar até então, no final de década de 1830, graças à geada que atingiu a região. A exportação de açúcar, que fora de 570.779 arrobas e 26 libras, em 1839/40, caiu para 194.509 e 26 libras, em

⁷⁴ Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Op. Cit.*, pp. 78-79.

⁷⁵ Maria Thereza Schorer Petrone, *op. cit.*, pp. 41-51.

⁷⁶ Leonel de Oliveira Soares. *No Caminho dos Goias: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX*. São Paulo, FFLCH-USP, 2003, pp. 23-27. Dissertação de Mestrado.

1842/43.⁷⁷ Nesse mesmo ano, duas dessas Vilas açucareiras sofreram desmembramento: Porto Feliz e Piracicaba. A Freguesia de Pirapora, que então contava com 43 engenhos de açúcar, desmembrou-se de Porto Feliz, enquanto Limeira e Rio Claro eram elevadas à Vila, ganhando autonomia em relação à Piracicaba.

Esses desmembramentos eram resultados da expansão da cana para as áreas mais distantes da depressão periférica, a oeste, chegando às cuestas do planalto ocidental. A Vila de Pirapora, cujo nome mudaria para Tietê, anos depois, localizava-se às margens do Tietê, além de Porto Feliz. Era a localidade mais distante, no Vale do Rio Tietê, conectada ao mercado externo pela exportação de açúcar e pela importação de escravos, antes da expansão cafeeira no planalto de Botucatu.

Limeira e Rio Claro formavam as Freguesias piracicabanas ao norte do Rio Piracicaba. Eram as zonas de expansão da lavoura comercial, no momento de sua autonomia. Rio Claro constituía a localidade mais distante de onde se podia exportar o açúcar lucrativamente, localizada antes da subida para o planalto de Araraquara.⁷⁸ Limeira era mais próxima à Capital, entre Campinas e Rio Claro.

O extenso município de Mogi Mirim também fragmentou-se, um anos antes, com o desmembramento de Casa Branca, que ocupou o bico norte da depressão periférica e levou bom número dos engenhos daquele.⁷⁹

A agromanufatura açucareira evoluiu para a estrutura de plantation em Porto Feliz semelhante ao processo em Piracicaba, na primeira metade do século. Para o município e para a nova unidade de Pirapora, temos a lista nominativa de 1843. Com a fragmentação, a vila que teve 123 engenhos, em 1829, agora detinha 42, nos quais viviam 1.579 escravos, quase 38 por engenho.

⁷⁷ Leonel de Oliveira Soares. *Op. Cit.*, p. 159.

⁷⁸ Para todo o processo de constituição, expansão e superação da lavoura escravista mercantil nessa localidade, veja Warren Dean. *RIO CLARO: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820 -1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁷⁹ Leonel Ferreira Soares. *Op. Cir.*, 205.

ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS ENTRE SENHORES DE ENGENHOS														
PORTO FELIZ, 1798-1829														
	1 a 10 escravos				11 a 20 escravos				21 a 40 escravos				TS	TE
	Senhores		Escravos		senhores		escravos		senhores		escravos			
Ano	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
1798	15	31,1	92	11,7	18	37,5	270	34,4	15	31,3	423	53,9	48	785
1803	21	37,5	133	13,4	17	30,4	271	27,4	18	32,1	585	59,2	56	989
1805	17	28,3	115	10,4	24	40,0	363	32,8	19	31,7	628	56,8	60	1.106
1808	15	22,4	99	7,5	24	35,8	360	27,1	28	41,8	868	65,4	67	1.327
1810	18	29,0	117	9,5	20	32,3	340	27,7	24	38,7	770	62,8	62	1.227
1813	15	22,7	106	6,5	24	36,4	373	23,0	27	40,9	1.144	70,5	66	1.623
1815	13	16,9	91	5,4	30	39,0	445	26,4	34	44,2	1.149	68,2	77	1.685
1818	20	18,5	130	5,4	37	34,3	570	23,6	51	47,2	1.711	71,0	108	2.411
1820	18	19,6	136	6,1	32	34,8	580	26,2	42	45,7	1.496	67,6	92	2.212
1824	19	18,8	143	6,0	28	27,7	458	19,1	54	53,5	1.800	75,0	101	2.401
1829	12	9,4	72	1,9	32	25,2	503	13,2	83	65,4	3.223	84,9	127	3.798

Fonte: Roberto Guedes Ferreira. *Pardos: Trabalho, Família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005, p. . (Tese de Doutorado).

A maioria desses escravos pertencia aos grandes proprietários com mais de 40 cativos, que formavam 31% dos senhores de engenho e concentravam 57% dos escravos. Outros 17% dos senhores, detentores de plantéis entre 31 e 40 cativos concentravam 19% da escravaria. Quatro senhores possuíam plantéis de até 10 escravos, pouco menos de 10%, mas acumulavam apenas 1% dos mesmos nos engenhos da localidade. No começo do século, esse grupo acumulava 13,4% da escravaria dos engenhos.

ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS NOS ENGENHOS DE PORTO FELIZ, 1843					
tamanho do plantel	número de senhores	% senhores	número de escravos	média de escravos	% dos escravos
1 a 10	4	10%	23	5,75	1%
11 a 20	6	14%	101	16,83	6%
21 a 30	12	29%	304	25,33	19%
31 a 40	7	17%	245	35	16%
mais 40	13	31%	906	69,69	57%
Total	42	100%	1579	37,6	100%

Fonte: AESP, Maços de população de Porto Feliz, em 1843, microfilme 170.

A média de cativos era inferior e sua posse menos concentrada nos 43 engenhos que localizavam-se no novo município de Pirapora. Conseguimos a quantidade de escravos presentes em 42 deles. Eram 1.233 indivíduos, 346 a menos do que os escravos dos 42 engenhos de Porto Feliz. Em 1822, a Freguesia de Pirapora contava com 19 engenhos, que produziam 20.576 arrobas de açúcar, nos quais existiam 521 cativos, média de 27,42.

ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVO NOS ENGENHOS DE PIRAPORA, 1843					
tamanho do plantel	número de senhores	% senhores	número de escravos	média de escravos	% escravos
1 a 10	4	10%	35	8,75	3%
11 a 20	10	24%	154	15,4	12%
21 a 30	6	14%	151	25,17	12%
31 a 40	15	36%	543	36,2	44%
mais de 40	7	17%	350	50	28%
Total	42	100%	1233	29,36	100%

Fonte: AESP, Maços de população de Porto Feliz, em 1843, microfilme 170.

Nos dois municípios, quatro senhores possuíam plantéis menores que 10 escravos, mas os de Pirapora detinham 3% da escravaria, enquanto em Porto Feliz, apenas 1%. A situação se invertia na ponta de baixo da tabela: 17% dos senhores de engenho de Pirapora possuíam mais de 41 cativos e concentravam 28% dos escravos, enquanto em Porto Feliz os números são 31% e 69,69%, respectivamente. Na nova e distante Vila independente, os engenhos com plantéis entre 31 e 40 cativos detinham a maior quantidade de escravos, 543 (44%). Não havia nenhum plantel acima de 100 escravos, sendo o maior de 67, enquanto existiam dois, em Porto Feliz. A média de 29,36 era superior a de Itu e Capivari, em 1836.

Para o vizinho município de Capivari, importante produtor de açúcar que em 1836 contava com a produção de 52 engenhos, encontramos parte da lista nominativa de 1843. Nesta constavam 36 engenhos de açúcar. A produção nos mesmos era muito desigual, variando de 100 a 5.000 arrobas. Quase metade dessas unidades, 47%, fabricava menos de 1.000 arrobas, mas eram responsáveis por 17% do açúcar produzido. Os sete ‘engenheiros de assucar’ mais abastados, que compunham 19% do grupo, fabricavam 54% do total de açúcar, com média de 3.857 arrobas. Das 49.800 arrobas de açúcar 29% eram produzidas em unidades cuja safra era inferior a 3.000. A média produzida de 1.383 arrobas por engenho era mais de 380 arrobas superior à de sete anos atrás.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR POR ESCALA DE PRODUÇÃO, CAPIVARI, 1843					
Açúcar em arrobas					
Faixa de produção	número senhores	% senhores	Produção de açúcar	Média de produção	% produção
-1000	17	47,22%	8.300	488	17%
1000 a 2999	12	33,34%	14.500	1.208	29%
Mais de 3000	7	19,44%	27.000	3.857	54%
Total	36	100%	49.800	1.383	100%

Fonte: AESP, Maços de população de Capivari, 1843.

A média de 30,71 escravos encontrada em 35 engenhos também era superior à de 27 de 1836. O maior plantel era de Antonio Pires de Almeida Moura, 83 cativos. A maioria dos escravos, 69 %, localizava-se em plantéis maiores de 30 cativos. O número de senhores proprietários de 11 a 20 cativos era semelhante ao daqueles com posse superior a 40, mas esses detinham 63 % dos 1.075 cativos, enquanto aqueles, 15 %.

ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS NOS ENGENHOS DE CAPIVARI, 1843					
tamanho do plantel	Números senhores	% senhores	número de escravos	média de escravos	% de escravos
1 a 10	8	23%	67	8,37	6%
11 a 20	10	29%	162	16,2	15%
21 a 30	4	11%	107	26,75	10%
31 a 40	2	6%	63	31,5	6%
mais de 40	11	31%	676	61,45	63%
Total	35	100%	1075	30,71	100%

Fonte: AESP, Maços de população de Capivari, 1843.

A agromanufatura açucareira continuou sua expansão na depressão periférica paulista, na década de 1840, mesmo com a produção do café em grande escala, e conheceu seu auge nos primeiros anos do decênio seguinte, justamente quando declina a exportação de açúcar e o café toma seu lugar, no embarcadouro santista.

Mudanças ocorreram, no entanto, no conjunto da produção dessas nos municípios do oeste. Enquanto Itu, Piracicaba, Porto Feliz, Capivari, Pirapora e Mogi Mirim fabricavam a maior quantidade de açúcar no maior número de engenhos do período escravista, Campinas e Jundiá já tinham iniciado o processo de desmonte de seus engenhos, nos primeiros anos após o fim do tráfico atlântico de escravos. Essas duas localidades tiveram seu maior desenvolvimento da lavoura canavieira em meados

da década de 1840, quando Campinas e Jundiá exportaram 203.195 e 22.572 arrobas de açúcar, respectivamente, na safra de 1846/47.⁸⁰

Em 1851, existiam 60 engenhos em Piracicaba, nove a mais do que em 1836, excluídas as antigas Freguesias de Limeira e Rio Claro, já emancipadas, propriedades de 56 senhores. Esses produziram 167.400 arrobas de açúcar. A média de produção desses engenhos atingiu 2.790 arrobas, quase o dobro das 1.482 de 1836. Esse aumento na escala se deu pelo acréscimo do número de escravos.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR POR ESCALA DE PRODUÇÃO, PIRACICABA, 1851					
Açúcar em arrobas					
Escala de produção	Número de senhores	% senhores	Produção	Média de produção	% produção total
- 1000	10	17,86	5.900	590	3,52
1000-2000	16	28,57	23.500	1.469	14,04
2001-3000	17	30,36	46.000	2.706	27,48
3001-4000	05	8,93	18.500	3.700	11,05
+ 4000	08	14,28	73.500	9.187	43,90
Total	56	100	167.400	2.790	100

Fonte: Ofício da Câmara de Constituição de 14.03.1852. AESP, Ofícios diversos de Constituição, cx. 374, ordem 1169.

A tabela acima apresenta a divisão da produção entre os 56 proprietários de engenhos. Treze dentre os 56 senhores produziam 55% do total de açúcar e 46 fabricavam mais de 1.000 arrobas por safra. Trinta senhores tinham produção acima de 2.000 arrobas, dos quais 8 eram responsáveis por 43,90% do total produzido, com média anual de 9.187 arrobas, em 12 engenhos, média, portanto, de 6.125 arrobas por unidade. A maior parte do açúcar provinha de grandes engenhos, enquanto apenas 3,52% do mesmo eram fabricados em pequenas unidades, nas quais 10 proprietários faziam safras médias de 590 arrobas.

Três senhores eram proprietários de mais de um engenho. Luis Antonio de Souza Barros produziu 13.000 arrobas de açúcar nos seus três engenhos, em 1851. Safra

⁸⁰ Maria Thereza S. Petrone. *Op. Cit.*, p. 166.

superada apenas pelo Visconde de Mont' Alegre que, em dois engenhos, fabricou 15.000 arrobas. O outro era o Barão de Itu, possuidor de dois engenhos, safra de 8.000 arrobas. A maior produção por unidade coube ao engenho de Francisco Paes de Barros, 10.500 arrobas. Outros gigantes na produção açucareira eram Albano Leite do Canto, com 10.000 arrobas, e Antonio José da Silva Gordo, 7.000. Dois outros “engenheiros de açúcar” tiraram uma safra de 5.000 arrobas cada. Esses eram os grandes escravistas do município, responsáveis pela grande produção comercial, tanto de exportação como de abastecimento interno.

Em Capivari houve acréscimo de 20 engenhos aos 52 de vinte anos atrás. A produção girava em torno de 150.000 mil arrobas, com média de 2.083 por unidade, o dobro daquela conseguida no momento da emancipação da Vila. Temos a produção de 33 desses 72 engenhos, apresentados na tabela abaixo.

PRODUÇÃO DE AÇUCAR POR ESCALA DE PRODUÇÃO, CAPIVARI, 1851					
Açúcar em arrobas					
Escala de produção	Número de senhores	% senhores	Produção de açúcar	Média de produção	% produção total
até 1000	18	55%	13.360	742	25%
1001 a 2000	7	21%	12.500	1786	23%
2001 a 3000	6	18%	18.000	3000	33%
mais de 3000	2	6%	10.000	5000	19%
Total	33	100%	53.860	1.632	100%

Fonte: AESP, Ofício da Câmara Municipal de Capivari, 16.01.1852. Ofício do delegado de polícia de 16.01.1852. cx. 186, ordem 981.

A produção apresentava-se bem distribuída nas quatro faixas de escala, em Capivari, pois mais da metade dos engenhos, 55%, tinha safra até 1.000, enquanto em apenas dois era superior a 3.000. Nenhum engenho produziu mais de 5.000 arrobas, dos

33 que tiveram indicação. A maior parte do açúcar produzido cabia aos senhores cuja safra estava entre 2.001 e 3.000 arrobas.

A agromanufatura açucareira se expandiu mais na Vila de Pirapora do que em Porto Feliz, após a separação de ambas, em 1842. Como vimos anteriormente, a escala de produção e a posse de escravos dos engenhos de Porto Feliz eram superiores aos de sua antiga freguesia. A situação se inverteu, em meados do século. Em 1851, Pirapora produzia mais açúcar e possuía sete engenhos a mais dos que os 53 de Porto Feliz. A escala de produção de seus engenhos também era superior, 1.333 arrobas, enquanto a de Porto Feliz se aproximava de 1.000 arrobas.

A Câmara Municipal listou 40 produtores com safra igual ou superior a 1.000 arrobas, com os quais organizamos a tabela de escala de produção. Fabricaram 74.500 arrobas, o que indica que os menores produtores respondiam por tão somente 5.500. O maior percentual do açúcar produzido o era nos engenhos com safras entre 1001 e 2.000 arrobas. Nenhum proprietário tinha safra superior a 4.000 arrobas, nessa Vila, marca alcançada por apenas 4 ‘engenheiros de assucar’.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR POR ESCALA DE PRODUÇÃO, PIRAPORA, 1851					
Açúcar em arrobas					
Escala de produção	N. de senhores	% de senhores	Produção açúcar	Média	% de produção
1000	14	35	14.000	1.000	18,79
1001 -2000	18	45	32.500	1.806	43,62
2001-3000	4	10	12.000	3.000	16,11
3001-4000	4	10	16.000	4.000	21,48
total	40	100	74.500	1.862,5	100

Fonte: AESP, Ofícios Diversos de Pirapora, Cx. 379, Ordem 1174

Porto Feliz, com produção de 50.000 arrobas de açúcar em seus 53 engenhos, ficara com uma lavoura canvieira menor do que as três Vilas que se desmembraram

dela nos vinte anos após a independência. Como apontado acima, os engenhos de Piracicaba alcançaram uma dimensão bem maior do que as outras três.

Em Itu, após duas décadas de estabilidade, a lavoura canavieira passou por grande expansão, nos anos 1840. Em 1851, a produção atingiu 150.000 arrobas. O município voltou a concentrar o maior número de engenhos, nos primeiros anos da segunda metade do século. Machado de Oliveira relacionou 164, em 1854.

O censo possibilita avaliar a evolução, ou involução, nesse momento, da agromanufatura açucareira nos municípios do Oeste Paulista, no tocante ao número de engenhos, a quantidade de açúcar produzida, a média de produção por engenho, ao total de escravos ocupados e a média por engenho, comparando com os dados da primeira metade do século.

Quando do levantamento de Machado de Oliveira, a agromanufatura açucareira deixara de ser a principal lavoura comercial em alguns municípios do Oeste, que começara o processo de desmonte de parte de seus engenhos. Campinas já reduzira o número dos seus em mais de 50%, contando agora com 44 fazendas canavieiras. A produção que já ultrapassara 200.000 arrobas, em alguns anos do decênio anterior, baixara a 62.290. A média de escravos desses engenhos (44,70) no entanto, continuava a mais alta da Província e era superior a de 1829, mostrando que eram os grandes engenhos que continuavam em operação, mesmo desenvolvendo outras culturas como o café. A produção média declinou em quase 300 arrobas, em relação a 1836.

Jundiá vivia o mesmo processo e os 35 engenhos de 1829 estavam reduzidos a 19. A produção, no entanto, era superior em quase 1.000, diferentemente de Campinas. Demonstra, assim, a evolução na dimensão produtiva desses engenhos, entre um momento e outro. A média de cativos caiu de 41, na década de 1830, para 37,89.

Em Piracicaba a lavoura evoluíra para engenhos maiores, mais complexos. A média de escravos subira a 37, nos 51 engenhos de 1854, 2,5 a mais do que em 1835. A produção média dos engenhos cresceu ainda mais, girando em torno de 2.600 arrobas, nos anos de auge de meados do século. Alguns engenhos menores encerraram suas atividades.

Existiam 43 engenhos nos municípios de Limeira e Rio Claro, desmembrados de Piracicaba em 1842, sendo 13 no primeiro e 30 no segundo, com 581 cativos. Somados

aos engenhos de Piracicaba teremos um número de 94 unidades, 16 a mais do que as vilas reunidas, em 1836. A dimensão dos engenhos de Rio Claro era bem inferior aos de Piracicaba. O plantel médio de seus engenhos era de 16,7 cativos e a produção média de 1.133 arrobas de açúcar. As unidades de Rio Claro contavam com o maior número de agregados dos engenhos apontados por Machado de Oliveira, 108 indivíduos.⁸¹

Menor ainda era a escala dos 13 engenhos de Limeira, com média de 6,15 escravos e de 269 arrobas de açúcar. Vizinha a Campinas, ao norte do rio Piracicaba, a Vila pouco se envolveu na exportação de açúcar e já mergulhara na produção de café. Sua produção de 3.500 arrobas era inferior a exportação que fez em 1846-47, de 15.708 arrobas.⁸²

Capivari possuía o segundo maior número de engenhos com o desmote dos campineiros. Eram 70 unidades, duas a menos do que a relação da Câmara Municipal, três anos antes. A escala dessas unidades de Capivari só era superada pelos de Mogi Mirim e de Piracicaba. Se houve aumento do número de engenhos e da produção de açúcar no município, diminuiu o plantel médio dos mesmos, de 27 em 1836, para 21,43, em 1854.

A redução do plantel de escravos foi mais acentuada nos municípios de Porto Feliz e Pirapora, no decênio após o levantamento de 1843. Nesse ano, seus engenhos apresentaram média de 37,60 e 29,36 caindo para 24,79 e 20,47. Após o auge de meados do século, a produção média volta à escala de 1836, nesses dois municípios. Como diminuiu o plantel cativo, conseqüentemente houve aumento da produtividade escrava. Os dados de 1854 mostram o início do declínio da agromanufatura açucareira nesses municípios.

Movimento inverso ocorreu em Itu, município no qual o número de engenhos deu um salto de 98 unidades, em 1836, para 164, em 1854. Sua produção absoluta cresceu cerca de 70.000 arrobas, mas sua produção por engenho pouco variou, continuava abaixo de 1.000 arrobas, acrescida de apenas cerca de 30 arrobas no período. A produtividade por escravo aumentou, no entanto, pois o plantel médio caiu de 27 para 20,78 cativos, no mesmo período. Era o momento de maior produção de açúcar e de

⁸¹ Para a lavoura escravista e seu processo de superação em Rio Claro veja Warren Dean. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁸² Maria Thereza Petrone. *Op. Cit.*, p. 166.

concentração de escravos na lavoura canavieira em Itu, mesmo com média de escravos menor por engenho, graças ao elevado número desses. Isso era resultado do processo de fragmentação de propriedades maiores, após a morte do chefe da família e da montagem de novas unidades.

Nesse ano, a produção de açúcar de Itu era superada apenas pela de Mogi Mirim, maior produtor provincial, que alcançara 227.000 arrobas, em 57 engenhos. Era altíssima a média de açúcar produzido nesses engenhos, 3.982 arrobas, para os padrões dos engenhos paulistas. Também o era a produtividade escrava de 149 arrobas, pois essa média era atingida com plantel de 26,73, bem inferior ao de Campinas, Piracicaba e Jundiaí.

Sorocaba sempre contou com pequeno número de engenhos e a lavoura canavieira não alcançou o desenvolvimento dos municípios do oeste. O comércio de gado constituiu a principal atividade comercial dessa localidade. Seus dez engenhos de 1854 apresentam alta média de escravos, 40,9, abaixo apenas de Campinas. A produção média ultrapassava 1.200 arrobas.

Essa era a agromanufatura açucareira escravista existente na depressão periférica do oeste paulista, no momento final do ciclo de exportação do açúcar de São Paulo. Ela apresentava dimensões e importância diferentes nos vários municípios da região, quando do declínio da exportação, nos primeiros anos da década de 1850. Enquanto alguns municípios já tinham iniciado o desmonte de parte de seus engenhos para se dedicar à cultura de café, outros viviam o momento de maior desenvolvimento da lavoura canavieira, mas essa produção, em sua maior parte, já não era destinada à exportação.

Dois municípios foram fundados, durante o ciclo de exportação paulista de açúcar, além da depressão periférica, no planalto ocidental paulista: Franca, ao norte, no caminho de Goiás, e Araraquara, a Oeste. Ambos estavam distantes dos portos de embarques e, portanto, afastados do setor de exportação.

Maria Thereza Petrone levantou o volume de açúcar exportado e os mercados internacionais que sustentaram a expansão da produção açucareira nas terras do oeste paulista, na primeira metade do século XIX, o que nos permite acompanhar o crescimento do setor nesse período. Até a arrancada do café, em meados da década de

1840, quase toda produção das Vilas da região era exportada, com exceção de Mogi Mirim.

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR DE SÃO PAULO PELO PORTO DE SANTOS, 1801-1854.			
Açúcar em arrobas			
1801	125.408	1837/38	297.041
1802	200.000	1838/39	490.019
1807	183.660	1839/40	570.779
1813	122.933	1840/41	533.142
1816	167.662	1841/42	444.318
1818	294.267	1842/43	194.509
1821	254.585	1843/44	222.306
1825	343.524	1844/45	495.305
1826	154.155	1845/46	548.742
1828	489.650	1846/47	597.551
1829	470.898	1847/48	414.230
1830	443.619	1848/49	278.823
1831	511.581	1849/50	269.389
1835/36	563.108	1850/51	344.904
1836/37	433.268	1854/55	184.049

Fonte: Maria Thereza S. Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, pp, 152-167.

No final do século XVIII e nas duas primeiras décadas do século seguinte, quase a totalidade da crescente exportação paulista de açúcar dava-se pelo Rio de Janeiro, já porto internacional, por onde também se exportava o açúcar do norte fluminense. A partir da chegada da Corte Portuguesa, em 1808, ampliou-se também o mercado consumidor do Rio de Janeiro. Os tumultos no mercado internacional, gerados pelos conflitos do período napoleônico, fizeram baixar a exportação que ganhava fôlego em São Paulo. As 200.000 arrobas exportadas em 1802 foram reduzidas a 122.933, em

1813. Expandiu-se, então, rapidamente, com a normalização do mercado mundial, após 1815. No ano seguinte, 121.823 arrobas de açúcar foram remetidas para o Rio, enquanto 23.401 o foram diretamente para Portugal. Teve início também uma pequena exportação para os portos do Sul do País.⁸³

Após a independência, Santos transformou-se em porto internacional, responsável pela exportação da produção do planalto paulista, primeiro do açúcar e, posteriormente, do café. Aos poucos, a exportação da região tributária do porto santista foi se autonomizando do Rio de Janeiro, enquanto o açúcar duplicava a produção do decênio anterior, alcançando quase 500.000, arrobas e buscava mercados europeus e americanos.

Em 1826, a maior parte das 154.155 arrobas exportadas pela Província paulista (67.739) foi destinada a portos europeus, como Trieste, Gotenburgo, Antuérpia, Lisboa e Porto. Também exportou a Província para Boston e Nova York (18.958). O porto de Montevideu foi o maior importador individual do açúcar paulista, com 26.190. Buenos Aires e Valparaizo também importavam açúcar de São Paulo. Os novos países da América do Sul constituíram-se em importantes consumidores de açúcar paulista nos anos seguintes, substituindo os consumidores norte-americanos. Em 1828, a exportação superou e muito a safra de dois anos antes (489.650), das quais 336.584 foram remetidas para Europa, especialmente para Hamburgo. Em 1830, Montevideu, Buenos Aires e Valparaizo importaram 165.278 arrobas do porto de Santos, das 443.619 exportadas, ultrapassando o mercado europeu, que recebeu 106.244. Neste ano, 135.249 arrobas foram remetidas para o Rio de Janeiro.⁸⁴

Na década de 1830, o açúcar de São Paulo foi remetido em quase sua totalidade para portos estrangeiros, sem intermediação da Corte. O volume girava em torno de 500.000 arrobas anuais. O mercado dos países platinos e do Pacífico continuou recebendo a maior quantidade desse açúcar, seguido do mercado europeu. Em 1838/39, 118.136 e ½ arrobas foram para os portos do Pacífico, enquanto os países platinos receberam 69.175 e 6 libras. Para Europa, foram exportadas 61.834 arrobas para a Itália, 59.177 para a Espanha e 48.158 para Portugal e suas possessões. Para o mercado

⁸³ Maria Thereza S. Petrone, *Op. Cit.*, p. 173.

⁸⁴ Maria Thereza S. Petrone, *Op. Cit.*, p.176.

consumidor dos Estados Unidos foram enviadas 50.032 arrobas e para o Rio de Janeiro tão somente 30.044.⁸⁵

Infelizmente, não existem mapas sobre os mercados do açúcar paulista para a década de 1840, última em que as vilas de ‘serra acima’ remeteram grandes quantidades de açúcar para o mercado externo, até o século XX. A exportação alcançou o pico de 597.551 arrobas, na safra de 1846/47, após a queda brusca em razão da geada de 1842/43, quando exportou apenas 194.509. problemas climáticos, novamente, fez declinar a exportação de açúcar, em 1848 e 1849, como também a de café. Quando a produção foi recuperada, nos primeiros anos do decênio seguinte, o açúcar, que por mais de meio século tinha sido o carro chefe das exportações pelo porto de Santos, cedeu lugar ao café e converteu-se ao mercado interno.⁸⁶

⁸⁵ Maria Thereza S. Petrone, *Op. Cit.*, p.177.

⁸⁶ Maria Thereza S. Petrone, *Op. Cit.*, pp.162-163.

CAPÍTULO 2 – O CAFÉ E A RECONFIGURAÇÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA

Ao ser introduzida em larga escala nas terras de ‘Serra Acima’ do oeste paulista, a partir da década de 1840, a lavoura cafeeira encontrou já montada uma agromanufatura escravista açucareira em plena expansão, vivendo o auge de exportação desse artigo e a maior dimensão de suas unidades produtivas, constituída dos maiores plantéis de escravos e de grande escala de produção. Encontrou a estrutura de exportação criada pela lavoura canavieira, formada por estradas, pontes, porto e uma camada de tropeiros experientes no transporte para o litoral, com suas tropas de mulas e escravos.

A existência da agromanufatura açucareira possibilitou o rápido desenvolvimento da lavoura cafeeira, pois além da estrutura de exportação, cedeu-lhe terras já abertas ao cultivo, recursos para a implantação do cafezal e braços cativos para o trabalho. Durante duas décadas, ambas as culturas se expandiram nas terras da depressão periférica paulista, gerando duas grandes lavouras escravistas voltadas para o mercado externo, e em meados do século o volume de café exportado ultrapassou o do açúcar. Após o fim do tráfico atlântico de escravos, no entanto, as duas lavouras começaram a disputar as terras e os cativos da região. A partir desse momento, o café se transformou no produto por excelência de exportação, enquanto o açúcar teve sua produção diminuída e foi direcionado para o abastecimento do mercado interno.

O café já constituía, na década de 1820, o segundo produto da exportação provincial, remetendo 141.663 arrobas para o exterior, em 1825.⁸⁷ A produção do Vale do Paraíba, tributária do porto do Rio de Janeiro, era responsável por esta exportação de café, pois nestes anos a rubiácea já ganhava as terras da região, alterando a paisagem da lavoura aí implantada. No primeiro decênio do Império, a lavoura cafeeira desbancou a nascente lavoura canavieira de exportação, nessa região. Municípios que principiavam o desenvolvimento da produção escravista de exportação baseadas na lavoura canavieira rapidamente foram conquistados pelo café, cuja produção espalhava-se pelo vale fluminense.

⁸⁷ Júlio Brandão Sobrinho, *A Lavoura da Canna e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense*, São Paulo, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, p. 50.

O município de Areias produziu 647 toneladas de café, em 1822 e 1.651, ou 110.000 arrobas, em 1829. A implantação da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba criou, na década seguinte, duas regiões distintas de exportação na Província, à medida que o “Norte” tinha o café como base da agricultura de exportação, enquanto o “Oeste”, o açúcar. No Vale do Paraíba, a produção dos derivados de cana regrediu, em favor da expansão do café, enquanto no Oeste este era introduzido lentamente ao lado da lavoura canavieira.

A lavoura cafeeira foi introduzida, na região do Oeste Paulista, pelos senhores de engenho, em suas propriedades produtoras de açúcar e aguardente, detentores de médios e grandes plantéis de escravos. Após o sucesso inicial dessa produção associada à fabricação de derivados de cana é que se deu o processo de abertura de fazendas especializadas na produção da rubiácea. Muitos desses senhores abandonaram a produção de derivados de cana e transformaram seus engenhos em fazendas de café, mas vários deles mantiveram produção comercial mista de açúcar e café.

A penetração cafeeira teve ritmo e dimensões diferentes nos municípios açucareiros do oeste paulista. Francisco Vidal Luna e Herbert Klein apontaram o surgimento de uma fazenda de café em Itu, em 1799.⁸⁸ Em Campinas, o café foi introduzido por um grande senhor de engenho: Francisco Egídio de Souza Aranha, que apareceu pela primeira vez como chefe de seu fogo em 1822.⁸⁹ Em 1828, Nicolau Vergueiro já plantara seis mil pés de café no seu Engenho Ibicaba, em Piracicaba, que se transformou em grande fazenda cafeeira, palco de experiência com a introdução de colonos estrangeiros no sistema de parceria, na década de 1840, e também da rebelião dos mesmos, em 1857.⁹⁰

⁸⁸ Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo: Edusp, 2005, p. 84.

⁸⁹ J. J. Von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Martins Fontes, 1976, p. 173. Carlos de Almeida Prado Bacellar o relacionou entre os senhores de engenho com plantéis acima de 40 cativos. *Os Senhores da Terra: Família e Sistema Sucessório entre os Senhores de Engenho do Oeste Paulista*. Campinas, Centro de Memória/Unicamp, 1997, anexo, p. 191.

⁹⁰ Warren Dean. *RIO CLARO: um sistema brasileiro de grande lavoura (182001920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 45. Rio Claro foi Freguesia de Piracicaba até 1842, quando desmembrou-se em Vila autônoma. O mesmo ocorreu com a Freguesia de Limeira, em 1842, na qual se localizava a Fazenda Ibicaba. Sobre a implantação da cana e do café em Ibicaba, José Sebastião Witter. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo, Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1982.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR, AGUARDENTE E CAFÉ EM SÃO PAULO, 1836					
Açúcar e café em arroba					
municípios	Engenhos de açúcar	Produção de açúcar	Destilarias/aguardente e rapadura	Fazendas de café	Produção de café
Bananal	8	510	12	82	64.822
Areas	-	-	12	238	102.797
Lorena	9	1.000	74	62	33.649
Guaratinguetá	3	1.114	7	40	22.442
Cunha	5		-	2	50
Taubaté	1	1.000	17	86	23.607
Pindamonhangaba	1	100	5	79	62.628
S. Luiz do Paraitinga	-	-	2	3	16.200
S. José dos Campos	-	-	8	43	9.015
Jacareí	-		20	64	54.004
Paraibuna	1		-	83	23.322
Mogi das Cruzes	-		8	38	11.237
Santa Isabel					2.499
Bragança	-		-	10	2.400
Atibaia	-		5	4	520
Jundiá	29	11.800	2	-	1.276
Campinas	93	158.447	93	9	8.081
Mogi Mirim	35	40.520	-	nos engenhos	610
Capivari	52	310	-	nos engenhos	310
Porto Feliz	76	73.113	-	nos engenhos	900
Piracicaba	78	115.609	-	nos engenhos	4.699
Itu	98	91.965	-	-	1.052
Araraquara	1	440	-	-	-
Sorocaba	11	2.930	2	1	770
Franca	11	272	34	2	211
São Paulo	Pequenos alambiques			3	879
Parnaíba	16	680	19	-	55.000
Itapetininga	10	5.500	-	1	30
Itapeva	1	500	6	-	-
Apiáí	-	-	7	-	-
Iguape	-	-	-	-	-
Cananéia	-	-	3	-	-
S. Vicente	-	-	9	-	192
Santos	-	-	18	-	150
São Sebastião	10	-	5	4	42.845
Ilha Bela	7	4.955	15	32	10.289
Ubatuba		460	334 no geral		31.000
Produção total da Província		563.108	46.728 canadas		588.136

Não constam os municípios do caminho do Sul, que formarão a Província do Paraná.

Fonte: Daniel Pedro Muller. Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978.

A cafeicultura foi implantada com maior rapidez e vigor nos engenhos de Campinas. Daniel Pedro Muller listou nove fazendas de café nesse município, em 1836, produzindo 8.081 arrobas. Apontou que em muitos engenhos de Mogi Mirim, Capivari, Porto Feliz e Piracicaba se plantavam café.

Piracicaba produziu 4.699 arrobas da rubiácea, em alguns de seus engenhos. Em 1835, localizamos pequena produção de café nos engenhos do Barão de Itu, administrado por Luis Antonio de Camargo (110 arrobas de café e 3.700 de açúcar), Rafael da Silveira (150 arrobas de café e 300 de açúcar), José Ferraz de Campos (12 arrobas de café e 800 de açúcar) e do Vigário Joaquim Manoel Fiusa (269 arrobas de açúcar e 5 de café). Warren Dean apontou que os ‘engenheiros de assucar’ Antonio Paes de Barros e Joaquim José de Andrade possuíam pés de café, neste mesmo ano.⁹¹

Em 1836, Jundiaí colheu 1.276 arrobas de café, Mogi Mirim 610, Porto Feliz 990 e Capivari, recém independente, apenas 310. Os dados de Daniel Muller mostram que a lavoura cafeeira apenas principiava nessas localidades do Oeste, enquanto a Vila de Areias, no Vale do Paraíba, já produzia mais de 102.000 arrobas, Bananal mais de 64.000, Pindamonhangaba mais de 62.000, Jacareí mais de 54.000, Lorena mais de 33.000, Taubaté mais de 23.000, Guaratinguetá mais de 22.000, São Luis do Paraitinga mais de 16.000.⁹² Nessa região restou uma pequena lavoura canavieira, com destaque para os 9 engenhos e as 74 destilarias de aguardente de Lorena, que produziam 1.000 arrobas de açúcar e muita cachaça.

Foi a partir da década de 1840, que a lavoura cafeeira passou a ser implantada em grande escala, nos engenhos da região, mas concentrada em alguns desses municípios, especialmente Campinas, Limeira e Rio Claro, que fecharam esse decênio com uma produção de café superior à produção de derivados de cana, ampliando a exportação da rubiácea pelo porto santista. Nos engenhos dos municípios Itu, Piracicaba, o ritmo de implantação dessa lavoura cafeeira foi mais lento e a produção de

⁹¹ Maços de População de Piracicaba, 1835, AESP, microfilme, rolo 164. Warren Dean. *Op. Cit.*, p. 45. Este autor estudou o processo de constituição da lavoura canavieira e cafeeira em Rio Claro, antiga Freguesia de Piracicaba. Excluímos as Freguesias De Rio Claro e Limeira do Maço de População de Piracicaba de 1835.

⁹² Daniel Pedro Muller. *São Paulo em 1836: Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo, Seção de Obras de “O Estado de São Paulo”, p. 131.

açúcar e aguardente continuou como principal atividade econômica das localidades até o advento da ferrovia, no final dos anos 1860.

Gradativamente, a plantação e produção de café no oeste e, conseqüentemente, a exportação por Santos, foi aumentando, durante a década de 1840, até o salto em quantidade, em 1850, com a maturação dos cafezais plantados nos engenhos de Campinas. Por Santos também se exportava o café colhido em Jacareí, São José e Mogi das Cruzes, além dos outros municípios do caminho em direção ao Rio de Janeiro, mais próximos da capital paulista.

ESPORTAÇÃO DE CAFÉ PELO PORTO DE SANTOS, 1837-1868					
café em arrobas					
anos	Café	anos	café	anos	café
1837-38	97.751	1847-48	246.893	1857-58	771.010
1838-39	113.965	1848-49	223.588	1858-59	957.321
1839-40	136.524	1849-50	130.681	1859-60	1.367.130
1840-41	184.976	1850-51	470.054	1860-61	1.241.884
1841-42	102.105	1851-52		1861-62	1.535.845
1842-43	51.663	1852-53		1862-63	1.269.221
1843-44	112.128	1853-54	492.936	1863-64	1.071.361
1844-45	190.850	1854-55	820.124	1864-65	1.832.420
1845-46	207.730	1855-56	823.608	1867-68	1.872.416
1846-47	244.338	1856-57	736.541		

Fonte: Francisco Antonio da Silva. *Abastecimento em São Paulo: estudo histórico do abastecimento da Província via barreira de Cubatão (1835-1877)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1985, P. 103. Dissertação de Mestrado. Maria Thereza Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. PP.158-163

Nos últimos anos da década de 1830, a quantidade de café que passou pela Barreira de Cubatão ultrapassou as 100.000 arrobas, alcançando 184.976 em 1840-41, quase o dobro de 1836-37, declinando nos anos seguintes, devido aos problemas climáticos que atingiram a lavoura. Recuperou-se, em seguida, ultrapassando a exportação as 200.000 arrobas, na safra 1845-46, atingindo 246.893 na de 1846-47, antes da geada novamente derrubar a produção.

PROCEDÊNCIA DO AÇÚCAR E O DO CAFÉ EXPORTADO POR SANTOS (1836-1855)								
Município	1836-1837		1842-1843		1846-1847		1854-1855	
	açúcar arobas	café em arobas	açúcar arobas	café arobas	açúcar arobas	café arobas	açúcar arobas	café arobas
Campinas	152.922	4.927	55.948	15.860	203.195	66.640	12.085	313.063
Itu	66.495	1.086	46.723	429	141.613	7.287	40.099	5.075
Piracicaba	71.213	2.587	27.782	2.088	50.633	2.597	38.707	19.213
P. Feliz	66.751	383	24.884	358	3.572	-	37.404	7.676
Capivari	46.012	36	25.367	536	78.479	2.582	33.274	3.786
Jundiaí	12.146	810	6.395	650	22.572	1.666	1.062	25.751
M. das Cruzes	7.561	14.921	343	3.870	12.914	27.320	801	37.224
M. Mirim	5.450	-	5.234	997	8.460	54	4.596	21.845
São Paulo	2.802	1.583	628	894	19.944	4.651	2.327	8.431
Bragança	32	2.140	-	610	626	2.599	159	14.470
Paraibuna	270	1.126	-	-	-	-	-	-
S. Bárbara	304	-	-	-	764	1.011	-	-
Sorocaba	802	1.114	-	-	1.232	862	769	3.653
Parnaíba	192	-	110	-	-	-	186	-
Jacareí	178	45.739	-	19.457	10.218	90.431	690	135.312
Minas	189	-	296	-	3.024	4.327	-	1.508
São José	-	7.934	-	2.542	2.818	8.834	1.497	36.496
Limeira	-	-	-	216	15.708	8.053	3.930	53.336
S. Branca	-	441	-	2.119	-	1.377	-	7.627
S. Isabel	-	1.213	-	828	141	1.060	-	4.207
São Bernardo	-	1.168	-	-	548	709	98	440
Taubaté	-	230	-	30	-	-	-	7.765
Amparo	-	206	303	139	4.519	-	-	9.600
Outros	-	13	495	8	16.596	4.520	6.363	57.424
Total	433.268	87.659	194.509	51.633	597.551	236.737	184.049	773.892

Fonte: Maria Thereza S. Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, p. 166.

Mais de 50% desse café exportado, 126.585 arrobas, no entanto, provinham de Mogi da cruces, São José dos Campos e Jacareí, sendo 90.431 desse último. A produção de café de Campinas já tomara vulto, na safra de 1846-47, cuja exportação de 66.640 arrobas era bem superior as 4.927 de dez anos antes. A produção nos outros municípios

do Oeste ainda era de pequena monta. O café também ganhava as terras de Rio Claro e Limeira, ao norte do Rio Piracicaba. Limeira exportou pouco mais de 8.000 arrobas, nesse mesmo ano.⁹³

A implantação de uma lavoura de café leva cerca de cinco anos para dar frutos, o que demanda todo esse tempo de trabalho e investimento antes de algum resultado econômico. A produção de açúcar possibilitava a geração de recursos para investimento na lavoura cafeeira, durante esse período inicial de crescimento dos arbustos e de maturação dos grãos. Maduro o cafezal, o produtor de derivados de cana inicia pequena colheita de café, explorando seus escravos em mais uma lavoura comercial. Com o tempo, vários proprietários optaram por se dedicar com exclusividade à lavoura cafeeira, graças às melhores condições do mercado internacional, de produção e de transporte, mas outros tantos mantiveram produção de ambos os artigos.

Campinas foi o primeiro município do oeste no qual os ‘engenheiros de assucar’ começaram a desmontar seus engenhos em benefício da lavoura cafeeira, após o auge da exportação daquele, antes das geadas de fins do decênio de 1840. Houve grande plantio de café nas fazendas de cana dessa localidade nesse momento, como também a abertura de fazendas cafeeiras. O número de engenhos, superior a 90 unidades desde os anos de 1830, estava reduzidos a 52, em 1851, enquanto as fazendas de café já somavam 68 propriedades, quando eram nove, em 1836.⁹⁴

Não por acaso, a exportação de café da safra de 1850-51 pelo porto de Santos alcançou 470.054 arrobas, quase o dobro de quatro anos antes, ultrapassando o volume de açúcar. Foi o resultado do início da produção dos cafezais plantados em Campinas, Jundiá, Limeira e Rio Claro, alguns anos antes. O café começara desbancar a produção de açúcar desses municípios. A partir desse ano, rumou em direção a Piracicaba, Capivari, Itu, Porto Feliz e Pirapora, como também para Mogi Mirim, tradicionais localidades açucareiras, mas num ritmo menor aquele empreendido em Campinas.

⁹³ Maria Thereza Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, p. 166. Veja o quadro abaixo organizado pela Autora.

⁹⁴ Maria Thereza Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. P. 47. Para a transformação de engenhos em fazendas cafeeiras em Campinas André Munhoz de Argollo Ferrão. *O Patrimônio dos Engenos de Açúcar de Campinas em meados do Século XIX. História do Açúcar: fiscalidade, metrologia, vida material patrimonial*. Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura e Centro de Estudos de História do Atlântico, 2006, pp. 555-578.

Em Piracicaba existiam 14 produtores de café, em 1851, que juntos colheram 13.400 arrobas, sendo 9 deles com produção abaixo de 900 arrobas, demonstrando o processo ainda inicial dessa cultura. Eram pequenos produtores de café, mas não pequenos agricultores. Dos 14, dez eram produtores de açúcar e colhiam essa pequena safra de café em seus engenhos, entre os quais estava o Visconde de Monte Alegre, maior produtor de açúcar, 15.000 arrobas em seus dois engenhos, que colheu apenas 400 arrobas de café. A produção de açúcar do Visconde era superior a toda produção de café do município.

Luis Antonio de Souza Barros, filho do famoso Brigadeiro Luis Antonio de Souza, colhia a maior quantidade de café de Piracicaba, 3.000 arrobas, 10.000 a menos do que sua safra de 13.000 arrobas de açúcar. Francisco Paes de Barros, em seu único engenho fabricava 10.500 arrobas de açúcar e colheu apenas 300 de café. Seu irmão, o Barão de Itu, possuía aí dois engenhos, dos quais tirava 8.000 arrobas de açúcar e tão somente 200 de café. Com exceção de Afonso Agostinho Gentil, que fabricou 1.500 arrobas de açúcar, todos os outros ‘engenheiros de assucar’ que colheram café, fabricaram 3.000 ou mais. Eram os grandes produtores que introduziam a cultura da rubiácea nessa localidade. Os quatro indivíduos que colhiam café sem a produção concomitante de açúcar o faziam em pequena escala, abaixo de 800 arrobas.⁹⁵

Capivari, neste mesmo ano de 1851, apresentou 20 produtores envolvidos na atividade cafeeira, mas com produção muito pequena, ainda em seus princípios. A Câmara Municipal relatou a existência de “várias plantações de café que produzem de 6 a 8 mil arrobas”, o que daria uma média de menos de 500 arrobas por produtor. Onze desses 20 produtores que estavam introduzindo a cultura da rubiácea eram senhores de engenho, entre eles Joaquim Antonio de Carvalho, um dos dois maiores fabricantes de açúcar, com 5.000 arrobas.⁹⁶

Os poucos cafezais plantados em Porto Feliz e Pirapora, municípios mais afastados do porto de Santos, às margens do rio Tietê, eram muito novos e pouco produziam. Neste último, em março de 1852, a Câmara afirmou não haver fazendas de

⁹⁵ Ofício da Câmara Municipal de Piracicaba, 14/03/1852. AESP. Ofícios Diversos, cx 374, ordem 1169.

⁹⁶ Ofício da Câmara Municipal de Capivari 16/01/1852 e 13/02/1852. AESP, Ofícios Diversos, cx, 186, ordem 981.

café, ao computar 60 engenhos.⁹⁷ Em alguns deles eram colhidas poucas arrobas de café. Dois anos depois, relatou a mesma Câmara, “O café, ainda em começo, havendo já plantações consideráveis, promete para o futuro grandes riquezas.”⁹⁸ Já para Porto Feliz, a Câmara orçou a produção de café em tão somente 1.500 arrobas, para o ano de 1851, colhidos por 13 produtores, nove dos quais ‘engenheiros de assucar’.⁹⁹

Como apontado, na década de 1840, nos municípios de Porto Feliz, Piracicaba, Capivari e Pirapora, alguns ‘engenheiros de assucar’ experimentaram a produção de café em seus engenhos, mas foi nas duas décadas seguintes que introduziram essa cultura em grande escala, transformando a paisagem canavieira construída na primeira metade do século. A produção açucareira regrediu, após o fim do tráfico atlântico de cativos, em benefício do aumento da lavoura cafeeira e, em Porto Feliz, da algodoeira, no período da guerra civil norte-americana.

O censo organizado por Machado de Oliveira, em 1854, mostrou a penetração do café no oeste paulista e a conversão de alguns municípios até então açucareiros para a lavoura do café. Nesse ano, essa atingiu a dimensão da lavoura canavieira da região, mas exportava em maior quantidade, mesmo com produção pouco menor, pois convertera a produção açucareira para o mercado interno.

FAZENDAS DE CAFÉ NO OESTE DE SÃO PAULO EM 1854								
Municípios	fazendas	agregados	Colonos	escravos	Animais condução	Café Arrobas	Importância em réis	Área, léguas ²
Jundiaí	57	66	235	1.450	820	60.000	180.000.000	8
Campinas	177	28	198	6.000	944	335.550	1.006.650.000	44 ½
Piracicaba	16	0	380	318	220	30.000	118.000.000	8
M. Mirim	66	174	38	982	1.500	80.000	320.000.000	20
Limeira	65	40	942	1.747	162	121.800	365.400.000	4
Rio Claro	65	313	231	1.426	650	99.670	239.890.000	50
Araraquara	4	0	0	61	30	2.000	6.000.000	4
Franca	-	-	-	-	-	-	-	-
Sorocaba	19	12	2	775	277	12.750	38.250.000	14 ½
Itu	60	60	11	759	331	16.702	50.106.000	41
P. Feliz	16	4	7	177	96	6.350	19.050.000	2
Pirapora	20	4	2	927	60	3.300	6.090.000	-
Capivari	14	0	0	70	150	8.000	22.000.000	-
Total	579	701	2.046	14.692	5.240	776.122	2.343.436.000	196

Fonte: Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais da Província de São Paulo em 1854. In Discurso com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da

⁹⁷ Ofício da Câmara Municipal de Pirapora, 20/03/1852. AESP, Ofícios Diversos, cx. 379, ordem 1174.

⁹⁸ Ofício da Câmara Municipal de Pirapora, 14/01/1854. AESP, Ofícios Diversos, cx. 379, ordem 1174.

⁹⁹ Ofício da Câmara Municipal de Porto Feliz, 10/03/1852. AESP, Ofícios Diversos, cx. 385, ordem 1180.

província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855. AESP, microfilmes, rolo 20.

Na nova região cafeeira que se abria a partir do Planalto de Jundiaí e concentra-se na depressão periférica, de Sorocaba, ao sul, a Mogi Mirim, ao norte, computou-se 579 fazendas de café, 14.692 escravos, 2.046 colonos, e 701 agregados. Nessas fazendas foram produzidas 776.122 arrobas. As tropas de mulas passaram com 773.892 arrobas de café pela Barreira de Cubatão, em direção ao porto de Santos, na safra de 1854-55, mais de 300 mil superior a 1850.

A produção, nesse momento, estava concentrada no eixo Jundiaí Rio Claro, sendo metade dela em Campinas, 335.550 arrobas, em 177 fazendas. Esses dados mostram a rapidez da implantação da lavoura cafeeira nessa localidade, no final da primeira metade do século, e da substituição dos engenhos pelas fazendas de café. Em vários casos, uma grande propriedade com engenho de açúcar dava origem a algumas fazendas produtoras de café.¹⁰⁰

Em Jundiaí, Limeira e Rio Claro o café já constituía a principal lavoura comercial escravista. Nas duas últimas, elevadas à Vila em 1842, houve rápido crescimento da produção cafeeira, levada a cabo pelo pequeno grupo de senhores de engenho e seus familiares, que optaram pela cultura da rubiácea, nos anos 1840. Juntas produziam 220.000 arrobas de café, quase dois terços do volume produzido em Campinas.¹⁰¹ Mogi Mirim já contava com 66 fazendas, mas sua produção de café, de 80.000 arrobas era bem inferior as mais de 200.000 de açúcar produzidas nessa localidade. Em 57 propriedades, Jundiaí colhia 60.000 arrobas da rubiácea.

No Vale do Tietê, no entanto, a penetração da lavoura cafeeira era muito modesta, em 1854. As 60 fazendas de Itu produziram tão somente 16.702 arrobas de café. A produção diminuía conforme se descia o Tietê, 6.350 arrobas em Porto Feliz e 3.300 em Pirapora. Capivari, entre o Tietê e o Piracicaba, colheu 8.000 arrobas. Sorocaba, entre o Tietê e o Paranapanema, colheu pouco mais, 12.750. Levaria mais uma década para a rubiácea se instalar com maior ímpeto nessas localidades.

¹⁰⁰ André Munhoz de Argollo Ferrão. O Patrimônio dos Engenos de Açúcar de Campinas em meados do Século XIX. *História do Açúcar: fiscalidade, metrologia, vida material patrimônio*. Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura e Centro de Estudos de História do Atlântico, 2006, pp. 555-578.

¹⁰¹ Para a introdução e expansão da lavoura cafeeira em Rio Claro Warren Dean. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*.

Piracicaba seguia os passos de suas antigas Freguesias de Limeira e Rio Claro, substituindo canaviais por cafezais e abrindo novas fazendas exclusivamente cafeeiras, mas bem mais lentamente que aquelas. No censo de 1854, ainda eram 16 fazendas, produzindo 30.000.

O vale do Paraíba produzia 77,46% do café colhido na Província, 2.737.639 arrobas, em 1854. A partir desse ano, a grande Província de São Paulo, incluindo aqui a sua parte Sul que constituirá a Província do Paraná, forma o mercado de consumo de sua produção escravista açucareira, pois o açúcar praticamente desaparece dos registros de exportação.

Novos cafezais entravam em produção no oeste paulista, nos últimos anos da década de 1850, e a Barreira de Cubatão registrou a passagem de 1.367.130 arrobas de café, na safra de 1859-60, cerca de 500.000 a mais do que a cinco anos atrás. A exportação de café pelo porto de Santos mais que triplicou, na década de 1850, enquanto a de açúcar desapareceu.¹⁰²

Em Campinas se produzia mais da metade desse café. Augusto Zaluar e Tshudi, que passaram pela cidade nesse ano, apontaram que a mesma produzia cerca de 700.000 arrobas anuais, em 189 fazendas, reduzindo o número de engenhos e 22 unidades.¹⁰³ O Presidente da Província informou que nesse ano financeiro de 1859-60 campinas exportou 640.565 arrobas de café. Na região, com quantidade bem inferior, seguiam-lhe Limeira, com 175.187 arrobas e Rio Claro, com 107.654. Amparo exportou 70.137 arrobas, Mogi Mirim 49.489, Piracicaba 37.697, Bethlem 37.027 (Itatiba, desmembrada de Jundiaí em 1857).¹⁰⁴

Os dados de produção de alguns desses municípios são bem superiores aos de exportação, nesses anos. Rio Claro colheu 170.466 arrobas, em 1862.¹⁰⁵ Em fins dos anos 1850, a produção de açúcar e café já se equivaliam em Piracicaba, quando Zaluar a

¹⁰² Discurso com que o Illm. E Exm . Senhor Conselheiro Antonio José Henriques, presidente da Província de S. Paulo, Abrio a Assembléa Legislativa Provincial em 3 de março de 1861.

¹⁰³ Augusto Emílio Zaluar. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61)*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, p. 136. J. J. Von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista. Publicações Comemorativas sob o Patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, p. 173.

¹⁰⁴ Discurso com que o Illm. E Exm . Senhor Conselheiro Antonio José Henriques, presidente da Província de S. Paulo, Abrio a Assembléa Legislativa Provincial em 3 de março de 1861.

¹⁰⁵ Warren Dean. *Op. Cit.*, p. 52.

visitou. Silvia Sampaio calculou uma produção de 100.000 arrobas de açúcar e 80.000 de café.¹⁰⁶

Houve aumento de escala na produção de café e diminuição na de açúcar, nas fazendas canavieiras de Piracicaba. O arrolamento da Comissão encarregada de examinar as vias de transporte e o estado da produção no município mostra muito bem essa mudança. Foram listados 38 fazendeiros com produção mínima de 1.000 arrobas, dos quais 28 senhores de engenho. Quatro destes também colhiam café e três eram os maiores produtores do gênero. Os 14 indivíduos envolvidos nessa produção colhiam 47.000 arrobas, média de 3.357, bem superior às 957 de dez anos atrás.

Luis Antonio de Souza Barros continuou o maior fazendeiro do município, mas agora produzindo mais café do que açúcar. Sua produção de café pulou de 3.000 para 20.000 arrobas, enquanto a de açúcar caiu de 13.000 para 6.000. Inverteu a produção desses dois gêneros, nesses dez anos, e criou uma grande fazenda especializada na produção de café, trabalhada por escravos e por grande número de colonos europeus. Sua Colônia na Fazenda São Lourenço contava, em 1859, com 92 famílias e 451 pessoas, das quais 114 tinham até 10 anos.¹⁰⁷ Antonio José da Silva Gordo, que fabricou 7.000 arrobas de açúcar e nenhum café, em 1850, dez anos depois fabricou 4.000 arrobas daquele e 5.000 deste. Felix Antonio Alves fez uma safra de 3.000 arrobas de açúcar e 1.500 de café, em 1850, e 2.000 e 3.000, respectivamente, em 1860. Dos outros 13 produtores de café, 3 colhiam 1.000 arrobas e 10 colhiam 2.000, sendo que um deles fabricava 1.000 de açúcar.¹⁰⁸

A produção de café aumentava também nos engenhos de Capivari, fazendo diminuir a produção de açúcar. Em 1857, a Câmara informava haver 57 engenhos de açúcar “que nos três últimos annos tem produzido annualmente 70 a 80 mil arrobas, havendo diminuição d’uma terça parte pela falta de braços que se faz sentir athé nos gêneros d’alimentação; e porque alguns proprietários estão passando da cultura do assucar para a do café, cuja cultura produz de 15 a 18 mil arrobas, e promette augmento,

¹⁰⁶ Silvia Selingardi Sampaio. *Geografia Industrial de Piracicaba: um exemplo de interação indústria – agricultura*. São Paulo, USP, Instituto de Geografia, 1976, p. 65.

¹⁰⁷ Mappa da colônia de S.Lourenço pertencente ao Comendador Luiz Antonio de Souza Barros. AESP, ofícios diversos, 14 de fevereiro de 1860, cx. 376, ordem 1171.

¹⁰⁸ Parecer da Comissão encarregada de examinar o estado das estradas e pontes deste município; o estado da navegação fluvial, do estado da industria da mineração, da agrícola, e fabril; e criação de gado em suas diversas espécies. Constituição, 27 de janeiro de 1861. AESP, ofícios diversos, cx. 376, ordem 1171.

prejudicando a cultura do assucar que é mais laboriosa e a que não se sujeitão braços livres.”¹⁰⁹ Nos três anos seguintes a produção de café aumentou muito pouco, alcançando pouco mais de 20.000 arrobas anuais, pois a Câmara informou que a mesma foi de 60 a 70 mil arrobas, no período.¹¹⁰

As Freguesias de Indaiatuba e Cabreúva, ao norte do rio Tietê, nas quais se concentravam as fazendas de café do município de Itu, foram elevadas à Vila em 1859, como relatou a Câmara:

“depois do desmembramento das freguesias de Indaiatuba e Cabreúva, onde existem os maiores estabelecimentos de café, tornou-se quase insignificante neste município a cultura do deste ramo: todavia ainda existem alguns estabelecimentos, onde como por toda a parte se fez sentir a maléfica influencia dos bixos que atacão o cafezeiro; e produzio uma baixa sensível na producção da colheita do anno que corre.”¹¹¹

Continuava modesta a penetração da lavoura cafeeira no Vale do Tietê, zona mais antiga da lavoura canavieira, como em Itu, no final dos anos 1850. Em Porto Feliz e Pirapora, a produção de café não ultrapassava 10.000 arrobas, muito aquém da dos municípios ao norte do rio Piracicaba.¹¹²

Em 1864-65, último ano em que o café chegou ao porto de Santos em lombo de mulas, pois em 1865 a ferrovia inglesa veio coletar a safra da interlândia santista na cidade de São Paulo, passaram pela barreira de Cubatão 1.832.420 arrobas de café, um milhão a mais do que uma década atrás. Dois anos depois, as pontas dos trilhos chegaram em Jundiaí, completando um percurso de quase 140 km, para onde remetiam os fazendeiros do oeste toda sua safra de café dirigida ao mercado externo. Os ingleses resolveram parar por aí sua obra, monopolizando o transporte ferroviário para o porto de

¹⁰⁹ Ofício da Câmara Municipal de Capivari, 09/01/1857. AESP, Ofícios Diversos, cx. 186, ordem 981.

¹¹⁰ Ofício da Câmara Municipal de Capivari, 12/01/1861. AESP, Ofícios Diversos, cx. 186, ordem 981.

¹¹¹ Ofício da Câmara Municipal de Itu de 2 de dezembro de 1862. AESP, cx 278, ordem 1173.

¹¹² Ofício da Câmara Municipal de Pirapora de 16 de novembro de 1857. Ofício do Inspector Geral das Estradas de Pirapora, José Correa de Moraes Silveira, de 12 de maio de 1860. AESP, CX. 524, Ordem 1319. Ofício da Câmara municipal de Porto Feliz, 10/10/1857, CX. 385, Ordem 1180

Santos por várias décadas.¹¹³ No final dessa, por esse porto já foram exportadas 2.226.730 arrobas da rubiácea.

Quando da inauguração dessa ferrovia, a lavoura cafeeira já constituía a principal cultura comercial do município de Piracicaba, que por ela também exportava, e acreditamos que também em Mogi Mirim. O Relatório Municipal de 1866, realizado pela Câmara Municipal de Piracicaba, nos forneceu um retrato da lavoura escravista mercantil do município, o que nos possibilitou perceber as transformações ocorridas a partir de 1850. A principal lavoura comercial já não era a canaveira produtora de açúcar e aguardente, mas a cafeeira.

A localidade contava com 204 fazendas, das quais 147 com os chamados produtos tropicais, 46 com cereais e 11 com criação de gado. Essas fazendas concentravam 2.212 cativos e 621 trabalhadores livres, totalizando 2.838. A produção de café, que foi de 13.400 arrobas em 1850, atingiu 112.750 arrobas, em 1866, enquanto a produção açucareira declinou de 167.400 para 39.400 arrobas, no mesmo período, somada a uma fabricação de 216.420 canadas de aguardente.

PRODUTORES DE AÇÚCAR, AGUARDENTE E CAFÉ, POR TAMANHO DE PLANTEL, CONSTITUIÇÃO, 1866						
Tamanho de plantel	Número de senhores	Número de escravos	Média de escravos	Produção de açúcar (arrobas)	Produção de café (arrobas)	Produção aguardente (canadas)
1-10	03	21	7,0	400	230	720
11-20	04	66	16,5	1.700	2.500	10.200
21-30	05	143	28,6	7.500	3.400	46.000
31-40	03	109	36,33	2.600	7.000	10.800
+ de 40	04	240	60	8.700	8.800	58.500
Total	19	579	30,47	20.900	22.930	126.220

Fonte: Relatório municipal de Constituição, 1866. AESP, ofícios diversos, cx. 378, ordem 1173.

¹¹³ Odilon Nogueira de Matos. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas, Pontes, 1990, p. 74.

Os maiores escravistas do município desenvolviam uma produção mista de açúcar e café. As 19 fazendas que produziam os dois artigos, além de uma grande fabricação de aguardente, concentravam a maior média de escravos (30,47), concentrando 579 cativos. Nelas, não havia diferenças entre o número de senhores escravistas por tamanho de plantel, à medida que poucos conseguiam se dedicar as duas lavouras com poucos escravos. O resultado é que, nesse grupo, o número de escravistas com posse superior a 40 cativos (04) era maior do que os proprietários de até 10 escravos (03), igual ao número de fazendeiros do grupo com posse entre 31 e 40, donos de 109 cativos. Doze dos 19 escravistas possuíam mais de 21 escravos, concentrando 492 dos 579.

Os menores escravistas do grupo possuíam em média 7 escravos e produziam apenas 440 arrobas de açúcar, 230 de café e 720 canadas de aguardente. Interessante notar que eles produzam mais açúcar do que café, o que é mais difícil para os pequenos plantéis. O mesmo ocorria entre os proprietários de 21 a 30 escravos, cuja produção de açúcar era mais que o dobro da de café, além da grande quantidade de aguardente. Provavelmente tratava-se dos mais antigos senhores de engenho que vinham implantando seus cafezais, que ainda não haviam alcançado seu pleno desenvolvimento. O contrário era a situação dos três escravistas seguintes, que colhiam 7.000 arrobas de café e fabricavam bem menos açúcar e aguardente. Os últimos quatro, que tinham 60 escravos em média, tiravam safras equivalentes dos dois artigos, 8.700 arrobas de açúcar e 8.800 de café, somadas a 58.500 canadas de aguardente.

Individualmente, no entanto, havia grande disparidade na produção de açúcar e café. O maior escravista do município, com 80 escravos, fabricava basicamente derivados de cana, sendo 5.000 arrobas de açúcar e 30.100 canadas de aguardente, fabricadas em dois engenhos na mesma fazenda. Sua safra de café era de apenas 300 arrobas, provavelmente o cultivo da rubiácea apenas começava. O inverso também ocorria. Em uma propriedade com 50 escravos colhia-se 5.000 arrobas de café e fabricava-se 200 de açúcar e nenhuma aguardente. Outro fazendeiro, com 40 cativos, conseguiu fazer uma safra de 3.000 arrobas de café, 500 de açúcar e 3.600 canadas de aguardente.

Outros grandes escravistas produziam ambos os artigos de forma mais equilibrada. O segundo maior deles, possuidor de 64 escravos, colhia 2.500 arrobas de

café e fabricava 1.500 de açúcar e 14.400 canadas de aguardente. Dois outros senhores, com 46 e 36 cativos, produziam, respectivamente, 2.000 arrobas de açúcar, 1.000 de café e 14.000 canadas de aguardente e 1.500 arrobas de açúcar, 2.000 de café e 7.200 canadas de aguardente.

Entre as 19 propriedades mistas, 11 produziam mais açúcar, 7 mais café e uma a mesma quantidade de ambos. A produção de derivados de cana predominava nas propriedades com pequena safra, enquanto a de café prevalecia nas propriedades com safra entre torno de 3.000 a 4.000 arrobas, somadas as quantidades dos dois gêneros. Eram grandes engenhos cujos proprietários implantaram também importante lavoura cafeeira para exportação, enquanto vendiam o açúcar no mercado interno. Alguns deles estavam se especializando na produção do café e aos poucos iam concentrando seus escravos na faina da mesma.

Além destas 19 propriedades, o café era produzido exclusivamente em outras 71, sendo 70 delas escravistas, produzindo 89.800 arrobas, média de 1.283 por fazenda. Na lavoura especializada na produção cafeeira predominavam os pequenos escravistas, com posse no máximo de 10 cativos. Eram 36 (51,43 %) do universo de 70 escravistas, detendo 21,17 % dos 939 escravos, uma média de 5,53 cativos. A participação desse grupo na produção total da rubiácea (13,36 %), no entanto, era bem inferior à sua importância numérica no conjunto dos escravistas, e mesmo inferior a sua posse de escravos.

As propriedades com plantéis entre 11 e 20 cativos concentravam, nesse momento, a maior quantidade dos mesmos (331), totalizando 35,25%, média de 15,76 por unidade. Diferentemente do grupo anterior, sua participação na produção era superior à participação no conjunto dos escravistas, 32,40% e 30%, respectivamente. Juntos esses senhores com plantéis de até 20 escravos somavam mais de 81% dos escravistas envolvidos na colheita de café e concentravam 56,44% da escravaria.

É muito pequeno, dessa forma, o número de proprietários com médios e grandes plantéis de cativos envolvidos exclusivamente no cultivo do café. Entre os 70, apenas 13 detinham posse acima de 20 escravos, sendo apenas dois deles com posse acima de 41, três com posse entre 31 e 40 e oito entre 21 e 30. Os cinco senhores que possuíam mais de 31 cativos (206) concentravam mais escravos do que os 36 proprietários do

primeiro grupo, com plantel de 1 a 10, e produziam quase três vezes mais café, 33.500 arrobas

SENHORES E ESCRAVOS, POR TAMANHO DE PLANTEL, E PRODUÇÃO NAS FAZENDAS DE CAFÉ, CONSTITUIÇÃO, 1866							
Tamanho do plantel	senhores	% dos senhores	Número de escravos	% dos escravos	Média de escravos	Produção de café @	Média de produção
1- 10	36	51,43	199	21,19	5,53	12.000	333
11-20	21	30,0	331	35,25	15,76	29.100	1.386
21-30	08	11,43	203	21,62	25,38	15.200	1.900
31-40	03	4,29	100	10,65	33,33	7.500	2.500
+ 40	02	2,86	106	11,29	53	26.000	13.000
Total	70	100	939	100	13,41	89.800	1.283

Fonte: Relatório municipal de Constituição, 1866. AESP, officios diversos, cx. 378, ordem 1173.

O grupo intermediário de oito escravistas (11,43%) detinha em média 25,38 cativos e concentrava 21,62% dos mesmos. Sua colheita de café alcançou 16,93%. A média de escravos nessas 70 propriedades atingiu 13,41 indivíduos, inferior à média de 19,88 nas 16 fazendas arroladas por Machado de Oliveira, em 1854. Essa queda ocorreu devido ao aumento do número de pequenos escravista envolvidos nessa atividade agrícola, mas também ao aumento do preço do escravo e ao início da imigração.

Dentre essas propriedades destacam-se as do Comendador Luis Antonio de Souza Barros, filho do finado Brigadeiro Luis Antonio de Souza, maior produtor agrícola da localidade. Ele possuía duas fazendas anexas, nas quais se encontrava o maior plantel desse grupo, 56 cativos. Mas sua fazenda já revelava o futuro que viria, pois na mesma tinha uma colônia com 300 imigrantes, inigualável no município, que contava com mais 92 trabalhadores livres distribuídos em outras 29 propriedades cafeiras. Sua produção era de 20.000 arrobas, em um total de 112.750 colhidas no município.

Não conseguimos levantamentos como esse de Piracicaba para os outros municípios ainda com importante produção açucareira, para analisarmos esse processo de implantação da lavoura cafeeira nos engenhos daqueles, mas pelos dados de produção acreditamos que localidades como Itu, Capivari, Tietê e Porto Feliz viviam o mesmo processo, isto é, grandes engenhos e pequenos engenhos produzindo também café e a abertura de novas propriedades com produção exclusiva da rubiácea.

Como os ingleses desistiram do prolongamento da ferrovia além de Jundiaí, em 1867, não entrando na depressão periférica, região que concentrava a grande produção cafeeira do oeste, os fazendeiros, capitalistas e negociantes paulistas assumiram a tarefa. Juntaram o capital acumulado durante algumas décadas nas lavouras canavieira e cafeeira, criaram Companhias ferroviárias e construíram um conjunto de ferrovias que, no início do século XX, cortavam toda a superfície do Estado, completando a modernização do sistema de transporte da economia paulista.

No final da década de 1870, toda a depressão periférica e o Vale do Paraíba, estavam ligados aos portos de embarque através das linhas férreas. O processo teve início com a inauguração do trecho de 45 km, ligando Jundiaí a Campinas, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em agosto de 1872. Três anos depois, inaugurou-se o trecho até Santa Bárbara, em junho de 1876 até Limeira e em agosto do mesmo ano a ferrovia alcançou Rio Claro. Daí rumou para Araras, onde chegou em abril de 1877, cinco meses depois atingiu Leme, em outubro do ano seguinte, Piracununga, alcançando Porto Ferreira, às margens do rio Mogiguaçu, em janeiro de 1880.¹¹⁴

De Jundiaí partiu também a Ituana, cujo trecho até Itu foi inaugurado em abril de 1873. Em 1875, o município de Sorocaba, vizinho ao sul, era ligado à Capital pela Estrada de Ferro da Sorocabana. A Ituana rumou para o norte, atingindo o rico município de Piracicaba, passando por Capivari, em 1879. Não seguiu, dessa forma, o Vale do Tietê.¹¹⁵

De Campinas partiu a ferrovia da Companhia Mogiana, cuja inauguração do trecho até Mogi Mirim ocorreu em agosto de 1875, com um ramal para Amparo, no

¹¹⁴ Odilon Nogueira de Matos. *Café e Ferrovias*. pp. 83-84.

¹¹⁵ Odilon Nogueira de Matos. *Café e Ferrovias*. pp. 87-89.

planalto. Em janeiro de 1878, a ferrovia chegou a Casa Branca, mais ao norte.¹¹⁶ Em abril do ano anterior, inaugurou-se a ferrovia do Vale do Paraíba, construída pela Companhia São Paulo e Rio de Janeiro, de propriedade de fazendeiros e capitalistas da região. Essa ferrovia entroncou-se com a Pedro II, no município de Cachoeira, ligando a Capital paulista à Corte Imperial e transportando a produção de café do Vale paulista e fluminense.¹¹⁷

Essas ferrovias implantadas nas regiões cafeeiras possibilitaram o rebaixamento dos custos com o transporte de mercadorias e liberaram escravos ocupados no setor para as lavouras, diminuindo momentaneamente o problema com a falta de braços cada vez mais caros, no tráfico interno. Os fazendeiros empreendedores dessas Companhias lucravam duplamente com a redução dos custos de transportes de suas safras e com os lucros advindos das empresas ferroviárias. Nas duas décadas após a chegada da ferrovia à cidade de São Paulo, vencendo a descida da serra do mar, e a conseqüente instalação das ferrovias paulistas, a lavoura escravista mercantil cafeeira viveu seu apogeu, concentrando escravos de outros setores e lugares. No Vale do Paraíba, aliás, foi o apogeu da própria lavoura cafeeira, à medida que essa começou a declinar, nos últimos anos da escravidão.

No oeste, as ferrovias empurraram a fronteira agrícola para além das cuestas do planalto ocidental, possibilitando a expansão da lavoura cafeeira de exportação nas terras altas além da depressão periférica. O café rumou para Botucatu, Araraquara, Brotas, Jaú, Jaboticabal, Caconde, São Simão e Ribeirão Preto. O número de Vilas não parava de aumentar e o de pés de café de se multiplicar. Entre 1876, quando se implantavam as primeiras ferrovias da região, e 1883, quando se iniciava o processo de desagregação do trabalho escravo, foram plantados 105 milhões de cafeeiros na Província, em sua maior parte no oeste paulista, já a principal zona produtora da rubiácea.¹¹⁸

As Companhias ferroviárias prolongaram seus trilhos para buscar essa nova produção. Os trens da Mogiana atingiram Ribeirão Preto em 1883, Franca em 1887, chegando à divisa de Minas, nas barrancas do Rio Grande, no ano seguinte. Um conjunto de ramais ligou os municípios vizinhos a essa artéria de exportação. Uma

¹¹⁶ Odilon Nogueira de Matos. *Café e Ferrovias*. pp. 90-91.

¹¹⁷ Odilon Nogueira de Matos. *Café e Ferrovias*. p. 86.

¹¹⁸ Wilson Cano. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977, p. 41.

Companhia criada e liderada pelo Conde do Pinhal construiu uma ferrovia que partindo de Rio Claro alcançou Araraquara em janeiro de 1885, passando por São Carlos, e em fevereiro de 1887 chegou a Jaú. Em 1892 foi adquirida pela Paulista. Os trilhos da Sorocabana atingiram Botucatu em 1889.

EXPANSÃO CAFEIEIRA EM SÃO PAULO, 1880-1911. (MILHÕES DE CAFEIROS)						
Período	Cafeeiros em produção	Produção de café (milhões de sacos)	Novos cafeeiros plantados		Preços médios de exportação	
			Período (b)	Quant.	Cr\$/saco	L ouro/saco
1880	106	1,2	1876-1883	105	30,5	3,11
1888	211	2,6	1884-1885	9	24,4	2,15
1890	220	2,9	1886-1896	306	56,0	3,16
1901	526	8,9	1897	159	55,6	1,74
1902	685	10,2	1898-1901	4	45,0	1,54
1906	689	6,9	1902	8	31,1	1,54
1907	697	15,4	1903-1906	-	31,8	1,84
1911	697	8,5	1907-1908	25	29,0	1,82

Fonte: Wilson Cano: *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 1977, p. 41.

Esse grande plantio dobrou o número de cafeeiros em produção em São Paulo, no último decênio da escravidão, que chegou a 211 milhões, em 1888. A produção de café paulista, em 1886, ultrapassou 10.400.000 arrobas, pois o relatório da Comissão Central de Estatística não computou a safra de alguns municípios, entre os quais Bananal, Botucatu, Mogi Mirim, São Simão e Ribeirão Preto, todos grandes produtores.¹¹⁹ Estes últimos, ligados pela ferrovia mogiana, estavam se transformando nos maiores produtores da Província e São Simão participaria do processo de instalação da grande indústria do açúcar, no final do século.

Campinas, nesses anos finais de escravidão, era o maior produtor de café, com suas 1.500.000 arrobas. Dos municípios que informaram a produção à Comissão Central

¹¹⁹ Paul Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p. 30.

de Estatística, nenhum outro ultrapassava a barreira do milhão de arrobas. Amparo se aproximava, com mais de 933.000 arrobas. O Vale do Paraíba iniciara o declínio na produção da rubiácea, mas os municípios cortados pela ferrovia ainda apresentavam grandes produções, conforme apresentada no quadro dos maiores produtores listados.

MAIORES PRODUTORES DE CAFÉ DE SÃO PAULO, 1886 (em arrobas)			
Areias	100.000	Amparo	933.333
Queluz	120.000	Espírito Santo do Pinhal	150.600
São José do Barreiro	173.333	São João da Boa Vista	150.000
Guaratinguetá	350.000	Casa Branca	300.000
Lorena	50.000	São José do Rio Pardo	200.000
Pindamonhangaba	200.000	Mococa	93.333
São José dos Campos	250.000	Cajuru	133.333
Taubaté	300.000	Serra Negra	200.000
Bragança	250.000	Rio Claro	600.000
Indaiatuba	200.000	Araras	500.000
Campinas	1.500.000	Araraquara	140.000
Capivari	93.333	Descalvado	416.667
Jundiaí	133.333	Limeira	200.000
Itatiba	373.333	Palmeiras	244.800
Piracicaba	300.000	Santa Rita	250.000

Fonte: Sérgio Milliet. *Roteiro do Café e Outros Ensaios*. São Paulo, Hicitec, 1982, pp. 40-54.

Nos municípios que iniciavam o processo de modernização do setor açucareiro, com a instalação de engenhos centrais, Piracicaba apresentava grande produção de café, 300.000 arrobas, e Capivari, 93.000. Lorena, no Vale do Paraíba, reduzira sua colheita de café a 50.000 arrobas e na pioneira Porto Feliz a colheita sempre foi pequena e, nesse momento, não ultrapassava 10.000 arrobas.¹²⁰

Os fazendeiros paulistas necessitavam resolver o problema da mão-de-obra para o trabalho. A solução foi encontrada na imigração em massa, subsidiada pelo Estado, a partir de 1886. Dois anos depois a escravidão chegou ao fim e uma corrente de estrangeiros, aos milhares, aportou nas fazendas paulistas, ocupando as colônias recém criadas.¹²¹ Solucionado o problema, houve uma verdadeira corrida na plantação de novos cafezais, aproveitando a euforia dos preços pagos pelo café, até 1897. Nos dez

¹²⁰ Dados em Sérgio Milliet. *Roteiro do Café e Outros Ensaios*. São Paulo, Hicitec, 1982, pp. 40-54.

¹²¹ Thomas H. Holloway. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

anos posteriores ao início da grande imigração, em 1886, foram plantados 306 milhões de pés de café, quantia superior a que existia em produção no Estado. Mais 159 milhões foram plantados no ano de 1897. O número de arbustos em produção pulou de 211 milhões, em 1888, para 526 milhões, no primeiro ano do novo século, e 685 milhões, no ano seguinte.

O resultado dessa corrida foi a superprodução de café no final do século XIX e início do seguinte, quando todos esses cafezais começaram produzir, derrubando os preços do produto. A safra de 1902 chegou a 10,2 milhões de sacas de 60 kg, mais que o triplo da safra de 1888. Era necessário frear o plantio e em 1902 foi instituído um imposto de dois contos de réis sobre cada novo alqueire plantado com café, que manteve estável a quantidade de cafeeiros em produção, durante toda primeira década.¹²² Era um momento propício para cafeicultores investirem na produção de derivados de canas, como mostraremos no capítulo seguinte.

A Estatística Agrícola e Zootécnica, organizada em 1904/1905, pela Secretaria da Agricultura, apontou a distribuição da produção pelos municípios paulistas, que nos possibilita notar nos quais ocorreu a grande expansão da década anterior. Os técnicos da Secretaria dividiram o Estado em cinco distritos agrícolas, quatro na região de ‘serra acima’ e o quinto composto pelo litoral.

¹²² Wilson Cano. *Op. Cit.*, p. 43. Veja tabela acima, à página 57.

PRODUÇÃO DE CAFÉ E CAFEZEIROS EM SÃO PAULO, 1905												
PRIMEIRO DISTRITO				SEGUNDO DISTRITO			TERCEIRO DISTRITO			QUARTO DISTRITO		
Nº	Municípios	Cafeeiros	Café @	Municípios	Cafeeiros	Café @	Municípios	Cafeeiros	Café @	Municípios	Cafeeiros	Café @
1	Araçariçuama	80.100	3.220	Amparo	18.763.800	902.331	Anápolis	4.657.500	181.800	Avaré	3.610.500	250.825
2	Areais	3.010.000	72.284	Araras	7.263.302	407.999	Araraquara	18.212.000	895.000	Bauru	2.651.700	93.821
3	Atibaia	7.201.000	255.400	Batatais	9.769.080	453.580	Bareri	5.310.200	301.020	Bom Sucesso	100.060	9.545
4	Bananal	3.282.000	53.750	Caconde	3.962.500	232.760	Barretos	1.088.600	70.550	Botucatu	12.328.517	896.345
5	Bragança	10.569.800	712.303	Cajurú	2.872.292	170.611	Bebedouro	4.725.736	261.440	C. Novos Paranapanema	428.500	46.230
6	Bocaina	517.000	10.720	Campinas	28.518.100	1.227.460	Boa esperança	3.966.700	213.290	Capão Bonito do Paranapanema	4.000	100
7	Buquira	1.608.500	43.145	Casa Branca	8.373.399	328.420	Boa Vista das Pedras	3.357.450	46.762	Campo Largo de Sorocaba	92.000	4.430
8	Cabreúva	1.866.000	92.200	Cravinhos	11.289.000	603.440	Brotas	6.346.500	332.170	E. Santo da Boa Vista	950.500	86.795
9	Caçapava	4.845.300	143.798	Curralinho	2.183.650	102.653	Capivari	4.152.000	165.400	E. Santo do Turvo	374.700	34.095
10	Capital	19.053	953	Descalvado	12.683.171	527.368	Dourados	2.903.100	173.925	Fartura	1.333.200	155.973
11	Guarulhos	-	600	E. Santo do Pinhal	8.298.300	428.420	Dois Córregos	6.018.100	322.358	Faxina	132.540	11.852
12	Cotia	2.000	80	Franca	7.380.988	510.030	Ibitinga	2.336.340	184.055	Guareí	158.000	14.400

13	Cruzeiro	2.914.000	78.734	Itapira	6.520.700	349.210	Indaiatuba	2.650.300	111.980	Itapetininga	652.500	47.640
14	Cunha	60.600	2.180	Ituverava	1.237.000	120.120	Jaboticabal	17.422.800	1.011.850	Itaporanga	418.250	38.287,5
15	Guararema	45.000	1.650	Jardinópolis	5.429.700	303.030	Jaú	22.749.494	1.476.568	Itararé	182.000	3.260
16	Guaratinguetá	4.816.800	149.900	Leme	2.675.116	49.565	Matão	8.192.500	534.350	Itatinga	1.895.000	183.690
17	Itapecerica	733	-	Limeira	8.759.320	401.505	Mineiros	3.005.500	162.530	Lavrinhas da Faxina	197.500	30.200
18	Itatiba	6.771.500	339.279	Mococa	9.479.155	699.100	Monte Alto	5.232.000	417.520	Lençóis	3.471.450	328.720
19	Jacareí	2.268.400	62.275	Mogi Guaçu	2.303.500	95.380	Monte Mor	957.000	34.525	Pederneiras	2.286.708	144.670
20	Jambeiro	2.671.500	80.140	Mogi Mirim	6.114.500	326.082	Piracicaba	6.245.430	301.958	Piedade	20.325	1.327
21	Jataí	9.740.378	25.271	Nuporanga	5.440.000	372.500	Pitangueiras	3.841.200	241.200	Pereiras	193.500	9.405
22	Jundiá	1.275.500	400.000	P. Sapucaí	1.611.000	116.950	Ribeirão Bonito	4.829.000	355.600	Pilar	14.500	710
23	Juqueri	71.400	6.640	Pedreiras	1.992.700	81.130	Ribeirãozinho	10.466.509	567.570	Piraju	3.447.300	344.395
24	Lagoinha	292.000	6.090	Pirassununga	5.130.334	228.390	Rio Claro	13.391.010	686.321	Porto Feliz	457.500	31.770
25	Lorena	1.496.000	42.130	Porto Ferreira	1.661.000	130.750	Rio das Pedras	3.049.300	133.360	Remédios do Tietê	315.000	13.230
26	M. da Cruzes	132.550	4.959	Ribeirão Preto	29.094.365	2.040.036	São Pedro	5.033.000	238.890	Ribeirão Branco	-	-
27	Natividade	100.600	11.430	S. Antonio d'Alegria	714.375	32.595	S. João da Bocaina	6.183.000	408.650	Rio Bonito	2.005.252	79.050

28	Nazareth	636.000	18.680	Santa Bárbara	118.300	3.990	S. Carlos do Pinhal	25.049.217	1.097.975	S. Antonio da Boa Vista	222.000	11.475
29	Paraibuna	1.079.000	35.240	S. Cruz Conceição	1.973.000	52.813	S. José do Rio Preto	255.700	25.208	S. Bárbara do Rio Pardo	129.000	6.200
30	Parnaíba	50.000	1.500	S. Cruz Palmeiras	6.487.081	360.850				S. Cruz do Rio Pardo	1.950.500	210.770
31	Patrocínio	732.500	43.550	S. Rita do Paraíso	3.530.500	293.070				S. Manoel do Paraíso	14.840.870	1.263.402
32	Pindamonhangaba	7.387.500	135.000	S. Rita do Passa Quatro	11.038.800	802.060				S. Miguel Arcanjo	-	-
33	Pinheiros	1.599.000	36.080	S. João da Boa Vista	10.011.200	307.500				Agudos	2.508.500	114.580
34	Queluz	1.389.000	50.785	S. José do Rio Pardo	10.586.600	432.331				S. Pedro do Turvo	41.750	3.880
35	Redenção	2.553.200	83.092	São Simão	26.782.000	1.466.675				São Roque	140.200	4.226
36	Santa Branca	634.000	20.410	Serra Negra	7.338.425	311.775				Salto de Itu	136.300	5.990
37	Santa Isabel	718.200	29.705	Sertãozinho	12.066.200	822.196				Sarapuí	85.500	5.428
38	Santo Amaro	-	-	Socorro	3.931.700	72.649				Sorocaba	217.590	19.705
40	S. Bento do Sapucaí	247.200	13.280							Tietê	5.750.500	351.080
41	São Bernardo	-	-							Una	-	-
42	S.J. do Barreiro	1.325.800	41.735							Itu	5.987.510	345.374

43	Salesópolis	86.200	3.106									
44	S. J. dos Campos	5.424.700	162.791									
45	S. Luis Paraítinga	1.652.400	34.298									
46	Silveiras	2.761.000	57.517									
47	Taubaté	9.517.120	224.619									
48	Tremembé	1.179.870	25.669									
49	Piquete	1.338.000	20.670									
Total		107.595.339	3.726.078		307.646.153	16.321.469		201.342.586	10.963.925		70.440.522	5.262.315,5

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo de 1904-1905.

O primeiro distrito reunia os municípios do entorno da capital, como Parnaíba, Jundiá, Bragança e o Vale do Paraíba. Nesse, localizavam-se as plantações mais antigas do Estado e a produção e produtividade estava em queda. Não era o caso ainda para Bragança, Jundiá e Itatiba. O distrito era o terceiro em número de arbustos, mas o quarto em produção. Com mais de 37 milhões de pés de café do que o quarto distrito produzia bem menos, o que atesta a baixa produtividade de seus cafeeiros. No distrito existia uma grande unidade produtora de açúcar, em Lorena.

Os dois distritos seguintes ocupavam a grande região à margem direita do rio Tietê até a fronteira mineira, ao norte e a leste, cortada pelos rios Mogi Guaçu e Pardo. Compunham a grande região produtora de café e açúcar do Estado, servida pelas Companhias Paulista e Mogiana de estradas de ferro, responsável pela grande expansão dessa lavoura, após a abolição da escravatura. Existiam mais de 508 milhões de cafeeiros em plena produção, que ultrapassava 27 milhões de arrobas. Ribeirão Preto era o município com maior número de pés de café e de maior produção, com nada menos do que 29.094.365 arbustos, produzindo 2.040.036 arrobas. Em Campinas existiam 28.518.100 de arbustos, produzindo 1.227.460 arrobas, ou seja, uma produtividade bem inferior. São Simão, ao lado de Ribeirão Preto, produzia mais do que Campinas, com quase 27 milhões de cafeeiros. Ribeirão Preto e seu entorno, Sertãozinho, Cravinhos, Santa Rita, Batatais era a principal área de produção de café, no início do século XX. A expansão já chegara com força a Franca, na divisa mineira, com 7.380.988 cafeeiros.

Rumou também para o centro norte do Estado, no Planalto Ocidental, entre os rios Tietê a Mogi Guaçu, que compunha o terceiro distrito. Araraquara já contava com mais de 18 milhões de pés de café e Jaboticabal já se aproximava dessa quantia. A produção nesse último já ultrapassava a cifra de um milhão de arrobas, enquanto em Araraquara se aproximava de 900.000. São Carlos do Pinhal, que se desmembrara de Araraquara era o maior produtor do distrito, colhendo quase 1.100.000 arrobas em 25.049.217 cafeeiros. Ao lado desses gigantes na produção de café, outros municípios possuíam algumas dezenas de milhões de arbustos plantados. O café levou a moderna indústria do açúcar para o Planalto, implantada nesses grandes municípios produtores e exportadores da rubiácia, no final do século XIX e início do XX. Cafeicultores as implantaram em Araraquara, Franca, São Simão e Jaboticabal. Campinas, centro principal da antiga manufatura açucareira escravista da primeira metade do século, e

terceiro maior produtor de café em 1905, seguiu Piracicaba e Capivari, instalando a mais moderna agroindústria do açúcar, nesse momento.

O quarto distrito era formado pela região da margem esquerda do Tietê, parte na depressão periférica, na clássica região da lavoura canavieira de Itu, Porto Feliz e Tietê, e parte no planalto ocidental, além das cuestas de Botucatu, área de expansão da rubiácea desde a década de 1860, com a inauguração da Santos-Jundiaí e da Estrada de Ferro Sorocabana, no decênio seguinte. O número de cafeeiros plantados na região era bem inferior ao do restante da área de 'serra acima', cerca de um terço do segundo distrito agrícola. Itu e Tietê, localidades nas quais predominava a produção de açúcar até pouco tempo antes do fim do trabalho escravo, contavam agora com mais de 5 milhões de arbustos em produção. O mesmo não ocorrera com Porto Feliz, cuja produção de café era de pouca importância, no qual existia o único engenho central moderno no distrito.

Os maiores cafezais concentravam-se nos municípios de Botucatu e São Manoel, com 12.328.517 e 14.840.870 de cafeeiros, respectivamente. Ao sul, em direção ao norte do Paraná, existiam municípios com cafezais entre dois e 4 milhões de arbustos. Essas localidades apresentavam a maior produtividade de café por arbustos do Estado, nessa primeira década do século XX: Botucatu 72 arrobas por 1.000 pés, 85 em São Manoel, 95 em Lençóis e 99 em Piraju.¹²³ A oeste, o café chegara a Bauru, onde aportaram os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1905, para transportar cerca de 100.000 arrobas de café, colhidos em mais de dois milhões e meio de pés. Era a boca do sertão, de onde partiria a nova franja pioneira, após a primeira guerra mundial.

Na primeira década do século XX, quando os cafeicultores paulistas tiveram que enfrentar a crise de superprodução, metade do território paulista havia sido incorporado à lavoura cafeeira de exportação. A outra metade o seria até o momento da Grande Depressão.

A safra de 1906-07 foi espetacular, 15,4 milhões de sacas, ampliando o estoque de café destinado ao mercado mundial para 13,6 milhões de sacas. Tal safra só foi superada em 1928, um ano antes da grande depressão. A burguesia cafeeira que governava São Paulo, e o País, recorreu à política de valorização do café, a partir do

¹²³ Pierre Monbeig. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paul.*, p. 171.

convênio de Taubaté, em 1906.¹²⁴ As safras despencaram, a partir de então, 8,5 milhões em 1911 e 9,5 milhões, às vésperas da primeira guerra mundial.

A implantação e desenvolvimento da lavoura escravista cafeeira de exportação nas terras de ‘serra acima’, durante o Império, transformou São Paulo na principal área de exportação de produtos tropicais do País para o mercado mundial. Nesse processo, concentrou boa parte da escravaria nacional, juntamente com Minas Gerais e Rio de Janeiro, traficada das regiões menos dinâmicas do País. Maior ainda foi a expansão da população livre da Província, com o afluxo de mineiros e outros forasteiros, além do crescimento natural da população.

A acumulação gerada nesse complexo possibilitou a modernização do beneficiamento do café em muitas propriedades, como também a implantação de um conjunto de ferrovias que revolucionou o transporte terrestre, possibilitando a expansão da lavoura para regiões bem mais distantes e encurtando as distâncias. Indústrias e empresas de serviços públicos surgiram para atender as necessidades dessa economia em crescimento, importando a maquinaria dos países capitalistas centrais, como a indústria de sacaria e, a que aqui nos interessa, a moderna indústria do açúcar.

Em São Paulo, com exceção do Vale do Paraíba, a desagregação do trabalho escravo não trouxe a desestruturação da lavoura cafeeira. Pelo contrário, o grande afluxo de imigrantes e os preços altos levaram a uma expansão jamais vista dessa lavoura, na grande região oeste do Estado, desbravando regiões inóspitas, tomadas aos índios.

O Estado se constituiu no maior fornecedor de café do mundo, mas se transformou em importador de gêneros alimentícios. Sua população, que ultrapassava os 3 milhões de habitantes no início do século XX, constituía amplo mercado consumidor de gêneros diversos, nacionais e internacionais. No Almanaque da Secretaria da Agricultura de 1917 escreveram seus redatores: “importávamos milhares de toneladas de milho argentino, de arroz da Índia, de feijão do Chile e do Rio Grande do Sul, de batatas da França e Portugal e de assucar de Pernambuco e Alagoas. Podia-se dizer

¹²⁴ Veja Boris Fausto. *Expansão do Café e Política Cafeeira*. HGCB, Tomo III, O Brasil Republicano, v. I. *Extrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1985, pp. 213-216.

então que o povo paulista alimentava-se de gêneros estrangeiros, para só produzir café.”¹²⁵

Pensou-se, a partir de então, em uma certa diversificação da agricultura paulista, com o incentivo e desenvolvimento da produção de outros gêneros de lavoura.

¹²⁵ Almanaque da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo para o anno de 1917. Publicado no 25º anniversario da criação da mesma Secretaria. S. Paulo, Typografia Brasil, 1917, p. 258.

CAPÍTULO 3 - PRODUÇÃO AÇUCAREIRA PAULISTA PARA AO MERCADO INTERNO E EXPANSÃO DO MERCADO CONSUMIDOR.

Em seu clássico trabalho sobre a agromanufatura açucareira em São Paulo, Maria Thereza Petrone demonstrou a importância do chamado “ciclo do açúcar” de exportação para o rápido crescimento da produção cafeeira nas terras do antigo oeste paulista, à medida que cedeu-lhe terras já então desbravadas, forneceu capitais e escravos já concentrados e criou um sistema comercial e de transporte, com seus caminhos de tropas de mulas, tropeiros e comerciantes, para a exportação dos produtos da Província. Sem tais condições não teria sido possível o rápido crescimento da produção e exportação do café pelo porto de Santos.

Mas o café não apenas se beneficiou da estrutura criada pela produção do açúcar, pois o desenvolvimento do complexo cafeeiro e sua expansão, na segunda metade do século XIX, garantiu a própria sobrevivência da agromanufatura açucareira paulista e possibilitou a criação da grande indústria de açúcar e álcool em São Paulo, no último quartel do oitocentos e primeiros anos do novecentos. O complexo cafeeiro retribuiu o complexo açucareiro com capitais, estradas de ferro, imigrantes e um amplo mercado consumidor de açúcar, aguardente e álcool.

É bem conhecido o momento em que a exportação de café ultrapassou a de açúcar pelo porto de Santos, desbancando-o da liderança da pauta de exportação paulista de toda a área interiorana tributária do porto santista. Foi na safra de 1850/51, quando passaram pela barreira de Cubatão 470.054 arrobas de café e 344.904 arrobas de açúcar.¹²⁶ A região do Vale do Paraíba, desde a década de 1830, já tinha no café sua principal fonte de riqueza, mas a produção cafeeira dessa região era tributária do porto do Rio de Janeiro. No Oeste paulista as culturas da cana e do café expandiam-se simultaneamente, da década de 1830 até meados da década de 1850.

O açúcar não apenas perdeu a liderança nas exportações paulistas, em meados do século XIX, mas retirou-se do mercado mundial e converteu-se em produto de abastecimento do mercado interno regional, alargado pelo desenvolvimento do complexo cafeeiro.

A queda da quantidade de açúcar exportada, nos primeiros anos após o fim do tráfico de escravos, não ocorreu devido a diminuição da produção desse produto, mas ao

¹²⁶ Maria Thereza Shorer Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p. 162.

redirecionamento do mesmo para o mercado interno. Em 1851, alguns engenhos, em alguns municípios, já haviam apagado seu fogo, substituindo a produção de açúcar pela do café, mas no conjunto do “Oeste”, a manufatura açucareira não estava decadente, como deixa claro o Presidente da Província, Nabuco D’ Araujo, em 1852:

“A cultura do café prospera cada vez mais, e promete a esta província um grande futuro.

A mudança da cultura do assucar para a de café e chá, he uma tendencia que os nossos fazendeiros manifestão, e se vae operando insensivelmente: esta tendencia provem, como sabeis, não só de ser mais facil e vantajosa esta cultura do que aquella, como porque he menos sujeita ás avarias inherentes ao pessimo estado das nossas vias de communições, e impossibilidade da rodagem.

Todavia não obstante essa tendencia a cultura do assucar não está decadente.”¹²⁷

A implantação da lavoura cafeeira ocorreu de forma desigual e em ritmos diferentes nas vilas açucareiras do oeste paulista, até a sexta década do século XIX. Enquanto declinava a produção de açúcar e o canavial cedia espaço ao cafezal em municípios como Campinas, Limeira e Rio Claro, o número de engenhos e o conseqüente aumento da produção de açúcar ampliava-se em municípios como Itú, Piracicaba, Capivari, Pirapora e Mogi-Mirim, que conheciam o auge da produção açucareira nos engenhos escravistas. É importante salientar aqui que a maioria das fazendas produtoras de café, no início da segunda metade do oitocentos, não era formada por antigos engenhos de fogo morto, mas por novas propriedades abertas já com o objetivo de cultivar café.

Nos municípios localizados nos vales dos rios Tietê, a partir de Itu, e de Piracicaba, predominava a lavoura canvieira, durante todo decênio de 1850, nos quais a produção cafeeira estava sendo implantada. O mesmo é verdadeiro para o extenso município de Mogi Mirim, no vale do rio Mogi Guaçu.

¹²⁷ AESP. Discurso com que o Illm. Sn. Dr. José Thomas Nabuco D’Araujo, Presidente da Provincia de S. Paulo abrio a Assembléa Legislativa provincial no dia 1º de maio de 1852, p. 36.

NÚMERO DE ENGENHOS E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM 1851 E 1853				
	1851		1853	
Municípios	N. engenhos	Produção @	N. engenhos	Produção @
Itu	24*	150.000	?	80.000
Porto Feliz	53	50.000	35	40.000
Constituição	60	164.400	55	160.000
Capivari	72	150.000	72	120.000
Pirapora	60	80.000	60	100.000
Total	269	594.400	222	500.000

* no ofício aparecem apenas os mais notáveis.

Fonte: AESP, ofícios diversos; Itu, cx. 276, ordem 1071 (14/03/1852); Porto Feliz, cx. 385, ordem 1180 (13/01/1852); Constituição, cx. 374, ordem 1169 (14/03/1852); Capivari, cx. 186, ordem 981 (13/03/1852); Pirapora, cx. 379, ordem 1174 (20/03/1852).

Os dados recolhidos pelo Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira, responsável pela organização das estatísticas provinciais, para o ano de 1854, demonstram o estado da lavoura escravista mercantil e fornecem elementos para pensar as afirmações acima. A primeira observação a ser feita é que a produção de açúcar no Oeste paulista está em seu auge, não em declínio, dividindo as terras da região com os cafezais. A produção de 851.275 arrobas de açúcar dos municípios do Oeste é superior, inclusive, as 776.122 arrobas colhidas de café, na mesma região. Nesta, estava concentrada a manufatura do açúcar, pois possuía 575 fazendas de cana, das 667 da Província, produzindo 851.275 arrobas, de um total de 866.140. Outras 92 propriedades canavieiras espalhavam-se no Vale do Paraíba e no litoral Norte, abastecendo essas áreas cafeeiras de açúcar e aguardente.

Dos treze municípios do Oeste, arrolados em 1854, oito produziam mais açúcar do que café e, diga-se, em muito maior quantidade. A produção de café dos municípios de Itú, Capivari, Piracicaba, Porto Feliz e Pirapora é insignificante em comparação a produção de açúcar. Mogi-Mirim, maior produtor de açúcar com 227.000 arrobas, já colhia 80.000 arrobas de café. A produção de café em Campinas (335.550 arrobas) destoava daquela dos outros municípios, pois colhia quase metade de todo café da região. Os municípios mais distantes, como Franca e Araraquara, além da depressão

periférica, tinham pouca participação na lavoura escravista mercantil, o mesmo ocorria com Sorocaba, na rota do gado.

FAZENDAS DE AÇÚCAR NO “OESTE” DE SÃO PAULO EM 1854								
Municípios	fazendas	agregados	colonos	escravos	Animais de condução	Açúcar arrobas	Importância em réis	Área em léguas ²
Jundiaí	19	60	0	720	400	22.000	50.000.000	4
Campinas	44	0	0	1.967	944	62.290	99.694.000	16
Piracicaba	51	0	0	1.889	540	131.000	262.000.000	29
M. Mirim	57	0	9	1.524	3.096	227.000	452.000.000	30
Limeira	13	22	0	80	400	3.500	63.100.000	-
Rio Claro	30	108	0	501	210	33.980	53.600.000	27
Araraquara	12	0	0	108	90	5.000	10.000.000	10
Franca	20	40	0	243	500	8.800	20.000.000	-
Sorocaba	10	3	0	409	70	12.325	19.720.000	7
Itu	164	40	0	3.408	4.190	159.070	254.512.000	41 ½
P. Feliz	38	0	0	942	1.062	43.310	61.950.000	4 ½
Pirapora	47	10	1	962	345	43.000	81.950.000	-
Capivari	70	0	0	1.500	400	100.000	140.000.000	-
Total	575	283	10	14.253	12.247	851.275	1568.526.000	188

Fonte: Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais da Província de São Paulo em 1854. In Discurso com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855. AESP, microfilmes, rolo 20.

Não se pode afirmar, portanto, que em meados da década de 1850, o Oeste fosse um espaço eminentemente cafeeiro, muito menos que o “quadrilátero do açúcar deixou de sê-lo, para se dedicar com verdadeira obsessão à cultura do café.”¹²⁸ A pequena exportação de café de Itú (6.540 arrobas), Capivari (9.034 arrobas), Pirapora (503

¹²⁸ Maria Thereza Petrone. *Op. cit.*, p. 162.

arobas), Piracicaba (37.697 arrobas), e Mogi Mirim (49.489 arrobas), em comparação às 175.187 arrobas exportadas por Limeira e às 640.565 exportadas por Campinas, na safra de 1859/60, demonstram a permanência de importante manufatura açucareira na região e a grande concentração da produção cafeeira em Campinas.¹²⁹

Do montante de 866.140 arrobas de açúcar produzidas, em 1854, apenas 184.049 (21,25%) foram exportadas.¹³⁰ Ou seja, quase 80% da produção dos engenhos paulistas eram consumidos internamente, o que garantia a existência de uma importante agromanufatura escravista mercantil produtora de açúcar e aguardente. As tropas de mulas, em sua maioria, não mais tinham que enfrentar a descida da serra do mar carregadas de açúcar. Levavam agora um produto menos perecível, o café, e em maior quantidade. Mesmo no momento de maior exportação de açúcar, nos anos 1840, esses municípios remetiam certa quantidade do produto para o Sul da Província, como comunicava o ofício dos vereadores de Pirapora:

“Actualmente este Município, o de Porto Feliz e o de Capivary, vende mais de quinze mil arrobas de assucar, toda a agoa ardente aos habitantes de Itapetininga, Faxina e Coritiba, que quase todos conduzem estes generos por Tatu atravessando o rio Sorocaba para os quaes a ponte aproveitará.”¹³¹

Em 1854, os municípios de Itu, Piracicaba, Capivari e Porto Feliz exportaram menos açúcar do que no final da década anterior, mas produziam mais e viviam o auge da produção escravista mercantil açucareira. Verifica-se que, com exceção de Porto Feliz que exportava 86,36% do total de sua produção, mesmo os maiores exportadores de açúcar da Província direcionaram a menor parte de sua safra para o mercado externo, exportando de um quarto a um terço do açúcar produzido. Jundiaí exportou apenas 4,83% das 20.000 arrobas produzidas.¹³²

¹²⁹ Discurso com que o Ill. e Exm. Senhor Conselheiro Antonio José Henriques, Presidente da Província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no anno de 1861. Anexo: Quadro da exportação de 1859/1860.

¹³⁰ Maria Thereza Petrone. *Op. cit.*, p. 163. Francisco Alves da Silva. *Op. cit.*, p. 103.

¹³¹ Ofício da Câmara Municipal de Pirapora de 16 de outubro de 1846.

¹³² Apontamos a produção e a dimensão dos plantéis nesses municípios, a partir do levantamento de Machado de Oliveira, no primeiro capítulo.

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR NO OESTE PAULISTA EM 1854			
(EM ARROBAS)			
Municípios	Produção	Exportação	%
Campinas	62.290	12.085	19,40
Itu	159.070	40.099	25,21
Piracicaba	131.000	38.707	29,55
Porto Feliz	43.310	37.404	86,36
Capivari	100.000	33.274	33,27
Jundiaí	22.000	1.062	4,83
Mogi-Mirim	227.000	4.596	2,03

Fonte: Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais da Província de São Paulo em 1854. In Discurso com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855. AESP, microfilmes, rolo 20. Fonte: Maria Thereza S. Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, p. 166.

O município de Mogi-Mirim constituiu caso diferente no quadro do desenvolvimento da manufatura escravista açucareira no Oeste paulista, em relação ao mercado consumidor de açúcar. A produção de Mogi Mirim não se desenvolveu voltada para o mercado externo, como ocorrera com os outros grandes produtores do Oeste. Em 1836-37, enquanto Campinas exportou 152.922 arrobas de açúcar, Mogi Mirim exportou apenas 5.450, de uma produção de 40.520 arrobas. No auge da exportação paulista, no ano de 1846-47, este município vendeu via Santos apenas 8.460 arrobas. Em 1854, era o maior produtor paulista, com 227.000 arrobas, mas exportou apenas 4.596 (2,03%).¹³³ Sua exportação de açúcar nunca foi significativa, pois sempre abasteceu o mercado interno regional, inclusive parte de Minas. Neste caso, a distância do porto de Santos jogava papel fundamental na escolha do mercado consumidor para o açúcar produzido nesta localidade, à medida que os custos dos transportes eram muito elevados.

A lavoura cafeeira deu continuidade a sua expansão na depressão periférica, rumo à Piracicaba, Itu, Porto feliz, Capivary e Pirapora, levando à regressão a lavoura canavieira, nos dois decênios seguintes. A respeito dessa vaticinou o Presidente da

¹³³ Maria Thereza Petrone. *Op. cit.*, pp. 50 e 166.

Província José Antonio Saraiva: “A cultura da canna em breve se reduzirá as proporções compatíveis com o consumo da Província, e o de alguns Municipios de Minas.”¹³⁴ Com a separação do Sul da Província paulista para a formação da Província do Paraná teríamos que acrescentar alguns municípios desta, pois produtores paulistas continuaram remetendo açúcar para o antigo caminho do Sul.

A produção açucareira, no entanto, continuou a principal lavoura comercial daqueles municípios paulistas, durante a década de 1850, e os últimos, durante a década seguinte.

Von Tschudi, em viagem por São Paulo, nos anos de 1860-61, nos relata a situação da manufatura açucareira nessa região. Capivari, Itu e Piracicaba aparecem como os centros produtores mais importante. Sobre Capivari escreveu: “Esta Vila é o centro principal de um rico município agrícola, no qual se encontram nada menos de 63 engenhos de açúcar, 32 fazendas de café e 11 de chá.”¹³⁵ Confirma-o levantamento feito pela Câmara, que apontou produção de 210.000 arrobas de açúcar, nos últimos três anos, superior à produção de café.

“existem 62 engenhos d’assucar que produzirão 210.000 arrobas mais ou menos; os estabelecimentos de caffè, q. do mesmo modo produzirão no período dos três últimos annos de 60 a 70 mil arrobas; os quais parecem lutar com a deficiência de braços que os colloca em atrazo.”¹³⁶

O viajante não passou por Porto Feliz e Pirapora, municípios nos quais predominava a cultura da cana. Nesse último, a produção de açúcar alcançava 120.000 arrobas e 600 pipas de aguardente, boa parte vendida para o sul da Província, além de 10.000 arrobas de café.¹³⁷ Porto Feliz produzia menos açúcar que sua antiga freguesia,

¹³⁴ Discurso com que o Ill. e Exm. Senhor Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. São Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1855, p. 16. AESP.

¹³⁵ J. J. Von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista. Publicações Comemorativas sob o Patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, p. 198.

¹³⁶ Ofício da Câmara Municipal de Capivari. AESP, cx. 186, or. 981. 12 de janeiro fr 1861.

¹³⁷ Ofício da Câmara Municipal de Pirapora de 16 de novembro de 1857. Ofício do Inspector Geral das Estradas de Pirapora, José Correa de Moraes Silveira, de 12 de maio de 1860. AESP, CX. 524, Ordem 1319.

40.000 arrobas anuais, em 35 engenhos, quatro vezes mais do que as 10.000 de café.¹³⁸

Em 1861, informava a Câmara:

“O ramo principal da agricultura n’este município é a canna d’assucar, seguindo-se-lhe logo immediato a cultura do caffè, e além destes dois gêneros, unnicos que se destinão á exportação externa, alguns outros se cultivão em grande eschala, tais são: o milho, feijão, arroz, e mandioca e em menor proporção o chá, algodão, fumo, batata de todas as qualidades, cará , amendoim e alguns outros de pouca importânica. Também fabrica-se a agoardente em abundancia pelos trinta cultivadores de canna de assucar.”¹³⁹

Em Campinas, Tschudi apontou a existência de 22 engenhos, que produziam de 55 a 60 mil arrobas. Limeira contava com 9 engenhos e Rio Claro com 6, o que garantia o abastecimento desses municípios, ou parte dele.¹⁴⁰ Sobre Itu não forneceu números de propriedades com engenhos, mas demonstrou a existência de uma importante produção açucareira. No distrito da cidade, escreveu Tschudi: “cultiva-se em vários fazendas a cana de açúcar, sendo algumas destas fazendas otimamente instaladas, não ficando a dever aos melhores engenhos de Pernambuco”.¹⁴¹ A produção de açúcar girava em torno de 70.000 a 80.000 arrobas e a da café de 18.000 a 20.000, segundo informe da Câmara. As principais fazendas cafeeiras de Itu localizavam-se nas antigas freguesias de Indaiatuba e Cabreúva, que se desmembraram como municípios, em 1859.

Ao apontar o município de Rio Claro como o ponto mais afastado no qual se podia produzir café para a exportação com preço lucrativo, o viajante aponta a existência da produção açucareira para o abastecimento do mercado interno, em especial dos municípios produtores de café. Além daquela localidade,

“nos demais municípios somente os engenhos de açúcar conseguiam ser rendosos, trabalhando para o consumo interno. Uma vez concluída a estrada de

¹³⁸ Ofício da Câmara municipal de Porto Feliz, 10/10/1857, CX. 385, Ordem 1180

¹³⁹ Ofício da Câmara municipal de Porto Feliz, 11/10/1861, cx 387, ordem 1182.

¹⁴⁰ Ídem, *Op. cit.*, pp. 174-198.

¹⁴¹ Ídem, *Op. cit.*, p. 200.

ferro até Campinas, é de se supor que estes engenhos possam suprir as necessidades de consumo além do município de Rio Claro.”¹⁴²

As áreas além deste município, isto é, da depressão periférica, tiveram que aguardar as ferrovias para se conectarem ao mercado externo. E não foi com o açúcar.

Em Piracicaba, os ‘engenheiros’ de açúcar diminuíram a produção e ampliaram a plantação de café, nos anos posteriores ao término do tráfico negreiro atlântico. Os engenhos foram reduzidos a 49, em 1857, cuja produção calculava-se em 100.000 arrobas, sendo de 80.000 a colheita de café.¹⁴³ No final da década, a produção de ambos os gêneros já se equivaliam, pois vários fazendeiros diminuíram a lavoura canavieira em benefício da cafeeira, enquanto outros encerraram as atividades de seus engenhos. O português Augusto Zaluar, ao visitar o município, nesse momento, apontou esse processo na lavoura local.

“A sua produção de café e açúcar regula, termo médio, em cento e cinquenta mil arrobas. É preciso notar que a cultura do café é aqui de data muito recente, pois ainda há muito pouco tempo os Piracicabanos se entregavam exclusivamente ao cultivo da cana, que com esta inovação tem consideravelmente diminuído.”¹⁴⁴

Houve aumento de escala na produção nas fazendas de café e diminuição nas canavieiras. O arrolamento da Comissão encarregada de examinar as vias de transporte e o estado da produção no município mostra muito bem essa mudança. A comissão listou os 38 maiores fazendeiros com safra mínima de 1.000 arrobas, dos quais 28 senhores de engenho, cuja produção somava 60.000 arrobas, média de 2.143 por engenho.

¹⁴² Ídem, *Op. cit.*, p. 188.

¹⁴³ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de S. Paulo para o anno de 1857. Organizado e redigido por Marques e Irmãos. 1º anno, S. Paulo, Typographia Imparcial, pp. 280-281 e 406. Silvia Selingardi Sampaio. *Geografia Industrial de Piracicaba: um exemplo de interação indústria – agricultura*. São Paulo, USP, Instituto de Geografia, 1976, p. 65.

¹⁴⁴ Antonio Emílio Zaluar. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975, p. 151.

RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE ENGENHO E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR – CONSTITUIÇÃO, 1860			
	Senhores	Produção @	valor
1	A casa do finado Barão de Itu	4.000	48:000\$000
2	A casa do Marquês de Rezende	2.000	24:000\$000
3	Alexandre Luis de Almeida Barros	2.000	24:000\$000
4	Antonio Benedito de Castro	1.000	12:000\$000
5	Antonio de Moraes Navarro	1.000	12:000\$000
6	Antonio José da Silva Gordo	4.000	48:000\$000
7	Antonio José de Almeida	1.000	12:000\$000
8	Bernardo Luis Gonsaga	1.000	12:000\$000
9	Caetano José Gomes Camargo	1.500	18:000\$000
10	Comendador Vicente de Souza Queiróz	3.000	36:000\$000
11	Felix Antonio Alves	2.000	24:000\$000
12	Fernando Ferraz de Arruda	2.000	24:000\$000
13	Francisco Ferraz de Camargo	1.000	12:000\$000
14	Francisco Florencio do Amaral	2.000	24:000\$000
15	Francisco Franco de Almeida	2.000	24:000\$000
16	Francisco Moraes Paes de Barros	2.000	24:000\$000
17	João de Almeida Prado	1.000	12:000\$000
18	João Morato de Carvalho	2.000	24:000\$000
19	José Ferraz de Camargo	2.000	24:000\$000
20	José Ferraz de Campos Paes	1.000	12:000\$000
21	José Maciel de Lemos	1.000	12:000\$000
22	Luis Antonio de Souza Barros	6.000	72:000\$000
23	Manoel Soares Ferraz de Sampaio	1.500	18:000\$000
24	Marquesa de Mont' Alegre	7.000	84:000\$000
25	Melxior de Melo Castanho	2.000	24:000\$000
26	Salvador de Ramos Corrêa	3.000	36:000\$000
27	Torquato da Silva Leitão	1.000	12:000\$000
28	Verício da Silva Prado	1.000	12:000\$000

Fonte: Parecer da Comissão encarregada de examinar o estado das estradas e pontes deste município; o estado da navegação fluvial, do estado da industria da mineração, da agrícola e fabril: e criação de gado.

Quatro destes também colhiam café e três eram os maiores produtores desse gênero. Os 14 indivíduos envolvidos na atividade cafeeira colhiam 47.000 arrobas, média de 3.357, bem superior às 957 de dez anos atrás.

O declínio da produção açucareira paulista e o constante crescimento da população, graças a ampliação da lavoura cafeeira, no final da década de 1850, fez com que a produção provincial não mais tivesse capacidade de abastecer sozinha seu próprio mercado, que pelos dados da produção e exportação de 1854 deveria consumir cerca de 10.000 toneladas, o que daria cerca de 25 quilos por habitante. Parte desse açúcar era consumido também em Minas Gerais e no Paraná. Em um decênio, São Paulo passou de exportadora a importadora de açúcar, absorvendo pequena parte da produção nortista. No ano financeiro de 1860/61, apenas 16 arrobas de açúcar passaram pela barreira de Cubatão.¹⁴⁵

No início da década de 1860, São Paulo importava de 1.000 a 2.000 toneladas de açúcar para completar o consumo de sua população.¹⁴⁶ Nesse momento, foi construída a ferrovia ligando Santos à região de “serra acima”, trazendo novos trabalhadores para a Província. Além do café, a cana passou a sofrer a concorrência do algodão, no oeste paulista, a partir da crise de abastecimento do mercado mundial desse produto, gerada pela guerra civil norte-americana. Em 1864, relatou o Presidente da Província: “o incremento que vai tomando a cultura do algodão é incalculável. Por vezes tenho recebido sementes remetidas pelo Governo Imperial, as quaes são logo distribuídas, não chegando para satisfazer aos pedidos que me são constantemente dirigidos.”¹⁴⁷

A exportação de algodão, em 1864, foi de tão somente 87 arrobas e 10 libras, mas em 1871/72 alcançou 757.576 arrobas, das quais 692.502 pelo porto de Santos e 41.617 por Caraguatatuba.¹⁴⁸ Entre os anos de 1867 e 1876, a Província exportou anualmente de 7 a 8 mil toneladas de algodão, declinando desde então. O desenvolvimento da lavoura algodoeira em vários municípios do Oeste paulista, também contribuiu para a redução da produção açucareira, mas criou novos

¹⁴⁵ Francisco Alves da Silva. *Abastecimento em São Paulo: estudo histórico do abastecimento da Província via barreira de Cubatão (1835-1877)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1985, p. 103. Dissertação de Mestrado.

¹⁴⁶ Relatório da Comissão Central de Estatística. São Paulo, Typographia King, 1888, p. 253.

¹⁴⁷ Relatório que por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo no dia 3 de Fevereiro de 1864 apresentou o Illm. E Exmo. Snr. Conselheiro Doutor Vicente Pires da Motta, em 3 de Fevereiro de 1864, p. 9.

¹⁴⁸ Relatório apresentado ao Dr. João Theodoro Xavier, pelo Inspector do Thesouro Provincial. 1873.

consumidores de açúcar. O algodão, no final da década de 1870, teve o mesmo destino do açúcar.¹⁴⁹

No decorrer dos anos 1860, amplio-se a quantidade de açúcar entrado em São Paulo e a maior parte do produto consumido já era importado de outras Províncias. A importação que teve início nessa década “foi progressivamente crescendo até o anno de 1872, em que foram importadas 18.000 toneladas, decrescendo de então para cá.”¹⁵⁰ Dava-se, a partir desse último momento, a retomada da produção canavieira, provavelmente o retorno após a queda dos preços do algodão.

Em ofício de 13 de janeiro de 1869, a Câmara municipal de Capivari descreve o estado da lavoura do município, que produzia café, algodão, açúcar, aguardente e milho:

“sendo que só o café e o algodão são exportados para o mercado de Santos, e os demais são vendidos neste mesmo município, a compradores daqui mesmo ou de outros municipios que aqui venhão comprar. O valor dos productos é regurlamente 5.000 rs por arroba de café, 4\$000 rs por arroba de assucar, 2.500 rs por arroba de algodão, 20\$ rs por 32 canadas de aguardente, 1\$000 por alqueire de milho, 2\$000 por alqueire de arros, 2\$500 por alqueire de feijão, e 3\$000 por alqueire de farinha de milho.”¹⁵¹ Dois anos depois, repete a Câmara: “Este município é essencialmente dedicado a lavoura. Produz assucar, aguardente, café, algodão e generos alimenticios. Exporta seus productos pela Estrada de ferro de Jundiahy ao porto de Santos: a exportação faz-se do café e do algodão; o assucar, agoardente e generos alimenticios são vendidos nas fazendas, para o consumo do mesmo Municipio e dos circunvizinhos.”¹⁵²

O mesmo ocorria com os municípios vizinhos, café e algodão eram remetidos para Santos, destinados à exportação, enquanto o açúcar, a aguardente e os gêneros alimentícios eram comercializados no mercado provincial. Os municípios com grande produção cafeeira tornaram-se importadores de açúcar de outros, pois não conseguiam se auto abastecer.

¹⁴⁹ Relatório apresentado ao Dr. João Theodoro Xavier, pelo Inspector do Thesouro Provincial, 1873, p. 253.

¹⁵⁰ Relatório da Comissão Central de Estatística. São Paulo, Typographia King, 1888, p. 253.

¹⁵¹ Ofício de 13-01-1869. Ofícios diversos de Capivari. AESP, CX. 187, Ordem 0982.

¹⁵² Ofício de 15-01-1871. Ofícios diversos de Capivari. AESP, CX. 187, Ordem 0982.

Diferentemente de Piracicaba, em Itu predomina a produção de açúcar e aguardente, com cerca de 50 mil arrobas anuais, como relatam seus vereadores.

“Itu applica-se á cultura da canna d’assucar em grande, é sua maior producção que orça uns annos por outros 40 a 50 mil arrobas; a cultura do cafeeiro que produz cerca de 8 a 10 mil arrobas de café; aguardente em cerca de 3 a 5.000 cargueiros, e chá que hoje apenas montará a 1.000 arrobas.”¹⁵³

O açúcar continuava de grande importância no município de Tietê, cujos lavradores se dedicavam também ao café e ao algodão: “O território do Município e fertilíssimo, e alem da produção de todos os gêneros alimentícios, os seus habitantes empregão-se com felis resultado na lavoura do café, canna de assucar, algodão e fumo, q lhes promete riqueza em futuro não mto remoto.”¹⁵⁴ Em Porto Feliz, a lavoura algodoeira tomou a dianteira, nos anos 1860, constituindo a principal lavoura comercial do município.

A população paulista dobrara no período de meados do século XIX até o recenseamento de 1872, auge da importação de açúcar. O número de 417.149 habitantes, em 1854, alcançou 837.354, em 1874, fazendo praticamente dobrar o consumo de açúcar.¹⁵⁵ A construção das ferrovias ligando o porto de Santos a Campinas empurrou a fronteira agrícola de exportação. A quantidade de café exportado por este porto alcançou 1.936.903 arrobas no ano financeiro de 1871-72.¹⁵⁶ O valor dessa exportação da rubiácea pelo porto de Santos, neste mesmo ano, foi de 13.004:567\$000, contra 3.750:590\$000, em 1858-59.¹⁵⁷ O café garantia uma injeção constante de recursos monetários na economia de São Paulo, o que possibilitava o investimento em outros setores, em especial na construção da rede ferroviária paulista, levada a cabo pelos fazendeiros e comerciantes.

¹⁵³ Ofício da Câmara Municipal, 09/01/1868.

¹⁵⁴ Ofício da Câmara Municipal de Tietê de 6 de abril de 1868.

¹⁵⁵ Flávio Azevedo Marques de Saes. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo, Hucitec/INL-MEC, p. 44. Maria Luiza Marcílio, *Op. cit.*, computando a população do Paraná fornece os números seguintes: 1854, 480.608; 1872, 964.076. *Op. Cit.*, p. 71.

¹⁵⁶ Relatório apresentado ao Presidente da Provincia de São Paulo, Dr João Theodoro Xavier, pelo Inspector do Thesouro Provincial. AESP, 1873.

¹⁵⁷ Pierre Monbeig. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Polis, 1984, p. 96. Paul Singer. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Editora Nacional, 1977, capítulo 2: São Paulo.

O Almanak de São Paulo para o ano de 1873 traz o quadro da agromanufatura canavieira que sobreviveu na Província, após a expansão cafeeira das duas décadas anteriores, abastecendo o interior paulista de açúcar e aguardente. Os vales dos rios Tietê e Piracicaba continuam sendo a principal área de produção de açúcar da Província. Em Tietê existiam 46 fazendas de cana e mais oito com cana e café, às quais se somavam 26 de café e oito de algodão; em Capivari, 39 fazendas de cana, 39 de algodão e 51 de café. Em Porto Feliz predominava o algodão, com 64 lavradores, mais 11 de cana e 6 de café. Para Piracicaba e Itu o Almanak não distinguiu as propriedades pelo artigo produzido, listando 63 e 35 propriedades de café e cana, respectivamente. Itu contava com mais 18 fazendas de algodão e 12 de chá. Santa Bárbara, que se desmembrara de Piracicaba, apareceu com 54 fazendas mistas de cana e algodão.¹⁵⁸ Quatro anos depois, em 1877, Moraes Barros apontou a existência de 25 engenhos em Piracicaba, produzindo cerca de 50.000 arrobas. Era quase um terço da produção de meados do século.¹⁵⁹

Os municípios de Casa Branca e São João da Boa Vista, no caminho de Goiás, apresentavam importante número de propriedades canavieiras. O primeiro contava com 31 fazendas de cana, uma mista com cana e café e outra com cana, café e algodão. O segundo, com 17 propriedades de cana e mais 5 nas quais a cana divide as terras com café. Mogi Mirim, do qual vários municípios foram desmembrados, de meados do século até então, no qual existiam 57 engenhos em 1854, apresentava 11 fazendas de cana, 5 mistas de cana e café e 2 que plantavam cana, café e algodão, totalizando 18 propriedades.¹⁶⁰ Em Araraquara contavam-se 16 fazendas de açúcar; em Serra Negra, 11; em Descalvado também 11; em Rio Claro 9; em Limeira, 6; São Carlos do Pinhal, 10; em Jundiaí, 9; em Pirassununga, 6. Os principais centros produtores de açúcar e aguardente eram os municípios mais afastados do porto de Santos. Formavam uma espécie de cinturão abastecedor da zona central produtora de café, em especial os municípios de Campinas, Rio Claro, Limeira e Indaiatuba e da região onde estava sendo

¹⁵⁸ Almanak da Província de São Paulo para o ano de 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado. , 1985, pp. 358-359, 367-372, 462-467, 470-479.

¹⁵⁹ M. Moraes Barros. Piracicaba: estado presente. Agosto de 1877. In *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1878*, pp. 159-164.

¹⁶⁰ Almanak da Província de São Paulo para o ano de 1873.

implantada a ferrovia mogiana, em direção a Ribeirão Preto, subindo as encostas e ganhando o planalto ocidental.¹⁶¹

A década de 1870 foi difícil para a lavoura açucareira, como relatou um senhor de engenho de município de Tietê, que produzia de 25.000 a 30.000 kg de açúcar e 80.000 a 120.000 litros de aguardente: “No descenso de 1871 a 1881, tempo do nosso trabalho rural soffremos 3 grandes baixas, descendo os preços a quase 1/3 do ordinário.”¹⁶² A década conheceu o início de um conjunto de mudanças na lavoura paulista. A construção das primeiras ferrovias, que rasgaram o Oeste a partir de então, possibilitaram a expansão da lavoura de exportação, diga-se o café, para além das encostas da depressão periférica, caminhando para o centro e norte da Província. A produção de algodão declinou, cedendo espaço a novas culturas, deixando o mercado externo para abastecer as fábricas de tecidos que surgiram no último quartel do século. A produção de açúcar e aguardente, como na primeira metade do século, voltou a se expandir, contando com a implantação do primeiro engenho central da Província, no município de Porto Feliz, encerrando a década de 1870 com o nascimento da moderna agroindústria açucareira. O aumento da produção e circulação de mercadorias fez crescer os setores urbanos e de transportes. Todo esse crescimento econômico só foi possível graças à ampliação da população, que gerava um mercado consumidor cada vez maior. Para o açúcar, estimado um consumo anual de 25 quilos por habitante, o mercado paulista necessitaria pouco mais de 20.000 toneladas para ser abastecido.

Mais da metade desse açúcar provinha do Rio de Janeiro e de Pernambuco, o restante era produzindo internamente. Não é por acaso que quando o Governo imperial lançou a política de modernização através dos engenhos centrais, em 1875, os produtores paulistas solicitaram concessões e foram dos primeiros no País a instalarem as modernas unidades produtivas, os engenhos centrais. Em São Paulo existia, nesse momento, um mercado que alcançava um milhão de pessoas, uma já secular manufatura açucareira, uma rede ferroviária em expansão e capitais para serem investidos. Possuía, portanto, as condições necessárias para a importação da moderna tecnologia inventada pela revolução industrial européia.

¹⁶¹ Almanak da Província de São Paulo para o ano de 1873.

¹⁶² Ofício do Dr. Joaquim Mariano d’Almeida Moraes. 04/04/1881. AESP, cx 525, ordem 1320.

A instalação do engenho central de Porto Feliz, em 1878, iniciou a retomada e expansão da produção de açúcar no município e na Província, mas agora em novo patamar tecnológico. Este município tinha desenvolvido a produção de algodão, a partir da década anterior, em substituição à lavoura canavieira. O algodão, em pouco tempo, deixou de ser promissor, pois seu preço despencou na década de 1870, com a reorganização da produção do Sul dos Estados Unidos, o que levou ao abandono da lavoura algodoeira por partes de vários produtores. Os lavradores necessitavam fazer a conversão para outra cultura, no caso, a cana de açúcar. Respondendo ao questionário emitido pelo governo provincial, a respeito da produção de algodão, escreveram os vereadores: “Quanto ao 1º (pouco desenvolvimento da cultura do algodão) entende esta Camara que é devido a baixa em que está, e seu producto liquido não compensa aos agricultores, as despesas que fazem comparando com outra qualquer cultura.”¹⁶³

O município de Porto Feliz foi um dos principais produtores de açúcar da primeira metade do século XIX, mas a escolha pela lavoura do algodão e a queda dos preços do mesmo levaram os proprietários da localidade a enfrentar sérias dificuldades nos rendimentos de suas culturas. No ano da inauguração do engenho central, lemos em ofício da Câmara municipal: “o estado geral da agricultura é péssimo devido a escasses de braços e decadencia da lavoura do algodão, havendo esperanças de melhoras, se tomar a cultura da canna as proporções que se espera com o estabelecimento do Engenho Central.”¹⁶⁴

Os engenhos tradicionais e os semimecanizados tinham agora a contribuição da primeira grande indústria açucareira paulista no abastecimento do mercado consumidor do interior de São Paulo. A vizinha cidade de Itú passou a comercializar açúcar do central de Porto Feliz, além de sua própria produção, como podemos ler no jornal Imprensa Ytuana, durante o ano de 1879:

“Assucar – Manoel Martins de Padua Mello, tem para vender assucar crystalizado do Engenho Central de Porto Feliz, pondo a disposição do público qualquer quantidade deste genero, o melhor que pòde ser fabricado, por preços mais que commodos, vende as saccas, uma ou muitas.”¹⁶⁵

¹⁶³ Ofício de 27-05-1874. Ofícios diversos, Porto Feliz. AESP. Cx. 386, Ordem 1181.

¹⁶⁴ Ofício de 12-01-1878. Ofícios diversos de Porto Feliz. AESP. Cx 386, Ordem 1181.

¹⁶⁵ Imprensa Ytuana, 05-02-1879, p 3. MRCl.

“Em casa de Manoel Martins de Padua Mello, rua do Commercio, grade de ferro, continua-se á vender assucar crystalizado do Engenho Central de Porto Feliz.”¹⁶⁶

Em outubro, a mesma casa comercial anuncia a venda de “assucar do que há de melhor do Engenho Central de Porto Feliz, ao preço de 5.500rs por 15 kilos, porem só vende de uma sacca para mais.”¹⁶⁷ Manoel Martins era distribuidor atacadista do açúcar produzido pelo engenho central de Porto Feliz.

Diferentemente de Porto Feliz, as Vilas em seu entorno: Itu, Piracicaba, Capivari e Tietê passavam por um momento de prosperidade econômica graças especialmente à expansão da lavoura cafeeira, mas também à produção de açúcar. Enquanto a Câmara Municipal daquela localidade informava ao Governo Provincial que o estado da lavoura era péssimo, as Câmaras de Capivari e Piracicaba afirmavam a prosperidade da lavoura nas mesmas.

Em 1882, lemos em ofício da Câmara Municipal de Capivari:

“O municipio é riquissimo de terras de superior qualidade= roxas, massapés, vermelhas, barrentas, que dão abundantemente todos os generos de cultura conhecidas na provincia, exportando já 1.800.000 kilos de café commum e geralmente conhecidos; 1.125.000 kilos de assucar feitos ainda pelos antigos e custozos processos, das seguintes cannas, roxa, roza, branca e caninha criolla.”¹⁶⁸

Além da produção de açúcar, que superava mais de 1.000.000 de quilos anualmente, Capivari fabricava cerca de 8.000 cargueiros de aguardente, demonstrando a grande importância na economia do município. Desde meados do século, o município era um dos principais produtores de açúcar e aguardente da Província. Piracicaba, neste

¹⁶⁶ Imprensa Ytuana, 24-06-1879, p 4. MRCL.

¹⁶⁷ Imprensa Ytuana, 12-10-1879, p 4. MRCL.

¹⁶⁸ Ofício da Câmara Municipal de Capivari. 13-04-1882. AESP, Ofícios diversos, Cx. 187, Ordem 0982.

momento, exportava em média 4.500.000 quilos de café e produzia algumas milhares de arrobas de açúcar pelo seu abastecimento.¹⁶⁹

No início da década de 1880, quando outros três engenhos centrais foram instalados em Piracicaba, Capivari e Lorena, seguindo o exemplo de Porto Feliz, e principiava a entrada de milhares de imigrantes, a Província importava cerca de 15.000 toneladas de açúcar por cabotagem. A inauguração dessas fábricas, entre 1878 e 1884, trouxe para São Paulo um novo padrão técnico, o da grande indústria totalmente mecanizada, que produzia em grande escala e proporcionava rendimento dobrado de cana/açúcar, em relação aos engenhos tradicionais de “antigos e custozos processos”. Mais duas unidades foram instaladas nos últimos anos dessa década. Em 1887, o proprietário do engenho Monte Alegre, em Piracicaba, transformou o mesmo em um pequeno engenho central, fabricando 10.000 arrobas. Dois anos depois, surgiu outro grande engenho central, em Araraquara, primeiro além da depressão periférica, no planalto ocidental, região de expansão das lavouras cafeeira e canavieira.

O açúcar dessas modernas fábricas era de qualidade bem superior, com alto índice de polarização, pronto para o consumo direto. Os municípios onde estavam localizados transformaram-se nos maiores produtores provinciais e seus engenhos eram exemplos nacionais de modernização do setor.

Esses engenhos centrais foram implantados para competir com outras Províncias pelo abastecimento do mercado paulista e a entrada em operação dessas unidades produtivas fez baixar a quantidade de açúcar importada, como mostram os dados da Comissão Central de Estatística, para o ano de 1885/86. Os produtores paulistas tinham a vantagem da proximidade do mercado, o que garantia menores gastos com o transporte das mercadorias.

A importação diminuiu de 16.765 toneladas no ano de 1883-84 para 11.369, em 1884-85, e para 5.285, no ano seguinte, justamente durante as primeiras safras desses três novos engenhos centrais, voltando novamente para o patamar de 13.000 toneladas, em 1886-87. Provavelmente, essa nova ascensão ocorreu devido a geadas que atingiu os canaviais paulistas, nesse ano.

¹⁶⁹ Ofício da Câmara Municipal de Piracicaba, Março de 1883. AESP, Ofícios diversos, Cx. 378, Ordem 1173.

IMPORTAÇÃO DE AÇÚCAR POR CABOTAGEM EM SÃO PAULO, 1882-1887.					
Anos	1882-83	1883-84	1884-85	1885-86	1886-87
Açúcar (ton.)	14.896	16.765	11.369	5.285	12.909

Fonte: Relatório da Comissão Central de Estatística, 1887-1888. São Paulo, Typographia King, 1888, p. 26.

A comissão de estatística calculava a produção provincial de açúcar em cerca de 6.000 toneladas, sendo seus principais produtores os municípios de Piracicaba, Capivari, Lorena, Porto Feliz, Monte-mór, Itu, Araraquara, Cajuru, Jaboticabal, Santa Bárbara, Tijuco Preto e Santa Cruz do Rio Pardo. A relação exposta confirma a persistência da produção açucareira realizada no antigo padrão da agromanufatura dos engenhos tradicionais, pois apenas nos quatro primeiros municípios existiam os grandes engenhos centrais.

Alguns desses engenhos eram movidos a vapor, transformando-se em unidades semimecanizadas, provavelmente dotados de outras máquinas como turbinas. Santa Bárbara, que se desmembrara de Piracicaba, contava com a produção de 18 engenhos, cinco eram movidos pela força do vapor, três pela da água e três pela tração animal. A produção alcançava 225.000 quilos de açúcar e 147.000 litros de aguardente. Monte-mór fabricava 150.000 quilos de açúcar em seis engenhos, sendo três movidos a vapor, um a água e dois pelos animais. Para Itu foi relacionada uma safra de 700.000 quilos de café, 550.000 de açúcar e 200.000 de algodão, mostrando o peso importante dessas últimas culturas no município, em relação ao café, nos últimos momentos do período escravista.¹⁷⁰

Com a inauguração dos engenhos centrais, Porto Feliz e Piracicaba voltaram a produzir acima de um milhão de quilos de açúcar, anualmente, em 1885. São 1.200.000 e 1.050.000 quilos, respectivamente, mais da metade dessa quantia nos engenhos centrais.¹⁷¹ Mas a maior do açúcar produzido em São Paulo, nesse ano, não provinha desses engenhos centrais, mas de mais de uma centena dos engenhos semimecanizados e engenhocas.

¹⁷⁰ Relatório da Comissão Central de Estatística, 1887-1888. São Paulo, Typographia King, 1888, pp. 326, 424-425, 443-446, 478, 574-478.

¹⁷¹ Relatório da Comissão Central de Estatística, 1887-1888, pp. 443-446.

A produção foi pouco afetada com o fim da escravidão, sob a qual se assentava o trabalho nos engenhos tradicionais e em parte das propriedades dos fornecedores particulares de cana aos centrais, até 1887. A partir desse momento de instalação da grande indústria do açúcar, aguardente e álcool em São Paulo, a população do território paulista conheceu uma grande expansão, com a entrada de milhares de imigrantes, a partir de meados da década de 1880, ampliando o mercado consumidor provincial. Em 1887, entraram em São Paulo mais de 32.000 imigrantes; no ano seguinte, cerca de 92.000. Importante salientar que a participação das pessoas livres aumentou continuamente no conjunto da população paulista, desde a década de 1870, conforme apresentado no quadro abaixo.

Na última década do século, entraram cerca de 750.000 imigrantes na Província e em 1900 a população da mesma alcançou a soma de 2.609.415 habitantes, praticamente dobrando o contingente de 1886.¹⁷² Só a população da capital saltou de 64.934, em 1890, para 239.820, em 1900, aumento de 268%.¹⁷³ O crescimento dos centros urbanos era importante para o consumo de açúcar de melhor qualidade, produzido nos engenhos centrais, e a Capital constituía seu principal mercado.

A produção paulista de açúcar crescia com implantação de novos engenhos centrais e também com a expansão dos engenhos semimecanizados, agora operando com trabalho livre, se beneficiando do crescimento vertiginoso da população do interior do Estado, durante a ampliação do complexo cafeeiro. Os paulistas, no entanto, não conseguiam abastecer esse mercado, importando grande quantidade de açúcar do Norte e do Rio de Janeiro. No ano financeiro de 1887-88, a Companhia Santos Jundiá transportou 11.338.600 quilos de açúcar.¹⁷⁴

¹⁷² Thomas H. Holloway. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 68. Maria Luiza Marcílio. *Op. cit.*, p. 71.

¹⁷³ Paul Singer., *Op. cit.*, p. 47.

¹⁷⁴ Relatório do Presidente da Província de São Paulo, Pedro de Azevedo, 1889.

POPULAÇÃO LIVRE, IMIGRANTES E ESCRAVOS EM SÃO PAULO, 1854-1900							
Anos	(I) Escravos	(II) População total	(III) Imigrantes total	I/II	III/II	III/I	IV= II- (I+III)
1854	117.731	417.149	4.209	0,282	0,010	0,036	295.209
1872	156.612	837.354	10.464	0,187	0,012	0,067	670.278
1873	174.662		11.054			0,063	
1874	169.964		11.174			0,066	
1880	168.950		22.242			0,132	
1883	174.622		32.602			0,187	
1885	128.000		43.981			0,344	
1886	106.665	1.221.380	53.517	0,087	0,044	0,502	1.061.198
1887	107.829		85.629			0,794	
1890		1.384.763	243.899		0,176		1.140.854
1897			862.530				
1900		2.282.279	963.486		0,422		1.318.793

Fonte: Wilson Cano. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, p. 36.

POPULAÇÃO PAULISTANA					
Anos	Pop. Urbana	%	Pop. rural	%	Total
1860	15.200	54	12.700	46	27.900
1872	19.347	62	12.038	38	31.385
1886	38.997	82	8.700	18	47.697
1900					239.820

Fonte: 1860, 1872, 1886: Paul Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp. 31, 47 e 58.

Problemas climáticos atingiram a safra de cana do Estado, nos primeiros anos de 1890, o que acentuou os problemas financeiros de algumas das Companhias proprietárias de engenhos, diminuindo a produção. Os centrais de Porto Feliz e Capivary pararam a produção por alguns anos e o de Lorena não retomou os níveis de fabricação anteriores, até o começo do século seguinte. A produção cresceu rapidamente, no entanto, nos últimos anos do século, com a ampliação da produção do engenho central de Piracicaba, do Monte Alegre, da reorganização do de Capivari, além da produção do novo engenho central London, em São Simão, e do Indaiá, em Franca e o crescimento da produção nos engenhos. A quantidade de açúcar produzida foi multiplicada por seis, passando de 36.363 sacos, em 1895, para 241.849, em 1899. A aguardente fabricada pulou de 24.111 pipas de 500 litros a 80.295, no mesmo período.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E AGUARDENTE EM SÃO PAULO, 1895/1899				
Anos	Açúcar, sacos 60 kg	Valor	Aguardente	Valor
1895	36.363	1.601:986\$000	24.111	6.623:664\$000
1896	77.819	2.297:806\$000	34.904	4.955:710\$000
1897	89.263	2.724:895\$000	49.925	7.370:755\$000
1898	120.252	2.912:192\$000	68.762	8.344:145\$000
1899	241.849	9.423:355\$000	80.295	-

Fonte: Boletim da Agricultura, 3ª série, maio, n. 5, 1902.

Jorge Krichbaum, responsável pelo estudo sobre a lavoura canavieira em São Paulo, feito pela Secretaria da Agricultura, em 1902, afirmou que o levantamento do final do século não dava conta de toda produção dos engenhos,

“de forma que os algarismos indicados para a produção de aguardente e assucar nos annos de 1895-1899, são, sem duvida alguma, muito inferiores à produção verdadeira do Estado, sendo apenas exactos os dados fornecidos pelos engenhos centraes e pela Companhia Docas de Santos.”¹⁷⁵

¹⁷⁵ Boletim da Agricultura, 3ª série, maio, n. 5, 1902, p. 346.

Mesmo a produção sendo maior do que a indicada, o Estado importou 730.803 sacos de 60 kg, em 1898, que baixou a 429.691, em 1900, pelo porto santista. No ano seguinte, entraram no Estado 846.650 sacos 50.799.000 kg. A quantidade importada oscilava conforme a expansão ou retração da safra de São Paulo.

IMPORTAÇÃO DE AÇÚCAR PELO PORTO DE SANTOS E PELA CENTRAL, SACOS DE 60 KG			
Anos	Santos	Central	Total
1901	592.388	254.262	846.650
1902	560.369	326.291	886.660
1903	-	-	866.666

Fonte: lavouras de canna e de algodão e Industria do assucar e de tecidos, no Estado de São Paulo. In Boletim de Agricultura. Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. N. 12, dezembro de 1903, pp. 582-583.

Henri Diamanti, em estudo de 1898, calculou que o mercado interno brasileiro consumia cerca de 350 mil toneladas, ou 5.830.000 sacos de 60, avaliando consumo individual de 25 quilos, para uma população de 14 milhões de pessoas. Mas escreve o autor: “Considerando-se o imenso consumo de café e de doçarias que se faz em todas as classes sociais, este número parece representar uma avaliação pessimista.”¹⁷⁶

O mercado do Rio de Janeiro, além de grande consumidor, era grande distribuidor de açúcar, no final do século XIX, fornecendo o produto para os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. “O fato se explica pela dificuldade das relações comerciais diretas entre os portos do Norte e as cidades de Sul”, afirmou Diamanti.¹⁷⁷ Os grandes comerciantes da Capital há muito faziam a redistribuição de mercadorias nacionais e estrangeiras para os portos menores que não eram atendidos pela grande navegação. Os dados seguintes mostram o aumento da entrada de açúcar no mercado do Rio de Janeiro, no último decênio do século XIX.

¹⁷⁶ Henri Diamanti. *Nota sobre a indústria açucareira no Brasil*. In: Gadiel Perruci. *A República das usinas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, Parte IV, p 235. A estimativa de consumo de 25 quilos por habitante é feita por Henri Raffard e pelo Centro d'indústria e Commercio de assucar.

¹⁷⁷ Henri Diamanti. *Op. cit.*, p. 239.

ENTRADAS DE AÇÚCAR NO MERCADO DO RIO DE JANEIRO, 1891-1897							
SACOS DE 60 KG							
Anos	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897
Açúcar	868.710	-	923.683	1.344.809	1.192.952	1.209.216	1.019.216

Fonte: Henri Diamanti. *Nota sobre a indústria açucareira no Brasil*. 1898. In Gadiel Perruci. *A República das Usinas* p. 239.

A maior parte do açúcar produzido em São Paulo, no final do século XIX, não provinha das grandes unidades, os engenhos centrais, mas dos engenhos bangüês que se desenvolveram na antiga Província. Levantamento realizado pela Secretaria da Agricultura, em 1900, apontou a existência de 2.494 engenhos e engenhocas, dos quais 123 para a produção de açúcar, 72 de rapadura e 2.299 de aguardente.¹⁷⁸ Estes e aquelas não davam conta de abastecer o mercado paulista, carecendo importar uma boa quantidade de açúcar nortista. A implantação desses engenhos centrais modernos, nos trinta anos seguintes a partir da promulgação da lei de 1875, não levou a diminuição dos engenhos em São Paulo, pois o número desses também crescia, aproveitando a oportunidade para produzir para o mercado interno em grande expansão, após o fim da escravidão.

Os franceses que compraram os quatro primeiros engenhos centrais instalados em São Paulo, entre 1899 e 1901, reorganizaram a produção das unidades de Porto Feliz e Capivary e ampliaram a capacidade das de Piracicaba e Lorena. A fabricação de derivados de cana nessas grandes indústrias do Estado foi estabilizada, após os contratemplos enfrentados no final do século anterior e se transformaram nos maiores produtores de açúcar, aguardente e álcool do Estado. Antes mesmo da reorganização feita pelos franceses, essas unidades evoluíram para a estrutura usineira, integrando a produção agrícola e fabril, sem deixar de manter, pelo menos em parte, o fornecimento de cana de terceiros.

A partir desse momento, houve a retomada do processo de instalação de novos engenhos centrais no Estado. Após a inauguração da unidade do Dr Henrique Dumont, em São Simão, em 1901, mais três foram construídos, até 1910: o Pimentel, em Jaboticabal (1903), o Esther, em Campinas (1905), e o Schmidt, em sertãozinho (1906).

¹⁷⁸ Sílvio Carlos Bray, *Op. cit.*, p. 91.

A crise de super produção do café fez diminuir o ímpeto da expansão cafeeira, na primeira década do século, mas a lavoura canavieira continuava crescendo dentro desse complexo. Engenhos de açúcar, engenhocas de aguardente e alguns engenhos centrais produtores de açúcar, aguardente e álcool se espalhavam pelo Estado. Produção, mercado consumidor e importação se expandiam simultaneamente. O crescimento do mercado consumidor foi menor, na primeira década do século, pois o movimento de imigração arrefeceu, após o auge do final do século anterior.

Aumentou também o interesse da Secretaria da Agricultura pelo conhecimento dessa agroindústria, produzindo estatísticas, estudos e promovendo o desenvolvimento da mesma. Levantamento da Secretaria, em 1903, mostrou que havia uma lavoura canavieira espalhada pelo Estado, produzindo açúcar, aguardente e álcool em unidades de várias dimensões e tecnologias. O Estado estava dividido em seis distritos agrícolas, cujos principais produtores de derivados de cana eram os seguintes. 1º: Lorena, Salesópolis, Guaratinguetá, Guararema, Bocaina, Santa Branca, Santa Isabel, Patrocínio de Santa Isabel, Mogi das Cruzes e Pindamonhangaba. 2º: Santa Bárbara, Limeira, Campinas e Araras. 3º: São Simão, Santa Rita do Passa Quatro, Casa Branca, Jardinópolis, Franca, Pirassununga, São João da Boa Vista, Patrocínio do Sapucaí, Sertãozinho, Ribeirão Preto e Batatais. 4º: Bebedouro, Boa Vista das Pedras, Araraquara, Jaú e Jaboticabal. O sexto era formado pelo litoral, de menor produção.

Neste e no segundo distritos não existiam engenhos centrais, motivo pelo qual apresentavam menores produções de açúcar, 166.860 kg e 10.245 kg, respectivamente, de um total de 15.305.600.¹⁷⁹ O segundo distrito fabricava, no entanto, 9.789.000 litros de aguardente, quase 15% do total, e o sexto apenas 1.386.500 (2%).

¹⁷⁹ Relatório Apresentado ao Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, pelo Dr. Luiz Antonio de T. Pisa e Almeida. Typ. Do Diário oficial, 1904, PP. 31-33

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E AGUARDENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO E DOS ENGENHOS CENTRAIS (1903)				
Primeiro Distrito				
Açúcar, kg	Aguardente	No E.C. Lorena	Açúcar, kg	Aguardente, litros
1.057.500	12.892.500		575.700	57.503
Segundo Distrito				
Açúcar, kg	Aguardente	Sem engenhos centrais	-	-
10.245	9.789.000		-	-
Terceiro Distrito				
Açúcar, kg	Aguardente		Açúcar, kg	Aguardente, litros
2.836.620	22.988.620	E.C. de São Simão	619.980	121.666
		E.C. de Franca	211.980	91.666
		Total	831.960	231.332
Quarto Distrito				
Açúcar, kg	Aguardente		Açúcar, kg	Aguardente, litros
2.157.780	7.002.000	E.C. de Araraquara	420.000	28.000
		E.C. de Jaboticabal	180.600	62.000
		Total	600.600	90.000
Quinto Distrito				
Açúcar, kg	Aguardente		Açúcar, kg	Aguardente, litros
9.076.595	13.161.000	E.C. de Piracicaba	3.371.100	488.000
		E.C. Monte Alegre	769.980	
		E.C. Capivary	2.058.060	58.375
		E.C. de Porto Feliz	269.100	17.957
		Total	6.468.240	524.332
Sexto Distrito				
Açúcar, kg	Aguardente	sem engenhos centrais	Açúcar, kg	Aguardente, litros
166.860	1.386.500			
15.305.600	67.219.500	Total	8.476.500	903.167

Fonte: Relatório Apresentado ao Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, pelo Dr. Luiz Antonio de T. Pisa e Almeida. Typ. Do Diário oficial, 1904, PP. 32-33.

O quinto distrito, no qual se encontravam os engenhos centrais de Piracicaba, Monte Alegre, Raffard e Porto Feliz, era responsável por 59,3% da produção de açúcar do Estado. Esses engenhos centrais fabricavam 71,3% dos 9.076.595 kg do respectivo distrito. Nesse, no início do decênio, a maior parte do açúcar já era fabricada em unidades modernas, constituindo a principal área de produção em São Paulo. A participação na fabricação total de aguardente era bem menor, 20%. O mesmo ocorria no primeiro distrito, onde o engenho central de Lorena fabricava mais da metade do açúcar (54,4%). O Vale do Paraíba era responsável por 6,9% da produção do Estado.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E AGUARDENTE POR DISTRITO AGRÍCOLA, 1903				
Açúcar em quilos e aguardente em litros				
Distritos	Açúcar	% açúcar	aguardente	% aguardente
Primeiro	1.057.500	6,9	12.892.500	19
Segundo	10.245	0,6	9.789.000	14,6
Terceiro	2.836.620	18,5	22.988.620	34
Quarto	2.157.780	14,1	7.002.000	10,4
Quinto	9.076.595	59,3	13.161.000	20
Sexto	166.860	1,1	1.386.500	2

Fonte: Relatório Apresentado ao Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, pelo Dr. Luiz Antonio de T. Pisa e Almeida. Typ. Do Diário oficial, 1904, PP. 32-33.

Nos terceiro e quarto distritos, que abrangiam as regiões de Franca, Ribeirão Preto até Araraquara, quase 70% do açúcar era fabricado nos engenhos, cabendo aos centrais cerca de 32%. No começo século XX, mais da metade da produção de açúcar do Estado (56%), já provinha dessas unidades modernas, inauguradas nos últimos 25 anos, diferentemente da última década do século anterior. Cerca de dois terços desse

açúcar eram remetidos para a Capital, maior consumidora do cristal dos engenhos centrais.

PARTICIPAÇÃO DOS ENGENHOS CENTRAIS NA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E AGUARDENTE POR DISTRITO, 1903					
Açúcar em quilos e aguardente em litros					
	Primeiro	Terceiro	Quarto	Quinto	Total
Açúcar	1.057.500	2.836.620	2.157.780	9.076.595	15.128.495
Engenhos centrais	575.700	831.960	600.600	6.468.240	8.476.500
%	54,4	29,3	27,8	71,3	56
aguardente	12.892.500	22.988.620	7.002.000	13.161.000	56.044.120
Engenhos centrais	57.503	231.332	90.000	524.332	903.167
%	0,04	0,1	0,1	0,4	0,16

Fonte: Relatório Apresentado ao Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, pelo Dr. Luiz Antonio de T. Pisa e Almeida. Typ. Do Diário oficial, 1904, PP. 32-33.

A maior fabricação de aguardente estava concentrada no terceiro distrito agrícola, com 34%, seguido pelos quinto e primeiro, 20% e 19%, respectivamente. A produção da bebida era quase exclusividade dos mais de 2.000 engenhos e engenhocas, que requeria menores investimentos em tecnologia. A produção dos engenhos centrais não atingia um milhão de litros, em um montante de mais de 56 milhões.

Para completar a quantidade consumida São Paulo importava de outros Estados 52.000 toneladas anualmente, sendo “cerca de 34.000 por Santos, principalmente de Pernambuco, algum do Rio de Janeiro, Alagoas e Bahia, e até do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul; sendo as outras 18.000 toneladas procedentes do Rio de Janeiro pela E. F. Central do Brasil.”¹⁸⁰ Existiam em São Paulo sete ou oito empresas

¹⁸⁰ Relatório Apresentado ao Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, pelo Dr. Luiz Antonio de T. Pisa e Almeida. Typ. Do Diário oficial, 1904, p. 34.

que importavam açúcar do Norte.¹⁸¹ O Estado importava também grande quantidade de álcool, pois os poucos engenhos centrais não davam conta de abastecê-lo de álcool. Em 1902, pelo porto de Santos entraram 330.100 litros do produto.¹⁸²

A importância da produção de açúcar era bem distinta em comparação à colheita de café, nos municípios nos quais existia a moderna indústria açucareira, como podemos perceber da estatística estadual de 1905. O açúcar tinha importância bem maior nos primeiros quatro municípios que instalaram os engenhos centrais: Porto feliz, Capivari, Lorena e Piracicaba. Nos três primeiros, a produção de açúcar era superior a de café, mostrando que, no começo do século, a lavoura canavieira voltou a ser a principal produção comercial dessas localidades, após o período de acumulação na lavoura cafeeira. Piracicaba, único a conter duas unidades modernas totalmente mecanizadas, era o maior produtor do Estado e a quantidade de açúcar produzida se aproximava da de café.

PRODUÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS COM ENGENHOS CENTRAIS, 1905					
Municípios	Café	Açúcar	Municípios	Café	açúcar
Franca	510.030	-	Lorena	42.130	66.651
Campinas	1.227.460	3.990	Capivari	165.400	220.000
Jaboticabal	1.011.850	46.560	Piracicaba	301.958	258.166
São Simão	1.466.675	20.860	Porto Feliz	31.770	84.090
Araraquara	895.000	27.802			

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica de São Paulo, 1905.

O engenho central Ester, no município de Campinas, estava iniciando suas atividades e a produção de açúcar era insignificante em comparação a gigantesca

¹⁸¹ J. Picard. *Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903*. São Paulo, Hucitec/Edunicamp, 1996, p. 43.

¹⁸² Boletim da Agricultura, n. 12, dezembro de 1903, p. 583. Com a duperprodução de açúcar para o mercado interno Associações de produtores e o Governo passaram a incentivar o uso do álcool. Em 1903, foi realizado o I Congresso de Aplicações Industriais do Álcool. Veja Roberta Barros Meira. *Bangüês, Engenhos Centrais e Usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais*. São Paulo, Departamento de História da FFLCH/USP, 2007, pp. 167-173. Dissertação de Mestrado.

colheita de café. O mesmo é verdade para os municípios localizados no planalto ocidental, principal área produtora de café do Estado, nos quais três cafeicultores resolveram produzir açúcar em novos padrões técnicos, começando o que, futuramente, iria dominar a região. Não consta informação sobre a produção em Franca.

A produção de açúcar paulista quase dobrou, nos últimos anos da primeira década do século XX, acirrando a concorrência com os produtores nortistas, justamente quando esses perderam o mercado externo. A importação manteve-se no mesmo nível de 52.000 toneladas.

PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE AÇÚCAR DE SÃO PAULO (1907-1910) MÉDIA ANUAL EM TONELADAS			
Produção	Importação por Santos	Importação pela Central	Total
24.000	47.711	6.000	77.711

Fonte: Julio Brandão Sobrinho. *A Lavoura da Canna e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense*. Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Dr. Antonio de Pádua Salles. São Paulo, Typographia Brazil de Tothschild & Co, 1912, p. 104.

Nesse momento, a população do Estado de São Paulo consumia pouco mais de 77.000 toneladas de açúcar, das quais produzia 24.000, ou 400.000 sacos, 30,8% do consumo. A maioria esmagadora desse açúcar era produzida nos dez engenhos centrais existentes. Essa produção representava o dobro da quantidade fabricada pelos engenhos escravistas de meados do século anterior, quando a antiga Província colocava seu açúcar no mercado externo. Só a capital, agora, devia consumir anualmente 216 mil sacos de 60 kg. Este grande mercado, que superava mais de 2.500.000 habitantes, foi gerado pelo desenvolvimento do complexo cafeeiro de exportação, cuja produção superava 15 milhões de sacos de 60 kg, em 1906.¹⁸³ A partir desse momento, com a implantação de um parque usineiro durante a primeira República, os industriais paulistas, e os franceses que controlavam quatro grandes unidades produtivas, do setor estavam prontos para

¹⁸³ Julio Brandão Sobrinho. *A Lavoura da Canna e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense*. Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Dr. Antonio de Pádua Salles. São Paulo, Typographia Brazil de Tothschild & Co, 1912, p. 104 e 112. Para a produção de café Pierre Monbeig. Op. Cit., p. 24.

lutar pelo abastecimento desse mercado, cujo afluxo de imigrantes o ampliava ainda mais.

CAPÍTULO 4 – ENGENHOS, CANAVIAIS E ESCRAVOS, 1844-1888

Em 1887, na cidade de Porto Feliz, foi aberto o inventário do finado Joaquim Rodrigues Alves de Arruda, cujo patrimônio foi avaliado em 23:499\$500. No sítio localizado no Bairro Água Branca, de mais ou menos 300 alqueires de terra e contendo casa de morada, senzalas, monjolo, paiol e pasto cercado, existiam dois mil pés de café, cinco quartéis de canas maduras, e oito e meio de canas novas. Joaquim produzia, em sua propriedade, café e derivados de cana, além de gêneros alimentícios, com um plantel de 18 escravos com idades acima de 16 anos, pois já haviam transcorridos esses anos da lei do ventre livre, avaliado em 11:875\$000, quase metade do patrimônio do casal. Em setembro do ano seguinte, a viúva Januaria Benedicta Alves e seus filhos refizeram a partilha de bens de 1887, retirando do monte bruto os escravos, libertados pela lei de 13 de maio.¹⁸⁴

No vizinho município de Piracicaba, no mesmo ano de 1887, Dona Rita da Costa Silveira deu início ao inventário de seu finado marido Pedro Augusto da Costa Silveira. O casal possuía o maior engenho escravista do município, a famosa Fazenda Monte Alegre, cuja produção alcançava 10.000 arrobas, nos últimos anos da escravidão. Não cultivava café em sua propriedade, como o finado Joaquim, de Porto Feliz. Seu patrimônio era várias vezes superior ao desse último, mesmo porque no ano de sua morte o ‘engenheiro de assucar’ piracicabano instalou um pequeno engenho central em substituição de seu antigo engenho. A fazenda com o novo engenho foi avaliada em 225:000\$000. Apenas o edifício com o novo engenho o foi por 150 contos de réis.

O casal possuía nada menos do que 79 cativos, patrimônio que se esvaiu no começo do ano seguinte com a fuga dos escravos da propriedade e com a abolição. Para a moagem da primeira safra do novo engenho, em 1887, existiam na propriedade 85 quartéis de canas.¹⁸⁵ Antes do início dos trabalhos da safra, que devido à instalação do novo maquinário, atrasou, D. Rita alugou os serviços de dois escravos pertencentes a Carlos Morato de Carvalho, provavelmente profissionais da construção: Laurentino, um

¹⁸⁴ Inventário de Joaquim Rodrigues Alves de Arruda. 1887, Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 320. Centro de Estudos do Museu Republicano Convenção de Itu. (CE/MRCI).

¹⁸⁵ Segundo Daniel Pedro Muller, o quartel de cana era equivalente a 50 braças de comprimento e 25 de largura e resultava em média entre 80 e 100 arrobas de açúcar, podendo variar conforme as condições. Tendo a braça 2,20 m o quartel seria igual a 1.250 braças quadradas, ou 6.050 m². Veja Daniel Pedro Muller. *Op. Cit.*, p. 27.

mês e 25 dias, a 25\$000 o mês corrido, de 1º de Maio a 26 de junho (45\$825) e Anastacio, um mês e 13 dias, pelos mesmos valores, de 10 de maio a 23 de junho (35\$829).¹⁸⁶

Os inventários referidos mostram a persistência e o fim da lavoura escravista mercantil nos engenhos paulistas. Como os herdeiros dos dois casos relatados, mais de uma centena de outros produtores de açúcar e outros tantos fornecedores de cana para os engenhos centrais, além de fabricantes de aguardente, também perderam a parte de seu patrimônio ainda investido na mercadoria humana, em 1888. Até os últimos suspiros da escravidão no País, a lavoura canavieira paulista sustentou-se no trabalho escravo.

A inexistência de listas nominativas de habitantes, a partir da década de 1840, torna mais difícil o estudo do conjunto da lavoura escravista açucareira paulista que se converteu ao mercado interno, a partir de meados do século. Como conhecer a dimensão das fazendas produtoras de açúcar, o tamanho de seus canaviais e do plantel de escravos? Neste capítulo, buscamos responder essas questões para vários engenhos de alguns dos principais municípios açucareiros paulistas, da década de 1840 ao fim da escravidão, e apresentar algumas mudanças ocorridas nessas propriedades.

Em busca desses engenhos recorreremos ao registro de terras realizado em 1855-1856, nos municípios açucareiros de Porto Feliz, Piracicaba, Capivari e Tietê, após a regulamentação da lei de terras aprovada em 1850 e regulamentada em 1854, para os quais existem relações de produtores de açúcar em meados do século, como apresentado nos capítulos anteriores. Localizamos 178 registros dos cerca de 230 engenhos existentes nas quatro localidades, em 1851. Segundo Machado de Oliveira eram 208, em 1854. Não foram todos os proprietários, no entanto, que declararam as medidas de suas terras, o que reduziu a amostra para 127. Trabalhamos também com um conjunto de 102 inventários de senhores e senhoras de engenho de Piracicaba e Porto Feliz, abertos após a lista nominativa de 1843, municípios para os quais conseguimos essa documentação, como os dois com os quais começamos esse capítulo. Piracicaba

¹⁸⁶ Inventário de Pedro Augusto da Costa Silveira. 1887. Piracicaba, 1º Ofício, caixa 21 A. CCMW. O engenho central Monte Alegre será analisado nos capítulos seguintes, junto com os outros engenhos centrais da Província/Estado de São Paulo.

produziu um censo de sua lavoura comercial escravista, em 1866, o que nos possibilitou o estudo da mesma no referido ano.¹⁸⁷

Muitos dos senhores e senhoras de engenho, pois o patrimônio era do casal, que produziam açúcar no momento do auge e da conversão para o mercado interno, nas décadas de 1840 e 1850, faleceram nesse período. Outros, mais novos ou mais resistentes às condições de vida da época, continuaram à frente de seu engenho durante as décadas seguintes, tendo alguns mesmo a ver o fim da escravidão. Poucos já alcançaram nosso período viúvos, tendo a experiência da partilha de metade de seus bens com os filhos herdeiros, devido à morte do cônjuge. A tabela abaixo apresenta a distribuição desses inventários ao longo do período estudado e a quantidade de escravos arrolados nos mesmos.

INVENTÁRIOS E ESCRAVOS EM PORTO FELIZ, TIETÊ E PIRACICABA, 1844-1888				
Período	Inventários	Escravos	Média	Mediana
Anos 1840	18	612	34,00	32
Anos 1850	38	1.227	32,29	26
Anos 1860	26	779	29,96	26
Anos 1870	9	303	33,67	24
Anos 1880	11	332	30,18	21
Total	102	3.253	31,89	26

Fonte: inventários de Porto Feliz, Tietê e Capivari. MRCI. Inventários de Piracicaba. CCMW.

O maior número de inventários trabalhados encontra-se nas duas primeiras décadas da segunda metade do século, justamente quando se inicia a diminuição do número de engenhos e da produção de açúcar em bases escravistas, com a forte penetração cafeeira e algodoeira. A média de cativos arrolados nessas propriedades

¹⁸⁷ Dos registros de terras 55 são de Capivari, 53 de Tietê, 40 de Piracicaba e 30 de Porto Feliz, reduzidos a 32, 45, 35 e 15, que declaram as medidas. Dos 102 inventários 33 e uma escritura de venda de engenho com seus escravos são de Piracicaba e 68 de Porto Feliz, dentre os quais oito de Tietê e um de Capivari.

pouco variou ao longo de todo o período, alcançando o máximo de 34 nos 18 inventários dos anos 1840, mantendo-se acima de 30 após o fim do tráfico atlântico.

CANAS, CAFÉ E ESCRAVOS NOS ENGENHOS INVETARIADOS NOS ANOS 1840						
Canas em quartéis						
Ano	Inventariado	Município	Canas maduras	Canas novas	Café arrobas	Escravos
1844	Maria do Belém e Almeida	P. Feliz	2	8	-	32
1845	D. Felizarda Maria de Camargo	P. Feliz	8	5	12	42
1845	Carlota Eufrosina	P. Feliz	15	15	-	46
1845	Joaquim Correa Leite de Moraes	Tietê	9	6	-	32
1845	Maria Joaquina de Toledo	Piracicaba	9	10	-	13
1846	D. Manoela Baptista Aranha	P. Feliz	Engenho	-	-	68
1846	D. Anna Alves Lima	Tietê	-	15	-	54
1846	Antonio de Arruda Paes	Tietê	4	6	-	14
1847	Delfina Miquelina de Moraes	P. Feliz	9	7 ½	-	43
1847	Antonio de Aguiar e Silva	P. Feliz	-	15	-	30
1847	Joaquim Rodrigues Leite	P. Feliz	4 tachos	-	-	12
1847	Custodia Maria S. de Oliveira	P. Feliz	3 tachos	-	-	5
1848	Antonio José de Melo (tenente)	P. Feliz	-	15	-	45
1848	Manoel Ferraz do Amaral	P. Feliz	-	-	-	90
1848	Gertrudes de Campos Camargo	Piracicaba	20	14	-	24
1848	Francisca Coelho de Camargo do Monte	Piracicaba	-	5	-	15
1848	Maria Egypciana de Almeida	Piracicaba	6	15	-	34
1849	Gertrudes Pinheiro de Almeida	P. Feliz	Alambique	-	-	13

Fonte: inventários de Porto Feliz, Tietê e Capivari. MRCI. Inventários de Piracicaba. CCMW.

Quando da abertura dos 18 inventários da década de 1840, essa agromanufatura açucareira ainda estava em expansão e essas localidades conheceram o maior número de unidades produtivas no início do decênio seguinte. Tal documentação mostra a grande diferença existente entre os engenhos paulistas para todas as décadas relatadas, em

relação ao tamanho de seus canaviais e do plantel de escravos. No capítulo anterior apresentamos as diferenças na escala de produção desses engenhos do oeste paulista, especialmente os de Piracicaba.

Nem todos os inventariantes relatavam o canavial existente nos engenhos, como demonstra a tabela acima. De alguns constam apenas a avaliação de sítio com engenho ou fábrica de açúcar. Foi o caso da rica senhora Manoela Baptista Aranha, de Porto Feliz, que deixou engenho com 66 escravos para seus herdeiros, em 1846. D. Manoela era divorciada do Capitão Lourenço de Almeida Lima há “bastantes annos”.¹⁸⁸ Outros detalhavam mais a propriedade informando suas dimensões e o tipo de engenho: Sítio com casas de morada, fábrica de açúcar já velha, com quatro caldeiras assentadas, 4 espumadeiras, um alambique, 75 formas, 5 cochos, 2 resfriadeiras, uma casinha de moinho, uma de monjolo de água, outra de monjolo de bois, tudo coberta de telhas e com 7 alqueires de roça de milho, além de 32 cativos.¹⁸⁹ Já no inventário de Antonio de Arruda Paes, aberto em 1846, constava que seu sítio com fábrica de açúcar media 1.600 braças de testada e meia légua de fundo, além de formas, cocho, alambique, caldeiras, espumadeiras, carros, caixas e pipas. Havia ainda a ser partilhadas duas sortes de terras de 400 braças de testada e 2.200 de fundo, uma, e 400 braças de testada e 3 quartos de légua de sertão, outra. Declarar a dimensão da fazenda era exceção, daí a dificuldade de se conhecer com maior profundidade o tamanho dessas propriedades do século XIX.¹⁹⁰

Nessa década de auge da exportação de açúcar em São Paulo, pequenos e grandes escravistas o produziam, gerando grande disparidade na escala de produção, conforme apresentado no capítulo anterior. Na mostra dos 18 inventários para esse curto período de 1844-1849, os plantéis de cativos variaram de 5 a 90 indivíduos. A maior parte dos “engenheiros de assucar” possuía médios e grandes plantéis. Apenas um produzia açúcar com menos de 10 cativos (5), cinco com entre 10 e 20, dois entre 21 e 30, três entre 31 e 40 e sete com plantel acima de 40 cativos. O menor plantel de 5 cativos pertencia a sexagenária viúva Custódia Maria de Oliveira, proprietária de nove na lista de 1843. Em alguns momentos, plantéis poderiam ser reduzidos por mortes dos

¹⁸⁸ Inventário de Manoela Baptista Aranha. 1846, Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 264. (CE/MRCI).

¹⁸⁹ Inventário de Joaquim Correa Leite de Moraes. 1845. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 263. (CE/MRCI). O engenho localizava-se no município vizinho de Tietê.

¹⁹⁰ Inventário de Antonio de Arruda Paes. 1846. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 264. (CE/MRCI). O engenho localizava-se no município vizinho de Tietê.

cativos ou por dotação aos filhos. Vários inventários trazem colações de dotes através de escravos, no momento da partilha.

Poucos engenhos desses municípios introduziram a cultura cafeeira nos anos 1840, o que não foi o caso desses de nossa mostra, cuja lavoura comercial era exclusivamente a canavieira. O único que apresentou café, apenas 12 arrobas em casca, foi o engenho da viúva Felizarda Maria de Camargo, junto com 200 canadas de aguardente e 5 quartéis de caninhas, 5 ordinárias e 3 de caiana. Não sabemos quantos pés de café existiam no referido engenho.¹⁹¹

O quadro era semelhante nos anos 1850, quando o café foi introduzido com maior ênfase em vários engenhos de Piracicaba, diversificando a produção comercial dos mesmos. Digo comercial porque todos os engenhos produziam gêneros alimentícios para sobrevivência da população desses domicílios. Dos 38 inventários consultados, apenas seis apresentaram cafezal. Esses cafezais eram ainda pequenos, como o avaliado no engenho de Salvador Pereira de Almeida, em Porto Feliz. Deles, apenas um declarou existirem 1.500 pés, na propriedade do finado Rafael da Silveira Vieira, em Piracicaba. Era um pequeno engenho com quatro quartéis de canas maduras e um de canas novas, com plantel de 19 cativos.¹⁹²

Provavelmente era bem maior o cafezal de Antonio Ferraz de Arruda, morto em 1859, um dos maiores produtores de açúcar de Piracicaba, 5.000 arrobas no começo da década, mas não foi relacionada a quantidade de pés. Seu canavial abrangia 47 quartéis, sendo 30 de canas maduras e 17 de novas, superado apenas por dois engenhos de nossa amostra: o do casal João Ferreira Alves e Anna Theresa de Almeida, 40 quartéis de canas maduras e 16 de canas novas, em 1853, e os 85 quartéis da Fazenda Monte Alegre de Pedro Augusto Silveira, referido no início do capítulo.¹⁹³

Os outros três que tiveram café avaliados em seus inventários não eram grandes produtores escravistas como Antonio Ferraz, que possuía 64 cativos ao falecer. Dois inventários referiam-se à mesma propriedade de Joaquim Rodrigues Leite, possuidor de 10 escravos em Porto Feliz, que deixou 64 alqueires de café, em 1858. Dois anos antes, no inventário de sua segunda esposa contavam 16 arrobas de açúcar e algum café e o

¹⁹¹ Inventário de Felizarda Maria de Camargo. 1845. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 263. (CE/MRCI).

¹⁹² Inventário de Rafael da Silveira Vieira. 1855. Piracicaba, 2º Ofício, caixa 2. CCMW.

¹⁹³ Inventário de Anna Theresa de Almeida. 1853. Piracicaba, 2º Ofício, caixa 45. CCMW. Inventário de Antonio Ferraz de Arruda. 1859. Piracicaba, 2º Ofício, caixa 2B. CCMW.

plantel de 13 escravos.¹⁹⁴ Manoel de Toledo Silva, possuidor de 16 cativos, deixou 25 alqueires de café, também em 1858.¹⁹⁵ Seus inventariantes não informaram o tamanho de seus canaviais.

CANAS, CAFÉ E ESCRAVOS NOS ENGENHOS INVENTARIADOS NOS ANOS 1850						
Canas em quartéis						
Ano	Inventariado	Município	Canas maduras	Canas novas	Café	Escravos
1850	Antonio de Arruda Sá	P. Feliz	-	-	-	16
1850	Francisco Pereira de Araujo	P. Feliz	11	2	-	10
1851	Anna Rodrigues Leite	P. Feliz	3	3	-	9
1851	Antonio Arruda Leme	Piracicaba	Cana	-	-	11
1852	Antonio Dias de Toledo	P. Feliz	6	4	-	29
1852	Antonio Fernandes Leite	P. Feliz	8	6	-	25
1852	Antonio José Leite da Silva	P. Feliz	16	9	-	39
1852	Luis Antonio Teixeira da Fonseca	P. Feliz	16	10	-	22
1852	Leonel Pinto de Arruda	Piracicaba	7	-	-	39
1852	João da Cunha Raposo	Piracicaba	Açúcar	-	-	14
1852	Maria Antonia de Campos	Piracicaba	-	40 e ressoca	-	41
1853	Bernarda Alves de Almeida	P. Feliz	3	4	-	22
1853	Anna Theresa de Almeida	Piracicaba	40	16	-	38
1854	João Fernandes de Araujo Leite	P. Feliz	Engenho	-	-	48
1854	Maria Martins de Toledo	P. Feliz	19	5	-	34
1854	Alf. José Custódio de Almeida Lima	Tietê	Sítio com canas		-	39
1854	João Fernandes Leite	P. Feliz	novas e maduras		-	68
1855	Salvador Pereira de Almeida	P. Feliz	14	13	pequeno	33
1855	Gertrudes Maria Leite	P. Feliz	Engenho	-	-	20
1855	Rafael da Silveira Vieira	Piracicaba	4	1	1.500	19
1855	Antonia Ferraz de Camargo	Piracicaba	14	24	-	27
1856	Maria Leite de Anhaia	P. Feliz	3	8	-	23
1856	Marianna Alves Araujo	P. Feliz	Engenho	-	-	14
1856	Gertrudes Maria Rodrigues	P. Feliz	Açúcar	-	Café	13
1856	Major Luis Antonio de Assumpção	P. Feliz	24	7	-	66
1856	Major Luis Antonio de Assumpção	Tietê	-	-	-	50
1857	Isabel da Silveira Leite	P. Feliz	Engenho	-	-	20
1857	Alf. Agostinho José Coelho Prestes	P. Feliz	-	4	-	14
1857	Maria de Arruda Sá	P. Feliz	Engenho	-	-	8
1858	Joaquim Rodrigues Leite	P. Feliz	Engenho	-	64 alqueires	10
1858	Anna Esmeria Moraes de Arruda	P. Feliz	22	20	-	73
1858	Major Manoel Antonio de Almeida	P. Feliz	Alambique	-	-	19
1858	Maria Duarte Novais	P. Feliz	20	-	-	127
1858	Rita Maria da Rocha Castro	P. Feliz	4	2	-	29
1858	Maria Joaquina de Jesus	Piracicaba	-	17	-	47
1858	Manoel de Toledo Silva	Piracicaba	Açúcar	-	25 alqueires	16
1859	Manoel Duarte Novaes	Piracicaba	-	6	-	31
1859	Antonio Ferraz D' Arruda	Piracicaba	30	17	Cafezal	64

Fonte: inventários de Porto Feliz, Tietê e Capivari. MRCI. Inventários de Piracicaba. CCMW.

¹⁹⁴ Inventário de Gertrudes Maria Rodrigues. 1856. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 283. (CE/MRCI).
Inventário de Joaquim Rodrigues Leite. 1858. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 289. (CE/MRCI).

¹⁹⁵ Inventário de Manoel de Toledo Silva. 1858. Piracicaba, 2º Ofício, caixa 2. CCMW.

Resultado esperado, pois a lavoura cafeeira teve pequena penetração em Porto Feliz, na década de 1850, e em Piracicaba, vila na qual a produção de açúcar e de café se equivaliam, no final da mesma década, aqueles que introduziram a lavoura cafeeira em seus engenhos e em novas terras faleceram em momento posterior.

A maioria dos grandes senhores de engenho dos municípios de Porto Feliz, Piracicaba e Tietê das décadas de 1840 e 1850 faleceram no decurso do mesmo período, quando não suas esposas. Em vários desses domicílios o casal faleceu, transmitindo todo o patrimônio para seus herdeiros. Alguns não residiam nos municípios em que possuíam engenhos e escravos e não tivemos acesso aos seus inventários, o que elevaria os dados de canaviais e escravos de nossa amostra. Em Piracicaba, por exemplo, o Visconde de Monte Alegre e o Barão de Itu, que possuíam dois engenhos no município, o primeiro e o quinto maiores produtores no início da década de 1850, eram proprietários absenteísta e faleceram poucos anos depois. Também o era o marquês de Valença, falecido nos mesmos anos. Não localizamos, da mesma forma, o inventário de Albano Leite do Canto, que possuía mais de uma centena de escravos e produzia 10.000 arrobas de açúcar, em 1851.¹⁹⁶ Também em Porto Feliz alguns inventários de grandes escravistas de 1843 não foram localizados.

Comentemos, então, a dimensão dos canaviais dos 36 inventários que a apresentaram, nos decênios de 1840 e 1850. Em dez engenhos inventariados o canavial não ultrapassava dez quartéis; em 12 media entre 11 e 20; em 7, entre 21 e 30, e outros sete ultrapassavam 30 quartéis, sendo o maior de 56 do já comentado engenho do casal João Ferreira Alves e D. Anna Theresa de Almeida. O menor canavial encontrado continha 4 quartéis, pertencia ao Alferes Agostinho José Coelho Prestes, falecido em 1858, em Porto Feliz, com 14 escravos.

Os canaviais dos grandes escravistas inventariados giravam em torno de 40 a 50 quartéis, somadas maduras e novas. Eram os casos dos engenhos de José machado da Silva com 40 quartéis de canas novas e ressoca, em 1852, e de José Manoel de Arruda Moraes, 22 quartéis maduras e 20 novas, em 1858. José Machado da Silva produziu 5.000 arrobas de açúcar, um ano antes de inventariar os bens do seu extinto casal por

¹⁹⁶ Albano Leite do Canto faleceu antes de registrar sua propriedade, em 1855, e só localizamos seu testamento. Na lista de 1835, apareceu com 65 anos, natural de S. Pasavento. Fabricou 4.600 arrobas de açúcar e colheu 1.600 alqueires de milho e 400 de feijão. Possuía 78 bois de trabalho, 10 bestas, 5 cavalos e 70 porcos. A escravaria era de 109 pessoas, das quais 34 menores de 10 anos. Havia ainda 14 agregados, entre eles o feitor Theodoro, 23 anos, natural de São Carlos.

morte de sua mulher. Ambos possuíam 41 e 73 escravos, respectivamente.¹⁹⁷ Já vimos que Antonio Ferraz de Arruda possuía 64 escravos e 47 quartéis de cana, além do cafezal, e que Anna Theresa tinha canavial maior com 38 cativos, mas sem cafezal. A safra de açúcar de Antonio Ferraz foi igual à de José Machado, no começo da década, o que indica que esse era o canavial necessário para esse nível de produção, em consonância com os dados fornecidos por Daniel Pedro Muller. Supõe-se, então, o dobro para aqueles poucos senhores cuja safra alcançava 10.000 arrobas, em Piracicaba, e cerca de 70 a 80 para aqueles que produziam entre 7.000 e 8.000.

Em alguns inventários de senhores e senhoras com plantéis de escravos acima de trinta, quarenta e até uma centena de cativos, no entanto, foram arrolados pequenos ou médios canaviais, abaixo da expectativa de plantéis de tais dimensões. São casos, por exemplo, como de Maria do Belém de Almeida, 32 cativos e dois quartéis de canas maduras e oito de novas; de Felizarda Maria de Camargo, 42 cativos e oito de canas maduras e cinco de novas; de Anna Alves Lima, 54 cativos e 15 de canas novas; Leonel Pinto de Arruda, 39 cativos e sete de canas maduras; Bernarda Alves de Almeida, 22 cativos e três de canas maduras e quatro de novas; do major Luis Antonio de Assumpção, 66 cativos e 24 de canas maduras e sete de novas; de Maria Joaquina de Jesus, 47 cativos e 17 de canas novas, cujo marido inventariante faleceu no ano seguinte (1859) deixando 31 cativos e seis de canas novas.¹⁹⁸

Além do engenho Ribeirão Fundo com 66 escravos em Porto Feliz, o Major Luis Antonio de Assumpção possuía outro no município vizinho de Tietê, com 50 cativos, do qual não declararam o tamanho do canavial. Em 1851 produziu 4.000 arrobas de açúcar nesse engenho, para o que seriam necessários cerca de 40 quartéis. Viúvo desde 1842, quando foi inventariante de sua esposa Maria Pinto de Assumpção, o Major herdou 33 quartéis de canas novas e 49 cativos, na ocasião. O casal já possuía os dois engenhos. O

¹⁹⁷ Inventário de Maria Antonia de Campos. 1852. Piracicaba, 2º Ofício, caixa 39. CCMW. Inventário de Anna Esmeria Moraes de Arruda. 1858. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 286. MRCl.

¹⁹⁸ Inventário de Maria do Belém de Almeida. 1844. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 261. Inventário de Felizarda Maria de Camargo. 1845. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 263. Inventário de Anna Alves Lima (engenho em Tietê). 1846. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 265. MRCl. Inventário de Maria Joaquina de Jesus. 1858. Piracicaba, 1º Ofício, caixa 39. Inventário de Manoel Duarte Novaes. 1859. Piracicaba, 1º Ofício, caixa 2. CCMW.

major era senhor de maiores canaviais do que aqueles que foram relacionados em seu inventário.¹⁹⁹

Os outros três senhores que, como o Major Luis Antonio, produziram 4.000 arrobas de açúcar em 1851, únicos da Vila de Tietê com safra de tal monta, faleceram também nessa mesma década, mas só localizamos o inventário do Alferes José Custódio de Almeida Lima, aberto em Porto Feliz, em 1854. Infelizmente apenas declarou Sítio com canas, sem especificar a quantidade de quartéis. Possuía 39 cativos.²⁰⁰

Alguns fatores explicam essa pequena presença de canas em determinados inventários de grandes escravistas produtores de açúcar, nos anos 1840 e 1850, analisados acima. Em primeiro lugar, como apresentado, não se trata de divisão dessa escravaria em outras culturas comerciais, como o café, pois essa tinha pouco peso nas propriedades em tela. Também não se trata de grandes plantéis desenvolvendo pequena produção. A própria fonte utilizada, os inventários, explica em grande parte essa discrepância entre grandes plantéis e pequenos canaviais. O inventário não relacionava a quantidade de quartéis de canas cortados e moídos durante a safra, mas o que existia na propriedade no momento da avaliação. Dependendo o momento do ano em que fosse essa realizada, encontrar-se-ia maior ou menor quantidade de cana plantada. Aberto pouco antes ou no início da safra, o inventário apresentava o canavial maduro e em amadurecimento, e assim ao longo dos meses de moagem, como a quantidade de canas novas plantadas para o ano seguinte. Aberto próximo do fim, o canavial já se apresentava bem reduzido, e após o término, já virara açúcar.

Em casos que a propriedade já havia passado por uma partilha devido à morte de um dos cônjuges, poderia acontecer das terras e do canavial estarem parcelados entre os herdeiros, viúvo(a) e filhos, apresentando o inventariado como seu parte menor do que o canavial existente. Alguns inventários relacionaram apenas canas novas, o que indica que a avaliação foi feita fora do momento da safra, quando o canavial maduro havia sido moído. Em São Paulo o plantio se dava entre os meses de novembro a abril, amadurecendo um ano e seis meses depois, para a safra do ano seguinte.

¹⁹⁹ Inventário do Major Luis Antonio de Assumpção. 1856. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 283. MRCI. O inventário de D. Maria Pinto de Assumpção não faz parte de nossa amostra, já que foi aberto em 1842, um ano antes da lista nominativa de 1843, da qual partimos.

²⁰⁰ Inventário do Alferes José Custodio de Almeida Lima. 1854. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 281. MRCI

Chamou a atenção o canavial de 20 quartéis do engenho com o maior plantel cativo de nossa amostra, sem detalhamento se nova ou madura, pertencente à viúva Maria Duarte Novais, de Porto Feliz. A senhora faleceu no final de 1857 e seu inventário foi aberto no ano seguinte, com a avaliação dos bens no mês de abril, antes do início da safra. Possuía 127 escravos e seu patrimônio atingiu 94:263\$870, herdado por duas filhas adultas. Claro que parte desse grande plantel era formada por crianças ainda não aptas para o duro trabalho da produção. Não constava nenhum cafezal na fazenda que pudesse ocupar também a escravaria durante o ano. Não teriam plantado canas no final do ano anterior, após a morte da matriarca? Estaria ela envolvida nos negócios de escravos?

Além desse sítio com “fábrica de assucar” avaliado em 30 contos de réis, Dona Maria Duarte possuía uma fazenda de criação no município de Araraquara, denominada Monte Alegre, avaliada 20 contos de réis. Nela existiam 21 cavalos, 11 bestas, 25 éguas, 4 jumentos, 2 jumentas, 28 bois carreiros, 1.394 vacas (34:250\$000), 178 novilhas (3:240\$000), 224 novilhas de um ano (2:688\$000), 180 bois de quatro anos (5:760\$000) e 147 bois de três anos (3:675\$000). Como os animais foram avaliados 65 escravos. Essa fazenda foi doada às duas filhas, anos antes de sua morte.²⁰¹

Dona Maria Duarte registrou seu engenho, em 1855, como tantos outros no oeste paulista. Não era das grandes propriedades da região, com 2.550 braças de comprimento e 300 de fundo, cuja testada era “sem número certo de braças”. Considerada a testada pelo fundo a propriedades seria de 765.000 braças quadradas.²⁰² Como mostra esse exemplo, falar em dimensões dessas propriedades do século XIX é falar sem exatidão, de forma aproximada, do mais ou menos dos registros, ou das tantas braças. Discutiremos a seguir a estrutura fundiária dos engenhos paulistas em meados da década de 1850, dentro das condições oferecidas por esses registros aqui coletados.

²⁰¹ Inventário de Maria Duarte Novais. 1858. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 287. MRCl.

²⁰² Registro de terras de Porto Feliz. AESP, microfilme 23, registro 31. Maria Thereza Petrone estudou as dimensões dos engenhos de Itu, Jundiá e Piracicaba, a partir dos bens rústicos de 1818 e adotou a seguinte classificação para propriedades pequenas, médias e grandes: até 100.000 braças quadradas, de 100.000 a 2.000.000 e acima de 2.000.000. Das 127 propriedades aqui analisadas apenas uma tinha menos de 100.000 braças quadradas. As propriedades foram registradas em braças e léguas. Uma légua equivale 3.000 braças de 2,20 m. transformamos léguas em braças e usamos essa última medida para o trabalho com os registros de terras de 1855-56. Maria Thereza Petrone. *A lavoura Canavieira em São Paulo*, pp. 61-63. Carlos de Almeida Prado Bacellar ao consultar os registros de terras não estudou a dimensão das propriedades, mas sua forma de aquisição e transmissão. Veja *Os Senhores da Terra*, capítulo 7.

A agromanufatura açucareira constituía a principal lavoura comercial dos quatro municípios estudados, no momento do registro de terras, em 1855-56, e as maiores propriedades eram produtoras de açúcar. Alguns pequenos produtores estavam deixando a atividade, especialmente com o fim do tráfico atlântico e o encarecimento do escravo, enquanto os grandes estavam introduzindo a cultura de café, mas essa ainda não era predominante, como apontado anteriormente. Porto Feliz era o município em que a cana de açúcar fora implantada com maior antecedência, cujas terras já haviam passado por processo maior de partilha com o suceder das gerações. Piracicaba, Capivari e Tietê são desmembramentos dessa última, devido à expansão justamente da lavoura canavieira.

TAMANHO DAS PROPRIEDADES COM ENGENHO 1855-1856										
Tamanho	Porto Feliz		Piracicaba		Capivari		Tietê		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%	N	%	N.	%
Até 500.000	4	26,66	2	5,71	5	15,62	8	17,69	19	14,96
500.000 a 2.000.000	10	66,66	19	54,29	22	68,75	31	67,39	82	64,57
Acima de 2.000.000	1	6,66	14	40,0	5	15,62	6	13,04	26	20,47
Total	15	100	35	100	32	100	46	100	127	100

Fonte: registros de terras de São Paulo, 1855-1856. AESP. 128 registros com tamanho.

A tabela acima apresenta a divisão dos engenhos em três escalas de tamanhos: pequena, média e grande. Como encontramos apenas uma propriedade abaixo das 100.000 braças quadradas, consideramos pequena propriedade para um engenho, em 1855, até 500.000 braças quadradas e a grande acima de 2.000.000. Assim sendo, a maioria dos engenhos das quatro localidades, 82, (64,57%) enquadrava-se como média propriedade, entre aquelas duas dimensões, enquanto as pequenas propriedades eram 19 (14,96) e as grandes 26 (20,47%). O número de grandes propriedades superava aquele das pequenas.

Porto Feliz apresentava proporcionalmente número maior de pequenos engenhos (26,66%) e menor, apenas um, de grandes (6,66%). Seus engenhos médios também eram menores se comparados aos dos outros municípios, pois dos dez apenas dois ultrapassavam 1.000.000 de braças quadradas. (veja quadro abaixo). Um ou outro que não tivemos acesso ao registro completo poderia possuir uma grande propriedade, como o caso da viúva Francisca Eufrosina de Moraes, que registrou parte de terra de 562.500 braças quadradas anexa à sua fazenda, cuja dimensão não foi declarada. A terra em Porto Feliz encontrava-se já mais fragmentada com mais de meio século de exploração.

A estrutura fundiária dos engenhos era semelhante em Capivari e Tietê. Em ambos, as propriedades médias eram em torno de 68% e as grandes entre 13 % e 15%, e eram superiores em tamanho àquelas de Porto Feliz. Nos dois primeiros municípios, das 53 propriedades médias 24 possuíam mais de 1.000.000 de braças quadradas. A amostra de Tietê é um pouco maior do que a de Capivari, mas as semelhanças na dimensão da produção de ambos os municípios e também no fato de que os maiores produtores registraram suas terras comprovam a similitude da dimensão dos seus engenhos. As pequenas propriedades representavam cerca de 16%, enquanto as maiores um pouco menos, de 14% a 15%, nos dois municípios. Essas onze fazendas com mais de 2.000.000 de braças quadradas não ultrapassavam 3.000.000.

Os dados dos engenhos de Piracicaba destoam dos outros três municípios, apresentando proporção e dimensões maiores de grandes propriedades. Em primeiro, dos 35 engenhos da mostra da localidade apenas dois possuíam menos de 500.000 braças quadradas, enquanto aquelas maiores de 2.000.000 de braças quadradas eram em número de 14 (40%). Com esse elevado número de grandes propriedades, o número de 19 médias (54,29%) era inferior aos de Capivari e Tietê e proporcionalmente ao de Porto Feliz. Além disso, das 14 grandes propriedades duas superavam 3.000.000 de braças; três, 3.000.000; três, 4.000.000; três, 5.000.000, e as últimas três, mais de 8.000.000, sendo a maior de 9.900.000. Esta pertencia ao maior produtor de açúcar e café do município Luis Antonio de Souza Barros, que registrou seus outros dois engenhos de 4.840.000 e 1.125.000 braças quadradas.

TAMANHO DAS FAZENDAS AÇUCAREIRAS EM SÃO PAULO, 1855-1856				
em braças quadradas				
Número	Piracicaba	Capivari	Porto Feliz	Tietê
1	360.000	168.750	112.500	90.000
2	384.560	223.200	119.716	167.500
3	562.500	240.000	400.000	210.000
4	580.000	337.500	450.000	268.000
5	600.000	400.000	562.500	420.000
6	700.000	521.400	577.500	424.000
7	800.000	525.000	585.000	465.000
8	800.000 + ou -	568.400	600.000	480.000
9	975.000	600.000	617.500	525.000
10	1.050.000	637.160	690.000	590.000
11	1.125.000	675.000	765.000	600.000
12	1.125.000	675.000	800.000	600.000
13	1.125.000	705.000	1.012.500	600.000
14	1.188.800*	729.750	1.250.000	600.000
15	1.220.000	762.000 e tantas	2.250.000	750.000
16	1.320.000	810.000		825.000
17	1.400.000	900.000		840.000
18	1.440.000	1.083.780		846.000
19	1.442.500	1.105.000		850.000
20	1.500.000	1.125.000		880.000
21	1.500.000	1.125.000		880.000
22	2.250.000*	1.200.000 + -		900.000
23	2.250.000	1.201.000		960.000
24	2.250.000	1.500.000		965.800
25	3.375.000	1.653.000		990.000
26	3.375.000	1.896.750		1.044.000
27	4.500.000	1.896.750		1.122.000
28	4.564.500	2.190.000		1.125.000
29	4.840.000	2.250.000		1.125.000
30	5.062.500	2.342.340		1.125.000
31	5.062.500	2.550.000		1.200.000
32	5.625.000	2.910.000 + -		1.200.000
33	8.437.500			1.200.000
34	9.000.000			1.350.000
35	9.900.000			1.500.000
36				1.520.000
37				1.740.000
38				1.800.000
39				1.830.000
40				2.007.000
41				2.400.000
42				2.400.000
43				2.560.000
44				2.812.500
45				2.886.000

Fonte: registros de terras de São Paulo, 1855-1856. AESP. 128 registros com tamanho.

*registro da propriedade anexa, quando a dimensão da principal não foi declarada ou estava ilegível.

Maria Thereza Petrone já havia mostrado que Piracicaba apresentava as maiores propriedades canavieiras, ao estudar os bens rústicos, em 1818. Mas essas diminuíram até meados do século, pois não mais se encontravam propriedades com 36.000.000, 20.000.000 e 18.000.000 de braças quadradas. Ainda como freguesia, em 1818, existiam aí 27 engenhos, sendo doze com mais de 2.000.000 braças quadradas, da quais três com 2.250.000, duas com 4.500.000 e sete com mais de 6.000.000, entre as quais as

três maiores citadas. Uma era menor do que 100.000 braças quadradas e outras nove variavam entre 200.000 e 1.000.000, restando cinco entre essa última medida e 2.000.000.²⁰³

Em Itu também existiam fazendas com mais de 10.000.000 de braças quadradas, em 1818, (31.162.500, 20.362.000 e 10.125.000) fragmentadas pela herança, venda, doação. Dos 124 engenhos, 29 possuíam mais de 2.000.000 de braças quadradas, 27 entre 1.000.000 e 2.000.000. No outro extremo eram 52 com dimensão entre 100.000 e 600.000 braças quadradas.²⁰⁴ Tentamos trabalhar com os registros de terras de Itu, mas a Câmara Municipal forneceu apenas a lista dos 24 maiores produtores de 1851, não dos cerca de 160 existentes no município. Daqueles, localizamos os registros de doze, mas apenas um declarou o tamanho da propriedade. O livro do registro de terras de Itu listou quinze propriedades com “fábrica de assucar”, mas tão somente oito contavam com o tamanho declarado. Três delas com menos de 1.000.000 de braças quadradas, duas com 1.125.000, uma declarou medidas incertas, de 1.350.000 a 2.025.000, e a maior delas media 3.600.000, do Capitão Bento José de Souza.²⁰⁵

Os engenhos de Jundiá apresentavam propriedades bem menores, em 1818, em Comparação a Itu e Piracicaba. Predominava a extensão até 700.000 braças quadradas, dimensão de 16 dos 26 engenhos. Dois outros mediam entre 1.000.000 e 2.000.000, enquanto oito (30,76%) estavam montados em grandes propriedades, acima de 2.000.000.²⁰⁶

Ao analisar a correlação entre tamanho da propriedade e a produção de açúcar, em 1818, Maria Thereza Petrone afirmou que absolutamente essa correlação não existia, pois imensas propriedades produziam pouco açúcar, enquanto outras muito menores produziam mais. Listou engenhos em Itu com 10.125.000 braças quadradas cuja produção era de 800 arrobas de açúcar e um de 187.500 braças quadradas cuja produção era superior, 926 arrobas. Outros com 1.050.000 e 1.440.000 braças quadradas atingiam safras de 3.000 arrobas, de 225.000 produzindo 1.150 arrobas, enquanto um gigante formado por dois lotes de 1.125.000 e 7.200.000, 300 arrobas.

²⁰³ Maria Thereza Shorer Petrone. *Op. Cit.*, p. 73.

²⁰⁴ Maria Thereza Shorer Petrone. *Op. Cit.*, pp. 61-65.

²⁰⁵ Registro de Terras de Itu, 1855-1859, v. 105. AESP, microfilme 15. O do Cap. Bento José de Souza, n. 23.

²⁰⁶ Maria Thereza Shorer Petrone. *Op. Cit.*, p. 72.

O quadro se repetia em Piracicaba e Jundiá. Na freguesia de Piracicaba o engenho de 36.000.000 de braças quadradas produziu 456 arrobas, enquanto um de 750.000, 1.100 arrobas. A safra daquela primeiro engenho superou apenas as 350 arrobas de um outro de 300.000 braças quadradas. A safra foi de 2.100 arrobas no engenho de 18.000.000. Jundiá não possuía propriedades açucareiras de tais dimensões, mas a não correlação persistia: 571.000 braças quadradas, 1760 arrobas; 4.500.000, 1.000 arrobas.²⁰⁷

O crescimento da agromanufatura açucareira com o aumento do número de engenhos e da escala de produção dos mesmos através da ampliação dos plantéis de escravos mudou esse quadro, criando uma correlação maior entre as dimensões das propriedades e de sua respectiva produção, em meados do século. Em primeiro lugar porque aquelas imensas fazendas com mais de 10.000.000 de braças quadradas foram fragmentadas e os engenhos que nelas foram instalados produziam muito mais açúcar, pois seus novos e antigos donos as transformaram em grandes e médias plantações escravistas. A correlação não era aritmética, exata, mas dentro de um certo padrão para essas propriedades açucareiras que envolvia também o tamanho do plantel de escravo. Existiam propriedades menores com quantidade maior de cativos e com maior produção. Como já apontou Thereza Petrone, localização e qualidade da terra também influenciava na produção.

Procuramos relacionar as dimensões das fazendas açucareiras registradas em meados do século, discutidas acima, e que tiveram a produção apontava, em 1851, nos municípios de Piracicaba, Capivari e Tietê. De nossa amostra dessas três localidades, engenhos acima de 3.000.000 de braças quadradas só em Piracicaba, em número de onze. De dez deles temos a produção e na maioria demonstra-se a relação entre essas maiores propriedades e sua avultada produção. Piracicaba contava com engenho cuja produção era o dobro ou mais da maior safra encontrada em Itu, em 1818, de 4.000 arrobas. Luis Antonio de Souza Barros produzia 13.000 arrobas em três engenhos de tamanhos diferentes, além de 3.000 arrobas de café, sendo um deles a maior propriedade

²⁰⁷ Maria Thereza Shorer Petrone. *Op. Cit.*, pp. 67-72.

do município, 9.900.000 braças quadradas, outro com 4.840.000 e menor com 1.125.000. O primeiro deles fornecia quase 10.000 arrobas de açúcar e café.²⁰⁸

O engenho de Antonio Ferraz de Arruda (8.437.500) produziu 5.000 arrobas, o de Felix Antonio Alves 5.625.000), 5.000; o de Vicente de Souza Queiróz, 4.500.000, 4.000; o de Salvador Ramos Correa (4.564.500), 3.500; o de Manoel Duarte Novais, (5.062.500), 2.000. O Visconde de Monte Alegre produziu 15.000 arrobas em seus dois engenhos, uma média propriedade de 700.000, mas com grande número de cativos, e sua fazenda principal, a Monte Alegre, cujo sítio anexo media 2.225.000 braças quadradas. Dois “engenheiros de assucar” atingiram safras avultadas com médias propriedades: o Barão de Itu que reuniu dos lotes (1.500.000) e instalou dois engenhos, 8.000 arrobas; e Antonio José da Silva Gordo (1.220.000), 7.000. Esses eram antigos senhores com grandes plantéis de escravos e intensa especialização na produção açucareira, fora dos padrões de São Paulo no período estudado. Cabe ressaltar também que esses grandes proprietários estavam plantando cafezais em seus engenhos. Tivemos um caso inverso, isto é, uma imensa propriedade ainda não explorada dessa forma: a segunda maior propriedade (9.000.000), produziu apenas 1.000 de açúcar. Provavelmente era uma das grandes fazendas no distante distrito de São Pedro, ainda aguardando mais alguns anos para a derrubada da mata e plantação de cafezais.

As safras da maior parte dos engenhos piracicabanos girava entre 1.000 e 3.000 arrobas. De 18 engenhos com essa escala de produção e tamanho declarado, sete variavam entre 1.000.000 e 3.000.000 de braças quadradas, três ultrapassavam os 3.000.000 e cinco não atingiam 1.000.000. Duas dessas últimas eram de 975.000 e produziam 2.000 arrobas, podendo ser consideradas na média, portanto, enquanto outras duas entre 550.000 e 600.000, 2.500 e 2.600 arrobas.

A variação entre os engenhos de Capivari e Tietê, tanto em relação à dimensão como em produção, era bem inferior aqueles de Piracicaba e a correlação se apresenta com maior nitidez. Metade dos 16 engenhos de Capivari com tamanho e produção conhecidos variava entre 1.000.000 e 2.500.000 braças quadradas e a produção entre 1.000 e 3.000 arrobas. 5.000 arrobas só no engenho de 2.250.000 de braças quadradas do grande escravista Bento Dias Pacheco, possuidor de 61 cativos em 1843. Dois

²⁰⁸ Os dados apresentados aqui estão no Registro de Terra de Piracicaba. AESP, microfilme 23. Produção em Ofício da Câmara Municipal de Piracicaba de 14 de março de 1852. AESP, cx. 374, ordem 1169.

produtores de menos de 1.000 arrobas possuíam fazendas menores de 1.000.000, e Manoel Bernardino de Almeida Lima conseguia produzir 2.000 arrobas com 637.160 braças quadradas e uma capuava anexa. Em duas fazendas de 1.896.750, produziam-se 500 e 600 arrobas, respectivamente, abaixo do padrão geral.²⁰⁹

Em Tietê, 20 dos 26 engenhos arrolados com produção e tamanho tinham safra entre 1.000 e 3.000 arrobas e suas dimensões variavam de 800.000 a 3.000.000 de braças quadradas. Há clara correlação entre tamanho das propriedades, exploração agrícola e produção, especialmente se levada em conta que algumas dessas propriedades estavam implantando a lavoura cafeeira, com as diferenças geradas pela localização, qualidade e tempo de exploração de seus donos, como também da estrutura de posse de escravos, pois senhores de propriedades rurais de dimensões equivalentes possuíam plantéis desiguais. Antonio José Leite da Silva registrou o sítio com engenho de 600.000 braças quadradas e uma ponta de 800 braças que herdou do pai homônimo, em 1852. Um ano antes, o pai produziu 3.000 arrobas de açúcar e no inventário do ano seguinte constava o referido sítio e mais duas sorte de terras, uma delas com 1.300 braças de leste/oeste e 940 de norte/sul, além de 39 cativos e mais 17 em colação dos herdeiros.²¹⁰ Já Joaquim Bento Raimundo, dono de 35 cativos em 1843, produziu 3.000 arrobas de açúcar em 1851 e registrou uma fazenda de 590.000 braças quadradas. Constava outra propriedade de 375.000, mas não sabemos se anexa à primeira.²¹¹

Poucos engenhos eram gigantes acima de 5.000.000 de braças quadradas e 5.000 arrobas de açúcar, como poucos também aqueles inferiores a 500.000 braças quadradas e 500 arrobas, nos municípios açucareiros da depressão periférica paulista, em meados do século. A maioria dos “engenheiros de assucar” montou propriedades de 1.000.000 a 3.000.000 de braças quadradas e produzia entre 1.000 e 3.000 arrobas, essa última quantidade já um alto padrão para São Paulo escravista. Os grandes proprietários implantaram extensas lavouras comerciais e ainda possuíam enormes reservas de terras, muitas com as matas necessárias para a fabricação do açúcar, para futura venda, herança ou expansão de sua lavoura.

²⁰⁹ Registro de Terras de Capivari. AESP, microfilme 03.08.007,

²¹⁰ Registro de Terras de Pirapora da Conceição (Tietê). AESP, microfilme 03.08.034, registro 13. Inventário de Antonio Leite da Silva e Anna Rodrigues Alves. Porto Feliz, 1. ° Ofício, pasta 278. MRCI

²¹¹ Registro de Terras de Pirapora da Conceição (Tietê). AESP, microfilme 03.08.034, registro 123.

O número de engenhos e a produção daqueles que se mantiveram de fogo aceso produzindo para o abastecimento interno diminuiu, após o registro de terras. Vários foram fragmentados em processos de partilhas e outros reduziram seus canaviais em benefício de outras culturas, especialmente de café e algodão. No final da década, não mais encontramos em Piracicaba engenhos com safra superior a 5.000 arrobas. Luis Antonio de Souza Barros e a Marquesa de Monte Alegre, herdeira do finado Visconde, que produziam 6.000 e 7.000 arrobas de açúcar, o faziam em dois engenhos. Engenhos mantinham e expandiam a quantidade produzida, mas com a diminuição da produção de açúcar e aumentavam a de café.

O censo agrícola de Piracicaba de 1866 nos possibilitou analisar as 40 fazendas produtoras de açúcar existentes no município, eram 60, 15 anos antes, captando a transformação ocorrida no setor e compará-las com aquelas registradas dez anos antes. Dezenove desses engenhos produziam também café, e sua produção e estrutura de posse de cativos foram discutidas no segundo capítulo. Aqui as retomaremos para analisar o tamanho da propriedade e a relação com a produção.

As 40 unidades produtoras de açúcar e, 29 delas, também de aguardente, apresentaram enormes diferenças quanto ao tamanho, produção e plantel de escravos, como apresentamos com o quadro abaixo. Eram propriedades de 200.000 a latifúndios de 9.000.000 de braças quadradas envolvidas nessa atividade. Eram oito (20%) pequenas fazendas até 500.000 braças quadradas, 21 (52,5%) médias até 2.000.000 e 11 (27,5%) superiores a este tamanho. O número das grandes propriedades diminuiu de 14 para onze, da nossa amostra de 1855-56 ao relatório, mas sua área média aumentou de 5.035.143 braças quadradas para 5.269.000. O mesmo ocorreu com as fazendas entre 500.000 e 2.000.000 de braças quadradas, cuja área média atingiu 1.095.547, em 1866, e 1.076.516, em 1856. As menores eram equivalentes, 372.280 e 371.000.

O café era produto colhido nos grandes e nos pequenos engenhos. Em nove das onze maiores propriedades se colhia a rubiácea e em quatro de cinco inferiores a 400.000 braças quadradas. As duas maiores onde não existiam cafezais eram justamente de 9.000.000 de braças quadradas. O único desses três grandes latifúndios que colhia tão somente 300 arrobas de café era um engenho no distante distrito de São Pedro, com boa “fábrica de assucar” movido a água, cuja lavoura cafeeira estava sendo implantada, não por acaso no momento de inauguração da ferrovia ligando o planalto ao porto de

Santos. Cultivava um terço de suas terras e produzia 1.000 arrobas de açúcar e 3.600 canadas de aguardente com 30 escravos.

ÁREA, PRODUÇÃO E ESCRAVOS NOS ENGENHOS DE PIRACICABA, 1866						
Área em braças quadradas, açúcar e café em arrobas e aguardente em canadas						
	Área	Cultivada	Açúcar	Aguardente	Café	Escravos
1	200.000	100.000	100	-	50	7
2	250.000	250.000	500	3.600	-	6
3	363.000	184.000	200	-	5.000	50
4	375.000	187.500	500	3.600	3.000	40
5	380.000	200.000	100	720	80	8
6	400.000	400.000	500	-	-	6
7	500.000	400.000	1.000	3.600	-	22
8	500.000	500.000	400	-	-	2
9	562.500	362.500	600	3.600	-	12
10	600.000	300.000	20	-	100	6
11	600.000	300.000	200	-	-	10
12	800.000	600.000	1.000	-	600	25
13	900.000	500.000	1.000	7.200	-	16
14	1.000.000	175.000	300	-	600	20
15	1.000.000	300.000	500	-	-	12
16	1.000.000	500.000	1.500	7.200	-	24
17	1.000.000	300.000	500	3.600	-	14
18	1.000.000	500.000	1.000	3.600	-	12
19	1.000.000	600.000	500	3.600	1.500	16
20	1.000.000	800.000	500	200	-	6
21	1.000.000	825.000	2.000	14.000	500	30
22	1.220.000	610.000	1.500	7.200	2.000	36
23	1.284.000	784.000	5.000	30.100	300	80
24	1.400.000	700.000	1.000	3.600	-	36
25	1.500.000	500.000	400	-	-	4
26	1.500.000	500.000	1.000	3.600	-	14
27	1.500.000	600.000	1.000	7.200	-	14
28	1.500.000	1.000.000	1.000	3.600	-	30
29	1.640.000	820.000	800	3.600	-	8
30	2.250.000	1.000.000	600	-	2.000	33
31	3.000.000	1.500.000	400	3.000	200	14
32	3.000.000	1.500.000	1.500	14.000	1.500	28
33	3.062.000	1.562.000	500	3.600	200	16
34	3.400.000	1.700.000	2.000	14.400	1.500	30
35	4.500.000	1.500.000	1.500	14.400	2.500	64
36	5.000.000	2.500.000	500	3.600	200	16
37	6.750.000	3.375.000	2.000	14.000	1.000	46
38	9.000.000	2.000.000	4.000	28.800	-	39
39	9.000.000	3.000.000	1.000	3.600	300	30
40	9.000.000	4.500.000	1.000	7.200	-	44

Fonte: Relatório Agrícola do Município de Constituição (Piracicaba) em 1866. AESP, ofícios diversos de Constituição, cx. 378, Ordem 1173.

Os quatro pequenos engenhos que colhiam café tinham diminuta produção de açúcar, proporcional às suas dimensões. Duas delas, no entanto, eram responsáveis pelas maiores produções de café de todas as 19 que o colhiam. Tratava-se de duas pequenas fazendas com cafezais plenamente formados e grandes plantéis de escravos: a primeira media 365.000 braças quadradas, cultivava 184.800 e com 50 cativos produzia 200 arrobas de açúcar e 5.000 de café; a segunda, cultivava 187.500 de 365.500 braças quadradas, produzindo 500 arrobas de açúcar, 3.600 canadas de aguardente e 3.000 arrobas de café, com 40 cativos. Eram pequenas propriedades, mas grandes explorações escravistas. O grande plantel nesses casos alteram a correlação pequena propriedade pequena produção, mantida pelas outras duas fazendas, com sete e oito cativos, cuja colheita de café era de 50 e 80 arrobas, além de 100 arrobas de açúcar e, em uma delas, 720 canadas de aguardente. A lavoura cafeeira possibilitava essa maior produção em pequenas propriedades, sem a necessidade das reservas em matas para as fornalhas, de terras para canas novas e do trabalho anual de plantação, características da lavoura canavieira.

Os engenhos médios são aqueles que se dedicavam com maior exclusividade à produção de derivados de cana, doze em 21. Se contarmos as propriedades de 1.000.000 a 2.000.000 de braças quadradas eram onze em 16. As 18 entre 800.000 e 1.640.000 braças quadradas produziam mais açúcar (20.500 arrobas) do que as onze superiores a 2.000.000 de braças quadradas (15.000 arrobas), com médias equivalentes nos dois grupos, 1.339 arrobas para o primeiro e 1.363 para o segundo. A diferença estava na produção de café de 9.400 arrobas das grandes e 5.500 das médias, para os maiores proprietários, que também produziam um pouco mais aguardente, 106.600 contra 98.300 canadas. Somada a produção dos ditos produtos tropicais as grandes propriedades produziam mais, individualmente, com as duas exceções apontadas dos maiores produtores de café e de açúcar, um pequeno e um médio proprietário, mas com os maiores plantéis de escravos.

A maior safra de açúcar e aguardente (5.000 arrobas e 30.100 canadas) era feita em uma fazenda de 1.280.000 braças quadradas com dois engenhos e o maior plantel dos 40 existentes, 80 cativos. Provavelmente tratava-se da fazenda registrada pelo Barão de Itu, dez anos antes, que ainda colhia 300 arrobas de café. Era seguido por um bem maior, de 9.000.000 de braças quadradas e sem cafezal, mas que só cultivava 2.000.000, com safra de 4.000 arrobas de açúcar e 28.800.000 canadas de aguardente, obtida com

39 escravos. Cabe destacar que essa última fazenda valia 110 contos de réis, 30 contos a mais do que a primeira com dois engenhos instalados, demonstrando a valor de sua terras. O outro grande latifúndio dessa dimensão produzia menos açúcar e aguardente, 1.000 arrobas e 7.200 canadas, mas cultivava metade de suas terras, 4.500.000 braças quadradas com 44 escravos. A pequena safra explica-se facilmente, pois o dito engenho estava com cafezal em formação e possuía uma “fabrica sofrível” para se fazer açúcar e aguardente movida por bois.²¹² Seria, alguns anos depois, grande produtora de café.

As três grandes propriedades entre 3.000.000 e 5.000.000 de braças quadradas que não produziam mais de 700 arrobas de açúcar e café somada a quantidade de ambos artigos localizavam-se na freguesia de Santa Bárbara, com pequeno desenvolvimento da lavoura escravista mercantil de exportação. Operavam com 6, 14 e 16 cativos, produzindo mais gêneros alimentícios básicos do que açúcar ou café. Nenhuma das grandes propriedades açucareiras de 1866 cultivava mais da metade de sua área, oscilando entre um quarto e metade. Aquelas da freguesia de Piracicaba eram mais capitalizadas em escravos e por isso produziam mais açúcar e café, mas todas tinham grandes reservas de terras para a expansão da lavoura cafeeira, nos anos posteriores.

As pequenas e médias fazendas apresentavam porcentagem maior de área cultivada, graças às suas menores dimensões e sua dedicação à grande lavoura escravista mercantil já há várias décadas. Três até 500.000 braças quadradas cultivavam 100% de sua área e quinze das 21 maiores do que esse tamanho e menores de 2.000.000 cultivavam metade ou mais de suas propriedades. Não havia uma correlação direta entre o tamanho da propriedade rural e o da produção, mas havia entre o tamanho da propriedade, do plantel de cativos e da produção. Os grandes produtores de açúcar eram aqueles que reuniam terras e escravos para tanto e nem todos estavam capitalizados com grande quantidade de cativos, mesmo possuindo grandes propriedades.

Comentemos, então, a dimensão da posse de cativos nessas 40 propriedades produtoras de derivados de canas e separadamente daquelas 21 que não haviam incorporado a lavoura cafeeira, relacionando-a com a produção açucareira. Todos os senhores de engenho eram escravistas e detinham 916 escravos, média de 22,9. A tabela a seguir apresenta a divisão desses escravos a da produção de açúcar entre os 40 produtores.

²¹² Relatório Agrícola do Município de Constituição. AESP, cx. 378, ordem 1173. Fazendas 7, 9 e 33.

Cinco “engenheiros de assucar” (12,5%) possuíam plantéis superiores a 41 cativos e concentravam 31% da escravaria, 184 indivíduos. Somados aos outros cinco produtores com plantel entre 31 e 40 cativos concentravam 51% dos escravos dessas propriedades. Onze escravistas fabricavam açúcar com menos de 10 cativos, mesmo número de senhores com plantel entre 11 e 20 escravos. Juntos somavam 55% dos escravistas, mas possuíam 25% da escravaria. A maior produção, mais de um quarto, era realizada pelos médios escravista, com posse entre 21 e 30 cativos. Somavam 20% dos escravistas produtores e concentravam 23,91% dos escravos, relação mais equivalente do que os dois extremos dos donos de escravos envolvidos na atividade canavieira.

SENHORES E ESCRAVOS POR TAMANHO DE PLANTEL, NAS FAZENDAS PRODUTORAS DE AÇÚCAR, CONSTITUIÇÃO, 1866							
Tamanho plantel	senhores	% de senhores	escravos	% de escravos	Média escravos	açúcar arrobas	% da produção
Até 10	11	27,5	69	7,5	6,27	3.800	9,64
11-20	11	27,5	160	17,5	14,55	7.300	18,53
21-30	08	20,0	219	23,91	27,38	11.000	27,92
31-40	05	12,5	184	20,09	36,8	7.600	19,29
41-50	03	7,5	140	15,28	46,67	3.200	8,12
+ 50	02	5,0	144	15,72	72,0	6.500	16,50
Total	40	100	916	100	22,9	39.400	100

Fonte: Relatório agrícola do município de Constituição, 1866. AESP, officios diversos, cx. 378, ordem 1173.

A produção de açúcar era menos concentrada do que a posse de cativos. Os escravistas com plantel de até 20 escravos produziam mais açúcar do que os senhores com posse superior a 40 indivíduos. Enquanto estes eram responsáveis por 24,62% da produção de açúcar, aqueles fabricavam 28,17% do total, mas somavam 55% dos senhores. Isso ocorria porque os grandes escravistas também produziam grande

quantidade de café. A maior parte da fabricação de açúcar ficava a cargo dos proprietários com posse de 21 a 40 escravos.

As 21 propriedades especializadas na manufatura canavieira possuíam 337 escravos, média de 16,05. Em três delas existiam plantéis acima de 30 cativos; em outras três, entre 21 e 30; em sete, de 11 a 20 e nas oito restantes a posse era inferior a 11 elementos. Produziram 18.500 arrobas de açúcar e 90.200 canadas de aguardente, esta em 15 das 21 propriedades, média de 881 arrobas e 6.013, respectivamente.

O maior produtor desse grupo possuía 39 escravos e fabricou 4.000 arrobas de açúcar e 28.800 canadas de aguardente. O segundo tinha uma safra bem menor, 1.500 arrobas de açúcar e 7.200 canadas de aguardente, fabricados com plantel de 24 escravos. O maior escravista possuía 44 cativos, produziu 1.000 arrobas de açúcar e 7.200 canadas de aguardente. O terceiro maior plantel, 36 cativos, produzia 1.000 arrobas de açúcar e 3.600 canadas de aguardente. O menor escravista produtor de açúcar possuía 2 escravos e fabricava 400 arrobas. Havia também um trabalhador livre nessa propriedade. Dessa forma, houve diminuição do padrão de produção dos engenhos piracicabanos, e paulista, com a imigração dos grandes proprietários escravistas para a lavoura do café.

Os inventários dos “engenheiros de assucar” abertos a partir dos anos 1860 captaram essas mudanças, mostrando a incorporação de outras culturas comerciais de exportação, como a do café e do algodão, enquanto produziam açúcar e aguardente para o mercado local. Dos 26 consultados nos anos 1860, 14 apresentaram produção mista de derivados de canas com café ou algodão, dez contendo café e cinco, algodão. Em oito engenhos produziam-se derivados de canas associados à produção de café, em quatro ao algodão, em uma aos dois produtos e em outra ao café e chá. A situação se repetiu nos vinte inventários dos anos 1870 e 1880, quando metade apresentou café ou algodão, sendo oito com o primeiro e duas com segundo. Esse praticamente desapareceu de nossa amostra, após a reorganização da produção norte-americana.

CANAS, CAFÉ, ALGODÃO E ESCRAVOS NOS ENGENHOS INVETARIADOS NOS ANOS, 1860						
Canas em quartéis, café em pés						
Ano	Inventariado	Município	Canas maduras	Canas novas	Café e algodão	Escravos
1860	Dr. Luis Antonio Assumpção	P. Feliz	-	18	-	76
1860	José Paes de Almeida	P. Feliz	-	-	-	5
1861	Maria Ilustrina de Carvalho	P. Feliz	12	4	Cafezal	61
1861	Anna Gertrudes de Almeida	Piracicaba	9	17	-	53
1861	Antonio Ribeiro Leite	Piracicaba	8	2	-	19
1863	Gertrudes Maria Teixeira	Capivari	16 novas e maduras		Cafezal	74
1863	Francisco de Oliveira Leite Setubal	P. Feliz	Engenho	-	Cafezal, chá	45
1863	Anna Eufrosina de Almeida	Piracicaba	Açúcar	-	Cafezal	14
1863	Ângela Paes de Barros	Piracicaba	15	21	20.000	49
1864	Francisco Luis Coelho	P. Feliz	8	2	-	27
1864	Carolina de Campos Pacheco	P. Feliz	Engenho	-	Cafezal e algodão	14
1864	João Morato de Carvalho	Piracicaba	Açúcar e aguardente		35.000	34
1865	Guilherme da Silveira Leite	P. Feliz	Engenho	-	-	26
1865	Manoel Barbosa Pires	Piracicaba	Engenho	-	-	7
1866	José Manoel de Arruda Moraes	P. Feliz	-	-	-	14
1866	José Dias de Sampaio	P. Feliz	-	4	Algodão	26
1866	Agostinho José de Carvalho	Piracicaba	Engenho	-	-	20
1866	Antonia Ferraz da Silva Coelho	Piracicaba	16	-	Cafezal	27
1866	Theotonio José de Mello	Piracicaba	Engenho e alambique		16.000	11
1867	Francisca Eufrosina de Moraes	P. Feliz	2 ½	-	Algodão	49
1867	Salvador Gabriel do Amaral	P. Feliz	Engenho	-	Algodão	14
1867	Antonio Franco do Amaral	Piracicaba	Engenho	-	-	17
1867	Maria Francisca do Nascimento	Piracicaba	Engenhoca	-	-	5
1868	Luiza Leite de Carvalho	P. Feliz	Engenho	-	Algodão	52
1868	Francisco de Arruda Paes	P. Feliz	Engenho	-	-	12
1868	Francisco Franco de Almeida	Piracicaba	Engenho	-	30.000	28

Fonte: inventários de Porto Feliz, Tietê e Capivari. MRCI. Inventários de Piracicaba. CCMW.

O cultivo conjunto da cana e do algodão se desenvolveu mais em Porto Feliz, onde se localizavam seis das propriedades com ambos, uma delas também com café. Essa última a única que não apresentou máquina para descarregar o produto. Das seis era a propriedade de menor valor, 4 contos.²¹³ Alguns inventários declaram o algodão colhido: o de José Dias de Sampaio, “153 fardos de algodão de 3 ½ arrobas, 128 vendidos já para Santos, 6 arrobas de algodão com caroço”; o de Francisca Eufrosina de Moraes, 800 arrobas de algodão colhido, que constava canavial plantado de 10 alqueires. O de Salvador Gabriel do Amaral avaliou apenas 200 arrobas de algodão bruto.²¹⁴

Os canaviais diminuía em benefício do algodão e do café, especialmente desse último. Dos 24 engenhos com produção mista encontrados entre 1860 e o fim da escravidão, 18 eram com café. Os cafezais agora avaliados são maiores, 16.000, 20.000, 30.000, 40.000, 50.000 e até 60.000 pés. Nem todos esses cafezais estavam formados, no momento do inventário.

Em alguns inventários do início da década de 1860 encontramos canaviais de 10, 26, 36 quartéis de canas entre novas e maduras, de acordo com o tamanho do plantel escravo do engenho para trabalhá-los, além da lavoura do café, em parte deles. Os 36 quartéis de canas foram relacionados no engenho de Francisco Franco do Amaral e de Ângela Paes de Barros, em Piracicaba, em 1863, no qual existiam 20.000 pés de café de mais de ano, 15 quartéis de canas maduras, 21 de novas e 49 cativos para o trabalho.²¹⁵ Cinco anos depois o engenho foi avaliado novamente, com a morte do viúvo. O cafezal havia sido ampliado a 30.000 pés e a dimensão do canavial não foi declarada.²¹⁶ Os canaviais das propriedades sem cafezal não ultrapassaram 25 quartéis. Talvez alguns já tivessem sido moídos.

Os dados sobre canaviais ficaram escassos nos inventários de meados da década de 1860 a meados da década seguinte, quando os avaliadores não especificavam o canavial, avaliando o engenho e benfeitorias. Em 1872, ao inventariar os bens de seu casal com a morte da terceira esposa, José Ferraz de Camargo relacionou engenho e seus pertences e um cafezal acima dos até então encontrados nos engenhos, 51.000 pés.

²¹³ Inventário de Carolina de Campos Pacheco. 1864. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 297. MRCl.

²¹⁴ Inventário de Carolina de Campos Pacheco. 1864. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 297. Inventário de José Dias de Sampaio. 1866. Porto Feliz, 1º Ofício. MRCl. Inventário de Salvador Gabriel do Amaral. 1867. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 299. Inventário de Francisca Eufrosina de Moraes. 1867. Porto Feliz, 1º Ofício, pasta 299.

²¹⁵ Inventário de Ângela Paes de Barros. 1863. Piracicaba, 1º Ofício, cx. 42. CCMW

²¹⁶ Inventário de Ângela Paes de Barros. 1868. Piracicaba, 1º Ofício, cx. 42 A. CCMW

Nem todos, no entanto, estavam já formados, o que mostra a introdução recente e a transformação dessa unidade para a produção mista. Eram 11.000 pés formados, 20.000 pés não bem formados e 20.000 não formados. José Ferraz de Camargo produziu 2.000 arrobas de açúcar em 1860 e introduziu a lavoura do café, a partir desse momento.²¹⁷

A partir de 1875, temos novamente a presença dos canaviais em propriedades com ou sem cafezais. E foi justamente a partir desse ano que localizamos os maiores canavial e cafezal de nossa amostra. O engenho do Coronel Alexandre Luis de Almeida Barros, produtor de 2.000 arrobas de açúcar e nenhum café, na década de 1850, tinha cafezal formado de 60.000 pés, 3.500 arrobas de café por beneficiar e mais 1.000 para colher, quando de sua morte em 1875. De canas maduras existiam 25 quartéis.²¹⁸ O maior canavial é já conhecido de nossa amostra, de 87 quartéis do engenho Monte Alegre, propriedade especializada na produção de derivados de canas. Esse engenho manteve o padrão dos grandes de meados do século, com produção que alcançava as 10.000 arrobas. Os outros que se mantiveram na atividade canavieira apresentavam padrões menores de produção e de canaviais, 36, 25, 11 quartéis e até menos, correlacionados com o tamanho do plantel de escravos.

Os maiores cafezais foram plantados nos engenhos de Piracicaba, onde encontramos também os maiores canaviais. A lavoura do café em Porto Feliz não teve a relevância alcançava em outros municípios, nem a importância da lavoura canavieira na própria localidade, como apontaram os canaviais dos últimos anos de escravidão. Mas alguns engenhos não deixaram de introduzir a tão almejada lavoura cafeeira. Em 1884, o engenho de 1.615.000 braças quadradas de Horácio de Almeida Nobre e de sua esposa Anna Martins Bonilha, com um canavial de 50 quartéis, sendo 18 de canas novas, preparava-se para iniciar a colheita da rubiácea em 19.000 pés, plantados a quatro e cinco anos.

Todos esses engenhos operaram explorando o trabalho escravo até a desagregação final da instituição, em 1888, como apontamos no início desse capítulo. Ao longo do mesmo já apresentamos o tamanho de plantéis de vários engenhos, correlacionando-os com a produção. Agora vamos analisar a dimensão desses plantéis

²¹⁷ Inventário de Francisca Emilia de Oliveira Ferraz. 1872. Piracicaba, 1º Ofício, cx 30. CCMW

²¹⁸ Inventário de Alexandre Luis de Almeida Barros. 1875. Piracicaba, 1º Ofício, cx 42. CCMW

de cativos presentes no conjunto de inventários de nossa amostra, do auge da produção escravista açucareira paulista, na década de 1840, à abolição.

CANAS, CAFÉ, ALGODÃO E ESCRAVOS NOS ENGENHOS INVETARIADOS, ANOS 1870/1880						
Canas em quartéis, café em pés						
Ano	Inventariado	Município	Canas maduras	Canas novas	Café e algodão	Escravos
1870	José Hipólito Fernandes	P. Feliz	-	4	-	31
1870	Francisca Eulália Novaes de Carvalho	P. Feliz	Engenho	-	Algodão	15
1872	Francisca Emilia d'Oliveira Ferraz	Piracicaba	Engenho	-	51.000	52
1873	Bernardina Augusta Vieira Martins	Piracicaba	Engenho	-	Algodão	33
1874	Melxior de Mello Castanho	Piracicaba	Açúcar	-	Café	24
1875	Alexandre Luis de Almeida Barros	Piracicaba	25	-	60.000	85
1876	Antonio Fernandes de Carvalho	P. Feliz	3	12	-	20
1876	Luiza Leite de Carvalho	P. Feliz	Engenho	-	-	22
1877	Francisco Ferraz do Amaral Gurgel	P. Feliz	-	11	-	21
1880	Manoel da Rocha Garcia	Piracicaba	7	7	-	39
1881	Manoel Paes de Almeida	P. Feliz	Engenho e açúcar		4 arrobas	4
1882	Joaquim Mariano de Almeida Moraes	P. Feliz	30.000 kg de açúcar e 120.000 lt aguard.		-	27
1884	Anna Martins Bonilha	P. Feliz	32	18	19.000	21
1884	Veríssimo José Coelho	P. Feliz	Engenhoca	-	5.000	6
1885	D. Anna de Almeida Sampaio Leite	P. Feliz	-	25	-	45
1885	Antonio de Moraes Navarro	Piracicaba	Canaviais	-	Cafezal	71
1886	Joaquim Ferraz de Sampaio	P. Feliz	-	-	-	4
1886	Joaquim Correa de Moraes Abreu	P. Feliz	20	16	-	18
1887	Joaquim Rodrigues Alves d'Arruda	P. Feliz	5	8 ½	2.000	18
1887	Dr. Pedro Augusto da Costa Silveira	Piracicaba	85	-	-	79

Fonte: inventários de Porto Feliz, Tietê e Capivari. MRCl. Inventários de Piracicaba. CCMW.

Se era o mesmo engenho nos dois momentos não era o mesmo plantel de escravos, pois esse frequentemente era alterado com a partilha. Distribuímos esses 102 plantéis de engenhos em cinco faixas de tamanho, ao longo do período, para compreendermos a divisão dos mesmos em relação ao tamanho de sua escravaria. Ao longo do tempo, o mesmo engenho poderia se enquadrar em uma ou outra faixa, conforme aumentasse ou reduzisse o mesmo, de acordo com a história de acumulação ou distribuição da riqueza escrava para os herdeiros. Em alguns casos foi possível averiguar.

Mostramos no primeiro capítulo a ampliação da escala de produção e do número de escravos dos engenhos paulistas, durante o ciclo exportador da primeira metade do século XIX, apontando a dimensão de seus plantéis. Agora analisaremos o tamanho desses nos engenhos que converteram a produção para o mercado interno. O quadro a seguir apresenta a quantidade dos engenhos por faixa de plantel.

DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS POR TAMANHO DE PLANTEL, 1844-1888											
	1 a 10	%	11 a 20	%	21 a 30	%	31 a 40	%	Mais de 40	%	Total
Anos 1840	1	5,6	5	27,8	2	11,1	3	16,7	7	38,9	18
Anos 1850	4	10,5	11	28,9	7	18,4	7	18,4	9	23,7	38
Anos 1860	3	11,5	9	34,6	5	19,2	1	3,8	8	30,8	26
Anos 1870	-	-	2	22,2	3	33,3	2	22,2	2	22,2	9
Anos 1880	3	27,3	2	18,2	2	18,2	1	18,2	3	27,3	11
Total	10	10,8	29	28,4	19	18,6	14	13,7	29	28,4	102

Fonte: inventários de Porto Feliz e Tietê. Porto Feliz, 1º Ofício, MRCl. Inventários de Piracicaba. Piracicaba, 1º e 2º Ofícios, CCMW. Escritura de venda de uma fazenda e escravos que fazem Dona Eufrosina Ferraz de Camargo e Balduino do Amaral Mello, em 22 de setembro de 1874. Piracicaba, 1º Tabelião de Notas e Ofícios, livro 27.

Pequenos, médios e grandes escravistas se envolveram na produção de derivados de canas em São Paulo, durante o século XIX. A distribuição dos engenhos por tamanho de seu plantel de escravos se alterou de meados do século ao final da escravidão, com a diminuição do número de unidades produtivas, ao longo do período. O quadro mostrou forte concentração dos engenhos nas faixas de maiores plantéis, nos últimos anos da década de 1840 e no decênio seguinte. Dez dos 18 inventariados possuíam mais de 30 cativos, sendo sete (38,9%) com mais de 40, nos anos 1840, e 16 (46,1%) dos 38, 23,7% deles com mais de 40 cativos, nos anos 1850. Essa concentração é resultado do falecimento dos proprietários que viveram o auge da lavoura escravista mercantil açucareira e da acumulação em cativos, nesse período, quando os engenhos do oeste apresentavam alta média de escravos. Foi o momento de divisão dos grandes plantéis empregados nos engenhos, como o de D. Felizarda Maria de Camargo (42 cativos), em 1845; o de D. Manoela Baptista Aranha (68 cativos), em 1846; o de D. Anna Alves Lima (54 cativos), no mesmo ano, de Manoel Ferraz do Amaral (90 cativos), em 1848.²¹⁹

O processo continuou na década seguinte, com o falecimento dos Patriarcas e matriarcas do açúcar, como João Fernandes de Araujo leite (48 cativos), em 1854; João Fernandes leite (68 cativos), em 1854; o Major Luis Antonio de Assumpção, com seus dois engenhos em porto Feliz e Tietê (66 e 50 cativos); Anna Esmeria Moraes de Arruda (73 cativos), em 1858; Antonio Ferraz de Arruda (64 cativos), em 1858; e o maior deles, da viúva Maria Duarte Novais (127 cativos), em 1858.²²⁰

Como o número de engenhos com até dez cativos era muito reduzido, apenas 4 em 42, em Porto Feliz, em 1843, sua representatividade era também reduzida no conjunto de inventário. Também o era em piracicaba. Apenas a engenhoca de D. Custódia Maria de Oliveira com cinco escravos foi inventariada nos anos 1840.²²¹ Os

²¹⁹ Inventário de Felizarda Maria de Camargo. 1845. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 263. MRCl. Inventário de Manoela Baptista Aranha. 1846. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 264. MRCl. Inventário de Anna Alves Lima. 1846. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 265. MRCl. Inventário de Manoel Ferraz do Amaral. 1848. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 270. MRCl.

²²⁰ Inventário de João Fernandes de Araujo Leite. 1854. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 280. MRCl. Inventário de João Fernandes de Leite. 1854. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 281. MRCl. Inventário do Major Luis Antonio de Assumpção. 1856. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 283. MRCl. Inventário de Anna Esmeria Ferraz de Arruda. 1858. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 286. MRCl. Inventário de Maria Duarte Novaes. 1858. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 287. MRCl. Inventário de Antonio Ferraz de Arruda. 1859. Piracicaba, 2º ofício, cx. 2 B. CCMW.

²²¹ Inventário de Custodia Maria de Oliveira. 1847. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 268. MRCl.

engenhos com plantéis entre 11 e 20 e 21 e 30 cativos tiveram sua representação invertida nos inventários, em relação à sua participação no conjunto de produtores.

Essa fragmentação dos grandes plantéis em meados do século e o crescimento do número de pequenos e médios engenhos redistribuiu-os nas várias faixas. Essa mudança já aparece nos anos 1850, com a redução dos engenhos com mais de 40 cativos para 23,7% e o aumento da participação dos engenhos das primeiras faixas. Quando o inventário era resultado do falecimento de um dos cônjuges, a meação do viúvo(a) mantinha maior número de escravos para tocar o engenho. A dispersão dos cativos era maior quando tratava-se da extinção do casal com a morte do viúvo(a) e se dava a transmissão total do engenho para os filhos herdeiros. O impacto era nulo para o trabalho no engenho quando os filhos eram menores e seus escravos eram administrados pelo pai ou mãe sobrevivente, pois esses continuavam na propriedade, pelo menos até o filho(a) partir para a construção de seu próprio domicílio. Esse processo ocorria também com os engenhos com plantéis menores.

O plantel, dessa forma, tendia à diminuição quando se iniciasse a transmissão de bens através de dotes e heranças. Foi o que ocorreu na maioria dos engenhos que tivemos acesso aos inventários do casal. Quando Maria do Belém faleceu, em 1844, seu engenho tinha 32 escravos, reduzidos para 19 na morte do marido, em 1858. Salvador Pereira de Almeida possuía 46 escravos quando inventariou o engenho do casal, em 1845, e 33 quando faleceu, dez anos depois. Antonio de Aguiar e Silva faleceu em 1847 deixando 30 cativos para esposa e filhos. Dois anos depois sua esposa Gertrudes deixou 13. Do grande plantel de 127 cativos de D. Maria Duarte Novais, em 1858, sua filha que ficou com o engenho e o canavial herdou 38. Em Piracicaba, no mesmo ano, o casal Manoel Duarte Novaes e Maria Joaquina de Jesus possuía engenho com 47 escravos. O viúvo faleceu no ano seguinte, deixando engenho e 31 cativos para quatro herdeiros. João Fernandes de Araujo Leite ampliou o plantel de 43 para 48 escravos de seu engenho, da morte da esposa, em 1847, à sua, em 1854. Seu filho herdou a propriedade e 24 cativos, ficando os outros 24 para o genro. No segundo inventário os engenhos haviam descido para as faixas menores de posse.²²²

²²²²²² Inventário de Maria do Belém e Almeida. 1844. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 261. MRCl. Inventário de Major Manoel Antonio de Almeida. 1858. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 286. MRCl. Inventário de Carlota Eufrosina. 1845. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 282. MRCl. Inventário de salvador pereira de Almeida. 1855. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 282. MRCl. Inventário de Antonio de Aguiar e

A partilha desses plantéis maiores em algumas famílias irrigava aqueles de outros engenhos pertencentes a filhos e genros. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a morte de Manoel Ferraz do Amaral, Manoela Baptista Aranha, Major Luis Antonio de Assumpção, dentre outros. Em pequenos engenhos poderia significar o momento do abandono da atividade canavieira.

A amostra dos engenhos dos anos 1860 foi marcada pela redução daqueles com plantéis entre 21 e 30 cativos, de mais de 18% para 3,8%, em proveito do crescimento daqueles menores entre 11 e 20 cativos, aumento de 29% para mais de 34%, e dos maiores de 40, que chegou a 30,8%. Alguns deles são engenhos herdados nos anos anteriores. Mas esses engenhos maiores que exploravam maior quantidade de escravos eram diferentes daqueles das duas décadas anteriores, em sua grande maioria, pois tinham incorporado a produção de algodão e café, especialmente naqueles engenhos inventariados no final da década. Os maiores representam aqueles cujos proprietários mais antigos se encontravam no processo de acumulação ainda sem partilha, diversificando a produção. Partilhas de escravarias de engenhos com mais de 20 ou 30 cativos e a acumulação dos menores aumentavam o número a representatividade daqueles com escravaria entre 10 e 20 indivíduos. Os engenhos que operavam com menos de dez cativos compunham 11,5%.

No caso do engenho de Francisca Eufrosina de Moraes, proprietária de 49 escravos quando faleceu em 1867, seu plantel permaneceu entre os grandes de Porto Feliz, mesmo tendo passado pela partilha com a morte do marido, em 1848. A redução, no entanto, foi grande, pois na ocasião o casal possuía 90 escravos. A diminuição do plantel desse engenho ampliou o de outros.²²³ No mesmo decênio, a propriedade açucareira de Francisco Franco do Amaral e Angela Paes de Barros esteve nas faixas acima de 40 e entre 21 e 30 cativos. Quando a esposa faleceu, em 1863, eram 49

Silva. 1847. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 267. MRCI. Inventário de Gertrude Pinheiro de Almeida. 1849. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 270. MRCI. Inventário de Maria Duarte Novaes. 1858. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 287. MRCI. Inventário de Delfina Miquelina de Moraes. 1847. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 267. MRCI. Inventário de João Fernandes de Araujo Leite. 1858. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 267. MRCI. Inventário de Maria Joaquina de Jesus. 1858. Piracicaba, 1º ofício, cx. 39. CCMW. Inventário de Manoel Duarte Novaes. 1859. Piracicaba, 1º ofício, cx. 2. CCMW.

²²³ Inventário de Francisca Eufrosina de Moraes. 1867. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 299. MRCI.

escravos, quando o viúvo transmitiu o restante do patrimônio construído pelo casal, em 1868, eram 28.²²⁴

É reduzida a amostra de inventários nos anos 1870 e 1880, como reduzida era a quantidade de engenhos em operação, em relação aos decênios anteriores. Diferentemente desses, o último período apresenta distribuição equitativa nas várias faixas de plantéis, demonstrando o abandono da atividade por pequenos, médios e grandes escravistas. Demonstra, ao mesmo tempo, a permanência de um grupo reduzido, também pequenos e grandes na produção de açúcar. Esses, em sua maior parte, associados a produção de açúcar e ou algodão. História interessante é a de José Ferraz de Camargo, pois mostra uma reconstrução e ampliação do patrimônio e do plantel de escravos, ao longo de algumas décadas de acumulação e de mortes das esposas. Em 1848, inventariou seu engenho com 24 cativos, graças ao falecimento da primeira esposa. O plantel não foi dividido, permanecendo no engenho, já que seus seis filhos eram todos menores, tendo a mais velha dez anos de idade. No inventário da segunda esposa, em 1855, eram 27 escravos. No final da década José Ferraz comprou parte do sítio que pertencia a filhos do primeiro casamento e, em 1872, com cafezal formado e em formação, seu plantel já chegara a 52 cativos. Os filhos desse terceiro ainda eram menores. As dívidas passivas no valor de 25:448\$115, mais de um quarto do monte-mór de 97:221\$000, provavelmente foi feita na compra de escravos para aumentar a escala de produção com a introdução da lavoura de café.²²⁵

Durante quase quatro décadas de sobrevivência da escravidão, após o fim do tráfico atlântico, engenhos com pequenos, médios e grandes plantéis continuaram produzindo derivados de canas para o mercado provincial. Vários de seus proprietários não se contentaram em produzir apenas um artigo para o mercado interno e introduziram a lavoura cafeeira e, em menor escala e por período mais curto, a algodoeira, para exportação. A dimensão do plantel de cativos desses engenhos era variável ao longo do tempo, de acordo com o momento do ciclo de vida dos proprietários, como demonstramos com a análise dos inventários acima. Em sua existência o engenho poderia passar por algumas faixas diferentes de acumulação em

²²⁴ Inventário de Ângela Paes de Barros. 1863. Piracicaba, 1º ofício, cx. 42. CCMW. Inventário de Francisco Franco do Amaral. 1868. Piracicaba, 1º ofício, cx. 42 A. CCMW.

²²⁵ Inventário de Gertrudes de Campos Camargo. 1848. Piracicaba, 1º ofício, cx. 32. CCMW. Inventário de Antonia Ferraz de Camargo. 1855. Piracicaba, 1º ofício, cx. 32. CCMW. Inventário de Francisca Emilia de Oliveira Ferraz. 1872. Piracicaba, 1º ofício, cx. 30. CCMW.

cativos, tanto ascendente como descendente. Variável também era o tamanho dessa propriedade, em consequência de anexação de terras adjacentes ou de partilhas sucessivas entre herdeiros.

Resta-nos agora apresentar a dimensão dessa população cativa e sua distribuição pelo tamanho de plantéis. Para isso elaboramos a tabela abaixo contendo a quantidade de escravos sob a posse dos escravistas por tamanho de plantel.

Nos 102 documentos compulsados foram relacionados 3.253 escravos, 80,48% dos quais nos anos 1840, 1850 e 1860. Parte desse contingente era de escravos já relacionados em inventários anteriores, com a morte de um dos cônjuges. Portanto trata-se de 3.253 relacionados na amostra, não 3.253 indivíduos diferentes. Nos anos 1860, houve o declínio do número de engenhos e da produção de açúcar em São Paulo.

Durante todo o período, os produtores de derivados de canas com mais de 40 cativos concentraram a maior parte dos mesmos, mesmo com o descenso de alguns grandes escravistas para faixas inferiores de posse, após uma partilha. Em toda amostra, 54,2% desses cativos estiveram concentrados nos maiores plantéis. Somados aos 32,5% dos escravos dos “engenheiros de assucar” possuidores de plantéis entre 31 e 40 indivíduos, mais de 86% deles pertenciam aos escravistas com posse acima de 30 cativos.

A distribuição dos cativos entre as faixas de tamanho dos plantéis foi mais desigual nos inventários dos anos 1840, quando os maiores escravistas concentraram 63,4% dos 612 escravos relacionados. Tãmanha concentração era igual a existente nos 51 engenhos de Piracicaba (63,8), em 1835, mas superior à encontrada nos de Porto Feliz (57%), em 1843. No outro extremo, apenas um pequena escravista possuidor de cinco cativos (0,82%) foi inventariado. Os produtores de açúcar cujo plantel continha entre 11 e 20 cativos possuíam 10,9% do total, porcentagem superior aquela presente na faixa seguinte (8,8%). Eram superados pelos proprietários de 31 a 40 escravos (16%).

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS POR FAIXA DE PLANTEL																	
Período	1 a 10			11 a 20			21 a 30			31 a 40			Acima de 40			Total	Média
	N.	média	%	N.	média	%	N.	média	%	N.	média	%	N.	média	%		
Anos 1840	5	5	0,82	67	13,4	10,9	54	27	8,8	98	32,7	16	388	55,4	63,4	612	34
Anos 1850	37	9,25	3	176	16	14,3	177	25,3	14,4	253	36,1	20,6	584	64,9	47,6	1.227	32,3
Anos 1860	17	8,5	2,2	135	15	17,3	134	26,8	17,2	34	34	4,4	459	57,4	58,9	779	30
Anos 1870	-	-	-	35	17,5	11,6	67	22,3	22,1	64	32	21,1	137	68,5	45,2	303	33,7
Anos 1880	14	4,66	4,2	36	18	10,8	48	24	14,4	39	39	11,7	195	65	58,7	332	30,2
Total	73	6,6	2,2	449	15,5	13,8	480	25,3	14,8	488	32,5	15	1.763	63	54,2	3.253	31,9

Fonte: inventários de Porto Feliz e Tietê. Porto Feliz, 1º Ofício, MRCl. Inventários de Piracicaba. Piracicaba, 1º e 2º Ofícios, CCMW. Escritura de venda de uma fazenda e escravos que fazem Dona Eufrosina Ferraz de Camargo e Balduino do Amaral Mello, em 22 de setembro de 1874. Piracicaba, 1º Tabelião de Notas e Ofícios, livro 27.

A amostra da segunda metade do século apresentou distribuição menos desigual entre as faixas de posse. Os maiores escravistas passaram a concentrar menos escravos, enquanto os menores e médios aumentaram sua participação no domínio da população cativa. Trata-se de uma melhor representação dos escravos concentrados nessa atividade e da fragmentação de alguns grandes plantéis.

Nos anos 1850, a quantidade de cativos nas mãos dos senhores com plantéis superiores a 40 indivíduos diminuiu para 47,6%, mesmo a média de cativos desse grupo tendo aumentado de 55,4 para 64,9. O fato explica-se pelo crescimento da representação dos proprietários das faixas menores no conjunto da amostra de 61,1% para 76,3%. As participações dos outros quatro grupos no controle da escravaria aumentou, como também a média de escravos em cada dimensão de posse, com exceção dos possuidores de 21 a 30 cativos, cuja média caiu de 27 para 25,33. Sua participação na posse de cativos, mesmo assim, passou de 8,8% para 14,4%.

A média de 9,25 cativos dos menores escravistas quase alcançou o ponto máximo de cativos da faixa de posse, elevando a 3% a quantidade de escravos presentes nesses menores engenhos. A média de cativos dos plantéis entre 11 e 20 e 31 e 40 também ultrapassou a metade da faixa na qual se inseriam (16 e 36,1), mostrando a maior dimensão da escravaria avaliada nos inventários. Ampliaram, da mesma forma, a porcentagem de cativos que possuíam em cerca de 4%.

Como a presença de café foi quase nula nos engenhos inventariados antes dos anos 1860, esse contingente de escravos trabalhava basicamente na produção de açúcar e aguardente. O quadro mudou a partir dessa década, quando mais da metade dos produtores de derivados de canas que faleceram produziam também café ou algodão. Dos 26 inventários dos anos 1860, em 14 constavam produção de um desses produtos para a exportação. A população cativa, portanto, não era explorada exclusivamente na lavoura canavieira, mas também na do café e do algodão.

A existência de apenas um inventário de escravista com 34 cativos, nos anos 1860, fez declinar a posse desse grupo para 4,4%, o dobro dos possuidores de até 10 cativos, cuja quantidade de escravos também declinou. Os escravistas das segunda e terceira faixas continuaram ampliando a porcentagem de escravos sob seus domínios, por sinal eram equivalentes (17,3% e 17,2%). A média dos maiores plantéis diminuiu

em sete cativos, mas a concentração da população aumentou com a pequena representatividade dos proprietários da faixa anterior.

No decênio seguinte, os dois produtores com mais de 40 cativos formaram a maior média dos períodos estudados (68,5), mas o pequeno número da amostra reduziu a quantidade de escravos deles a 45,2%, a menor concentração entre a décadas. Não encontramos inventários dos menores escravistas produtores de açúcar. Os proprietários de plantéis de 21 a 30 e 31 a 40 cativos tiveram sua maior participação percentual no controle da quantidade de escravos nesse decênio da lei do ventre livre (22,1% e 21,1%).

Nos últimos anos da escravidão, declinou a posse de cativos dos três grupos de escravistas localizados entre os menores e maiores detentores de escravos. Devido ao número reduzido de inventários dos proprietários de mais de 10 e menos de 40 cativos, os pequenos escravistas, cuja média caiu abaixo de cinco, concentraram a maior porcentagem de escravos em mãos desse pequeno grupo, ao longo dos anos. Os maiores escravistas, entretanto, voltaram a ultrapassar a barreira dos 50%, quando três dentre os onze inventariados possuíam 195 dos 332 cativos (58,7%). Dois deles produziam apenas derivados de canas, Antonio de Paula Leite de Barros (45 cativos), cuja esposa Anna de Almeida Sampaio Leite faleceu em 1886, e Pedro Augusto da Costa Silveira (79 cativos). O outro era Antonio de Moraes Navarro, de Piracicaba, que ao falecer em 1885 deixou 71 cativos que labutavam nos canaviais e no cafezal.²²⁶

A média de escravos encontrada nestes 102 plantéis alcançou 31,9 indivíduos e 31,55 naqueles de 1850 a 1888, momento de conversão dessa agromanufatura para o mercado interno. Mas esses escravos não eram explorados exclusivamente na produção de derivados de canas, pois mais da metade dos engenhos inventariados a partir de 1860 havia incorporado outra lavoura comercial. Analisamos separadamente a dimensão dos plantéis dos engenhos com produção de derivados de canas e com produção associada com café e algodão, entre 1860 e 1888, quando esses produtos marcam forte presença nessas unidades produtivas.

²²⁶ Inventário de Anna de Almeida Sampaio Leite. 1886. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 318. MRCL. Inventário de Antonio de Moraes Navarro. 1885. Piracicaba, 2º Ofício, cx. 5 A. CCMW. Inventário de Pedro Augusto da Costa Silveira. 1887. Piracicaba, 1º Ofício, cx. 21 A. CCMW.

Nos 22 engenhos com produção exclusiva de derivados de canas foram arrolados 587 escravos, enquanto naqueles com produção mista, 765. Desses, 504 estavam nas 15 fazendas dos produtores de derivados de canas e café, 203 nas sete dos de derivados de canas e algodão, uma fazenda com 45 escravos produzia açúcar, café e chá; outra, com 14 cativos, derivados de canas, café e algodão. O plantel médio de escravos era superior entre os produtores de açúcar e de café (33,6), seguido pelo de produtores de açúcar e algodão (29). Entre os escravistas dedicados somente à produção de derivados de canas alcançou 26,7.

O maior plantel dedicado à produção de açúcar e café pertencia ao Coronel Alexandre Luis de Almeida Barros, 85 cativos, falecido em Piracicaba, em 1875. Em seu inventário consta a relação dos 91 cativos matriculados três anos antes, seis a mais, portanto. O coronel produzia açúcar desde meados do século e foi a maior fortuna encontrada em nossa amostra. Pequenos escravistas como Manoel Paes de Almeida (4 cativos) e Veríssimo José Coelho (6 cativos) também se dedicavam as duas culturas. Veríssimo o Sítio Gramadinho com casa de morada muito estragada, com uma engenhoca em bom estado, monjolo estragado, um pequeno depósito para o café em bom estado, 5.000 pés de café mais ou menos, parte formados em parte em formação.²²⁷

Na produção associada ao algodão os plantéis não eram nem tão grandes nem tão pequenos, como esses dedicados os anteriores. O menor encontrado continua 14 cativos, em 1867. Com a mesma quantidade de escravos o casal Francisco de Arruda Paes e Carolina de Campos Pacheco produzia café e algodão, além de derivados de cana, em 1864. O maior plantel (52 cativos), encontrava-se na propriedade de José Hipólito Fernandes e Luisa leite de Carvalho, falecida em 1868. Francisco faleceu em 1868, deixando 12 cativos, e José Hipólito dois anos depois, com 31 cativos. Em seus inventários não foram relacionados nenhum algodão.²²⁸

Leonel de Oliveira Soares encontrou média superior de escravos entre os senhores de engenho do município de Mogi Mirim. O autor realizou um estudo com 413 inventários dessa localidade, no período entre 1831 e 1880, entre os quais 58 inventários

²²⁷ Inventário de Alexandre Luis de Almeida Barros. 1887. Piracicaba, 1º Ofício, cx. 42. CCMW. Inventário de Verissimo José Coelho. 1884. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 318. MRCl.

²²⁸ Inventário de Carolina de Campos Pacheco. 1864. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 297. MRCl. Inventário de Salvador Gabriel do Amaral. 1867. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 299. MRCl. Inventário de Luisa Leite de Carvalho. 1868. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 300. MRCl. Inventário de Francisco de Arruda Paes. 1868. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 301. MRCl. Inventário de José Hipólito Fernandes. 1870. Porto Feliz, 1º ofício, pasta 303. MRCl.

de produtores de derivados de canas, 40 de café e onze com produção mista dos dois artigos. No período de 1851 a 1880, quando a lavoura cafeeira se transformou na principal atividade do município, foram inventariados 14 produtores de derivados de cana que juntos possuíam 635 cativos, média de 45,3, bem superior à de 31,9 de nossa amostra. Os nove produtores de café e açúcar do mesmo período detinham 273, média de 30,3. Não por acaso, o município era o maior produtor de açúcar, na década de 1850. Os dois escravistas que produziam açúcar e colhiam café inventariados antes de 1850 tinham média de 80 cativos, enquanto aqueles que produziram apenas derivados de canas possuíam em média 29,4 indivíduos, entre 1831 e 1880.²²⁹

Em Lorena, no Vale do Paraíba, Renato Leite Marcondes encontrou menores plantéis em mãos daqueles que continuaram na atividade canavieira, mesmo depois da grande penetração cafeeira. Em seu estudo com mais de uma centena de inventários, entre 1830 e 1879, 68 produziam açúcar e ou aguardente. A média de seus plantéis foi de 14,7 escravos, menor do que aquela encontrada para Piracicaba, Porto Feliz e Mogi mirim.²³⁰

Os estudos feitos a partir de inventários e escrituras de compra e venda dos municípios paulistas demonstram a permanência de importante agromanufatura escravista canavieira, responsável pela maior parte do açúcar e da aguardente produzidos na Província, até os últimos dias da escravidão

²²⁹ Leonel Soares de Oliveira. *Op. Cit.*, pp. 101-103.

²³⁰ Renato Leite Marcondes. *Op. Cit.*, pp. 156-162.

PARTE II

A MODERNIZAÇÃO DA AGROMANUFATURA AÇUCAREIRO PAULISTA

CAPÍTULO 5 – AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO MUNDIAL E NA LAVOURA AÇUCAREIRA DO BRASIL

Vimos no capítulo anterior a constituição e expansão da agromanufatura escravista açucareira paulista de exportação nas regiões de ‘serra acima’ e sua conversão ao mercado interno provincial, a partir de meados do século, com a implantação da lavoura cafeeira. Apresentamos como, a partir da década de 1860, a maior parte do açúcar consumido em São Paulo provinha de outras Províncias/Estados do País. Nesse capítulo discutiremos o processo de modernização do setor açucareiro paulista através da criação dos engenhos centrais. Nesse primeiro capítulo apresentamos as mudanças na produção e no comércio mundial e as transformações ocorridas nos vários espaços canavieiros, para que possamos compreender e comparar o processo ocorrido em São Paulo.

Integrada ao mercado externo com sua produção voltada para a exportação e abastecida de braços cativos no mercado atlântico a agromanufatura escravista açucareira brasileira sofreu as repercussões das mudanças ocorridas na produção e no mercado internacional do açúcar, durante o desenvolvimento do capitalismo industrial, no século XIX.

A colônia portuguesa em terras americanas conheceu, ao final do século XVIII e início do XIX, um processo de renascimento agrícola que engendrou grande expansão das suas lavouras de exportação, acarretando grande aumento do volume de produção destes artigos durante o século XIX. Esse fato levou ao avanço dessas culturas sobre vastas áreas até então não ocupadas pela lavoura de exportação e ao aumento significativo do número de escravos.²³¹

A antiga manufatura açucareira beneficiou-se da desestruturação da produção açucareira nas colônias francesas do Caribe, ocorrida na última década do século XVIII. A França constituiu-se na maior potência no mercado mundial açucareiro durante o

²³¹ Sobre o renascimento a partir do final do século XVIII ver Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, 13ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1970, p.p. 79 – 93; Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 16ª edição, São Paulo, Nacional, 1979, p.p. 89 – 92; José Jobsom de Andrade Arruda, *O Brasil no Comércio Colonial, 1796 – 1808*, São Paulo, 1980; Vera Lúcia do Amaral Ferlini, *Terra, Trabalho e poder*, São Paulo, Brasiliense, 1988, p.p. 93 – 95; Stuart Schwartz, *Segredos Internos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.p. 337 – 355.

século XVIII, disputando a hegemonia desse rico filão da produção colonial com a Inglaterra. Possuía a França, em 1791, a colônia com maior produção individual de açúcar, São Domingos (Haiti), com 78.696 toneladas métricas, seguida da colônia inglesa da Jamaica, com 60.900. A colônia portuguesa ocupava o terceiro lugar, com produção estimada em 21.000 toneladas, mantendo a mesma posição no cômputo geral da produção das metrópoles européias.²³² Em conjunto, a maior quantidade produzida provinha das colônias inglesas, 106.193 toneladas, enquanto as colônias francesas produziam 97.421 toneladas. Entretanto, havia uma grande diferença entre as duas metrópoles em relação às reexportações de açúcar no mercado europeu, pois a Inglaterra consumia mais de 80% do açúcar importado de suas colônias, enquanto a França consumia apenas 18%, reexportando 82%. A Inglaterra importava em média anual, no quinquênio encerrado em 1791, 95.569 toneladas e reexportava 16.186; enquanto a França importava 86.584 toneladas mas reexportava 67.011.²³³

A revolução em São Domingos e a invasão inglesa em Martinica e Guadalupe transformaram o cenário da produção e do comércio mundial de açúcar, pois retirou desse cenário o maior exportador. A antiga colônia francesa produzia 29,55% do açúcar mundial em 1791, reduzida a zero no ano seguinte. O resultado foi a grande queda da produção colonial francesa de 97.421 para 21.234 toneladas. Essa queda deixou um verdadeiro vazio no mercado mundial, pois o São Domingos abastecia cerca de 50% do mercado livre.²³⁴

Estava aberto o caminho para o crescimento da produção açucareira em outras áreas. Essa conjuntura possibilitou a expansão, no Brasil, da antiga agromanufatura açucareira, que voltou a desempenhar importante papel no mercado mundial, perdendo apenas para a produção das colônias inglesas. As antigas e tradicionais áreas produtoras de açúcar no Norte da colônia, e a região de Campos, no norte fluminense, expandiram seus canaviais, o número de seus engenhos e de escravos; enquanto novas áreas, como São Paulo, aproveitavam para criar uma lavoura comercial baseada na produção canavieira.

Na Bahia, o número de 122 engenhos existentes em 1759 foi ampliado para 260, em 1798. Sergipe somava 44 unidades produtivas em 1759, ultrapassando uma centena

²³² Manuel Moreno Fraginals. *O Engenho*. São Paulo, Ed. Unesp/Hucitec, 1988, vol. I, pp. 37-38.

²³³ Manuel Moreno Fraginals. *Op. Cit.*, pp. 39-40.

²³⁴ Manuel Moreno Fraginals. *Op. Cit.*, p. 40.

no final do século. Em 1818, somavam 511 engenhos, sendo 325 na Bahia e 156 em Sergipe, ainda subordinada àquela. As exportações médias anuais de 10.000 caixas (40 arrobas por caixa) da década de 1770 pularam para mais de 16.300, em fins do século XVIII e início do XIX. Em 1817, ultrapassaram a casa das 30.000 caixas.²³⁵

Pernambuco produzia, em 1750, cerca de 6.000 caixas; média ampliada para cerca de 11.000 caixas anualmente exportadas, no período de 1796 a 1811. Após a independência, a média anual exportada ultrapassou as 28.000 caixas.²³⁶

Campos se constituiu em grande área açucareira justamente nesse período. Existiam aí, em 1769, 55 engenhos. O boom açucareiro do final do século elevou esse número para 308 unidades, em 1790, e 378, em 1799, 52,6% dos 616 engenhos de açúcar da Capitania do Rio de Janeiro. Em 1827 já eram cerca de 700. A produção de 75.000 arrobas, em 1779, foi elevada a 128.580, em 1785.²³⁷

Rapidamente, o nível de produção mundial de açúcar foi restabelecido àquele pré-revolução haitiana e ampliado, com a expansão brasileira e cubana, mas em especial com o aumento da produção nas colônias inglesas, que levou essa metrópole ao domínio do comércio mundial desse produto. Além de levar ao máximo a produção açucareira que a manufatura escravista possibilitava, nas primeiras décadas do século XIX, em suas possessões do mar do Caribe, a Inglaterra, em sua voracidade imperial, conquistou as colônias holandesas de Berbice, Demerara e Essequibo, criando a Guiana Inglesa e intensificado a plantação já existente.²³⁸

A França napoleônica reintroduziu, em 1802, a escravidão em suas colônias de Martinica e Guadalupe, abolida pelos jacobinos em 1794, mas não conseguiu reconquistar o Haiti, que declarou sua independência em 1804. Com a produção reorganizada nessas colônias a França apenas abastecia seu mercado interno, ficando fora do comércio de reexportação, quebrando assim a estrutura montada no antigo

²³⁵ Stuart Schwartz, *Op. cit.*, pp. 343-346. Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Op. cit.*, pp. 93-94.

²³⁶ Stuart Schwartz, *Op. cit.*, pp. 346-347. Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Op. cit.*, p.94.

²³⁷ Sônia Bayão Rodrigues Viana, *O Engenho Central de Quissaman*, São Paulo, FFLCH-USP, 1981, pp. 17-18. Tese de Doutorado. Sílvia Hunold Lara, *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750/1808)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, pp. 132-133. Sheila Siqueira de Castro Faria, *Terra e Trabalho em Campos dos Goiatazes (1850-1920)*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1986, p. 141. (Dissertação de Mestrado).

²³⁸ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, p. 140. Herbert Klein, *A Escravidão Africana: América Latina e Caribe*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 151.

sistema colonial.²³⁹ O mesmo sucedeu à Holanda, que passou de exportadora a importadora de açúcar. A Inglaterra não conseguia abastecer o mercado europeu, sempre crescente, o que abriu espaço para a expansão brasileira e cubana, as colônias dos países ibéricos.²⁴⁰

Uma grande transformação ocorreu nessas duas colônias ibéricas, nesse período de nova arrancada da plantação açucareira, no início do século XIX, que alterou profundamente as bases do antigo sistema colonial. Ambas tiveram seu comércio liberado do monopólio metropolitano, o Brasil em 1808, quando da vinda da família Real, e Cuba em 1818, graças à incapacidade da metrópole espanhola para transportar a nova produção de açúcar cubana.²⁴¹ No caso brasileiro, a instalação da Monarquia portuguesa no Rio de Janeiro representou o fim do estatuto colonial. Estavam então, Cuba e Brasil, livres para lançarem suas produções no mercado mundial, e o fizeram com tamanha expansão da plantação escravista como jamais se vira antes.

O inverso ocorreu com a plantação das colônias caribenhas inglesas, que estagnaram nas três primeiras décadas do século XIX e declinaram em seguida. A produção anual média no quinquênio de 1825-29 foi de 184.744 toneladas métricas, a safra de 1834 atingiu 195.272, caindo para 178.757 em 1838 e 143.490 no ano seguinte. Toda a produção das colônias inglesas, ocidentais e orientais, somava 179.999 toneladas, em 1840, inferior ao seu consumo que ultrapassava a quantia de 190.000 toneladas.²⁴²

A Inglaterra, levada pelas transformações econômicas e sociais advindas do desenvolvimento industrial, operou uma transformação radical em suas colônias, botando abaixo outro pilar do Antigo Sistema Colonial, a escravidão. Esta foi extinta no Império Britânico em 1838, o que acelerou o declínio da produção inglesa.²⁴³ O mesmo

²³⁹ Ibidem, pp. 128-129 e 170. Ibidem, pp. 126-127. Ciro Flamarion Cardoso, *A Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo*, pp. 92-95.

²⁴⁰ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, p. 170.

²⁴¹ Ibidem, p. 157. Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1970, Capítulo 15.

²⁴² Ibidem, pp. 213-215.

²⁴³ Ibidem, p. 215. Ciro Flamarion Cardoso, *Op. cit.*, pp. 95-96.

ocorreu nas colônias francesas, dez anos depois, em 1848. A Holanda acabou com a escravidão em suas colônias em 1863.²⁴⁴

Enquanto superava-se a plantação escravista e reorganizava-se a produção açucareira em novas bases técnicas e sociais, nas colônias francesas e inglesas, Cuba e Brasil a expandiam freneticamente e abasteciam o mercado livre mundial, na primeira metade do oitocentos. Essa expansão deu-se em um novo contexto histórico mundial, engendrado pelo desenvolvimento do capitalismo industrial europeu e norte americano, e pela emancipação política nacional, no caso brasileiro. Essa transformação histórica provocou uma mudança no sentido da produção, como aponta Cardoso de Mello: a produção colonial caracterizava-se pela produção de produtos agrícolas e metais para fomentar a acumulação primitiva nas metrópoles; enquanto a produção mercantil complementar caracteriza-se pela produção em massa de alimentos e matérias primas, com o objetivo de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear o custo dos elementos componentes do capital constante.²⁴⁵

A elite da nova nação independente aproveitou então esse cenário para lançar o produto de sua plantação no mercado mundial, agora sem ter que dividir o botim com a metrópole portuguesa. O número de engenhos foi multiplicado e a produção ampliada, no Norte e no Sul do país, a níveis nunca vistos durante os três séculos de colonização.

Na Bahia, os canaviais avançavam sobre áreas produtoras de fumo e algodão, aumentando o número de engenhos no recôncavo e em outras áreas da Província até então pouco ocupada com a produção de açúcar. Entre 1821 e 1829, mais 110 engenhos foram levantados; nos cinco anos seguintes, mais 132 entraram em operação, somando 583 unidades. Em meados do século já eram 711. A produção mais que duplicou nas primeiras décadas após a independência e a exportação pulou de 2.000.000 de arrobas, em 1821, para quase 4.500.000, no começo da década de 1850, ou cerca de 53.000 toneladas anuais.²⁴⁶

²⁴⁴ Ibidem, pp. 218-219. Ibidem, p. 97. Herbert Klein, *Op. cit.*, pp. 261-291. Para uma visão geral do antigo sistema colonial e sua crise veja Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 7ª ed. São Paulo, Hucitec, 2001.

²⁴⁵ Ver João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, 10. ed., Campinas, SP, Unicamp, IE, 1998, pp. 46-47.

²⁴⁶ Eul-Soo Pang, *O Engenho Central de Bom Jardim na Economia Baiana: alguns aspectos de sua História (1875-1891)*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, IHGB, 1979, pp. 25-26. Stewart Schwartz, *Segredos Internos*, pp. 345-346. B. J. Barickman. *Um contraponto baiano:*

Na pequena Província de Sergipe, emancipada da Bahia com a independência, houve o mesmo crescimento vertiginoso da lavoura canavieira, ocupando toda Zona da Mata sergipana. Em 1823, existiam na Província 347 engenhos e 1853 estavam em operação 665, crescimento de 91,6%. Dez anos depois, o número alcançou 750 unidades e a exportação média anual 21.506 toneladas.²⁴⁷ Na vizinha Alagoas, o número de 180 engenhos de 1802, pulou para 316, em 1838, e 632, em 1880. Em meados do século a produção ultrapassava 14.000 arrobas. A Paraíba, em cujas terras existiam tão somente 37 engenhos em 1775, produzia açúcar em 159, em 1851, resultado do período de expansão da primeira metade do século. Nesse momento sua produção chegava a 15.000 toneladas.²⁴⁸

A maior expansão da produção escravista açucareira, nesse momento, ocorreu em Pernambuco. A Província transformou-se no maior produtor e exportador de açúcar brasileiro do século XIX, ultrapassando a Bahia, em meados do século. O aumento de preço no mercado mundial e o fluxo de cativos no mercado atlântico multiplicaram o número de engenhos na mata pernambucana. Na Província existiam 670 engenhos, em 1844, 1.356, em 1850, número esse que atingiu 1.975, em 1890.²⁴⁹ O quadro seguinte apresenta a expansão que teve essa cultura em terras pernambucanas, durante o século XIX.

A produção pernambucana praticamente dobrava a cada década, entre a independência e o fim do tráfico atlântico de escravos. Pulou de menos de 10.000 toneladas a 50.000, na primeira metade do século. A cana, mais do que nunca, espraizou-se devorando as matas, como nas outras Províncias. A agromanufatura escravista açucareira, dessa forma, teve uma expansão sem precedentes no Norte agrário e o Brasil se transformou em um dos maiores exportadores de açúcar do mundo, já que a produção da região era destinada ao mercado externo.

açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 78.

²⁴⁷ Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe, 1850/1930*. Instituto de Economia, Unicamp. Campinas, 1992, pp. 21 e 49-56.

²⁴⁸ Maria da Glória S. Almeida, *Nordeste Açucareiro: Desafios num Processo de Vir a Ser Capitalista*, Aracaju, UFSE, Secretaria de Estado do Planejamento, 1993, 81. Irene Rodrigues da Silva Fernandes. *Comercio e Subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no Processo Histórico Regional (1889-1930)*. João Pessoa, Editora Universitária, 1999, pp. 38-42.

²⁴⁹ Peter Eisenberg, *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 262-265.

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇÚCAR EM PERNAMBUCO					
Média anual em toneladas					
1801-05	8.362	1836-40	26.743	1871-75	98.231
1806-10	7.866	1841-45	32.357	1876-80	116.379
1811-15	5.742	1846-50	49.925	1881-85	133.847
1816-20	9.198	1851-55	63.312	1886-90	156.321
1821-25	12.212	1856-60	67.339	1891-95	173.442
1826-30	18.234	1861-65	57.357	1896-1900	134.326
1831-35	13.690	1866-70	54.372	1901-1905	142.015

Fonte: Peter Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, pp. 43-44.

O crescimento da produção açucareira no norte fluminense, na primeira metade do século XIX, transformou a Província do Rio de Janeiro na terceira produtora de açúcar do país. Esse açúcar, como o paulista e o mineiro, no entanto, será comercializada no mercado interno do Centro – Sul, já em meados da década de 1850. Em 1852, os produtores de Campos enviaram 5.200 caixas de açúcar para o mercado da Corte, dois anos depois mandaram 13.892.

O aumento na quantidade de açúcar produzida nesse município, diferentemente do que ocorreu no Norte, não se deu pelo número de engenhos. Pelo contrário, o mesmo foi reduzido em quase 50%, da década de 1820 a 1850, baixando de cerca de 700 para 363. Um grande número de pequenos engenhos havia sido erguido por lavradores em terras arrendadas ou cedidas, no período final da colonização. Os proprietários de terras ampliaram suas lavouras e deram início ao processo de concentração da produção, aproveitando a expansão do mercado da Corte.²⁵⁰

O resultado dessa expansão açucareira brasileira, na primeira metade do século XIX, que também a possibilitou, foi um grande aumento do plantel de escravos do país, acrescido ainda pelo intenso crescimento da produção cafeeira no Sul do Império.

²⁵⁰ Sheila Siqueira de Castro Faria. *Op. Cit.*, v. 1. pp. 141; v. 2, p. 325.

A Bahia importou anualmente, no período de 1815 a 1830, uma média de 7.023 cativos; e entre os anos de 1840-51, 65.506 escravos africanos. Estima-se que entre 1786 e 1851 entraram na Província cerca de 409.000 cativos, a maioria para os engenhos de açúcar.²⁵¹ Em Pernambuco, o plantel de 97.633 escravos em 1819, atingiu o número de 146.500 cativos, em 1839, quantidade que se manteve até meados do século. Esta Província recebeu, na primeira metade do oitocentos, 162.512 cativos, sendo em média pelo menos 1.100 anualmente, no último decênio do tráfico atlântico.²⁵²

O crescimento também se deu nas Províncias menores, e a população escrava do Norte/Nordeste chegou a 699.495 almas, em 1854.²⁵³ Nesse ano, existiam na Paraíba 28.546 escravos, sendo a maior parte na sua principal lavoura comercial: a do açúcar.²⁵⁴ O crescimento extensivo da lavoura canavieira em Sergipe foi o grande responsável pelo alto aumento do número de cativos, que passou de 19.434 para 56.564 cativos, entre 1802 e 1856.²⁵⁵

Neste último ano, existiam na Província fluminense 295.853 escravos, boa parte dos quais na região açucareira campista.²⁵⁶ Nessa existiam 17.357 cativos, em 1816, quantidade elevada para 31.966, em 1850.²⁵⁷

O fim do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, em 1850, e as transformações na produção e comercialização de açúcar nas colônias caribenhas e nos países europeus acabaram com o longo período favorável ao crescimento da lavoura açucareira no Brasil, impondo uma série de mudanças que culminou com o fim do trabalho escravo e a expulsão do produto brasileiro do mercado internacional, lançando as Províncias/Estados açucareiros na competição pelo mercado interno.

Em meados do século XIX, a produção mundial de açúcar era cerca de cinco vezes superior à do final do século XVIII, totalizando 1.205.815 toneladas, em 1850,

²⁵¹ Kátia de Queirós Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p.61. B. J. Barickman. *Op. Cit.*, p. 228.

²⁵² Peter Eisenberg, *Op. cit.*, pp. 169-171.

²⁵³ Roberto Borges Martins, *Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez*, In: Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa (Org.), *História Econômica da Independência e do Império*, Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2ª ed., 2002, pp. 99-129, p. 114.

²⁵⁴ Martha M. Falcão de Carvalho Santana. *Nordeste, Açúcar e Poder: um estudo da Oligarquia açucareira na Paraíba, 1920-1962*. João Pessoa, CNPQ/UFPB, 1990, p. 175.

²⁵⁵ Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Op. Cit.*, p. 125.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 115.

²⁵⁷ Silvia Hunold Lara. *Op. cit.*, p. 137. Sheila Siqueira de Castro Faria. *Op. cit.*, p. 273.

dos quais 86,78% de cana e 13,22% de beterraba. França e Alemanha eram responsáveis por essa produção beterrabeira, abastecendo seu próprio mercado.²⁵⁸

O açúcar de cana dominava o mercado mundial e Cuba era seu principal fornecedor. A expansão da plantação açucareira cubana foi impressionante, até a década de 1870, ultrapassando e muito a produção brasileira. A colônia espanhola produziu 54.906 toneladas métricas, em 1820; 104.971, em 1830; 161.248, em 1840; 294.952, em 1850; 428.769, em 1860; 702.974, em 1870, o que equivalia a 26,01% do mercado mundial.²⁵⁹ A mecanização de seus engenhos e a instalação de ferrovias possibilitou essa explosão, além da importação de milhares de escravos anualmente, da produção cubana. A primeira estrada de ferro de Cuba e da América Latina foi construída em 1837-38 e duas décadas depois toda a Ilha estava ligada pelos caminhos de ferro.²⁶⁰

O Sul dos Estados Unidos desenvolveu importante produção açucareira baseada no trabalho escravo, especialmente na Louisiana, com produção média anual de 162.039 toneladas métricas, no quinquênio 1851-55. A guerra de secessão esmagou a plantação escravista sulista, acabando com a escravidão, nos primeiros anos da década de 1860.²⁶¹

Com o fim da escravidão nas colônias britânicas e francesas, no segundo quartel do século XIX, criou-se um pólo de produção de açúcar de cana baseado no trabalho livre - o açúcar de beterraba europeu já surgiu com trabalho livre - enquanto os maiores produtores americanos agarravam-se à escravidão, produzindo o chamado açúcar escravo. O grande desenvolvimento do capitalismo industrial, na segunda metade do século, transformou completamente as técnicas de produção e o mercado mundial açucareiro.

A mecanização da produção açucareira de cana começou com a invenção da moenda horizontal de ferro, movida a vapor, no início do século XIX. Este foi o começo do uso da nova tecnologia industrial nesse setor. A utilização da nova moenda possibilitava um aumento da capacidade produtiva do engenho, não pelo aumento do rendimento cana/açúcar, mas pelo aumento da moagem horária de cana. Ampliava-se o

²⁵⁸ Manuel Moreno Fraginals, *O Engenho*, v. 3, Apêndice estatístico. Peter Eisenberg, *Op. cit.*, pp. 258-259.

²⁵⁹ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*.

²⁶⁰ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.* pp. 190-192. Herbert Klein, *Op. cit.*, p. 114.

²⁶¹ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.* v. 1, p. 263. Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p. 260.

rendimento homem/açúcar.²⁶² A aparelhagem de moagem a vapor gerava também economia em animais, utilizados como força motriz, terras para pastos e braços para esse serviço.

As primeiras tentativas de acoplar a máquina a vapor à moenda datam dos últimos anos do século XVIII, mas sua utilização prática só ocorreu após a experimentação de várias delas, e sua vulgarização se deu na década de 1820. Os cubanos testaram quinze antes da utilização, com sucesso, da máquina britânica da Fawcett, Preston & Company, em dezembro de 1816. Passaram então a importar as moendas dessa fábrica inglesa. No Brasil, as primeiras máquinas a vapor foram introduzidas na Bahia, nos engenhos Boa Vista e Pimentel, em 1815. Dois anos depois, a máquina foi introduzida em Pernambuco.²⁶³

A revolução tecnológica na fabricação do açúcar teve origem na indústria beterrabeira européia, adaptada depois para os engenhos de cana. Foi para a produção de açúcar de beterraba que foi criado o primeiro sistema de concentração a vácuo, em 1812, que revolucionou a “cozinha do engenho”. Nesse aparelho, o caldo era evaporado a 72° C. Posteriormente esse equipamento foi dotado de serpentinas, evaporando o caldo a 62° C.

A partir da década de 1830, a nova tecnologia foi introduzida nas Antilhas, sendo a primeira na colônia francesa de Guadalupe. O maquinário, composto de moenda a vapor de três rolos, esteira móvel, filtros de carvão e evaporadores de vácuo, foi fabricado pela casa francesa Derosne-Cail, importante indústria de máquinas do século XIX. A instalação dos evaporadores a vácuo revolucionou o modo de fabricação do açúcar, duplicando o rendimento cana/açúcar obtido no trem jamaicano. A invenção da centrífuga pela mesma Derosne-Cail, na década de 1840, que substituiu a secular casa de purgar, criou o engenho mecanizado da primeira metade do século XIX.²⁶⁴

Na década de 1840, podia-se, dessa forma, mecanizar todo o processo de produção do açúcar, aumentar sua produtividade através do fluxo contínuo possibilitado pela nova tecnologia industrial. O engenho mecanizado foi o embrião da grande

²⁶² Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, v. 1, p. 214.

²⁶³ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, v. 1, p. 266. Omer Mont’Alegre, *Um Século na História do Açúcar (Brasil-Cuba 1760/1860)*, *Brasil Açucareiro*, Junho de 1969, pp. 22-66, p. 54.

²⁶⁴ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, pp. 277-297.

indústria açucareira, o engenho central. Essa revolução técnica somou-se à que já vinha sendo implantada no transporte, com a invenção da ferrovia.

Em Cuba, a nova tecnologia não era operada pelos escravos, que cada vez mais eram concentrados nos trabalhos do campo e no carregamento. Onde era implantada, criava células de trabalho livre assalariado, pois o novo padrão técnico requeria trabalhadores com certa qualificação.²⁶⁵

O Brasil foi retardatário no processo de mecanização dos engenhos e na criação das fábricas centrais de açúcar, em relação às colônias européias, que recebiam as novidades tecnológicas de suas metrópoles, e à produção norte americana da Louisiana. Como apontamos anteriormente, a máquina a vapor chegou cedo ao Brasil, simultaneamente às colônias européias no Caribe, mas não se propagou nos engenhos brasileiros, enquanto perdurou o tráfico atlântico de escravos, na primeira metade do oitocentos. Enquanto as outras regiões americanas produtoras de açúcar mecanizavam suas unidades produtivas e implantavam a grande indústria, o Brasil ampliava o número de seus ultrapassados engenhos e incorporava escravos.

Em 1857, na maior Província açucareira, Pernambuco, apenas 2% dos 1.106 engenhos funcionavam com máquinas a vapor, 66% operavam com força motriz animal e o restante era de engenhos movidos com força hidráulica. A realidade da Bahia não diferia muito pois em 1855 existiam 1.651 engenhos e enghocas, dos quais apenas 144 (8,72%) eram movidos a vapor, 253 movidos a água e 1.274 por tração animal. A situação era um pouco diferente em Campos, na qual o número de engenhos diminuiu a 335 unidades, em 1861, dos quais 68 eram a vapor, 20,29%. Províncias como Alagoas e Sergipe só começaram a utilizar moendas a vapor na década de 1870, e a Paraíba, na década seguinte. Enquanto que na Louisiana os engenhos a vapor superavam o número daqueles movidos a tração animal, já na década de 40, e as colônias francesas já possuísem engenhos centrais.²⁶⁶

Não por acaso, Cuba se transformou no maior produtor mundial de açúcar, pois a elite crioula importava em grande quantidade os novos aparelhos de fabricação do

²⁶⁵ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, pp. 280-281.

²⁶⁶ Ver Peter Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, p. 62. Luís Viana Filho, A Missão Carson e o Melhoramento dos Engenhos Baianos, *Revista Brasil Açucareiro*, Junho, 1946, pp. 66-68. Omer Mont'Alegre, *Op. cit.*, pp. 22-66; Gadiel Perruci, *A República das usinas*, p. 118. Maria da Glória S. de Almeida, *Op. cit.*, p. 85.

produto. Em 1860, existiam na Ilha 1.318 engenhos, dos quais 889 (67,45%) semimecanizados e 64 totalmente mecanizados. Estes últimos produziram 91,14% das 515.741 toneladas métricas da safra daquele ano. Era inexpressivo o número de engenhos a água, apenas seis. Completavam o quadro 359 unidades movidas com tração animal (27,24%), mas produziam tão somente 8,08% do açúcar. Fica bem claro, através destes dados, o disparate do rendimento desses trapiches em comparação ao novo engenho mecanizado do século XIX.²⁶⁷

PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇÚCAR (1850 – 1900)					
Unidade: toneladas métricas					
Anos	Produção total	Açúcar de cana	%	Açúcar de beterraba	%
1850	1.205.815	1.046.380	86,78	159.435	13,22
1860	1.715.187	1.363.585	79,50	351.602	20,50
1870	2.600.585	1.661.489	63,89	939.096	36,11
1880	3.737.885	1.880.675	50,31	1.857.210	49,69
1890	6.280.000	2.600.200	41,40	3.679.800	58,60
1900	10.695.600	5.284.700	49,41	5.410.900	50,59

Fonte: Manuel Moreno Fraginals, *O Engenho*, vol. 3, Séries Gerais de Produção.

Esse desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação do mercado consumidor mundial gerou novo surto de crescimento da produção açucareira, na segunda metade do século XIX, elevando a produção total de 1.205.815 toneladas, em 1850, para 1.715.187, em 1860, 2.600.585, em 1870, 3.737.885, em 1880, 6.280.000, em 1890 e 10.695.600, em 1900. O maior responsável por esse vertiginoso crescimento, entretanto, não foi o açúcar de cana, mas o de beterraba produzido na Europa, cuja produção verdadeiramente explodiu nesse período e ultrapassou a do derivado da cana.

O crescimento da produção europeia de açúcar foi verdadeiramente assombroso, como demonstram as cifras acima, e na década de 1880 ultrapassou a produção

²⁶⁷ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, v. 1, p. 220.

canavieira. De 159.435 toneladas fabricadas em 1850, a fabricação do açúcar de beterraba alcançou 3.679.800 toneladas, em 1890. No mesmo período, a do açúcar de cana passou de 1.046.380 para 2.600.200 toneladas. Crescimento bem inferior ao produto europeu de beterraba.²⁶⁸

Os maiores produtores eram Alemanha, Áustria-Hungria, França e Rússia, os quais produziram no quinquênio 1881-85, 894.451, 437.600, 350.583 e 331.000 toneladas métricas, respectivamente. Apenas na Alemanha existiam 333 fábricas de açúcar, em 1880. Além desses países, fabricavam açúcar de beterraba Holanda, Itália, Bélgica, Dinamarca e Suécia.²⁶⁹

O aumento da produção do açúcar de cana deveu-se, em sua maior parte, ao desenvolvimento da grande indústria açucareira capitalista, levada também a outras partes do Globo. Esse novo surto ocorreu dentro de um quadro de intensa competição entre os países produtores e sob o influxo da modernização tecnológica que os países industriais induziam nas suas colônias e implementavam na produção européia.²⁷⁰

Após um curto período de declínio da produção com o fim da escravidão, ingleses e franceses reorganizaram a fabricação de açúcar dentro dos novos padrões técnicos, nas Ilhas do Caribe, criando a grande indústria com a instalação dos engenhos centrais. O resultado foi imediato e a produção volta a crescer a partir da década de 1860.²⁷¹ A Guiana Inglesa produzia 32.537 toneladas anualmente, no quinquênio 1841-45, e 110.884, entre 1881-85. Crescimento semelhante ocorreu nas Ilhas Maurícios e nas Queensland.²⁷²

Em Java e no Egito, a expansão canavieira e a grande indústria multiplicavam a produção. Em Java, essa pulou de 61.570 toneladas para 321.469, entre os quinquênios 1841-45 e 1881-85. No Egito, existiam 17 centrais construídos pelos ingleses e

²⁶⁸ Os dados estão em Manuel Moreno Fragnals, *op. cit.*, vol. 3, Séries Gerais de Produção. Para o desenvolvimento da produção do açúcar de beterraba ver vol. 2, pp. 164-169 e 221-229.

²⁶⁹ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, pp. 258-259. Paul Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional/USP, 1968, p. 294.

²⁷⁰ José Carlos Gnaccarini. *Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira no Estado de São Paulo*. São Paulo, FFLCH-USP, 1972, pp. 1. (Tese de doutorado).

²⁷¹ Sobre os engenhos centrais em Guadalupe e Martinica veja Indústria Açucareira: O Dr. Domingos Alves de Barcellos Cordeiro e os Engenhos Centrais, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, N. 2, Fevereiro, 1875, p. 80.

²⁷² Veja quadro da produção mundial de açúcar de cana em Peter Eisenberg, *Op. cit.*, pp. 260-261.

franceses, em 1873, produzindo cerca de 105.750.000 kg de açúcar. Dois anos depois já eram 22 e a produção alcançara 146.250.000 kg.²⁷³

A produção açucareira do Sul dos Estados Unidos foi reorganizada em moldes capitalistas, após a guerra civil e o fim da escravidão, abastecendo parte desse grande mercado consumidor, que completava seu abastecimento com o açúcar das colônias espanholas sobre sua influência, e depois sob seu domínio: Cuba, Porto Rico e Filipinas.

Esse era o cenário internacional que a plantação escravista açucareira brasileira tinha que enfrentar, na segunda metade do século XIX, que impôs duas questões fundamentais a serem enfrentadas: a transição para o trabalho livre e a competição no mercado internacional. A primeira delas afetava todas as regiões produtoras de açúcar, no Norte e no Sul, já que ambas assentavam-se no trabalho escravo; enquanto a segunda dizia respeito diretamente ao complexo açucareiro do Norte, cuja produção era voltada para o mercado externo. O açúcar produzido no Rio de Janeiro, Minas e São Paulo era comercializado na própria região, em meados do século XIX. Os produtores da região não tinham que se preocupar com a colocação de seu produto no mercado mundial, para o qual remetiam café.

Em comparação ao desenvolvimento das forças produtivas no setor açucareiro mundial, a plantação escravista brasileira de açúcar encontrava-se obsoleta, na segunda metade do oitocentos. Se as condições do mercado externo e o afluxo de escravos possibilitaram a expansão da produção açucareira em todas as Províncias dedicadas à essa cultura, na primeira metade do século, o mesmo não ocorreu na segunda metade. Enquanto a força do capital instalava a grande indústria nos vários países açucareiros, com sua alta produtividade que derrubava os preços do produto final, no Brasil esta quase não existia até a década de 1880.

A produção de açúcar evoluiu de forma diferente nas várias Províncias, nas primeiras décadas após o fechamento dos portos brasileiros à entrada de escravos africanos, quando os senhores de engenhos com recursos deram início à instalação de máquinas em suas propriedades para substituição de mão-de-obra escrava.

²⁷³ *Ibidem*, pp. 260-261. Sobre os centrais no Egito veja *O Auxiliador da Indústria Nacional*, N. 3, Março, 1875, p. 126.

Na Bahia, após o grande crescimento da primeira metade do século XIX, a lavoura canavieira estagnou e as exportações declinaram, a partir da década de 1850. O auge da exportação foi alcançado em 1853 quando remeteu 64.000 toneladas para o exterior, quantidade não mais atingida durante as várias décadas seguintes. A média exportada foi de 41.000 toneladas, entre 1855 e 1888. Secas e moléstias atingiram os canaviais baianos na década de 1860, levando vários lavradores e pequenos senhores de engenho a se transferirem para lavouras de café e fumo, reduzindo o número de engenhos. A queda de preços do açúcar também contribuía para tal mudança.²⁷⁴

Os senhores dos maiores engenhos, detentores de mais recursos, conseguiam equipá-los com aparelhos de cozimento a vácuo e turbinas, mas muito lentamente. Na década de 1860, existiam apenas dois engenhos totalmente mecanizados na Bahia: o São Lourenço, de Francisco Gonçalves Martins, e o Novo do Paraguaçu, de Tomás Pedreira Geremoabo. Em 1873, 282 engenhos do Recôncavo eram dotados de moendas a vapor, sendo que 210 localizavam-se ao norte do mesmo, onde existiam 271 unidades, algumas delas também com outras máquinas como cozedores a vácuo e turbinas.²⁷⁵

Processo semelhante de estagnação e declínio na produção de açúcar ocorreu na Paraíba, Província na qual pequenos e médios produtores de cana e açúcar mudaram para a cultura do algodão, a partir da guerra de secessão norte americana. A produção média de 10.298 toneladas de açúcar, nos anos de 1856-1865, caiu para 4.948, nos cinco anos seguintes. Nas duas últimas décadas de escravidão, o nível de produção voltou aquele da década de 1850, graças ao crescimento extensivo com o aumento do número de engenhos, que passou de 159 para 350, entre 1851 e 1889. Eram engenhos tradicionais, pois a agromanufatura da Paraíba pouco utilizou a força do vapor. Como área secundária na produção da região incorporou a tecnologia a vapor em alguns engenhos apenas no decênio final da escravidão.²⁷⁶

Dinâmica diferente ocorreu nas outras três Províncias açucareiras do “Norte” agrário. Sergipe, Alagoas e Pernambuco, entre a abolição do tráfico atlântico de escravos e da escravidão, continuaram a expansão açucareira da metade do século.

²⁷⁴ B. J. Barickman. *Um contra ponto baiano*, p. 287. B. J. Barickman. *Até a Véspera: o trabalho e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1888)*. *Afro-Ásia*, 21-2. Bahia, 1998-1999, 177-238, pp.185-187.

²⁷⁵ B. J. Barickman. *Um contra ponto baiano*, p. 287. B. J. Barickman. *Até a Véspera: o trabalho e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1888)*, pp.214-215.

²⁷⁶ Irene Rodrigues da Silva Fernandes. *Op.cit.*, pp. 37-43 e 93.

Em Sergipe, a produção média anual que não alcançava 20.000 toneladas nas décadas de 1850 e 1860, atingiu 30.000, na década seguinte e ultrapassou as 40.000 (41.590), no curto período de 1881-1887, justamente de desagregação do trabalho escravo. Nesse último período, superou a média de exportação da Bahia para 1850-1888 (41.000). Esse crescimento foi fruto da expansão da quantidade dos engenhos escravistas, que totalizaram 750 unidades, em 1863. Alguns dos maiores engenhos foram equipados com moendas a vapor e algumas máquinas para o beneficiamento: em 1876, 55 engenhos eram movidos a vapor e quatro deles com máquinas aperfeiçoadas para clarificar o açúcar. Cinco anos depois, já eram 163 as unidades dotadas de energia a vapor.²⁷⁷

A lavoura açucareira sergipana não perdeu escravos no tráfico interno para as Províncias do Sul, pelo contrário, absorveu cativos de outros setores da Província que aos poucos os vendiam para dentro e fora da mesma. A população cativa das áreas produtoras de açúcar de Sergipe só diminuiu nos últimos anos de vigência da escravidão, quando o trabalho de homens livres passou a predominar no setor. Subrinho estimou que o número de cativos diminuiu de 13.226 para 10.923, entre 1873 e 1887, enquanto o de trabalhadores livres aumentou de 10.208 para 19.447, no mesmo período.²⁷⁸

Alagoas expandiu a agromanufatura açucareira nas mesmas proporções de Sergipe, nesse período, e a produção de açúcar das duas Províncias tinha as mesmas dimensões, na década final da escravidão. Nos anos bons dessa última, a safra ultrapassava as 40.000 toneladas e no último ano de utilização do trabalho escravo alcançou 55.880 toneladas.²⁷⁹

Nada foi comparável à expansão dessa lavoura em Pernambuco, justamente no momento de transição para o trabalho livre. Se as duas pequenas Províncias vizinhas dobraram uma produção média de cerca de 20.000 toneladas, Pernambuco quase triplicou a média de 63.312 toneladas do quinquênio 1851-55, até a abolição. Às vésperas do fim do trabalho escravo, a média da safra de açúcar atingia nada menos de 156.321 toneladas. (veja tabela, p. 108). A produção pernambucana era mais de três

²⁷⁷ Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Op. Cit.*, pp. 21, 49-56, 222-223 e 305-306.

²⁷⁸ Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Op. Cit.*, pp. 181-191 e 228.

²⁷⁹ Irene Rodrigues da Silva Fernandes. *Op.cit.*, pp. 38-39.

vezes superior à baiana.²⁸⁰ Esse crescimento vertiginoso, após a abolição do tráfico, deveu-se especialmente à construção da ferrovia que ligava o porto do Recife a Palmares, inaugurada em 1862, chegando a Garanhuns em 1887, e à incorporação de milhares de trabalhadores livres ao setor açucareiro, em substituição ao braço cativo.²⁸¹

Carreando grande parte da produção açucareira da mata sul da Província, a implantação dessa ferrovia possibilitou o aproveitamento da área mais afastada do litoral, até então subexplorada pela oligarquia açucarocrata. Mais ferrovias foram construídas em direção a outras zonas canavieiras como a Mata Norte, na década de 1880. Mais de 500 engenhos foram instalados entre 1850 e 1890, chegando a 1.975 unidades, nesse último ano. Contribuiu também para o aumento da produção a incorporação da nova tecnologia de transporte e de produção que a elite dessa oligarquia implantou em seus bangüês, a partir da década de 1870: pequenas ferrovias agrícolas, moendas horizontais a vapor, evaporadores e cozedores a vácuo e turbinas. Aos poucos, as famílias mais aquinhoadas modernizavam seus engenhos e ampliavam a dimensão de suas safras.²⁸²

Essa imensa agromanufatura extensiva escravista do “Norte” agrário, no entanto, não estava equipada para disputar o mercado externo e isso começou a ficar claro a partir da década de 1870. No último quartel do século XIX, esse complexo açucareiro enfrentava a contingência de concorrer, no mercado mundial, com a produção altamente mecanizada de açúcar de beterraba da Europa, protegida ainda por subsídios estatais e tarifas alfandegárias, e com a produção cubana, muito mais mecanizada do que a brasileira, na qual existiam investimentos e interesses norte-americanos. O problema se aprofundou com o início da depressão econômica, a partir de 1873, que derrubou ainda mais o preço do açúcar.²⁸³

A modernização do setor aparecia como solução, na década de 1870, para a redução dos custos de produção e para a reconquista de parte do mercado externo. Sem recursos para modernizar sua lavoura, a elite do setor açucareiro recorreu ao Governo

²⁸⁰ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, pp. 43-44.

²⁸¹ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p. 72. Evaldo Cabral de Mello, *Op. cit.*, p. 208.

²⁸² Peter Eisenberg, *Op. cit.*, pp. 61-70 e 262-264.

²⁸³ Para a grande depressão, iniciada em 1873, veja Eric Hobsbawm. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 65-66. Alice Canabrava. “A Grande Lavoura.” *HGCB, O Brasil Monárquico, Tomo II, v. 4. P. 126 e seguintes*. Evaldo Cabral de Mello. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1999, pp. 110-111.

imperial, em busca de auxílios para a realização de tal projeto. É nesse contexto de crise mundial, queda de preços, perda dos mercados externos e emancipação gradual dos escravos, que tem início no Brasil a implantação da grande indústria açucareira, a partir de 1875. Criação do mundo industrial do século XIX, a grande indústria reinventou as técnicas de produção do açúcar, superando a manufatura colonial. Toda a planta produtiva foi mecanizada, a cozinha do engenho foi substituída pelo cozimento nos tríplexes efeitos a vapor e o grande tendal de purgação pelas turbinas. É o domínio da máquina. A nova maquinaria gera uma nova arquitetura, nova escala de produção e de produtividade, acompanhada de novas relações sociais de produção.²⁸⁴

A participação do Governo Imperial subsidiando a modernização do setor açucareiro no Brasil teve início em 1875, com o decreto nº 2.687, de 6 de Novembro, que autorizava o Governo a subsidiar com garantia de juros de 7 % ao ano sobre o capital 30.000 contos de réis, “às Companhias que se propuserem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processo modernos os mais aperfeiçoados.”²⁸⁵

Tal decreto teve origem no parecer apresentado pela Comissão encarregada de propor os meios eficazes de auxiliar a lavoura, organizada na Assembléia Geral, em Abril de 1875, pedida pelo deputado Cardoso de Menezes, para o estudo da lavoura nacional. A comissão continha seis membros e Cardoso de Menezes foi seu relator.²⁸⁶ O Governo procederá de tal forma que o estabelecimento dos engenhos centrais distribuir-se-ia pelas províncias produtoras, conforme a importância de cada uma delas no volume de produção (§ 2º), a Companhia que recebesse garantia ficaria responsável pela criação de um fundo de 10% do capital garantido para empréstimos aos agricultores fornecedores, a juros de 8% ao ano (§ 3º); e começaria a indenizar o Estado a partir do momento que distribuísse dividendos superiores a 10% a seus acionistas (§ 4º). Como algumas Companhias já haviam feito contratos com Governos provinciais, a lei dava preferência a estas na obtenção das concessões, desde que as mesmas se

²⁸⁴ Manuel Moreno Fraginals. *OP. cit.*, v. 1, capítulo V. José Honório Rodrigues. A revolução industrial açucareira. *Revista Brasil Açucareiro*. Fevereiro, 1946, pp81-85; março, 1946, pp. 35-39; abril, 1946, pp. 103-107. Ruy Gama. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1983. Miguel Costa Filho. *Engenhos Centrais e Usinas*, *Revista do Livro*, Rio de Janeiro. Pp. 83-91.

²⁸⁵ Decreto Nº 2.687 de 6 de novembro de 1875, Artigo 2º. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1875.

²⁸⁶ Jerônimo de Viveiros, O açúcar através do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional, *Revista Brasil Açucareiro*, Abril de 1946, p. 116.

mostrassem associadas aos agricultores locais que garantissem o fornecimento da matéria-prima (§ 1º).²⁸⁷

A lei foi aprovada em terceira votação, em 30 de Agosto, e sancionada pelo Barão de Cotegipe, em 6 de Novembro.²⁸⁸ O projeto que saiu do Senado não agradou a todos, em especial aos representantes de Pernambuco, maior Província açucareira de então, como mostra a tramitação do projeto na Câmara e no Senado. Na discussão do projeto de criação dos engenhos centrais, na Câmara dos deputados, representantes do “Norte” açucareiro fizeram aprovar uma emenda com a qual se dava preferência, na distribuição das concessões, às cooperativas ou empresas organizadas e “compostas de lavradores ou proprietários agrícolas associados entre si.”²⁸⁹

O Senado, através do substitutivo Sinimbu, anulou tal emenda, dando preferência às Companhias que tinham contratos assinados com administrações provinciais; como também outra que limitava as concessões a cinco por província, “de modo a abrir às inversões estrangeiras as grandes províncias açucareiras, isto é, as áreas de maior rentabilidade da produção de açúcar.”²⁹⁰

O projeto imperial de garantir 7% de juros não solucionava, dessa maneira, o grande problema da açucarocracia nacional, em especial a do Norte, que era a falta de capital para levar a cabo o processo de modernização, que requisitava grande soma de capital na importação da maquinaria moderna e na construção dos edifícios e ferrovias agrícolas. Sem capital para investir de nada servia a garantia de juros, a não ser para especular com a venda das concessões.²⁹¹

No ano de 1876, o Império deu início à distribuição conferindo 17 concessões e mais duas, no seguinte.²⁹² Destas, 6 foram para a Bahia, 4 para o Rio de Janeiro, 2 para Pernambuco, 2 para São Paulo, 2 para Sergipe, 1 para o Maranhão e 1 para o Pará. No

²⁸⁷ Decreto Nº 2.687 de 6 de novembro de 1875.

²⁸⁸ Jerônimo de Viveiros. *Op. Cit.*, p. 116.

²⁸⁹ Atas da Câmara dos Deputados, 1875, IV, p. 188, In: Evaldo Cabral de Mello, *Op. Cit.*, p. 163.

²⁹⁰ Evaldo Cabral de Mello, *op. cit.*, p. 163.

²⁹¹ Sobre a escassez de capitais veja o Parecer apresentado na sessão de 20 de Julho de 1875, da Câmara dos Deputados, pela comissão encarregada de propor os meios eficazes de auxiliar a lavoura, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, N.º 7, Julho de 1875, p.p. 277-306. Eul-Soo Pang, *A Tecnologia e a Escravocracia no Brasil do século XIX*, Mimeografado, 1977, p.p. 48-51. Peter Eisenberg, *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, Capítulo 4.

²⁹² Jonas Soares de Souza, *Engenho e Técnica: legislação sobre engenhos centrais 1875/1910*, São Paulo, Museu Paulista, Museu Republicano Convenção de Itu, USP, v. 1, Nº 3, p.p. 17-20.

final da década, 32 concessões tinham sido distribuídas, sendo o maior número para o Rio de Janeiro, mas apenas seis engenhos foram construídos e inaugurados até então.

CONCESSÕES DE ENGENHOS CENTRAIS 1876-1880						
PROVÍNCIA	1876	1877	1878	1879	1880	TOTAL
Bahia	6	-	-	-	-	6
Espírito Santo	-	-	-	-	1	1
Maranhão	1	-	-	-	-	1
Minas Gerais	-	-	-	1	-	1
Pará	-	1	-	1	-	2
Paraná	-	1	-	1	-	2
Pernambuco	2	-	-	-	-	2
Rio de Janeiro	3	-	1	2	4	10
Rio Grande do Norte	1	-	-	1	-	2
São Paulo	2	-	-	-	-	2
Sergipe	2	-	-	-	1	3
TOTAL	17	2	1	6	6	32

Fonte: Eul-Soo Pang, *O Engenho Central de Bom Jardim...*, p 98. Jonas Soares de Souza, *Engenho e Técnica: legislação sobre engenhos centrais 1875/1910*, São Paulo, Museu Paulista, Museu Republicano Convenção de Itu, USP, v. 1, Nº 3, pp. 17-25.

A primeira concessão de garantia de juros feita pelo Império foi conferida a Pernambuco, em 16 de Fevereiro de 1876, a qual afiançava a garantia provincial de 7% sobre 500 contos, feita a Companhia suíça Keller & Co, para o estabelecimento de um engenho central no município de Água Preta. Outra, sobre 1.000 contos, foi conferida aos Barões de Campo Alegre e de Guararapes, em 28 de Junho de 1876.²⁹³ Ambas foram prorrogadas, mas nenhum engenho foi construído e foram declaradas caducas em 1881.

O primeiro engenho central instalado no Brasil foi o Quissamã, Município de Macaé, na região açucareira do Norte fluminense. Teve a Companhia Engenho Central

²⁹³ Decretos 6.121 e 6.238, CLB.

de Quissamã autorização para funcionar e aprovação de seus estatutos (com modificações), em 6 de Novembro de 1875, mesmo dia da promulgação do decreto imperial que subsidiava a criação dos centrais. A Companhia não requereu garantia de juros sobre seu capital de 1.000 contos de réis

Quissamã foi inaugurado em 12 de Setembro de 1877. No ano seguinte mais três engenhos centrais começaram a funcionar no País: Morretes, no Paraná, em 2 de Junho (100 contos); Porto Feliz, em São Paulo, em 28 de Outubro (300 contos); e Barcelos, no município de Campos, Rio de Janeiro, mesma região do Quissamã, em 23 de Novembro (600 contos).²⁹⁴ A implantação da grande indústria do açúcar iniciou-se, portanto, no Sul, que produzia para o mercado interno. O norte fluminense destacou-se na implantação dessa mudança, a partir do final dos anos 1870. A região já havia começado a centralização industrial em meados do século, com o fechamento dos pequenos engenhos e a utilização de máquinas, aumentando a produção remetida para a Praça do Rio de Janeiro. Até a inauguração desses centrais, a região campista enviava em maior quantidade o açúcar mascavo.

A partir do momento que os dois centrais do norte fluminense entraram em operação passaram a competir com o açúcar de melhor qualidade remetido do Norte, principalmente de Pernambuco, que passou também a abastecer o mercado do Sul, quando se deu a redução na produção de açúcar paulista e o aumento do mercado em toda a região, desde a década de 1860. A região campista levava a vantagem da menor distância do mercado, com custos menores de transporte. Estes foram reduzidos com a abertura das estradas de ferro na região, desde 1875.²⁹⁵

O engenho central de Morretes, na Província paranaense, como esses também nada recebeu de garantia de juros. Este era um pequeno engenho, situado no Núcleo Colonial Nova Itália, em uma Província sem nenhuma tradição e importância na produção açucareira, que recebera a garantia sobre apenas 100 contos de réis, cujos juros nunca recebeu.²⁹⁶

²⁹⁴ Para Quissamã, Decreto 7.062, 31/10/1878; Porto Feliz, Decreto 6.355, 11/10/1876; Barcelos, Decreto 6.281, 09/08/1876; Bom Jardim, Decreto 6.145, 10/03/1876, Coleção das Leis do Império do Brasil.

²⁹⁵ Sheila Siqueira de Castro Faria. *Op. Cit.*, pp. 319-320.

²⁹⁶ Decreto Nº 6.639, de 31 de Julho de 1887. Eul-Soo Pang, *O Engenho Central de Bom Jardim...*, p. 64.

Em 21 de Janeiro de 1880, foi inaugurado o primeiro engenho central no Norte do Império, no Município de Santo Amaro, Bahia. Os concessionários do engenho central de Bom Jardim obtiveram garantia de 7% sobre 700 contos, em 10 de março de 1876, mas o engenho não foi construído de imediato, como mostra a data de sua inauguração, no ano final da década. A principal área produtora de açúcar do Império era retardatária no processo de implantação da grande indústria. Esses compõem o quadro dos cinco primeiros engenhos centrais brasileiros.²⁹⁷ Outro, pertencente à família Paes Leme, que já funcionava, no Município de Vassouras, recebeu concessão de garantia de juros, em 21 de Setembro de 1880, sobre capital de 400 contos.²⁹⁸

Esse era o resultado de cinco anos da política de subsídios do Império para modernizar o setor açucareiro, através da garantia de juros. Cabe ressaltar que essas companhias não receberam a garantia contratada com o Governo, como escreveu José Antônio Saraiva, Ministro da Agricultura, em seu relatório de 19 de Janeiro de 1882:

“Até agora, infelizmente, a Lei Nº 2687 de 6 de novembro de 1875 não há produzido os resultados que tanto foram para desejar. Nenhuma das concessões feitas em virtude da mesma Lei há tido êxito. As fábricas de Quissamã, Barcelos, Porto Feliz e Bom Jardim, as duas primeiras estabelecidas na província do Rio de Janeiro, a terceira na de S. Paulo e a quarta na Bahia, não devem sua fundação à garantia de juro. As duas primeiras tendo obtido, prescindiram dela antes de inaugurar os seus trabalhos. A terceira pretendeu pagamento da garantia a que se julgava com direito, não podendo ser atendida por ter descumprido cláusulas do contrato. A última renunciou também à garantia que a princípio lhe fora concedida.”²⁹⁹

²⁹⁷ José Honório Rodrigues. A Revolução Industrial Açucareira: Os Engenhos Centrais. *Revista Brasil Açucareiro*, Fev./abr., 1946. Ver Sônia Bayão Rodrigues Viana. *O Engenho Central de Quissaman (1877/78 – 1904)*, São Paulo, FFLCH, USP, 1981. (Tese de Doutorado). Jonas Soares de Souza, O Engenho Central de Porto Feliz: subsídios para o estudo dos Engenhos Centrais do Brasil no século XIX, *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXV, São Paulo-USP, 1971-1974, p.p. 23-43. Idem, *Uma empresa pioneira em São Paulo: O Engenho Central de Porto Feliz*, São Paulo, USP, Coleção Museu Paulista, Série de História, v. 7. Eul Soo Pang. *O Engenho Central de Bom Jardim na Economia Baiana, alguns aspectos de sua história (1875-1891)*, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, IHGB, Rio de Janeiro, 1979, p. 45.

²⁹⁸ Decreto 7.830 de 21 de setembro de 1880. Maria Emília Prado, *Em Busca do Progresso: os centrais e a modernização das unidades açucareiras no Brasil*, Rio de Janeiro, ed. Papel Virtual, 2000, p. 59.

²⁹⁹ Relatório apresentado à Assembléia Geral na Primeira Sessão da Décima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Antônio Saraiva. In: Eul-Soo Pang, *O Engenho Central de Bom Jardim...*, p. 149.

O aparecimento do engenho central revolucionava a fabricação do açúcar no Brasil, introduzindo a grande indústria com tecnologia moderna e transformando as relações sociais. Foi a revolução industrial açucareira, como apontou José Honório Rodrigues: “ O Engenho Central significa para a economia açucareira do século XIX a substituição do trabalho escravo pelo o livre e do transporte animal pelo a vapor.”³⁰⁰

O engenho central caracterizava-se pela divisão entre os setores agrícola e fabril, pois este não poderia possuir canais próprios. Com essa divisão pretendia-se a racionalização e o desenvolvimento dos dois setores, que concentrariam todos os esforços em um deles. Havia, ao mesmo tempo, a preocupação com a transição ao trabalho livre, pois era proibida, pelo governo imperial, a utilização de mão de obra escrava nas fábricas. Cria-se assim um pólo de trabalho fabril assalariado, os operários do açúcar, desenvolvendo, portanto, as relações capitalistas de produção. O engenho central “era a modernização total da indústria açucareira, o início da transformação de uma paisagem relativamente estática já havia três séculos.”³⁰¹

A sua implantação, entretanto, andava a passo de tartaruga, graças à falta de capitais para o financiamento das empresas, desde o início da grande depressão de 1873. A produção dos poucos que foram implantados era ínfima se comparada à produção açucareira nacional.

Após a inauguração dos engenhos centrais relatados, o Governo do Gabinete de José Antônio Saraiva, que também ocupava interinamente a pasta do Ministério da Agricultura, baixou decreto aprovando o regulamento para “estabelecer bases gerais para concessões de engenhos centrais, com fiança ou garantia de juros por parte do Estado”, em 24 de Dezembro de 1881.³⁰²

O regulamento estabeleceu a tabela de distribuição dos 30.000 contos sobre os quais o Governo garantiria 7% de juros pelas Províncias produtoras de açúcar. Doze Províncias, além do Município Neutro, estavam contempladas na distribuição, de acordo com a proporção da produção açucareira provincial, mas um terço dos 30.000

³⁰⁰ José Honório Rodrigues. *A Revolução Industrial Açucareira: Os Engenhos Centrais*. *Revista Brasil Açucareiro*, Fevereiro, 1946, p. 81.

³⁰¹ Manuel Correia de Andrade. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1964, p. 87.

³⁰² Decreto 8357, de 24 de Dezembro de 1881, CLB. Jonas Soares de Souza publicou os regulamentos imperiais sobre os engenhos centrais, em seu trabalho, *Uma empresa pioneira em São Paulo: O Engenho Central de Porto Feliz*, p.p. 1-25.

continuava sem distribuição de garantia. A divisão, por si só, delimitava o número de engenhos centrais que o Império subsidiaria por Província. Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro abocanhavam dois terços do capital garantido, enquanto o terço restante ficava distribuído entre as outras 10 unidades. A cota destinada para as cinco últimas Províncias e para o Município Neutro seria suficiente para garantir a construção de apenas um engenho central.

Se calcularmos concessões sobre 800 contos, teríamos 10 para Pernambuco, 7 ou 8 para a Bahia e 7 para a Província fluminense. Essa quantia era muito reduzida em relação à dimensão da produção açucareira nacional, na qual apenas Pernambuco necessitaria de 120 engenhos centrais para industrializar sua produção.³⁰³ Várias concessões feitas até esse momento não levaram em conta a proporção da produção das unidades produtoras, como foi observado no decreto de regulamentação:

“os dados oficiais da produção e exportação de açúcar das outras províncias não permitem conceder-lhes, guardada a proporção do § 2º do art. Da Lei Nº 2687 de 6 de Novembro de 1875, garantia de capital superior a 200:000\$000, insuficiente para o estabelecimento de uma fábrica central. As concessões feitas, antes de se poder verificar a proporção legal, motivaram alguma desigualdade na distribuição. Para atender as justas reclamações, continuar a promover um grande melhoramento que hoje nada tem pesado sobre o Tesouro, e estender o benefício da lei a todas as províncias que cultivam a cana-de-açúcar, o Governo pede autorização para garantir mais 20:000.000\$000.”³⁰⁴

Nenhuma distribuição havia sido feita, ainda, às Províncias do Maranhão, Ceará, Paraíba e Alagoas, pois ninguém se habilitou a incorporar Companhias para fundar centrais nelas. O regulamento vinculava o montante do capital garantido à capacidade de produção do engenho central, excedendo 500 contos se tivesse capacidade para moer, diariamente, até 200.000 quilos de cana e fabricar, em safras de 100 dias, até 1.000.000 de quilos de açúcar; 750 contos se a capacidade fosse o dobro e 1.000 contos se fosse o quádruplo (art. 2º). Do capital garantido, 10 % seriam reservados para um fundo a ser emprestado aos fornecedores, com juros de 8% ao ano (art. 4º).

³⁰³ Evaldo Cabral de Mello, op. cit., p.

³⁰⁴ Decreto 8357, de 24 de Dezembro de 1881, CLB.

TABELA DA DISTRIBUIÇÃO DOS 30.000:000\$000 A QUE SE REFERE O DECRETO N° 8357, DE 24/12/1881, E O ART. 2° DA LEI N° 2687 DE 06/11/1875.			
Províncias	Distribuição feita	Distribuição a fazer	Distribuição total
Pernambuco	4.200:000\$000	3.800:000\$000	8.000:000\$000
Bahia	5.600:000\$000	500:000\$000	6.100:000\$000
Rio de Janeiro	4.400:000\$000	1.200:000\$000	5.600:000\$000
Sergipe	500:000\$000	1.500:000\$000	2.000:000\$000
São Paulo	1.900:000\$000	-	1.900:000\$000
Rio Grande do Norte	1.500:000\$000	-	1.500:000\$000
Alagoas	-	1.200:000\$000	1.200:000\$000
Paraíba	-	700:000\$000	700:000\$000
Ceará	-	700:000\$000	700:000\$000
Maranhão	-	700:000\$000	700:000\$000
Pará	700:000\$000	-	700:000\$000
Espírito Santo	500:000\$000	-	500:000\$000
Município Neutro	400:000\$000	-	400:000\$000
Total	19.700:000\$000	10.300:000\$000	30.000:000\$000

Fonte: Decreto N.º8357 – de 24 de Dezembro de 1881, CLB.

Seis eram os favores concedidos pelo Estado: 1º garantia ou fiança de juros não excedendo a 7 % ao ano, durante 20 anos. A garantia seria reduzida a 6 % se houvesse de ser pago em ouro ou ao câmbio de 27 dinheiros sterlinos por 1\$000; 2º Direito de desapropriar na forma da lei, os terrenos de domínio particular, prédios e benfeitorias que forem necessários para as obras autorizadas; 3º Uso das madeiras e outros materiais existentes dentro do Município, nos terrenos devolutos e nacionais, para a construção das mesmas obras; 4º Isenção do direito de importação sobre as máquinas, instrumentos, trilhos e mais objetos destinados ao serviço da fábrica; 5º Preferência para aquisição dos

terrenos devolutos existentes no Município, efetuando-se pelos preços mínimos da Lei N ° 601 de 18 de Setembro de 1850, se a empresa distribuí-los por imigrantes que importar e estabelecer, não podendo, porém, vendê-los a estes por preço excedente ao que for autorizado pelo Governo; 6º Preferência na concessão de outros engenhos centrais, no mesmo Município, com a garantia do Estado (art. 2º).

Esses favores poderiam ser concedidos às Companhias nacionais ou estrangeiras (art. 10), como estabelecera o substitutivo do Senado em 1875, sendo preferidas aquelas que já tivessem celebrado contrato com administrações provinciais e que se encontrassem associados aos fornecedores locais de matéria prima; que requisitassem a garantia menor de juros, executassem as obras em prazo mais curto e que dispusessem de meios de incorporar as companhias de maneira mais vantajosa (arts. 10 e 11).

Além da obrigação de prazos para a incorporação da empresa e construção da fábrica, obrigava-se a Companhia concessionária estabelecer os meios de transporte que forem convenientes para o transporte da cana, indenizar o Estado com a renda excedente aos dividendos de 9%, com os juros iguais aos recebidos pela garantia, não possuir nem empregar escravos na construção das obras nem no serviço da fábrica e contratar pessoal idôneo para todos os misteres da mesma (art. 19).

As concessões caducariam em três casos determinados. Primeiro, se o contrato não fosse assinado dentro de dois meses depois de publicado o decreto de concessão; segundo, se a Companhia não se incorporasse, ou se depois de incorporada, não se habilitasse para exercer suas funções dentro do prazo e terceiro, se as obras não começassem, ou se começadas, não fossem concluídas no prazo, salvo caso de força maior (art. 25). Previa o mesmo regulamento a suspensão da garantia de juros no caso de não conclusão das obras no prazo estabelecido e também se a fábrica não funcionasse durante um ano (art. 26).³⁰⁵

Após o estabelecimento do regulamento e das cotas por Província, as concessões se multiplicaram, na década se 1880. Ao findar o Império, em 1889, 87 concessões já tinham sido distribuídas, mas o número de engenhos centrais construídos era muito reduzido.

Após as duas concessões de 1876, apenas em Março de 1881 outra foi conferida à Província de Pernambuco, ao engenheiro Anfrísio Fialho e a Theodoro Christiansen, de 7% sobre o capital de 1.500 contos, para a construção de 3 engenhos, nos municípios

³⁰⁵ Decreto 8357, de 24 de Dezembro de 1881, CLB.

de Cabo, Gameleira e Água Preta. Ambos receberam outra concessão, em 29 de Outubro de 1881, de 6% sobre capital de 2.100 contos para a construção de mais três engenhos e tiveram o capital da concessão anterior, no mesmo dia, ampliado para 2.100 contos.³⁰⁶ Os dois concentravam garantia sobre 4.200 contos, mais da metade dos 8.000 contos da cota pernambucana. Mais 3.000 contos foram garantidos, com 6 % ao ano, a Domingos Moitinho, para a construção de mais seis centrais em Pernambuco.³⁰⁷ As concessões deferidas a Fialho e a Cristiansem foram prorrogadas em Junho de 1882. Juntos os três concentravam 7.200 contos. A cota pernambucana foi completada com garantia de 6% conferida a Jovino Bandeira sobre 750 contos, que seriam investidos em um central em São Lourenço da Mata.³⁰⁸

Os concessionários dos engenhos centrais em Pernambuco não eram ligados ao setor açucareiro, e suas concessões foram passadas ao capital estrangeiro, na Praça de Londres. Anfrísio Fialho transferiu as suas à Central Sugar Factory of Brazil (CSFB), organizada em Londres, por 50.025 libras e o cargo de diretor adjunto e representante da mesma no Brasil. Fialho teve problemas com a Companhia, que o demitiu, pagando-lhe 1.000 libras e comprando-lhe as ações por 3.000 libras, aproximadamente 45 contos.³⁰⁹ Domingos Moitinho e Jovino Bandeira transferiram suas concessões a outra Companhia inglesa, North Brazilian Sugar Factories (NBSF), fundada por uma construtora ferroviária britânica e por um grupo de engenheiros civis de Londres.³¹⁰ Esta Companhia já havia comprado a intermediários brasileiros, em 1883, concessões para 15 engenhos centrais, no Norte do Império, sendo além das sete de Pernambuco, 1 no Ceará, 2 no Rio Grande do Norte, 2 em Alagoas e 3 em Sergipe.³¹¹

Os primeiros engenhos centrais instalados pelos ingleses da (CSFB) em Pernambuco foram um fracasso retumbante, graças às péssimas construções e ao velho maquinário empregado, trazido dos centrais ingleses no Egito, bem diferente dos aparelhos modernos os mais aperfeiçoados que prescrevia o regulamento imperial. Na

³⁰⁶ Decretos 8.053, 24/03/1881; 8.288, 29/10/1881; 8.289, 29/10/1881, CLB.

³⁰⁷ Decreto 8.485, de 15 de Abril de 1882, CLB.

³⁰⁸ Decreto 8.608, de 23 de Junho de 1882, CLB.

³⁰⁹ Peter Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, São Paulo, Unicamp, 1977, p. 116. Evaldo Cabral de Melo. *O Norte Agrário e o Império*, p. 174.

³¹⁰ Peter Eisenberg. *Op. Cit.*, p. 120. Evaldo Cabral de Melo. *Op. Cit.*, p. 174. A empresa ferroviária era a Reed Bowen and Company, que começou a construção da linha férrea Natal – Nova Cruz em Julho de 1871, inaugurando seus serviços em Setembro de 1881, veja-se Eisenberg, *Op. cit.*, p. 137, citação 26.

³¹¹ Evaldo Cabral de Melo, *Op. cit.*, p. 174.

experiência feita no Engenho de Cuyambuca, município de Água Preta, em Novembro de 1883, as máquinas velhas instaladas quebraram e danificaram as turbinas. O desastre resultou na morte de um operário e o ferimento de outros sete. Poucos meses depois, o teto desabou ferindo três operários e causando grandes prejuízos aos fornecedores. Pelos acontecimentos, os ingleses não se preocuparam muito com a construção dos edifícios, pois também o central Bom Gosto, em Palmares, sofreu problemas em sua estrutura, quando uma parede rachou e a outra ficou fora de prumo, enquanto a represa que fornecia água sofreu vários danos, transtornando a regularidade na moagem.³¹²

A CSFB construiu mais dois engenhos para a safra de 1884: Firmeza, em Escada, e Santo Ignácio, no Cabo, mas o rendimento dos seus centrais era semelhante ao do antigo banguê. A Companhia recebeu 644 contos do Governo Geral, referente à garantia de juros, cobrindo seu déficit e entrou em liquidação em 1886, tendo ‘operado’ em apenas duas safras.³¹³ Três dos seus engenhos foram arrendados por grupos de fornecedores de cana – Firmeza, Cuyambuca e Bom Gosto – por 1 % do açúcar fabricado e mais a manutenção. O Santo Ignácio foi transformado, na década de 1890, na usina de mesmo nome.³¹⁴

O Governo imperial pagou a garantia de juros aos ingleses e não fiscalizou a execução das obras nem a qualidade das máquinas importadas, o que resultou no que apontamos acima, edifícios pessimamente construídos e maquinário já usado. Não por acaso, o mesmo organizou o serviço de fiscalização dos engenhos centrais, dividindo as Províncias açucareiras em três distritos, em 1884.³¹⁵

A especulação dos ingleses continuou com a NBSF, pois nenhum dos sete engenhos contratados à Companhia havia sido construído até 1886. A empresa havia feito contratos falsos de fornecimento de cana, subcontratou ilegalmente uma importadora, que fracassou, para a importação das máquinas e queria financiar a construção com empréstimo do Governo sobre suas concessões.³¹⁶

Para combater a especulação das companhias inglesas e realmente levar a cabo a implantação de engenhos centrais, o novo Ministério conservador chefiado por

³¹² Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p. p. 116-117.

³¹³ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p. p. 117-119. Evaldo Cabral de Melo, *Op. cit.*, p. 175.

³¹⁴ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p. 120.

³¹⁵ Decreto 9.307 de 14 de Outubro de 1884. CLB.

³¹⁶ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p. 120.

Cotegipe cancelou, em fins de 1886, todas as concessões para a Província de Pernambuco, com exceção de três, e suspendeu o retorno garantido de duas. Com essa ação do Governo, a NBSF reduziu seu capital a menos de um terço e construiu apenas uma fábrica, o engenho central de Tiúma, em São Lourenço da Mata. Este começou suas operações em 1887, funcionando com regularidade nos anos seguintes, tendo a garantia de juros suspensa em 1895.³¹⁷ A Companhia manteve este central sob seu controle até 1927.³¹⁸

Dois produtores pernambucanos compraram a maquinaria importada pela NBSF para a construção de engenhos centrais, um em Pernambuco e outro no Rio Grande do Norte. Zeferino Pires de Lyra comprou as máquinas que seriam instaladas no engenho central de Pau D'alho, em 1887, construindo a unidade 13 de Maio, em Palmares; e Manoel Antonio dos Santos Dias, com as máquinas do fracassado engenho no Rio Grande do Norte, montou o engenho Jundiá, em Pernambuco. Nos últimos anos da década de 1880, os produtores pernambucanos construíram mais quatro bem sucedidos engenhos centrais, João Alfredo (Goiana), Trapiche (Sirinhaém), Carassú (Barreiros) e Aripibu, (Amaragi). A instalação dessas unidades foi viabilizada pelos empréstimos direto do Governo Provincial aos produtores, que financiou o capital necessário ao empreendimento. A Província emprestou 1.700 contos em títulos de 6% e 7%, no período 1885/1889, resultando na construção e instalação destes centrais.³¹⁹ Eisenberg atribuiu o êxito destes engenhos a forma do financiamento feito pela Província, fornecendo empréstimo direto aos agricultores pernambucanos “*interessados em fabricar açúcar, não em especulações.*”³²⁰

Na Bahia, após a inauguração do Bom Jardim, o capital inglês também se apoderou da parcela a esta destinada para a garantia de juros, quando o Governo Central conferiu ao comerciante inglês Dennis Blair, estabelecido na Bahia, concessão de garantia de 6% de juros sobre o capital de 5.600 contos, para a construção de 8 engenhos centrais.³²¹ Os 500 contos que restavam para completar a cota baiana foi garantido a George Harrey Duder.³²² Com essas concessões incorporaram, em Londres,

³¹⁷ *Ibidem*, pp. 120-121.

³¹⁸ Mamoel Correia de Andrade, *Modernização e Pobreza*, p. 156.

³¹⁹ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p.p. 120-121. Evaldo Cabral de Mello, *Op. cit.*, p.p. 178-179.

³²⁰ *Ibidem*, p. 122. *Ibidem*, p. 178.

³²¹ Decreto Nº 8.278, de 15 de Outubro de 1881, CLB. Eul-soo Pang, *O Engenho Central de Bom Jardim na Economia Baiana*, p. 44.

³²² Decreto Nº 8.533, de 13 de Maio de 1882, CLB.

a Bahia Central Sugar Factories, da qual ambos os concessionários eram representantes no Brasil.³²³

A exemplo do que ocorrera em Pernambuco, os ingleses também não construíram os engenhos centrais de garantidos. Das oito fábricas contratadas construíram apenas duas, para a safra de 1886, em São Francisco do Conde e Cachoeira, após postergarem a construção dos mesmos durante cinco anos através de prorrogações das concessões. A posse dessas por esse grupo impedia que outros tivessem acesso à garantia as concessões e garantias do Governo durante todos esses anos.

A Companhia inglesa não queria cumprir os contratos feitos com os fornecedores e esses ameaçaram boicotar a empresa. Esta tentava, em represália, fechar os dois centrais na Bahia, o que levou os fornecedores a exigirem do Governo o não pagamento de juros à BCSF.³²⁴ O Diário da Bahia, de 13 de Janeiro de 1887, relatou que um dos engenhos centrais, o de Cachoeira, suspendeu a moagem em 17 de Dezembro de 1886, prejudicando os fornecedores que entregavam suas canas e estas não eram industrializadas. O mesmo diário, de 22 de Janeiro de 1887, relatou a seguinte situação: “Tudo por aqui continua completamente paralisado, e já o pessoal dos trabalhadores diários já começou a emigrar”.³²⁵

Em negociação posterior, feita em início de 1887, a BCSF queria impingir aos fornecedores o preço de 4\$000 a tonelada de cana, ao invés de 7\$000 ou 8\$000 dos contratos anteriores, o que aumentou a tensão entre esses e a Companhia. Até o fim do Império, apenas três engenhos centrais tinham sido instalados na histórica região do Recôncavo. Os ingleses, desta maneira, especularam com as concessões imperiais destinadas à Bahia e pouco contribuíram para a modernização do setor açucareiro da região.

Tão somente mais três engenhos centrais foram construídos nas Províncias nortistas do Império: o São João, no Maranhão, o Riachuelo, em Sergipe e outro também denominado São João, na Paraíba. Os dois últimos foram implantados pela Companhia de Engenhos Centrais das Províncias da Paraíba e Sergipe, dominada por

³²³ Eul-soo Pang, *op. cit.*, p.p. 44-45 e 52-53.

³²⁴ *Ibidem*, p.p. 52-53.

³²⁵ Diário da Bahia de 22 de Janeiro de 1887. In Eul-Soo Pang, *Op. cit.*, p. 53, citação 87. Evaldo Cabral de Mello, *Op. cit.*, p.p.175-176.

capitais holandeses, inaugurados em 1888, quase quinze anos depois da aprovação da lei.³²⁶

O engenho central maranhense foi inaugurado em 1884, no Vale do rio Pindaré-Mirim, região na qual se desenvolveu a produção açucareira, durante o século XIX. produziu 841.801 kg de açúcar e 267 pipas de aguardente, em sua primeira safra. A Empresa foi incorporada por capitalistas maranhenses, liderados por Martinus Hoyer, que construíram também uma ferrovia de 12 quilômetros para o transporte da matéria prima. O açúcar era levado para São Luís por transporte fluvial. A seca de 1887 e o fim do trabalho escravo nos canaviais desorganizaram a produção da matéria-prima, levando a Companhia à falência. Falida, foi executada pelos bancos credores, em 1890, tendo sua maquinaria inglesa vendida a outro Estado, pondo fim a essa experiência com engenhos centrais no Maranhão.³²⁷

Nenhum engenho central foi implantado em Alagoas e Rio Grande do Norte, mesmo sendo atendidas por concessões imperiais. Era a resultado da falta de capital para tamanho empreendimento. Nessa última Província, a zona da mata ocupa faixa de terra bem menor do que as outras da região açucareira e sua manufatura tinha dimensões inferiores, não alcançando o número de engenho e escravos daquelas, muito menos a produção. Em 1854, existiam no Rio Grande do Norte 144 engenhos que ocupavam 1.508 cativos, média de 10 por unidade produtiva.

Houve aumento da produção até a concorrência do algodão, no final da década de 1860, e a grande seca de 1877 levarem a mesma ao declínio. Pequenos engenhos incorporavam trabalhadores livres ao lado de pequeno plantel de escravos que se desfazia ao longo das décadas finais da instituição servil. Havia apenas 482 cativos na Província quando da promulgação da lei Áurea.³²⁸

A política imperial surtiu maior efeito nas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo que tinham sua produção voltada para o mercado interno regional. Graças à produção da região norte fluminense, desenvolvida nos séculos XVIII e XIX, Rio de Janeiro era a terceira na distribuição dos favores do Estado, com parcela de 5.600 contos, atrás apenas de Pernambuco e Bahia. A Província levava vantagem sobre estas

³²⁶ Manuel Correia de Andrade, *Op. cit.*, pp. 156-157. Irene Rodrigues da Silva Fernandes. *Op. Cit.*, pp. 46-47. Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Op. Cit.*

³²⁷ Manuel Correia de Andrade, *Op. Cit.*, pp. 122-123.

³²⁸ Manuel Correia de Andrade. *A Terra e o Homem no Nordeste*, pp. 95-96.

últimas, pois não dependia do mercado internacional para a venda de seu açúcar e, o que era fundamental para a modernização açucareira, estava mais capitalizada por causa do desenvolvimento da lavoura cafeeira, que tinha no porto da Corte seu escoadouro principal.

Outros sete engenhos centrais, além dos já citados Quissamã, Barcelos e Sant'Ana, surgiram na Província do Rio de Janeiro, na última década do Império, totalizando dez fábricas. Ao Rio de Janeiro foram conferidas 32 concessões para a construção de engenhos centrais, das quais 21 fora da tradicional área açucareira do norte da Província. Esta liderou o processo de modernização do setor açucareiro no Brasil, durante os últimos 15 anos do Império, quando foi implementada a política de criação dos engenhos centrais.³²⁹

Todos os engenhos centrais fluminenses foram construídos por capitais nacionais. Dos cinco implantados nos municípios açucareiros de Macaé, São Fidelis e Campos, três o foram por antigas famílias ligadas à produção açucareira (Quissamã, Barcelos e Paraíso), um por comerciantes e profissionais liberais (Saudade), enquanto o Pureza o foi com o capital dos dois setores. Os outros cinco foram construídos em municípios cafeeiros (Vassouras, Angra dos Reis, Rezende, Barra do Piraí e Cantagalo), o que demonstra uma tentativa de diversificação da produção nessas localidades, nas quais o café estava em franco declínio. Da atividade cafeeira vieram os capitais para a construção dos centrais em Vassouras, Cantagalo e Barra do Piraí, enquanto comerciantes da Corte fundaram os centrais em Angra do Reis e Rezende.³³⁰

O surgimento dos engenhos centrais no Rio de Janeiro, no entanto, não se deveu à garantia de juros sobre o capital investido, pois a maioria deles foi construído sem esta, como Quissamã, Barcelos, Saudade, Sant'Ana, Pureza, Paraíso, Porto Real e Cantagalo. Sant'Ana e Saudade tiveram garantia conferida após a inauguração da fábrica, mas tais concessões caducaram poucos anos depois, como ocorreu com os outros que foram construídos com capitais garantidos. A exceção foi Quissamã, que passou a receber o pagamento dos juros na difícil conjuntura da última década do século, contraindo dívida de 398:113\$770 de réis com o Governo, em 1899.³³¹

³²⁹ Maria Emília Prado, *Em Busca do Progresso: os engenhos centrais e a modernização das unidades açucareiras no Brasil*, Rio de Janeiro, ed. Papel Virtual, 2000, p.p 45-46.

³³⁰ Maria Emília Prado. *Op. Cit.*, pp. 68-69. Sônia Bayão Rodrigues Viana, *Op. cit.*, pp. 29-36.

³³¹ Maria Emília Prado. *Op. Cit.*, pp. 53-67. Sônia Bayão Rodrigues Viana, *Op. cit.*, p. 61.

A Província mineira não estava inicialmente contemplada pela política nacional na distribuição dos 30.000 contos para a criação dos centrais, o que não impediu que estes surgissem em Minas, ainda sob o Império, para atender seu grande mercado consumidor. Na Província existia ampla manufatura açucareira tradicional. O Governo provincial garantiu 7% de juros sobre o capital de 800 contos levantado pela Companhia Engenho Central Rio Branco, cuja direção era composta do Dr. José Artur de Murinelly, Lindolfo Martins Ferreira e Dr. Antônio Paulo de Melo Barreto.³³²

O engenho central Rio Branco foi inaugurado em 7 de Setembro de 1885, funcionou regularmente nos últimos anos da década que fora inaugurado, transformando-se em usina, nos anos de 1890.³³³ Após a inauguração dessa fábrica um outro central surgiu em Minas, o Aracati, agora com garantia imperial, no Município de Leopoldina, em 1886. Três outros engenhos centrais menores foram construídos até 1888 sem subsídios do Estado, no município de Ponte Nova.³³⁴

A abolição da escravidão, em maio de 1888, teve impacto diferente nas várias Províncias açucareiras do Império, atingindo bangüês e centrais. Na Bahia, cuja produção estava estagnada desde a década de 1860 e sustentava-se no braço escravo até os últimos momentos, o fim do trabalho escravo levou ao colapso a agroindústria açucareira, demonstrando o fracasso baiano na transição para o trabalho livre. Em 1889, exportou apenas 1.685 toneladas, 3% apenas da média da primeira metade do século.³³⁵

Os centrais operavam com mão-de-obra livre, mas a matéria-prima que os abastecia era produzida com braços escravos que abandonaram o campo, encerrando de maneira desastrosa a já problemática modernização via engenhos centrais. Nas palavras de Soo Pang, “a abolição de maio de 1888 privou os engenhos centrais da Bahia, bem como os de outras províncias do Nordeste, das matérias-primas indispensáveis à moagem. A abolição marcou o fim do trabalho escravo nos canaviais e consequentemente a paralisação das usinas, sem cana para ser moída.”³³⁶

³³² Miguel Costa Filho, *A Cana de Açúcar em Minas Gerais*, Rio de Janeiro, IAA, 1963, p. 375.

³³³ *Ibidem*, p.p. 375-383. Manuel Correia de Andrade, *Op. cit.*, p. 78.

³³⁴ Miguel Costa Filho. *Op. Cit.*, pp. 385-386.

³³⁵ B. J. Barickman. *Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção nos engenhos do Recôncavo Baiano*, p. 187.

³³⁶ Eul Soo Pang. *Op.cit.*, p. 55. Manuel Correia de Andrade, *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*, São Paulo, Unesp, 1994. Este autor aponta que a Bahia fez sua modernização através de pequenas usinas, não citando o engenho central de Bom Jardim.

Já apontamos como o mesmo ocorreu com o único engenho central maranhense. O impacto da abolição nas lavouras de cana de açúcar das Províncias de Alagoas, Paraíba e Sergipe não foi tão contundente como na Bahia, e os dois engenhos centrais que existiam nas duas últimas não foram privados de canas, mas freou a expansão da mesma e gerou queda na produção e estagnação da mesma.

A produção alagoana manteve-se acima das 40.000 toneladas, mesmo com a libertação dos escravos, passando incólume ao evento. Sergipe não teve a mesma capacidade e a safra baixou a quase metade, em 1889, produzindo 24.590 toneladas. A pequena produção paraibana de pouco mais de 10.000 toneladas foi reduzida à metade.³³⁷

Os produtores pernambucanos, ao contrário dos baianos, iniciaram um processo de transição do trabalho escravo para o livre com a incorporação de uma população pobre da Província que resultou em grande sucesso quando veio a abolição. A produção de açúcar em Pernambuco não parou de se expandir e no ano da abolição já ultrapassa 150.000 toneladas, especialmente devido a produção das grandes unidades instaladas na década de 1880. Diferentemente das outras províncias, o fim do trabalho escravo gerou aumento não queda na produção açucareira, nos primeiros anos após a assinatura da lei de 13 de maio.

Contribuiu ainda mais para o sucesso pernambucano a crise que a abolição gerou na produção de açúcar do norte fluminense, abrindo espaço no mercado do Rio de Janeiro para maiores remessas daquela Província. A quantidade de açúcar enviada de Campos para o Rio de Janeiro diminuiu de 427.292 para 200.883 arrobas, nos anos de 1888 e 1889, enquanto a do norte aumentou de 179.174 para 461.208, nos mesmos anos.³³⁸ Quem se preparou melhor para a transição do trabalho ocupou o lugar no mercado daqueles que sofreram uma queda abrupta de sua produção.

Após a abolição, o Ministério João Alfredo reorganizou a política de concessões de engenhos centrais, com o intuito de combater a especulação e nacionalizar e acelerar a modernização do setor açucareiro nortista. O senador conservador, agora Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho, era a liderança da açucarocracia pernambucana no centro do Império.

³³⁷ Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Op. Cit.*, p. 293.

³³⁸ Sheila Siqueira de Castro Faria. *Op. cit.*, p. 346.

As concessões com garantia foram reduzidas a 25 e o capital garantido a 18.000 contos.³³⁹ Um novo regulamento para a concessão de engenhos centrais foi estabelecido, em 1 de Dezembro de 1888, que restringiu a concessão dos favores aos agricultores e companhias nacionais. Para evitar especulação era proibida a transferência das concessões antes do início da construção da fábrica, mesmo assim com autorização do Governo, e o pagamento da garantia de juros seria efetivada só depois da construção do engenho. Era o projeto, na verdade, dos grupos ligados à produção de açúcar, proposto e derrotado em 1875.³⁴⁰

Para compensar as perdas da lavoura com a abolição, o Governo imperial emprestou 6.000 contos, sem juros, ao Banco do Brasil em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, sendo o banco obrigado a dobrar esse capital e emprestá-lo a juros de 6% ao ano. Para o setor açucareiro de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, o Império emprestou 3.000 contos ao Banco de Crédito Real, para empréstimos nas mesmas condições. Nessa região mais carente de capital o banco não era obrigado a dobrar essa quantia.

Mesmo com a reorganização da política de concessões e esse empréstimo, nos últimos 18 meses do Império, nenhum engenho central foi construído no Brasil daí por diante, pois o setor açucareiro, tanto do Norte como do Sul, já havia encontrado o caminho da modernização através das usinas. No Norte, em especial, esse empréstimo serviu para financiar as novas usinas instaladas pela elite dos senhores de engenho que passaram a receber empréstimos diretos, inclusive dos governos estaduais.³⁴¹

O Decreto 10.393 de 9 de outubro de 1889, já no Gabinete do Visconde de Ouro Preto, baixou o último regulamento imperial sobre a política dos engenhos centrais, sem nenhum resultado prático. A República deu continuidade à mesma política, dobrando o capital garantido para 60.000 contos, e o resultado foi o mesmo, nenhum engenho construído.³⁴² Francisco Glicério, Ministro da Agricultura do primeiro Governo republicano, resumiu assim o resultado da política imperial de subsídios à indústria açucareira: “Destas 87 fabricas estão construidas e em actividade tão somente 12, das

³³⁹ Relatório do MACOP, 1888. Evaldo Cabral de Mello, *Op. Cit.*, p.p. 179-180.

³⁴⁰ Decreto Nº 10.100, de 01 de Dezembro de 1888, CLB.

³⁴¹ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p. 101.

³⁴² Decreto 10.393, de 09 de Outubro de 1889. Decreto Nº 525, de 26 de Junho de 1890, CLB. Relatório do MACOP, 1891, p. 5.

quaes 3 no Rio de Janeiro, 3 em S. Paulo, 2 na Bahia e uma em cada um dos estados de Sergipe, Pernambuco, Parahyba e Maranhão.”³⁴³

A política de engenhos centrais desenvolvida pelo Governo imperial apresentou poucos resultados no processo de modernização do setor açucareiro nacional, nos últimos quinze anos de sua existência, na medida em que poucas unidades fabris foram construídas a partir de tal política. O principal item de auxílio proporcionado pela política imperial, a garantia de juros, concretizou-se em pouquíssimos casos, como apontado acima. No final do século, apenas quatro funcionavam com garantia de juros: Rio Fundo e Iguape (Bahia), Quissamã (Rio de Janeiro) e Lorena (São Paulo).³⁴⁴

O fato é que a garantia de juros sobre o capital investido não atendia ao desejo de auxílio à lavoura açucareira, em especial no Norte do Império, cuja açucarocracia pretendia uma política de grandes empréstimos diretamente ao setor, que possibilitaria a modernização de parte dessa indústria pelos próprios senhores de engenho.

O arranjo político feito, no centro do Império, para abrir as Províncias açucareiras ao investimento do capital estrangeiro não obteve êxito, pois esse muito especulou e pouco investiu, trazendo para o país, com raras exceções, máquinas usadas e obsoletas. A maior parte das trinta e poucas grandes fábricas açucareiras instaladas até o fim do Império foi obra de grupos nacionais, em especial no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

O estudo desse processo de modernização da produção dos derivados de cana no último quartel do século XIX, com a implantação do projeto imperial de subsídios a construção dos engenhos centrais, gerou algumas divergências entre historiadores e estudiosos do assunto, em especial no tocante a três temas: os grupos que promoveram a política de engenhos centrais e que dela se beneficiaram; a importância do capital estrangeiro e os motivos que fizeram fracassar a política de engenhos centrais no Norte açucareiro.

O projeto saído das Casas Legislativas, em 1875, representava uma intervenção econômica e social no secular mundo escravista dos engenhos de açúcar. Seu objetivo ia além da centralização industrial da fábrica moderna do setor, a modernização

³⁴³ Relatório do MACOP, 1890, p. 51.

³⁴⁴ Relatório do MIVOP, 1900, p. 22.

tecnológica, ao impor a separação dos setores agrícola e fabril e a proibição do trabalho escravo nesse último, desde a construção das novas fábricas. Ao abrir a possibilidade de investimento de capital estrangeiro poderia facilitar o levantamento de capital para empreender a construção de algumas fábricas, mas feriu interesses há muito arraigados.

Para Gadiel Perruci, os engenhos centrais representaram uma iniciativa do Governo sob pressão dos grupos açucareiros ainda no poder. É interessante notar, no entanto, que o próprio autor afirma que os senhores de engenho resistiam ao processo de modernização, sendo responsáveis pelo próprio atraso em que se encontravam. Ora, parece um contra-senso que o mesmo grupo seja responsável pela promoção de uma política que ele próprio a combate. Segundo o autor, o engenho tradicional é uma “fortaleza” que resiste à penetração modernizante do capitalismo industrial e financeiro urbano, tornando lenta a modernização.³⁴⁵

O ensaio de interpretação de Perruci, como ele mesmo denomina seu trabalho, apresenta visão de uma elite estática, apegada a um passado intransponível e de um capitalismo urbano industrial disposto a penetrar o mundo dos engenhos e modernizá-lo. O problema para tal interpretação é que não existiam nenhum, nem outro, no momento de implantação dos engenhos centrais. Os senhores com mais recursos introduziram máquinas modernas em seus engenhos, mesmo antes da construção dos primeiros centrais, enquanto não houve grande investimento do capital industrial no setor açucareiro pernambucano, no final do século XIX.

Perruci minimizou a capacidade de transformação da elite pernambucana, ou sua busca por um projeto de modernização, como se essa não fosse capaz de operar a riqueza de forma capitalista, enquanto atribuiu-lhe uma ascendência sobre a política imperial que essa não mais a tinha.

Estudando o sistema decisório na política imperial e a tramitação do projeto de engenhos centrais na Assembléia Geral e no Senado, Evaldo Cabral de Mello desconstruiu a interpretação de Perruci em relação aos grupos que promoveram tal projeto. Apontou Cabral de Mello que “a política de engenhos centrais do Governo Imperial não foi promovida pela açucarcracia nortista e nem mesmo pelos interesses comerciais ligados à exportação do açúcar (salvo as medidas tomadas pelo ministério

³⁴⁵ Gadiel Perruci, *A República das Usinas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, Capítulos 2 e 3.

João Alfredo em 1888-89), mas imposta autoritariamente ao norte agrário em benefício de capitais estrangeiros e do lobby de melhoramentos materiais que vicejava no Rio à sombra dos lucros fáceis de intermediação que proporcionavam a obtenção e a venda de concessões governamentais. Na realidade, a açucarocracia nortista encarou, primeiro com reserva, e depois com hostilidade, a implantação de engenhos centrais, especialmente quando se tornou evidente, desde o começo da experiência que, na distribuição dos favores, o Estado tencionava preteri-la em favor daqueles interesses.³⁴⁶

Apontou o autor que a política desejada pela açucarocracia nortista era a de empréstimos feitos diretamente às associações de agricultores, para que esses fizessem a modernização açucareira, mantendo assim o controle sobre o setor produtivo. A política implementada pelo poder central, no entanto, negou os empréstimos pedidos e abriu as províncias açucareiras ao capital externo, permitindo que este tivesse acesso às concessões governamentais.

Além disso, o Governo impôs a separação dos setores agrícola e fabril. Essa separação colocava em xeque o controle do setor produtivo canavieiro, secularmente dominado pelos senhores de engenho, donos das terras e dos homens, se os engenhos centrais fossem instalados por capitalistas estrangeiros. Se o projeto se concretizasse, para Cabral de Mello, seria a desnacionalização da indústria açucareira, transformando os senhores de engenho em fornecedores de cana do capital estrangeiro, o que explica a forte resistência da elite açucareira ao projeto.

O capital estrangeiro não se interessou, nos primeiros anos de implantação da política imperial, em investimentos no setor açucareiro e as primeiras fábricas surgiram a partir de investimentos nacionais, nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, nas quais o processo de modernização, no último quartel do século, esteve sempre em mãos dos grupos locais.

No Norte, os engenhos centrais foram instalados, com raras exceções, pelo capital estrangeiro, em especial o inglês. Deu-se dessa maneira porque as concessões governamentais foram passadas a pessoas que não eram ligadas ao setor açucareiro, que vendeu-as em Londres, ganhando dinheiro fácil com as benéfcies do Estado.

³⁴⁶ Evaldo Cabral de Mello. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*, 2ª Ed. , Rio de Janeiro, Topbooks, 1999, p. 162.

Esse arranjo imperial com o capital estrangeiro resultou em um retumbante fracasso no processo de modernização da produção açucareira da região, pouquíssimas fábricas foram levantadas, sem mesmo completar a cota de garantia de cada Província; e algumas completamente obsoletas e mal construídas, principalmente em Pernambuco, maior produtora de açúcar do país.

Para Richard Graham o fracasso das Companhias inglesas resultou de “sua situação de inovadores, trabalhando dentro de um meio hostil”. O autor considerou ainda que “as usinas centrais de açúcar de propriedade de britânicos contribuíram, substancialmente, para a modificação do Nordeste”.³⁴⁷

A análise de Graham sobre a participação britânica no processo de modernização açucareira no Nordeste é contestada por Peter Eisenberg. Este, estudando o desempenho das Companhias inglesas de engenhos centrais em Pernambuco, em seu trabalho sobre a modernização do setor açucareiro naquela Província, afirmou que a conclusão de Graham não se justifica. Eisenberg demonstrou que tamanho fracasso foi fruto da especulação dos capitalistas ingleses, “interessados em lucros a curto prazo do que em produção a longo prazo.”³⁴⁸ A especulação inglesa, financiada pelo Governo imperial, e os prejuízos dos fornecedores de cana acirraram ainda mais a hostilidade da açucarocracia nortista à política do Governo.

Maria Emília Prado demonstrou, também para o Rio de Janeiro, que os ingleses especularam com concessões de engenhos centrais e nada construíram. Todas as fábricas que surgiram nessa Província foram construídas por capitais nacionais.³⁴⁹

Com o fracasso da participação inglesa, o processo de modernização da agromanufatura açucareira nordestina foi nacionalizado, através da reorganização da política de concessões de engenhos centrais, levada a cabo pelas lideranças da açucarocracia nortista, nos derradeiros anos do Império. O engenho central, no entanto, foi substituído pela usina, que integrava novamente a produção, agora em escala e complexidade maiores.

³⁴⁷ Richard Graham. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil, 1850-1914*, São Paulo, Brasiliense, 1973, pp 155 e 162.

³⁴⁸ Peter Eisenberg, *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Unicamp, 1977, p. 121.

³⁴⁹ Maria Emilia Prado, *Em Busca do Progresso: os Engenhos Centrais e a Modernização das Unidades Açucareiras no Brasil*, Rio de Janeiro, Papel & Virtual, 2.000, Capítulo 2.

A política de modernização do setor açucareiro implementada pelo Império fracassou no intuito de criar um conjunto de engenhos centrais para industrializar a produção canavieira nacional, pois a política de subvenção de juros não atraiu os investimentos esperados. Algumas fábricas tiveram relativo sucesso em seus primeiros anos, outras mal foram implantadas.

Alguns estudos realizados sobre certas experiências de instalação de engenhos centrais, em várias Províncias, apontaram problemas diferentes que levaram à falência vários engenhos centrais, mostrando que qualquer análise generalizante ocorre em erro.

Para Perruci, os motivos que fizeram fracassar os engenhos centrais foram: a contradição interna criada por um setor fabril capitalista moderno e um setor agrícola arcaico, com valores senhoriais; máquinas importadas já velhas, usadas em outros países, alguns centrais não passavam de simples bangüês; Alguns técnicos estrangeiros não passavam de charlatões; os transportes eram insuficientes e mal concebidos. Dentre todos esses fatores, para o autor, “a causa mais evidente foi sem dúvida a irregularidade no fornecimento de matéria prima.”³⁵⁰

Para Eisenberg, a especulação do capital inglês constituiu o principal fator desse fracasso, à medida que os senhores pernambucanos operaram os centrais arrendados aos ingleses e construíram mais cinco unidades, organizando o fornecimento de matéria-prima. Acrescentou ainda que a legislação oficial era controladora e contra produtora. Eisenberg atribuiu o êxito desses centrais à forma do financiamento feito pela Província, fornecendo empréstimo direto aos agricultores pernambucanos “interessados em fabricar açúcar, não em especulações.”³⁵¹

Segundo Gadiel Perruci, a separação entre os setores agrícola e industrial da agroindústria do açúcar, exigência da política de subsídios imperial, criou uma contradição difícil de ser superada, pois os interesses do “ultrapassado” setor agrícola, não se harmonizava com a preocupação de expansão e modernização do capitalismo industrial e financeiro.³⁵²

Os trabalhos de Sônia Rodrigues Viana, sobre o engenho central de Quissamã (Rio de Janeiro), e de Eul-soo Pang, sobre o engenho central de Bom Jardim (Bahia)

³⁵⁰ Gadiel Perruci, *Op. cit.*, p. 122.

³⁵¹ Peter Eisenberg, *op. cit.*, p.p. 120-121.

³⁵² Gadiel Perruci, *Op. cit.*, pp. 113-114.

demonstraram que era possível articular os setores agrícola e industrial quando este estava sob controle dos produtores locais, pois os mesmos eram responsáveis pelo fornecimento da maioria da cana esmagada pelo central, superando tal contradição. Na Bahia, mesmo os dois engenhos centrais pertencentes ao capital inglês funcionaram com certa regularidade, após sérios problemas iniciais com os fornecedores.

Esses trabalhos demonstram a leitura feita por esses fazendeiros da separação dos setores agrícola e fabril. A sociedade organizada por ações permitia que esses senhores com recursos fossem detentores de ações da Companhia proprietária do engenho central e ao mesmo tempo fornecedores de cana à mesma Companhia, pois continuavam com suas propriedades canavieira. Nada proibia, na legislação, que fornecedores de cana possuíssem ações das Companhias açucareiras. Assim, esses ganhavam com a venda de sua produção agrícola ao Engenho e com os lucros advindos da fabricação de açúcar, que sendo realizada com a maquinaria moderna da nova fábrica, renderia mais em açúcar. Da mesma forma, poupariam trabalho escravo no fabrico do açúcar, concentrando sua escravaria no trabalho agrícola, justamente nesse momento de dificuldade em obter o braço escravo.

Segundo Pang foi a abolição da escravidão que fez fracassar o engenho central de Bom Jardim, levando-o à falência, quando privou seus fornecedores de braços, deixando a fábrica sem matéria-prima para moagem. O mesmo apontou Manuel Correia de Andrade sobre o engenho central São João (Maranhão).³⁵³

A resistência da açucarocracia nortista à política imperial de engenhos centrais não que dizer que ela fosse refratária à modernização, mas que aquele não era o seu projeto, pois não financiava diretamente esse grupo. A modernização estava no horizonte dessa elite, mas a modernização sem mudança, isto é, sob o seu controle, como apontou Peter Eisenberg. Nem mesmo possuía a açucarocracia uma postura repulsiva aos engenhos centrais, desde que sob seu controle, como deixa claro Henrique Augusto Milet, liderança da elite açucareira pernambucana: “o verdadeiro sistema, o que merece todo o apoio e proteção do Estado, é o que habilitará os senhores de

³⁵³ Sônia Bayão Rodrigues Viana, *O Engenho Central de Quissaman*, São Paulo, FFLCH-USP, 1981. (Doutorado). Eul Soo Pang. *O Engenho Central de Bom Jardim na Economia Baiana: alguns aspectos de sua História 1875-1891*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/IHGB, 1979. Manuel Correia de Andrade, *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*, São Paulo, Unesp, 1994.

engenho a serem proprietários e administradores das *fábricas centrais* que hão de moer as respectivas canas.”

Essa postura dos senhores pernambucanos com relação aos engenhos centrais foi apontada por Eisenberg, ao demonstrar que “muitos insistiram no argumento de que os engenhos centrais só seriam desejáveis se fundados por grupos de agricultores vizinhos, moendo sua própria cana e por eles mesmos administrados.”³⁵⁴

O período republicano coincidiu com a expulsão do açúcar brasileiro no mercado internacional, justamente quando se processava a modernização do setor. Na última década do século XIX, mais da metade do açúcar produzido no Brasil já era comercializado e consumido internamente. A exclusão do açúcar de melhor qualidade já vinha ocorrendo nas últimas décadas do Império, graças à expansão da produção do açúcar de beterraba e aos interesses dos refinadores europeus e norte americanos. O mercado europeu foi tomado pelos países produtores de açúcar de beterraba do próprio continente, que também dominaram as vendas para Inglaterra, a partir da década de 1870. O açúcar de cana aí consumido provinha das colônias, que tinham privilégios tarifários de entrada. O açúcar cubano, da mesma maneira que o brasileiro, também perdeu o mercado europeu para a produção beterrabeira.³⁵⁵

Restava então o grande mercado norte americano, mas para ele foi dirigido o açúcar das colônias espanholas, principalmente, o cubano, que fora expulso da Europa. A produção sulina também crescia a passos largos, tendo garantida uma fatia do mercado. Países como México, Peru e Argentina desenvolveram sua própria indústria açucareira, reservando seus mercados.³⁵⁶

Além da produção na antiga região da plantação escravista sulista, os Estados Unidos desenvolveram, após a guerra de secessão, grandes refinarias no Norte industrial, o que criava um mercado para o açúcar mascavo, matéria – prima para as mesmas. Para proteger essa indústria, o País criava altas taxas alfandegárias para o açúcar de primeira qualidade, refinado ou aquele produzido pela grande indústria moderna, que fabricava açúcar de excelente qualidade. Tais tarifas impediam a entrada

³⁵⁴ Peter Eisenberg. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 114. Citação de Milet em Evaldo Cabral de Mello, *op. cit.*, p. 165.

³⁵⁵ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, v. 2, pp. 292-293.

³⁵⁶ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, Capítulo 2.

do produto de primeira qualidade nesse mercado. A entrada do açúcar subsidiado europeu na Inglaterra, a preços muito baixos, além de expulsar o açúcar cubano e brasileiro, matou o grupo de refinadores britânico. O exclusivo comercial do Antigo Sistema Colonial fora trocado, no novo cenário capitalista da segunda metade do século XIX, pelo protecionismo alfandegário, com exceção do livre cambismo inglês.³⁵⁷

Antes de sua expulsão quase completa do mercado mundial, no primeiro decênio do século XX, o Brasil exportava basicamente açúcar mascavo. O açúcar purgado foi o primeiro a ser varrido desse comércio pela fabricação moderna, pois a indústria européia só produzia um artigo de primeira qualidade e a grande indústria canavieira fabricava açúcar de melhor qualidade e mais barato. O mercado norte americano para o mascavo era abastecido por Cuba. Esse processo gerou a regressão da manufatura açucareira cubana, pois não era economicamente viável a fabricação de açúcar purgado e os cubanos passaram a exportar basicamente massa cozida. O açúcar branco dos engenhos mecanizados não encontrava compradores, fora do reduzido mercado espanhol.³⁵⁸

Os vários estudos feitos sobre a agromanufatura açucareira desse momento apontaram essa mudança do tipo do açúcar brasileiro exportado. O mascavo compunha 80% do açúcar exportado pela Bahia, na década de 1860, o que gerou o seguinte comentário de Barickman: “Assim, os senhores de engenho baianos, que antes vendiam um produto acabado para o mercado mundial, passaram, na década de 1850, a ser fornecedores de uma matéria-prima barata para uma indústria estrangeira.”³⁵⁹ O mesmo ocorria nas outras Províncias exportadoras.

Os produtores brasileiros tiveram que redirecionar sua produção para o mercado interno, em franco desenvolvimento no Centro-Sul do país, dinamizado pela grande produção cafeeira e pelo desenvolvimento dos centros urbanos. Assim, desfavorecidos

³⁵⁷ Sobre o desenvolvimento das refinarias nos Estados Unidos (especialmente Nova York) e o sistema de taxaço do açúcar branco importado veja Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, v. 2, pp. 255-257.

³⁵⁸ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, v. 1, p. 327.

³⁵⁹ B. j. Barickman. *Um Contraponto Baiano*, p. 79. Sobre a exportação de açúcar mascavo por Pernambuco veja Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p. 50.

na competição mundial, os produtores brasileiros passaram a competir pelo mercado interno, colocando em disputa as regiões açucareiras do país.³⁶⁰

Ora, se o projeto de instalação dos engenhos centrais levado a cabo no Brasil, a partir de 1875, pretendia recuperar mercado externo para o produto brasileiro, como aparece em alguns discursos da época, a experiência cubana já demonstrara que tal política estava condenada ao fracasso. Em primeiro lugar, porque era impossível concorrer com o açúcar subsidiado europeu e seus interesses açucareiros em outras regiões canavieiras. Em segundo, o outro grande mercado, os Estados Unidos, não importava o açúcar de primeira qualidade da grande indústria, mas matéria – prima para sua indústria de refinação.

Quando o Brasil ensaiou a instalação de uma grande indústria açucareira fabricante de açúcar branco, com alta concentração sacarina, o mercado mundial já estava dividido. É verdadeiro também para o Brasil o que escreveu Moreno Fraginals para Cuba, em relação ao mercado mundial nas últimas décadas do século XIX:

“(...) um grupo de sacarocratas crioulos realizou um sério esforço de industrialização. E começou a produzir um açúcar branco de grande qualidade, que **não encontrou mercado**. E mais ainda. Nem sequer o açúcar centrifugado Pol 96°, produzido por esses mesmos engenhos cubanos industrializados, achou mercado nos Estados Unidos. Ou seja, o mercado mundial, configurado e dominado pelos países metropolitanos, estruturado pelos grandes refinadores da Europa e dos Estados Unidos, em função de seus interesses, não deixava a possibilidade de que um país colonial e subdesenvolvido como Cuba, pudesse invadí-lo e controlá-lo com açúcares de qualidade elevada. Em outras palavras, ‘a dourada da livre concorrência’ funcionava para os refinadores europeus e norte-americanos e para os grandes interesses ligados ao açúcar de beterraba: para Cuba, país colonial, não havia livre concorrência, mas um mercado inelástico, cujos mecanismos reguladores estavam nas mãos dos países desenvolvidos, que impunham o tipo de açúcar a ser vendido, o sistema de comercialização, em grande parte, os preços. Já a década de 1860 foi o prelúdio

³⁶⁰ Sobre a reorientação para o mercado interno ver Caio Prado júnior, *op. cit.*, pp. 243-244. Peter Eisenberg, *op. cit.*, pp. 50-53. Eul-soo Pang, *O Engenho Central de Bom Jardim na Economia Baiana (1875-1891)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1979. Gadiel Perruci, *op. cit.*, pp. 109-111. José C. Gnacarini, *op. cit.*, p. 1.

do complexo mundo das bolsas de produtos como instituição de controle da nova fase do capitalismo.”³⁶¹

O Brasil não era mais um país colonial, mas era economicamente figura menor no conjunto das nações independentes, exportador de produtos agrícolas, no momento de expansão do capitalismo industrial na Europa e Estados Unidos. As Províncias açucareiras do Norte, responsáveis pela maior produção de açúcar do País, dependente de mercados externos, tiveram que direcionar sua produção para o mercado interno, como já o fizera os produtores paulistas e fluminenses. A grande indústria que surgiu no último quartel do século XIX foi para abastecer esse mercado.

As palavras de João Ferreira de Araújo Pinho, em carta ao Barão de Jeremoabo, comentando a venda do engenho central de Bom Jardim, em 1891, demonstravam bem a situação pela qual passava a principal indústria da região:

“Vejo de sua carta que venderam a fábrica com grande prejuízo. Console-se com a certeza de que a indústria do açúcar entre nós está condenada, porque não tem mercado. A Europa fechou-nos as portas com o ferrolho de impostos proibitivos, a América do Norte fez de Leão com o seu convênio e ainda em cima atira-nos o sarcasmo de fazer concessões iguais à Espanha; a nossa produção superabunda às exigências do mercado interior e portanto...”³⁶²

A indústria do açúcar não estava condenada, como disse Araujo Pinho, mas iria se transformar nas décadas seguintes, condenando o mundo dos antigos engenhos implantados desde o início da colonização portuguesa. Com a descentralização republicana deu-se o desenvolvimento da usina e a centralização da produção, garantida pelo mercado interno em expansão. O processo foi lento e diferente nos vários Estados da nascente República.

Os produtores brasileiros cuja produção era voltada para o exterior, o complexo açucareiro nortista, perderam esse mercado externo para seu produto, nas duas primeiras

³⁶¹ Manuel Moreno Fraginals, *Op. cit.*, pp. 269-270.

³⁶² Carta de João Ferreira de Araújo Pinho ao Barão de Jeremoabo, em 1891. Citação em Eul-Soo Pang, *O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana*, p. 57, nota 98.

décadas republicanas. A maior parte do açúcar produzido no Brasil, constituída de mascavo, ainda foi remetida para o exterior, na última década do século XIX, graças aos problemas na produção cubana gerada pelas guerras de independência da Ilha. Das 260.000 toneladas produzidas anualmente 200.000 eram exportadas, nesses anos, cerca de um quarto de provinha de Pernambuco, responsável por quase 80% da produção da região. A situação para a colocação da produção brasileira no mercado mundial teria sido pior, nesse final de século, não fosse a quebra da produção dos outros Estados, após o fim da escravidão. A Bahia, por exemplo, que exportou apenas 1.685 toneladas de açúcar em 1889, o fez em média de 8.483 toneladas, entre 1891 e 1910.³⁶³

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR – BRASIL – 1890-1914		
média anual em toneladas		
anos	produção	exportação
1890-1900	260.000	200.000
1901-1914	288.000	50.000

A maior vantagem de Pernambuco se deu, no entanto, no mercado interno, que já absorvia a maior parte de sua produção. Além de se beneficiar da quebra das safras dos Estados do Norte, também contou com o declínio da produção fluminense, atingida pelo fim do trabalho escravo, e pela expansão do mercado paulista. Campos despachou 200.883 sacos de açúcar para o Rio de Janeiro, em 1889, menos da metade do ano anterior. A média remetida nos anos 1890 não atingiu essa quantia, enquanto os Estados do Norte passaram a enviar mais de um milhão de sacos, no mesmo período, quando haviam mandado 179.174, em 1888.³⁶⁴ O mercado interno absorveu e possibilitou o crescimento da produção pernambucana nos anos que se seguiram à abolição, nos quais os pernambucanos fabricaram mais de 170.000 toneladas. No último quinquênio do século, a produção caiu a 134.326 toneladas, das quais eram exportadas 40.840.

A situação tornou-se mais complicada na primeira década do século XX, quando a recuperação da produção cubana completou a expulsão do açúcar brasileiro do

³⁶³ Peter Eisenberg, *Op. cit.*, p. 42. B. J. Barickman. Até a Véspera..., p. 187.

³⁶⁴ Sheila de Castro de Castro Faria. *Op. Cit.*, p. 346.

mercado norte americano. A exportação de açúcar (mascavo de baixa qualidade) girava em torno de 20% da produção nacional, que crescia mesmo com o declínio acelerado das exportações, acirrando a disputa pelo mercado do Centro-Sul. O aumento da produção não se deu em todos os Estados produtores, mas naqueles mais aparelhados para a competição.

Entre 1890 e 1910, a produção açucareira ficou estagnada em Pernambuco e Alagoas e declinou nos outros Estados da região, em relação à última década da escravidão. Dezenas de usinas foram instaladas nesse período, financiadas pelos referidos Estados, mas não levou ao aumento da produção. O que ocorreu foi o início da centralização industrial e da concentração de terras, com as usinas incorporando engenhos bangüês de fogo morto adquirindo suas terras ou transformando seus proprietários em fornecedores.

O processo de instalação da grande indústria açucareira foi bem mais rápido no maior produtor nacional, Pernambuco, cuja política estadual de empréstimo ao setor acelerou a modernização iniciada na década de 1880. Na última década do século foram instaladas 39 usinas, financiadas por empréstimos estaduais que iam de 200 a 800 contos de réis, elevando o número a 49 unidades. A crise dos primeiros anos do século arrefeceu a implantação da grande indústria e tão somente nove foram erguidas, até 1910. Nesse ano, 490 engenhos tinham encerrado suas operações.³⁶⁵

Em Alagoas, onde não havia surgido nenhum engenho central durante o Império, a inauguração da usina Brasileiro iniciou a instalação da grande indústria, em 1890. Outras cinco usinas foram erguidas até 1910.³⁶⁶ A média da produção da década de 1880 foi mantida nas duas seguintes, mesmo com a queda da quantidade exportada, vendendo a maior parte internamente. Na Paraíba, apenas em 1910 veio a ser instalada uma usina, no município de Santa Rita, onde já existia o antigo engenho central São João; no Rio Grande do Norte, quatro usinas foram instaladas na primeira década do século. Ambas tinham participação muito reduzida da produção açucareira nacional e tinham pouco a oferecer ao mercado de outros Estados.³⁶⁷

³⁶⁵ Gileno de Carli. *Aspectos de Economia Açucareira*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1942, pp. 18-19. Manoel Correia de Andrade. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, p. 99. Peter Eisenberg, *op. Cit.*, pp. 124-133.

³⁶⁶ Manuel Diégues Júnior. *Op. Cit.*, pp. 113-114. Moacir Medeiros de Sant'ana. *Contribuição à História do Açúcar em alagoas*. Recife, IAA/Museu do Açúcar, 1970, p. 336.

³⁶⁷ Irene Rodrigues da Silva Fernandes. *Op. Cit.*, pp. 49-52. Manoel Correia de Andrade. *Op. Cit.*, p. 100.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM ALGUNS ESTADOS DO NORTE, 1891-1910				
Açúcar em toneladas. Média anual				
Período	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Paraíba
1891-1895	178.640	42.424	24.728	-
1896-1900	138.600	44.484	26.335	4.638
1901-1905	146.190	42.526	24.304	3.962
1906-1910	146.014	37.994	20.532	2.834

Fonte: Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Reordemamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe 1850-1930*, p. 293.

O pequeno Estado de Sergipe não recuperou sua produção do período escravista durante a Primeira República e no período acima foi reduzida à metade daquela. A exportação de açúcar que ultrapassava as 41.000 toneladas em média, nos anos de 1880, decaiu para 12.051, em 1890. A partir desse momento, os senhores de engenho mais aquinhoados e com apoio do governo estadual encaminharam a centralização industrial com implantação de pequenas usinas e a semimecanização de banguês. O resultado foi que de 1880 a 1917, o número de pequenos engenhos com força motriz animal foi reduzido de 537 para 136, os 24 movidos a água deixaram de existir, enquanto os acionados pela força do vapor subiu de 163 a 193.

O número de 15 usinas, em 1903; 46, em 1907; e 62, em 1910, equivalente ao de Pernambuco, está inflado como mostra a pequena produção sergipana. Na verdade, apenas quatro eram realmente usinas aparelhadas como tal, e o restante eram ‘meias usinas’, como foram chamadas, e bangüês semi ou mecanizados. Devido à pequena escala de seus engenhos, em Sergipe se deu mais rapidamente o processo de centralização industrial da região, mas sem ampliação da produção do Estado. Pelo contrário, durante toda a Primeira República a produção sergipana baseada nas unidades mecanizadas não alcançou o nível da última década do Império.³⁶⁸

³⁶⁸ Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Op. Cit.*, 306-308.

A Bahia se transformou em produtor secundário de açúcar, após a abolição, com pequena participação no abastecimento interno quando a produção voltou-se para esse mercado. A lenta reorganização da produção açucareira do Recôncavo baseada no trabalho livre ocorreu em patamares bem inferiores ao período escravista. Os poucos engenhos centrais inaugurados nos últimos anos do Império foram transformados em usinas e outras pequenas unidades foram construídas, denominadas ‘meios-aparelhos’, somando 21 unidades, em 1902. O número continuou o mesmo nos anos seguintes. Entre 1891 e 1910, o Estado exportou em média 8.483 toneladas de açúcar, 20% da média dos últimos 30 anos de escravidão.³⁶⁹

O Estado da Bahia e os outros menores da região perderam a competição pelo mercado interno para Pernambuco. Entre 1901 e 1907, este vendeu sete vezes mais açúcar do que a Bahia no mercado do Rio de Janeiro.³⁷⁰ Como mais de 70% da produção brasileira, na primeira década do século, passou a ser comercializada internamente formaram-se redes de comercialização envolvendo comissários, grandes atacadistas e comerciantes do Rio de Janeiro e de São Paulo e Companhias de transportes marítimos e ferroviários.

Era fundamental o controle do transporte de cabotagem para o domínio do mercado interno, cujos maiores centros consumidores estavam distantes da principal área de produção. Pernambuco, além de possuir a agroindústria mais equipada com o maior número de usinas e uma rede de ferrovias para o transporte do açúcar, passou a dominar o transporte de cabotagem com a nacionalização do Loide, a partir de 1904. Comissários e usineiros do Estado detinham a maior influência na empresa, através da concessionária M. Buarque & Cia. Tal influência selou a concorrência com o açúcar de Sergipe e Alagoas e os produtores pernambucanos dominaram os mercados do Centro-Sul e do Pará e Amazônia. Nos primeiros anos do século, Alagoas remetia ainda grande parte de seu açúcar bruto para os refinadores dos Estados Unidos.³⁷¹

Os pernambucanos, no entanto, teriam que enfrentar os produtores de São Paulo e Rio de Janeiro que produziam açúcar dentro de seus próprios mercados, beneficiados

³⁶⁹ J. B. Barickman. *Até a Véspera*. P.187. Manuel Correia de Andrade. *Modernização e Pobreza*, p. 96.

³⁷⁰ J. B. Barickman. *Até a Véspera*. P.188.

³⁷¹ José C. Gnaccarini. *Op. Cit.*, pp. 336-338. Para o caso de Sergipe veja Josué Modesto dos Passos Subrinho, *op. Cit.*, pp. 300-301. Nesse Estado a ferrovia só foi implantada na primeira década do século XX. Para a subordinação do comércio da Paraíba à praça do Recife veja Irene Rodrigues da Silva Fernandes. *Op. Cit.*, especialmente capítulo II.

pelos menores custos de transporte. Diferentemente do que ocorreu com os produtores nortistas, em ambos os Estados a produção de açúcar voltou a crescer, na primeira década do século, graças ao processo de modernização que centralizou e expandiu a produção.

A entrada do capital comercial e financeiro na agroindústria açucareira fluminense reorganizou a produção e criou o segundo maior parque usineiro nacional, até a Primeira Grande Guerra. Em 1910, existiam no Estado 31 usinas em pleno funcionamento, a maioria em Campos. Esse município reduziu a quantidade de 252 engenhos a vapor e 120 engenhocas para 124 unidades, sendo 27 usinas, entre 1881 e 1920. No primeiro ano do novo século voltou a remeter para o Distrito Federal a mesma quantidade de açúcar que remetia antes da abolição.³⁷²

Com o crescimento da produção no Centro-Sul e o declínio das exportações nortistas, a produção brasileira excedia em cerca de 50.000 a 60.000 toneladas o consumo interno de açúcar. Os grupos comerciais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro que dominavam o sistema de distribuição do produto aproveitaram para especular com os estoques de açúcar bruto dos bangüês do Norte, derrubando preços e auferindo grandes lucros. Dessa forma, o capital comercial subordinava o capital produtivo e concentrava os maiores lucros da produção açucareira do País.³⁷³

Premidos pela superprodução e queda de preço, os usineiros se organizaram na busca da valorização e sustentação do preço do açúcar e tentaram cartelizar o mercado. Reunidos na Conferência Açucareira do Recife, em 1905, propuseram ao Governo Federal um esquema de financiamento com a finalidade de sustentação dos preços internos. Seria formada a Convenção Açucareira reunindo os Estados produtores do Norte e o Rio de Janeiro, garantindo cotas de exportação e a cartelização do mercado interno. O Governo da União negou o empréstimo que garantia a realização dessa cartelização e valorização do açúcar.³⁷⁴

Nas safras de 1906/07 e 1907/08, usineiros, armazenadores e agentes comerciais de Pernambuco, com auxílio de produtores de Alagoas, Bahia e até do Rio de Janeiro

³⁷² Sheila Siqueira de Castro Faria. *Op. Cit.*, pp. 165 e 346. José C. Gnaccarini. *Op. Cit.*, p. 309. Em 1911, Julio Brandão Sobrinho informou que existiam 32 usinas em Campos, “onze das quaes não são propriamente uzinas, mas apenas engenhos de certa força e grandeza.” A Lavoura da Canna e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense, p. 3.

³⁷³ José C. Gnaccarini. *Op. Cit.*, pp. 334-335.

³⁷⁴ José C. Gnaccarini. *Op. Cit.*, pp. 332-333.

coordenaram uma Coligação para produção de parte de açúcar bruto para exportação e a só enviar açúcar para o Centro-Sul a partir de novembro, sustentando assim preços melhores para seus produtos. Após duas safras, os refinadores do Rio de Janeiro compraram açúcar brutos diretamente nos engenhos de Campos e da Bahia, levando à desestruturação do cartel liderado pelos pernambucanos. Estes não conseguiram recursos, em 1909, para comprar grandes partidas de açúcar e armazená-las para valorizar o preço do mesmo.³⁷⁵

Seis anos após a reunião em Recife, os usineiros se reuniram em mais uma Conferência Açucareira, agora em Campos, em busca de mais um esquema de valorização dos preços do açúcar. Pelo projeto, cobrar-se-ia um imposto de 20% sobre o açúcar vendido internamente para com esses recursos uma cooperativa comprasse açúcar de exportação no mercado e o vendesse no mercado externo, equilibrando assim os preços internamente. O resultado, mais uma vez, foi o fracasso em cartelizar e dominar o mercado, pois as várias regiões produtoras e os diferentes grupos comerciais tinham interesses diversos em relação à produção e distribuição do açúcar. O setor açucareiro não conseguiu organizar uma política de valorização do açúcar da forma como os cafeicultores o fizeram para seu produto, quando o mercado não dava conta de consumir sua superprodução.³⁷⁶

Neste contexto turbulento de perda do mercado externo, fim do trabalho escravo, disputa pelo mercado interno e especulação mercantil com os estoques da produção açucareira nacional que analisaremos o processo de modernização do setor açucareiro paulista, nos itens seguintes.

³⁷⁵ Peter Eisenberg. *Op. Cit.*, pp. 52-53.

³⁷⁶ Julio Brandão Sobrinho. *Memorial Sobre a 4ª Conferência Assucareira Realizada em Campos, Estado do Rio de Janeiro, em 1911*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. José C. Gnaccarini. *Op. Cit.*, p. 339.

CAPÍTULO 6 - ORIGENS DO CAPITAL E TRAJETÓRIAS DAS COMPANHIAS AÇUCAREIRAS PAULISTAS.

No último quartel do século XIX e primeiro decênio do século XX, foi implantado um conjunto de dez unidades fabris de processamento e produção de derivados de cana – açúcar, aguardente e álcool - em São Paulo, conhecidos como engenhos centrais. Cinco delas antes do término da escravidão, em 1888, sendo quatro na tradicional região açucareira nos vales dos rios Tietê, Piracicaba e Capivari e outra no vale do rio Paraíba, região dominada pela produção cafeeira, no município de Lorena. As outras seis foram instaladas nas novas regiões abertas pelas ferrovias para a expansão do café, no planalto paulista, de Araraquara a Franca. Essas unidades criaram, nesse momento, um novo padrão de organização produtiva no campo e na fábrica, expandido e transformado posteriormente.

Em São Paulo, como também no Rio de Janeiro e Minas Gerais, a agromanufatura canavieira não sofria dos mesmos problemas existentes nas Províncias do Norte, como a perda dos mercados externos, pois a sua produção, bem menor que àquela, já não era exportada, mas consumida no mercado regional. Nem da mesma carência de capital para investir no processo de modernização. Mas a crise e superação do trabalho escravo atingiam todas as regiões. Mesmo assim, alguns homens de negócio, muitos dos quais envolvidos na produção de açúcar e de café viram na política imperial de engenhos centrais uma oportunidade de novos investimentos na produção de açúcar para esse mercado.

Com o surgimento dos engenhos centrais na Província de São Paulo, no mesmo momento em que são implantados nas principais regiões açucareiras do Brasil, a produção de açúcar paulista ganhou nova força e voltou a se expandir, até se transformar no maior complexo açucareiro do país. O surgimento dessa grande indústria do açúcar gerou novo interesse no estudo do tema em São Paulo, mas ainda muito restrito. Os estudiosos buscam compreender as origens da agroindústria paulista, isto é, do sistema usineiro.

Os quatro primeiros engenhos centrais paulistas surgiram vinculados à política imperial de modernização do setor, a partir de 1875. A primeira concessão de garantia de juros para estabelecimento de um engenho central na Província de São Paulo foi feita

a Joaquim Carlos Travassos e Bernardo Avelino Gavião Peixoto, sobre o capital de 600 contos, a ser levantado pela Companhia que aqueles organizassem, para a construção do estabelecimento no município de Capivari.³⁷⁷ A Companhia Açucareira de Capivari teve seus estatutos aprovados e foi autorizada a funcionar em setembro de 1876 e, um ano depois, teve o prazo para aprovação de planos e orçamentos prorrogado.³⁷⁸

A empresa não foi incorporada nem o engenho construído e a concessão foi declarada caduca, em maio de 1881. Os mesmos senhores receberam concessão para incorporar Companhia e construir engenho central no município vizinho de Porto Feliz, no mesmo ano de 1876.

Diferentemente da anterior, essa concessão vingou, pois seus concessionários tiveram êxito na incorporação de uma Companhia para implantar o primeiro engenho central da Província. A “Companhia Assucareira de Porto Feliz” foi incorporada em 1876 e a primeira reunião de seus acionistas ocorreu na casa do Major José Manoel de Arruda Alvim, em 16 de agosto. Nessa debateu-se e aprovaram-se os Estatutos, constituindo-se a diretoria provisória, composta pelos senhores Luis Antonio de Carvalho, Desembargador Gavião Peixoto, Joaquim Carlos Travassos, José Manoel de Arruda Alvim e Antonio de Paula Leite.³⁷⁹ Os estatutos foram aprovados pelo decreto 6.355, de 11 de outubro do mesmo ano, pelo qual o Governo Imperial concedia garantia de juros de 7% ao ano sobre o capital de 300 contos de réis.

O município de Porto Feliz foi um dos principais produtores de açúcar para exportação, na primeira metade do século XIX, mas a partir da década de 1860 seus lavradores se dedicaram com maior afinco à lavoura de algodão, apresentando apenas 11 fazendas de cana, em 1873. Os preços do algodão caíram na década de 1870 e a lavoura do município entrou em crise, piorada com o aumento do preço do escravo, cada vez mais caro no tráfico interno. Os portofelicenses recorreram à implantação de um engenho central e à produção de cana.

A instalação do engenho central de Porto Feliz aparecia como a salvação da lavoura do município, pois a mesma enfrentava grave crise. A lavoura do algodão, em pouco tempo, deixou de ser promissora e agora os lavadores necessitavam fazer a

³⁷⁷ Decreto 6.191 de 03 de maio de 1876. LIB.

³⁷⁸ Decreto 6.317 de 20 de setembro de 1876 e decreto 6.358 de 13 de abril de 1877. LIB.

³⁷⁹ Imprensa Ytuana de 27 de agosto de 1876. MRCl.

conversão para outra cultura, no caso, retornar à cana de açúcar. A primeira experiência de instalação de uma grande indústria do açúcar, em São Paulo, não ocorreu, portanto, nos principais municípios açucareiros, nem em um município em expansão agrícola com a implantação de cafezais.

A construção e implantação de um engenho central requeriam grande investimento de capital na construção dos edifícios, na importação da moderna maquinaria, na construção de estradas de ferro agrícolas e importação do material rodante. Esse montante de recursos necessários ao investimento estava fora do alcance dos proprietários isoladamente, pelo menos nesse momento. A solução era a organização de sociedades por ações, o que possibilitaria o levantamento do capital. A elite paulista, formada por fazendeiros, comerciantes e alguns banqueiros, já desenvolvera a experiência na incorporação de empresas por ações para a construção das estradas de ferro, a partir do final da década de 1860.

Assim foi organizada a ‘Companhia Assucareira de Porto Feliz’, incorporada em 1876, sob a liderança do Desembargador Bernardo Gavião Peixoto, Joaquim Travassos, Barão de Três Rios e Antônio de Paula Leite de Barros. O capital social de 300 contos foi dividido em 1.500 ações de 200\$000. No total, no entanto, 94 acionistas subscreveram 875 ações. A empresa foi formada por homens que acumularam capital nas lavouras escravistas de açúcar, café e algodão de Porto Feliz e outros municípios do Oeste Paulista, e que no momento diversificavam seus investimentos, aplicando na construção do engenho central. Alguns já residiam na Capital, mantendo as fazendas no interior.

Seus maiores acionistas eram os seguintes senhores: Bernardo Avelino Gavião Peixoto (capitalista, proprietário de Casa bancária na capital, empresário e produtor de café e açúcar em Porto Feliz e Capivari, residente em São Paulo, 50 ações); Barão de Três Rios (capitalista e fazendeiro, residente em Campinas, e depois na Capital, 50 ações); Antonio de Paula Leite de Barros (fazendeiro de cana em Porto Feliz, residente em São Paulo, 50 ações); Joaquim Antonio da Silva Camargo (fazendeiro de Cana de Porto Feliz, 25 ações); Luiz Teixeira da Fonseca e Patrocínio Teixeira da Fonseca (fazendeiros de algodão de Porto Feliz, 25 e 20 ações, respectivamente); Salvador Corrêa de Moraes (fazendeiro de cana de Porto Feliz, 25 ações); Antonio Manoel de Arruda Abreu (fazendeiro de cana de Porto Feliz, 25 ações); Dr. Joaquim Carlos Travassos (médico e capitalista, residente no Rio de Janeiro, 25 ações); Frederico Brand

(engenheiro topógrafo alemão, 25 ações); Francisco Antonio da Fonseca (fazendeiro de cana de Porto Feliz, 25 ações); Baronesa de Limeira (capitalista e fazendeira, residente em São Paulo, 20 ações); Barão de Souza Queirós (capitalista, empresário, fazendeiro de café, algodão e cana, residente em São Paulo, 20 ações); Barão de Porto Feliz (capitalista e fazendeiro de café, residente em Rio Claro, 20 ações).³⁸⁰

A lista nos apresenta a diversidade das atividades econômicas das pessoas envolvidas nessa primeira grande indústria açucareira paulista, indivíduos de negócios que investiam seus capitais em várias atividades econômicas, entre as quais o engenho central. Os maiores acionistas tinham capitais aplicados em ferrovias, fundadas a partir do final dos anos 1860, como são os casos do Barão de Três Rios, do Barão de Souza Queirós e Bernardo Gavião Peixoto. Participaram do empreendimento, da mesma forma, pequenos lavradores e comerciantes, proprietários de poucas ações.

Dos 94 acionistas, 15 possuíam apenas 1 ação; 7, duas; 32, cinco; 1, seis; 22, dez; 2, quinze; 4, vinte; 8, 25 e os três maiores, 50 ações. Delphino Antonio de Carvalho, possuidor de 25 ações, era lavrador de café e algodão em Capivari, da mesma forma que Manoel Bernardino de Almeida Lima, 10 ações, produtor de café e açúcar. Dez pequenos acionistas da Companhia, detentores de 1 a 10 ações, foram relacionados como lavradores de algodão, em 1873. Desta forma, os organizadores da Companhia conseguiram mobilizar parte dos produtores agrícolas de Porto Feliz e dos municípios vizinhos, além de um grupo da elite paulista, residente na capital, proprietários de fazendas produtoras de café e açúcar, ligados às Companhias ferroviárias e industriais.³⁸¹ (veja anexo 1)

Como relataram os vereadores da Câmara do município, apontando a tentativa de soerguimento da lavoura local, quatro meses antes da inauguração da fábrica, “O Engenho Central não é uma empresa de alguns, é o esforço ingente de um Município inteiro, que tem feito muito mais do que se poderia exigir d’elle.”³⁸²

³⁸⁰ Accionistas da Companhia Assucareira de Porto Feliz. Estatutos da Companhia Assucareira de Porto Feliz. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger & Filhos, 1877. Jonas Soares de Souza, *Op. cit.*, XXIV. Sílvio Carlos Bray, *Op. cit.*, p. 70.

³⁸¹ Accionistas da Companhia Assucareira de Porto Feliz. Estatutos da Companhia Assucareira de Porto Feliz. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger & Filhos, 1877. Sílvio Carlos Bray, *Op. cit.*, p. 49. Almanak da Província de São Paulo para o ano de 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado. 1985

³⁸² Ofício da Câmara Municipal de Porto Feliz de 25.06.1878. AESP, Ofícios Diversos, cx 387, ordem 1182.

Constituída a Companhia, seus diretores provisórios Dr. José Manoel de Arruda Alvim, Luis Antonio de Carvalho e Antonio de Paulo Leite de Barros, passaram procuração para que o Dr. Cesário Nasiaseno de Azevedo Motta Magalhães Junior assinasse contrato de fornecimento do maquinário com a Brissoneau Frères, de Nantes, em agosto de 1876. Quatro meses depois, compraram parte da chácara, as margens do rio Tietê, para a construção do empreendimento.³⁸³ No ano seguinte, construíram o edifício do engenho e iniciaram a instalação da maquinaria.

A Companhia, no entanto, não conseguiu levantar todo o capital necessário através da emissão de ações, realizando apenas 192:400\$000, o que gerou atraso na conclusão da fábrica para a safra de 1878, pois a Companhia francesa não remeteu o as máquinas que faltavam, por falta de pagamento. Em primeiro de março de 1878, a diretoria conseguiu levantar empréstimo junto aos acionistas no valor de 60 contos, a 12% ao ano, remetendo 50 contos para a Brissoneau fornecer o restante do maquinismo. Houve desentendimentos entre os incorporadores e o Dr. Travassos abandonou a Companhia sem cumprir a cláusula 3 contratada com o Governo, o que levou à perda dos direitos de isenção de importação, tendo a empresa que arcar com os gastos da liberação na alfândega. A situação difícil levou o gerente, Dr. Alvim, a abrir mão dos salários, nesse momento de instalação.³⁸⁴

Foram necessários outros empréstimos para completar a implantação do engenho central, cuja instalação completa custou cerca de 460 contos, sendo 198 com o maquinário importado da Brissoneau Frère de Nantes, à qual a Companhia devia cerca de 60 contos e tinha seu engenho hipotecado.³⁸⁵ Atrasada e endividada, a Companhia inaugurou o primeiro engenho central paulista em outubro de 1878. Restavam, ainda,

³⁸³ Procuração bastante que fazem o Dr. José Manoel de Arruda Alvim, Luis Antonio de Carvalho, Antonio de Paula Leite de Barros, na qualidade de Directores provisórios do Engenho Central desta cidade, ao Dr. Cesário Nasiaseno de Azevedo Motta Magalhães Junior. 20/08/1876. Livros de Notas do 1º Ofício, N. 30. MRCl. Escripura de venda de parte de uma chácara que fazem Manoel Augusto das Chagas e sua mulher a Companhia Assucareira desta cidade de Porto Feliz, pela quantia de 1:800\$000. 02/12/1876. Livros de Notas do 1º Ofício, N. 30. MRCl.

³⁸⁴ Relatório sobre as causas que determinaram a liquidação forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz, fls 42-43. In: Autos de Petição para a liquidação forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz em que são impetrantes os o Conselheiro B. A. Gavião Peixoto e o Engenheiro Dr. André Paturau. Juízo do Commercio da Cidade de Porto Feliz, 1886. MRCl, Pasta 146.

³⁸⁵ Escripura de hipoteca que faz a Companhia Assucareira d'esta cidade de porto Feliz com os Fornecedores Brissoneau Frères, no valor de 60:000\$000. 13/05/1877. Livros de Notas do 1º Ofício, N. 30. MRCl.

538 ações a serem realizadas.³⁸⁶ No ano seguinte, o mesmo diretor apontou a realização de 200 contos de réis e uma dívida de 220 contos.³⁸⁷

Vê-se, dessa forma, que foi tímido o investimento de capital nessa primeira empresa açucareira modernizadora. Muitos acionistas, mas pouco investimento. A análise do grupo incorporador mostrou que mesmo os homens ricos envolvidos no empreendimento não investiram mais do que 10 contos de réis, em 50 ações. Seria a desconfianças de investir soma maior de capital na empreitada desconhecida? Provavelmente. O resultado é que a empresa teria que completar seu capital social com os rendimentos auferidos de sua atividade, de sua própria produção, além, claro, de ter que pagar os juros do empréstimo.

O material fluvial da empresa, para o transporte de cana e lenha no rio Tietê, era insuficiente para transportar matéria prima para uma safra completa, ainda. Para esse serviço existia um vapor de 12 cavalos de força e seis lanchas com capacidade máxima para carregar 500 arrobas de cana.³⁸⁸

As dívidas da Companhia, no entanto, estavam acima de sua capacidade de pagamento, deixando-a em verdadeiro estado de insolvência, em 1880. Aquelas foram resgatadas, nesse ano, com o produto do lançamento de 300 contos de réis em debêntures de 100\$000 cada, pagando juros de 8 ½% ao ano. A operação foi feita na praça do Rio de Janeiro com o Comendador José Antonio Moreira Filho, que exigiu o fim das pendengas judiciais com a Brissoneau Frères e com o gerente André Paturau, ao qual a mesma devia uma gratificação de 10 contos. Com a emissão entraram nos cofres da Companhia de Porto Feliz 260:318\$000, usados para pagamento e consolidação das primeiras dívidas de instalação. Agora, restava à Companhia organizar a produção para pagar os juros e resgatar as debêntures, para que tinha prazo de 13 anos, para incorporar

³⁸⁶ Ofício do Director Gerente da Companhia Assucareira de Porto Feliz, José Manoel de Arruda Alvim, 13-12-1878. Ofícios diversos. Cx.386, Ordem 1181. Jonas Soares de Souza. O Engenho Central de Porto Feliz: uma empresa pioneira em São Paulo. São Paulo, USP/Museu Paulista, 1978, pp. XXIV-XXV.

³⁸⁷ Ofício do Director Gerente da Companhia Assucareira de Porto Feliz, José Manoel de Arruda Alvim, 25-09-1879. AESP, Engenhos Centrais, cx. 1, ordem 5674.

³⁸⁸ Ofício do Director Gerente da Companhia Assucareira de Porto Feliz, José Manoel de Arruda Alvim, 25-09-1879. AESP, Engenhos Centrais, cx. 1, ordem 5674.. Sinimbu, Secretário de Agricultura do Império, em começo de 1879 relatou o seguinte: “A fábrica está montada para produzir diariamente 7.500 kilos de assucar e tem recebido desde a sua inauguração 617.493 kilos de canna. Tem para o seu transporte um vaporzinho e 6 chalanas; precisa ter ao menos 14 chalanas. O futuro do Engenho Central de Porto Feliz depende de produção, e esta da navegação do rio Tietê.” (Relatório do Ministro da Agricultura, Sinimbu, 1879).

os bens da empresa ao patrimônio dos acionistas.³⁸⁹ O Governo Imperial, neste mesmo ano, ampliou o capital garantido para 400 contos de réis.³⁹⁰

Enquanto em Porto Feliz se preparava para a moagem da terceira safra, em 1881, após a organização das finanças da empresa, três concessões foram conferidas para a Província, em maio desse ano, sendo duas para serem construídas fábricas nos municípios vizinhos de Piracicaba e Capivari e a outra em Lorena, no Vale do Paraíba.

Em 7 de maio de 1881, Estevão Ribeiro de Souza Rezende, Antonio Corrêa Pacheco e Joaquim Eugenio do Amaral Pinto, receberam concessão de garantia de juros de 7% sobre o capital de 400 contos de réis para organização de uma Companhia com fins de estabelecer um engenho central no município, destinado ao fabrico de açúcar de cana. Dois meses depois, o capital garantido foi elevado a 500 contos de réis.³⁹¹ Em 21 de maio, foi concedida garantia de juros de 7% sobre capital de 500 contos a Antonio Moreira de castro Lima, Joaquim José Moreira Lima, Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo, para o estabelecimento do engenho central em sua cidade de Lorena.³⁹² E, finalmente, sete dias depois, foi concedida a mesma garantia à Companhia que Henry Raffard organizasse para o estabelecimento de um engenho central na cidade de São João do Capivary.³⁹³

Os piracicabanos rapidamente constituíram a Companhia de Engenho Central de Piracicaba, incorporada por esses senhores, que mobilizaram fazendeiros, comerciantes e homens de negócios locais e de cidades como Itu, Indaiatuba e São Paulo, para o levantamento do capital. Teve seus Estatutos aprovados em dezembro desse mesmo ano. O capital social era de 500 contos de réis, divididos em 1.000 ações de 500\$000 cada, 300\$000 mais caras do que as da Companhia Açucareira de Porto Feliz.

Os concessionários e fundadores da Companhia, Estevão Ribeiro Rezende e Antonio Corrêa Pacheco eram fazendeiros no município, ambos relacionados entre os

³⁸⁹ Relatório sobre as causas que determinaram a liquidação forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz, fls 44-46. In Autos Cíveis de Petição para liquidação forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz. Juízo do Commercio do Termo de Porto Feliz. 1886. MRCl.

³⁹⁰ Decreto 7917 de 23 de dezembro de 1880. LIB.

³⁹¹ Decreto 8.089 de 07/05/1881. Decreto 8.157 de 01/07/1881. LIB. Em dezembro de 1880, o correspondente piracicabano da Imprensa Ytuana informou que o engenheiro André Patureau esteve em Piracicaba, mostrando os números favoráveis do engenho central de Porto Feliz. Edição de 5 de dezembro de 1880.

³⁹² Decreto 8.098 de 21 de maio de 1881. LIB.

³⁹³ Decreto 8.123 de 28 de maio de 1881. LIB.

produtores de café e açúcar, em 1873. O primeiro fora eleito Presidente do Clube da Lavoura do município, no ano anterior. Joaquim Eugenio do Amaral Pinto era comerciante na cidade. Vários outros acionistas cultivavam café, como é o caso de Manuel de Moraes Barros, e alguns também fabricavam açúcar, como João Tobias de Aguiar e Castro e o próprio Souza Rezende. Este casou com a filha do Marquês de Valença, grande produtor de açúcar em Piracicaba, até sua morte, em 1856, e cunhado, portanto, do Barão de Valença, residente e capitalista na Corte, também acionista da Companhia. Ela e seus filhos também compunham o quadro dos acionistas.³⁹⁴

A família Rezende estava envolvida na produção açucareira deste município desde a década de 1850. A casa do Marquês de Rezende produziu 2.000 arrobas de açúcar, em 1860. O mesmo ocorria à família Valença. Os filhos do Barão de Serra Negra, produtor de açúcar e maior cafeicultor do município, na década da criação da Companhia, Júlio e João Conceição, eram acionistas da mesma. João Batista Conceição assumiu a direção da empresa, após o Barão de Rezende, em 1884. Também investiram em ações da Companhia o fazendeiro e capitalista Barão de Itaim, de Itu, e o Barão de Souza Queirós.

No ano seguinte à concessão, a Companhia construiu o estabelecimento, nas terras do fazendeiro Estevão Ribeiro de Souza Rezende, diretor da mesma, às margens do Rio Piracicaba, e assentou todo o maquinismo, comprado à *Brissonneau Frères*, de Nantes, que havia fornecido todo material para o engenho central de Porto Feliz. O conjunto foi testado no final desse mesmo ano.

Os gastos com a instalação do engenho central excederam o capital social de 500 contos da Companhia, que não foi integralizado em sua totalidade. Em novembro de 1882, o capital incorporado era de 338:400\$000, o que levou a diretoria a recorrer a empréstimos no mercado, pois a dívida já alcançava 178:850\$000.³⁹⁵ Em janeiro do ano seguinte, o Gerente Souza Rezende convidou os acionistas para realizarem mais 10% de suas ações. Os recursos ainda eram insuficientes para a conclusão da ferrovia e para custear a safra, como informava seu gerente, no ano da inauguração:

³⁹⁴ Almanak da Província de São Paulo para o ano de 1873.

³⁹⁵ Relatório da Companhia Engenho Central de Piracicaba apresentado à Assembleia Geral dos acionistas em 14 de novembro de 1882. *Gazeta de Piracicaba*, 22/12/1882. BMP.

“Falta concluir a linha férrea, não tendo podido a Companhia entrar em maiores despesas por ter já em muito excedido o seu capital social e não tendo podido ainda contrahir o empréstimo preciso de 250:000\$000 por ter o Governo, ou antes o Emo. Ministro da Agricultura negado o seu apoio moral para a realização de tal operação.”³⁹⁶

O Barão de Rezende pretendia que o transporte das canas fosse feita por empresa formada para esse fim, como informou aos acionistas, mas o contrato de concessão de juros obrigou a construção da via férrea de 15 km, que

“sobrecarregou a Empreza do Engenho Central com forte ônus, que necessariamente pezaria de modo sensível sobre seus rendimentos si não tivéssemos a fortuna de encontrar o movimento de carga existentes na estação referida. Si a linha férrea só si prestasse á conducção de cannas, seria certo o déficit nas contas do trafego (...)”³⁹⁷

Refere-se à estação do Canal do Torto da Companhia de navegação. Solicitou autorização para empréstimo de 50 contos para ocorrer aos novos gastos.

Em Piracicaba houve maior aporte de capital individual e coletivamente, por parte dos acionistas, mas a dimensão da empresa era bem maior do que a de Porto Feliz, o que levou ao levantamento de empréstimo para fazer frente aos gastos. Em maio de 1883, os gastos com a implantação dessa fábrica alcançou 623:556\$974, sendo 345:488\$570 com as máquinas importadas e seu transporte e mais de 43 contos de pagamento de empréstimo, como mostra o quadro abaixo.

A Assembléia dos acionistas, realizada após a safra de 1884, deliberou “autorizar a Diretoria a emitir debêntures até Rs 250:000\$000, ou contrahir empréstimos para satisfazer os compromissos da empreza.”³⁹⁸ A Companhia conseguiu levantar o empréstimo pretendido de 250 contos, em condições razoáveis, nas palavras do Presidente da Província, através de lançamento de debêntures.

³⁹⁶ Ofício do Gerente da Companhia Engenho Central de Piracicaba, Estevão Ribeiro de Souza Rezende. Novembro de 1883. AESP, Ofícios Diversos de Piracicaba, cx 378, ordem 1173.

³⁹⁷ Gazeta de Piracicaba. 24/12/1883. BMP.

³⁹⁸ Gazeta de Piracicaba, 21/12/1884. BMP

GASTOS DA IMPLANTAÇÃO DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA	
Pagamento à Brissoneau Frères & Companhia	275:171\$680
Transportes	70:316\$890
	345:488\$570
Pessoal	
Ordenados mensais	21:250\$000
Carpinteiros	14:731\$290
Pedreiros e serventes	25:753\$875
Movimentos de terra, carroças, pedreiras, assentamentos de máquinas	43:584\$590
Total pessoal	105:319\$755
Materiais	
Madeiras	17:762\$940
Tijolos	18:174\$900
Cal	9:862\$050
Cimento	3:869\$000
Telhas	2:715\$250
Diversos	7:450\$997
Total materiais	59:835\$087
Pagamento de empréstimo	43:367\$600
Via férrea	32:138\$736
Movéis	321\$700
Comissões, juros etc	4:567\$700
Administração	15:525\$000
Canas	8:804\$428
Diversos	8:188\$546
	112:913\$710
Total	623:556\$974
Receita	640:000\$000

Fonte: Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 1ª sessão da 25ª Legislatura, em 16 de janeiro de 1884, pelo Presidente Barão de Guarajá. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1884, pp. 57-58.

Em 1884, durante a segunda safra desse engenho, a garantia de juros do Governo Imperial foi declarada caduca pelo não cumprimento das cláusulas 7ª e 30ª.³⁹⁹ Sem pagamento de juros a safra proporcionou lucro de quase 31 contos de réis.

O capital social da Companhia foi elevado para 1.200 contos de réis, “afim de que ficasse representado o justo valor dos bens da empresa e houvesse meios para construções necessárias e conclusão de serviços iniciados.”⁴⁰⁰ Ficaram 3.500 ações de 200\$000 por serem emitidas.

A Companhia Engenho Central de Lorena nasceu do investimento da família mais rica da localidade, através da concessão imperial de 21 de maio de 1881, decreto 8.098, que tinha prazo de 20 anos. Seus concessionários foram os irmãos Antônio Moreira de Castro Lima e Joaquim José Moreira Lima, e seus sobrinhos Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo. O pai dos dois primeiros e avô dos segundos, Joaquim José Moreira Lima, grande fazendeiro, comerciante e capitalista da cidade, legou uma fortuna de mais de 4.000 contos de réis para esposa e oito filhos, em 1879. Parte dessa herança foi investida na modernização do setor canavieiro, na construção do engenho central da cidade.

O decreto concedia garantia de juros de 7% ao ano sobre o capital levantado de 500 contos, à Companhia que estes organizassem, para o estabelecimento de um engenho central.⁴⁰¹ Os concessionários assinaram contrato com o Governo Imperial em 16 de Julho de 1881. Nos termos do contrato, a Companhia deveria ser organizada no prazo de 18 meses (art. 6º), tendo o mesmo prazo para submeter seus estatutos à aprovação do Governo. Além da garantia de juros de 7% ao ano, o Governo Imperial concedia os seguintes favores à Companhia: 1º - Isenção de direitos de importação sobre as máquinas, instrumentos, trilhos e mais objetos destinados ao serviço da fábrica; 2º - Preferência para aquisição dos terrenos devolutos existentes no Município, efetuando-se pelos preços mínimos da Lei n. 601, de 18 de Setembro de 1850, se a Companhia distribuí-los por imigrantes que importar e estabelecer, não podendo, porem

³⁹⁹ Decreto 9.253 de 02 de agosto de 1884.

⁴⁰⁰ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província João Alfredo Corrêa de Oliveira, em 15 de fevereiro de 1886. AESP, rolo 29, p. 80.

⁴⁰¹ DECRETO 8.098 de 21/05/1881; LIB.

vendê-los a estes, devidamente medidos e demarcados, por preço excedente ao que for autorizado pelo Governo.⁴⁰²

Incorporada em 25 de Fevereiro 1883, a Companhia Engenho Central de Lorena tinha como seus maiores acionistas membros das famílias Castro Lima, Azevedo e Braga, todos ligados por laços familiares, que ainda mobilizaram comerciantes e banqueiros do Rio de Janeiro. O capital de 500 contos, dividido em 2.500 ações, foi levantado entre 42 acionistas, entre os quais existiam seis pessoas jurídicas, que juntas possuíam 170 ações. Entre essas está o sétimo acionista Rocha, Brochado & Companhia, com 60 ações. Essa Companhia era a Casa Bancária na qual estava depositada, no Rio de Janeiro, a fortuna líquida de mais de 3.000 contos de Joaquim José Moreira Lima.⁴⁰³ Cornelio & Companhia (20 ações) era uma casa comissária de café do Rio, na qual outro grande capitalista local, o Padre Joaquim Ferreira da Cunha, possuía crédito de 84 contos de réis.⁴⁰⁴ Souza Breves & Josué (20 ações), era casa comercial.

Os seis maiores acionistas, Joaquim José Moreira Lima (542 ações), Antonio Moreira de Castro Lima (475 ações), Arlindo Braga, sobrinho e genro deste, (280 ações), Francisco de Paula Vicente de Azevedo (244 ações) e sua mãe D. Angelina Moreira de Azevedo, irmã dos dois primeiros (100 ações), e Antonio Rodrigues de Azevedo Ferreira (208 ações), primo e cunhado dos Castro Lima, concentravam, em 1885, 1.849 ações, 73,96% das 2.500 existentes. Somados aos outros seis maiores acionistas, aqueles que possuíam 40 ações ou mais, concentravam 85,8% do total. Esses dados mostram que havia uma grande concentração do capital nesta experiência empresarial no Vale do Paraíba, diferentemente da de Porto Feliz e Piracicaba.⁴⁰⁵ (veja anexo 2).

Antonio Moreira de Castro Lima, nascido em 1828, foi fazendeiro, banqueiro e industrial. Sócio e incorporador da Casa Bancária Castro Lima & Cia. e da Sociedade

⁴⁰² Contrato entre o Governo Imperial e Antonio Moreira de Castro Lima, Joaquim José Moreira Lima, Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo para o estabelecimento de um engenho central no Município de Lorena, Província de S. Paulo, A.N., fundo GIFL, caixa 4B 14, livro 2, folhas 133-137, art. 7.

⁴⁰³ Ver relação de bens do espólio de Joaquim José Moreira Lima em Alves Motta Sobrinho. *A civilização do café*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1978, pp. 170-175.

⁴⁰⁴ Renato Leite Marcondes: *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. São Paulo, FEA-USP, 1998. (Tese de Doutorado), p. 193.

⁴⁰⁵ Relatório da Companhia Engenho Central de Lorena de 15 de janeiro de 1886, Anexo 8, APL.

Bancária Lorenense. Grande senhor de terras, possuiu fazendas de café em cinco municípios. Foi também sócio fundador da Estrada de Ferro São Paulo – Rio de Janeiro. Castro Lima liderou o partido liberal no chamado então Norte da Província e exerceu a Vice-Presidente da Província, em junho de 1889, assumindo a Presidência pouco antes da queda do Império.⁴⁰⁶

Seu oitavo irmão, Joaquim José Moreira Lima Junior, recebeu o nome do pai e com este trabalhou, em sua casa comercial, até o falecimento do mesmo em 1879. Herdou grande soma da fortuna de seu pai, pois sua mãe lhe doou a terça, no valor de 803 contos de réis.⁴⁰⁷ Já exercia, junto ao pai, atividade de crédito, o que o levou a ser o maior senhor de terras do Vale, no final do século XIX. Casou-se, em 1879, com sua sobrinha Risoleta, primeira filha do seu irmão mais velho, Antonio Moreira.⁴⁰⁸

Angelina Moreira, irmã de ambos citados acima, era sexto maior acionista. De seu casamento com José Vicente de Azevedo teve D. Angelina quatro filhos: José Vicente, Francisco Vicente, Pedro Vicente (faleceu jovem) e Maria Vicentina. Com o assassinato do marido, essa tocou a fazenda e por várias décadas produziu café e cana.⁴⁰⁹ Seu filho primogênito, Francisco de Paula Vicente de Azevedo, dedicou-se ao comércio e possuiu fazendas em vários municípios do Vale do Paraíba. Dedicou-se também à política, nas fileiras do partido conservador. Foi eleito vereador e presidiu a Câmara na década de 80.

Antonio Rodrigues de Azevedo Ferreira, fazendeiro do município, casou-se com sua prima Eulália, irmã de D. Angelina Moreira, em 1867. Era filho de grande capitalista, o Comandante da Guarda Nacional João José Rodrigues, exerceu mandato de deputado provincial de 1870 a 1878 e presidiu a Câmara Municipal de Lorena no quadriênio de 1873-76. Transformou-se no líder máximo do partido conservador no Vale, na última década do Império.⁴¹⁰

Já Arlindo Braga era filho da irmã mais velha dos Moreira Lima, Ana Leopoldina, que se casou com o negociante português Joaquim José Antunes Braga, em

⁴⁰⁶ Antonio da Gama Rodrigues, *O Conde de Moreira Lima*, São Paulo, Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro, 1942, p. 107. Alves Motta Sobrinho, *Op. Cit.*, p. 68. José Luiz Pasin, *Os Barões do café: Titulares do Império no Vale do Paraíba Paulista*, Aparecida-SP, Vale Livros, 2001, pp. 65-66.

⁴⁰⁷ Escritura de doação inter vivos, de toda sua terça, que faz dona Carlota Leopoldina de Castro, a seu filho Major Joaquim José Moreira Lima. Lorena, 1º Ofício, 21.06.1879, Arquivo Público de Lorena.

⁴⁰⁸ Faustino César, *Op. Cit.*, pp. 115-118. Antonio da Gama Rodrigues, *Op. Cit.* Alves Motta Sobrinho, *Op.cit.*, pp. 83-88. José Luiz Pasin, *Op. Cit.*, pp. 70-78.

⁴⁰⁹ Faustino César, *Op. Cit.*, 127-130. Aroldo de Azevedo, *Arnolfo de Azevedo: o fazendeiro*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1968, p. 71.

⁴¹⁰ Faustino César. *Op. Cit.*, pp. 100-101. Aroldo de Azevedo, *Op. Cit.*, p. 321.

1848. Matrimônio frutífero em filhos, pois foram 14 no total, dos quais cinco faleceram na infância. Arlindo Braga, sétimo filho, casou-se com a filha do seu tio e Comendador Antonio Moreira de Castro Lima.⁴¹¹ Os dois jovens acionistas da família, Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo foram eleitos, para um mandato de três anos, os primeiros diretores da Companhia, responsáveis então pela construção e montagem do engenho central.

Tudo acertado com o Governo, as obras de construção do engenho central começaram em Setembro de 1883, tendo a Companhia o prazo de 12 meses para sua conclusão. A compra e montagem da moderna maquinaria também foram contratadas à Companhia francesa Brissonneau Frère, de Nantes, como as duas anteriores, sob os auspícios do mesmo André Paturau.

Os custos com a instalação do engenho central superaram os 500 contos levantados inicialmente, sendo despendido o total de 606:134\$361 distribuídos da seguinte maneira. Tornou-se normal, dessa forma, os custos de implantação dos engenhos centrais superarem a quantia de capital levantado sob contrato com o Governo.

CUSTO DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DO ENGENHO CENTRAL DE LORENA	
Edifícios, máquinas e acessórios	478:442\$292
Linhas férreas e material rodante	66:964\$367
Material flutuante da linha fluvial	21:915\$419
Terrenos adquiridos	14:913\$400
Móveis e utensílios	3:799\$030
Despesas de instalação	20:099\$853
Total	606:134\$361

Fonte: Relatório da Companhia Engenho Central de Lorena de 15 de janeiro de 1886, anexo 2, APL.

Diferentemente das anteriores, a Companhia responsável pela construção do engenho central em Capivary foi organizada fora do Império, com capital britânico e brasileiro. Em virtude disso, todo o maquinismo também foi comprado na Grã-

⁴¹¹ Faustino César, *Op. Cit.*, p.p. 119-120. Aroldo de Azevedo, *Arnolfo de Azevedo: o início da vida pública*, São Paulo, Editora Nacional, 1967, p. 14.

Bretanha. Henri Raffard, filho do Cônsul Geral da Suíça no Rio de Janeiro, onde nasceu em meados do século, recebeu educação na Europa. De volta ao Brasil seguiu carreira no comércio e associou-se a comerciantes ingleses. Interessado nos temas do açúcar e da imigração, após uma pesquisa feita no País, escolheu a pequena cidade de Capivari para estabelecer o engenho central. Vendeu a concessão na praça de Londres, onde foi organizada a The S. Paulo Central Sugar Factories of Brasil Limited, em agosto de 1882, única empresa estrangeira a implantar engenho central em São Paulo.

A The S. Paulo Central Sugar foi autorizada a funcionar no Brasil em fevereiro de 1883 e seu capital de 500 contos foi dividido em 5.625 ações de 10 libras cada, e 2.400 títulos beneficiários, todas subscritas e restando a realização de 200. Duzentos contos de réis e 150 ações beneficiárias foram passados no Brasil.⁴¹² No mês seguinte, o Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto, incorporador acionista da ‘Companhia Assucareira de Porto Feliz’, cedeu uma parte de terra em sua fazenda Leopoldina, às margens do rio Capivari, no valor de 1 conto de réis, na qual a The S. Paulo Central Sugar construiu o engenho central entre maio desse ano e o mesmo mês do ano seguinte.⁴¹³

A Companhia teve seus documentos e planos aprovados em 1884, ano da inauguração, mas em outubro do ano seguinte, tem a concessão de juros cancelada, pois não se habilitou para exercer suas funções dentro dos prazos fixados.⁴¹⁴ A Companhia inglesa pouco durou, pois um déficit de 130 contos, gerado pela pequena safra de 1884 e grande baixa do preço do açúcar cristal de 32\$000 para 10\$000 a levou à falência. O Presidente da Província relatou os problemas climáticos e técnicos iniciais que levaram a Companhia á bancarrota:

“o péssimo estado das cannas em consequência das fortes geadas de junho que afetaram as cannas, parando o amadurecimento de umas e outras, invertendo o seu principio sacarino; 2º com a falta de uma peça que tornou impossível o emprego do filtro-prensa para aproveitar as espumas; 3º com a deficiência das turbinas, circunstancia que motivou o pedido da Companhia de uma comissão do

⁴¹² Decreto 8.871 de 10/02/1883. LIB. Offício do Diretor Gerente no Brasil Henri Raffard. 19/11/1883. AESP, cx 187, ordem 982. Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º districto de Engenhos Centraes, Luis Monteiro Caminhoá. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885, p. 7.

⁴¹³ Escritura de cessão de uma sorte de terra. 28/03/1883. Livro de Notas de Capivari, N. 23, 1º Registro Civil, fls 130-132.

⁴¹⁴ Decreto 9.154 de 23/02/1884. Decreto 9.389 de 28/02/1885. Decreto 9.505 de 12/10/1885. LIB.

Sr. Diretor das Obras Publicas, para dar parecer sobre o direito de reclamar por prejuizos e danos.”⁴¹⁵

Já em março de 1885, seu diretor técnico, Henry White, constituiu o Dr. Albano do Prado Pimentel como seu procurador para tratar da liquidação amigável da Companhia, junto a Henri Raffard, que retornou a sua vida no Rio de Janeiro. Os credores e dois terços dos acionistas assumiram a fábrica, constituindo a Companhia Engenho Central de Capivari, em 26 de Junho de 1886, presidida pelo Dr. Albano do Prado Pimentel, fazendeiro de cana fornecedor de matéria-prima à Companhia, seguindo como seu Diretor Técnico o Sr Henry White. Com a constituição dessa todas as quatro Companhias de engenhos centrais em São Paulo eram nacionais.

Em 1885, portanto, três das quatro Companhias açucareiras de São Paulo, surgidas de concessões imperiais, estavam com suas fábricas prontas para a moagem da cana, no momento certo da safra. A unidade de Capivari precisava ser reequipada, substituindo as turbinas que vieram com defeito. A mais antiga delas, a de Porto Feliz, não conseguia pagar os juros de sua dívida com as safras realizadas, mesmo sendo essas superavitárias. Entre 1881 e 1884, pagou de juros 171:808\$111, enquanto o saldo líquido de suas contas alcançou apenas 131:121\$712, no período de 1880 e 1884. No final desse ano, os diretores relataram aos acionistas que “O pagamento desses juros é o que mais tem onerado a Companhia, não podendo os saldos de lucros, em todos os annos, corresponder áquelles pagamentos.”⁴¹⁶ Para complicar ainda mais a situação da empresa, o Império cancelou a garantia de juros, pois a mesma não apresentou os projetos e os contratos de fornecimento de canas. Juros, aliás, que a mesma Companhia até então não recebera.⁴¹⁷

Diante dessa situação de endividamento, alguns acionistas e credores propunham a liquidação judicial da mesma, mas sua Diretoria propôs arrendar o engenho, acreditando poder amortizar as dívidas dessa forma, como escreveram seus diretores:

⁴¹⁵ Fala dirigida á Assembleia Legislativa de São Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª legislatura em 10 de janeiro de 1884 pelo Presidente Doutor José Luis de Almeida Couto. São Paulo, Typ. Da Gazeta Liberal, 1885, p. 94.

⁴¹⁶ Relatório da Companhia Assucareira de Porto Feliz de Dezembro de 1884. In Jonas Soares de Souza. O Engenho Central de Porto Feliz: subsídios para o estudo dos engenhos centrais do Brasil no século XIX. São Paulo, Anais do Museu Paulista, USP, tomo XXV, 1971-1974, pp. 24-41, p. 37.

⁴¹⁷ Derreto 9.267 de 23 de agosto de 1884. LIB

“feito o arrendamento com critério e reflexão a Companhia pagará, embora com alguma demora, o seu passivo, lucrará os melhoramentos introduzidos no Engenho, as ações, terão valor real, o Municipio não deixará de tirar o proveito que lhe advem da venda das cannas, e a pequena lavoura não perecerá”.

E avaliaram os males que acarretaria a liquidação judicial da Companhia para a lavoura do município, que estava se reorganizando, após a crise da lavoura algodoeira:

“além da perda total das cannas plantadas, que trará á pequena lavoura irremediavel prejuízo, a incerteza em que esta ficará durante o processo da liquidação, que tem seus tramites, impedirá novas plantações. N’este caso, ao lado da falta que faria ao Municipio a venda das cannas existentes, os lavradores menos favorecidos da fortuna perderiam os meios de continuar na lavoura, e ter-se-hia de lamentar, durante 4 ou mais annos, as conseqüências certas de tão grande mal.”⁴¹⁸

Os acionistas optaram por arrendar o engenho para o engenheiro e antigo diretor técnico André Paturau, pelo prazo de 15 anos, na esperança de pagar o passivo da Companhia, em fevereiro de 1885,

“mediante a renda de cinco mil réis por cada carro de mil e quinhentos kilogramas de cannas que fossem moídas no Engenho, paga em três prestações das quaes a Companhia deve receber apenas a terceira, visto ficar o locador obrigado a pagar directamente aos portadores de debêntures as duas primeiras pelos juros que esses títulos vencerem. Que em conseqüência dava a penhora o direito que tinha de perceber do Doctor Andre Paturau a terceira prestação da renda d’esta futura safra; bem como a terceira das futuras se aquella não bastar para completa solução”⁴¹⁹

⁴¹⁸ Relatório da Companhia Assucareira de Porto Feliz de Dezembro de 1884. In Jonas Soares de Souza. *Op. Cit.*, p. 38.

⁴¹⁹ Escriptura de arrendamento que fasem a Companhia Assucareira d’esta Cidade e o Doctor André Paturau. 05/02/1885. 1º Ofício, Livro 39, fl 40.

Assim o engenheiro André Paturau tocou a safra de 1885, mas no ano seguinte a geada destruiu os sonhos de recuperação das finanças da empresa, junto com as canas da região. O arrendatário informou não ter sido possível pagar a segunda prestação dos juros das debêntures, “em virtude do mal causado pela geada, que n’este anno estragou os canaviaes d’este município.”⁴²⁰

Reunidos em assembléia, em outubro de 1886, os acionistas rescindiram o contrato de arrendamento e reassumiram as dívidas, conforme estipulava o contrato. Foi aprovada a organização de uma comissão formada pelo Desembargador Gavião Peixoto e pelo Dr. Paturau, para, em 40 dias, tentar uma liquidação amigável com os credores. Se não conseguissem, buscariam a liquidação forçada. A Companhia devia cerca de 345 contos de réis, como informou o Conselho Fiscal: 295 contos em debêntures, lançadas para o resgate das dívidas de instalação, mais ou menos 5 contos aos fornecedores de cana, 5 contos a diversos empregados, mais ou menos 4 contos aos senhores Paula Leite e Dr. Alvim, uma letra a vencer em janeiro ou fevereiro no valor de 10:700.000 (importância das máquinas introduzidas por André Paturau, durante o arrendamento), as dívidas que estão ajuizadas com Delfino de Carvalho (cerca de 13 contos), com Dr. Campos de Toledo (cerca de 4 contos) e Dr. Toledo Pisa (cerca de 4 contos). O Barão de Ipanema era credor de cerca de 8 contos de réis.

Nesse mesmo ano, a nova Companhia Engenho Central de Capivary, com capital social de 600 contos divididos em 3.000 ações, realizou uma emissão de debêntures no valor de 370 contos de réis para

“pagar os credores privilegiados e as custas da Companhia The São Paulo Central Sugar Factories of Brazil Limited e bem como para o pagamento em rateio dos credores da mesma Companhia liquidada que não estavam nos dois terços para a organização da nova Companhia e finalmente para a despesa de impostos e as novas obras precisas para poder funcionar com vantagem o engenho central.”⁴²¹

⁴²⁰ Acta da Vigésima terceira Sessão da Assembléia geral da Companhia Assucareira de Porto Feliz. 30/10/1886. fls 194-198.

⁴²¹ Escritura de hipoteca para garantia d’uma emissão de trezentos e setenta contos em debentures, que faz a Companhia Engenho Central de Capivary, em São Paulo. 18/08/1886. Capivari, 1º Ofício, Livro 30, fls 31-33.

Nessa emissão consta que a Companhia inglesa despendeu 1.300:000\$000 para sua montagem e que a Companhia Engenho Central de Capivari, recebeu seu ativo pela avaliação de 456:000\$000. Gastou mais 120 contos de réis para deixar o estabelecimento e suas dependências em estado de funcionar. O empréstimo foi realizado com a emissão de debêntures no valor de 200 mil réis cada, resgatáveis em 15 anos, vencendo juros de 8% ao ano, na capital da Província. Foram subscritos 230 contos de réis desse empréstimo.⁴²²

Como garantia do mesmo, foram hipotecados os rendimentos líquidos e todo o patrimônio da Companhia. Foi muito difícil o primeiro ano da mesma, graças às dificuldades enfrentadas por falta de confiança e difícil reorganização após a falência da primeira, além da geada que atingiu os canaviais. Tendo que reequipar a fábrica, informou o Conselho Fiscal:

“entrou em período de grandes despesas, contando com a safra de 86 para fazer face a algumas dellas -; mas infelizmente a geada que sobreveio e as dificuldades de poder em breve tempo moer as cannas e o baixo preço a que chegou o producto neste anno; tudo concorreu para apresentar nesta safra um déficit figurado no balanço, que é de esperar não continue nos annos seguintes, desde que não actuem as mesmas causas.”⁴²³

Para a realização da safra, a mesma recorreu à Casa Bancaria Nielsen e Companhia, de São Paulo, à qual ficou devendo 58:500\$000 mais juros.⁴²⁴ O engenheiro Frederic Sawyer, que dirigiu o engenho central no final do século XIX, afirmou que a Companhia não pagou as dívidas contraídas com o fornecimento da maquinaria, levando à quebra da empresa fornecedora J & T. Dale, que havia feito outro

⁴²² Emissão de RS 370:000\$000 em debentures da I serie. AESP, Engenheiros Centrais, cx. 1, ordem 5674.

⁴²³ Parecer do Conselho Fiscal do Engenho Central de Capivari. Correio Paulistano de 1 de julho de 1887.

⁴²⁴ Escripura de contrato de mandato que fazem a Companhia Engenho Central de Capivari, representada pelos seus diretores Dr. Albano do Prado Pimentel e Henry White e Oliver Wethered, residente em Londres e actualmente de passagem nessa cidade. 19/11/1887. Capivari, 1º Officio, Livro 33, fls 94-96.

mal negócio no Rio de Janeiro.⁴²⁵ o quadro abaixo mostra a situação financeira da nova empresa no seu primeiro ano de existência.

BALANÇO DA COMPANHIA ENGENHO CENTRAL DE CAPIVARI, 15/06/1887			
ATIVO		PASSIVO	
Engenho central*	984:511\$521	2.949 ações emitidas	589:800\$000
Material e provisões	7:516\$059	51 ações a emitir	10:200\$000
Conta de juros	30:891\$227	1.265 debêntures emitidas	253:000\$000
Seguros	4:228\$730	585 debêntures em caução	117:000\$000
Ações a emitir	10:200\$000	Letras a pagar	52:845\$635
Debêntures em caução	52:000\$000	Juros de debêntures	19:396\$667
Da administração	10:024\$997	Albano do Prado Pimentel	55:077\$040
1ª safra: produtos em ser	14:430\$000	Credores	46:872\$792
Devedores	7:838\$285		
Safra de 1886	21:801\$450		
	1.144:192\$134		1.144:192\$134

*Compreendendo o edifício do engenho, máquinas, acessórios, alambique, estrada de ferro e material fixo e rodante, oficinas, casas, armazéns, acessórios e sobressalentes.

Fonte: Correio Paulistano de 1 de julho de 1887.

As Companhias de Porto Feliz e Piracicaba entraram em estado de insolvência, em 1887, pois não conseguiam honrar os compromissos com as dívidas assumidas, após a safra do ano anterior. A dívida da Companhia de Piracicaba, que atingira o montante de 669:208\$443, era superior à de Porto Feliz, devido à maior dimensão do seu empreendimento. Em 10 de março, o diretor gerente Dr. João Batista Conceição expôs as condições financeiras da Companhia aos acionistas presentes à Assembléia, para que esses assumissem a responsabilidade de resolução dos problemas da empresa.

⁴²⁵ Frederic Sawyer. Estudo sobre a indústria assucareira no Estado de São Paulo, p. 1117.

Informou que a Companhia não pagou uma letra de 78:878\$450 à casa comercial Souza Queiroz & Vergueiro, de Santos, que protestara a mesma. Soube, também, que outros credores pretendiam exigir a liquidação judicial de seus créditos. O resultado da safra foi satisfatório, mesmo com a queda de 20 a 30% da cana, devido à geada, gerou lucro de mais de 20 contos. O engenho central moeu mais canas do que nos três anos anteriores juntos, mas o rendimento foi pouco menor, pois as canas tinham sido afetadas, e ainda havia matéria prima para produção de 2º jato e aguardente.⁴²⁶

Uma comissão especial, formada pelos acionistas Barão de Rezende, Antonio Corrêa Pacheco, Joaquim Elias Pacheco Jordão e Barão de Itahim apresentou o seguinte parecer, para reorganização das finanças da Companhia:

1º que desde já sejam distribuídas acções aos accionistas credores dos juros das entradas feitas por adiantamento.

2º que fique a directoria autorizada a emitir acções, tantas quanto forem precisas para liquidação do passivo da Companhia.

- Si não encontrar tomadores:

3º será rateada entre os accionistas, segundo o valor das suas acções primitivas a importância correspondente a 40% das referidas acções.

§ 1 este rateio será feito a título de empréstimo, ao juro de 8% ao anno.

2§ si no praso de dous annos não tiver podido a Companhia amortisar pelo menos parte do restante de sua divida fluctuante, poderá tornar-se exigível o empréstimo.

3§ este praso será regulado pelas safras, terminando, pois no fim da safra de 1888-1889.

4§ si tiver sido amortisada nesse tempo a divida fluctuante da que fôr rateada o empréstimo ora feito e respectivos juros, serão convertidos em acções de 200\$000, sendo estas dadas com a cotação de 150\$000 cada uma.

⁴²⁶ Acta as sessão da Assembléia Geral dos Accionistas em 10 de março de 1887. Gazeta de Piracicaba. 27/03/1887. BMP

5§ por este empréstimo constituem-se os accionistas, que satisfizerem o seu rateio, reaes credores da fabrica pelo capital e juros, independente de qualquer titulo especial, salvo a disposição anterior.

6§ as entradas serão feitas no praso de 60 dias, podendo os accionistas que forem credores chirographarios fazer descontar dos seus títulos creditórios a importância correspondete ao rateio que tocar-lhe.⁴²⁷

A solução apontada pela comissão seria o aumento do capital social, através de emissão de ações para cobrir os gastos feitos com a ampliação do patrimônio da empresa. Primeiro, transformando em ações os adiantamentos feitos pelos acionistas, que passaram a credores, onerando as contas da mesma com juros. Segundo, ampliando o número de acionista e, se não fosse possível, ampliar o número de ações dos já incorporados. O Barão de Rezende afirmou que não eram distribuídos dividendos porque o mesmo estava capitalizado na fábrica. Chamando os acionistas ao compromisso de salvar os capitais investidos e projetar o futuro da empresa escreveu: “queremos ter uma fabrica na importância de 900 contos de réis despendendo apenas 450?” (...) asseguremos a existência da Companhia, tenho convicção que o futuro será prospero.”⁴²⁸

No dia seguinte, o mesmo Barão apresentou emenda ao parecer da comissão, propondo a redução da entrada de 40% para 25%, se aqueles “importam em quota gravosa”, e do prazo de 60 para 30 dias. Propõe acrescentar dois artigos, privilegiando os acionistas que realizassem o capital das ações e penalizando os que não o fizessem:

Art. Os accionistas que não concorrerem no praso approved de 30 dias, ficarão sujeitos: 1º ao pagamento de sua quota parte, pelos rendimentos que no futuro lhe tocarem, e mais o juros de 10%. 2º não terão direitos ás acções de que trata-se o § 4, ou a quaesquer outras compensações concedidas áquellas que nesta ocasião concorrerem em benefício da Companhia.

Art. Amortisada a divida fluctuante, 30% dos rendimentos liquidos não serão distribuídos como dividendos, mas serão applicados no sorteio das acções que

⁴²⁷ Acta da sessão da Assembléa Geral dos Accionistas em 10 de março de 1887. Gazeta de Piracicaba. 27/03/1887. BMP.

⁴²⁸ Acta as sessão da Assembléa Geral dos Accionistas em 10 de março de 1887. Gazeta de Piracicaba. 27/03/1887. BMP.

pertecerem aos accionistas, que concorrerem com os 25%, conservando, porem os mesmos accionistas direito ao dividendo que corresponderia ao capital das acções restituído pelo sorteio.⁴²⁹

Em 30 de março, os diretores se reuniram com os credores da empresa de Piracicaba para decidirem o destino da mesma. O diretor gerente expôs as condições financeiras da Companhia e propôs a consolidação das dívidas em debêntures, às quais pagava juros de 8%, e as de crédito, com juros de 10 e ½%, através de outra emissão de debêntures com juros de 6% e amortização a longo prazo, garantida pelos bens da empresa. Os acionistas obrigavam-se a pagar mais 57\$000 por ação, se os rendimentos do engenho não cobrirem os compromissos com os credores.⁴³⁰

O Barão de Valença, um dos maiores credores e acionista, vindo do Rio de Janeiro especialmente para tal reunião, argumentou ser necessário conciliar os interesses dos acionistas, credores e plantadores de canas, que no seu entender “deviam ser os proprietários da empresa, lembrando a conveniência de estes últimos receberem o preço de suas cannas, parte em dinheiro e parte em acções.”

A Assembléia rejeitou a proposta da diretoria e aprovou, no dia seguinte, com voto contrário do diretor da Companhia, uma concordata elaborada pela comissão formada pelos credores Barão de Rezende, Adolpho Gordo e o futuro Presidente Prudente de Moraes, no teor seguinte:

“os credores reduzirem os juros á 6% ao anno e concederem praso, e, como compensação e garantia, receberem o Engenho para fazer funcionar sob a direcção e administração de dous credores que nomearem para esse fim, os quaes serão constituídos procuradores da Companhia, em causa propria, com plenos poderes para applicar os rendimentos á amortização progressiva e proporcional da divida, vender o Engenho applicando o producto á pagamento , no caso de verificar-se a insufficiencia dos rendimentos para esse fim, decorrido praso razoável; exercer todas as attribuições que competem aos liquidantes, etc, etc.”⁴³¹

⁴²⁹ Acta as sessão da Assembléia Geral dos Accionistas em 10 de março de 1887. Gazeta de Piracicaba. 27/03/1887. BMP..

⁴³⁰ Gazeta de Piracicaba. 01/04/1887. BMP

⁴³¹ Gazeta de Piracicaba. 02/04/1887. BMP.

Ao mesmo tempo, foi decretada a liquidação judicial da ‘Companhia Assucareira de Porto Feliz’, rejeitada a concordata amigável. Os síndicos da massa falida queriam realizar a safra deste ano, para não prejudicar mais a empresa, acionistas e fornecedores e entraram com uma petição ao Juiz Comercial, no teor seguinte:

“julgando conveniente á bem da massa, que o Engenho Central faça a moagem das cannas do município – prontas para a próxima safra, já porque assim poderá auferir um lucro Considerável, que virá augmentar a garantia dos credores e já porque, no caso de venda em uma liquidação definitiva, terá dado o Estabelecimento mais uma prova de seu bom estado e de sua capacidade, salvando ao mesmo tempo importantes interesses da lavoura e do comercio, que serão sacrificados se a moagem não se fiser, vem requerer á Vossa Senhoria a licença necessária, assim como para as despesas preparatórias d’aquelle serviço.”⁴³²

Para reforçar seu argumento, os síndicos usaram o exemplo de Piracicaba que na mesma situação não deixaram de moer a cana daquele ano, com aquiescência dos credores, da mesma forma que queriam grandes acionistas de Porto Feliz.

“Assim se está procedendo na liquidação forçada do Engenho Central de Piracicaba, com acquiescencia dos credores, e se os da Companhia Assucareira de Porto Feliz ainda não se manifestaram explicitamente, o representante de grande numero em São Paulo, o Senhor José Duarte Rodrigues já declarou por escripto a sua opinião individual favorável a moagem e outros, como os abaixo assignados entendem que em qualquer hypothese, ela deve fazer-se, constituindo todos incontestável maioria numérica, representante de mais de dous terços no valor do passivo. Sobreleva notar que com a moagem se animam os plantadores de cannas e o Engenho poderá contar com grande renda para os annos seguintes, sendo que no caso contrario, sem plantações novas, limitada a safra, redusida

⁴³² Petição dos síndicos André Paturau e Joaquim Olavo de Carvalho. 01/06/1887. fls 205/207. Inserida em Traslado de uma execução comercial. 1887.

será a renda; facto qua influirá muito no valor do Estabelecimento quer para uma concordata, quer par a concurrencia no caso de venda.”⁴³³

A moagem foi autorizada e o resultado líquido da pequena safra de 1887 foi de 9:027\$660 réis, em favor da massa falida. Após a moagem os credores foram convocados para a reunião de liquidação, em 12 de setembro. Os que se reuniram representavam dois terços dos créditos da Companhia. No segundo dia de reunião, o Major Francisco Pereira da Silva Vidal, com a assinatura dos credores de 257:502\$991 réis, propôs entregar todo o ativo social ao engenheiro André Paturau para organização de nova Sociedade. Compareceram à reunião, por si e por procuradores, 32 possuidores de 2.123 debêntures, no valor de 212:300\$000, faltando os representantes das outras 827, no valor de 82:700\$000. Somavam-se a essa dívida em debêntures mais 39:118\$958 com 46 credores e 7:961\$400 ao Barão de Ipanema, totalizando 342:080\$358.⁴³⁴

A proposta foi aceita e o engenho central foi entregue a André Paturau. A lista dos possuidores de debêntures mostra os homens envolvidos na organização da Nova Companhia proprietária desse engenho central, muitos dos quais comerciantes e capitalistas do Rio de Janeiro. Mais de um ano depois da Assembléia que deliberou pela formação da Companhia Engenho Central de Porto Feliz, no entanto, essa não havia sido incorporada e alguns credores, entre os quais o Cons. Gavião Peixoto, pediram sua liquidação definitiva. A mesma ainda não havia pago o imposto de transmissão de patrimônio. Foi incorporada, então, a Companhia de Engenho Central Paulista, com sede no Rio de Janeiro. (veja anexo 3)

Aos problemas climáticos dos anos anteriores, e à baixa do preço do açúcar, juntou-se a crise final do trabalho escravo no campo, que atrapalhou ainda mais a safra de 1887. Em Piracicaba, o resultado dessa foi insuficiente para a Companhia pagar os

⁴³³ Petição de André Paturau e Joaquim Olavo de Carvalho de 01 de janeiro de 1887. Inserida em Traslado de Execução Comercial. MRCI, pasta , fls. 205-207.

⁴³⁴ Acta da Reunião dos Credores de 12 de setembro de 1887. in: Autos de Petição para a Liquidação Forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz em que são impetrantes o Conselheiro B. A. Gavião Peixoto e o Engenheiro Dr. André Paturau. Juízo do Mommercio da cidade de Porto Feliz, 1886, FLS 71- 73. MRCI.

6% de juros da dívida de 669:208\$443, acordado com os credores, em março, levando ao fim da concordata e à liquidação da empresa.

Era chegado o momento de reorganizar as finanças da empresa e, especialmente, o trabalho agrícola no município, como explicaram os diretores eleitos pelos credores para gerir a Companhia, Barão de Rezende e João Tobias de Aguiar Castro, ao proporem a venda do engenho central, três meses antes da abolição da escravidão. O trabalho escravo que fora proibido na elaboração dos produtos da cana, no engenho central, agora chegava ao fim no campo, para onde fora relegado.

“Pelos resultados obtidos na presente safra, menor do que a do anno passado em fornecimento de cannas, posto que fossem estas de melhor qualidade e lutando ainda com a baixa do preço do assucar, apenas dará o seu producto para a liquidação e alimentação do pessoal, etc., até a futura moagem sendo insufficiente seu excedente para o pagamento dos juros de 6% sobre a divida de 669:208\$443 reis, que importa em 40:152\$500 reis.

Por esta razão e attendendo as circumstancias especiais do trabalho agrícola na província, cuja reorganização será demorada, sem poder-se calcular o tempo preciso e em que condições será feita relativamente as plantações de canna indispensaveis ao Engenho Central, e que terão de alimentar a empresa, que, até hoje, com melhores elementos, não conseguiu a sufficiente quantidade de cannas, exigida pela capacidade ou potencia das suas machinas, entendemos que a solução a tomar-se é a venda da massa para a liquidação final, salvando este nosso júzo do que julgardes mais consetaneo aos vossos interesses..”⁴³⁵

Não era melhor a situação financeira da Companhia Engenho Central de Capivari, sucessora da Companhia inglesa, para pagar juros e resgatar a dívida, nesses últimos anos que antecederam o fim do trabalho escravo. Em outubro de 1887, o gerente Henry White passou procuração ao Dr. Albano Pimentel, autorizando levantamento de empréstimo de até 100 contos de réis, mediante calção de debêntures emitidas pela Companhia. Era a necessidade de capital de giro para financiar a safra e

⁴³⁵ Gazeta de Piracicaba, 02/02/1888.

resgatar dívidas.⁴³⁶ Nesse mesmo ano, apareceu na cidade o cidadão inglês Oliver Wethered que

“tendo interesse na prosperidade do Engenho Central e sabendo que a Companhia não pode ocorrer a despesas de vinte e seis contos quinhentos e cinquenta mil réis, para adiantar aos plantadores de cannas do município, entrega a mesma companhia a dita quantia a título de amandita para que Ella possa adiantar as respectivas quotas aos plantadores referidos na forma que eles propuseram de penhor agrícola”⁴³⁷

BALANCETE DA SAFRA DE 1887-88 DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA	
ATIVO	
Gastos de fabricação, fretes de açúcar, etc	29:233\$655
Canas	91:225\$729
Lenha	10:561\$288
Salários	36:707\$095
Administração	1:827\$800
Sacaria e vasilhame	8:341\$830
Despesas gerais	5:489\$351
Diferença sujeita às despesas do custeio, até a nova safra, reparações indispensáveis, etc	54:001\$297
Total	237:388\$045
PASSIVO	
Açúcar e aguardente vendidos	176;393\$045
Açúcar e aguardente em depósito	28:472\$000
Açúcar e aguardente por fabricar	27:292\$000
Dívida ativa não liquidada, mas de provável recebimento de 50 %	5:131\$000
Total	237:388\$045

Fonte: Gazeta de Piracicaba. 02/02/1888. BMP.

⁴³⁶ Procuração bastante que faz Henry White. 01.10.1887. Capivari, 1º Ofício, livro 33, fl 55. .

⁴³⁷ Escritura de contrato de mandato que fazem a Companhia Engenho Central de Capivari e Oliver Wethered, cidadão inglês e hora de passagem nessa cidade. 1º Ofício, livro 33, fls 44-45.

Oliver Wethered era também possuidor de debêntures de primeira série da Companhia Engenho Central de Capivari e seus diretores o constituíram mandatário em Inglaterra ou qualquer outra parte para passar 117:000\$000 em debêntures representadas pelos outorgantes, as quais estavam caucionadas na Casa Bancaria Nielsen e Companhia, em São Paulo, e levantar empréstimos em debêntures de 30 contos. O mandatário estava autorizado a levantar o empréstimo nessa quantia, caso não conseguisse o levantamento com as debêntures.⁴³⁸

Endividada, a Companhia recorreu à política de garantia de juros do Governo Imperial, recebendo concessão de 6% sobre o capital de 550 contos, destinada à produção de açúcar e álcool, pelo prazo de 15 anos, em janeiro de 1889. A mesma teria que comprovar o capital investido e apresentar os contratos de fornecimento de canas para poder assinar o contrato com o Governo, no prazo de 3 meses.⁴³⁹ Vários contratos de fornecimento de canas foram assinados no Cartório da localidade.

O Império foi derrubado e a Companhia de Capivari não recebeu nenhuma soma de dinheiro em garantia de lucros, não conseguindo organizar suas finanças. As dívidas continuaram altas nos anos seguintes, como relatou o engenheiro fiscal, após a safra de 1891: “Esta Companhia tem uma divida muito grande e lucha com grandes dificuldades financeiras, e si Ella continuar como vae terá, estou certo, o mesmo fim de sua antecessora a The S. Paulo Central Sugar Factory of Brasil, limited.”⁴⁴⁰

A Companhia organizada fora dessa região, a do Engenho Central de Lorena, teve mais sucesso nesses anos de desagregação do escravismo, que coincidiram com a implantação da empresa, até a grande queda dos preços do açúcar, na safra de 1888, gerar grande déficit à empresa. Primeiro, porque todo o capital social de 500 contos de réis foi integralizado pelos acionistas, em especial pela família dos irmãos Visconde de Moreira Lima e Barão de Castro Lima, não necessitando assim de grandes empréstimos a juros. O empréstimo de 250 contos junto ao acionista Barão de Castro Lima, através do lançamento de 2.500 debêntures, cuja metade foi realizada em março de 1885, cobriu

⁴³⁸ Escripura de contrato de mandato que fazem a Companhia Engenho Central de Capivary, representada pelos seus diretores Dr. Albano do Prado Pimentel e Henry White e Oliver Wethered, residente em Londres e actualmente de passagem nessa cidade. 19/11/1887. Fls 94-96.

⁴³⁹ Decreto 10.164 de 05/01/1889. LIB

⁴⁴⁰ Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º Districto de Engenhos Centraes Gervasio Pires Ferreira, apresentado ao MACOP, em 8 de Janeiro de 1892, p. 8.

os 106 contos gastos a mais na instalação do engenho central e financiou a pequena safra desse ano.

A Companhia se deu ao luxo de aplicar a segunda parte do empréstimo, concretizada em dezembro, em conta corrente a juros, na praça do Rio de Janeiro. Seria aplicado na construção da ferrovia agrícola para o transporte de canas, em 1887. Assim relatou sua diretoria a boa situação financeira da Companhia Lorenense, após sua instalação:

“com uma parte d’essa emissão e com o producto de assucar vendido, foi ocorrendo ao pagamento do custeio da safra, e acha-se, como se vê pelo balanço, com recursos para satisfazer com sobra os compromissos existentes actualmente, os quaes são relativamente de pequena monta.”⁴⁴¹

Segundo, devido ao pagamento dos juros garantidos pelo Governo. As safras de 1886 e 1887 proporcionaram pequenos lucros, 3:1157\$801 e 3:359\$094, respectivamente. Mas a Companhia recebeu do Governo 50:792\$700, em junho de 1886, 15:750\$000, em dezembro do mesmo ano e 28:384\$199, no final de 1887, somando mais de 96 contos de réis.⁴⁴² Com os investimentos feitos nos anos de 1887 e 1888, o patrimônio da Companhia de Lorena ultrapassava os 700 contos de réis e sua diretoria conseguiu elevar o capital garantido pelo Império a essa quantia, mas 6%, não mais 7%, como antes.⁴⁴³

Terceiro, havia sido encaminhada a reorganização do trabalho agrícola para o suprimento de cana, com a criação do Núcleo Colonial das Cannas, que discutiremos na parte três. A safra realizada após a abolição de 13 de maio de 1888 resultou maior do que as anteriores, moendo mais de 10 milhões de kg de matéria-prima.⁴⁴⁴

A Companhia usou a estratégia de manter a produção estocada em seus depósitos, para vender com melhores preços. Não fez venda alguma no ano de 1887,

⁴⁴¹ Relatório apresentado a Assembela Geral de Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena. Lorena, 1886, pp. 3-4. APL

⁴⁴² Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º districto de Engenhos Centrais José Gonçalves de Oliveira. 14 de fevereiro de 1888, p. 29. Idem de 10 de fevereiro de 1889, p. 14.

⁴⁴³ Decreto 9.967 de 13 de junho de 1888.

⁴⁴⁴ Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º districto de Engenhos Centrais José Gonçalves de Oliveira. 10 de fevereiro de 1889, pp. 9-10.

mas o resultado não foi satisfatório, pois os preços caíram ainda mais, no ano seguinte. Toda a safra, mais o pouco que restava ainda de 1886, foram vendidos no primeiro semestre de 1888, resultando no pequeno superávit apontado acima.⁴⁴⁵

O resultado dos investimentos dos anos de 1887 e 1888, entretanto, não foi o esperado pelos acionistas lorenenses. A difícil conjuntura de baixos preços do açúcar, somada a uma queda do rendimento do engenho central, em 1888, fizeram com que a Companhia tivesse um déficit de 149:121\$660.

Como vimos, com exceção da Companhia vale paraibana, as três outras empresas de engenhos centrais paulistas, organizadas na principal área canavieira da Província, faliram nos anos finais da escravidão. Como explicar o fracasso financeiro dessas empresas?

Em primeiro lugar, está o problema do levantamento de vultoso capital para a implantação e funcionamento dessas empresas. O capital incorporado através da emissão de ações, como apresentado, não foi suficiente para cobrir os gastos de instalação dos engenhos centrais, maiores do que a quantia planejada. Isso levou as empresas a contraírem empréstimos, através de emissão de debêntures, pagando juros de 8% ano sobre quantias de 250 contos ou mais, além da amortização anual da dívida. Mesmo as safras superavitárias, no momento inicial de organização da produção, não serviam para consolidar as empresas, mas sim pagar os juros da dívida, superiores aos lucros apresentados por estas. O fato foi que nenhuma delas conseguiu saldar suas dívidas com o resultado da produção, o que exigiria uma grande produtividade e preços bons, justamente nos anos de organização do novo sistema.

Segundo, os engenhos centrais começaram suas atividades em um momento crítico para o setor. Foram apanhados, logo nas primeiras safras, por secas e geadas que prejudicaram enormemente a produção de matéria-prima em quantidade e em rendimento sacarino. Quando teve início a recuperação, com moagem de maior quantidade de cana, veio a forte baixa nos preços do açúcar, nos anos de 1887-88,

⁴⁴⁵ Relatório apresentado a Assembléa Geral de Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, em 29 de julho de 1888. APL. Sônia Bayão Viana mostrou a queda do preço do quilo açúcar, no mercado do Rio de Janeiro, nesses anos: 1884 = \$234, 1885 = \$146, 1886 = \$195, 1887 = \$170, 1888 = \$132. *Op. Cit.*, p. 273. Tamaña queda resultou da diminuição das exportações brasileiras, que caíram de 329.374.965 kg, no exercício de 1883/84, para 112.399.600 kg, em 1885/86. A participação brasileira no mercado mundial caiu de 5,3%, na primeira metade da década de 1880, para 2,8%, na segunda. Henri Raffard. O Açúcar no Brasil. *Jornal do Agricultor*, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1887. Peter Eisenberg. *Op. Cit.*, p. 47.

graças ao volume cada vez maior lançado no mercado interno pelo Norte açucareiro, que convertia sua produção para o consumo interno.

Por fim, a desagregação do trabalho escravo no campo, sobre o qual se assentava a produção de cana da maior parte dos fornecedores, atingiu o suprimento de matéria prima para os centrais do Oeste paulista. Se a fábrica já operava com mão de obra livre assalariada, as fazendas de cana, várias pertencentes a acionistas dessas Companhias, ainda dependiam do braço cativo.

Nesse momento difícil de dissolução e reorganização das Companhias paulistas de engenho central do Oeste, o fazendeiro de cana Pedro Augusto da Costa Silveira, que produziu 10.000 kg de açúcar, em 1886, montou seu pequeno engenho central, no antigo engenho Monte Alegre, em Piracicaba, em 1887. O Dr. Pedro Augusto comprou o maquinário dos antigos estabelecimentos Cail, da França, em 30 de dezembro do ano anterior, no valor de 151.860 francos, pagáveis em três prestações, no ano de sua instalação. Os fornecedores franceses obrigaram-se a entregar o engenho montado em julho do ano seguinte, no edifício construído pelo proprietário.⁴⁴⁶ Em julho e agosto de 1887, o novo edifício foi levantado e a maquinaria importada montada. Em outubro faltava montar o alambique a terminar a chaminé, mas a safra estava sendo processada.⁴⁴⁷

O engenho central Monte Alegre foi instalado, dessa forma, em uma fazenda canavieira e escravista, há muito ocupada por essa cultura, à margem do Rio Piracicaba, 6 km do centro da cidade. Não era uma fábrica nas dimensões das quatro instaladas anteriormente, e seu proprietário não recorreu à política imperial para a implantação dos engenhos centrais. Não estava, portanto, subordinado ao projeto de separação dos setores agrícola e fabril e da proibição da utilização do trabalho escravo, que permaneceria nos trabalhos agrícolas da fazenda e talvez nas operações que não exigiam qualificação técnica na fabricação do açúcar e da aguardente.

Pedro Augusto da Silveira faleceu, no entanto, no mesmo ano e não teve tempo para gerir seu novo engenho, chamado agora engenho central Monte Alegre. No seu

⁴⁴⁶ Escripura de compra e venda que fazem Francisco Lumoy ao Doutor Pedro Augusto da Costa Silveira, de um engenho central e montagem pela quantia de cento e cinquenta e um mil oitocentos e sessenta francos. 30/12/1886. In Inventário de Pedro Augusto da Costa Silveira. Piracicaba, 1º ofício, cx 21, fls. 43-46. CMW.

⁴⁴⁷ inventário de Pedro Augusto da Costa Silveira. 1887. Fls 10 e 83-87.

inventário constavam nada menos de 79 cativos. No começo do ano seguinte, a viúva Rita da Costa Silveira, inventariante do patrimônio do casal, conseguiu autorização para levantar empréstimo para financiar a safra, no valor de 20 contos. A abolição da escravidão, em 13 de maio, no entanto, não permitiu que a viúva Rita realizasse a safra e a riqueza em escravos esvaiu-se. Sem escravos, sem recursos financeiros e com os credores fazendo pressão Dona Rita não teve condições de tocar o projeto do falecido marido e vendeu a propriedade, em seis de julho, como noticiou a Gazeta de Piracicaba.

“com autorização do juízo competente, foi ontem vendida a importante Fazenda Monte Alegre, a uma légua dessa cidade, pertencente a herança do finado Pedro Augusto da Costa Silveira; aos srs. Joaquim Rodrigues do Amaral e Indalécio de Camargo Penteado, pela quantia de 150:000\$000, compreendidos os imóveis, semoventes e móveis.”⁴⁴⁸

Os novos proprietários ficaram responsáveis, portanto, pela reorganização dos trabalhos no campo e formaram a Sociedade Amaral & Penteado, cujo objetivo era produzir e comercializar açúcar e produtos agrícolas, pelo prazo de nove anos. O valor da mesma era de 161 contos de réis, avaliação da “fazenda Monte Alegre, seus pertences, machinismos, animais e benfeitorias.” O valor das transações mostra uma empresa bem menor do que suas antecessoras. Provavelmente, já era um engenho semi-mecanizado antes da completa mecanização, em 1887. Não constituía uma sociedade anônima por ações, como as quatro anteriores. Indalecio Penteado residia em Itu, mas agora entrara nos negócios da fabricação do açúcar em Piracicaba, como já fizera alguns ituanos com o grande engenho central dessa cidade. Amaral ficou responsável pela administração da sociedade, pela qual receberia 4 contos anuais.⁴⁴⁹

O ano de 1888 foi de reorganização das companhias industriais e do setor agrícola da produção açucareira. Essa reorganização passava pelo saneamento das finanças e compra e arrendamento de terras para plantio de cana, que garantisse o suprimento de matéria-prima, além daquela fornecida por terceiros. Nelas

⁴⁴⁸ Gazeta de Piracicaba, 07/07/1888. A mesma gazeta noticiou, em 05/04/1887, que o Dr. Pedro Augusto da Costa Silveira comprou uma “importante machina para o fabrico do assucar e que vae ser montada na magnífica fazenda Monte Alegre, em Piracicaba.” BMP.

⁴⁴⁹ Escriptura de Contracto de sociedade que fasem Joaquim Rodrigues do Amaral e Indalécio de Camargo Penteado no valor de Rs 161:000\$000. 10/09/1889. Piracicaba, 2º Ofício, livro 52, fls 81-83.

desenvolveram cultura própria ou criaram colônias nas quais colonos nacionais e estrangeiros se responsabilizavam pela produção, através do colonato, já presente na lavoura cafeeira. Em Lorena e Porto Feliz, os Governos da Província e do Império fundaram Núcleos Coloniais com o intuito de criar pequenos fornecedores de cana para os respectivos engenhos centrais. As diferentes experiências de reorganização do setor agrícola e das relações de trabalho implantadas serão discutidas posteriormente.

Na assembléia de outubro do ano anterior, dois terços dos credores da Companhia Açucareira de Porto Feliz votaram por formar uma nova Companhia. Essa, denominada Companhia Engenho Central de Porto Feliz, teve seus estatutos aprovados pelo Império em março de 1888. Sua sede, agora, não era mais a pequena cidade de Porto Feliz, a pioneira nesse tipo de organização na Província, mas no centro do poder e das finanças: a Corte.⁴⁵⁰ Parte do grupo dos antigos acionistas manteve-se na Nova Companhia.

Seus estatutos apresentavam novidades em relação aqueles de sua antecessora. Seu primeiro parágrafo afirma que a sociedade anônima foi organizada com o fim de favorecer o desenvolvimento da cultura da cana e explorar e custear o engenho central. Estava superada, assim, a propalada separação da agricultura e da indústria, na política de subsídios do Império.

O capital social continuava em 400 contos de réis e a Companhia estava autorizada a levantar empréstimos em debêntures dentro e fora do País. Compunham a primeira diretoria Manoel José da Graça Teixeira, Ricardo Lange e André Paturau. Em abril do ano seguinte, o Império garantiu juros de 6% sobre esse capital, empregado agora também na produção de álcool, além da de açúcar.⁴⁵¹ A empresa mudou sua denominação para Companhia Engenho Central Paulista, retirando o nome da pioneira cidade. Na euforia financeira do primeiro ano da República essa contraiu empréstimo de 120 contos de réis, junto ao Banco de Crédito Real do Brasil, em 1890.

Em Piracicaba, o engenho central foi vendido ao Barão de Rezende, fundador, diretor, credor, fornecedor de cana e interventor da antiga empresa, em 10 de abril de 1888, por 301:151\$565. Essa soma era resultado da integralidade das dívidas privilegiadas, no valor de 30:368\$860, e de 42% das outras dívidas, no valor de

⁴⁵⁰ Decreto 9.910 de 24 de março de 1888. LIB

⁴⁵¹ Decreto 10.228 de 5 de abril de 1889. LIB.

270:782\$705. O pagamento seria feito em 10 anos, em 20 parcelas semestrais, a contar de 1º de maio de 1888 até 1º de maio de 1898, com juros de 6% ao ano. O engenho central foi avaliado em 410 contos, sendo 160 de linha férrea, trilhos, locomotivas, vagões e pertences, mais o contrato de tráfego na Companhia Ituana. »⁴⁵²

O Barão de Rezende era credor de cerca de 192 contos, estornado do crédito do falecido sogro, Barão de Valença, a verba de cerca de 43 contos. Subtraindo seus créditos restavam cerca de 221 contos da dívida, fora as privilegiadas. No mesmo dia, passou hipoteca de dívida no valor de 214:900\$000, cuja garantia era o engenho central, aos seguintes credores, vários dos quais, a partir desse dia, ex-acionistas: André Ferraz de Sampaio, capitalista, Piracicaba (7:400\$000), Jayme Pinto de Almeida, comerciante, Piracicaba (27:800\$000), João Tobias de Aguiar e Castro, lavrador, Piracicaba (3:300\$000), Barão de Tatuhy, capitalista, São Paulo (2:000\$000), Dr. Prudente José de Moraes Barros, advogado, capitalista, Piracicaba (4:650\$000), Dr. Manoel de Moraes Barros, advogado e lavrador Piracicaba (4:300\$000), Pedro Jecquier, negociante, Piracicaba (1:700\$000), José Pereira Cardoso, industrial, Piracicaba (4:500\$000), Dr. João Baptista da Rocha Conceição, lavrador, Piracicaba (24:300\$000), Cons. Antonio da Silva Prado, senador, São Paulo (2:100\$000), Barão de Valença, proprietário, Rio de Janeiro (38:200\$000), Barão de Itaym, lavrador, Itu (19:800\$000), Barão de Souza Queiróz, proprietário, São Paulo (38:000\$000), Bruhns e Companhia, negociante, São Paulo (8:900\$000), Joaquim Elias Pacheco Jordão, capitalista, Itu (10:100\$000), Dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, advogado, São Paulo (4:650\$000), D. Antonia Emilia Corrêa Pacheco, capitalista, Itu (4:540\$000), Francisco Franco de Almeida, capitalista, Piracicaba. (2:500\$000), Fábrica São João de Ipanema, Sorocaba (1:400\$000).⁴⁵³

O Barão reorganizou a produção, a partir de então, como único proprietário do engenho central, que agora fora integrado à sua Fazenda São Pedro, onde fora construído. Ele tinha confiança no futuro dessa indústria, após a reorganização financeira, como afirmou na Assembléia de acionistas, em março de 1887:

⁴⁵² Escritura de venda que faz a Companhia Engenho Central de Piracicaba ao Barão de Rezende, do Engenho central e todo seu activo, pelo preço de 301:151\$565. 10/04/1888. Piracicaba, 2º Ofício, livro 50, fls. Gazeta de Piracicaba, 18 de abril de 1888. Registro de Imóveis de Piracicaba.

⁴⁵³ Escritura de obrigação com hypotheca que fazem como devedores o Barão de Rezende e sua mulher, a favor dos credores André Ferraz de Sampaio, Jayme Pinto de Almeida e outros, no valor de 214:900\$000. 10/04/1888. Piracicaba, 2º Ofício, fls 11-21.

“Si o engenho sem ter adquirido o desenvolvimento a que deve chegar, faz o suficiente para o seu custeio e alguns pagamentos como juros de debêntures, etc., é isto prova evidente de que tem em si muita vida e não está em condições de liquidação como empresa industrial; sobretudo si attender-se a inexperiência em muita cousa, o que é inherente a toda industria nova, e também a força maior das intempéries – secca de 1885 e geada em 1886 – que tanto prejudicaram a safra deste anno.”⁴⁵⁴

Em janeiro de 1891, foi incorporada a Companhia Niágara Paulista, nova proprietária do central de Piracicaba. Figura chave na existência da Sociedade, o Barão de Rezende entrou para a mesma com a Chácara São Pedro e o engenho central, de 120 alqueires e as Fazendas Santa Lydia, de 380 alqueires e São Luiz, a 12 e 15 km do engenho.⁴⁵⁵ A nova Companhia foi organizada na Capital do Estado, centro comercial e financeiro, com capital de 1.500 contos, como noticiou a Gazeta local. O capital social era três vezes aquele incorporado dez anos antes para a criação da antiga Companhia Engenho Central de Piracicaba.

“Niágara Paulista

Com este titulo incorporou-se em São Paulo uma importante companhia que destina-se a cultura de canna, fabricação, refinação de assucar, álcool, cal, etc. O seu capital é de 1.500:000\$ de réis. É a essa Companhia que pertence o Engenho Central d’esta cidade.”⁴⁵⁶

Essa injeção de capital feita por essa incorporação, após três anos de reorganização da produção, levou o Barão a resgatar o restante da dívida contraída com

⁴⁵⁴ Acta da sessão da Assembléa Geral dos Accionistas em 10 de março de 1887. In: Gazeta de Piracicaba. 27/03/1887. BMP.

⁴⁵⁵ Eliana Tadeu Terzi. Op. Cit., p. 181.

⁴⁵⁶ Gazeta de Piracicaba. 11/01/1891. BMP.

a compra do engenho, que alcançava pouco mais de 147 contos, após pagamento de várias parcelas.⁴⁵⁷

As três empresas reformuladas no final do Império e início da República tinham como objetivo, além da produção de açúcar, o desenvolvimento da cultura agrícola, diferentemente do projeto inicial de implantação dos engenhos centrais. As novas Companhias detentoras dos centrais de Porto Feliz e Capivari recorreram novamente à política de garantia de juros do Império, que teve continuidade com a República, mas, como antes, nada receberam, além da concessão. O ex-monarquista Barão de Rezende trilhou o caminho de empresário açucareiro fora daquela política, que, aliás, nada pagou de garantia de lucros à Companhia Engenho Central de Piracicaba.

A empresa de Lorena, com o grande déficit de 1888 e os planos de expansão recorreu a novo empréstimo com emissão de debêntures, ao acionista e credor Barão de Castro Lima. Repetiu-se, quatro anos depois, o ocorrido em 1885. O empréstimo, autorizado em assembléia de acionistas realizada em 21 de Fevereiro de 1889, foi contratado em 20 de Abril deste mesmo ano, no valor de 500 contos de réis. A Companhia emitiu 5.000 debêntures, no valor de 100\$000 cada. O Barão de Castro Lima pagou as mesmas com 10% de desconto, no valor de 450 contos, as quais seriam resgatadas pelo valor nominal integral. Pagaria a CECL 8% de juros ao ano, com amortização mínima anual de 5% e prazo de 12 anos para a amortização integral. Ficava a Companhia obrigada a pagar o seguro anual do engenho contra incêndios.⁴⁵⁸

Com o empréstimo, a Companhia resgatou a dívida de 209:500\$000 que tinha com o citado Barão, restante do empréstimo de 250 contos feito em 1885, pagou credores e começou a comprar terras para desenvolver o cultivo da cana, o que aumentou ainda mais seu patrimônio, nos anos finais da década de 1880. A fábrica foi reaparelhada com novo alambique importado para a produção de álcool e suas dependências ampliadas.⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ Escritura de quitação que dão Jayme Pinto de Almeida e outros ao Barão de Rezende, da quantia total de 140:575\$337. 31/01/1891, fls. 8-11. Escritura de quitação que dão Bruhnes e Companhia ao Barão de Rezende, da quantia total de 7:248\$622. 02/02/1891, fls. 12-13. Piracicaba, 2º Ofício, livro 54.

⁴⁵⁸ ESCRITURA de quitação que passa o Barão de Castro Lima a Companhia Engenho Central de Lorena, dívida por empréstimo e hipoteca de bens que faz a mesma Companhia ao referido Barão de Castro Lima, 1º Cartório, 20/04/1889.

⁴⁵⁹ Veja capítulo anterior.

Ao mesmo tempo em que essas Companhias reorganizavam a produção, após o fim do trabalho escravo, surgiu outro grande engenho central no Oeste paulista. Fundou-o Comendador Freitas, que lhe deu o nome, em Araraquara, em 1889, ao lado da Estrada de Ferro Paulista, distante 13 km da Estação de Fortaleza. Foi a primeira do planalto ocidental paulista, que conhecia a expansão da lavoura cafeeira, após a abertura das ferrovias. Araraquara, distante do Porto de Santos, desde a primeira metade do século XIX, mantinha pequena produção de derivados de cana para o mercado local e a partir da década de 1860 abriu-se à plantação escravista cafeeira de exportação.⁴⁶⁰ Seu maquinário foi fabricado nos Estabelecimentos Cail, especialmente para esse empreendimento. Instalado de uma só vez, como os quatro primeiros, custou cerca de 800 contos. Sobre ele escreveu Sawyer: “podemos dizer que aqui como em Villa Raffard, não se procurou economizar na construção destes aparelhos; todos são do melhor material e da melhor mão de obra.”⁴⁶¹

O Comendador não conseguiu manter tamanho investimento e o engenho central passou para o Banco da República, na difícil conjuntura econômica dos primeiros anos da República, especialmente nas difíceis safras de 1893-94. Não sabemos o ano dessa transferência de propriedade. Em 1903, Sobrinho informou que pertencia ao referido Banco, dois anos depois o engenho já pertencia a José T. Marques Valle, comissário de café em Santos. O empreendimento foi montado em duas fazendas anexas, afastado do núcleo urbano, diferentemente das quatro primeiras unidades.⁴⁶²

O resultado do investimento da Companhia lorenense, entretanto, não foi o esperado pelos acionistas. A difícil conjuntura de queda de preços fez com que a Companhia passasse a operar no vermelho, com uma seqüência de safras deficitárias.⁴⁶³ A safra de 1889 apresentou déficit de 108:603\$541, mesmo o engenho moendo mais canas do que nos anos anteriores.⁴⁶⁴ As perdas diminuíram no ano de 1890, provavelmente devido ao grande aumento nos preços do açúcar, com receita de

⁴⁶⁰ Pierre Monbeig. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, HICITEC/POLIS, 1984.
Rosane Carvalho Messias. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888*. São Paulo, UNESP, 2003.

⁴⁶¹ Frerederic Sawyer. *Op. Cit.*, p. 130.

⁴⁶² Julio Brandão Sobrinho. Boletim da Agrucultura, série 12, dezembro de 1903, p. 576. Frerederic Sawyer. *Op. Cit.*, p. 161.

⁴⁶³ O preço do quilo do açúcar, que fora de \$234 em 1884, caiu a \$170 em 1887, \$132 em 1888, \$173 em 1889, teve boa recuperação em 1890, \$275, voltando a cair para \$188 em 1891. Sônia Bayão R. Viana, *op. cit.*, p. 273.

⁴⁶⁴ PROCESSO de Liquidação Judicial, 14/03/1901. 1º Cartório, Lorena, folhas 39-40.

188:176\$220 e despesa de 209:877\$850, amargou a Companhia déficit de 21:701\$630.⁴⁶⁵

Em 1891, sofreu a Companhia novo déficit e as perdas somaram 76:083\$336. A garantia de juros do Governo amenizava a situação da empresa, possibilitando o cumprimento de alguns compromissos. Até 23 de Janeiro de 1892, o Governo Imperial pagou 236:467\$805 à CECL, como vemos na tabela seguinte.

JUROS PAGOS À COMPANHIA ENGENHO CENTRAL DE LORENA	
DATA	QUANTIA
30 de Junho de 1886	50:792\$700
29 de Dezembro de 1886	15:750\$000
31 de Dezembro de 1887	28:384\$199
31 de Janeiro de 1889	28:140\$906
07 de Fevereiro de 1890	37:800\$000
23 de Janeiro de 1892	75:600\$000
Total	236:467\$805

Fonte: Relatório do Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, 1895, Anexo 1. AN

A grande safra de 1892 quebrou uma seqüência de quatro safras deficitárias. Neste ano, a Companhia movimentou quantidades bem maiores de recursos do que nos anos anteriores, devido à compra de açúcar e aguardente para a fabricação de açúcar e álcool. Assim pôde aproveitar a alta nos preços dos derivados de cana, pois o açúcar alcançou o preço de \$251 réis em 1892 e \$422 réis em 1893. Em seu balanço, em 30 de Junho de 1893, apresentou a Companhia saldo de 119:571\$740, totalizando sua receita 671:047\$720 e despesa 551:475\$280.⁴⁶⁶ Sobre esse resultado, comentou o Engenheiro Fiscal do Governo, “Não foi porém o assucar, como devia ser, que deu este lucro: foram a aguardente e o alcool.”⁴⁶⁷

⁴⁶⁵ Relatório do Engenheiro Fiscal Gervásio Pires Ferreira, 08 de Janeiro de 1892, p. 6.

⁴⁶⁶ Relatório do Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, 1895, p. 95. Para os preços, Sônia Bayão R. Viana, *op. cit.*, p. 273.

⁴⁶⁷ Relatório do Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, 1895, p. 95.

O resultado positivo dessa safra deu certo alívio à Companhia e novo ânimo a seus acionistas, que vinham ampliando seu patrimônio em novas dependências, material rodante e flutuante e aquisição de terras. Projetando safras como essa de 1892, a direção comprou mais terras para a criação de colônias agrícolas, encomendou mais uma locomotiva, dez vagões, um rebocador e cinco chatas de ferro para o transporte fluvial da cana.⁴⁶⁸

Para cobrir os custos desse novo aumento no patrimônio da empresa era necessário novo aporte de capital, pois o ativo da mesma já ultrapassara 1.300 contos de réis, em fins de 1892, enquanto a Companhia trabalhava com capital de 1.000 contos, sendo 500 contos em ações e 500 do empréstimo em debêntures. Liderados pelo diretor Comendador Arlindo Braga, que dirigia a Companhia desde sua constituição em 1883, os acionistas aprovaram a elevação do capital acionário de 500 para 1.000 contos, com a emissão de mais 2.500 ações de 200\$000 cada, totalizando 5.000. Era dada preferência, na subscrição dessas novas ações, aos acionistas. Aprovaram também autorização para contrair empréstimo hipotecário para o desenvolvimento das colônias, auxiliar aos agricultores e resgatar a dívida existente, se fosse conseguida melhor forma de pagamento.⁴⁶⁹

Metade das 2.500 novas ações foi subscrita pelo Conde de Moreira Lima e a outra metade pelo Comendador Arlindo Braga, com realização de entrada de 10%, isto é, 25 contos cada um.⁴⁷⁰ A lista de acionistas participantes da Assembléia de Janeiro apresentou uma pequena alteração familiar na cúpula dos proprietários da empresa. Os Azevedo não mais apareceram nesse grupo, pois Francisco de Paula Vicente de Azevedo, Barão da Bocaina, e sua mãe D. Angelina Moreira de Azevedo afastaram-se da CECL. Antonio Rodrigues de Azevedo, Barão de Santa Eulália, faleceu em Janeiro de 1889. Alcino e Durval Braga, irmãos do fundador e diretor Arlindo Braga, entraram no negócio e também dirigiram a empresa, ao lado do irmão. Carlota Moreira Braga, esposa de Arlindo, e a Condessa de Moreira Lima compunham também a lista. Cabe destacar a figura do Coronel Vicente Barreiro, acionista que presidiu a Assembléia, que

⁴⁶⁸ Acta da Assembléa Geral Extraordinaria dos accionistas, 07 de Janeiro de 1893.

⁴⁶⁹ Acta da Assembléa Geral Extraordinaria dos accionistas, 07 de Janeiro de 1893.

⁴⁷⁰ Processo de Liquidação Judicial, 14/03/1891.

viria a ser a figura central da Companhia, dirigindo-a em sua última fase, no final do século.⁴⁷¹

A geada que atingiu os canaviais paulistas, no começo dos anos noventa, derrubou a produção de açúcar do Estado, nas safras de 1893 e 1894, destruindo expectativas empresarias de reorganização das finanças dessas Companhias. O ocorrido foi catastrófico para as finanças da Companhia de Lorena, que vinha se recuperando de safras deficitárias e passava por grande investimento em sua fábrica e expansão nos meios de transporte, o que queria dizer grandes compromissos a pagar.

Não foi diferente para as Companhias de Porto Feliz e Capivari, que vinham cambaleando com pequenas safras, nos anos iniciais da República. O engenho central de Porto Feliz fechou suas portas e paralisou as atividades, tendo a Companhia Paulista passado o engenho ao Banco de Crédito Real do Brasil para liquidação e pagamento do débito que a empresa tinha feito em sua reorganização. Em Capivari, concretizou-se a previsão do engenheiro fiscal e a Companhia organizada em 1886 teve o mesmo destino da Inglesa, pois não conseguiu pagar as dívidas contraídas. O engenho central foi seqüestrado pelo Banco Construtor e Agrícola de São Paulo e vendido aos senhores Hermann Burchard, Dr. Castro Sobrinho, Joaquim Eugenio do Amaral Pinto e Julio Conceição, pela quantia de 300 contos de réis. Os dois últimos foram acionistas incorporadores da Antiga Companhia de Piracicaba e agora estavam envolvidos da organização da nova Companhia de Capivary. Em todas elas estavam envolvidos homes de outros municípios da região, de São Paulo e da Corte.⁴⁷²

A Companhia Niágara Paulista, proprietária do engenho de Piracicaba, recuperou-se das duas pequenas safras de 1893 e 1894, comprou 90 alqueires da Fazenda Gilbert, em agosto de 1896 e as Fazendas Santa Cruz (40 alqueires) e Cayapá (180 alqueires), no ano seguinte, dobrando a produção nos dez anos após a compra dessa feita pelo Barão. Foi a única das primeiras quatro Companhias que conseguiu se reestruturar, no primeiro decênio republicano.⁴⁷³

O engenho central Monte Alegre foi vendido, em 1893, para Antonio de Almeida Rocha, produtor de café da cidade, tributado sob 45.000 kg em 1890, e

⁴⁷¹ Acta da Assembléa Geral Extraordinaria dos accionistas, 07 de Janeiro de 1893.

⁴⁷² Frederic Sawyer, *Op. cit.*, p.p. 36-37. Sílvio Carlos Bray, *Op. cit.*, p.p. 73-74.

⁴⁷³ Eliana Tadeu Terzi. *Op. Cit.*, p. 182.

Francisco de Paula Bueno, comerciante residente em Campinas, após cinco safras sob o comando da Sociedade “Amaral & Penteado”. Formaram a Sociedade Almeida Rocha e Bueno, com prazo de cinco anos, valor de 200 contos, com o fim de “explorar esta com o cultivo de canna, fabricação de assucar e aguardente principalmente, desenvolvendo na mesma fazenda outras culturas como é costume na lavoura do paiz, podendo tractar a sociedade do plantio de café;” Almeida Rocha ficou com a incumbência exclusiva da gestão da sociedade, pela qual perceberia oito contos por ano. A sociedade devia 22 contos ao sócio Francisco Bueno, vencendo juros de 12% ao ano. O valor de 100 contos é o que pertencia a cada um no valor da fazenda e engenho central Monte Alegre, contado com o crédito de 22 contos.⁴⁷⁴

Em Lorena, feita a nova subscrição de capital, o diretor Arlindo Braga partiu para o Rio de Janeiro, em busca de empréstimo de 1.000 contos de réis, ao Banco da República do Brasil, para cobrir os novos gastos e resgatar as dívidas existentes. Em oito de fevereiro de 1893, requereu o referido empréstimo de 1.000 contos.

O ano de 1893, que começou com tantos projetos e excelentes perspectivas para a CECL encerrou-se com grande frustração, pois as geadas do início da década dizimaram a produção da cana, reduzindo a safra a patamares inferiores ao ano inicial de 1885. A compra de açúcar e aguardente para a fabricação de aguardente e álcool diminuiu o prejuízo, mas não evitou o déficit de 43:448\$220.⁴⁷⁵ Para piorar a situação financeira da empresa, o Banco da República do Brasil negou-lhe o empréstimo pedido no início do ano, o que causou indignação ao diretor Arlindo Braga, que recorreu novamente ao Banco, explicando a situação difícil da Companhia que já contava com o dito empréstimo, pois os juros de 120 contos dos seus compromissos exauriam-lhe os recursos.⁴⁷⁶

Sem recursos, não pôde a Companhia saldar seus compromissos assumidos no ano anterior, com importações em especial de material para transporte, nem pagar os juros de sua dívida, que acumulavam a cada semestre. Deixou de pagar, ainda, alguns fornecedores de produtos para o funcionamento do engenho (graxa, óleos, estopa etc) estabelecidos na Capital Federal.

⁴⁷⁴ Escripura de sociedade que fazem Antonio de Almeida Rocha e Francisco de Paula Bueno. 18/07/1894. Piracicaba, 2º Ofício. Livro 62, fls 3-4.

⁴⁷⁵ Relatório do Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, Anexo 4.

⁴⁷⁶ Relatório do Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, Anexo 4.

Em meio à crise, a safra de 1894 agravou ainda mais a situação da empresa, com sua inexpressiva quantidade de cana para os padrões da grande indústria, 2.233.808 quilos. A matéria-prima principal do engenho central passara a ser o açúcar e a aguardente comprados, como podemos ver pelos dados do balanço fechado em 30 de Junho de 1895. O déficit da safra foi de 86:573\$140, com receita de 199:710\$130 e despesa de 286:283\$270. Somado ao do ano anterior, o déficit que passou para a safra de 1895/1896 foi de 130:021\$360. O álcool era responsável pela maior parte de receita.⁴⁷⁷

Para pagar a expansão da empresa nos anos de 1893/1894 e cobrir os prejuízos das safras, sem o pretendido empréstimo do Banco da República, o diretor Arlindo Braga levantou uma série de empréstimos pessoais entre seus irmãos, cunhados e tios; como também no sistema bancário de São Paulo e do Rio de Janeiro. O balanço do ativo e passivo da Companhia, no valor de 2.362:121\$344, fechado em 30 de Junho de 1894, demonstra o aumento do patrimônio da CECL: edifícios, máquinas e acessórios 637:999\$882; bens de raiz: terrenos, moradias para operários, propriedades rurais 262:766\$236; linha férrea ao rio Paraíba 108:834\$322, linha férrea de Santa Lucrécia 106:478\$375, linha ferrea do Taboão 21:633:920, carris de ferro urbanos 21:554\$810; material flutuante da linha fluvial 121:166\$019; moveis e utensílios 10:998\$410; provisões para colonos 1:471\$030; combustível 40:446\$000, somando mais de 1.400 contos de réis.⁴⁷⁸

O grande problema era que a produção do engenho não cobria tais dívidas, como ocorreu em Porto Feliz e Capivari, pelo contrário, aumentava-as, pois continuavam deficitárias. As contas da safra de 1895/1896 foram fechadas com déficit de 184:688\$349.⁴⁷⁹ Os juros aumentavam ainda mais a dívida inicial, levando o diretor e a Companhia à insolvência. No passivo de 1894 aparecem letras a pagar no valor de 118:482\$040 e saldo dos credores de 503:255\$665.

A solução seria um grande empréstimo, como argumentou Arlindo Braga ao Banco da República, para resgatar toda essa dívida, o que livraria a Companhia do pagamento de mais de 120 contos de juros ao ano. A solução buscada já era conhecida e

⁴⁷⁷ Relatório do Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 96.

⁴⁷⁸ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do 3º Districto, ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, anexo 2.

⁴⁷⁹ Processo de Liquidação Judicial, folhas 39-40.

caseira, um novo empréstimo ao Barão de Castro Lima, no valor de 1.000 contos de réis, com lançamento de 10.000 debêntures e hipoteca do engenho central. A escritura de dívida com hipoteca foi contratada em 15 de Junho de 1895, e resgatava o antigo empréstimo de 500 contos, de 1889, pagável em 15 anos com juros de 7% ao ano, pagáveis semestralmente. A Companhia comprometia-se a pagar 70 contos de réis anualmente.⁴⁸⁰

O empréstimo reorganizou as dívidas da Companhia, mas não as do seu diretor. Três dias antes do empréstimo, Arlindo Braga descontou uma letra de 30 contos ao Banco da República e outra de 13 contos, em 9 de Julho, ao Banco Popular de Guaratinguetá. Ambos protestaram as letras contra o diretor. Este, em 21 de Dezembro, reuniu seus credores e propôs concordata de três anos, mas nem todos aceitaram e a mesma não foi homologada, levando o comerciante e diretor à falência. O homem que dirigiu a Companhia desde sua fundação estava doente e faleceu em 18 de Fevereiro de 1896.⁴⁸¹

Todos os compromissos assumidos por este diretor, que dirigiu a Companhia por 13 anos, foi para aplicar na mesma. O fato fez com que Arlindo Braga se tornasse o maior acionista da empresa e tendo nela seu maior ativo. Da primeira série de 2.500 ações de 200\$000, 1.000 pertenciam ao diretor. Todas as 2.500 ações da segunda série, subscritas em 1893 e com 10% realizadas, foram para as mãos de Arlindo Braga, passadas pelo seu sogro e tio Barão de Castro Lima, em Dezembro de 1895. Este as recebera de seu irmão e genro, o Conde de Moreira Lima, como herança após a morte de sua filha. As famílias Braga e Castro Lima eram credoras de quase metade da dívida de Arlindo Braga, somando 488:149\$755, do montante de 1.120:234\$435. A dívida com os bancos eram de 233:018\$675, 20,80% do total.⁴⁸²

A maior parte do patrimônio de Arlindo Braga estava empregada, dessa maneira, na CECL, da qual era o maior credor. As finanças de ambos se confundiam, pois o diretor assumia pessoalmente as dívidas da empresa. A Companhia lhe devia nada menos de 1.010:000\$000. Decretada a falência do finado comerciante e diretor, o

⁴⁸⁰ ESCRITURA de divida com hypotheca de bens que faz a CECL ao Barão de Castro Lima, da quantia de mil contos de réis, Lorena, 15/06/1895.

⁴⁸¹ PROCESSO, Requerente D. Carlota Moreira Braga; Assunto: Concordata; 1º Cartório, Lorena, 22/02/1896.

⁴⁸² PROCESSO, Requerente D. Carlota Moreira Braga, 22/02/1896, folhas 179-181. 1º Cartório, Lorena.

Coronel Vicente Barreiros e Antônio de Pádua Machado foram declarados síndicos da massa falida de Arlindo Braga e diretores da CECL, enquanto o Conde de Moreira Lima foi o curador fiscal da mesma. Cabia agora fazer o levantamento do patrimônio, a classificação dos credores e o rateio.

O espólio da massa falida, que incluía imóveis no Rio de Janeiro e em cidades do Vale, e propriedades agrícolas, além de apólices da dívida pública, ações e debêntures da CECL, alcançou a quantia de 237:906\$620, reduzido a 224:678\$428, com os descontos cabíveis. Em 7 de Outubro de 1896, foram vendidas 83 apólices da dívida pública e 200 ações da primeira série da CECL, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pertencente à massa falida, para cobrir o penhor feito ao Banco Hipotecário do Brasil.⁴⁸³

O Conde de Moreira Lima arrematou em hasta pública, em 2 de Outubro, além de vários imóveis que pertenciam ao finado diretor, as dívidas ativas deste, no valor de 617:724\$100. Quase toda essa quantia era dívida da CECL, sendo 507:074\$100 de saldo de conta corrente e 110:550\$000 de endossos. Passava o Conde a ser grande credor da Companhia que havia fundado, a exemplo de seu irmão mais velho, o Barão de Castro Lima, e mantinha os negócios da Companhia de Lorena sob controle dessa família.⁴⁸⁴

O Barão de Castro Lima, credor da CECL desde seu primeiro empréstimo, em 1885, faleceu também em 1896, aos 67 anos, deixando para os quatro filhos 3.000 debêntures da Companhia, no valor de 300 contos de réis, com dois semestres de juros atrasados.⁴⁸⁵ Desfizera-se, dessa maneira, o grupo inicial dos quatro concessionários da CECL, restando apenas o Conde de Moreira Lima, que concentrava grande riqueza em terras, cafezais, negócios e ainda na Companhia.

Em meio a todos esses acontecimentos fatídicos para os incorporadores da CECL, com exceção do Barão da Bocaina que já havia partido para a vida empresarial na Capital, os acionistas reuniram-se em assembléia extraordinária, em 25 de Maio, para deliberar sobre a realização da safra de 1896 e o futuro da Companhia lorenense. Esta estava sem recursos para o custeio da safra e os acionistas propuseram aos novos

⁴⁸³ PROCESSO, Requerente D. Carlota Moreira Braga, 22/02/1896, folha 341.

⁴⁸⁴ ESCRITURA de compra e venda que fazem os syndicos da massa falida do finado Commendador Arlindo Braga e o Conde de Moreira Lima. 1º Cartório, Lorena, 02/10/1896.

⁴⁸⁵ PROCESSO: Inventário do Barão de Castro Lima. 1º Cartório, Lorena, 19/05/1896, folha 135.

diretores eleitos, Vicente Barreiros e Antonio de Pádua Machado, o levantamento de algum capital no mercado para o financiamento da mesma safra.⁴⁸⁶

Pela primeira vez, foi feita a proposta de venda ou arrendamento do engenho central, apresentada pelo acionista Antônio Moreira de Castro Lima, filho do finado Barão de Castro Lima, nos seguintes termos,

“sendo notorias as dificuldades com as quaes a muito luta a empreza na obtenção de recursos para o seu funcionamento, agravadas ainda pela morte de seu incansavel director Commendador Arlindo Braga, e não sendo conveniente prolongar-se indefinidamente um tal estado de couzas, indico que fique a directoria investida de plenos poderes para, com o necessario consentimento dos credores debenturistas, promover a venda de todos os bens da Comapanhia ajustando as clausulas e condições convenientes, de modo que a Companhia não receba menos de Réis mil contos de réis, livres de quaesquer despesas; e no caso de ser impossivel a venda, para, com igual consentimento, abrir concurrencia publica, para arrendamento do Engenho, mediante condições rasoaveis.”⁴⁸⁷

Para o custeio da safra, o Conde de Moreira Lima forneceu, em 2 de Agosto, 20 contos em empréstimo, aumentado para 60 contos de réis, em 2 de Setembro, “para despesas impreteriveis com reparos e concerto de seu Engenho e com a moagem da safra do corrente anno.”⁴⁸⁸ Comprometia-se a Companhia a pagar em quatro meses, juros de 10% ao ano, com penhor da safra.

Em 12 de novembro de 1896, os 47 credores fizeram o rateio do dinheiro arrecadado e das 2.500 ações da CECL, que faziam parte da massa falida de Arlindo Braga. A falência de Arlindo Braga ampliou o número de acionistas da CECL, envolvendo várias instituições e pessoas, de maneira forçada, mesmo que de longe, nos negócios do açúcar. O controle da Companhia permaneceu, todavia, em mãos dos Castro Lima e Bragas, maiores acionistas e credores da mesma.

⁴⁸⁶ Acta da Assembléa Geral Extraordinaria, 25/05/1896; Processo, 22/02/1896, folhas 159-168.

⁴⁸⁷ Acta da Assembléa Geral Extraordinaria, 25/05/1896, folha 164.

⁴⁸⁸ ESCRITURA de obrigação e penhor agricula..., 02/10/1896.

A empresa não conseguiu se reestruturar e organizar o suprimento de canas. As safras do engenho não ofereciam mais nada ao capital lorenense, a não ser uma seqüência de déficit, como demonstra a conta de lucros e perdas das últimas cinco safras da década de 1890: 187:940\$969, em 1896; 122:873\$120, em 1897; 99:871\$880, em 1898; 118:562\$640, em 1899; e 89:935\$190, no último ano do século.⁴⁸⁹ O máximo que conseguia a Companhia, em ano bom, era baixar o déficit da safra anterior, sem oferecer lucros para o pagamento dos fornecedores de alguns produtos industriais ao engenho, muito menos pagar a dívida fundada. A sobrevivência da CECL, nestas condições, estava ameaçada.

A partir de 1896, alguns fornecedores de suprimentos para a fábrica começaram a cobrar as dívidas judicialmente. O primeiro a fazê-lo foi Silva, Vieira & Companhia, casa comercial do Rio de Janeiro, responsável pela importação das duas caldeiras Babcock e Wilx e do forno queimador de bagaço, dos Estados Unidos. Esse maquinário foi avaliado em 80 contos de réis e penhorado à Companhia carioca. Sua instalação foi embargada pela justiça, ficando sob guarda dos diretores do engenho, sem utilização, portanto, no trabalho das safras.⁴⁹⁰ Borlindo, Moniz & Companhia; Hime & Companhia, cessionária da Companhia Industrial do Brasil; e Fonseca, Machado & Irmãos, todas com sede na Capital Federal, seguiram o mesmo caminho, tentando receber dívidas contraídas a partir de 1893. A primeira Companhia cobrava dívida de 8:097\$912, resultado do fornecimento de graxa, óleo, estopa etc., feito desde o ano de 1893. O principal da dívida era de 5:345\$460, o restante eram juros não pagos.⁴⁹¹ A Companhia Industrial do Brasil forneceu vários materiais à CECL, principalmente barras e chapas de ferro, no valor de 31:807\$490, que os juros elevaram a 51:870\$460, cobradas pela cessionária.⁴⁹² Fonseca, Machado & Irmãos foi a responsável pela importação do material rodante e flutuante, nos anos de 1893/94, sendo credora da CECL, em 1901, de 131:883\$171.⁴⁹³

Diferentemente do engenho central de Lorena, o de Piracicaba vivia o momento de maior produção, pois já era empresa consolidada sob o domínio da Companhia

⁴⁸⁹ Processo de Liquidação Judicial, folhas 39-40.

⁴⁹⁰ Processo, Exequente: Silva, Vieira & Companhia, 04/03/1896. O Barão de Castro Lima entrou com pedido de embargo, para garantir seu direito hipotecário sobre o maquinário do engenho, mas faleceu durante o processo, em 01 de Maio deste ano, ficando o embargo inconcluso.

⁴⁹¹ PROCESSO, Exequente: Borlindo, Moniz & Companhia, 11/12/1897.

⁴⁹² PROCESSO, Exequente: Hime & Companhia, 14/09/1898.

⁴⁹³ PROCESSO, Exequente: Fonseca, Machado & Irmãos, 03/03/1899. Processo de Liquidação Judicial, 14/03/1901.

Niágara, após 1891. Havia um bem organizado sistema de produção de matéria-prima através dos fornecedores e das Colônias. A Companhia optou, no entanto, pela venda da fábrica, em 1899, para um grupo de investidores franceses. O jornal de Piracicaba noticiou a decisão dos acionistas, de 20 de abril, em assembléia realizada na capital paulista, de dissolver a mesma e vender os bens por 2.500 contos de réis.⁴⁹⁴ Menos de três meses depois da reunião dos acionistas, a República concedia autorização para Societè Sucrierie de Piracicaba funcionar no País. No mesmo dia 4 de julho foi concedida autorização semelhante para a Sucrierie de Villa Raffard, antigo engenho central de Capivari, também comprado pelos franceses.⁴⁹⁵

No ano anterior, o engenho Monte Alegre, em Piracicaba, havia sido vendido a Antonio Alves de Carvalho, após o vencimento dos cinco anos da antiga sociedade proprietária. Alves de Carvalho transformou esse pequeno central em uma das maiores unidades produtivas, na década seguinte, ampliando as dimensões de sua fábrica.

Em Lorena teve início a reorganização da produção agrícola para novamente abastecer o grande engenho, mas outra abrupta queda nos preços dos derivados de cana levou à bancarrota as finanças da Companhia. O Conde de Moreira Lima, sem receber os juros nem amortização de seu crédito, desiludido com a Companhia que fundara, cedeu seus direitos creditórios, no valor de 766:132\$315, ao comerciante carioca Manoel de Oliveira e Silva, pela quantia de 16 contos de réis. O preço da transação demonstra a perspectiva baixa de recebimento de tão elevada quantia.⁴⁹⁶ Muito menos recebeu o negociante carioca, pois a crise no setor açucareiro, na virada do século XIX, assolou a Companhia, como publicou um jornal local:

“Infelizmente, ao que nos consta, apesar da grande safra d’este anno, a empresa viu-se envolvida pela inesperada baixa dos seus productos. O assucar de 45\$000 por sacco desceu a 16\$200, e o alcool de 700\$000 a pipa chegou a 130\$000.” E concluiu o jornal, “Não há capitaes que se possam considerar abrigados de enormes riscos diante de tal instabilidade.”⁴⁹⁷

⁴⁹⁴ Gazeta de Piracicaba. 23/04/1899. BMP.

⁴⁹⁵ Decreto 3.330 de 04 de julho de 1899. Decreto 3.333 de 04 de julho de 1899. LRB.

⁴⁹⁶ ESCRITURA de cessão de direitos creditórios que faz o Conde de Moreira Lima..., 10/07/1899.

⁴⁹⁷ O Municipio. In: Processo de Liquidação Judicial, 14/03/1901.

A falência pessoal do diretor Arlindo Braga, em 1895, evitou a da Companhia, mas agora, nesse contexto de insolvência da mesma, o comerciante Manoel de Oliveira e Silva pediu judicialmente a liquidação da CECL, em 24 de Março de 1901. Comunicados a respeito, assim seu diretores resumiram a precária situação financeira da empresa, na conjuntura do final do século.

“Exc. Snr. Dr. Juiz do Commercio.

Cumprindo o respeitavel despacho de V. Exc. Em requerimento em que Manoel de Oliveira e Silva, credor da Companhia Engenho Central de Lorena, pede a liquidação desta empresa, cabe-nos o dever de prestar a V. Exc. a seguinte informação: Em 1896, ao tomar conta da administração da Companhia Engenho Central de Lorena, o primeiro dos signatarios da presente informação encontrou a empresa abatida, sem plantação, sem crédito e até malvista, estando as suas colonias em absoluto e injustificavel abandono. Dos esforços pertinazmente empregados para reabilitar a Companhia, quer no tocante ao seu crédito, quer no com respeito a sua direção, podem dar testemunho quantos tem acompanhado a promissora transformação porque a pouco e pouco foi passando a empresa d’aquella epocha para cá. Ainda em 1.899 nutriu a administração fundadas esperanças de ficar em dia pelo menos com o serviço de juros devidos aos seus credores, cuidando em seguida da amortisação possivel dos respectivos débitos. Generalisaram-se, porém, infelizmente, - em 1.900 - a crise para todas as industrias, que não alcançaram mais recursos para as suas forçadas despesas de custeio. Essa situação aggravou-se também para nós pela extraordinaria baixa no preço do assucar, do alcool e da aguardente, cujo fabrico constitui a exploração da Companhia Engenho Central de Lorena. Hoje é de todo o ponto impossivel á alguem compreender aos encargos com que se é sobrecarregado, tornando-se dia a dia mais precaria a sua existencia.

Lorena, 25 de Março de 1901.

Vicente Barreiros, director – presidente. Gustavo Estreme.”⁴⁹⁸

⁴⁹⁸ Processo de Liquidação Judicial, 14/03/1901, folha 16.

O Juiz de Direito da Comarca decretou, então, a liquidação forçada da CECL, vinte anos após a concessão governamental. O diretor Vicente Barreiros e o negociante Manoel de Oliveira e Silva, os maiores credores, foram nomeados síndicos da massa falida. Cabia agora fazer a classificação dos credores e o levantamento do patrimônio da empresa. Vicente Barreiros tornou-se o maior credor da Companhia, após as mortes de Arlindo Braga e do Barão de Castro Lima, possuindo as 10.000 debêntures no valor de 1.000 contos de réis, do empréstimo feito em 1895. No momento da liquidação, somados os juros, essa dívida chegava a 1.173 contos, além de 95:964\$110 de despesas no custeio das safras. Manoel de Oliveira e Silva constava da lista com crédito de 1.009:883\$156. O Governo Federal era credor, devido ao pagamento da garantia de juros durante a existência da Companhia, de 470:326\$899, constituindo-se no terceiro maior credor da mesma. A dívida com a Câmara Municipal, por não pagamento de impostos durante os anos noventa, era de 51:409\$680. Outros grandes credores eram velhos conhecidos da CECL: Fonseca, Machado & Irmão (155:987\$093), Silva, Vieira & Cia (96:993\$388), Companhia Industrial do Brazil (72:205\$350), Gomes de Oliveira & Cia (33:501\$220), Banco da República do Brazil (33:396\$010), Brandão, Saraiva & Cia (18:845\$160), Borlindo, Moniz & Cia (11:718\$290).⁴⁹⁹

Reunidos em 30 de Abril, os credores não apresentaram nenhuma proposta de concordata e autorizaram a venda dos bens da Companhia. Estes foram avaliados em 1.614:693\$992, quase três vezes o valor do ano de 1885, quando da primeira safra.⁵⁰⁰ O último balanço da Companhia apontou ativo e passivo de 3.727:873\$643. Esta era credora de 55:774\$395, principalmente aos pequenos fornecedores. O leilão dos bens e das dívidas ativas foi marcado para o dia 20 de Maio de 1901, no salão da Câmara Municipal.⁵⁰¹ Os bens avaliados em quase 1.700 contos foram arrematados pela quantia de 701:089\$800 por investidores franceses, liderados pelos principais acionistas das unidades de Piracicaba e Capivari, adquiridos dois anos antes.⁵⁰² Do dinheiro arrecadado descontaram-se 14:032\$220 de comissão dos síndicos, 1:500\$000 de documentos pagos à Câmara Municipal e 690\$000 do trabalho pago ao leiloeiro. O restante coube ao diretor Vicente Barreiros, sendo 95:964\$110 do crédito de domínio e

⁴⁹⁹ Processo de Liquidação Judicial, 24/03/1901, folha 160. 1º Cartório, Lorena. APL.

⁵⁰⁰ Processo de Liquidação Judicial, 1901, folha 47. 1º Cartório, Lorena, APL.

⁵⁰¹ A edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, de 05/05/1901.

⁵⁰² O DECRETO 4.092 de 22/07/1901 concedeu autorização para a Societé de Sucrierie de Lorena funcionar na República.

588:903\$470 para pagar a hipoteca do empréstimo de 1.000 contos de réis. As dívidas ativas foram vendidas a Aprígio Caldas, negociantes do Rio de Janeiro.⁵⁰³

Os franceses compraram também o engenho central de Porto Feliz, neste mesmo ano, que havia parado a produção em 1892, adquirindo os quatro centrais que surgiram vinculados à política imperial. O capital estrangeiro era detentor, dessa forma, das maiores unidades produtivas açucareiras do Estado de São Paulo. Ocorria, no caso paulista, o inverso do processo pernambucano, cujos poucos engenhos centrais implantados pelo capital estrangeiro passavam para o domínio dos produtores nacionais. A lista de acionistas das quatro Sociedades organizadas na França apresenta o grupo que se transformou no maior produtor de açúcar de São Paulo.

Ao todo 16 homens se envolveram na aquisição desses engenhos centrais, dos quais cinco eram acionistas de todas elas, concentrando a maior parte do capital investido. O engenheiro Henry Durocher, o industrial Fernand Doré, os negociantes Maurice Allain, Ferdinand Greyenbiehl e o proprietário Conde de Bertier de Sauvigny dominavam esse investimento. Outros engenheiros e negociantes se envolveram no negócio. A aquisição dessas unidades pelo pequeno grupo estrangeiro simplificou o número de acionistas envolvido até então nas várias Companhias açucareiras surgidas no final do século XIX, resultando em grande concentração de capital. Nenhum engenho central pertencia mais a alguma Companhia com dezenas de acionistas, como as primeiras que surgiram na Província. Vimos como os dois últimos que surgiram na década de 1880, o fizeram de propriedade individual. (veja anexo 4).

Ao mesmo tempo em que essas vendas ocorriam, transferindo a propriedade dos cinco primeiros engenhos centrais, teve início outro movimento de instalação dessas unidades. Seus proprietários não recorreram à política de implantação de engenhos centrais, ainda vigente, do Governo Federal, pois já tinham encontrado seu próprio caminho e aprendido com as experiências anteriores. Possuíam dimensões e qualidades diferentes e foram montados nas novas regiões cafeeiras do Estado.

O primeiro deles, o central Indaiá, foi montado pelo Engenheiro Dr. Augusto Ramos, que comprou a fazenda em 1898 para esse fim, a 1.500 m da estação Indaiá da Estrada de Ferro Mogiana, em Franca. Era um pequeno central montado com máquinas já antigas, mas todo mecanizado, de origens e anos diferentes de fabricação, além de

⁵⁰³ PROCESSO de Liquidação Judicial, folha 220. APL.

algumas produzidas em oficinas locais. Seu valor girava em torno de 120 contos e seu fundador não conseguiu quitar a compra da fazenda, que retornou para o domínio de seu antigo proprietário, Coronel Francisco Pereira Leite Ribeiro, com as geadas dos primeiros anos de século seguinte.⁵⁰⁴

Em seguida, o grande produtor de café Dr. Henrique Santos Dumont, maior cafeicultor de Ribeirão Preto, na última década da escravidão, resolveu investir recursos aí auferidos na nascente grande indústria açucareira. Engenheiro francês, irmão do pai da aviação, administrou fazenda de café de seu sogro, no município de Valença, Vale do Paraíba fluminense. No final dos anos 1870, migrou para a região de maior expansão de café, Ribeirão Preto e sertãozinho, onde fez fortuna com seus 5 milhões de pés de café. Entre 1894 e 1899 o Dr. Henrique Dumont adquiriu dez fazendas vizinhas, com as quais fundou a Santa Amália, criando uma grande propriedade produtora de café e cana.⁵⁰⁵

A partir de então estudou os sistemas de fabricação de açúcar e comprou os aparelhos do Engenho Central Rio Bonito, Barra do Pirai, Rio de Janeiro, produzidos pelos antigos Estabelecimentos Cail, em 1886, com os quais montou o engenho central London. Era, portanto, um empreendimento montado com planta industrial completamente planejada como grande unidade, somando-se às cinco existentes no Estado. O engenho foi instalado no município de São Simão, a 20 km da Estação Santos Dumont, da Mogiana, com a qual era ligado por ferrovia particular construída por ele, em 1899.⁵⁰⁶ Foram as últimas a serem instaladas, durante o século XIX.

Em 1903, após a proibição de novas plantações de café, então, Albano Pimentel montou seu pequeno engenho central com seu nome, a uma légua da Estação Graminha da Estrada de Ferro Paulista, em Jaboticabal. Esse senhor esteve envolvido na instalação do engenho central de Capivari, como acionista e fornecedor de cana, desde sua inauguração, em 1884, e assumiu a direção da Companhia de Engenho Central de Capivary que substituiu a empresa inglesa. Continuou como grande fornecedor para a Sociedade francesa, em seus primeiros anos, mas vendeu suas propriedades em Capivari e se transferiu para Jaboticabal para dirigir seu empreendimento. O maquinário foi comprado de vários lugares, com o qual gastou 138 contos, compondo uma indústria

⁵⁰⁴ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 54-56 e 134-135.

⁵⁰⁵ Silvio Zamboni. *O Café no Norte Paulista: a crise de 1929 na Fazenda Dumont*. Piracicaba, ESALQ/USP, pp. 13-17. Dissertação de Mestrado.

⁵⁰⁶ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 52 e 128.

bem menor do que aquela que dirigira. Albano Pimentel esteve ligado a todo o processo de modernização da produção açucareira, no período aqui estudado.⁵⁰⁷

Esses imigrantes enriquecidos com o café mudavam o perfil dos antigos grupos envolvidos na produção açucareira que estavam levando a cabo esse processo de modernização.

Campinas, que foi o maior produtor de açúcar da primeira metade do XIX e responsável pela implantação da grande lavoura de café no Oeste, a partir de meados do século, participou desse processo de modernização, quando a família Nogueira implantou uma grande unidade produtora de derivados de cana no município, nos anos de 1904-1905. Montada em grande propriedade, no km 41 da Estrada de Ferro Funilense, pertencia à Sociedade incorporada por Artur Nogueira, José Paulino Nogueira, Paulo Nogueira, Sidrak Nogueira e Antonio Carlos da Silva Teles. Eram homens ligados à produção de açúcar, café e à comercialização desses produtos. Esses últimos engenhos centrais surgiram já com produção verticalizada, na qual moíam a própria cana. Sawyer visitou essa propriedade no momento de sua instalação, que coincidiu com seu estudo, descrevendo os grandes canaviais e a preparação do engenho para fabricar açúcar, a partir de 1905.⁵⁰⁸

A exemplo de Henrique Dumont o Coronel Francisco Schmidt, maior produtor de café de Ribeirão Preto, na última década do século, aplicou recursos da fortuna feita no café na produção de derivados de canas. Imigrante alemão, colono, dono de armazém, Schmidt fez fortuna na expansão cafeeira em Ribeirão Preto. Entre 1890 e 1899, comprou 12 fazendas nessa localidade, totalizando 2.935 alqueires de terra e 3.413.910 pés de café. Coronel Schmidt montou o engenho central com seu nome, em 1906, ano de superprodução e queda do preço da rubiácea, em sertãozinho, no valor de 500 contos de réis.⁵⁰⁹ Antes de montar esse engenho central de primeira ordem, Schmidt já havia adquirido um bom engenho semimecanicado denominado Cachoeira, montado em 1898 por Manoel Dias do Prado, um dos maiores cafeicultores de Franca, possuidor

⁵⁰⁷ Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, pp. 63 e 137-138.

⁵⁰⁸ Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, pp. 57-59. Júlio Brandão Sobrinho. *Op. Cit.*, pp. 80-94. Artur Nogueira aparece em várias escrituras de compra de terras, no município de Capivary, no final do século XIX. 1º Ofício de Capivary.

⁵⁰⁹ Silvio Carlos Bray. *Op. Cit.*, pp. 133-134.

de 70.000 pés de café perto da Estação de Restinga, com aparelhos velhos, comprados em Campos.⁵¹⁰

Os franceses que compraram quatro engenhos centrais paulistas reequiparam fábricas, reorganizaram a plantação agrícola e os meios de transporte onde era necessário, especialmente reformularam o engenho central de Porto Feliz, ampliaram a capacidade produtiva, transformando-se nos maiores produtores açucareiros de São Paulo, nas décadas seguintes. No primeiro semestre de 1903, enviaram o engenheiro especialista na produção de açúcar J. Picard para estudar essas indústrias e propor medidas para seu desenvolvimento.⁵¹¹ Em 1907, as quatro companhias fundiram-se em um único conglomerado, a Societè de Sucreries Brésiliennes, que marcou o início de uma nova dinâmica no setor açucareiro paulista, com a constituição dos grupos proprietários de várias unidades, verticalizando produção e comercialização de seus produtos e de outras regiões.⁵¹²

Somavam-se a esses outros seis pequenos e grandes engenhos centrais, pertencentes a fazendeiros particulares e, um deles, a um comissário de café de Santos, que formavam, em começos do século XX, a moderna agroindústria açucareira paulista, em luta pelo abastecimento do mercado estadual com produtores dos outros estados, especialmente Pernambuco, que havia perdido o mercado internacional e lançava sua grande produção no mercado do Sul. Apresentavam diferenças em suas estruturas e na forma encontrada para suprir seus estabelecimentos de canas para as moendas, como também nas relações sociais de trabalho com os trabalhadores do campo. Chegaram a esse momento por caminhos distintos, e histórias diversas, representando o processo paulista de modernização do setor, com sua especificidade, em conjunto com o que ocorria no País, no momento de superação da sociedade escravista.

⁵¹⁰ Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, pp. 60 e 136-137. Júlio Brandão Sobrinho. *A Lavoura da Canna e A Indústria assucareira dos Estados Paulista e Fluminense*. São Paulo, Secretaria de Agricultura Commercio e Obras Publicas. Tipgraphia Brazil de Rothshild & Co, 1912, p. 74. Para a expansão cafeeira e a História Econômica de Franca veja Lélío Luiz de Oliveira. *Heranças Guardadas e Transições Ponderadas: História Econômica do Interior Paulista 1890-1920*. Franca, UNESP-FHDSS/ FACEF, 2006.

⁵¹¹ USINAS AÇUCAREIRAS DE PIRACICABA, VILLA – RAFFARD, PORTO – FELIZ, LORENA E CUPIM: Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903. Tradução de Maria da Glória Porto Kok e Alberto Alexandre Martins. Revisão Técnica, introdução e notas de Oriovaldo Queda e Tamás Szmrecsányi. São Paulo, HUCITEC/Unicamp, 1996.

⁵¹² Decreto 6.699 de 24 de outubro de 1907. Autoriza essa sociedade a funcionar na República.

CAPÍTULO 7 - A MUDANÇA TÉCNICA E A EVOLUÇÃO DOS ENGENHOS CENTRAIS PAULISTAS

Em julho de 1858, quando a produção de açúcar dos engenhos escravistas paulistas já não mais era remetida para o exterior, e o acesso ao braço escravo se tornava mais caro e difícil, um senhor do município de Casa Branca, Dr. Bento José Labre, ofereceu uma Memória ao Presidente da Província, Senador José Joaquim Fernandes Torres, contendo os “Conselhos aos senhores de engenhos da Província de São Paulo, consenrentes aos meios de utilisarem mais vantajosamente a força de braços e os recursos do solo no fabrico do assucar, tendo em atenção o estado actual das nossas industrias collateraes ou subsidiarias.”⁵¹³ Nela, o Dr. Bento propõe a melhoria geral da agromanufatura canavieira pregando o uso do arado e da adubação no campo, a melhoria dos carros de bois utilizados no transporte da matéria prima e da lenha, o uso de trilhos de madeira. Para o beneficiamento da cana, propõe o emprego de moendas a vapor com cilindros de ferro, como os “apparelhos completos de moagem” do senhor de engenho Domiciano José de Sousa, de Caconde.

Para evaporação e cozimento do caldo propunha a construção da fornalha única em sequência de forno cilíndrico, em substituição às de fornos separados. Existiam fornalhas em sequência de forno quadrado. Nada falou de cozedores a vácuo, já existentes, mas aconselhou o uso das turbinas “para as fabricas que se montarem de novo” à medida que “essa maquina poupa metade da casa do engenho, com sua carpintaria gigantesca, com formas e tanques para o melasso, com seu tendal e todo o trabalho manual respectivo.”⁵¹⁴ O objetivo desse senhor era aumentar o rendimento da produção, reduzir os custos e poupar braços de trabalho, a partir da introdução dos novos aparelhos de produção recentemente inventados.

Quase três anos depois, a Câmara Municipal de Itu informava o Governo Provincial que

“A industria agricula e fabril continua em geral a resentir-se do aferro á rotina, pelo que pouco ou nada tem se alterado. Vai, entretanto, começando a empregar

⁵¹³ Memória Offerecida ao Illustrissimo e Excellentissimo senhor Senador José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de S. Paulo pelo Dr. Bento José Labre. São Paulo, Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1859.

⁵¹⁴ Memória Offerecida ao Illustrissimo e Excellentissimo senhor Senador José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de S. Paulo pelo Dr. Bento José Labre, p. 21.

as charruas no amanho das terras, isto é, arados de revolver a terra, e arados propriamente ditos de aiveca dobrada, para abrir sulcos para as plantações das cannas. Estes instrumentos tem dado um resultado duplamente vantajoso, facilitando as plantações e tornando estas muito mais productivas.”

Os bons resultados desses instrumentos estimulam sua aquisição pelos senhores de engenhos do município, como apontou a mesma Câmara. “A utilidade destes instrumentos vai sendo apreciada pelos lavradores, porque de um anno para cá se tem mandado vir trinta charruas Cluchet, de Paris, e não poucas americanas compradas no Rio de Janeiro.”

Para a fabricação do açúcar o ofício trouxe novidades em relação aos Conselhos do Dr. Bento Labre. Informou, mesmo com um tom que denuncia o atraso e a rotina, que “para a purgação do assucar apenas se tem introduzido até agora duas machinas a força centrifuga no município: há porem ms nas suas visinhanças e a incontestável vantagem fará que vão se adoptando para a purgação do assucar”. Os ituanos mostraram a incontestável vantagem adquirida com a utilização das novas turbinas nos engenhos, pois torna

“desnecessário os imensos tendais onde passa o assucar por diversas operações durante 40 a 50 dias para chegar ao estado de entrar no mercado; e, graças a esta machina, são sufficientes 8 a 10 minutos para se poder fazer uso do assucar, que 48 horas antes era garapa.”

Os ituanos, dessa forma, não se eximiram de prestar informações de outros municípios, e prosseguiram:

“tão bem nas proximidades do município possui o senhor João Tibiriçá uma das mais apropriadas machinas de fabricar assucar a vapor e a ar livre, usada na Europa. O seu proprietário affiança serem certas as vantagens desta machina com a qual elle calcula obter um resultado duplo do que obteria se empregasse o capital della na lavoura usada no país, isto é, em escravos e terras e augmento do material commummente usado.”

Por fim, concluem os vereadores desse município açucareiro:

“é nestes exemplos de melhoramentos que esta Camara espera que a rotina irá cedendo seu emperramento e se avantajará a industria agricula até atingir a perfeição de outros países mais adiantados que nós, mas que tão bem ahi chegarão lentamente e por entre os mesmos obstáculos que actuaõ entre nós.”⁵¹⁵

Os dois documentos acima nos apresentam as mudanças em curso, ou os ‘melhoramentos’ que estavam sendo introduzidos na agromanufatura açucareira da Província de São Paulo, na década de 1850. Moendas a vapor já vinham substituindo as antigas existentes, durante a primeira metade do século e agora chegara o momento de modernizar os outros setores da manufatura. A introdução dessas máquinas, mais frequentemente a moenda a vapor e as turbinas centrífugas, criou um pequeno conjunto de engenhos semi mecanizados que acelerou o processo produtivo e melhorou o rendimento, além de poupar braços cativos. Alguns senhores mais capitalizados combinavam a antiga fornalha com seus tachos em sequência com modernas turbinas, acelerando o processo final de fabricação, como mostraram os vereadores ituanos. Um ou outro poderia adotar algum aparelho para o cozimento, como o fez o senhor João Tibiriçá, mas era mais difícil. Engenho houve, no final do século, com evaporadores abertos, cozedores e turbinas, mas com uma moenda antiga movida pela força de grande roda hidráulica.⁵¹⁶

Infelizmente, os inventários de ‘engenheiros de assucar’ consultados não descrevem a aparelhagem do engenho, mas pelo que tudo indica, poucos senhores dotaram-nos de novos aparelhos, durante o restante do século XIX, mesmo porque os engenhos produtores de açúcar foram reduzidos a pouco mais de uma centena. Dos 40 engenhos relacionados no município de Piracicaba, em 1866, nenhum o foi com moenda a vapor, embora vários tenham sido descritos como fabrica completa para se fazer açúcar.

⁵¹⁵ Ofício da Câmara Municipal de Itu de 25 de janeiro de 1861. AESP, cx. 278, ordem 1073.

⁵¹⁶ O primeiro engenho a receber uma máquina a vapor no Brasil foi o Ingaassu, na Ilha de Itaparica, de Propriedade de Pedro Antonio Cardoso, em 1815. Em 1847, foram introduzidos os primeiros tachos de cozimento a vácuo, pelos senhores Barão de Santa Rita, Comendador Julião Baptista Pereira de Almeida e Dr. Feliciano Prates. Veja Ruy Gama. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1993, pp. 193 e 213. Para a introdução dessas novas máquinas nas várias regiões do Brasil veja Omer Mont’ Alegre. Um século na História do Açúcar: Brasil-Cuba, 1760-1860. *Revista Brasil Açucareiro*, N. 6, Junho de 1969, pp. 22-66.

Vinte anos após a memória do Dr. Bento Labre, um grupo de paulistas ligados às atividades agrícolas, comerciais e bancária foi além da introdução de algumas máquinas em engenhos já existentes, construindo e instalando a primeira unidade totalmente mecanizada com o que havia de mais moderno para a produção açucareira, o Engenho Central de Porto Feliz. Era o princípio da instalação de um conjunto de 12 engenhos centrais mecanizados que formaram a grande indústria moderna de derivados de cana em São Paulo, até a primeira guerra mundial.

Diferentemente do que vinha ocorrendo, com introduções parciais de máquinas em um engenho existente, Porto feliz foi planejado e instalado como uma planta industrial completa. Constituída a empresa proprietária, o fornecimento do novo maquinário foi contratado à indústria francesa Brissoneau Frère, de Nantes. Para a construção da nova fábrica foi comprada parte de uma chácara à margem esquerda do rio Tietê, ao lado do núcleo urbano de Porto Feliz.⁵¹⁷

Nesse lugar foi levantado o edifício de alvenaria e cobertura de folha de ferro em forma de cruz cuja área total era de 1.772 m². Ao lado foi construído o cais de desembarque para as canas e sobre este foi construída a plataforma dos dois guindastes a vapor para 2.000 kg, pois o edifício fora construído a 10 m de altura do rio. Os guindastes eram munidos de relógio dinamométrico para pesar as canas, que eram conduzidas para a moenda de 3 cilindros de 1,20 x 0,60, movida por máquina a vapor de 25 cavalos, por pequenos tramways. A moenda podia moer de 80 a 90 carros de 100 arrobas de canas por dia.

Da moenda, o caldo ia para o sistema de decantação, composto de quatro defecadores hemisféricos de cobre de 15 hectolitros, dois tanques de decantação, três clarificadores e aparelhagem para o tratamento das espumas. A evaporação e cozimento foi montada verticalmente, e um ascensor elevava o caldo para o aparelho de evaporação de tríplice efeito de 1.200 hectolitros. O cozimento era feito a vácuo em

⁵¹⁷ Procuração bastante que fazem o Dr. José Manoel de Arruda Alvim, Luis Antonio de Carvalho, Antonio de Paula Leite de Barros, na qualidade de Directores provisórios do Engenho Central desta cidade, ao Dr. Cesário Masiaseño de Azevedo Motta Magalhães Junior, 20/08/1876. Escripura de venda de parte de uma chácara que fazem Manoel Augusto das Chagas e sua mulher a Companhia Assucareira desta cidade de Porto Feliz, pela quantia de 1:800\$000, 02/12/1876. Escripura de hypotheca que faz a Comapanhia Assucareira d'esta cidade de Porto Feliz aos fornecedores Brissoneau Irmãos de Nantes, no valor de 60:000\$000, 03/05/1877. MRCI, 1º Ofício de Notas, Porto Feliz, Livro 30.

duas tachas fechadas completas, fechadas, uma para 80 e outra para 50 hectolitros. Seis turbinas centrífugas, movidas por duas máquinas a vapor de 10 cavalos, completavam o maquinário produtivo dessa indústria, nas quais a massa cozida chegava por um caminho aéreo de ferro, após passar pelas resfriadeiras. As seis turbinas poderiam preparar em 10 ½ horas de trabalho até 500 arrobas de açúcar e mesmo 600, afirmou o diretor da Companhia. Quatro caldeiras tipo locomotiva com 100m² de superfície de aquecimento produziam vapor para movimentar essa maquinaria. Havia destilaria de sistema Ergot, para a produção de aguardente com o melaço dos últimos jatos. Picard informou, em 1903, que a destilaria era bastante grande para esse engenho, mas que só produzia aguardente de baixo teor alcoólico, não álcool.⁵¹⁸

Este o padrão tecnológico para a produção de açúcar e aguardente, implantado em São Paulo, a partir de 1878. Ele foi seguido, ampliado e aperfeiçoado, nas fábricas seguintes. Essa revolução tecnológica na forma de produzir derivados de cana pressupunha também uma mudança semelhante nos meios de transporte da matéria prima, pois seria necessário abastecimento compatível com a nova capacidade da fábrica. A Companhia proprietária da fábrica projetou seu abastecimento pela navegação a vapor no rio Tietê, escolha que se mostrou totalmente ineficaz pelas condições difíceis de navegabilidade do mesmo, no percurso dentro do município. No início de suas operações, o material fluvial da Empresa, reputado insuficiente pelo seu diretor, era composto de um vapor com força de dez cavalos e seis lanchas com capacidade para transportar, no máximo, 500 arrobas de canas. Havia também uma balança com capacidade para 5.000 kg, para pesagem de canas recebidas por via terrestre.⁵¹⁹ No ano seguinte, Para a condução das canas possuía a Companhia, além do vapor, 16 saveiros, dos quais estavam armados e em funcionamento o vapor e dez saveiros.⁵²⁰

⁵¹⁸ Ofício do Diretor Gerente da Companhia Assucareira de Porto Feliz, José Manoel de Arruda Alvim, 13/12/1878. AESP, CX 387, ORDEM 1182. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 23ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1883, pelo Presidente conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, S. Paulo, Typographia do Ipiranga, 1883, pp. 71-72. J. Picard. Op. Cit., pp. 121-123. Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 121.

⁵¹⁹ Ofício do Diretor Gerente da Companhia Assucareira de Porto Feliz, José Manoel de Arruda Alvim, 13/12/1878. AESP, CX 387, ORDEM 1182.

⁵²⁰ Ofício do Diretor Gerente da Companhia Assucareira de Porto Feliz, José Manoel de Arruda Alvim, 25-09-1879. AESP, Engenhos Centrais, cx. 1, ordem 5674.

Enquanto entrava em operação essa moderna fábrica, outros senhores da região buscavam melhorar seus engenhos tradicionais, como apontou o anúncio de um pedreiro de Itu, inventor e construtor de fornalhas, Carlos Henrique Steinchauer:

“As mencionadas fornalhas gastão menos da terça parte da lenha que gastão as antigas fornalhas, como prova com as que fez na fazenda Monte Alegre, em Piracicaba, que occupa 8 taxos, em Campinas, na fazenda Santa Genebra, Quilombo e Monte Alegre (districto de Campinas) e nesta cidade nas fazendas dos Srs Manoel Leite de Sampaio e Felipe Correa Leite, a que actualmente está fazendo na fazenda do Sr. Cap. Francisco Barreto de Souza e outras que tem feito, que seria longo enumeral-as.”⁵²¹

Seriam esses engenhos semimecanizados, com moenda a vapor ou alguma turbina, em combinação com a nova fornalha de até 8 tachos? Não sabemos, a não ser continuavam produzindo açúcar, como diziam, no sistema antigo, pelo menos em sua cozinha.

Seguindo o exemplo de Porto Feliz, três novos engenhos centrais foram instalados na Província, nos primeiros anos do decênio seguinte, incentivados pela política imperial já apresentada. Dois nos municípios vizinhos de Piracicaba e Capivari e outro no Vale do Paraíba, em Lorena. Os centrais de Piracicaba e Lorena foram montados com aparelhagens da mesma empresa francesa fornecedora de Porto Feliz, sob a responsabilidade do mesmo engenheiro André Paturau. Ambos trouxeram novidades em relação ao primeiro.

O central de Piracicaba foi o primeiro a ser montado, em 1882. Foi construído à margem direita do rio que lhe deu o nome, em frente ao núcleo urbano piracicabano, na outra margem. O edifício ocupava superfície de 1.764 m², excetuando a coberta a que abriga o condutor de canas de 250 m. A parte central era toda de ferro, coberta de folhas de ferro galvanizando e a parte circundante, toda de madeiras do País, coberta de telhas nacionais. As paredes e os ladrinhos do piso foram construídos de tijolos. A chaminé de tijolos media 36 m de altura.

⁵²¹ MRCL. Imprensa Ytuana de 25 de dezembro de 1880, p. 3..

A moenda desse engenho era uma *Brissoneau* de 8 cilindros (quádrupla pressão), com injetores de água e de vapor, enquanto a de Porto Feliz era de 3 cilindros. A força motriz que a movimentava também era novidade, pois essa era acionada por três turbinas hidráulicas com uma força reunida de 120 cavalos, acionadas pela queda d'água da canalização do rio Piracicaba. Tais turbinas eram das oficinas *Fontaine*, de Paris. Essa energia também era usada no funcionamento das bombas de ar e das oito turbinas centrífugas.

Para decantação havia uma bateria de nove defecadores hemisféricos de cobre com fundo duplo e calefação com vapor direto, eliminadores circulares de folhas de aço com serpentinas de cobre e um filtro *Philippe*, além dos clarificadores. O evaporador de tríplex efeito de 1.500 hectolitros e as duas tachas de cozimento a vácuo de 70 hectolitros eram maiores do que seus congêneres de Porto Feliz.

Além da energia das três turbinas hidráulicas, a fábrica contava com uma bateria de quatro caldeiras geradoras de vapor, duas de sistema de locomotivas, de 240m², e duas de sistema *Naeyer*, de 200m² de superfície de aquecimento. O engenho era iluminado com energia elétrica, para qual possuía dois dínamos e duas lâmpadas de arco e 250 incandescentes.

Existiam ainda 18 tanques de ferro, várias bombas auxiliares, balanças para pesar açúcar e grandes balanças para pesar vagões carregados. Anexa estava a destilaria, com coluna de destilação e retificação *Savalle*, com capacidade para 15 a 20 hectolitros de álcool por dia, com sala de fermentação de cerca de 20 dornas de 50 hectolitros cada.⁵²²

O transporte das canas e dos produtos fabricados foi montado sobre trilhos, diferentemente da empresa de Porto Feliz. A Companhia de Engenho Central de Piracicaba se beneficiou da implantação da Estrada de Ferro Ituana, que chegou ao município cinco anos antes da inauguração do engenho central. Um contrato de transporte foi assinado pelas duas Companhias, mas a proprietária do engenho central era obrigada a construir uma ferrovia de 15 km, pelo contrato assinado com o Governo Imperial. Em janeiro de 1885, estavam assentados 9 km de trilhos na linha principal e 4

⁵²² Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 23ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1883, pelo Presidente conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, S. Paulo, Typographia do Ipiranga, 1883, p73. J. Picard. Op. Cit., pp. 111-112. Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 111-113.

km nos desvios. Existiam duas pontes: uma de 10 m sobre o Ribeirão Guamirim e outra de 60 m sobre o rio Corumbataí. A linha férrea corta uma região de 12 km excelente para a cana, informava o Presidente da Província: “todo o município é, pois, entrecortado de linhas férreas e fluvial e como é sabido são as suas terras da maior fertilidade.”⁵²³ No final do ano, ficaram prontos mais 4.600 m de ferrovia. Dispunha a Companhia de 53 vagões, sendo 3 duplos. Nas mediações do engenho e na linha férrea da margem esquerda do rio a tração era feita por animais e por uma locomotiva de 12 toneladas em marcha, nas outras linhas.⁵²⁴

Em Lorena, a fábrica foi construída e montada entre setembro de 1883 e setembro do ano seguinte. Foi localizada à margem da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro, à qual foi conectada, a 200m da estação da cidade e a 2 quilômetros do rio Paraíba. A fábrica e suas dependências ocupavam uma superfície de 2.370 m². Seu edifício principal media 65m de largura e 28m de lado, construído de alvenaria de tijolo, com teto de ferro e zinco.⁵²⁵ Destaca-se nesse edifício um corpo central, em saliência, tendo 16m de largura e 11m de lado, com altura de 16m, composto de 4 pavimentos. Possuía uma chaminé de 42m de altura, de alvenaria de tijolo. Para aguardente existia um depósito com seis dornas de carvalho de 6 pipas cada uma, dois tonéis de 5 pipas cada, 1 tonel de 4 pipas, dois tonéis de 3 pipas e 1 tonel de 2 pipas. Tudo com flanges, torneiras e encanamentos.

Construíram duas casas cobertas de zinco, uma para a oficina de reparos e outra, para a balança; uma caixa de água para 2.000 litros, um encanamento de esgoto de tubos de barro com 25 cm de diâmetro e 1.900m de comprimento para a remoção de resíduos, lançados no rio Paraíba. O engenheiro francês J. Picard, ao descrevê-la, em 1903, a

⁵²³ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885, p. 96.

⁵²⁴ Relatório da Companhia Engenho Central de Piracicaba apresentado à Assembleia Geral dos acionistas em 30 de junho de 1885. Gazeta de Piracicaba de 11/12/1885. BMP

⁵²⁵ Utilizamos para a descrição neste item: Engenho Central de Lorena, Correio Paulistano, São Paulo, terça-feira, 07 de Outubro de 1884, p.p. 2 e 3, AESP; Escritura de Quitação que passa o Barão de Castro a CECL, de dívida por empréstimo e hipoteca de bens que fez a CECL ao mesmo Barão 02/04/1889; Escritura de dívida com hipoteca de bens que faz a CECL ao Barão de Castro Lima, da quantia de mil contos de réis, 15/05/1895, Cartório, 1º Ofício, APL.

reputou “muito bonita, e até luxuosa. Ela foi montada de uma só vez, e seus primeiros proprietários não mediram as despesas.”⁵²⁶

O maquinário era pouco diferente ao de Piracicaba. A moenda Brissonneau de oito cilindros era um pouco maior, de 1,15m, com capacidade para 240.000 quilos de cana em 24 horas, localizada ao fundo da ala direita do engenho, com uma máquina a vapor de oitenta cavalos, com volante e engrenagens. Anexo havia uma bomba para elevar o caldo ao quarto pavimento do engenho, através de encanamentos de cobre. Em seguida vinha um colorizador tubular de caldo com 50 metros quadrados de superfície de aquecimento.

Todas as etapas de limpeza, evaporação e cozimento do açúcar foram organizadas verticalmente no corpo central do edifício. No quarto pavimento, para onde o caldo era bombeado, ficava um aparelho de gás sulfuroso e seus respectivos acessórios. Daí descia o caldo para 5 defecadores de fundo duplo de cobre, instalados no terceiro pavimento, com capacidade individual de 1.800 litros. Havia dois depósitos de ferro galvanizado para o caldo defecado e dois decantadores com torneiras e encanamento de cobre.

Quatro filtros Taylor filtravam o caldo decantado. Uma bomba a vapor para 250 litros por minuto elevava o caldo e um injetor o mandava para um depósito de ferro galvanizado que abastecia o evaporador de tríplice efeito, com capacidade para 4.500 litros. Este e seus acessórios, instalados no segundo pavimento, tinham capacidade para evaporar cerca de 1.500 hectolitros de caldo em 24 horas, e seus aparelhos mediam de 1m e 38cm a 1m e 52 cm. Existiam aí duas bombas de 40 cm de diâmetro e 72 cm de curso, uma de duplo efeito e outra para aspirar o xarope, com 3 depósitos de ferro para o mesmo, com capacidade para 5.000 litros cada um. No mesmo pavimento estavam instalados os dois aparelhos de vácuo completos, medindo 2,15m de diâmetro e 1,60m de altura, com 3 serpentinas de cobre, duas bombas de ar de 40 cm de diâmetro e 60cm de curso e 4 clarificadores de espuma com torneiras e os devidos encanamentos.

No primeiro pavimento foram instalados os 3 motores para as bombas de ar. A ala esquerda estava dividida em dois compartimentos, no da frente estavam instaladas as

⁵²⁶ Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim: Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903, Hucitec, ed. da Unicamp, 1996, p. 123.

oito turbinas francesas para 45 quilos de açúcar e as resfriadeiras, com uma via aérea para a massa cozida, uma máquina a vapor de 15 cavalos e 1 malaxerem para quebrar os torrões da massa. Ao fundo encontravam-se os secadores e o depósito do açúcar, onde havia uma balança para pesar até 300 quilos.

Na ala direita, além da moenda e das máquinas a vapor, foram instalados, no primeiro compartimento, o alambique Ergot de capacidade produtiva de 10 pipas de aguardente em 24 horas, os aparelhos destinados à iluminação elétrica da fábrica e o serviço geral de distribuição de água para engenho. O segundo compartimento foi reservado para a fermentação do caldo, feito em 10 dornas de carvalho de 50 hectolitros cada uma, além do depósito de aguardente. Na entrada dessa ala direita havia uma balança para pesar vagões com canas até 15 toneladas, com a esteira para conduzir a cana para a moenda.

A fábrica contava com iluminação elétrica gerada pelos seguintes aparelhos: uma máquina a vapor de 15 cavalos para um Dínamo Lahmeyer de 45 amperes e 120 volts, com os condutores e quadros de intercaladores necessários para alimentar 72 lâmpadas Edson e duas de arco voltaico.

Havia 4 geradores de vapor multitubulares de 140m² de superfície de aquecimento cada um, que supriam 400 cavalos de 75 quilogramas. No início de operação da fábrica eram 11 as máquinas a vapor, uma de 4 cavalos fazia funcionar uma serra circular para cortar lenha; outra tocava 2 bombas de água com força de 600 litros por minuto. Havia ainda dois balões de ferro para receber e distribuir o vapor de escapamento e outro para distribuir o vapor direto, ambos com válvulas, torneiras e encanamentos. O bagaço da cana era retirado por uma esteira rolante.

Para o transporte da cana ao engenho, a CECL montou um sistema moderno de transporte interligando a navegação a vapor no rio Paraíba e uma pequena ferrovia, da margem do rio ao engenho. A construção dessa pequena ferrovia de 1.900 metros foi contratada a um empreiteiro de Taubaté, Alfredo Guedes Pinto, em 30 de Julho de 1884, que obrigou-se a entregá-la pronta em 15 de Setembro do mesmo ano. A linha férrea ligaria a casa da balança do engenho à margem direita do rio Paraíba, com um desvio para o serviço dos vagões. A bitola seria de 1m e banquetas de 1m de cada lado, com

valetas laterais para o escoamento da água. A Companhia fornecia todo material necessário ao empreendimento.⁵²⁷

O transporte fluvial no rio Paraíba não tinha os embarços do Tietê, em Porto Feliz. Para realizá-lo comprou a Companhia um vapor rebocador de 11m de comprimento, para rebocar 30 toneladas. Possuía a CECL 6 barcas de madeira. O material rodante da ferrovia do engenho era composto de uma locomotiva francesa para 4,5 toneladas e seis vagões. Todo esse material importado para o transporte chegou em Maio de 1885 e transportou, na safra deste ano, 1.973.412 quilos de cana, 40,34 % da matéria-prima moída.⁵²⁸

A maior parte da cana fornecida esse ano, 2.141.552 quilos, 43,77%, foi transportada pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio de Janeiro, conhecida como a Estrada de Ferro do Norte, na qual a CECL construiu um desvio para o engenho, que fora instalado em sua margem.⁵²⁹ Esta ferrovia ligava a cidade de São Paulo à Capital Imperial, encontrando a ferrovia D. Pedro II no bairro rural da Cachoeira, em Lorena, em 7 de Julho de 1877. Os trilhos da Pedro II chegaram à Cachoeira em 1874, após 20 anos do início de sua construção.⁵³⁰ Para a realização do serviço a CECL comprou cinco (5) vagões apropriados, já que a Estrada de Ferro do Norte não os possuía para esse serviço, no valor de 6:886\$420.⁵³¹

O engenho central de Capivari foi inaugurado três meses antes do de Lorena, em julho de 1884. Em Capivari, Henri Raffard, além do engenho central, montou um pequeno núcleo urbano com agência postal, hotel, padaria, açougue, cervejaria, casas para operários com ruas bem alinhadas. O lugar passou a ser chamado Villa Raffard, que posteriormente passou a denominar o engenho central. Habitavam a Villa cerca de 250 pessoas, direta ou indiretamente assalariadas da empresa.

De abril a novembro do anterior, a Companhia inglesa construiu o edifício de 700 metros cúbicos de alicerces de pedra, 1.300 de alvenaria de tijolos e a chaminé de 25 metros de altura, na parte de terra da fazenda Leopoldina, às margens do rio

⁵²⁷ Contrato de uma linha ferrea que faz a CECL, com o Empreiteiro Alfredo Guedes Pinto, pela quantia de 6:400\$000. 1º Cartório, Lorena, 30 de Julho de 1884, APL.

⁵²⁸ Relatório apresentado a Assembléa Geral dos Accionistas da CECL, em 9 de Fevereiro de 1886, Anexo 5, APL.

⁵²⁹ Relatório apresentado a Assembléa Geral dos Accionistas da CECL, em 9 de Fevereiro de 1886.

⁵³⁰ Alves Motta Sobrinho, *op. cit.*, p.p. 68-69.

⁵³¹ Relatório apresentado a Assembléa Geral dos Accionistas da CECL, em 9 de Fevereiro de 1886, p. 7, APL.

Capivari, cedida pelo Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto. O edifício era um retângulo de 64m de comprimento por 33,46m de largura, com pé direito do corpo principal de 9,20m e 13,47m de cumieira. Anexo construíram a casa das moendas, sala de açúcar, casa da balança, casa das oficinas, das bombas e dos depósitos das locomotivas. Para a produção de tijolos usados na obra foi montada uma olaria que produziu 700 milheiros de tijolos em seis meses.⁵³²

A origem do maquinário desse engenho central era diferente dos outros três. Como a Companhia proprietária foi organizada em Londres, a mesma importou os aparelhos da Grã Bretanha, das Oficinas de J. & T. Dale de Kircaldy, quebrando o monopólio do fornecimento da Empresa francesa. A tecnologia empregada era a mesma: uma poderosa moenda inglesa de 1,65m de altura por 0,80 m de diâmetro, com dupla engrenagem e máquina a vapor de balancim, seis defecadores hemisféricos de cobre de 15 hectolitros, 12 decantadores de ferro fundido de 15 hectolitros, 3 eliminadores/clarificadores de folhas de aço com serpentina de cobre e 4 filtros Philippe, além de uma bateria de tanques para espumas, compunham o sistema de moagem e decantação.

Para a evaporação contava com potente tríplice efeito vertical com válvulas para isolamento, condensador e aderentes, suficiente para trabalhar diariamente 350 toneladas, medindo 3,28m de altura e 1,83m de diâmetro. Fabricado em cobre e ferro fundido. O cozimento era feito em dois aparelhos esféricos a vácuos de cobre vermelho e com guarnições de bronze polido de 55 hectolitros. Acionava esse conjunto uma máquina a vapor com balancim, com duas bombas verticais de ar. A massa cozida ia para cinco cristalizadores e uns 30 vagonetes de 15 hectolitros de capacidade, cada um.

As 6 turbinas centrífugas vieram com defeito e o engenho central usou 4 fortes de uma fazenda vizinha, que não sabemos o proprietário, em seu primeiro ano de atividade, o que demonstra a existência de engenho semimecanizado na região, que substituíra o tendal de purgar pelas modernas turbinas. A nova Companhia comprou oito turbinas centrífugas, fabricadas por Mirrlees Watson & C.^a, de Glasgow. As plataformas e armações para o maquinário, como também as escadas, eram de ferro

⁵³² Escritura de cessão de uma sorte de terra. 28/03/1883. Livro de Notas de Capivari, N. 23, 1º Registro Civil, fls 130-132. Ofício do Diretor Gerente no Brasil Henri Raffard. 19/11/1883. AESP, cx 187, ordem 982. Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º districto de Engenhos Centraes, Luiz Monteiro Caminhoá. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885, p. 15.

fundido. Um elevador hidráulico foi montado para trabalhar com os vagonetes e uma serra circular cortava a lenha para as fornalhas. Uma máquina a vapor acionava as turbinas e outra as moendas.

Seis caldeiras tubulares simples inglesas, com fornos sistema Thompson Black e 100m² de superfície de aquecimento compunham a casa das máquinas, para fornecer vapor. Foi montado um sistema de abastecimento de água do rio Capivari, a 500m, com máquina a vapor de 16 cavalos, com caldeira tipo locomotiva e duas bombas centrífugas. Completava o central a destilaria Desirée Savalle para a produção de aguardente.⁵³³

A ferrovia agrícola da Companhia não foi concluir em tempo para a primeira safra, em 1884. O município, no entanto, era cortado pela Estrada de Ferro Ituana, em cuja proximidade de 300m se localizava o engenho. Uma pequena ferrovia de 4 km foi construída utilizando, inicialmente aquela estrada de ferro, que cruzava o dito rio Capivari. O engenheiro Luiz Caminhoá relatou a existência de 7 e ½ km de trilhos com bitola de 1m, com seus 22 aterros, dois bueiros de alvenaria e oito tubos de ferros para o escoamento da água, em 1885, para o transporte da cana e combustível para o engenho, mas também de café e outros gêneros de particulares para a estação da Ituana, gerando recursos para a Companhia. Duas locomotivas de oito toneladas cada eram responsáveis pelo tráfego dos 55 vagões de cargas.⁵³⁴

Dessa forma, essas quatro modernas indústrias foram instaladas nos arredores dos centros urbanos respectivos, conectadas às Estradas de ferros existentes, com exceção de Porto Feliz. Ao lado do pequeno núcleo urbano de Capivari, Raffard criou sua vila, que daria origem a um município com seu nome. A localização dessas unidades produtivas era pensada para o aproveitamento do transporte ferroviário existente, tanto para o abastecimento da matéria prima como para o escoamento da produção e seus novos edifícios marcaram o cenário acanhado desses centros urbanos.

Nos anos seguintes, após a instalação e inauguração, essas empresas ampliaram

⁵³³ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885, pp. 94-95. Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º districto de Engenhos Centraes, Luiz Monteiro Caminhoá, 1885, pp. 20-26. J. Picard. Op. Cit., pp. 116-121. Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 117-119.

⁵³⁴ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885, pp. 94-95. J. Picard. Op. Cit., p. 73. Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º districto de Engenhos Centraes, Luiz Monteiro Caminhoá, 1885, p. 26.

a estrutura física com construção de depósitos maiores para caldo, massa cozida e armazenamento dos produtos. O central de Piracicaba, logo em seguida, necessitou aumentar os depósitos para o melado destinado à destilaria. Conforme ampliavam a quantidade de canas esmagadas, aumentavam e construíam ferrovias e adquiriam novos meios de transporte.

A Companhia Engenho Central de Lorena estabeleceu uma linha de bondes no Município, com dois quilômetros de extensão, passando pelo engenho e pela estação ferroviária, em 1886. A Câmara aprovou o projeto, sendo o bonde de tração animal.⁵³⁵ Seu material rodante constava de um bonde para passageiros, um carro para cargas e cinco e cinco animais para tração. A mesma Câmara aprovou o uso do vapor nesta linha de bonde para a recepção do Imperador D. Pedro II, realizada em 18 de Outubro deste ano, que visitou a fábrica.⁵³⁶

Em oito de março de 1887, a Companhia deu início à construção de sua linha férrea agrícola Santa Lucrécia, mais importante que sua linha de bondes, em direção ao centro do Município, para transportar as canas dessa região municipal ao engenho. O trabalho de movimentação e nivelamento do terreno, em trecho de 5 quilômetros, acabou em 13 de Junho, tendo início em seguida o assentamento dos trilhos. Dirigiu a obra o Engenheiro Diretor do engenho Miguel Detsi.⁵³⁷

Em Julho, a ferrovia agrícola já era utilizada na extensão de 4.300m. Para trafegar no novo empreendimento foi comprada, à Companhia americana Baldwin Locomotive Works, uma locomotiva Tender de 15 toneladas de peso em ordem de marcha, para bitola de 1m. Completavam a lista de material importado para essa ferrovia: dez vagões abertos para o transporte da cana, com oito rodas cada um, com grades de ferro, engates, para-choques, freios de alavanca e mais acessórios, e quatro fechados, sendo dois para cargas e dois com bancos e vidraça para passageiros; 26.000m de arame galvanizado para fecho da linha, 12 quilômetros de trilhos de aço de 15 quilos por metro, com os parafusos, pregos, talas de junção e acessórios. E mais um desvio completo e seis simples para linha férrea. A inauguração oficial do trecho completo de cinco quilômetros, no fim do qual foi construída uma estação, ocorreu em

⁵³⁵ Ata da Câmara Municipal de Lorena, 05/10/1886, APL.

⁵³⁶ Idem, 15/10/1886; Sobre a recepção ao Imperador ver Gama Rodrigues, *O Conde de Moreira Lima*, São Paulo, Biblioteca Genealógica Brasileira, 1942, p. 95.

⁵³⁷ Ofício do Engenheiro Fiscal do 3º Districto de Engenhos Fiscaes José Gonçalves de Oliveira, em 4/07/1887, A N, Engenhos Centrais, IA 8/4.

28 de Novembro, com a célebre presença do Ministro da Agricultura.⁵³⁸ Encomendou também a Companhia duas chatas de ferro, para o transporte no rio Paraíba.

A construção desta ferrovia possibilitou que a CECL transportasse a maior parte da cana desta safra em suas próprias linhas férreas. Dos 6.679.092 quilos de cana recebida na moenda do engenho, 3.445.179 (51,58%) chegaram pelas duas ferrovias da CECL, sendo 1.811.806 quilos pelo sistema interligado do rebocador a vapor e da pequena ferrovia do rio ao engenho e 1.633.373 quilos pela nova linha. Pela Estrada de Ferro São Paulo e Rio recebeu o engenho 28,21% da cana, 1.884.621. O restante 1.349.292 (20,20%), foi transportado pelos antigos carros de bois.⁵³⁹

Neste mesmo ano, o Dr Pedro Augusto da Costa Silveira comprou uma “importante machina para o fabrico do assucar e que vae ser montado na magnífica fazenda Monte Alegre, em Piracicaba”,⁵⁴⁰ a mesma que o pedreiro Carlos Henrique construiu a fornalha econômica de oito tachos, que seria agora substituída. Era o nascimento do quinto engenho central paulista, último do período escravista. Sua montagem, assim, ocorreu de forma bem diversa dos quatro anteriores. Houve, nesse caso, um processo de mecanização de um antigo engenho, aos poucos e por partes, com aparelhagem adquirida de ocasião e de fabricantes diferentes. A 6 km do centro de Piracicaba, estava isolada, distante da linha férrea Ituana.

O ano de 1888, marcado pelo fim da escravidão, conheceu a reorganização e ampliação de algumas dessas empresas, que levou a novas construções e aquisições. A Companhia Lorenense construiu um tanque de alvenaria com 11.817m³ de capacidade para depósito de melaço destinado aos “baixos produtos”, adquiriu vinte pipas de ferro para o transporte de álcool, que começara produzir esse ano, e um moinho para a trituração do açúcar branco. Construiu ainda o armazém pretendido, com 35m de comprimento e 13m de largura. Encomendou, ao fabricante europeu Mac Onic, o aparelho para destilação de álcool SAVALLE para 30 hectolitros em 24 horas e a respectiva caldeira multitubular de 20 cavalos. O alambique Ergot para aguardente

⁵³⁸ Ofício do Engenheiro Fiscal do 3º Distrito de Engenhos Fiscaes José Gonçalves de Oliveira, em 02/09/1887, A N, Engenhos Centrais, IA 8/4. Ofício da CECL de 02 de Dezembro de 1888. Ofícios diversos de Lorena, AESP.

⁵³⁹ Relatório apresentado a Assembléa Geral dos Accionistas da CECL, em 29 de Julho de 1888, Anexo 3, APL.

⁵⁴⁰ Gazeta de Piracicaba de 05/04/1887. BMP

também foi substituído por um aparelho Savalle para 10 pipas em 24 horas. Piracicaba e Vila Raffard também passaram a produzir álcool.

Neste mesmo ano, construiu a CECL o ramal ferroviário do Taboão, partindo da estação da linha agrícola até o lugar denominado Pedroso, no Vale do Ribeirão de Santa Lucrécia. O ramal tinha a extensão de 1.900m, sendo 1.033m em alinhamento reto e 867m em curvas, das quais as mais fechadas têm o raio de 100m. A declividade máxima era de 1,48% em alinhamento reto e continha também uma ponte de 10m de vão com vigamento de ipê, duas galerias de esgoto de meio metro de diâmetro e um bueiro. Fez aquisição de mais duas chatas de ferro, importadas da Europa, para o transporte fluvial.⁵⁴¹ Foram necessários consertos no vapor rebocador *Hepacaré*, que recebeu pintura nova e o assentamento de chaminé nova e a restauração da pequena locomotiva *Lorena*. Duas chatas de ferro também receberam pintura nova.⁵⁴²

As outras Companhias também expandiram seu sistema de transporte. A nova Companhia detentora do central de Porto Feliz construiu uma pequena ferrovia de 3 km para buscar as canas do Núcleo Colonial criado pelo Governo Imperial, mas como fizera com o transporte fluvial, foi mal planejada. A ferrovia projetada inicialmente para funcionar com sistema elétrico, acabou funcionando com tração animal, cujos vagões eram puxados por bois, devido ao custo às dificuldades de implantação. A linha era obrigada a atravessar a cidade, vencer ruas com inclinação de quatro a cinco cm por metro e fazer curvas de raio de 15m e até mais. A pequena locomotiva não vencida essas dificuldades. Um rebocador fluvial mais potente, de 20 a 25 cavalos foi adquirido.⁵⁴³ Os pioneiros não conseguiram criar um sistema de transporte à altura de sua fábrica.

Em Capivari, foi construída mais uma ferrovia de 9 km para buscar as canas e a lenha da importante fazenda Itapeva, servindo também a fazenda Santo Antonio. Três locomotivas de 8 a 12 cavalos, fracas para as rampas da região, trafegavam nessas linhas. No início do século seguinte existiam aí, para o transporte das canas, 25 grandes vagões com capacidade para 8 a 9 toneladas de canas ou 18m³ de lenha e mais 61 pequenos vagões de ferro, próprios para transportar 2 a 3 toneladas de canas. Esse

⁵⁴¹ Relatório apresentado ao MACOP, pelo Engenheiro Fiscal José Gonçalves de Oliveira, 1889, p. 9.

⁵⁴² Relatório apresentado ao MACOP, pelo Engenheiro Fiscal José Gonçalves de Oliveira, 1889, p. 9.

⁵⁴³ J. Picard. Op. Cit., p. 79.

engenho central possuía 5 vagões fechados de 10 toneladas para transportar açúcar e álcool na Estrada de Ferro ituana.⁵⁴⁴

O engenho central de Piracicaba ampliou suas ferrovias particulares para 19 km, de bitola de 1m, no mesmo período, possuía 4 locomotivas mais potentes do que as de Vila Raffard e Porto Feliz (15, 18 e 20 toneladas; a de 10 estava emprestada a Vila Raffard, que emprestara uma menor a Porto Feliz). Possuía 75 vagões de modelos e tamanhos diferentes, com capacidade individual de 3 a 10 toneladas. Além dessas vias férreas agrícolas, Piracicaba e Raffard transportavam matéria prima e produtos pela Ituana.⁵⁴⁵

Em 1889, a unidade de Lorena foi dotada de um aparelho próprio para a condução do açúcar das resfriadeiras ao amassador das turbinas, duas novas turbinas Heston, compradas nos Estados Unidos, elevando a dez o número de turbinas do engenho; cinco novas resfriadeiras, sendo três para a massa cozida do açúcar de 2º jato e duas para a de 3º jato e aumento do barracão para o material rodante das linhas férreas.⁵⁴⁶ Às novas turbinas foi acoplada uma máquina a vapor de 1,5 cavalos.

O engenho central montado pelo comendador Freitas, no último ano do Império, em Araraquara, foi concebido e instalado como planta industrial completa, como os quatro primeiros, com maquinário encomendado à casa francesa Cail, mas esta era mais simples e não tinha a mesma dimensão daquelas. Embora totalmente mecanizado, não dispunha de tríplice efeito para evaporação a vácuo. Essa era realizada em três evaporadores abertos de 2,20m x 2,45m x 0,71m com grandes serpentinas de cobre, dispostos para trabalharem com vapor de escape e direto. Possuía apenas um vácuo completo com bomba de ar para o cozimento, com capacidade para 50 sacas de açúcar em cada operação. Existiam resfriadeiras para massa cozida, tanques, bombas e tubária completa, além de quatro turbinas para a centrifugação.

A moenda de três cilindros era mais compacta do que suas congêneres, media 0,90m x 0,49m de diâmetro, acionada por máquina a vapor horizontal. Três defecadores hemisféricos de cobre, com 18 hectolitros de capacidade cada e dois filtros quadrados formavam o sistema de decantação. Três caldeiras multitubulares eram responsáveis

⁵⁴⁴ J. Picard. Op. Cit., p. 73.

⁵⁴⁵ J. Picard. Op. Cit., p. 61.

⁵⁴⁶ Ofício da CECL de 19 de Novembro de 1888. Ofícios diversos de Lorena, AESP.

pela geração do vapor. Produzia aguardente em um alambique de J. Tocaven, capacidade para 2.000 litros por dia.⁵⁴⁷

Os primeiros anos da República trouxeram um refreamento nesse movimento de instalação da grande industria de açúcar em São Paulo e uma nova unidade só foi inaugurada nos últimos anos do século, dez anos após o central Freitas entrar em operação. Alguns desses engenhos passaram a enfrentar problemas técnicos com a maquinaria instalada, especialmente o grande consumo de lenha no funcionamento das caldeiras. Na moagem de 1891, os centrais de Capivari, Lorena e Porto Feliz consumiram 24,5 %, 37,6 % e 48,8 % de lenha em ralação ao peso da cana, respectivamente.⁵⁴⁸ O engenheiro fiscal do Governo chamou a atenção dos diretores de Lorena sobre esse grande consumo de lenha e exigiu dos proprietários do central de porto Feliz que introduzisse fornos Godillot para queimar o bagaço como combustível. Informou em seu relatório: “o exagero gasto de lenha vem do mau estado das caldeiras, e de não ser aproveitado o bagaço como combustível.”⁵⁴⁹

Antes de se dedicar ao problema das caldeiras, a Companhia de Lorena ampliou sua estrutura física e os meios de transporte, em meio a uma queda na produção, graças à secas e geadas que levaram os centrais de Porto Feliz e Capivari a fecharem, temporariamente. Em 1894, a CECL construiu outro grande armazém para depósito de aguardente e álcool, separado do edifício que abrigava o engenho. Media o dito armazém 35m de comprimento por 13, 5m de largura, com teto de ferro, com capacidade para 1.000 pipas de aguardente, distribuídas em 40 dornas. Em meados de 1895, as dornas ainda estavam em construção e o teto de ferro ainda não havia chegado da Europa.⁵⁵⁰

O Engenheiro Fiscal ficou abismado com as dimensões dos depósitos de aguardente e álcool da Companhia, considerando-os bem acima de suas necessidades. Descreveu assim esses depósitos: para aguardente: 1º para 58 pipas ou 27.840 litros; 2º para 1.000 pipas ou 480.000 litros; Para álcool: 3º para 140 pipas ou 70.000

⁵⁴⁷ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 130-131.

⁵⁴⁸ Relatório do engenheiro fiscal do 3º distrito de engenhos centrais Gervásio Pires Ferreira, em 08/01/1892, pp. 6-9.

⁵⁴⁹ Relatório do engenheiro fiscal do 3º distrito de engenhos centrais Gervásio Pires Ferreira, em 08/01/1892, pp. 7-9.

⁵⁵⁰ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, apresentado ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal, Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 86.

litros. Total para aguardente e álcool: 577.840 litros. E mais um apêndice para depósito de pipas vazias tendo dois tanques subterrâneos assoalhados para 60.000 litros de melado e espuma. Comentou em seguida: “Acho extraordinária a capacidade desses depositos para uma fabrica de assucar de 240 toneladas de moagem por dia!”⁵⁵¹

O Engenheiro Jacy Monteiro calculou que para encher esses depósitos seriam necessários cerca de 8.000.000 de quilos de cana somente para destilação, “sem fabricar portanto nem um grão de assucar!” Pensando-se uma safra ideal de 24.000.000 de quilos de cana, em 100 dias, o que nunca ocorreu neste engenho, o que se pretende fazer? Perguntou o Engenheiro Fiscal, se para aguardente e álcool o engenho precisa de 8.000.000 de quilos de matéria-prima. Acreditamos que toda essa construção deveu-se à política que a empresa implementou, nos anos anteriores, de produzir aguardente e álcool a partir de açúcar e aguardente comprados aos engenhos e engenhocas, como veremos no capítulo sobre a produção. Com isso, projetava produção bem maior de aguardente e álcool, para qual utilizaria os novos depósitos.

Ainda neste ano, a CECL instalou uma bomba horizontal Duplex para aspirar o melado na distância de 55m, com diferença de nível de 2,50m. Para a regularidade desse serviço, foi necessário colocar-se duas dornas de tapinhoã com capacidade para 125 hectolitros cada, na sala de fermentação. Para melhorar o aproveitamento do vapor foi adicionado um depósito ao existente.⁵⁵²

Ampliou a Companhia sua capacidade de transporte fluvial e ferroviária, com a compra de um vapor rebocador de 70 pés de comprimento e 22 de largura, “afim de facilitar a condução da canna e de evitar a sua accumulção nos portos do Parahyba, o que em annos anteriores causou serios embaraços ao serviço”, e de mais uma locomotiva Baldwin, de 18 toneladas, que trafegava transportando cana na Estrada de Ferro do Norte.⁵⁵³ O material rodante passou a ser composto de três locomotivas: a francesa de 4,5 toneladas, e duas Baldwin norte americanas, de 15 e 18 toneladas; 6 vagões para 3 toneladas; 2 para 4; 30 para 6; 5 para 7; dois vagões fechados para cargas e mais dois para passageiros, totalizando 47. Para abrigar as locomotivas havia um barracão de 48m por 10m, coberto com telhado de zinco, além da estação em Santa

⁵⁵¹ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, apresentado ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal, Eurico Jacy Monteiro, em 1895, pp. 84-85. Grifos do Engenheiro Fiscal.

⁵⁵² Engenheiro Fiscal, Eurico Jacy Monteiro, em 1895, pp. 86-87.

⁵⁵³ Engenheiro Fiscal, Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 86.

Lucrécia. Possuía ainda o Carris Urbano era composto por dois quilômetros de trilhos de aço, dois bondes para passageiros e dois carros para cargas, além dos cinco muares para tração.

Para a navegação no Paraíba possuía esta empresa três rebocadores: um de 11m de comprimento para rebocar 30 toneladas, um de 16,5m de comprimento e 6,5m de largura para rebocar 50 toneladas e outro de 70 pés de comprimento por 23 de largura para rebocar 100 toneladas; e mais 10 chatas de aço para dez toneladas cada. Uma casa de alvenaria de tijolo e coberta de zinco, às margens do rio, servia de almoxarifado da seção de navegação da Companhia, como também de moradia para o guarda do porto. Para o transporte da cana cultivada no terreno do engenho e das propriedades á linha férrea, existiam um carroção para bois, cinco carros de bois, onze desses animais de tração e cinco bestas.⁵⁵⁴

Em outubro de 1895, a Companhia encomendou á Casa Babcock & Wilcox Co, de Nova York, duas caldeiras de 486 cavalos com dois injetores Harting e um queimador de bagaço Cook's patent green e seus acessórios, para a substituição das antigas caldeiras, que já estavam velhas e consumiam muito combustível. Esses aparelhos tiveram sua instalação iniciada em 1896, mas um embargo judicial não permitiu sua conclusão. A encomenda foi realizada através da Casa Comercial Silva, Vieira & Companhia, do Rio de Janeiro.⁵⁵⁵ Esse forno não consumiria lenha, poupando a Companhia dos gastos e dificuldades na obtenção da mesma. Além disso, como afirmou o Engenheiro Fiscal do Governo, pouparia o trabalho de 25 pessoas, que, com as caldeiras antigas tinham de carregar, cortar a lenha e alimentar as fornalhas.⁵⁵⁶ Usar o bagaço como combustível, no lugar de lenha, passou a ser um objetivo e desafio para os centrais paulistas. Dez anos depois, Frederic Sawyer relatou que essas caldeiras e o forno ainda não tinha sido instalados e faltava tão somente uns trabalhos de 15 dias.⁵⁵⁷

A partir de 1898, tem início novo período de instalação dessas unidades mecanizadas, no Estado de São Paulo, que se prolongará por várias décadas, até transformá-lo no maior produtor de derivados de cana do País. Nesse ano, o engenheiro

⁵⁵⁴ Processo de Liquidação Judicial da CECL, 1º Cartório, Lorena, 14/03/1901. APL.

⁵⁵⁵ Processo de Execução, Exequente: Silva, Vieira & Companhia; Executada: CECL, em 04 de Março de 1896, 1º Cartório, Lorena, APL. Relatório do Director Durval Braga, aos accionistas da CECL, em 25 de Maio de 1896, APL.

⁵⁵⁶ Relatório do MIVOP, Maio de 1896, p. 37.

⁵⁵⁷ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 126.

Augusto Ramos inaugurou o engenho Indaiá, no distante município de Franca, na fazenda que adquiriu com esse objetivo, a 1.500m da estação Indaiá da Estrada de Ferro Mogiana. A instalação era modesta e econômica, afirmou Sawyer. Foi montado com máquinas compradas já usadas e várias com muitos anos já de atividade e outras produzidas em oficinas locais.

Não possuía evaporador de tríplice efeito e sim dois evaporadores a vapor direto com calandrias de 1,5m de diâmetro por 0,39m altura, com 328 tubos de latão de 35mm de diâmetro. Para o cozimento foram instalados dois aparelhos diferentes, um tacho Wetzel fabricado em 1880 por W. A. Mac. Onie, com capacidade para 10 sacas de massa cozida em 5 horas; e um vácuo com três serpentinas para 24 sacas por cozimento. Havia uma bomba para ar e outra para a injeção de água. As duas turbinas Laffert com mesclador que existiam no engenho eram de 1871, isto é, quase trinta anos de uso. Eram acionadas por uma máquina vertical. Sobre essas, em plataforma montada, foram colocados 10 vagonetes de 1,2m x 0,92m x 0,60m para receber a massa do aparelho a vácuo. As bombas de alimentação, tanques, tubos eram todos completos.

As duas moendas que trabalhavam em Indaiá, quando Sawyer o visitou em 1904, foram compradas em Campos. A que era usada para repressão fora fabricada em 1861 por Cockrill-seranig; seus três cilindros 0,70m x 0,50m. A máquina que a acionada era Mac Onie de Balancim. A moenda para primeira pressão também fora fabricada em Glasgow e pertencera à fazenda Parahyba, em Campos. Seus três cilindros mediam 0,75m x 0,44m e eram acionados por uma máquina horizontal de segunda mão, sem movimento para trás e sem marca de construtor. O caldo era limpo em quatro defecadores de folha de ferro de 1,60m x 1,20m x 0,70m, com serpentina de cobre de 12m, com capacidade para 10 hectolitros e alguns filtros de tecido e de latão. Duas caldeiras diferentes garantiam a energia para a fábrica, inclusive para o alambique produtor de cachaça. A primeira era uma Mac Onie de 96 tubos de 3,8m x 82mm de diâmetro, fabricada em 1872. A segunda era de fabricação mais recente, 1891, da Hallische-Maschinen Fabrik, com 54 tubos de 5,76m x 110mm de diâmetro. Indaiá, como vimos, já nasceu velha.⁵⁵⁸

Menos modesto era o engenho central montado pelo grande cafeicultor Henrique Dumont, no ano seguinte, em São Simão. Foi o último a ser montado no século XIX.

⁵⁵⁸ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 134-135.

Em 1902, só moeu menos cana do que os centrais de Piracicaba e Raffard. Não sabemos exatamente com qual aparelhagem foi inaugurado em 1899, pois Sawyer informou que o proprietário Henrique Dumont comprou a maquinaria do engenho central Rio Bonito, Barra do Piraí, Rio de Janeiro, produzidos pelos antigos Estabelecimentos Cail, em 1886, e remontou seu estabelecimento, em 1904. Antes de apontarmos o remontado engenho do Sr. Dumont, mostremos a expansão dos primeiros quatro engenhos centrais paulistas, após sua transferência para o capital francês.

De posse dos centrais de Piracicaba e de Vila Raffard, em 1899, os franceses deram início ao processo de ampliação da capacidade produtiva dos mesmos, dotando-os de novos equipamentos.

“actualmente constroem-se ali novos pavilhões onde estão sendo assentados grandes caldeiras, moendas modernas e os celebrados aparelhos de difusão que permitem sugar da canna a ultima gotta de seu caldo. Concluído este melhoramento terá o Engenho capacidade para 100.000 saccas annuaes, custando este augmento cerca de 600 contos.”⁵⁵⁹

Os celebrados aparelhos de difusão não foram instalados e não sabemos se realmente eram para ser, como informa o Almanak. Foram assentadas, na verdade, duas outras moendas. Quando Picard descreveu a fábrica, em 1903, ela moía com dois tandens: o original e um segundo com duas moendas consecutivas, uma Fives Lille de 3 cilindros de 1,60m x 0,80m; com máquina a vapor horizontal e dupla engrenagem, e outra Mac Onie de 3 cilindros, usada na repressão, de 1,520m x 0,70m. Sawyer informou que esta moenda originalmente possuía cinco cilindros e fora comprada do Engenho Central de Aracaty, em Minas Gerais, pelo antigo diretor Cícero Bastos. Fora instalada em 1900, com uma máquinas a vapor horizontal de dupla engrenagem. Tornou-se comum, a partir desse momento, as grandes unidades instalarem moenda de repressão para melhor rendimento na obtenção do caldo e na preparação do bagaço para ser queimado nos fornos.

A bateria de nove defecadores, clarificadores e sete filtros Philippe dava conta de trabalhar o caldo. Era necessária a multiplicação dos aparelhos de produção. Foi

⁵⁵⁹ Almanak de Piracicaba para 1.900, p. 274.

instalado mais um aparelho de tríplice efeito, agora britânico da Mac Onie, também de 1.500 hectolitros e mais dois cozedores a vácuo, um igual aos anteriores e outro com capacidade bem superior, de 150 hectolitros completaram o acréscimo cinco recipientes para massa cozida para cristalização em movimento de 150 hectolitros, três recipientes para massa cozida de 3º jato, com tubos para ar comprimido, uma máquina a vapor para os compressores e quatro novas turbinas grandes Fives Lille, de 1,25m de diâmetro para os primeiros jatos. A antiga Companhia já havia aumentado o número das oito turbinas iniciais para onze, eram doze em 1905, todas usadas para os outros jatos.

A força motriz advinda do sistema hidráulico do Piracicaba foi ampliada para 200 cavalos e movimentava a moenda de oito cilindros, as bombas de ar que movimentavam um tríplice efeito e dois cozedores, os cristalizadores, as 4 turbinas para o primeiro jato, as doze para os outros jatos, a luz elétrica, e serra e a oficina. O sistema era complementado por quatro novas caldeiras semi tubulares Fives Lille com fornos Godillot e 250 m² de superfície de aquecimento cada máquina e mais dois geradores de fornalhas de locomotiva de 125m² e dois antigos geradores Nayer de 200m². (quando Picard os viu estavam de reserva). O sistema de produção de vapor foi organizado e não mais faltava, como antes. Todo o bagaço, agora, era queimado, especialmente nos, economizando lenha. Lorena foi o primeiro a importar o forno Godillot, mas Piracicaba foi o primeiro a instalá-lo.⁵⁶⁰

A ampliação do central Villa Raffard foi um pouco, nesse momento. Os franceses o dotaram de uma segunda moenda de repressão complementar, de 3 cilindros de 1,250 x 0,66m. Um dos aparelhos de cozimento a vácuo foi aumentado em altura e recebeu uma serpentina, elevando a capacidade a 150 hectolitros. Um terceiro vácuo foi-lhe também acrescido, da casa francesa Mariolle, de 80 hectolitros, com condensador, com sua bomba horizontal de ar. Com isso foi necessário mais cinco recipientes de massa cozida para cristalização em movimento, sendo dois fundo duplo para circulação de água fria, cada um para 90 hectolitros, e três maiores sem fundo duplo para 140. Três novas grandes turbinas Fives Lille, iguais às de Piracicaba, foram instaladas para o açúcar de primeiro jato, deixando as oito anteriores para os outros jatos. Todas passaram a ser acionadas por um motor elétrico, com a energia da pequena

⁵⁶⁰ J. Picard. Op. Cit., pp. 111-112. Frederic Sawyer. Op. cit., p. 111-112.

usina montada no rio Capivari, com duas turbinas horizontais de sistema Mac cornick, um dínamo para força e outra para luz.

Mas a base de energia dessa unidade eram as seis caldeiras tubulares simples inglesas que receberam as novas duas semi tubulares da casa francesa Mariolle, com fornos Godillot e 150 m² de superfície de aquecimento. O sistema de produção de vapor foi organizado e não mais faltava, como antes. Todo o bagaço, agora, era queimado, especialmente nos fornos Godillot, economizando lenha.⁵⁶¹

Os centrais de Porto Feliz e Lorena não sofreram tamanha intervenção, assim que passaram para a mão dos franceses. Em ambos era necessário reorganizar o abastecimento de canas e Lorena estava muito bem aparelhada, inclusive com excelente estrutura de transporte. Para abastecer as moendas de Porto Feliz construiu uma ferrovia agrícola de 6 km para transportar a cana da propriedade adquirida, para cujo serviço usava uma pequena locomotiva emprestada de Vila Raffard. Até 1905, apenas uma caldeira com 200m² de superfície de aquecimento e mais duas turbinas ordinárias tinham sido instaladas na primeira fábrica paulista.⁵⁶² Os franceses detinham quatro engenhos centrais de dimensões diferentes e podiam transferir máquinas e locomotivas de um para outro, conforme a necessidade e ampliação de alguns deles.

Em 1904, após saldar débitos e contratos, as Sociedades Francesas de Piracicaba e Vila Raffard instalaram nova destilaria para aguardente e álcool, montada pelo Coronel Eugenio Artigas, em contrato com as mesmas. A coluna de retificação Desirée Savalle poderia fabricar 80.000 litros de álcool por mês.⁵⁶³

As unidades de Piracicaba, Vila Raffard e Lorena possuíam oficinas de reparos. A bela oficina, “provida de máquinas ferramentas” permite fazer todo o serviço de reparos do engenho e do material de transporte. A de Vila Raffard não era tão bem organizada como as de Piracicaba e Lorena. Nessa última constavam uma máquina a vapor de dois e meios cavalos, um torno paralelo, um rebolo com caixa, uma máquina de furar, uma máquina de brocar, um ventilador para três forjas e as respectivas forjas portáteis, uma bancada com quatro tornos, dois moitões para quatro toneladas, três

⁵⁶¹ J. Picard. Op. Cit., pp. 116-120. Frederic Sawyer. Op. cit., p. 117-119.

⁵⁶² J. Picard. Op. Cit., p. 79. Frederic Sawyer. Op. cit., p. 124.

⁵⁶³ Frederic Sawyer. Op. cit., pp. 112-113 e 119.

guinchos para seis toneladas, quatro macacos para quatro toneladas e todas as ferramentas necessárias para o serviço de reparo.⁵⁶⁴

Voltemos, agora, ao engenho do senhor Henrique Dumont, em São Simão, remontado em 1904. O mesmo já possuía dupla pressão com uma moenda Brissoneau de oito cilindros igual à de Lorena, com um par de máquinas a vapor horizontais, e outra Mac Onie de cinco cilindros de 1,1m para a repressão, com sua máquina a vapor. Seguiam seis defecadores hemisféricos de cobre e três eliminadores de folhas de aço com serpentinas de cobre. O evaporador era constituído com um vaso a menos do que o tradicional tríplice, formando um duplo efeito, seguidos de dois vácuos para o cozimento. Turbinas existia uma bateria de nove ordinárias, como escreviam os técnicos.⁵⁶⁵

Estava ligado à ferrovia Mogiana por estrada de ferro particular e internamente à fazenda introduzira via com bitola de 0,60m, para o transporte da cana. Sawyer não informou o número de locomotivas, mas afirmou que eram diversas. A propriedade produzia aguardente e álcool, pois possuía retificador completo. Havia oficina para reparações. A força motriz provinha de cinco caldeiras multitubulares de 3,7m x 2,15m de diâmetro, mais algumas antigas do antigo engenho.

O primeiro engenho central do novo século, se assim podemos chamar a unidade produtiva montada pelo Dr Albano Pimentel, em Jabuticabal, não fazia jus aos seus antecessores, surgidos no século anterior. Sua instalação era simples e econômica, composta dos seguintes aparelhos: uma moenda britânica da Casa D. Cook, de três cilindros de 1,1m x 0,45m, acoplada a uma máquina a vapor horizontal, fabricada em Londres. Uma caldeira geradora de vapor com 3,66m x 2,13m de diâmetro com 100 tubos; chaminé de 23m; dois defecadores de ferro com serpentinas de cobre, capacidade de 18 hectolitros, três evaporadores de ferro com serpentinas de cobre, um filtro de tecido de arame, três tachos Wetzel com capacidade para cozer massa para 50 arrobas por cozimento, cada uma, 14 resfriadeiras, 140 caixas de ferro de dois cabos para massa cozida e três centrífugas, sendo duas Manlove e Alliot com motores individuais, e outra Buffaud Frères, de Lyon, também com motor.

⁵⁶⁴ Escritura de dívida com hipoteca de bens que faz a CECL ao Barão de Castro Lima, da quantia de mil contos de réis, 15/05/1895, Cartório, 1º Ofício, APL. J. Picard. Op. Cit., pp. 112 e 120.

⁵⁶⁵ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 28-30.

O engenho, como vimos, era despossuído de duplo ou tríplice efeito, cozimento a vácuo e cristalizadores. Produzia-se álcool, na destilaria do engenho, em um retificador para 1.250 litros em 12 horas de trabalho, além da aguardente no alambique para 2.000 litros, no mesmo período. A caldeira do doutor Pimentel era nova e excelente, mas a moenda fora fabricada a, no mínimo, 35 anos.⁵⁶⁶ Poucos anos depois, o proprietário trocou essa relíquia por três ternos de moendas para uma tríplice pressão, unidas, ainda, a um esmagador Krajewski com embebição no primeiro terno. Duas tachas Wetzell passaram a ser utilizadas para a evaporação em baixas temperaturas e foi instalado um vácuo de 60 sacas de capacidade.⁵⁶⁷

O sistema de repressão, com duas ou mais moendas e esmagadores passou a ser adotado por todas essas fábricas, na primeira década do século, momento de estruturação e consolidação das mesmas, com exceção de Indaiá. Porto Feliz também recebeu moenda de repressão, como propuseram os dois engenheiros que a visitaram, no começo do século. O central Freitas foi totalmente reformado, no qual foi montada moenda de nove cilindros, precedida de dois cilindros esmagadores, enquanto o engenho Dumont, que mudaria sua denominação para Amália, transformou o duplo em tríplice efeito, com a introdução de mais um vaso.⁵⁶⁸

Antes mesmo desses melhoramentos nesses engenhos, dois outros foram montados com aparelhagem completa e nova, projetada para esse fim: o Esther, em Campinas, e o Schmidt, em sertãozinho. Ambos estavam ligados a ferrovias existentes nos referidos municípios. O último, cujo nome advém de seu proprietário, Coronel Francisco Schmidt, já foi montado com pressão e repressão e possuía os modernos tríplice efeito a cozedores a vácuo, podendo trabalhar 200 toneladas de cana por dia.

Antes de montar essa moderna unidade, o Coronel Schmidt havia comprado o engenho semimecanizado denominado Cachoeira, em Franca, montado em 1898 pelo fazendeiro e cafeicultor Manuel Dias do Prado, com aparelhos usados comprados em Campos. Sawyer o relacionou como engenho central, em 1905, diferentemente de Brandão Sobrinho, dois anos antes. Este o considerou uma bela engenhoca. Não o consideramos um engenho central, pois era, na verdade, um engenho semimecanizado, com uma moenda antiga acionada por roda hidráulica de madeira, “tendo 1 cylindro

⁵⁶⁶ Frederic Sawyer. Op. cit., pp. 137-138.

⁵⁶⁷ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p.60.

⁵⁶⁸ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., pp .58 e 95.

rôto, 1 corôa completamente gasta.”⁵⁶⁹ Os dois evaporadores de folhas de ferro de 1,80m x 0,90m e os dois cozedores Wetzel eram abertos e não a vácuo. Duas turbinas Cail de 0,80m de diâmetro e uma Buffaud substituíram o tendal de purgar, mas eram movidas por roda hidráulica. Não produzia álcool, pois possuía apenas o alambique para pinga. Duas caldeiras Mac. Onie, fabricadas em 1873, produziam vapor para operar a evaporação e o cozimento.⁵⁷⁰ Essa unidade foi reequipada com moendas para dupla pressão, evaporadores de tríplice efeito, vácuos para cozimento, transformada, realmente, em indústria mecanizada, no decênio seguinte.⁵⁷¹

O engenho central Esther, inaugurado um ano antes do Schmidt, em 1905, implantou uma nova tecnologia na extração do caldo da cana, a difusão, diferentemente do sistema de pressão das moendas, diferenciando-se do conjunto de fábricas existentes. Brandão sobrinho afirmou que o sistema de difusão era vantajoso pois se conseguia maior extração do açúcar sob forma quimicamente mais pura, “empregando para tal fim um mecanismo menos complexo do que o da tríplice pressão com moendas e, portanto, menos sujeito a interrupção, porém , de muito mais difícil direcção.” Concluiu sua avaliação do novo maquinismo de forma lapidar e que mostra os processos que ocorriam no setor: “é uma uzina para técnicos, e não pode ser dirigida pelo pessoal pratico habilitado a lidar com os processos de moenda.”⁵⁷² Foi consultor técnico desse empreendimento o engenheiro Augusto Ramos, ex-proprietário e fundador do engenho Indaiá.

Foram implantados 18 difusores para extração do caldo, na parte superior do edifício de três planos, que recebiam as canas de um grande cortador instalado na parte externa do mesmo, através de elevador munido de grandes canecas que despejavam a matéria prima no distribuidor. Um sistema de bombas alimenta esses difusores e a coluna barométrica de água para o processo. Havia uma moenda de 5 cilindros para espremer o bagaço, mandado para o secador Huillard, para ser aproveitado como combustível.

⁵⁶⁹ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 136.

⁵⁷⁰ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 136. Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., 72.

⁵⁷¹ No censo de 1920, aparece com essas informações. Veja Alcides Ribeiro Soares. *Um Século de Economia Açucareira: evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970.* São Paulo, Clíper Editora, 2000, p. 73.

⁵⁷² Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p. 82.

Eram os seguintes os aparelhos de fabricação dessa ‘uzina para técnicos’: quatro defecadores de 17 hectolitros cada, três filtros de areia para o caldo, três de sistema Danek para o xarope, três clarificadores de xarope de 15 hectolitros e aparelho de sulfitação. Esther inovou também na evaporação do caldo, instalando um quádruplo efeito, com superfície de aquecimento de 380m². Os dois aparelhos a vácuo para o cozimento eram de capacidade diferentes, sendo o para o primeiro jato de 75 hectolitros, enquanto o destinado aos mistos e segundo jato era de 60.

No plano abaixo do edifício, além de bombas de alimentação e de ar seco, localizavam-se três aparelhos Freire para cristalização rápida em movimento, por meio de ar seco, sendo dois para 65 hectolitros e o terceiro para 45, dois malaxeurs distribuidores da massa cozida, de 86 hectolitros, e três turbinas para o 1º jato. O açúcar misto, como o denomina Sobrinho, e o de 3º jato são fabricados no terceiro patamar do edifício. Aí existiam os depósitos de mel e melaço, um filtro de areia e duas caldeiras para a clarificação do xarope para a produção do misto, seis grandes malaxeurs e as outras seis turbinas, duas Hepworth para centrifugação do misto e quatro Fives Lille para o 3º jato.

Este edifício central que recebeu toda essa maquinaria para a produção era constituído, também, por duas abas laterais, ‘duas águas furtadas’, descreveu nosso encarregado dos assuntos econômicos da Secretaria da Agricultura, nas quais foram instalados o laboratório e o almoxarifado de miudezas, na ala direita, e as oficinas de reparações com tornos, plainas, máquinas de furar, forja etc, na ala esquerda. A fábrica era munida também de uma pequena fundição.

Esther funcionava e era iluminada por eletricidade, obtida em instalação hidroelétrica com capacidade aproximada de 300 kilowatts ou 280 cavalos-vapor, acionada por uma turbina Voigt, que alimentavam 15 motores com um consumo de 170 cavalo-vapor. O vapor necessário era produzido em duas caldeiras multitubulares com 508m² de superfície de aquecimento, munidas de fornalhas para lenha e bagaço. Foram instaladas do lado externo do edifício.

A destilaria anexa, com capacidade para 3.000 litros de álcool em 24 horas de trabalho, dispunha de um aparelho Barbet de destilação contínua, contadores automáticos, autoclave, aparelho para o preparo do fermento puro e acessórios. Para o transporte da cana em sua grande propriedade, os proprietários construíram 14 km de

ferrovias de bitola de 0,60m. Não constituía o central de maior capacidade de esmagamento de cana, pois era superado pelos centrais Piracicaba, Vila Raffard, Porto Feliz, Lorena, Monte Alegre e Amália, no começo do segundo decênio do século XX, mas era a mais moderna entre todos eles.⁵⁷³

Quando Julio Brandão Sobrinho concluía a redação de seu estudo, em 1911, era inaugurado o engenho central Itahyquara e outros dois entraram em operação no ano de eclosão da primeira grande guerra. Eram todos de propriedade de grandes cafeicultores que diversificavam seus investimentos, aplicando capitais em moendas, evaporadores de tríplice efeito, cozedores a vácuo e turbinas centrifugadoras. Conforme apresentado, a maior parte dessas novas unidades, que formava o setor de ponta da produção de derivados de cana, na primeira década do século XX, foi projetada e construída de uma só vez, tendo seu maquinismo sido fabricado sob encomenda para esse fim exclusivo. Alguns, no entanto, foram frutos de uma evolução de um antigo engenho tradicional que foram acoplando as máquinas inventadas pela revolução industrial do século XIX, até terem todo seu sistema de produção mecanizado, ou fruto da montagem de máquinas já usadas e dispensadas em outros lugares.

As unidades que foram implantadas com aparelhos mais simples em poucos anos evoluíram para o padrão mais sofisticados dos evaporadores de tríplice efeito e cozedores a vácuo e um sistema de moagem com pressão e repressão. Dentre os que já nasceram munidos da moderna tecnologia, alguns tiveram sua dimensão ampliada com a anexação de novo conjunto de aparelhos aos já existentes. À produção de açúcar dessa dúzia de modernas fábricas somava-se a de mais de uma centena de engenhos de ‘sistema antigo’, com suas almanjarras, rodas d’água e seus tachos a fogo nu, ou que mesclavam o ‘sistema antigo’ com as máquinas do mundo do vapor. O tempo ainda comportava mais de duas mil engenhocas produtoras de aguardente, com suas técnicas herdadas do período colonial, algumas centenas munidas de moenda a vapor, que em breve passaria para a História.

⁵⁷³ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., pp. 80-94. Essa fábrica era a menina dos olhos de Julio Brandão Sobrinho, Chefe de Estudos Econômicos da Secretaria da Agricultura de São Paulo, que a descreveu minuciosamente, em 1911.

PADRÃO TÉCNICO DA MAQUINARIA IMPLANTADA NOS ENGENHOS CENTRAIS PAULISTAS, NO INÍCIO DE OPERAÇÃO

Engenhos centrais	Moendas	evaporação	Cozimento	turbinagem	Produção de vapor
Porto Feliz	1 de três cilindros, 1,20 x 0,60 m	Tríplice efeito de 1.200 hectolitros	2 vácuos. (80 e 50 hectolitros)	6 turbinas	4 caldeiras, 100m de superfície
Piracicaba	1 de 8 cilindros (1,00 x 0,70 m)	Tríplice efeito de 1.500 hectolitros	2 vácuos de 70 hectolitros	8 turbinas	3 turbinas hidráulica (120 cavalos). 3 caldeiras.
Lorena	1 de 8 cilindros (1,150 x 0,75 m)	Tríplice efeito de 1.500 hectolitros	2 vácuos de 70 hectolitros	8 turbinas	4 caldeiras 115m de superfície
Capivari	1 de 3 cilindros (1,65 x 0,80 m)	Tríplice efeito	2 vácuos de 70 hectolitros	8 turbinas	6 caldeiras de 100m de superfície
Monte Alegre	1 de 3 cilindros (1,06 x 0,50)	Tríplice efeito	2 vácuos, 1 pequeno e 1 grande.	6 turbinas	3 caldeiras diversas
Freitas	1 de 3 cilindros (0,90 x 0,49 m.)	2 evaporadores abertos (2,200x2,450x0,71)	1 vácuo de 50 sacas por cozimento	4 turbinas Cail	3 caldeiras
London	1 de 8 cilindros (1,150 x 0,75 m)	Duplo efeito	2 vácuos	9 turbinas ordinárias	5 caldeiras
Indaiá	1 de 3 cilindros (0,75 x 0,44m)	2 evaporadores a vapor (1,500 x 0,390)	1 tacho Wetzel 1 vácuo	2 turbinas	2 caldeiras
Pimentel	1 de 3 cilindros	3 evaporadores de ferro	3 tachos Wetzel (50)	3 turbinas	1 caldeira nova

	(1,100 x 0,45 m)		arrobas de açúcar cada)		
Schmidt	2 moendas	Tríplice efeito	Vácuo	Turbinas	
Itahyquara	2 moendas com esmagador	Tríplice efeito	vácuo	Turbinas	

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 23ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1883, pelo Presidente conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, S. Paulo, Typographia do Ipiranga, 1883. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885. J. Picard. Op. Cit. Frederic Sawyer. Op. Cit. Julio Brandão Sobrinho. Estudo...

CAPÍTULO 8 - A PRODUÇÃO DOS ENGENHOS CENTRAIS

O início da safra, frequentemente em junho, mobilizava um conjunto de homens e máquinas para cortar, transportar e beneficiar as canas. Preparada a maquinaria do engenho central, era necessário coordenar o fornecimento de canas, cortadas, no máximo, 48 horas antes da moagem nas moendas dos engenhos, com o sistema de transporte. A grande indústria exigia meios de transporte mais rápidos e com maior capacidade de carga para seu abastecimento, pois o transporte em carros de bois não atendia mais as necessidades desse setor e ficou reduzido ao transporte local para as ferrovias próximas ou portos fluviais.

As plantações de canas, portanto, teriam que se localizar em lugares que fossem possível a coleta por algum tronco de transporte moderno, ferrovia ou navegação a vapor, que atendesse a fábrica, caso contrário esse fornecimento só se concretizaria a pequenas distâncias. Como no período de implantação dessa grande indústria não existia a flexibilidade gerada pela mobilidade do caminhão, propriedades mais distantes, mas conectadas aos modernos meios de transporte, poderiam entregar suas canas ao engenho central, enquanto outras, mais próximas, estariam impossibilitadas de fazê-lo.

O engenho central de Porto Feliz, primeiro a funcionar em São Paulo, deu início às suas atividades em 28 de outubro 1878, para testar seus equipamentos. Essa fábrica foi montada com capacidade de moagem de 125.000 quilos de canas diariamente e produção de 7.500 quilos de açúcar. Na pequena safra experimental de 1878, “Em 20 dias de moagem, que porem equivalerá a 10 dias de um serviço regular, a fabrica fez cerca de tres mil arrobas de assucar.(...) O produto inferior tem sido vendido a 3.500 por 15 kilos; o superior, que é optimo, a 6.000.”⁵⁷⁴

No começo do ano seguinte, o Ministro da Agricultura informou que essa fábrica “tem recebido desde a sua inauguração 617.493 kilos de canna. Tem para o seu transporte um vaporzinho e 6 chalanas; precisa ter ao menos 14 chalanas. O futuro do

⁵⁷⁴ Ofício do Director Gerente da Companhia Assucareira de Porto Feliz, José Manoel de Arruda Alvim, 13-12-1878. Ofícios diversos. Cx.386, Ordem 1181.

engenho central de porto feliz depende de producção, e esta da navegação do rio Tietê.”⁵⁷⁵

Desde o início de suas operações, o transporte das canas para as moendas do engenho central constituiu o principal problema da para a produção dessa fábrica da Companhia Açucareira de Porto Feliz. O município não estava conectado a nenhuma estrada de ferro, isolado entre duas ferrovias constituídas no início da década de sua inauguração, a Ituana e a Sorocabana. A Companhia projetou sua fábrica para receber a matéria prima pelo rio Tietê, pela navegação fluvial. Logo ver-se-ia ter feito a escolha errada.

A Empresa, na verdade, contava com todo um trabalho de desobstrução do leito do Tietê, na região açucareira do município. Montou a fábrica contando com um projeto futuro que seria essencial para o desenvolvimento da fábrica, o que a comprometeu desde o início.

Informou seu presidente, em 1879:

“Trabalha-se na desobstrução do rio Tietê, que apesar do excessivo abaixamento das águas já se tem prestado á navegação nos lugares mais difficeis e em uma zona não pequena. A este, o mais importante, porque a Empresa depende essencialmente do rio para a conducção das cannas si poderá ter concluído em fins de Novembro, si a estação o permittir.”⁵⁷⁶

Para a condução das canas possuía a Companhia 1 vapor e 16 saveiros, dos quais estavam armados e em funcionamento o vapor e dez saveiros. Não houve a desobstrução do rio e durante sua primeira fase de existência, na qual esse engenho central ficou dependente do transporte fluvial, sempre houve dificuldade para seu abastecimento. A safra coincidia com as estações secas do ano, antes das grandes chuvas de verão, momento que as águas do Tietê baixavam.

⁵⁷⁵ Relatório do Ministro dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Cansaçaã de Sinimbu. 1879.

⁵⁷⁶ Ofício do Diretor Gerente da Companhia Assucareira de Porto Feliz, José Manoel de Arruda Alvim, 25-09-1879. AESP, Engenhos Centrais, cx. 1, ordem 5674.

Testado o maquinismo preparou-se o engenho para sua primeira safra completa, em 1879. Em setembro, havia sido fabricadas cerca de 20.000 arrobas de açúcar e vendidas 14.000, mais ou menos.⁵⁷⁷ Nos primeiros quatro anos, a moagem no engenho central de Porto Feliz girava em torno de 7 a 9 milhões de kg de canas por safras. Em 1882, foram fabricadas 9.377 sacas de 60 kg (562.620 kg) de açúcar, sendo 5.729 de primeiro jato, 1.974 de segundo, 1.586 de terceiro e 88 de quarto, além de 750 cargueiros de aguardente.⁵⁷⁸

Em outubro desse mesmo ano, foi concluída a montagem da maquinaria do engenho central de Piracicaba, depois da qual teve início uma pequena moagem experimental. Foram fabricadas cerca de 3.000 arrobas de açúcar de ‘primeira sorte’.⁵⁷⁹ Esta unidade era maior do que a de Porto Feliz e tinha capacidade mínima de moagem de 150.000 quilos de canas diariamente e produção anual de pelo menos 960.000 quilos de açúcar.⁵⁸⁰ O município contava já com a Estrada de Ferro Ituana, com a qual assinou contrato a Companhia proprietária do engenho central para transporte de canas. A existência de ferrovia no município possibilitava a utilização desse meio de transporte para buscar canas a longas distâncias sem o ônus de sua construção, cabendo negociar bem as tarifas cobradas. Por contrato com o Governo Imperial ficou a mesma Companhia obrigada a construir 15 km de ferrovia para ligar a fábrica às propriedades dos fornecedores de cana. Assim, a fábrica de Piracicaba se estruturou com modernos meios de transporte.

No ano seguinte, a primeira safra teve início no mês de junho e até 27 de outubro tinha moído 4.511.440 kg de cana, produzindo 263.460 kg de açúcar branco superior de primeiro jato. Todos os maquinismos funcionaram perfeitamente. No geral, as moendas funcionaram por 113 dias, moendo 6.784.140 kg de cana e fabricou-se 388.075 kg de

⁵⁷⁷ Ofício do Diretor Gerente da Companhia Assucareira de Porto Feliz, José Manoel de Arruda Alvim, 25-09-1879. AESP, Engenhos Centrais, cx. 1, ordem 5674.

⁵⁷⁸ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 23ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1883, pelo Presidente conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, S. Paulo, Typographia do Ipiranga, 1883, p. 72.

⁵⁷⁹ Ofício do Gerente da Companhia Engenho Central de Piracicaba, Estevão Ribeiro de Souza Rezende. Novembro de 1883. AESP, Ofícios Diversos de Piracicaba, cx 378, ordem 1173.

⁵⁸⁰ Decreto 8.089 de 07/05/1881. LIB.

açúcar. As canas alcançaram de 7 a 11° Beaumé e o consumo de lenha foi de 2.625 m³.⁵⁸¹

SAFRA DE 1883								
Dias	Canas, kg	Grau Beaumé	n. de taxas de defecação	açúcar kg	Açúcar 1° jato	Açúcar 2° e 3° jato	Açúcar total	Lenha m
113	6.784.140	7 a 11	3.109,1/2	388.075	5,61 %	1,68 %	7,29 %	2.625

Fonte: Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885, p.97.

O Gerente apontava boas perspectivas para a safra vindoura, contando com canas de melhor qualidade: “os resultados para o anno próximo serão superiores, não sendo as canas deste anno, em geral, de boa qualidade.”⁵⁸² Observa-se que a safra do primeiro ano foi inferior a do central de Porto Feliz (562.620 kg), do ano anterior. A expectativa, no entanto, não se realizou e a safra de 1884 foi menor do que a anterior, graças aos problemas climáticos que atingiram a região. O engenho funcionou durante apenas 68 dias, nos quais recebeu 5.156.866 quilos de canas, mais de um milhão e meio a menos do que na primeira safra.

O rendimento, em compensação, foi superior, pois a empresa trabalhou essa safra em bem menos dias do que no ano anterior e teve rendimento de 7,83 % em açúcar, em relação ao peso da cana, contra 7,29 %, no ano anterior. Produziu 311.400 kg de açúcar, nesses 68 dias. A fábrica funcionou, dessa forma, com melhor freqüência que no ano anterior, poupando trabalho e recursos, mas a quantidade de canas moídas ainda estava bem abaixo da capacidade do engenho central.

⁵⁸¹ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885, p.97.

⁵⁸² Ofício do Gerente da Companhia Engenho Central de Piracicaba, Estevão Ribeiro de Souza Rezende. Novembro de 1883. AESP, Ofícios Diversos de Piracicaba, cx 378, ordem 1173.

SAFRA DE 1884									
Meses	Dias	Canas, kg	grau Beaumé	n. de taxas de defecação	açúcar kg	Açúcar 1º jato	Açúcar 2º e 3º jato	Açúcar total	Lenha, m
Junho	5	293.784	8 ½ a 9	124	4.620	5,61%	1,68%	7,29%	
Julho	26	2.122.174	7 a 9	1.053	130.920	6,03%	1,80%	7,83	
Agos.	21	1.710.642	8 a 9	847	103.260	7,04%	2,11%	2,15	
Set.	16	1.030.266	8 a 10	509	72.600				
total	68	5.156.866		2.533	311.400	6,03%	1,80%	7,83	1.600

Fonte: Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885, p.97.

No ano em que a geada atingia os canaviais na região de Piracicaba e Porto Feliz, os outros dois engenhos centrais subsidiados pela política imperial entraram em operação, testando suas máquinas importadas em pequenas safras experimentais. O de Capivari localizava-se entre os dois anteriores, as margens do rio de mesmo nome e da Estrada de Ferro Ituana. Sua capacidade era equivalente ao central de Piracicaba. O outro constituiu a única grande indústria açucareira implantada no Vale do Paraíba, no município de Lorena.

O engenho central de Capivari sofreu graves problemas técnicos no início de suas operações industriais, além das conseqüências da geada nos canaviais do município. Assim relatou o Presidente da Província as causas do malogro da produção inicial dessa unidade, que levou à falência a Companhia inglesa proprietária da mesma:

“o péssimo estado das cannas em conseqüência das fortes geadas de junho que afetaram as cannas, parando o amadurecimento de umas e outras, invertendo o seu principio sacarino; 2º com a falta de uma peça que tornou impossível o emprego do filtro-prensa para aproveitar as espumas; 3º com a deficiência das turbinas, circunstancia que motivou o pedido da Companhia de uma comissão do

Sr. Diretor das Obras Publicas, para dar parecer sobre o direito de reclamar por prejuizos e danos.”⁵⁸³

A moagem teve início em 29 de junho e terminou quatro meses e meio depois, em 15 de novembro. Moeu cerca de 5 milhões de quilos de canas, que produziram 150.000 quilos de açúcar de vários jatos. Grande quantidade de melaço restou para fabricação de produtos inferiores e aguardente. Para os trabalhos dessa primeira safra, a Companhia usou quatro turbinas fortes de uma fazenda próxima. Isso levou o engenho a “perder certa quantidade de garapa, certe porção de melaço e satisfazer-se com pequena porcentagem de assucar, no quantum turbinado, em proveito todavia de accrescimo no futuro rendimento em aguardente.”⁵⁸⁴

Cerca de 3 milhões de kg de canas deixaram de ser enviadas para o engenho central, devido a não conclusão da linha férrea. Vários fornecedores moeram essas canas em seus próprios engenhos, pois ainda não tinham certeza que o engenho ficaria pronto a tempo. O presidente da Província apontava boas perspectivas para a segunda safra da Companhia de Capivari.

“Para a safra de 1885 novos fornecedores se comprometteram a mandar mais de 4.000.000 de kilogramas de cannas, que juntos ás cannas moídas esse ano, e as que podiam lhe ter sido enviadas, no caso de funcionar a estrada de ferro, permitem de avaliar em 10.000.000 de kilogramas a quantidade de cannas a moer-se no Engenho Central de Capivari; estimação razoável, pois que, se de um lado pode haver diminuição proveniente das geadas desse anno, por outro houve desenvolvimento da cultura da canna, especialmente por causa do estabelecimento do Engenho Central.”⁵⁸⁵

⁵⁸³ Fala dirigida á Assembleia Legislativa de São Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª legislatura em 10 de janeiro de 1885 pelo Presidente Doutor José Luis de Almeida Couto. São Paulo, Typ. Da Gazeta Liberal, 1885, p. 94.

⁵⁸⁴ Fala dirigida á Assembleia Legislativa de São Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª legislatura em 10 de janeiro de 1885 pelo Presidente Doutor José Luis de Almeida Couto. São Paulo, Typ. Da Gazeta Liberal, 1885, p.p. 94-95.

⁵⁸⁵ Idem, p. 95.

Com grande festa e a presença do Ministro e Secretário dos Negócios da agricultura, Comércio e Obras Públicas, o moderno maquinismo do engenho central de Lorena começou suas atividades em 4 de Outubro de 1884. Foi uma pequena safra experimental, iniciada no mês em que a cana já não oferecia sua melhor riqueza sacarina, no qual dava-se, frequentemente, o fim da safra. Os diretores da Companhia relataram ao Governo Provincial sua satisfação com o rendimento da maquinaria implantada da seguinte maneira, diferentemente do que ocorrera em Capivai

“O resultado conseguido pelos seus machinismos e aparelhos, os quais são julgados dos mais aperfeiçoados, satisfez inteiramente ao que podia desejar de vantajoso na indústria sacharina. Assim é que, começando a trabalhar em tempo que as cannas já não contém toda a sua riqueza sacharina, o que se dá n’esta zona desde que passa o mez de setembro, a fabricação d’esta pequena safra de experiência, na qual se apurará cerca de 40 mil kilogramas de assucar, de qualidade que não desmerecem diante das melhores conhecidas no mercado brasileiro, produzirá mais oito por cento sobre o pezo bruto das cannas.”⁵⁸⁶

O resultado da pequena safra de 1884 foi o seguinte: 42.960 quilos de açúcar e 480 hectolitros de aguardente.⁵⁸⁷ O relatório da Companhia, de 15 de Janeiro de 1886, apresentado aos acionistas da mesma, demonstrou a existência de 632 sacos de açúcar de 60 quilos, sendo 398 de primeira, 128 de segunda, 61 de terceira e 45 de Quarta, somando 37.920 quilos; além de 2.880 litros de aguardente, da safra de 1884.⁵⁸⁸ Calculando rendimento de 8% em açúcar teria moído o engenho cerca de 537.000 quilos de cana. O rendimento do engenho vale paraibano era superior aos do oeste.

Em 1885, os quatro engenhos centrais paulistas, construídos a partir das concessões imperiais de garantia de juros estavam montados para a safra inteira. O engenho central de Capivari ainda não havia resolvido o problema com as turbinas e não se preparou para a moagem.

⁵⁸⁶ Ofício da Companhia Engenho Central de Lorena, Lorena, 05 de Dezembro de 1884. Ofícios diversos de Lorena, AESP, Caixa 308.

⁵⁸⁷ Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e obras Públicas Antonio da Silva Prado. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886, p. 4

⁵⁸⁸ Relatório apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, São Paulo, Leroy, King Bookwater, 1886, anexo 4.

Em Porto Feliz, cujo engenho central fora arrendado ao engenheiro André Patureu, a safra alcançou 42.800 arrobas de açúcar (642.000 kg) e 600 cargueiros de 100 litros de aguardente, como expôs um de seus administradores, comentando o pagamento de impostos sobre a produção, em 18 de março de 1886.

“o Engenho Central d’esta cidade paga para a Camara Municipal o imposto de vintém sobre cada arroba (quinse kilos) de assucar que fabrica e cem reis por cada cargueiro de aguardente, tendo pago na ultima safra oitocentos e cinquenta e seis mil reis sobre quarenta e duas mil e oitocentas arrobas de assucar, e sessenta mil reis sobre seiscentos cargueiros de aguardente.”⁵⁸⁹

Essa empresa continuava com sua deficiência no transporte de matéria prima. O fato levou o Presidente da Província a afirmar que o atraso desse engenho se devia a “falta de meios de transporte, que colloca os lavradores na necessidade de continuarem a fabricar o assucar pelo systema antigo.”⁵⁹⁰ Propunha como solução a canalização do rio Tietê em quase toda a extensão em que ele banha o município e a construção de um ramal de estrada de ferro.

Os resultados foram melhores em Piracicaba, mas não conforme o esperado, pois a geada atingiu o canavial e diminuiu sua qualidade. As moendas esmagaram 13.144.774 kg de cana, em 117 dias de trabalho, produzindo 893.790 kg de açúcar, com rendimento de 6,77 % em açúcar. Além da seca e da geada, o Diretor apontou a falta de depósito para o melado destinado à destilação de aguardente como razões para a produção insatisfatória e calculou “em 30 mil arrobas de assucar que deixou de fabricar-se, ou que deveria produzir a matéria prima empregada.”⁵⁹¹ houve um acidente no alambique que teve que ser reparado por 3 ou 4 dias.⁵⁹²

Em Lorena, a moagem teve início em 02 de Julho e encerrou-se em 19 de Outubro, totalizando 84 dias de trabalho, dentro de um período de 110 dias. A quantidade de cana moída foi bem pequena para a capacidade de produção do engenho central. Moeu o engenho central de Lorena, nos 84 dias de atividade, 4.894.828 quilos

⁵⁸⁹ Traslado de uma execução comercial. Exequente: Delfino Antonio de Carvalho. Réu: Companhia Açucareira de Porto Feliz. 1887, fl 46.

⁵⁹⁰ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província João Alfredo Corrêa de Oliveira, em 15 de fevereiro de 1886. AESP, rolo 29, p. 82.

⁵⁹¹ Ofício do presidente interino Jayme Pinto de Almeida. 14/11/1886. AESP, Engenhos Centrais, cx I, ordem 5674.

⁵⁹² Gazeta de Piracicaba de 11/12/1885.

de cana, média de 58.236 quilos por dia. Suas moendas obtiveram pressão entre 65 e 80% por 100 quilos de canas, produzindo 31.990 hectolitros de caldo, com peso total do caldo de 3.399.940 quilos.

A produção de açúcar atingiu 429.180 quilos, sendo 296.820 de açúcar de 1º jato, 72.540 de 2º, 35.820 de 3º e 24.000 de 4º. O rendimento foi de 8,77% em relação ao total de cana esmagada, sendo 6,07% de 1º jato, 4,48% de 2º e 1,22% de 3º e 4º. Foram realizados 85 cozimentos de 1º jato, o que dá basicamente um cozimento deste por dia, com volume de 58 hectolitros. O total da massa cozida atingiu 717.315 quilos. Além desse açúcar, produziu o engenho central 56.506 litros de aguardente.⁵⁹³

A safra de 1885 foi, portanto, bem inferior à capacidade instalada da fábrica, de 240.000 quilos em 24 horas. A fábrica com capacidade para trabalhar 24.000.000 de quilos de cana em uma safra de 100 dias, recebeu menos de 5.000.000 de quilos, cerca de 20% de sua capacidade.

A diretoria da Companhia mostrava-se satisfeita com o rendimento da maquinaria, mas já aponta a necessidade de superar o pequeno fornecimento de cana, para garantir a rentabilidade do capital investido. Escreveram os diretores Comendadores Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo, em seu relatório da safra: “Fique desde já consignado, e para isso chamamos a vossa atenção, que é de indeclinável necessidade cogitar dos meios de assegurar ao Engenho o fornecimento de canna em quantidade compatível com a força de seus machanismos.”⁵⁹⁴

Além da pequena quantidade, sofreu o engenho central com a falta de regularidade no fornecimento diário da cana, problema agravado nos dias finais da moagem. A irregularidade no fornecimento era gerada pela falta de transporte adequado para alguns agricultores e pela falta de pessoal para o corte da cana, para outros.

Compreendendo as difíceis condições por parte dos fornecedores para a entrega regular da matéria-prima, a Diretoria da Companhia eximiu-se de multá-los, pois essa atuação, em uma primeira safra, “poderia trazer resultados negativos e afugentar os fornecedores.”⁵⁹⁵

⁵⁹³ Relatório apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, São Paulo, Leroy, King Bookwater, 1886, anexo 4.

⁵⁹⁴ Idem, p. 4.

⁵⁹⁵ Idem, p. 5.

Para garantir a quantidade necessária de matéria-prima, o Conselho Fiscal da Companhia, composto pelo Visconde de Moreira Lima, Theophilo José Antunes Braga e Domingos Marcondes d'Andrade, propõe que a Companhia faça grandes plantações por conta própria, como escreveu em seu parecer.

“Pensa, entretanto, o Conselho Fiscal, que o meio mais adequado para assegurar ao Engenho a quantidade de canna, de que há mister para preencher devidamente suas funções, é mandar a Companhia por conta própria, fazer grandes plantações, deixando de confiar em plantadores espontaneos, que por tibieza, se não por erro de apreciação, deixam de utilizar-se de tão incontestavel melhoramento, acarretando a esterilidade dos importantes capitaes empregados pela Empreza.”⁵⁹⁶

PRODUÇÃO DOS ENGENHOS CENTRAIS PAULISTAS, 1885				
Engenhos centrais	Canas moídas, kg	açúcar	Aguardente, l	Rendimento, %
Porto Feliz	-	642.000	60.000	-
Piracicaba	13.144.774	893.790	84.100	6,77
Lorena	4.491.828	429.180	48.000	8,77
Capivari	-	-	-	-

Fonte: Traslado de uma execução comercial. Exeçüente: Delfino Antonio de Carvalho. Réu: Companhia Açucareira de Porto Feliz. 1887, fl 46. Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura pelo engenheiro fiscal do 3º Distrito de engenhos centrais Luiz Monteiro Caminhoá, 1886, p. 22. Ofício do presidente interino Jayme Pinto de Almeida. 14/11/1886. AESP, Engenhos Centrais, cx I, ordem 5674.

Como apontado, o engenho central de Piracicaba constituía o principal produtor de açúcar e aguardente dentre os quatro instalados, cuja quantidade de cana esmagada ultrapassava em quase três vezes o de Lorena em quase duas vezes o de Porto Feliz. Seu rendimento, no entanto, era 2% inferior ao atingido em Lorena, único que conseguia rendimento superior a 8%, conforme o esperado. Em Capivari, a nova Companhia tratava da solução dos problemas técnicos para por a fábrica em produção.

⁵⁹⁶ Idem, p. 12.

As duas safras seguintes foram as últimas em que o trabalho escravo foi utilizado no campo e vários fornecedores de cana o utilizaram até o final, pois a de 1888 já começou após o 13 de maio. Em Piracicaba, a quantidade de cana moída ultrapassou, novamente, as 13.000 toneladas, em 1886. A geada, no entanto, atingiu os canaviais da região, afetando em 20% a 30% dos mesmos, prejudicando o desenvolvimento sacarino do restante. A produção caiu a 600.000 quilos. Os diretores estavam confiantes para a próxima safra e fizeram questão de comunicar os acionistas:

“não havendo contratempo, o que é de esperar-se, o suprimento de cannas avultará n’este anno, indo além da quantidade do anno passado; e, pelas informações dos lavradores em geral, serão ellas da melhor qualidade e auspiciosas de lisongeiros resultados para a safra vindoura.”⁵⁹⁷

A geada foi desastrosa, no entanto, no vizinho município de Porto Feliz e acabou com os planos de recuperação da Companhia, a partir do arrendamento para o engenheiro André Paturau, estragando as canas para a safra de 1886. Em ofício de 10 de setembro deste ano, André Paturau comunicou ao Conselho Fiscal o não pagamento da segunda prestação dos juros das debêntures, “em virtude do mal causado pela geada, que n’este anno estragou os cannaviaes d’este município”.⁵⁹⁸ A resultado da safra foi inferior às dos anos anteriores e a Companhia foi à falência, sem conseguir pagar suas dívidas.

Em 1887, como a Companhia estava sob liquidação judicial, e os síndicos da massa falida queriam realizar a safra deste ano, para não prejudicar mais a empresa, entraram com uma petição ao Juiz Comercial, no teor seguinte:

“julgando conveniente á bem da massa, que o Engenho Central faça a moagem das cannas do município – prontas para a próxima safra, já porque assim poderá auferir um lucro considerável, que virá augmentar a garantia dos credores e já porque, no caso de venda em uma liquidação definitiva, terá dado o Estabelecimento mais uma prova de seu bom estado e de sua capacidade, salvando ao mesmo tempo importantes interesses da lavoura e do comercio, que

⁵⁹⁷ Acta da Sessão da Assembleia Geral dos accionistas em 10 de março de 1887. Gazeta de Piracicaba de 27/03/1887.

⁵⁹⁸ Acta da Vigésima terceira Sessão da Assembléa geral da Companhia Assucareira de Porto Feliz. 30/10/1886. fls 194-198. Inserida em Traslado de uma execução comercial. 1887.

serão sacrificados se a moagem não se fiser, vem requerer á Vossa Senhoria a licença necessária, assim como para as despesas preparatórias d'aquelle serviço.”⁵⁹⁹

A moagem foi autorizada, mas os síndicos só informaram o resultado líquido dessa operação, nas fontes consultadas, 9:027\$660 réis. Não conseguimos os dados do volume da produção desse ano de liquidação da primeira Companhia a instalar um engenho central em São Paulo.⁶⁰⁰ Em Piracicaba, para a frustração dos diretores da Companhia, houve contratempos, em especial a desorganização do trabalho escravo nos canaviais, e o fornecimento de cana foi inferior ao do ano anterior, “posto fossem estas de melhor qualidade”. A produção atingiu 60.000 arrobas, ou 900.000 quilos. A diretoria propôs a liquidação e venda do engenho. O pequeno engenho central Monte Alegre, que entrou em operação nesse ano com a nova maquinaria, produziu 12.000 arrobas (180.000 quilos), em sua primeira e única safra com trabalho escravo.⁶⁰¹

Com a mesma rede de transporte do ano anterior, em 1886 o engenho central de Lorena moeu 37% a mais de cana, na quantia de 7.130.241 quilos. Entretanto, o rendimento não foi o mesmo, caiu para 6,89, e a produção não aumentou na mesma porcentagem, mas apenas 11,45% em açúcar e 8,33% em aguardente, 491.700 quilos e 57.600 litros, respectivamente.

Na safra de 1887, como ocorreu em Piracicaba, o engenho de Lorena moeu quantidade inferior de cana em relação ao ano anterior. De 6 de Julho a 24 de outubro passaram pelas moendas 6.679.092 quilos de canas. O resultado da produção, no entanto, foi superior, pois o rendimento cana açúcar atingiu 7,76%. Os diretores da Companhia apontaram o melhor desenvolvimento da cana, devido tempo favorável durante o ano, como fator para o melhor rendimento da produção na fábrica. O

⁵⁹⁹ Petição dos síndicos André Paturau e Joaquim Olavo de Carvalho. 01/06/1887. fls 205/207. Inserida em Traslado de uma execução comercial. 1887.

⁶⁰⁰ As Companhias detentoras dos três engenhos centrais do oeste paulista perderam as concessões de garantia de juros e, infelizmente, suas safras não foram apontadas pelos engenheiros fiscais, motivo pelo qual não pudemos analisar melhor a produção e rendimento dessas unidades. Em Piracicaba, o jornal local publicada a tributação sobre a produção.

⁶⁰¹ Exposição dos Administradores da massa do Engenho Central, aos credores, em reunião de 31 de janeiro de 1888. Gazeta de Piracicaba de 02/02/1888. Produção em Gazeta de de Piracicaba de 16/05/1888.

fornecimento ganhou mais regularidade neste ano, devido à ampliação dos meios de transporte modernos realizada pela Companhia.⁶⁰²

Dez anos após a pequena safra inaugural do engenho central de Porto Feliz, chegou ao fim o trabalho escravo nos canaviais paulistas, nos quais vários fornecedores de cana os utilizaram até o processo de desagregação final. O trabalho livre agora alcançava todo o setor, não mais apenas o ramo industrial, como estabelecera a legislação. Aos problemas climáticos e à queda de preços do açúcar veio somar-se a desorganização do trabalho escravo, em meados dos anos 1880. Como vimos, anos difíceis para a instalação da moderna indústria do açúcar. O resultado foi a falência das Companhias açucareiras de Porto Feliz e de Piracicaba, em 1887-88, conforme analisado. O pequeno central Monte Alegre também mudou de proprietários, em 1888, após a morte de seu fundador.

A Companhia lorenense era exceção nesse quadro de falências, no ano da abolição. A safra de 1888, iniciada em 11 de julho, primeira a operar sem o trabalho escravo no campo, não foi atingida pela abolição. Nesse ano, pela primeira vez, o engenho central moeu canas cultivadas no Núcleo Colonial das Cannas e seu maquinário beneficiou mais de 10 milhões de quilos. Foi a maior moagem das quatro safras realizadas até este ano, na qual o engenho central trabalhou durante 94 dias. Os diretores da Companhia calcularam a produção total de açúcar em 700.000 quilos. A quantidade de primeiro jato foi bem abaixo do esperado, com rendimento de apenas 4,72% em relação ao peso da cana. Tal rendimento arrancou o seguinte comentário do engenheiro fiscal, “vê-se que a extração em 1º jacto desceu a termo desconhecido nesta fabrica, mas infelizmente normal em alguns engenhos centraes deste districto, desde que começaram a manipular grandes massas de materia prima.”⁶⁰³

O aumento da quantidade de matéria prima beneficiada trazia consigo problemas de rendimento. O engenheiro fiscal e os diretores da Companhia apontaram as péssimas condições das canas fornecidas como causa desse baixo rendimento. Escreveu o mesmo engenheiro em seu relatório,

⁶⁰² Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura pelo engenheiro fiscal do 3º Distrito de engenhos centrais José Gonçalves de Oliveira, 14 de Fevereiro de 1888, p. 22.

⁶⁰³ Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura pelo engenheiro fiscal do 3º Distrito de engenhos centrais José Gonçalves de Oliveira, 1889, p. 9. Ofício da Companhia Engenho Central de Lorena ao Governo da Província de São Paulo, 19-11-1888, Ofícios diversos de Lorena, AESP, Caixa 308.

“A principal causa desse mal, que vai-se propagando n’este districto de maneira assustadora, revelou-se-me nas pessimas condições em que parte das cannas é recebida nas fábricas, já por effeito da desatenção de alguns fornecedores ás recommendações das directorias das companhias, já em consequencia da irregularidade na distribuição dos avisos de fornecimento pelas proprias directorias, que bem fariam confiando esse mister a quem compete, isto é, aos engenheiros directores.”⁶⁰⁴

A fábrica continuou triturando o açúcar de primeiro jato, experiência já realizada no ano anterior, e “tem dado o melhor resultado esta medida, que provavelmente expulsará dos mercados de serra-acima o assucar refinado, ou pelo menos há reduzir muito seu consumo.”⁶⁰⁵ Este beneficiamento melhorava a qualidade do produto final, propiciando melhor aceitação no mercado.

A produção de aguardente atingiu 65.100 litros, rendimento bem inferior à safra passada na qual foram produzidos 58.680 litros, mas com somente 64% da matéria prima desta safra. Contaram os fornecedores com 2 quilômetros a mais de via férrea e mais duas chatas fluviais para o transporte das canas, durante esta safra. As fornalhas consumiram 29% do peso das canas em lenha.

Os novos proprietários dos engenhos centrais de Porto Feliz, Piracicaba, Capivari e Monte Alegre logo trataram da reorganização da produção, comprando propriedades, contratando fornecimento de canas, criando colônias e núcleos coloniais. Uma nova unidade de engenho central foi instalada na região, montada pelo Comendador Freitas, em Araraquara, em 1889. Seu maquinário foi fabricado nos Estabelecimentos Cail, “ todos são do melhor material e da melhor mão de obra.”⁶⁰⁶

Sob o controle do Barão de Rezende, novo proprietário, o central de Piracicaba reorganizou e expandiu a produção, nos anos seguintes à abolição, até uma nova geada atingir os canaviais, nos anos de 1893 e 1894. Fabricou 900.000 quilos de açúcar, em 1889, e 1.050.000, no ano seguinte, equivalente a 70.000 arrobas. No começo da última década do século, a produção foi ampliada para 80.000 arrobas, em 1891, e para 92.000, em 1892, como mostra o quadro abaixo. O mesmo ocorreu com o central Monte Alegre,

⁶⁰⁴ Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura pelo engenheiro fiscal do 3º Distrito de engenhos centrais José Gonçalves de Oliveira, 1889., p.p. 9-10. Idem.

⁶⁰⁵ Idem, p. 10.

⁶⁰⁶ Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, p. 130.

no mesmo município, sob o comando de Amaral e Penteadó, cuja produção saltou de 150.000 quilos para 375.000, nos mesmos anos, atingindo 30.000 arrobas, ou 450.000 quilos, em 1891.⁶⁰⁷ A produção triplicou, nos poucos anos sob o controle dos dois novos proprietários. Ambos os centrais piracicabanos operavam com quantidades de canas maiores a cada ano.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E AGUARDENTE EM PIRACICABA, 1890-1906								
Açúcar em arrobas e aguardente em cargueiros de 100 litros								
Açúcar						Aguardente		
Anos	Engenho central de Piracicaba	Engenho central Monte Alegre	Nº Eng.	Engenhos produção	total	Engenhos centrais	Engenhos produção	Nº eng.
1890	70.000	25.000	5	11.300	115.300	1.400	2.400	7
1891	80.000	30.000	5	10.500	120.050	3.500	6.000	16
1892	92.000	13.466	4	9.000	111.766	-	18.150	29
1893	50.000	6.000	5	5.580	61.580	1.300	7.540	29
1894	44.520	9.000	5	7.600	61.120	1.920	11.725	31
1895	80.000	-	5	6.700	96.700	1.418	14.150	58
1896	109.068	-	10	18.100	127.168	625	9.117	57
1897	120.000	-	10	18.770	139.770	3.400	8.652	55
1898	160.000	-	9	28.440	188.440	2.800	5.902	42
1899	152.000	12.400	10	17.470	181.930	2.195	7.042	52
1900	210.500	100.000	21	17.056	327.556	1.570	7.081	58
1901	248.796	40.000	21	19.228	308.024	1.336	4.534	56
1902	211.676	34.160	22	17.361	263.197	1.394	4.360	52
1903	132.160	50.000	24	11.159	203.319	1.616	6.153	60
1904	281.784	57.988	29	7.390	347.162	917	6.176	62
1905	202.528	58.900	34	8.580	270.012	855	6.404	65
1906	290.980	44.132	30	9.080	344.192	660	5.134	59

Fonte: Relação dos tributados pela safra de café, açúcar e fabrico de aguardente, fornecida pelo Conselho de Intendência Municipal e publicada pela Gazeta de Piracicaba. In: Eliana Tadeu Terzi. Op. Cit., p. 194.

⁶⁰⁷ Gazeta de Piracicaba de 21/03/1890 e de 15/02/1891.

Os engenhos centrais de Porto Feliz e de Capivari não obtiveram o mesmo êxito produtivo daqueles do município vizinho. Ambos não conseguiram organizar grande suprimento de matéria prima para seu beneficiamento. A unidade de Porto Feliz tinha um problema crônico para o transporte da matéria prima, pois não estava ligado aos fornecedores por nenhuma ferrovia, além da pequena e problemática que o ligava ao Núcleo Colonial Rodrigo Silva, e não havia sido resolvido o problema da navegabilidade do rio Tietê, durante a estação seca.

Na safra de 1888-89, o engenho de Capivari funcionou por apenas 33 dias, moendo tão somente 2.502.192 quilos de cana. Era um recomeço. Seus novos proprietários compraram duas propriedades agrícolas para produção de matéria prima, além da fornecida por terceiros. Porto Feliz realizou safra com mais de 7.000 toneladas de cana, como aquelas do começo da década. O rendimento dessa fábrica, apontado pelo engenheiro fiscal para o ano de 1889, de 9,2 %, destoava do das outras unidades pela sua superioridade

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM CAPIVARY E PORTO FELIZ							
SAFRAS DE 1888-89 E 1890-91							
	1888-89				1890-91		
	Capacidade 24 horas	Dias de trabalho	Média diária	Canas moídas	Dias de trabalho	Média diária	Canas moídas
Capivary	200 ton.	33	75.824	2.502.192	52	78.781	4.096.612
P. Feliz	200 ton.	80	96.321	7.705.680	59	87.597	5.168.223

RENDIMENTO NOS ENGENHOS CENTRAIS PAULISTAS				
	1887	1888	1889	1890
Lorena	6,9	7,8	6,9	6,5
Porto Feliz	-	-	9,2	7,12
Capivary	-	-	5,8	6,3

Fonte: relatório do engenheiro fiscal Gervásio Pires Ferreira. Anexo ao Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado do Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, engenheiro Antônio Gonçalves de Faria, em maio de 1892. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892, p 10.

Itens da safra	SAFRA DE 1890-91		SAFRA DE 1891 (PARCIAL)	
	E.C. PORTO FELIZ	E.C. CAPIVARI	E.C. PORTO FELIZ	E.C. CAPIVARI
Canas moídas, kg	4.096.621	5.168.230	4.555.927	5.960.050
Caldo recolhido, lt	2.576.600	2.557.500	2.779.075	3.551.755
Pressão média das moendas	67,5	55,2		
Açúcar fabricado	291.720	325.620	284.520	348.300
Rendimento em açúcar, %	7,12	6,3		
Aguardente fabricada, lt	25.000	39.600	19.200	
Rendimento aguardente, %	0,61	0,7		
Álcool de 42° C, lt				
Lenha consumida, kg	2.000.000	1.270.000	1.904.000	1.104.360
% de lenha por 100 kg de cana	48,8	24,5		

Fonte: relatório do engenheiro fiscal Gervásio Pires Ferreira. Anexo ao Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado do Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, engenheiro Antão Gonçalves de Faria, em maio de 1892. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892, pp 6-9.

Em 1890 e 1891, Capivari dobrara a moagem de cana, esmagando pouco mais 5.000 toneladas. Porto Feliz, ao contrário baixou a moagem a menos dessa quantidade, com queda expressiva da matéria prima e do rendimento. Essas duas fábricas moíam bem abaixo da capacidade e enfrentavam problemas técnicos, especialmente Porto Feliz. O engenheiro fiscal aconselhou os proprietários do engenho central de Capivari a trocarem as moendas por outras do sistema Thompson & Black com pressão hidráulica. Apontou que os edificios e máquinas eram bem cuidados, ”não obstante serem velhos e

precisarem algumas modificações.” O alambique era velho e de ‘systema antigo’, não correspondendo ao trabalho do engenho.⁶⁰⁸

Em 1890, o engenho central de Porto Feliz moeu tão somente 4.096.621 quilos de cana, que resultaram em 291.720 quilos de açúcar, rendimento de 7,12%, e 25.000 litros de aguardente. A fábrica tinha um consumo altíssimo de 48,8% de lenha, em relação ao peso da cana. Isso era resultado das péssimas condições em que se encontravam as caldeiras, que não possibilitavam a utilização do bagaço como combustível, conforme apontou o fiscal: “ o exagerado gasto de lenha vem do mau estado das caldeiras e de não ser aproveitado o bagaço como combustível; já exigimos da companhia o emprego dos fornos Godillot, que têm provado na prática muito bem.”⁶⁰⁹

Não foi muito diferente a safra no engenho central do Capivari, com moagem de 5.168.230 quilos de cana e produção de 325.620 quilos de açúcar e 39.600 litros de aguardente. O rendimento de 6,3 % de cana/açúcar era inferior ao de Porto Feliz, mas o consumo de lenho era bem menor, 24,5 % do peso da cana, metade do índice de Porto Feliz. Os dados obtidos para o ano seguinte são bem semelhantes, como pequena elevação na produção de açúcar em Capivari e queda em Porto Feliz.⁶¹⁰

Em Lorena, o engenho central operava com maiores quantidades de canas do que esses dois e ampliou a moagem, como as unidades piracicabas, nos primeiros anos do último decênio do século, antes das geadas atingirem os canaviais. Como já apontamos acima, em 1888 a empresa começou a esmagar mais de 10.000 toneladas de cana. No ano seguinte, a quantidade moída sofreu pequena baixa para 9.414.014 quilos.⁶¹¹ Segundo o engenheiro fiscal do Governo Federal, o rendimento dessa safra

⁶⁰⁸ Relatório do engenheiro fiscal Gervásio Pires Ferreira. Anexo ao Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado do Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, engenheiro Antão Gonçalves de Faria, em maio de 1892. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892, p 8.

⁶⁰⁹ Relatório do engenheiro fiscal Gervásio Pires Ferreira de 08 de janeiro de 1892, p 9. Gileno Dé Carli. *Gênese e Evolução da indústria açucareira em São Paulo*. Rio de Janeiro, Irmãos Pungetti, 1942, PP. 53-54.

⁶¹⁰ Relatório do engenheiro fiscal Gervásio Pires Ferreira de 08 de janeiro de 1892, p 9.

⁶¹¹ Processo de Liquidação Judicial, 14/03/1901, folha 40; 1º Cartório, Lorena, (APL). Relatório do engenheiro fiscal Gervásio Pires Ferreira de 08 de janeiro de 1892, p 10.

chegou a 6,9%, proporcionando produção de 649.566 quilos de açúcar.⁶¹² Neste ano de 1889, a fábrica deu início à produção de álcool.

Na safra de 1890, a quantidade de cana trabalhada pelo engenho caiu abaixo de 10.000 toneladas, moendo apenas 76,51% da quantidade esmagada em 1888. A fábrica apresentou rendimento superior ao conseguido em 1888, principalmente em relação à produção de aguardente, que atingiu a quantia de 134.880 litros, pouco mais de 100% superior àquela. O rendimento chegou a 1,71 litros por 100 quilos de cana. A produção de álcool, que a partir deste ano passou a constar nos relatórios dos engenheiros fiscais, foi de 18.000 litros. A produção teve bom rendimento em relação à safra de cana, mantendo-se acima de 500 toneladas, com a produção de 524.580 quilos. Chama a atenção o alto consumo de lenha nesta safra, equivalente a 37,6% do peso da cana, quando nas safras anteriores a fábrica consumia cerca de 30%.

Começou bem a década de 1890 para a Companhia Engenho Central de Lorena, cujo engenho recebeu 12.222.630 quilos de cana, parte já colhida nas novas terras adquiridas pela Companhia. Esta foi a maior produção de açúcar das safras até então realizadas, na quantia de 749.640 quilos, o que dá rendimento de 6,13% do peso da cana, que não seria dos melhores já atingidos. Relata o engenheiro fiscal, em 8 de Janeiro, que a safra não estava ainda terminada, como também em Porto Feliz e Capivari, mas a moagem sim. O Engenheiro Fiscal responsável pelo 3º Distrito, em relatório de meados de 1895, apontou a quantia de 13.149.546 quilos de cana moídas nesta safra.⁶¹³ A produção de aguardente caiu quase pela metade, processando 71.900 litros e a de álcool de 42º foi ampliada em 78,88%, com uma produção de 32.200 litros.

A moagem da safra de 1892 teve início em 7 de Julho e encerrou-se em 30 de novembro, tendo trabalhado durante 121 dias, durante os quais o engenho moeu 11.994.694 quilos de matéria-prima, média de 99.129 quilos diariamente, outra grande safra para os padrões deste engenho. O rendimento em açúcar de 5,1% foi menor que o do ano anterior, o que produziu 601.500 quilos, 148.140 quilos a menos. Foram necessários 246 cozimentos para tal produção, média de 2.445 quilos por cozimento, sendo 156 deles de primeiro jato.

⁶¹² Relatório apresentado pelo Engenheiro Fiscal do 3º Districto de Engenhos Centraes, Gervasio Pires Ferreira, em 08 de Janeiro de 1892, ao M. A. C. O. P., p. 6.

⁶¹³ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, apresentado ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 85.

Em compensação, a produção de aguardente e álcool teve grande crescimento. A quantidade de álcool fabricado ultrapassou, pela primeira vez, a de aguardente, com um acréscimo de quase 300%, somando 122.650 litros, enquanto a produção de aguardente atingiu 111.700 litros. Analisando estas duas safras, escreveu o novo Engenheiro Fiscal, Eurico Jacy Monteiro, sobre o engenho central de Lorena: “É ainda dos melhores engenhos do terceiro districto e dos que mais prosperam.”⁶¹⁴

Em 1895, o engenheiro fiscal reviu os dados dessa safra, pois a mesma foi ampliada com a nova política praticada pela Companhia, que passou a comprar açúcar e aguardente, aquele para desmanchar e produzir aguardente, e esta para a fabricação de álcool. A quantidade de cana moída foi inflada, provavelmente para esconder do Governo Federal a operação de compra de açúcar e aguardente. Os dados relatados para 1892 foram os seguintes.

SAFRA DE 1892	
CANAS MOÍDAS (?)	17.288.400 quilos
AÇÚCAR FABRICADO	649.980 quilos
RENDIMENTO	3,75 %
AGUARDENTE E ÁLCOOL	822.602 litros
RENDIMENTO, 100 Kg DE CANA	240 litros

Fonte: Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, apresentado ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 95.

“Se não é isso o Engenho comprou assucar para fazer aguardente”, escreveu o Engenheiro Fiscal. E tinha razão. Depois ficou ciente da operação, como anotou ao lado dos dados fornecidos, “Soube posteriormente ter sido a moagem só de 11.694.696 kilogs. de cannas, o mais é assucar comprado, representado em canas.”⁶¹⁵

Sendo assim, a CECL comprou em açúcar e aguardente uma quantidade equivalente a 5.293.706 quilos de cana, o que possibilitou a fabricação dessa grande quantidade de aguardente e álcool. Esta operação trouxe grandes lucros para a empresa, no valor de 119:571\$740, arrancando o interessante comentário do Engenheiro Fiscal,

⁶¹⁴ Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º Districto de Engenhos Centraes, Eurico Jacy Monteiro, apresentado ao MIVOP, em 23 de Março de 1893, p. 8. Eurico Jacy Monteiro assumiu este cargo em 01 de Dezembro de 1892.

⁶¹⁵ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, apresentado ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 95.

*“não foi porém o assucar, como devia ser, que deu este lucro: foram a aguardente e o álcool.”*⁶¹⁶

As geadas, no entanto, atingiram os canaviais paulista nos anos seguintes, e fizeram despencar a produção dos derivados de cana, nos anos de 1893 e 1894, quebrando a sequência de expansão das safras pós abolição. Os engenhos centrais de Porto Feliz e Capivari fecharam as portas e suas companhias proprietárias faliram mais uma vez. A unidade localizada em Araraquara foi vendida para um Comissário de café de Santos, responsável por sua reorganização produtiva. Em 1894, existiam 72 hectares de canas e para o ano seguinte, 72 mais 78 de soqueiras e socas, total de 150.⁶¹⁷

A produção do central de Piracicaba caiu de 92.000 para 50.000 arrobas, em 1893, e 42.520, no ano seguinte. O mesmo sucedeu ao central Monte Alegre, cuja produção baixou a 6.000 e 9.000 arrobas, nos anos respectivos, quando fora de 30.000, em 1891.

Os problemas climáticos do início dos anos noventa foi um divisor de águas para a produção da unidade de Lorena, no Vale do Paraíba, sob o domínio do capital nacional. A safra do ano de 1893 apresentou o pior resultado desde a inauguração do engenho. Moeu apenas 2.115.301 quilos de cana, 18,08% da matéria-prima da safra anterior, conseguindo o ínfimo rendimento de 2,8% em açúcar, produzindo tão somente 60.000 quilos. A produção de aguardente e álcool gerou melhor resultado, com a fabricação de 80.919 litros daquela e de 24.000 litros deste último.⁶¹⁸

A Companhia continuou com a prática de comprar derivados de cana para reprocessá-los. É o que demonstra a ação ordinária movida pela CECL contra Alexandrina Ferreira de Andrade, viúva do comerciante José Monteiro de Andrade, e herdeiros. Comprou 100 cargueiros de aguardente de 20º, em barris de 18 medidas, de José Monteiro de Andrade, pelos quais pagou 3:250\$000, em 8 de Julho de 1893, isto é, no início da safra. Monteiro de Andrade obrigou-se a “entregar em casa do Snr. Tnt.

⁶¹⁶ Idem, p. 95.

⁶¹⁷ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 61. Infelizmente o autor não arrolou a produção em açúcar e aguardente.

⁶¹⁸ Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Brigada Dr. Bibiano Sergio Marcelo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado do MIVOP, EM Maio de 1894, p. 22.

Cel. J Antonio Nogueira de Sá, da primeira que fabricar.”⁶¹⁹ O comerciante faleceu antes da entrega da aguardente, e a CECL queria que a viúva cumprisse o acordo, pois já havia feito o pagamento.

José Antonio Nogueira de Sá declarou, em 18 de Novembro de 1893, ter em seu poder, á disposição da CECL, 56 1/6 cargueiros de aguardente de 20º, aguardando a ordem da viúva Alexandrina Ferreira de Andrade para poder entregá-los. Os contendores chegaram a um acordo extra judicial, em 2 de Abril de 1894. Alexandrina de Andrade obrigou-se a entregar à CECL 54 cargueiros de aguardente, “como de facto já tem entregue”, e a fornecer 30 cargueiros até 30 de setembro de 1894, pagando os outros 16 restantes em dinheiro, ao preço de 35\$000 cada um, dentro de 30 dias.⁶²⁰

Na safra de 1894 repetiu-se a quantidade diminuta de cana moída, apenas 2.233.808 quilos. Ao menos o rendimento não foi tão medíocre como o do ano anterior, 5,10% de açúcar em relação ao peso da matéria prima trabalhada. Produziu o engenho 114.120 quilos de, 60.120 litros de aguardente e 40.990 de álcool.⁶²¹ Para melhorar tão pequena moagem, a CECL comprou 48:195\$900 de açúcar para fabricar aguardente e 49:060\$000 de aguardente para transformá-la em álcool. Comprar esses produtos para reelaborá-los era muito vantajoso, como demonstrou o Engenheiro Fiscal.

“11 saccos (660 kilos) de assucar, custando de 132\$000 a 176\$000 de total, dão 1 pipa (480 litros) de aguardente que se póde vender por 300\$000 (que a tanto e mais já chegou), ou 5/11 de pipa de alcool que se venderá por 228\$000 (o alcool attingiu preço superior a 500\$000 a pipa de 500 litros).”⁶²²

Compreendia o Engenheiro Fiscal a importância econômica de tal política para a Companhia, entretanto, não o agradava muito esta idéia, como fica claro em seu comentário final a respeito.

⁶¹⁹ Processo 738, 06-11-1893, Ação Ordinária, Apelante: CECL, Réu: Viúva e herdeiros do finado José Monteiro de Andrade. 2º Cartório, APL, Caixa 104, folha 12.

⁶²⁰ Idem, folhas 68-69.

⁶²¹ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, apresentado ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 96.

⁶²² Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, 1895. p. 93.

“Mas não só o Governo não dá garantia de juros para a fabricação de aguardente, como também o alludido facto não é de pouca monta, qual parece á primeira vista: por um lado, é um facto de ordem social, e por conseguinte que exige toda nossa attenção. O Engenho de Lorena produz aguardente em grande quantidade e pouco assucar; a ‘Usina Barcellos’ fabricou quasi que unicamente aguardente; os pequenos lavradores, com suas enghocas, preferem moer elles mesmos as cannas que colhem, a venderem-nas aos enghos centrais de assucar; o fazendeiro de café (muitissimos pelo menos) tem o seu alambique para aguardente e quando muito faz rapadura, etc. etc. Para onde vamos?! Não é só o consumo immediato da aguardente e alcool: é que esses productos são o vehiculo-base de todas as falsifacções de bebidas espirituosas! Por outro lado é deshonra da nossa indústria assucareira.”⁶²³

Em meio à crise de abastecimento de matéria-prima, a CECL foi obrigada a comprar carvão para suprir o engenho de combustível, pois também a obtenção da lenha tornava-se um problema crônico para o engenho realizar suas safras. Escreveu a respeito o Diretor da CECL, Durval Braga, antes do início da moagem de 1896:

“Era extraordinaria a difficuldade com que luctava a administração para prover-se da lenha precisa para a safra em tempo opportuno. Há dois annos, houve, como vos foi communicado, necessidade de appellar-se em condições desfavoraveis para a compra de carvão, apesar de se não adaptarem a isso as velhas caldeiras da fabrica, que já estavam reclamando substituição”.⁶²⁴

A solução do problema estava no aproveitamento do próprio bagaço como combustível, o que levou a CECL a comprar duas novas caldeiras e um forno especial para a queima do bagaço.

⁶²³ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, 1895, p. 94.

⁶²⁴ Relatório do Director da CECL, Durval Braga, aos Accionistas, em 25 de Maio de 1896, folha 6; Processos, 1º Cartório, Lorena, 22/02/1896, APL.

O pequeno resultado destas duas safras fez com que o Engenheiro Fiscal reavaliasse seu conceito sobre este engenho central, feita em começo de 1893. Escreveu este,

“Disse, por exemplo, ser o Engenho Central de Lorena um dos melhores do 3º districto e dos que mais prosperam. Era o que suppunha. Infelizmente porém veio o tempo provar que me havia enganado. São assim as cousas d’este mundo: fallazes e falliveis, melhoram umas, outras pioram. O Engenho Central de Lorena tornou-se uma fábrica de aguardente: piorou. Hoje diria então: o Engenho Central de Lorena é dos que mais podem prosperar, o que já seria alguma coisa.”⁶²⁵

Era uma desonra e piora, para nossos engenheiros fiscais, a transformação dessas unidades produtoras de açúcar em fabricantes de aguardente. Não mais prosperou o dito engenho central, nos últimos anos do século, enquanto ficou sob controle dos lorenenses. Em 1895, a Companhia fez os consertos necessários para a realização da safra, como a renovação dos bronzes, das turbinas, de alguns vagões, das bombas de ar e a substituição de outras peças que em consequência do trabalho ficaram inutilizados.⁶²⁶

Em 1895, o engenho moeu 5.699.667 quilos de cana, fabricando 278.010 quilos de açúcar, 143.040 litros de aguardente e 54.240 de álcool. O açúcar voltou a ocupar o lugar de destaque na produção em Lorena, como reclamara que fosse o Engenheiro Fiscal do Governo. O rendimento não foi muito bom, abaixo dos 5% para o açúcar (4,88%). A moenda não conseguiu extrair mais de 70% do caldo da cana, como de costume.

Mas o engenho central da CECL não voltou mais a moer a quantidade de cana que moera no início da década de 1890, e as safras foram muito pequenas para a capacidade instalada, não alcançando mesmo a safra de 1885, que esmagou 4.491.828 quilos de cana, matéria que tornou-se escassa na moenda deste engenho. Para 1896, ano de desorganização das finanças e da produção da empresa, com a falência e morte de

⁶²⁵ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, 1895, p. 99.

⁶²⁶ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado do MIVOP, Engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires, em Maio de 1896, p. 37.

seu Diretor Arlindo Braga, apenas conseguimos levantar a quantidade de cana esmagada, que foi de 3.839.192 quilos.⁶²⁷

Os acontecimentos de 1896 desorganizaram o sistema de suprimento de canas em Lorena, que seria reestruturado apenas no último ano do século. A safra de 1897 moeu apenas 3.225.190 quilos de cana, retirando 61,6% de seu caldo, com o qual produziu 216.680 quilos de açúcar. Nos dados do relatório consultado não constou produção de aguardente e álcool e o número de cozimentos de 2º e 3º jato superou o de primeiro, ou seja, o de melhor qualidade.⁶²⁸

Os novos diretores buscavam fazer os melhoramentos necessários na fábrica, mas continuava o problema do abastecimento. Para o ano de 1898, a CECL remontou as turbinas e substituiu o sistema de torneiras para os jatos de vapor na sala de turbinagem, além de outros reparos e melhoramentos, mas a safra foi um fiasco, com a moagem de 1.314.577 quilos de canas, quantidade irrisória para as dimensões da fábrica. A produção de açúcar não atingiu 100 toneladas (96.240 kg), mas a fábrica conseguiu bom rendimento de seu maquinário, 7,32% do peso total da cana em açúcar. Não apareceu produção de aguardente e a de álcool apresentou tão somente 10.400 litros. A safra do ano seguinte não foi diferente, bom rendimento em açúcar, 7,55 %, e pequena quantidade de cana esmagada, 2.249.677 quilos. A administração da Companhia assentou uma bomba para elevar a aguardente aos depósitos, mas nos dados deste relatório não consta nenhuma fabricação deste produto nem de álcool.⁶²⁹

Nesses dois anos de safras diminutas, a Companhia conseguiu organizar o plantio de cana, junto aos colonos e fornecedores, para o ano de 1900. A quantidade de cana recebida no engenho subiu a 7.736.854 quilos. Segundo o Jornal O MUNICÍPIO, o engenho central fabricou cerca de 120.000 quilos de açúcar, em 1900, o que seria uma produção muito pequena para a quantidade de matéria prima, o que daria o ínfimo rendimento de 1,56%. Possivelmente tenha a Companhia se dedicado basicamente à produção de aguardente e álcool, pois o preço dos derivados de cana estavam,

⁶²⁷ Processo de Liquidação Judicial, 14/03/1901, folha 40; 1º Cartório, Lorena, (APL).

⁶²⁸ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do MIVOP, Sebastião Eurico Gançalves de Lacerda, em Maio de 1898, p. 14.

⁶²⁹ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do MIVOP, Alfredo Eugenio de Almeida Maia, 1900, p. 28.

novamente, em baixa.⁶³⁰ O resultado dessa sequência de péssimas safras, desde 1893, foi a falência e liquidação judicial da Companhia de Lorena, justamente no momento em que a mesma reorganizara o suprimento de matéria-prima para suas moendas.

O engenho central de Piracicaba teve trajetória diferente dos seus congêneres, nascidos da política imperial, no último decênio do século. Após as geadas e as pequenas safras de 1893 e 1894, a Companhia Niágara promoveu a expansão da produção, dobrando a safra alcançada em 1891. Em 1895, voltou a produzir 80.000 arrobas de açúcar e, no ano seguinte, quase 110.000.

A Companhia Niágara comprou mais propriedades agrícolas e ampliou a produção. Esmagou 21.000 toneladas de cana, em 1897, bem mais do que as cerca de 13.000, nas grandes safras dos anos 1880.⁶³¹ A produção de açúcar alcançou 120.000 arrobas. No ano seguinte, o resultado em açúcar foi um terço maior, 160.000 arrobas, o dobro da safra de três anos atrás. Era a maior fábrica produtora de derivados de cana do Estado. Não sabemos se houve produção no central Monte Alegre, no mesmo município, nesses mesmos anos, pois não aparece apontamento de sua produção no jornal local.⁶³² Em 1898, essa unidade foi vendida ao Sr. Antonio Alves de Carvalho, responsável pela nova ampliação da produção neste engenho, se constituindo num dos principais produtores de açúcar paulista, no início do século seguinte.

O engenho central de Piracicaba, dessa forma, foi transferido para o grupo de investidores franceses, no ano de 1899, no momento de auge de sua produção. O grupo deu início ao processo de aquisição das fábricas paulistas pela maior e mais estruturada delas. No mesmo ano, comprou o engenho central de Capivari.

Ao mesmo tempo em que os franceses compravam os primeiros engenhos centrais instalados em São Paulo, outras unidades eram fundadas por proprietários paulistas. Em 1898, entra em produção o central Indaiá, em Franca, montado pelo engenheiro Augusto Ramos; dois anos depois, o London, do grande cafeicultor Henrique Dumont, em São Simão, figuras que passarão a fazer parte do setor da grande indústria paulista, no século seguinte.

⁶³⁰ O MUNICÍPIO, Lorena, Ano VII, Nº 304, 1901. Para a quantidade de cana Processo de Liquidação Judicial, 14/03/1901, folha 40; 1º Cartório, Lorena, (APL).

⁶³¹ Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, p. 30.

⁶³² Eliana Tadeu Terzi. *Op. Cit.*, p. 194.

De posse das unidades de Piracicaba e Capivari, o grupo francês tratou logo de ampliar seu maquinário e expandir a produção, aumentando a capacidade produtiva das mesmas. A partir de 1899 as safras transcorreram sob o controle dos novos proprietários. Nessa primeira safra, o engenho central de Piracicaba fabricou 2.000 sacas a menos do que a antiga Companhia, mas no último ano do século, a produção superou a grande safra daquela em mais de 12.000 sacas. Em dois anos, a quantidade de canas moídas saltou de pouco mais de 31.000 para 53.390 toneladas. O rendimento cana /açúcar melhorou, até atingir os 8,30%, em 1903. Para moer essa nova quantidade de matéria prima, o engenho recebeu mais duas moendas de três cilindros, outro tríplice efeito para a evaporação, dois novos vácuos de, um de 60 e outro de 150 hectolitros, para o cozimento, cinco recipientes para massa cozida, quatro novas turbinas para açúcar de primeiro jato, além de quatro caldeiras, uma chaminé e uma máquina a vapor.⁶³³

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA					
	1899	1900	1901	1902	1903
Canas, ton.	31.107	47.782	53.390	42.017	33.800
Açúcar, sacas	38.000	52.625	62.199	52.919	33.040
1º jato, %	5,82	5,62	5,45	5,36	5,86
2º e 3º, %	1,57	1,70	2,29	2,14	2,44
Total, %	7,39	7,32	7,75	7,80	8,30

Fonte: Frederic Sawyer. Estudo sobre a Indústria Assucareira no Estado de São Paulo, comparada com a dos demais Países. S. Paulo, p. 113. Produção em Eliana Tadeu Terzi. Op. Cit., p. 194.

Expansão semelhante ocorreu em Capivari, cujo engenho central ganhou a denominação de Villa Raffard, em homenagem a seu fundador, que quase dobrou a produção no primeiro triênio sob o capital francês. Na primeira safra, foram moídas quase 20.000 toneladas de canas, quantidade ampliada em mais de 10.000 toneladas no ano seguinte, chegando a 36.373, em 1901. O rendimento evoluiu pouco, girando em torno de 7,5%. A produção pulou de 25.000 sacas de açúcar para 46.921, no mesmo período, graças ao acréscimo de mais uma moenda de repressão de três cilindros, um

⁶³³ Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903, pp. 111-112. Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 111-112.

vácuo de 90 hectolitros, a ampliação de um antigo de 55 para 105 hectolitros, cinco recipientes de massa cozida, cinco turbinas, duas caldeiras, chaminé, dois motores elétricos e um dínamo. O engenho queimava 26% do peso da cana em lenha, em 1902, baixando um pouco na safra seguinte.⁶³⁴

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NO ENGENHO CENTRAL DE CAPIVARI					
	1899	1900	1901	1902	1903
Canas, ton.	19.922	30.898	36.373	27.762	19.483
Rendimento %	7,51	7,52	7,72	6,77	7,45
Açúcar, sacos	25.006	38.753	46.921	31.363	24.221

Fonte: Frederic Sawyer. ⁶³⁵Estudo sobre a Indústria Assucareira no Estado de São Paulo, comparada com a dos demais Países. S. Paulo, p. 113.

Satisfeito com esse resultado, o mesmo grupo francês comprou o “infeliz Engenho” de Porto Feliz, que passou vários anos fechado, e o de Lorena, liquidado judicialmente, em 1901, concentrando os quatro engenhos centrais paulistas que surgiram a partir da política imperial de incentivo a sua criação. Para colocar o primeiro engenho central paulista novamente em funcionamento, a nova sociedade teve que organizar a produção de matéria prima, arrendando propriedades e comprando um antigo engenho, além de construir uma ferrovia de seis quilômetros para ligá-lo ao engenho. A tentativa de abastecer esse engenho transportando canas pelo rio Tietê redundou em grande fracasso, graças às dificuldades de navegação no trecho que corta o município, geradas pela pouca profundidade do fundo rochoso do rio, especialmente nos principais meses de safra, que ocorre na estação seca. A respeito comentou Sawyer, em seu estudo: ”Em Porto Feliz o transporte fluvial foi a idéia dominante que determinou a construção e o lugar do engenho. Ignoramos si o Rio Tietê é hoje menos navegável do que em 1877, mas em todo o caso este engenho nunca progrediu.”⁶³⁶

⁶³⁴ Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903, pp. 116-119. Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 117-119 e 130.

⁶³⁵ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 125.

⁶³⁶ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 84.

Para complicar a situação, o município não era ligado a nenhuma ferrovia da rede existente no Estado, que poderia ser utilizada para o transporte das canas e dos produtos fabricados. A única ferrovia agrícola construída pela Antiga Companhia, com três quilômetros de extensão, para ligar o engenho ao Núcleo Colonial Rodrigo Silva, criado pelo Governo Imperial para fornecer cana para essa fábrica, foi mal planejada. A mesma tinha uma inclinação que tornou impraticável a locomoção das pequenas locomotivas existentes, pois o projeto original era a instalação de transporte elétrico, abandonado “por causa de seu alto custo e das suas dificuldades de implantação”.⁶³⁷ A tração dos vagões era feita pela velha força dos bois e a pequena ferrovia servia apenas para transportar as canas de 30 hectares arrendados pela Societé.

A diminuta quantidade de 1.878 toneladas de canas esmagadas na primeira safra sob comando dos novos proprietários mostra o estado de desorganização no abastecimento dessa indústria pioneira e o tamanho do desafio da nova Companhia. Lembramos que a 20 anos atrás, essa mesma fábrica esmagava entre 7.000 e 9.000 toneladas de cana em cada safra. O rendimento abaixo de 6,5 % também era inferior ao das outras unidades modernas.

PRODUÇÃO DE AÇUCAR DO ENGENHO CENTRAL DE PORTO FELIZ				
	1901	1902	1903	1904
Canas, ton.	1.878	6.470	4.936	13.500
Sacas de açúcar	2.000	6.200	5.256	
Rendimento %	6,40	5,75	6,40	

Fonte: Frederic Sawyer. Estudo sobre a Indústria Assucareira no Estado de São Paulo, comparada com a dos demais Países. p. 124-125.

Se não progredira, na década de 1890, como apontou Sawyer, era hora de progredir, com a construção da nova ferrovia agrícola. Em 1902, quando essa ainda estava em construção, o engenho moeu 6.420 toneladas e a quantidade de açúcar, que foi 2.000 sacas, no ano anterior, subiu a 6.200. A pequena queda do ano seguinte deveu-

⁶³⁷ Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903. São Paulo/Campinas, Hucitec/Unicamp, 1996, p. 79.

se à seca que atingiu os canaviais. Em 1904, o engenho bateu seu Record de moagem até então, com 13.500 toneladas de canas, quase toda colhida no engenho comprado e transportada pela nova ferrovia.⁶³⁸

Diferentemente de Porto Feliz, o central de Lorena foi leiloado justamente no momento em que sua diretoria reorganizava a produção e o fornecimento de cana. A nova sociedade arrematou o engenho em maio e moeu 10.247 toneladas de canas, nos meses seguintes, produzindo 859.080 quilos de açúcar e 93.200 litros de aguardente, rendimento acima de 8%.

A substituição da Companhia Lorenense pela Societé francesa teve resultado inverso daquele das outras três unidades adquiridas, nos primeiros anos da atividades, pois as novas relações dessa empresa com os colonos e fornecedores resultou na desorganização do trabalho dos colonos e na diminuição da quantidade de cana fornecida. A produção caiu pela metade, nos três anos seguintes.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DO ENGENHOS CENTRAL DE LORENA				
Lorena	1901	1902	1903	1904
Canas, ton.	10.247	5.351	5.082	5.400
Sacas de açúcar	14.318	6.889	7.578	
Rendimento %	8,38	7,72	8,94	

Fonte: Frederic Sawyer. Estudo sobre a Indústria Assucareira no Estado de São Paulo, comparada com a dos demais Países. p. 147.

Comentando o ocorrido, Sawyer escreveu que os novos diretores “apertaram os colonos e os fornecedores de um modo tal, reduzindo os preços das canas abaixo do razoável, que por fim elles chegaram a não ter quase nem fornecedores nem colonos.”⁶³⁹ A quantidade de cana recebida, em 1902, caiu para pouco mais de 5.000 toneladas. O rendimento também caiu abaixo dos 8%. No ano seguinte, o rendimento chegou quase a

⁶³⁸ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 124.

⁶³⁹ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 47.

9%, mas com ainda menos canas. Apenas para 1905 era esperada uma safra com 10.000 toneladas de matéria prima, isto é, semelhante à de 1901.⁶⁴⁰

Ao iniciar-se o século XX, existiam mais quatro unidades completamente mecanizadas produzindo açúcar em São Paulo, de propriedade individual, além das quatro do grupo francês. Duas delas, Monte Alegre e Freitas, já funcionavam a mais de uma década, enquanto as outras duas estavam em seus primeiros anos de atividade. Com exceção de Indaiá, em Franca, a primeira década do século será de ampliação de equipamentos e de expansão na produção dessas unidades, da mesma forma que ocorrera com os primeiros engenhos centrais.

O pequeno Monte Alegre cresceu sob o domínio de Antonio Alves de Carvalho, a partir de 1898. Este senhor dotou seu engenho central com alguns quilômetros de estrada de ferro com bitola de 60 cm para o transporte das canas, mas a maior parte destas ainda era transportada à moenda em grandes carros de 4 rodas, puxados por mulas.⁶⁴¹ Segundo Eliana Terci, produziu 1.500.000 quilos de açúcar, em 1900, muito acima do padrão de produção dessa fábrica, nesse período. Mais condizentes são os dados publicados no Boletim da Agricultura, segundo o qual o central Monte Alegre fabricou 180.000 kg (3.000 sacas), em 1898, 300.000 kg (5.000 sacas), em 1899, e 900.000, no ano seguinte (15.000).⁶⁴²

Os dados de Julio Sobrinho, da Secretaria da Agricultura, são bem superiores aos apontados por Eliana Terci, baseada na tributação publicada no jornal local, nos anos seguintes, especialmente na safra de 1901, quando esta apontou uma safra de 600.000 quilos, enquanto Sobrinho apontou 900.000. Nas duas safras seguintes os números são mais próximos: 600.000 e 800.000 quilos segundo Sobrinho e 512.400 e 750.000, segundo Terci. O importante aqui é salientar que o engenho central de Antonio Carvalho passou a fabricar mais de 800.000 quilos de açúcar em média, nos primeiros cinco anos do século XX.⁶⁴³

⁶⁴⁰ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 47.

⁶⁴¹ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 51.

⁶⁴² Boletim de Agricultura. Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Série 3, N. 5, maio de 1902, p. 348.

⁶⁴³ Eliana Tadeu Terci. Op. Cit., p. 194.

O central Freitas, de Araraquara, só moeu menos cana do que Piracicaba e Raffard, em 1901, com 13.400.000 quilos, produzindo 840.000 quilos de açúcar, pouco abaixo do central de Lorena, graças ao menor rendimento. A produção caiu muito nos dois anos seguintes, quando a seca atingiu os canaviais da região. Em 1902, a safra despencou para quase um terço da anterior. Pior resultado obteve no ano seguinte, quando trabalhou por apenas 25 dias, produzindo tão somente 120.000 quilos de açúcar de 1.900 toneladas de cana. Quando Sawyer o descreveu em 1905, esse engenho continuava como havia sido implantado, com apenas uma moenda e sem duplo ou triplo efeito, evaporando o caldo em tachos abertos.

Melhor aparelhado era o central do Dr. Henrique Dumont que entrou em operação em 1899, em São Simão. Em 1901, trabalhou apenas em setembro e outubro, moendo pouco mais de 4.000 toneladas. No ano seguinte, a quantidade de cana esmagada ultrapassou 12.000 toneladas e a produção de açúcar pulou de 240.000 para 810.000 quilos. A quantidade de cana recebida nas moendas baixou a menos de 10.000 toneladas, em 1903, mas a produção em açúcar foi a mesma, o que indica melhor rendimento, nesse ano. Em 1904, a safra teve início em 6 de julho e em 26 de outubro havia fabricado 28.000 sacas, ou 1.680.000 quilos de açúcar e ainda esperava-se mais 330.000 com as canas restantes, ultrapassando dois milhões de quilos, mais que o dobro dos anos anteriores. A poderosa dupla pressão das moendas desse engenho, com uma moenda de 8 e outra de 5 cilindros, possibilitava grande economia na lenha usada como combustível, queimado em média 13% do peso da cana, com a queima do bagaço. Dumont passou a produzir açúcar em grande quantidade, além de café.⁶⁴⁴

Indaiá, em Franca, era o central com menor produção de açúcar, nesse momento, e tinha dificuldade em organizar fornecimento regular de cana junto aos produtores da região. Era mal localizado pra isso, afirmou Sawyer. Possuía dupla pressão mas não dispunha de um tríplice efeito. A fabricação de 348.000 quilos de açúcar, em 1900, declinou nos anos seguintes até alcançar 90.000, em 1903. Parou de operar, no final da década.⁶⁴⁵

Albano Pimentel, que era grande fornecedor de cana ao central Vila Raffard, em Capivari, inaugurou seu próprio central, bem menor que aquele, em Jaboticabal, em

⁶⁴⁴ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 129.

⁶⁴⁵ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 54-55 e 134-135. Veja o quadro abaixo, organizado por Julio Brandão Sobrinho.

1903, moendo 2.316.000 quilos de canas e fabricando 180.000 quilos de açúcar, com rendimento de 7,75. Em 1904, moeu menos canas, 1.131.000 quilos, que resultaram em 52.920 quilos de açúcar, 882 sacas. Dessas, 727 de primeiro jato. Sawyer forneceu rendimento bem inferior ao fornecido por Julio Sobrinho no ano anterior, 4,62 %, devido à velha moenda. Por isso motivo, o consumo de lenha também era elevado, 12m³ em 12 ou 15 horas.⁶⁴⁶

Apenas os centrais de Lorena e Monte Alegre conseguiam atingir rendimento médio acima de 8 % de açúcar, nesses primeiros anos do novo século. Porto Feliz e Freitas atingiram rendimento abaixo de 6,5 %, enquanto os outros operaram com rendimento entre 7 e 8 %.⁶⁴⁷ Embora a maior parte da aguardente produzida foi de responsabilidade das engenhocas, mais de 2.000 no Estado, esses centrais também produziam certa quantidade da bebida, a partir do melado de terceiro jato, cuja produção nos primeiros anos do início do século segue abaixo.

⁶⁴⁶ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 138.

⁶⁴⁷ Julio Brandão Sobrinho. Lavouras de canna e de algodão e industrias de assucar e tecido, no Estado de São Paulo. Boletim de Agricultura. SACOP-SP. Série 4, dezembro, 1903, pp. 580-581.

Canas moídas, kg					
Eng. Centrais	1901	1902	1903	total	Média
Piracicaba	53.390.000	42.419.000	36.000.000	131.809.000	43.936.333
Villa Raffard	36.373.000	27.762.000	19.483.000	83.618.000	27.872.666
Porto Feliz	1.878.234	6.470.000	4.936.000	13.284.234	4.428.078
Lorena	10.247.273	5.351.408	5.082.310	20.680.991	6.893.663
Monte Alegre(1)	10.326.086	6.884.000	9.179.550	26.389.936	8.796.545
Dumont(2)	4.304.000	12.004.000	8.992.000	25.300.000	8.433.000
Indaiá	-	-	-	-	-
Freitas(3)	13.400.000	4.800.000	1.900.000	20.100.000	6.700.000
Pimentel	-	-	2.316.000		

Produção de açúcar, kg						
Eng. Centrais	1901	1902	1903	Total	Média	Rendimento
Piracicaba	4.136.520	3.276.900	2.700.000	10.113.420	3.371.140	7,65
Villa Raffard	2.815.440	1.881.780	1.477.080	6.174.300	2.058.100	7,30
Porto Feliz	120.000	372.000	315.360	807.360	269.100	6,26
Lorena	859.080	413.340	454.680	1.727.100	575.700	8,34
Monte Alegre(1)	900.000	600.000	810.000	2.310.000	769.980	8,74
Dumont(2)	240.000	810.000	810.000	1.860.000	620.000	7,08
Indaiá	210.000	336.000	90.000	636.000	211.980	-
Freitas(3)	840.000	300.000	120.000	1.260.000	420.000	6,27
Pimentel	-	-	180.000	-	-	7,75

(1) Quantidade de cana calculada na base um ano.

(2) Em 1901, trabalhou de setembro a outubro.

(3) Trabalhou apenas 25 dias, esse ano de 1903.

(4) Instalou aparelhos para açúcar em 1902, mas ainda não funcionaram.

Produção de aguardente, litros					
Eng. Centrais	1901	1902	1903	total	Média
Piracicaba	490.000	454.000	400.000	1.344.000	448.000
Villa Raffard	211.000	146.000	110.000	467.000	58.375
Porto Feliz	8.050	24.810	21.012	53.872	17.957
Lorena	93.200	48.310	31.000	172.510	57.503
Monte Alegre(1)	-	-	-	-	-
Dumont(2)	40.000	125.000	200.000	365.000	121.666
Indaiá	30.000	100.000	145.000	275.000	91.666
Freitas(3)	56.000	20.000	8.000	84.000	28.000
Pimentel	-	-	62.000		

Fonte: Julio Brandão Sobrinho. Lavouras de canna e de algodão e indústrias de açúcar e tecido, no Estado de São Paulo. Boletim de Agricultura. SACOP-SP. Série 4, dezembro, 1903, pp. 580-581.

Vencidos os anos de seca de 1902 e 1903, essas fábricas atingem volumes de produção superiores aos até então alcançados, aproveitando a capacidade ampliada de sua maquinaria. Os canaviais cresceram por toda parte. As Sociedades francesas de Porto Feliz e Lorena reorganizaram a produção de cana e o fornecimento de terceiros, criando uma produção regular de matéria prima para suas fábricas. Na primeira, inaugurou a ferrovia, que substituiu o caótico transporte de canas pelo rio Tietê, transformando sua fazenda engenho d'água em grande propriedade canavieira, possibilitando o transporte regular da cana para o engenho. Solucionado o problema do abastecimento, adicionou uma moenda para repressão, uma caldeira geradora de vapor de 200m² de superfície de calefação e mais duas turbinas. Com isso, em uma safra posterior chegou a produzir 21.500 sacas de açúcar.⁶⁴⁸

Os centrais Freitas e Pimentel, que a exemplo de Porto Feliz, mantinham a pressão simples, isto é, esmagavam com apenas uma moenda, quando da publicação do estudo de Sawyer, foram reequipados e ampliaram a capacidade produtiva. Albano Pimentel instalou três ternos de moendas para tríplice pressão, unidas a um esmagador de cana Krajewski com embebição no primeiro terno. Os dois evaporadores abertos receberam vácuo e o cozimento passou a ser feito em um vácuo completo de 60 capacidade de 60 sacas, não mais de 50. Quase triplicou a produção, nos últimos anos da década, atingindo 7.000 sacas.⁶⁴⁹

José Teixeira Marques reformou integralmente o central Freitas, nos últimos anos do decênio, dotando-o de uma moenda de 9 cilindros, precedida de uma de 2, para o primeiro esmagamento, compondo uma tripla pressão, substituindo a antiga moenda de 3 cilindros de 90cm. A produção estava sendo reorganizada.

Entre os estudos de Sawyer e de Julio Sobrinho, publicados em 1905 e 1912, respectivamente, mais três grandes e modernas unidades produtoras de derivados de cana entraram em operação, ampliando a produção paulista desses produtos: Esther, em Campinas; Schmidt, em sertãozinho, e Itabyquara, em São José do Rio Pardo. Todos com estrutura integrada de produção agrícola e industrial, mas sem deixar de procurar cana de fornecedores.

⁶⁴⁸ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 124. Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., pp. 59-60.

⁶⁴⁹ Julio Brandão Sobrinho, p. 58.

Sawyer visitou o Engenho Esther, em 1904, e informou que seria montada a maquinaria para a produção de açúcar, no ano seguinte. Havia 150 hectares de canas para a produção de aguardente, em 1904, que resultavam 10 pipas por dia. Para 1905, existiam 450 hectares, estimados em 50 toneladas. Esperava-se uma safra de 37.500 sacas de açúcar, com início em primeiro de junho. Mas a instalação da fábrica atrasou e, em setembro de 1905, ainda não podia funcionar. Tinha capacidade para 250 toneladas diárias de canas e, nos anos seguintes, sua maior safra atingiu 31.500 sacas de açúcar. Construiu 14 km de vias férreas de 60 cm para transportar canas e lenhas, em sua grande propriedade.

O Coronel Francisco Schmidt, que adquirira o engenho semi-mecanizado denominado Cachoeira, em Franca, montou um engenho central de primeira ordem, com poderosa moagem e repressão, tríplice efeito e vácuos para o cozimento, em Sertãozinho. A capacidade instalada era para 30.000 sacas de açúcar e em 1909 produziu pouco mais de 20.000, com rendimento de 8,09 %. A produção dessa unidade era diferente das outras, pois a maioria esmagadora do açúcar produzido era de 2º jato. Dos 1.203.580 quilos produzidos em 1909, 1.091.580 eram de segundo jato. Sobrinho não explicou o motivo disso, apenas afirmou que isto representava que estava “longe da desejada perfeição.”⁶⁵⁰

Em 1911, entrou em operação a fábrica Itahyquara, propriedade de João B. de Lima Figueiredo, em São José do Rio Pardo. Possuía capacidade de 8.500 toneladas de cana por hora, podendo fabricar 16 toneladas de açúcar, diariamente. Já iniciou seus trabalhos com dupla pressão e esmagador de cana e maquinaria completa e moderna. A primeira safra foi pequena e o canavial sofreu efeitos negativos das grandes chuvas do ano.⁶⁵¹

Nessa primeira década do século XX, período de reorganização e ampliação da maquinaria desses engenhos centrais e de organização da produção agrícola, o que representou a consolidação de determinado padrão de produção de derivados de cana, o central de Piracicaba chegou a produzir 130.000 sacas, em um único ano, Vila Raffard 100.000, Lorena 25.000 e Porto Feliz 22.000. Em 1912, Vila Raffard estava sendo ampliado para a mesma capacidade do central Piracicaba, isto é, 500 toneladas de canas

⁶⁵⁰ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p. 72.

⁶⁵¹ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p. 74.

diariamente.⁶⁵² Vejamos, a seguir, os dados de produção dessa moderna indústria açucareira paulista, poucos anos antes de primeira guerra mundial.

A dimensão da produção dessas 12 unidades apresentava grandes disparidades. Uma delas estava fechada, a Indaiá, em Franca e outra em início de operação. Pimentel era a menor delas e sua produção não ultrapassava 7.000 sacas de açúcar. No outro extremo, Piracicaba produzia mais de 100.000 sacas em média, nos três anos. Moía dez vezes mais canas que Pimentel. Vila Raffard, em safra boa como a de 1910, se aproximava das 50 toneladas de canas e 70.000 sacas. Em safra anterior, atingiu 100.000 sacas e passaria a ter a mesma capacidade que Piracicaba. O Central Amália, antigo Dumont, com dez anos de atividades fabricava cerca de 50.000 sacas de açúcar. O Monte Alegre e o Esther produziam, normalmente, acima de 30.000 sacas, enquanto os antigos Porto Feliz e Lorena e o recém inaugurado Schmidt tinham safras médias, em anos bons, entre 20.000 e 25.000 sacas. O volume da safra oscilava em alguns anos, graças especialmente às variações climáticas. Os maiores produtores de açúcar também o eram de álcool, como mostra a tabela acima.

⁶⁵² Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p. 54.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR, AGUARDENTE E ÁLCOOL DOS ENGENHOS CENTRAIS PAULISTAS, 1910-1911

Engenhos Centrais	Capacidade diária (canas, ton.)	Safrade 1909			Safrade 1910			Safrade 1911		
		Canas (Toneladas)	Açúcar (sacas)	Aguardente e álcool (litros)	Canas (Toneladas)	Açúcar (sacas)	Aguardente e álcool (litros)	Canas (Toneladas)	Açúcar (sacas)	Aguardente e álcool (litros)
Piracicaba	500	83.700	124.040	620.000	58.900	92.800	325.000	82.800	95.850	666.000
Vila Raffard	350	39.800	57.440	455.000	47.600	69.810	550.000	36.200	39.160	320.000
Amália	300	-	-	-	36.000	49.800	360.000	17.000	24.000	145.000
Lorena	270	15.200	22.340	157.000	18.700	25.540	160.000	14.900	20.080	110.000
Monte Alegre	250	-	-	-	30.000	37.000	162.000	20.000	27.000	160.000
Porto Feliz	250	7.770	11.230	22.000	13.800	21.430	46.000	9.900	12.500	24.000
Esther	230	-			Informam que trabalharam mal			-	30.000	345.000
Schimidt	200	14.860	20.060	176.880#	19.071	23.604	191.840	14.000	17.000	102.600
Pimentel	120	3.768	3.364	70 pipas #	8.100	7.000	30.000	Não há dados seguros		
Freitas	200	-	-	-	-	-	250.000	4.100	5.530	80.000
Indaiá	Não há dados, constando até que está paralisada									
Itahyquara	200	-	-	-	-	-	-	4.134	4.909	s/destilaria

Fonte: Julio Brandão Sobrinho. *A Lavoura da Canna e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense: Campos e Macahé em confronto com S. Paulo.* São Paulo, Typographia Brazil de Rothschild & Co, 1912, p. 96.

Os dados elaborados por Brandão Sobrinho permitem perceber a evolução da produção das principais unidades, no primeiro decênio do século. A indústria açucareira paulista encontrara seu caminho e se estruturara. Sua maquinaria moderna não mais trabalhava na ociosidade, como ocorrera com várias delas, no final do século XIX. Na última safra anterior à eclosão da primeira guerra mundial, que abriria novamente o mercado externo ao açúcar brasileiro, embora temporariamente, mais duas modernas unidades produtoras foram inauguradas, a Guatapará e a Santa Bárbara. Os canaviais sentiram a seca do ano e a safra atingiu 406.154 sacas, pouco inferior à anterior. Os centrais forneceram 342.404 sacas, compreendendo entre eles Guatapará e Santa Bárbara. Foram importadas 74.825 toneladas de açúcar dos Estados do Norte. A produção total de aguardente e álcool foi de 116.922.552 litros, dos quais os centrais produziram 2.590.410 litros de álcool.⁶⁵³

Após a primeira guerra mundial, quando os produtores nordestinos tiveram novamente que direcionar a maior parte de sua produção para o mercado interno, essa indústria paulista estava pronta para nova ampliação em número e em produção, para disputar seu mercado com os produtores dos outros Estados.

⁶⁵³ Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Paulo Rodrigues Alves, Presidente do Estado pelo Dr. Paulo de Moraes Barros, Secretário da agricultura, anno de 1914. São Paulo, typographia Brasil de Rothschild, 1916, p. 107..

PARTE III

PROPRIEDADE FUNDIÁRIA, FORNECIMENTO DE CANA E TRABALHO

CAPÍTULO 9 - FORNECEDORES PARTICULARES

A agromanufatura açucareira brasileira no período imperial caracterizava-se pela verticalização da produção e pelo escravismo. Assim, o senhor de engenho concentrava todo o processo produtivo, produzindo, em sua propriedade, a cana e o açúcar, utilizando o braço escravo. A política de modernização através dos engenhos centrais, financiada pelo Governo Imperial, conforme discutida anteriormente, centrava-se na separação entre os dois setores. Dessa forma, a nova indústria que surgisse bafejada pela política imperial teria que organizar o abastecimento de cana através de fornecedores externos. A escravidão foi relegada ao campo, pois às novas indústrias estava vedada a utilização do trabalho escravo.

As Companhias proprietárias dos engenhos centrais eram obrigadas, pelo decreto imperial que fundou tal política, a reservar 10 % do capital garantido para empréstimos aos fornecedores, para o financiamento da safra agrícola, tendo que comprovar a associação com fornecedores locais. Aquelas poderiam adquirir terras para distribuir entre colonos imigrantes, estimulando a política de imigração e superação do trabalho escravo no campo.⁶⁵⁴

As quatro Companhias de Engenhos Centrais de São Paulo, que inauguraram suas unidades produtivas entre 1878 e 1884, surgidas vinculadas às concessões imperiais de garantias de juros, operaram com canas de terceiros, enquanto vigorou o trabalho escravo no campo. A Companhia inglesa, proprietária do central de Capivari, deu início à compra de terra para distribuição e criação de colônias particulares, pertencentes à empresa açucareira, nesse mesmo período. Após o fim da escravidão, todas elas passaram a adquirir terras, de maiores ou menores dimensões, para garantir grande parte do abastecimento de matéria prima para sua moderna maquinaria. Os outros engenhos centrais, erguidos por alguns senhores de forma particular, já surgiram vinculados à posse de terra e, portanto, à produção verticalizada, o que não quer dizer que não recebessem canas de terceiros. Para suprir-se de matéria prima de fornecedores externos, era necessário que as Companhias organizassem um sistema de transporte compatível com a escala de sua capacidade de produção.

⁶⁵⁴ Decreto 2.687 de 6 de novembro de 1875, art. 2º, par. 3º, “no capital a que conceder garantias de juros ficará compreendido o valor de 10 %, que constituirá um fundo especial destinado a ser dado pela empresa, sob sua responsabilidade, por empréstimos, a curto prazo e a juro até 8% ao ano, aos plantadores e fornecedores de canas, como adiantamento para auxílio dos gastos da produção.” Todos os decretos de concessão às Companhias paulistas trazem o referido parágrafo.

A Companhia Açucareira de Porto Feliz foi a primeira a operar com canas de fornecedores, a partir de 1878. Como apontamos no capítulo anterior, vários acionistas daquela eram produtores de açúcar e tinham interesse em fornecer suas canas para o novo empreendimento do qual era parte constitutiva. Desde já é necessário destacar que nada impedia um acionista de fornecer sua produção de cana ao engenho central, o que frequentemente ocorreu com as empresas organizadas por fazendeiros. Desde o início, esses acionistas se comprometeram em entregar a cana ao engenho central, garantindo certa quantidade de matéria prima para a moenda do mesmo.

Não localizamos, nos livros de escrituras desse município, contratos de fornecimentos de canas com essa Companhia. Nos quatro primeiros anos, o engenho central de Porto Feliz recebeu de 7 a 9 mil toneladas de matéria prima, mesmo com os sérios problemas de transporte enfrentados pela mal planejada navegação pelo Tietê.⁶⁵⁵ O transporte da matéria prima constituiu sério entrave para o abastecimento desse engenho central e, conseqüentemente, da sua produção. Informando a quantidade de cana de 1884 escreveu o Diretor da Companhia: “Deixando de ser o duplo porque grande parte dos lavradores continua ainda fabricando pelo systema antigo e isto pela razão acima exposta: falta de meios de transportes.”⁶⁵⁶ A tabela abaixo mostra o aumento dos gastos com a compra da matéria prima, nos primeiros anos do decênio de 1880, antes do arrendamento da fábrica e da crise dos dois últimos anos de escravidão.

DESPESAS COM COMPRAS DE CANAS, PORTO FELIZ, 1881-84	
1881	58:351\$517
1882	93:851\$975
1883	88:280\$195
1884	105:988\$442

Fonte: Relatório da Companhia Assucareira de Porto Feliz apresentado á Assembléa Geral dos accionistas, em 20 de dezembro de 1884, p 4. In Jonas Soares de Souza. O Engenho Central de Porto Feliz: subsídios para o estudo dos Engenhos Centrais do Brasil no século XIX. *Anais do Museu Paulista, Tomo XXV*. São Paulo, USP, 1971-74, pp. 27-41, p.37.

Em Piracicaba, quando a Companhia firmou contrato com Estevam Ribeiro de Souza Rezende para construir o engenho central em suas terras, ás margens do rio,

⁶⁵⁵ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 23ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1883, pelo Presidente conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, S. Paulo, Typographia do Ipiranga, 1883, p. 72.

⁶⁵⁶ AESP, Engenhos Centrais, 1885)

obrigava-se a moer as canas do casal em igualdade de condições dos outros fornecedores. O contrato duraria enquanto existisse a Companhia, que poderá ser vendida. Rezende era acionista e diretor da Companhia.⁶⁵⁷

Testada a maquinaria, em fins de 1882, a Companhia piracicabana começa a publicar anúncios de compra de canas, na gazeta local, no teor seguinte:

“1º pagará 12\$000 por 100 arrobas, ou 8\$000 por tonelada; 2º Pagamento será feito 30 dias depois; 3º Poderá recusar as canas que não estiverem em bom estado; 4º Cobrará pela pesagem e transportes de cana: pesagem por 100 arrobas 200 rs, transporte da estação da ponte á balança 200 rs.

N. B. As canas serão entregues em qualquer estações da estrada de ferro ou no porto da fazenda S. Pedro pagando neste caso 100 rs pela descarga de cada 100 arrobas.”⁶⁵⁸

Os acionistas, em Assembléia, defenderam o acerto com os pequenos e grandes produtores de canas, para que todos possam ter acesso a moderna produção no central.⁶⁵⁹ Procedendo dessa forma, o engenho central recebeu 6.784.140 quilos de cana, em sua primeira safra, em 1883. O Almanach da Província de São Paulo desse ano listou 18 fornecedores, entre os quais os acionistas João Baptista Conceição, Barão de Valença, Jeremias Ferraz de Andrade, além do diretor Estevam Rezende.⁶⁶⁰

Esperava-se quantidade maior de canas, no ano seguinte, mas os problemas climáticos atingiram os canaviais da região e o engenho recebeu tão somente 5.156.866 quilos, que processou em 68 dias de moagem. Tal quantidade estava bem aquém da capacidade da maquinaria do engenho. O Presidente da Província, comentando a safra de 1884, afirmou a quantidade de cana fornecida para o engenho era pequena porque

⁶⁵⁷ 03/05/1881. Escripura de contracto entre a Companhia de Engenho Central dessa cidade e o Doutor Estevam Ribeiro de Souza Rezende e sua mulher Anna Candida de Souza Rezende. Piracicaba, 2º Ofício. Livro 32, fls 20-24.

⁶⁵⁸ Gazeta de Piracicaba de 01 de novembro de 1882. BPP.

⁶⁵⁹ Relatório da Companhia Engenho Central de Piracicaba apresentado à Assembleia Geral dos acionistas em 14 de novembro de 1882. Gazeta de Piracicaba de 22 de dezembro de 1882.

⁶⁶⁰ Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo para o anno bissesto de 1884, p. 466.

“não reconhecem ainda alguns grandes lavradores as vantagens e o interesse proporcionados por um engenho central, o que por certo ficará provado á evidencia em futuro mais ou menos próximo; a companhia porem tem necessidade de prover-se da matéria prima para a fabricação; tem, é verdade, o recurso de fazer desde já por sua conta as plantações, enquanto não encontra o fornecimento preciso, mas isto complicaria a sua administração e interesses.”⁶⁶¹

Enquanto em Piracicaba se operava a primeira safra, em Capivari e Lorena as Companhias assinavam contratos com lavradores locais para fornecimento de matéria prima. Antes mesmo da construção do engenho central, em setembro de 1883, a Companhia de Lorena começou a contratar o fornecimento da cana necessária para a safra do ano seguinte. O primeiro contrato foi assinado em 2 de Agosto, com nove proprietários locais: Angelina Moreira de Castro Lima, Antonio Mansueto Novais Ozorio, Pedro Fernandes d’Oliveira, João Barbosa Ferraz, Euzebio Ferreira da Rocha, Antonio Gonsalves da Rocha, Manoel Rodrigues Freire, João Francisco Alves e Francisco de Assis Rodrigues.⁶⁶²

Bem detalhado, tal contrato era regulado por 14 artigos e serviria de modelo para os próximos, e determinava o seguinte:

Artigo 1º - os contractantes referidos se obrigão a fornecer ao Engenho Central de Lorena, todas as suas cannas em termos de moagem na epocha marcada pela Administração, rezervando apenas as que necessitarem para a nova plantação;

Artigo 2º - a Administração obriga-se a pagar as cannas, postas no Engenho, a rasão de oito réis o kilogramma, ou dose mil réis o carro de mil e quinhentos kilogrammas (cem arrobas), devendo no fim de cada mez, sommar-se o numero de kilogrammas recebidos para realizar-se o pagamento durante o mez seguinte, nos dias que forem designados;

Artigo 3º - antes de o engenho começar a safra, um dos administradores, ou pessoa por elles commissionadas, correrá os cannaviaes em companhia dos respectivos

⁶⁶¹ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885.

⁶⁶² ESCRITURA de contrato de fornecimento de cana, 02/08/1883, 1º Cartório, Lorena, APL.

proprietarios, ou seu representante, afim de ficar calculada a quantidade provavel de cannas que poderá ser fornecida, servindo este calculo de baze para a organização da tabella do fornecimento diario;

Artigo 4º - logo que a Companhia estabelecer os projectados meios de transportar as cannas, por linha ferrea e por navegação fluvial, a administração fará um regulamento, no qual determinará o preço do transporte, e o modo de se faserem os carregamentos;

Artigo 5º - deve haver todo cuidado para não serem cortadas cannas que estiverem verdes, arruidas por animaes, as paçadas ou as de qualquer forma improprias para a produçao de assucar, e bem assim as que estiverem mais de dois dias cortadas, não serão aceitas pelo Engenho;

Artigo 6º - quando aconteça incendiar-se um cannavial durante o tempo da safras, as cannas queimadas serão aceitas pelo Engenho desde que sejam cortadas durante o praso de quatro dias depois do incendio, cumprindo que a administração seja avisada no praso de vinte quatro horas, para providenciar sobre a moagem; o preço destas cannas a administração taxará avista do estado delas;

Artigo 7º - além do que dispõe o art. 5º sobre o corte da cannas, é necessario que as palhas, as olhaduras e o pé dellas quando enraizados, sejam cuidadosamente elliminados;

Artigo 8º - a infracção do artigo antecedente, sujeita o fornecedor a uma multa de cinco mil réis, sobre cada carro de canna que contiver alguma daquellas alterações prejudiciais;

Artigo 9º - o fornecedor poderá assistir a pezagem das cannas pessoalmente ou por pessoa que o represente, recebendo do peizador a declaração dos kilogrammas que entrarem diariamente, cujo documento será extraido d'um talão e numerado, devendo as reclamações sobre pezo, serem feitas no acto da referida declaração;

Artigo 10º - a vista da analyze que for feita sobre a riqueza saccarina das diversas qualidades de cannas, o preço estabelecido poderá ser modificado nas qualidades inferiores, precedendo accôrdo da administração com o fornecedor;

Artigo 11º - os carros que tiverem de conduzir canna ao Engenho, serão pezados e numerados do mesmo modo que os wagões, cumprindo aos fornecedores, avizar isso para ser ratificado o pezo, quando soffrão alguma mudança de peça ou conserto, sendo imposta a multa do art. 8º nos caso de ommissão d'este avizo;

Artigo 12º - tendo o Engenho que suspender o trabalho por qualquer circunstância, os fornecedores serão avisados, quarenta e oito horas antes para que cessem de cortar

canna; nos casos do trabalho interromper-se momentaneamente, por algum accidente imprevisto, as canas cortadas antes do avizo, serão recebidas pelo Engenho;

Artigo 13º - salvo os casos de força maior, das quais a administração será avizada imediatamente, os fornecedores não poderão deixar de mandar a cana na quantidade que lhes for marcada para fornecerem diariamente, sob pena de multa de cem réis sobre cada quilogramma que deixarem de mandar;

Artigo 14º - as duvidas que possam haver sobre a execução d'este contracto, que durará tres annos, devem ser decididas por dois arbitros, nomeados, um por parte da administração, outro por parte do fornecedor; quando estes arbitros não chegarem a accôrdo, a sorte designará o terceiro que deverá concordar com um dos lados.

Com o contrato, na verdade, além de obrigar a moagem da cana ao engenho central, organiza-se todos os procedimentos necessários a serem seguidos para o bom andamento da entrega da matéria-prima durante a safra. Organiza-se a entrega diária da cana, o modo de cortá-las, o fornecimento preferencial em caso de incêndio no canavial, a pesagem dos carros e vagões de transporte, a pesagem, preço e formas de pagamento.

Mais três fazendeiros assinaram contrato com a CECL, em 1883, sob as mesmas regras que os primeiros: o capitão Zeferino Joaquim Simões, Marcondes de Andrade & Irmão e o Tenente Joaquim Lauro do Monte, todos residentes no município de Lorena.⁶⁶³ Estes não sabiam se o engenho central seria concluído para moer a safra de 1884 e, por esse motivo, não ampliaram seus canaviais. O contrato vigoraria por três anos e não foi determinada a quantidade de canas a ser fornecida.

Em Capivari, 15 produtores de canas contrataram seu fornecimento à Companhia Inglesa, entre eles o Desembargador Gavião Peixoto, que vinha mantendo vários negócios com a Companhia, inclusive a cessão do terreno para a construção. Provavelmente, este senhor era acionista da Companhia, daquelas ações reservadas para o Brasil. Foi o primeiro a firmar contrato com a Companhia, em outubro de 1883, para fornecimento de 3.000 carros de cana de 1.500 quilos, durante nove anos, a partir de 1885. Obrigou-se, também, a fornecer as canas de sua fazenda Leopoldina, para 1884.⁶⁶⁴ Abaixo segue o contrato entre ambos, que serviu de padrão para os outros

⁶⁶³ Escritura de contrato de fornecimento de cana, 12/08/1883, 1º Cartório, Lorena, APL.

⁶⁶⁴ 24/10/1883 - Escritura de contrato de fornecimento de canas que entre si fazem Cons. Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto e sua mulher D. Jozepha ribeiro gavião a Companhia que tem como titulo The S. Paulo central sugar factories of Brazil, limited. Fls 82-85.

produtores de cana. O tempo de duração do contrato dos outros fornecedores variava entre quatro e cinco anos, bem menor do que o de Gavião Peixoto.

1º A TSPCSFBL obriga-se a comprar, durante 9 anos consecutivos, a partir de 1885, 3.000 carros de canas, de 100 arrobas cada. As despesas pela pesagem da cana corria por conta da companhia.

2º A Companhia obriga-se a pagar 14\$000 por carro, ou 1.500 kg de cana, quando a garapa alcançar 10º Beaumé. E 18% de açúcar cristalizável. O preço variará para mais ou para menos de acordo com o grau que a cana atingir.

3º Pagar os mesmos valores do parágrafo anterior se o embarque das canas for feito pelo fornecedor, nos carros ou nos vagões de estrada de ferro ituana.

4º a pagar as canas nos dias primeiro e 15 de cada mês.

ARTIGO SEGUNDO

1º os outorgantes se obrigam a vender a cana à Companhia, nas condições especificadas nos parágrafos anteriores.

2º entregar as canas até 48 horas depois de cortada.

3º a fornecer diariamente a quantidade de carros de canas determinada pela Diretor tecnico da Companhia, desde a data marcada para a moagem, que será 15 de junho.

4º a não reduzir a extensão de seus canaviais, salvo causa da força maior.

5º não transferir sob qualquer título, suas propriedades sem desrespeitar esse contrato.

ARTIGO TERCEIRO

É direito da CTSPCSFBL

1º reduzir a canas que não estiverem em boas condições, ou diminuir o preço pago.

2º interromper a moagem quando da existência de imprevistos, devendo o diretor técnico informar o fato ao fornecedor para que pare o fornecimento pelo tempo necessário.

ARTIGO QUARTO

1º Obrigam-se os outorgantes a informar o diretor em caso de geada, incêndio ou qualquer outro motivo de força maior, para ter preferência na moagem das canas.

2º não podem reclamar do peso das canas, marcado no talão diário da Companhia, caso não estejam presentes no ato da pesagem.

ARTIGO QUINTO

Ficam salvo para ambos os casos de força maior.

ARTIGO SEXTO

As dúvidas ou reclamações dos outorgantes referentes a esse contrato serão arbitradas por dois árbitros representantes das partes. Se divergirem, escolherão um terceiro.

ARTIGO SÉTIMO

Obrigam-se a Companhia como compradora e o Desembargador Gavião Peixoto, como vendedor, a fazer compra e venda das canas da fazenda Leopoldina, para o ano de 1884, e as canas que excederem os 3.000 carros, nos anos seguintes, desde que não excedam 4.000 carros.

O contrato de maior quantidade de cana a ser fornecida foi firmado por uma proprietária, Dona Maria Alves Pinto de Assumpção, 4.000 carros. Outra senhora, Dona Escolástica Maria, se comprometeu a fornecer 1.000, durante quatro anos. O Dr. Albano Pimentel, que se ligaria à história desse engenho central até o início do século seguinte, desde o começo de suas operações participou como fornecedor particular. A lista apresentada mostra que os outros fornecedores se comprometeram com quantidades menores.

Dois desses fornecedores, Lingard Miller e Joaquim Vaz de Arruda Amaral, eram sublocatários de 14 e meio alqueires cada no sítio denominado Barreiro, arrendado pelo diretor gerente da Companhia, Henri Raffard. Este arrendou os 25 alqueires em julho de 1883, por 2:500\$000.⁶⁶⁵ Durante a primeira safra, Lingard Miller transferiu o

⁶⁶⁵ Escritura de contrato de arrendamento que fazem entre si Joaquim Fernando Paes de Barros e Henri Raffard de 25 alqueires de terras no sítio denominado Barreiro. 23/07/1883 - Capivari, 1º Ofício, livro 23, fls 32-34. As respectivas escrituras de sublocação são de 24/11/1883, livro 24, e 05/02/1884, livro 25.

arrendamento e o contrato de fornecimento a Joaquim Vaz, que assumiu todos os compromissos com a Companhia.⁶⁶⁶

CONTRATANTES DE FORNECIMENTO DE CANA DE CAPIVARI, 1883 -1884			
ano	Fornecedor	Carros de cana de 1.500 quilos	Duração em anos
1883	Cons. Bernardo Avelino Gavião Peixoto	3.000	9
1883	José Nhonhô Padre	600	5
1883	Roberto H. Miller	400	5
1883	José de Mello Almada	500	4
1883	Mathias de Toledo	900	7
1883	Francisco Antonio de Mello	300	4
1883	Alexandre Cresp	600	5
1883	Lingard Miller	600	5
1883	Olegário de Campos	300	5
1883	D. Maria Alves Pinto de Assumpção	4.000	4
1883	Dr. Albano Pimentel	Q tiver	5
1883	Tiburcio Vaz Pacheco	Q tiver	5
1883	Tnt. Antonio Pompeu Paes de campos	500	5
1883	D. Escolástica Maria de Almeida Campos	1.000	4
1884	Joaquim Vaz de Arruda Amaral	Q tiver	5

Fonte: Escrituras de contrato de fornecimentos de canas. Capivari, 1º Ofício, livro 24 e 25.

A primeira safra, no entanto, não saiu como o planejado. Os problemas técnicos enfrentados pelo engenho e o atraso na construção da ferrovia agrícola dificultaram o fornecimento de cana para Companhia inglesa. Essa pagou 14\$000 por 1.500 quilos de cana, preço alto pela qualidade da cana fornecida, e recebeu cerca de 5.000.000 de quilos. Pagou esse preço porque

“convinha a empreza mostrar-se animada dos melhores desejos, para com os lavradores, de quem esperava ella reciprocidade em caso de qualquer circumstancia desfavorável, como o atrazo dos trabalhos de sua linha ferrea, facto que influiu muito no fornecimento das cannas, pois que em consequência das giadas os lavradores, receiosos, não quizeram aguardar a conclusão da via ferrea, e moeram em casa, o que importou em perto de 3.000.000 de kilogrammas a quantidade de cannas que não foi para o Engenho Central. Com isto, não houve prejuízos para os lavradores que se tinham preparado a fazerem ainda a moagem

⁶⁶⁶ Escripura de transferência que faz Lingard Miller a Joaquim Vaz de Almeida Amaral de arrendamento de 14 e meio alqueires de terra do sitio denominado Barreiro neste termo, como consta da Escripura que lhe passou o Sr. Henri Raffard. 15/07/1884. Capivari, 1º Oficio, livro 25, fls 95-96.

deste anno, duvidando da possibilidade de achar-se prompto o Engenho Central, e nem para o Engenho que teria se sacrificado em pagar maior quantidade de canna por preço superior ao seu valor.”⁶⁶⁷

Dessa forma, houve um acordo entre a Companhia, que buscou quatro turbinas em uma fazenda da região, para realizar a safra com as canas recebidas, pagando preço elevado pelas mesmas, e seus fornecedores, dos quais alguns deles fizeram sua própria produção, ou parte dela, em seus antigos engenhos. O resultado foi proveitoso para todos, como vimos na citação acima. Cabia, depois dessa improvisação feita para a primeira safra, resolver os problemas técnicos e de transportes para a safra vindoura, pois novos fornecedores se comprometeram a enviar 4.000 toneladas de matéria prima e a previsão era de 10.000 toneladas.⁶⁶⁸ A The São Paulo Central Sugar, no entanto, não se estruturou, depois dos problemas técnicos iniciais e não se habilitou para moer as canas contratadas. A relação de cooperação da primeira safra se deteriorou, pois a Companhia se recusou a receber as canas contratadas.

Os fornecedores entraram na justiça para cobrar os prejuízos, já que haviam plantado canaviais novos, “dos quais não pode utilizar-se em virtude do mesmo contracto e por impossibilidade material de fasel-o visto que os referidos cannaviaes são superiores as forças de que dispõe elle outorgante”.⁶⁶⁹ A The São Paulo Central Sugar foi liquidada no ano seguinte, não por problemas no abastecimento da matéria prima, conforme apontado, levando ao afastamento de seu fundador, Henri Raffard. Alguns lavradores desse município foram vender suas canas ao engenho central de Piracicaba, conforme noticiou a gazeta do município:

“ na terça feira seguiram para Piracicaba diversos lavradores, que foram vender cannas ao Engenho Central d’aquela cidade. Passar em frente ao grandioso

⁶⁶⁷ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885, p. 95.

⁶⁶⁸ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto, p. 95.

⁶⁶⁹ Procuração bastante que faz José Nhonhô Padre. 03/09/1885. Capivari, 1º Cartório, livro 27, fl. 56. São várias as procurações passadas ao advogado para cobrar a Companhia pela recusa. Tibúrcio Vaz, por exemplo, não possuía engenho para moer as ditas canas. 12/10/1885. Capivari, 1º Cartório, livro 27, fl. 79.

estabelecimento, que se ergue a cavalleiro na Villa Raffard para ir a cidade vizinha (...) é atestar um facto tristissimo para os credidos da São Paulo Central Sugar.”⁶⁷⁰

Funcionaram os esforços da Companhia de Piracicaba na construção de uma rede de transporte moderna e na propaganda com os lavradores, pois seu engenho recebeu 13.144.504 quilos de cana, em 1885, mais do que os dois anos anteriores somados. Seu diretor mantinha boas perspectivas para os próximos anos, “á vista das plantações existentes, de que os fornecimentos futuros serão ainda mais abundantes que os do anno transacto.” Concluiu o relatório:

“Parece estarem vencidos os preconceitos da rotina com que teve de lutar a empreza: os grandes lavradores comprehendem as vantagens dos engenhos centraes, de modo que augmentam o plantio de cannas, certos de que, fornecendo-as ao Engenho, encontram vantajosa remuneração do trabalho agricola. Concorre também para o progresso da producção o grande numero de lavradores livres, que felizmente tende a cresce, graças á iniciativa de alguns agricultores intelligentes.”⁶⁷¹

No ano seguinte, forneceram um pouco mais, 13.680.040 quilos, pelos quais receberam regularmente 72:781\$941, até março de 1887, restava ainda à Companhia pagar cerca de 14:390\$875.⁶⁷²

Na primeira safra de Lorena, em 1885, 73 pessoas forneceram 4.891.828 kg de cana ao engenho central, pouco mais de um terço das canas moídas no central de Piracicaba.

⁶⁷⁰ A notícia foi publicada na Gazeta de Piracicaba de 27 de setembro de 1885.

⁶⁷¹ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Presidente da Provincia João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo, Typographia a vapor a de Jorge Secler & Comp, pp. 80-81.

⁶⁷² Acta da Sessão da Assembléa Geral de Accionistas em 10 de março de 1887, transcrita na Gazeta de Piracicaba de 27/03/1887.

RELAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANAS DO ENGENHO CENTRAL DE LORENA, EM 1885 (canas em quilos)						
1	Visconde de Moreira Lima	934.225	38	Manoel Innocencio M. Marcondes		23.714
2	D. Angelina Moreira d'Azevedo	649.115	39	Antonio Joaquim Barbosa Sobrinho		23.666
3	Francisco Ferreira dos Reis	214.219	40	Bento (escravo)		21.435
4	Francisco Monteiro dos Santos	208.657	41	Rodolpho Machado		20.614
5	Silvino Antonio da Silva Rosa	193.146	42	Americo Barbosa Ortiz		20.317
6	Antonio José da Motta Bastos	174.621	43	Barão de Castro Lima		19.991
7	José Manoel da Costa	174.444	44	Francisco Severino dos Santos		17.345
8	Manoel Joaquim Pereira	136.121	45	Manoel Gonçalves Monteiro		12.984
9	Francisco d'Assis Rodrigues	129.734	46	Francisco d'Aquino Leme		12.536
10	10- Antonio Gonçalves da Rocha	126.204	47	Americo José Ferreira		12.427
11	João Barboza Ferraz	120.951	48	Manoel Francisco da Rosa		12.319
12	Belmiro Antonio da Silva Roza	112.700	49	Jesuino Pereira dos Reis		12.073
13	João Baptista Guimarães	97.490	50	José Ferreira Leme		9.958
14	14- Manoel Joaquim Barbosa	97.163	51	Justino José de Lorena		9.257
15	Custódio Ferreira dos Reis	86.178	52	Umbelino dos Reis Cezar		8.919
16	Antonio Joaquim Barbosa	83.827	53	José Ferreira dos Reis		8.173
17	Antonio Lino do Nascimento	79.452	54	Anicezio Francisco da Rosa		7.654
18	Antonio Alves Corrêa	79.408	55	Joaquim de Campos F. Brettas		7.654
19	Antonio Dias da Palma	72.425	56	Joaquim José do Espirito-Santo		7.449
20	Joaquim da Barbosa Sobrinho	72.255	57	D. Anna Rita		7.234
21	Antonio Jachinto G. França	65.399	58	José Augusto Cardoso		6.909
22	Moyses de Oliveira Braz	62.573	59	Dorio Ferreira dos Reis		6.713
23	Manoel Cardoso do Espirito-Santo	62.009	60	Moysés Branco		6.537
24	Joaquim Antonio Barbosa	53.387	61	José Joanna		5.297
25	Clementino José Pereira	52.779	62	Joaquim Lino dos Santos		4.607
26	Manoel José Antunes V. Cardoso	50.439	63	Eusebio Antunes de Brito		3.950
27	Marciano José de Oliveira	45.408	64	Sotero d'Aquino Leme Junior		3.876
28	José da Silva Tavares	37.539	65	José Joaquim B. Carneiro		3.818
29	Silvino Antonio Fernandes	37.507	66	D. Anna Antunes		3.058
30	Francisco Rangel de Barros	36.862	67	Benedicto Antunes		2.617
31	Antonio Francisco da Rosa	35.858	68	José Antunes Cardoso		1.848
32	José Antunes de Vasconcellos	32.561	69	Pedro Manoel Cardoso		1.608
33	Candido Ferreira dos Reis	31.577	70	Raphael Rodrigues do Prado		1.569
34	Francisco Pereira de Barros	30.470	71	Manoel Francisco da Rosa		1.363
35	José Monteiro de Andrade	30.433	72	Francisco José d'Almeida		590
36	Pedro Alexandrino dos Santos	29.644	73	Antonio Calixto Ferreira		441
37	Hermenegildo Antonio de Aquino	24.537				4.891.828

Fonte: Relatório Apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, na Sessão Ordinarias de 15 de Janeiro de 1886, pelos seus Administradores Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo. São Paulo, Typographia King, 1886. APL.

Interessante notar que dos doze que por contrato estavam obrigados a moer suas canas no engenho da Companhia, apenas quatro foram relacionados na lista de fornecedores deste ano: D. Angelina (649.115 kg), João Barbosa Ferraz (120.951 kg), Antonio Gonsalves da Rocha (126.204 kg) e Francisco de Assis Rodrigues (129.734

kg). A maioria dos fornecedores, desta maneira, vendeu sua cana à CECL sem contrato prévio.

Quatro fornecedores eram acionistas da Companhia, os três irmãos e grandes acionistas: Visconde de Moreira Lima (934.225 kg), D. Angelina Moreira (649.115kg), e Barão de Castro Lima (19.991 kg) e Belmiro Antonio da Silva Rosa, pequeno acionista com 25 ações que forneceu 112.700 kg. Juntos forneceram 35,07% da matéria-prima desta safra. Apenas os dois primeiros, maiores fornecedores, foram responsáveis por 32,37%. Além de D. Angelina, mais duas mulheres forneceram pequenas quantidades, D. Anna Rita 7.234 kg e D. Anna Antunes 3.058kg. Esses juntavam seus próprios interesses agrícolas e industrias, liberando braços escravos do trabalho da manufatura do açúcar, concentrando-os nos serviços agrícolas.

Doze agricultores forneceram acima de 100.000 kg de cana, mas a maioria o fez em pequena quantidade, abaixo dos 50.000. Entre estes, cabe destacar o escravo Bento, 40º fornecedor, que vendeu 21.435 kg de cana à Companhia. Foram perfeitamente atendidos todos os fornecedores ribeirinhos, com o material de transporte fluvial e a pequena ferrovia ligando ao engenho. Como não conseguimos a lista de fornecedores de 1886 e a de 1887 apontou nominalmente apenas os 32 maiores fornecedores, não sabemos se Bento continuou a fornecer cana nestes últimos dois anos.

O pequeno fornecimento de cana desta primeira safra em relação à capacidade dos maquinismos modernos da Companhia preocupou os diretores da empresa, que dessa maneira expuseram o problema aos acionistas. Os mesmos diretores representaram ao Governo provincial solicitando a rápida ocupação do Núcleo Colonial das Cannas, pois, segundo o relatório do Presidente da Província, os lavradores do município preferem os meios próprios aos do engenho.

“Para que sejam bem aproveitados os elementos que possuímos, solicitamos a vossa atenção para o estudo dos meios a adoptar, para que d’ora em diante, por falta de materia prima, a Companhia não tenha seus capitaes sem remuneração, como certamente ainda terá, se providencias energicas e acertadas não forem tomadas no sentido de augmentar o mais possivel o fornecimento de canna.”⁶⁷³

⁶⁷³ Relatório da Companhia Engenho Central de Lorena, 15/01/1886, p. 5.

Um dos meios adotados foi a política de empréstimos aos agricultores, como prescrevia o contrato com o governo e o regulamento aprovado para as concessões dos engenhos centrais. A Companhia começou a emprestar dinheiro aos agricultores em 1886 e manteve tal política até o final do século.

Alguns dos principais fornecedores de 1885, e que não haviam feitos contratos anteriores com a Companhia, tomaram dinheiro a juros com esta, obrigando-se a fornecer matéria prima ao engenho.⁶⁷⁴ Foram os casos de Antônio José da Motta Bastos, Manoel Cardoso do Espírito Santo, Marciano José de Oliveira e José Joaquim Barbosa. Outros dois agricultores que tomaram dinheiro emprestados à CECL, Antônio Rodrigues da Silva Mello e Cyrillo d'Aquino Leme, respectivamente, em fins de 1886 e início de 1887, forneceram, já na safra deste último ano, como veremos na lista de fornecedores desta safra, o que demonstra que já possuíam os canaviais plantados. Provavelmente, estes forneceram cana na safra de 1886, que moeu 7.090.341kg, 31,39% a mais que o ano anterior, e o empréstimo foi feito para ampliação do canavial e custeio da lavoura. O transporte das canas pelo rio Paraíba foi facilitado pelo aumento do material fluvial de empresa.

Cyrillo d'Aquino Leme foi o maior fornecedor da safra de 1887, com 484.765 kg de cana. Em 30 de Abril deste ano, Cyrillo e sua mulher receberam empréstimo no valor de dois contos de réis, da CECL, para pagar no prazo de um ano, com as canas que tinham plantadas em seu sítio, no Bairro do Taboão. Como garantia do empréstimo, o casal penhorou o canavial, calculado em 14 alqueires de planta de feijão. A Companhia cobrava 8% de juros ao ano sobre o valor do empréstimo, mais 2% para a administração dos serviços.⁶⁷⁵

O casal recebeu quitação dessa dívida em 12 de fevereiro do ano seguinte, após os acertos da safra, e no mesmo dia fez novo empréstimo no valor de 2:500\$000, nas mesmas condições daquele feito no ano anterior, para pagar com as canas na safra do

⁶⁷⁴ A política de empréstimo modificou o tipo de contrato com os fornecedores, pois estes agora, com raras exceções, não assinavam mais contrato de fornecimento, mas escrituras de dívidas com penhor agrícola ou hipoteca.

⁶⁷⁵ ESCRITURA de dívida e penhor agrícola que passa Cyrillo d'Aquino Leme, e sua mulher, a CECL, 30/04/1887, 1º Ofício, Lorena, APL.

ano seguinte. Penhoraram o canavial plantado para a safra de 1889, calculado em 21 alqueires de planta de feijão.⁶⁷⁶

FORNECEDORES DE CANA DO ENGENHO CENTRAL DE LORENA, 1887			
(canas em quilos)			
1	Cyrillo d'Aquino Leme		484.765
2	Major Victorino Pereira de Barros		335.546
3	Marcondes de Andrade & Irmão		305.436
4	Capitão Francisco Monteiro dos Santos	208.657	235.442
5	João Barboza Ferraz	120.951	218.340
6	Antonio José da Motta Bastos	174.621	215.789
7	Capitão João Monteiro S. França		196.315
8	Conde de Moreira Lima	934.325	190.325
9	Claudino Ferreira Leme		184.531
10	Antonio Joaquim Barboza	83.827	182.557
11	Antonio José de Almeida		164.573
12	Francisco Ferreira dos Reis	214.219	154.817
13	Marciano José de Oliveira	45.408	139.155
14	Antonio Antunes de Vasconcellos		137.812
15	Antonio Pereira de Silva Tó		129.182
16	Manoel Antonio Fernandes		128.606
17	Antonio Gonçalves da Rocha	126.204	118.712
18	Francisco Antonio de Araujo		116.072
19	Francisco Rangel de Barros	36.862	114.722
20	Anacleto Monteiro de N. e Silva		113.155
21	Manoel Innocencio M. Marcondes	23.714	109.733
22	Carlos Coelho de Castro		101.387
23	Manoel Cardozo do Espirito-Santo	62.009	96.673
24	Francisco d'Aquino Leme	12.536	86.835
25	D. Maria da Piedade Aquino		83.464
26	João Palazzo		81.686
27	Antonio Rodrigues da Silva Mello		79.484
28	Joaquim Lino dos Santos 4.607		79.344
29	Antonio Alves Correia	79.344	76.182
30	José Ferreira Leme	9.958	71.295
31	Conselheiro João Marcellino S. Gonzaga		69.722
32	Silvino Antonio Fernandes	37.507	63.807
	Diversos fornecedores menores		1.185.682
Total			6.051.126

Fonte: Relatório Apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, na Sessão Ordinarias de 1888, pelos seus Administradores Arlindo Braga e Antonio Moreira de Castro Lima, São Paulo, Typographia King, 29/07/1888.

⁶⁷⁶ ESCRITURA de quitação que passa a CECL a Cyrillo d'Aquino Leme e sua mulher, 12/02/1888, 1º Ofício, Lorena, APL. ESCRITURA de dívida e penhor agrícola que passa Cyrillo d'Aquino Leme, e sua mulher, a CECL, 12/02/1888, 1º Ofício, Lorena, APL.

Mais quatro fornecedores nominalmente citados entre os 32 da lista da safra de 1887, tinham feito empréstimo com a CECL, até esse momento: Antonio José da Motta Bastos (4:000\$000), Marciano José de Oliveira (800\$000), Manoel Cardozo do Espirito Santo (600\$000, em 1886 e 1:100\$000, em 1887) e Antonio Rodrigues da Silva Mello (1:000\$000).⁶⁷⁷

Esses 32 maiores fornecedores foram responsáveis por 80,40% da cana recebida pelo engenho, enquanto os fornecedores menores (que deveriam passar de três dezenas) responderam por 19,60% da mesma. Os dois grupos responderam por 90,60% dos 6.679.092 kg de cana esmagados no engenho, em 1887. Dos 32 fornecedores mencionados, 16 estavam presentes na lista de 1885 e, com raras exceções, aumentaram o volume de matéria-prima fornecida, como podemos perceber nos dados inseridos na lista de 1887. Era o resultado do financiamento da lavoura através dos empréstimos realizados pela Companhia.

O único acionista que figurou como fornecedor, neste ano, foi o Conde de Moreira Lima (190.325 kg), mas com fornecimento bem inferior aquele de 1885, quando vendeu ao engenho 934.225. D. Angelina, sua irmã, segunda maior fornecedora em 1885, provavelmente já se retirara para a capital paulista, onde faleceu, em 1911, para a qual se transferiram seus filhos, envolvidos na política provincial e nas atividades empresariais. Quase a totalidade dos fornecedores, dessa maneira, não estava ligada diretamente aos interesses da fábrica central.⁶⁷⁸

Com a dissolução da Companhia inglesa proprietária do central de Capivari, credores e fornecedores assumiram a fábrica, constituindo a Companhia Engenho Central de Capivari, em 26 de Junho de 1886, presidida pelo Dr. Albano do Prado Pimentel, fazendeiro de cana da região e fornecedor da Companhia, assumindo o cargo de Diretor Técnico o Sr Henry White. Os interesses dos acionistas e dos fornecedores estavam ligados mais fortemente, agora.

⁶⁷⁷ ESCRITURAS, 07/06/1886; 02/11/1886; 18/11/1886; 26/11/1886; 14/11/1887, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁶⁷⁸ Relatório Apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, na Sessão Ordinarias de 1888, pelos seus Administradores Arlindo Braga e Antonio Moreira de Castro Lima, São Paulo, Typographia King, 29/07/1888. Não localizamos mais nenhuma lista de fornecedores de cana da CECL, além das duas aqui trabalhadas, do ano de 1885 e 1887. Alguns fornecedores conseguimos acompanhar através das escrituras de contrato de fornecimento ou de dívida e obrigação de fornecimento, registradas em Cartório, ou através de processos.

Os novos proprietários realizaram uma série de operações financeiras para equipar a fábrica, substituindo o que veio com defeitos, e financiar a lavoura dos fornecedores. A ferrovia agrícola de 9 km já havia sido concluída. Em 1887, apareceu na cidade o cidadão inglês Oliver Wethered que

“tendo interesse na prosperidade do Engenho Central e sabendo que a Companhia não pode ocorrer a despesas de vinte e seis contos quinhentos e cinqüenta mil réis, para adiantar aos plantadores de cannas do municipio, entrega a mesma companhia a dita quantia a titulo de amandita para que Ella possa adiantar as respectivas quotas aos plantadores referidos na forma que eles propuseram de penhor agrícola.”⁶⁷⁹

No mesmo dia, os seguintes plantadores assinaram contrato de penhor agrícola com a Companhia com distribuição proporcional dos recursos ao fornecimento de cana. As canas seriam pagas a 10\$000 o carro de 1.500 kg e toda a safra do ano seguinte fora penhorada: Des. Bernardo Avelino Gavião Peixoto (600 carros de cana, 2:700\$000), Antonio Pires de Campos (800 carros, 3:600\$000), José Nhonhô Padre (800 carros, 3:600\$000), José de Mello Almada (600 carros, 2:700\$000), Antonio Pires de Mello (200 carros, 900\$000), Francisco Octaviano de Proença (400 carros, 1:800\$000), João Salla (160 carros, 700\$000), Joaquim Zanetti (160, 700\$000), Domingos Bassaneli (100, 450\$000), e Iorio Cristofali (100, 450\$000), Alexandre Crespi (360 carros 1:620\$000), José Ricomini (100, 450\$000), Dr. João Baptista de Souza Ferraz (500, 2:650\$000) Tiburcio Vaz Pacheco (200, 900\$000), e Galdino Vaz do Amaral. Mais 900\$000 para o plantador Manoel Anselmo de Souza, 270\$000 para o plantador Antonio Coelho e 1:350\$000 para o Dr Albano do Prado Pimentel, responsável pelo fornecimento de 300 carros.⁶⁸⁰

Com exceção de alguns pequenos fornecedores que produziam baseados no trabalho familiar, que dava conta da produção dos gêneros de subsistência da família e

⁶⁷⁹ Escriptura de contrato de mandato que fazem a Companhia Engenho Central de Capivary e Oliver Wethered, cidadão inglês e hora de passagem nessa cidade. 1º Ofício, livro 33, fls 44-45.

⁶⁸⁰ Escritura de contrato de penhor agricola que fazem os plantadores abaixo assignados e a Companhia Engenho Central de Capivary, no valor de 26:550\$000. 15/08/1887. Capivari, 1º Cartório, livro 33, fls 45-48.

de uma pequena lavoura comercial, os fornecedores exploravam o trabalho escravo em suas lavouras, no período de inauguração do engenho central de Porto Feliz, em 1878, e a safra de 1887. Os maiores agricultores dependeram do trabalho dos cativos até o último momento. Em dezembro de 1887, o Conselheiro Bernardo Gavião Peixoto, acionistas e fornecedor dos centrais de Porto Feliz e Capivari, propôs ao Governo Imperial substituir os 88 escravos de suas três propriedades agrícolas por trabalhadores livres, com as condições de receber metade do valor dos mesmos em títulos de 5 % e usufruto de seu trabalho de 1 a 3 anos.⁶⁸¹ A abolição, em maio do ano seguinte, pôs fim ao plano ‘benemérito’ do Desembargador e de muitos outros escravistas. A exemplo do Desembargador, há décadas esses homens exploravam os braços cativos em suas lavouras de cana e café.

A abolição pôs fim, também, aos planos de Pedro Augusto da Costa Silveira, que instalou o engenho central Monte Alegre em sua propriedade escravista, em 1887. Sem seus escravos, depois de maio do ano seguinte, a viúva D. Rita vendeu a propriedade. Nessa experiência modernizadora, a produção já teve início de forma integrada, dando continuidade ao padrão que já existia nessa propriedade.

No caso dos irmãos Antonio Pereira da Silva Roza e Silvino Antonio da Silva Roza, em Lorena, os escravos não lhes pertenciam. Ambos arrendaram a fazenda Campinho e oito escravos, de propriedade de D. Anna Antonia Pereira de Castro, em 12 de Dezembro de 1883. O arrendamento foi feito por cinco anos, no valor de 3:300\$000 ao ano. Silvino forneceu 193.146 kg de cana, na safra de 1885. Esta propriedade fazia divisa com a de Belmiro Antonio da Silva Roza, acionista e também fornecedor da CECL. Entre os escravos arrolados na escritura de arrendamento figura um escravo de nome Bento, possivelmente o escravo fornecedor arrolado na lista da primeira safra.⁶⁸²

A maioria desses fornecedores, entretanto, possuía seus próprios escravos. Esses, no entanto, já eram em número reduzido para as necessidades de mão-de-obra da década de 1880 e os proprietários se utilizavam do trabalho de homens livres, em algumas funções. A tensão do processo final da escravidão, além das fugas em massa, piorava o quadro, levando os senhores de escravos a fazerem contratos de prestação de serviços com seus cativos, os quais receberiam a liberdade após o prazo estipulado. A

⁶⁸¹ Gazeta de Piracicaba de 30 de dezembro de 1887. BPP.

⁶⁸² Escritura de arrendamento, 12/12/1883, 1º Ofício, Lorena, APL.

desorganização do trabalho escravo, na safra de 1887-88, impactou a lavoura canavieira dos lavradores fornecedores, fazendo diminuir a quantidade fornecida aos engenhos centrais do oeste.⁶⁸³

Em 1888, portanto, se fez obrigatório a reorganização do trabalho nos canaviais dos fornecedores particulares. O processo coincidiu, nos quatro engenhos centrais do oeste paulista, contando com a Sociedade entre os dois novos proprietários do engenho central Monte Alegre, com a reorganização das Companhias detentoras das fábricas, que teriam que retomar as relações com os fornecedores. Exceção feita ao engenho monte alegre, cuja produção era verticalizada.

As novas Companhias de Engenho Central de Porto Feliz e Capivari retomaram as relações com os fornecedores, vários dos quais acionistas, que tiveram que operar com várias formas de trabalho livre para fazer sua propriedade produzir. Os maiores produtores seguiram o exemplo dos cafeicultores, criando colônias de trabalhadores em suas fazendas, muitos deles imigrantes, fruto da grande corrente imigratória que atinge São Paulo, a partir de 1886. Em Capivari, após o penhor agrícola de 1887, os fornecedores retomaram os contratos com a nova Companhia, em dezembro de 1888, conforme lista apresentada. O tempo contratado variava entre dois e cinco anos, garantido fornecimento para os próximos anos. Para incentivar esses e outros lavradores que quisessem vender suas canas, a Companhia desistiu de cobrar frete pelo transporte das mesmas, em sua ferrovia agrícola.⁶⁸⁴

Sem seus antigos escravos, Bernardo Gavião Peixoto contratou o plantio e cuidados de 50 a 60 quartéis de cana, na Fazenda Leopoldina, com Salvador Correa de Toledo, pelo qual pagaria 2:500\$000. Pelo contrato, o locador receberia as terras para o plantio das canas e de alimentos para subsistência da família. Metade das canas pertencerá ao locador, que se responsabilizaria pelo pagamento do pessoal empregado no corte da cana do locatário.⁶⁸⁵ Albano do Prado Pimentel se comprometia a fornecer a maior quantidade, até 4.000 carros. Tal propriedade, no entanto, foi vendida ao diretor técnico do engenho central, Henry White, oito meses depois desse contrato. Henry White, agora

⁶⁸³ Várias escrituras de contrato com prestação de serviços acompanhados da alforria foram encontradas nos livros de notas dos Cartórios de Porto Feliz, Piracicaba, Capivari e Lorena.

⁶⁸⁴ Escritura de desistencia que faz a Companhia Engenho Central de Capivary por seu Director Gerente Henry White como abaixo se declara. 07/02/1889. Capivari, 1º ofício, livro 36, fls 37-38.

⁶⁸⁵ Contracto de parceria agricola e penhor. 08/01/1889. Capivari, 1º Ofício, livro 36, fls 22-23.

também proprietário rural da vizinha fazenda, assumiu o contrato de fornecimento de cana feito pelo antigo proprietário, junto ao engenho central.⁶⁸⁶

CONTRATANTES DE FORNECIMENTO DE CANA À COMPANHIA ENGENHO CENTRAL DE CAPIVARI			
Ano	Fornecedor	Carros de cana	Anos
1888	Cons. Bernardo Avelino Gavião Peixoto	1.000 a 3.000	5
1888	Fernando Paes de Barros Junior	250 a 1.000	5
1888	José Felix Monteiro Junior	300	5
1888	José de Mello Almada	1.000 a 1.500	2
1888	Dr. Albano do Prado Pimentel	2.500 a 4.000	5
1888	Tnt. Antonio Pompeu Paes de Campos	400 a 600	5
1888	Antonio Pires de Mello	200 a 600	2
1888	Antonio Pires de Campos	800 a 1.500	5
1888	Joaquim Bahia Pacheco	300 a 600	2
1888	Herculano Pompeu Paes de Campos	200 a 300	3
1888	Antonio Dias Barbosa	60 a 100	2
1888	Josimo Ataliba de Proença	150 a 400	5
1888	Francisco Octaviano de Proença	100 a 1.000	5

Fonte: Escrituras de contrato de fornecimento de canas. Dezembro de 1888. Capivari, 1º Ofício, livros 35 e 36.

Em Piracicaba, o engenho central foi vendido ao Barão de Rezende, que o incorporou à sua fazenda São Pedro, onde fora construído. O seu engenho central era abastecido, no entanto, pelos fornecedores particulares, como o era antes da venda. A partir de dezembro de 1888, o Barão convocou seus fornecedores para receberem pelas canas remetidas para sua fábrica, como publicado na gazeta local: “Engenho central, pagamento de cana: a partir do dia 10 paga-se 50 % das canas fornecidas em agosto e setembro.”⁶⁸⁷ No final do mês receberam os fornecedores dos meses de outubro, novembro e dezembro e saldo foi quitado no início do ano seguinte.⁶⁸⁸

A abolição não teve impacto negativo no fornecimento geral de cana para o engenho central de Lorena, pois a quantidade de matéria-prima recebida no engenho foi superior à recebida nas três safras anteriores. O fato demonstra o aumento que os

⁶⁸⁶ Escritura de compra e venda da Fazenda denominada Leopoldina que fazem o Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto e sua mulher ao comprador Henry White, pela quantia de 60:000\$000. 07/09/1889. Capivari, 1º Ofício, livro 37, fls 26-28.

⁶⁸⁷ Gazeta de Piracicaba de 07 de dezembro de 1888. BPP.

⁶⁸⁸ Gazeta de Piracicaba de 28 de dezembro de 1888 e de 9 de janeiro de 1889. BPP.

fornecedores tinham ampliado seus canaviais e o sucesso na articulação do trabalho livre, nesse primeiro momento pós-abolição. Outro motivo para o aumento de cana moída pelo engenho foi o início do fornecimento feito pelas famílias instaladas no Núcleo Colonial das Cannas, que estudaremos adiante.

A Companhia continuou financiando, através de empréstimos, um pequeno grupo de fornecedores e teve um bom abastecimento de cana até a safra de 1892, última boa safra da CECL, antes da destruição dos canaviais pelas geadas, no início dos anos noventa. A partir desse momento, esses agricultores não mais tiveram peso no fornecimento de cana ao Central de Lorena, que moeu apenas 2.115.580 kg, em 1893. Moera quase 12 milhões, no ano anterior. Alguns empréstimos foram garantidos com o penhor do canavial plantado, mas a maioria evoluiu para o sistema de hipotecas.

Quando o agricultor já possuía o canavial plantado e o empréstimo era pequeno, o prazo para pagamento do mesmo era, freqüentemente, de um ano. Caso contrário, o prazo era o dobro, para que o canavial tivesse os 18 meses necessários para amadurecer. Via de regra, o fornecedor já entregava uma quantidade de cana que já estava pronta para o corte e plantava outro tanto para a safra seguinte.

Cyrillo d'Aquino Leme, maior fornecedor de 1887, transferiu sua dívida de 2.500 contos com a CECL, em 03 de Julho de 1888, para João Laurindo das Chagas e sua esposa, Maria Carvalho da Conceição.⁶⁸⁹ O casal comprou o sítio de Cyrillo, no Bairro do Retiro, e sete meses depois assinou escritura de empréstimo com hipoteca e penhor agrícola com a Companhia, no valor dos 2.500 contos. O casal comprometeu-se a pagar com 15 alqueires de cana, que plantariam no sítio comprado, para a safra de 1890, com os juros de sempre, 8% mais 2% para a administração. Como garantia hipotecou o sítio e penhorou o canavial. Em 27 de Setembro de 1890, a Companhia deu quitação da dívida de cinco contos, que o casal lhe devia.⁶⁹⁰

⁶⁸⁹ ESCRITURA de responsabilidade que passam João Laurindo das Chagas e sua mulher, a CECL, 03/07/1888, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁶⁹⁰ ESCRITURA de dívida com hipoteca de bens e penhor agrícola, 30/10/1888. ESCRITURA de Quitação, 27/09/1890. 1º Ofício, Lorena, APL.

EMPRÉSTIMOS COM PENHOR AGRÍCOLA FEITOS PELA C. E. C. L.				
Data	Contratante	Valor	anos	Penhor*
02/11/1886	Manoel Cardoso do Esperito-Santo	600\$000	2	4
04/11/1886	José Joaquim Barbosa	330\$000	1	4
18/11/1886	Marciano José de Oliveira	800\$000	1	-
30/12/1886	João Marcelino de souza Gonzaga	1:000\$000	1	10
30/04/1887	João Baptista de Araujo	600\$000	1,5	9
30/04/1887	Cyrillo de Aquino Leme	2:000\$000	1	14
29/06/1887	Ignacio Pinto da Silva	500\$000	1	-
29/06/1887	Antonio Lima dos Santos	450\$000	1	3
14/11/1887	Marciano José de Oliveira	900\$000	1	5
26/01/1888	Carlos Coelho de Castro	8:000\$000	1	40
28/01/1888	Francisco Severino dos Santos	1:000\$000	2	3
03/02/1888	Silvino Antonio Fernandes	800\$000	2	10
12/02/1888	Cyrillo de Aquino Leme	2:500\$000	1	21
29/02/1888	Camillo Leme Corrêa	560\$000	2	7
07/03/1888	João Ferreira de Souza	400\$000	2	7
21/05/1888	José Joaquim Barbosa Carneiro	700\$000	1	0
03/07/1888	José Honorato Pereira de Castro	428\$000	1	8
18/12/1888	João Ferreira de Souza	400\$000	1	4
29/01/1889	Tte. João Henrique de A. Almeida	3:000\$000	1	20
11/02/1889	Tte. Anacleto M. de Noronha e Silva	1:000\$000	1	20
21/02/1889	Francisco Severino dos Santos	1:000\$000	2	-
01/03/1889	Antonio José Barbosa dos Reis	1:000\$000	2	17
02/01/1895	João Barbosa de Carvalho	340\$000	2	-

* alqueires de planta de feijão.

Fonte: Escrituras de dívida e penhor agrícola, 1º e 2º Ofícios, Lorena, 1881/1901. APL.

O maior empréstimo com penhor agrícola foi feito a Carlos Coelho de Castro e sua esposa, Durvalina Coelho de Castro, em 26 de Janeiro de 1888, no valor de 8 contos de réis. Este agricultor forneceu 101.387 kg de cana, no ano anterior. No momento do empréstimo, para financiar a safra de 1888, o casal era devedor de 5:769\$400 à Companhia, e recebeu o que restava para o montante da dívida acima. Obrigava-se o casal a pagar em 31 de Dezembro de 1888, com as canas plantadas em sua propriedade no Bairro de Santa Cruz do Taboão, ou em dinheiro, se aquelas não forem suficientes. Penhoraram 30 alqueires de planta de feijão em canas, para a safra deste ano, 10 para a do ano seguinte (1889), e 11 que plantariam para esta mesma safra.⁶⁹¹

⁶⁹¹ ESCRITURA de dívida e penhor agrícola que passam Carlos Coelho de Castro e sua mulher, 26/01/1888, 1º Ofício, Lorena, APL.

O casal volta a figurar na lista de empréstimos da Companhia, em 26 de Dezembro de 1890, com uma hipoteca de 5 contos de réis. Desta vez, além do penhor agrícola dos canaviais, para as safras de 1892 e 1893, hipotecou 34 alqueires de terra, casa de morada e mais bens de raiz da propriedade em Santa Cruz.⁶⁹²

EMPRÉSTIMOS COM HIPOTECA E PENHOR AGRÍCOLA FEITOS PELA C. E. C. L.			
Data	Contratantes	valor	Anos
07/06/1886	Antonio José da Motta Bastos	4:000\$000	3
26/11/1886	Antonio Rodrigues da Silva Mello	1:000\$000	1
13/03/1887	José Joaquim Barbosa	-	-
14/11/1887	Manoel Cardoso do Espirito Santo	1:100\$000	2
01/02/1888	Antonio Rodrigues da Silva Mello	1:500\$000	2
18/02/1888	Anna Joaquina dos Santos e filhos	2:500\$000	2
04/04/1888	Antonio Joaquim Barbosa Sobrinho	700\$000	2
20/10/1888	José Joaquim Barbosa	800\$000	2
30/10/1888	João Laurindo das Chagas	2:500\$000	2
12/12/1888	Antonio José da Motta Bastos	3:000\$000	2
12/02/1889	João Baptista de Araujo & Genros	4:200\$000	2
25/07/1889	João Baptista de Araujo & Genros	1:200\$000	2
06/11/1889	Joaquim Barbosa Sobrinho	800\$000	2
03/02/1890	José Honorato Pereira de Castro	500\$000	1
26/12/1890	Carlos Coelho de Castro	5:000\$000	2
19/01/1891	Silvino Antonio Fernandes	1:500\$000	2
21/03/1891	Antonio José da Motta Bastos	4:600\$000	2

Fonte: Escrituras de dívida e penhor agrícola, 1º e 2º Ofícios, Lorena, 1881/1901.

O outro grande empréstimo com penhor agrícola foi feito ao Tenente João Henriques d'Azevedo Almeida e sua mulher, D. Hedivirges de Almeida, no valor de 3 contos, em 21 de janeiro de 1889. O casal se comprometeu a pagar com o produto de 20 alqueires de cana, na safra deste mesmo ano, que já tem plantado em sua propriedade.⁶⁹³

Alguns desses fornecedores hipotecários já foram comentados anteriormente. Cabe destacar aqui a figura de Antonio José da Motta Bastos, um dos maiores fornecedores desde a primeira safra, em 1885, quando vendeu à CECL 174.621 kg de cana, aumentados para 215. 789, em 1887. A partir de 1886, Motta Bastos e sua mulher, Emília Maria de Jesus, pegam dinheiro emprestado com a Companhia para o aumento e

⁶⁹² ESCRITURA de dívida com hipoteca de bens e penhor agrícola, 26/12/1890, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁶⁹³ ESCRITURA de dívida e penhor agrícola que passam o Tenente João Henriques d'Azevedo Almeida e sua mulher, 21/01/1889, 1º Ofício, Lorena, APL.

custeio da lavoura, voltando a fazê-lo em 1888 e 1891. A cada safra, o casal abatia parte da dívida com o fornecimento de cana colhida em suas propriedades, no município vizinho de Guaratingüetá.

No empréstimo de 1888, o casal hipotecou duas situações agrícolas que possuíam no Bairro de Piaguhy, naquele Município, com casas, cafezais, benfeitorias e terras, com 195 braças e 5 palmos de testada e 1.900 de fundo. A outra propriedade era uma parte de terra que recebera junto com outros herdeiros. Como percebe-se da lista acima, os empréstimos hipotecários do casal estavam entre os maiores feitos junto à Companhia.⁶⁹⁴

O exemplo de João Baptista de Araújo mostra o envolvimento de toda a família no trato da lavoura que possibilitava a sobrevivência econômica do grupo familiar, assumindo coletivamente os compromissos de fornecimento. Em 12 de Fevereiro de 1889, João Batista e sua mulher Alexandrina Maria da Conceição, juntos aos seus dois genros e filhas, assinaram hipoteca e penhor agrícola no valor de 4:200\$000 réis, com a CECL. Destes, os sogros eram já devedores de 2:518\$720; o casal Camillo Leme Corrêa e Maria da Conceição de Jesus era devedor de 811\$730, enquanto o outro genro e sua esposa, Antonio Moreira dos Santos e Anna Maria da Conceição, deviam 203\$200 réis. O montante foi completado com o crédito de 666\$350 que a Companhia abriu para a família, “para auxílio de plantio e limpas de cana d’aqui por diante.”⁶⁹⁵

A família tinha dois anos para pagar o empréstimo, com o produto do canavial plantado na propriedade dos sogros, penhorados para as safras de 1889 e dos dois anos seguintes. A propriedade, com casa e engenho de cana, foi hipotecada. No mesmo dia da hipoteca, a família criou a Sociedade Agrícola João Baptista d’Araújo & Genros, “para fim de explorarem a cultura da canna de assucar e plantações de cereaes no alludido sitio.” A Sociedade duraria o tempo necessário para solver esse compromisso com a CECL.⁶⁹⁶

Como a propriedade pertencia aos sogros, os genros e filhas ficaram com a responsabilidade da direção dos trabalhos, “inclusive o corte e transporte para a

⁶⁹⁴ ESCRITURAS, 07/06/1886; 12/12/1888; 21/03/1891. 1º Ofício, Lorena, APL.

⁶⁹⁵ ESCRITURA de dívida, obrigação e hipoteca, 12/02/1889, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁶⁹⁶ ESCRITURA de Sociedade Agrícola que fazem entre si João Baptista d’Araújo e outros. 1º Ofício, Lorena, APL.

fábrica”. Todos eram responsáveis pelo débito perante a CECL.⁶⁹⁷ Os gastos com o trabalho necessário para a produção e transporte da cana, então, ficavam a cargo dos genros e filhas.

Em Julho deste ano, a mesma Sociedade contratou outro empréstimo com a CECL, no valor de 1:200\$000, para aumento e custeio da lavoura de cana, em terras compradas a Sotero d’Aquino Leme, no mesmo Bairro do Retiro. Garantia o empréstimo a hipoteca sobre oito alqueires de terra.⁶⁹⁸

Outra Sociedade, de grande importância no grupo de fornecedores de cana, foi formada pelos irmãos Domingos e José Inocêncio Marcondes de Andrade. A Marcondes de Andrade & Irmão foi fundada em 1882, para produção de gêneros agrícolas e comercialização, pois a Sociedade possuía uma casa comercial. Em Janeiro de 1887, a Sociedade assinou contrato de fornecimento de cana com a Companhia, obrigando-se a fornecer as canas de 18 alqueires que possuía plantada, na fazenda da Sociedade, e o produto de 30 alqueires, para a safra seguinte. O contrato era de quatro anos.

Em 1887, a Sociedade foi o terceiro maior fornecedor, com 305.436 kg de cana, provavelmente explorando trabalho escravo, pois além da grande produção de cana possuía mais de 100 mil pés de café.⁶⁹⁹ Os irmãos dissolveram a Sociedade em 19 de Junho de 1890, segundo eles, “não só por ter falecido a mulher do socio José Innocêncio, como também por não ter a sociedade dado lucro.”⁷⁰⁰ Domingos ficou com a casa comercial, enquanto a seu irmão coube a fazenda Boa Vista.

Três dias depois, José Marcondes de Andrade contratou um grande empréstimo com os irmãos Conde de Moreira Lima e Barão de Castro Lima, no valor total de 27:760\$000, para pagar em 10 anos, com juros de 7% ao ano. Parte era para pagar o irmão e o restante para aumento e custeio da lavoura. O fazendeiro hipotecou sua fazenda Boa Vista, com 163 alqueires de terra, 123 mil pés de café de diversas idades, casa de morada, casas para colonos, máquinas de beneficiar café e suas dependências e

⁶⁹⁷ ESCRITURA de Sociedade Agrícola que fazem entre si João Baptista d’Araújo e outros. 1º Ofício, Lorena, APL.

⁶⁹⁸ ESCRITURA de dívida com hipoteca de bens, 25/07/1889. 1º Ofício, Lorena, APL.

⁶⁹⁹ Contrato de fornecimento de cana, 15/01/1887, 1º Ofício, Lorena, APL. Para o fornecimento veja a lista de fornecedores de 1887, apresentada acima.

⁷⁰⁰ ESCRITURA de dissolução de sociedade que fazem Domingos Marcondes de Andrade e José Innocêncio Marcondes de Andrade, 19/06/1890, 1º Ofício, Lorena, APL.

acessórios, casa da mesma e terreiro cimentado. Os dados mostram que os irmãos eram grandes produtores de café, além da grande quantidade de cana fornecida ao engenho.⁷⁰¹

Domingos Marcondes também dissolveu, em 12 de Março de 1891, a sociedade que possuía com Martiniano Alves da Rocha, que fora constituída “para exploração de canna e outros produtos de lavoura.” Transferiu sua parte na sociedade para Martiniano, pela quantia de 10:463\$356 réis, dinheiro fornecido pela CECL, a 8% de juros ao ano, a ser pago com as canas da antiga sociedade. Este hipotecou à Companhia terras, casas, benfeitorias e os animais que este criava. Martiniano possuía, não regularizados, seis lotes na Colônia das Cannas, o que trataremos no capítulo seguinte. Esta foi a maior hipoteca realizada com a CECL.⁷⁰²

Nem todos os fornecedores eram proprietários das terras nas quais trabalhavam, como a maioria dos agricultores apresentados até aqui. Encontramos alguns casos nos quais os fornecedores fizeram empréstimos junto à CECL e penhoraram canaviais plantados em terra alheia. Era um sistema de parceria desenvolvido por outros grandes fornecedores, maneira de explorar maior parte de suas propriedades.

Em 1888, a família de João Ferreira de Souza assinou dois empréstimos com penhor agrícola, no valor de 400\$000 cada, com a Companhia. Este fornecedor pagaria com o produto de sete alqueires de cana que tinha plantados na fazenda de Marcondes de Andrade & Irmão, em Lorena, nas duas safras seguintes.⁷⁰³

Dois fornecedores de terras próprias de Guaratingüetá, Marciano José de Oliveira e Manoel Cardoso do Espírito Santo, aumentaram a quantidade de cana fornecida com o plantio em terras de Francisco Rangel de Barros, que fornecera ao engenho desde 1885. Marciano possuía 3 alqueires de planta de feijão plantados com canas, na fazenda de Rangel de Barros, enquanto Manoel era proprietário de dois e meio alqueires.⁷⁰⁴ Outro caso semelhante é o de João Barbosa de Carvalho, do município de

⁷⁰¹ ESCRITURA de empréstimo e hipoteca de bens que faz o Tenente José Innocência Marcondes de Andrade, 22/06/1890, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷⁰² ESCRITURA de convenção que fazem o Capitão Domingos Marcondes de Andrade, Martiniano Alves da Rocha e a CECL, 12/03/1891, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷⁰³ ESCRITURA de dívida e penhor agrícola, 07/03/1888 e 18/12/1888, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷⁰⁴ ESCRITURA de dívida e penhor agrícola, 14/11/1887, 1º Ofício, Lorena, APL.

Cruzeiro, que se comprometeu a pagar o empréstimo de 340\$000, de 02 de Janeiro 1895, com as canas que plantaria nas terras de Saturnino Dias de Oliveira.⁷⁰⁵

Já tratamos do caso dos genros de João Baptista d'Araújo, que plantavam canas na propriedade dos sogros. José Honorato Pereira de Castro plantou oito alqueires de cana na Fazenda Campinho, de propriedade de sua mãe, e contratou seu fornecimento ao engenho.⁷⁰⁶ Nesses exemplos familiares, provavelmente, não se pagava o uso da terra, ficando a cargo destes usuários a organização e a contratação do trabalho para tocar a lavoura.

Nos casos dos fornecedores de terra alheia, citados acima, não aparece nas escrituras consultadas, o acordo feito para a exploração daquelas terras, mas, provavelmente, tratava-se da prestação de serviços nas lavouras dos proprietários daquelas, nesse momento de reorganização das relações de trabalho com o fim da escravidão.

Muitos desses empréstimos eram feitos para pagar os trabalhadores rurais, necessários para tocar a lavoura, em especial no momento do corte da cana e na colheita do café, que ainda era importante no município, no final do século XIX.

O contrato para o plantio de cana que fizeram José Joaquim Barbosa e Manoel Modesto Alves d'Oliveira nos mostra um grande exemplo das novas relações de trabalho desenvolvidas na lavoura de cana dos fornecedores lorenenses, após o fim do trabalho escravo. José Joaquim contratou Manoel Modesto para plantar dez alqueires de cana em sua propriedade do Bairro do Taboão, em 20 de Outubro de 1888, à razão de 80\$000 réis o alqueire. Manoel obrigava-se a entregar as canas limpas e maduras, podendo plantar cereais dentro do canavial, ficando com todo o produto desse plantio. Em troca, ficava obrigado a cortar e tirar a lenha existente, levando-a para onde o carro pudesse conduzi-la. Toda a lenha pertencia ao proprietário José Joaquim. Este obrigou-se a entregar as pontas de cana no lugar do plantio, cabendo a Manoel cercar o terreno do canavial para livrá-lo de animais.

Manoel já recebera, por conta do contrato, 80\$000 réis em mantimento e dinheiro, e mais 50\$000 em dinheiro, sete dias antes da assinatura desse contrato.

⁷⁰⁵ ESCRITURA de dívida e penhor agrícola, 02/01/1895, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷⁰⁶ ESCRITURA de dívida e penhor agrícola, 03/07/1888, 1º Ofício, Lorena, APL.

Manoel receberia mais 100\$000 até o final do mês, e os 570 mil réis restantes “receberá a proporção que for precisando para tocar a lavoura.”⁷⁰⁷ Apenas parte da renda de Manoel provinha do pagamento em dinheiro, como se observa, enquanto a outra parte era o resultado da plantação de cereais, o que garantia a subsistência da família. Dessa forma, José Joaquim livrava-se de maior gasto monetário, barateando os custos do trabalho e conseguia atrair mão-de-obra.

Foi a CECL quem forneceu os 800\$000 do contrato acima, pois, no mesmo dia, José Joaquim assinou hipoteca e penhor agrícola com aquela, no já citado contrato. A Companhia forneceu os 50\$000 passados a Manoel e abriu o crédito do restante, para José sacar quando necessário. Este hipotecou 26 alqueires de terra que possuía e penhorou o canavial de três alqueires já plantados para a safra de 1889, além dos 10 alqueires contratados a Manoel, para a safra do ano seguinte.⁷⁰⁸ Dessa maneira, a Companhia auxiliava os seus fornecedores a fazerem a transição do trabalho escravo ao livre, na lavoura canavieira da região, sem deixar de ganhar, é claro, os juros de sempre.

Como já apontamos em alguns casos acima, os fornecedores de cana não se restringiam ao município de Lorena. A existência da Estrada de Ferro São Paulo–Rio de Janeiro, à qual o engenho estava ligado, possibilitava o recebimento de cana dos municípios vizinhos e até de alguns mais distantes, como Pindamonhangaba e Resende. A Companhia também transportava matéria-prima pelo rio Paraíba, no qual estabeleceu um serviço de transporte com rebocadores a vapor, que operavam no trecho de Guaratingüetá - Cachoeira. A Companhia de Capivari chegou a comprar canas de outro município, dos seguintes lavradores de Piracicaba, em 1889, pagando 9\$000 o carro de 1.500 quilos: Pietro Pecoretti, 9 quartéis; Paolo Pasquale, 5; Antonio Faganello, 6; Antonio Faustino, 4; Francesco Sorocco, 5; Pietro Peralti, 4; Antonio Paulet, 9; Antonio Bacanelle, 4 e Virgílio Avi, 5. Os fornecedores se obrigaram a carregar as canas nos vagões da Companhia Ituana, no lugar mais apropriado, e o frete correria por conta da CECC.⁷⁰⁹

⁷⁰⁷ ESCRITURA de contrato para plantio de cana que faz José Joaquim Barbosa com Manoel Modesto Alves d’Oliveira, no valor de 800\$000, 02/10/1888, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷⁰⁸ ESCRITURA de dívida, obrigação e penhor agrícola, 20/10/1888, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷⁰⁹ Escritura de contrato de fornecimento de cana que entre si fazem a Companhia de Engenho Central de Capivari e Pietro Pecoretti e outros. 20/09/1889. Piracicaba, 2º Ofício, livro 52, fls 71-72.

A Companhia Paulista, proprietária de Porto Feliz, da mesma forma financiava a lavoura dos fornecedores e, em 1891, havia emprestado 42:963\$960 á lavoura, “como adiantamento aos fornecedores de canna do engenho.”⁷¹⁰ Isso não foi suficiente para gerar grande abastecimento de matéria prima, pois no ano seguinte o engenho estava definhando e funcionando muito irregularmente. “os fornecedores de canna estão desgostosos e não darão com que trabalhar o engenho”, relatou outro engenheiro fiscal, graças ao preço de 12\$000 por carro de 100 arrobas.⁷¹¹ Os dados das primeiras safras após a abolição mostram que os engenhos centrais de Porto Feliz e de Capivari operavam com quantidade bem abaixo de sua capacidade, indicando que não conseguiram estruturar, junto a seus fornecedores, abastecimento satisfatório de matéria prima para suas fábricas. Seria por causa da desestruturação do trabalho escravo nos canaviais que o engenho central de Capivari moeu apenas durante 33 dias, em 1888? Provavelmente. Os engenhos centrais de Piracicaba e Lorena obtiveram maior êxito, recebendo mais canas do que anteriormente.

CANAS MOIDAS NOS ENGENHOS CENTRAIS DE LORENA, CAPIVARY E PORTO FELIZ								
SAFRAS DE 1888-89 E 1890-91 (canas em quilos)								
	1888-89				1890-91			1891
	Capacida de 24 horas	Dias de Trabalho	Média diária	Canas moídas	Dias de trabalho	Média diária	Canas moídas	Canas moídas
Lorena	240 ton.	70	113.907	7.973.490	-	-	7.973.488	12.222.650
Capivary	200 ton.	33	75.824	2.502.192	52	78.781	4.096.612	5.960.050
P. Feliz	200 ton.	80	96.321	7.705.680	59	87.597	5.168.223	4.555.927

Safra de 1891 ainda não concluída.

Fonte: Relatório do engenheiro fiscal do 3º distrito de engenhos centrais Gervásio Pires Ferreira, em 08/01/1892.

Os problemas climáticos que atingiram os canaviais paulistas desorganizaram a lavoura dos fornecedores e a produção dessas Companhias de engenhos centrais, nas safras de 1893 e 1894. Os engenhos centrais de Porto Feliz e Capivari fecharam suas portas e a Companhia de Lorena se desestruturou, não conseguindo restabelecer o

⁷¹⁰ Relatório do engenheiro fiscal do 3º distrito de engenhos centrais Gervásio Pires Ferreira, em 08/01/1892.

⁷¹¹ Relatório do engenheiro fiscal do 3º distrito de engenhos centrais Jacy Monteiro, anexo ao Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Publicas, 1893, p. 10.

sistema de abastecimento montado com seus fornecedores para atender sua fábrica, até sua dissolução, em 1901. Os lavradores de cana desses municípios tiveram que reorganizar sua lavoura, produzindo açúcar ou aguardente, dentro da escala de ‘suas forças’.

A exceção ficou por conta da Companhia Niágara Paulista, que retomou e expandiu a produção, após as difíceis safras de 1893 e 1894, recorrendo aos fornecedores e à criação de colônias particulares, para a qual adquiriu terras. Essas não eram suficientes para seu abastecimento, completado com as lavouras dos fornecedores. Monte Alegre e Freitas, verticalizadas, retomaram a produção normal. O engenho central de Capivari foi seqüestrado pelo Banco Construtor de São Paulo, que o vendeu em seguida. Os novos proprietários adquiriram duas propriedades canavieiras para garantir abastecimento mínimo de seu engenho. A partir desse momento, na segunda metade do último decênio do século, reduziu-se a importância dos fornecedores particulares no abastecimento de matéria prima das Companhias de engenhos centrais paulistas.

O processo de verticalização da produção se acentuou com a entrada dos grupos franceses no setor, com as aquisições feitas, a partir de 1899. Nesse mesmo ano, no qual os franceses adquiriram os centrais de Piracicaba e Villa Raffard, a Societé de Piracicaba comprou a fazenda Santa Rosa, com 585 alqueires, casa de morada, casas para colonos, casas de máquinas com maquinismos de beneficiamento do café, serraria, monjolo, moinho, terreiro, pastos fechados, 140 mil pés de café, instrumentos de lavoura, animais de custeio, sendo 55 gado vacum, 14 burros e um cavalo, 2 carros arreador de bois, 1 carroção de 4 rodas um trolly, um carretão para transporte de madeira grossas, 5 carrocinhas, e outras benfeitorias e acessórios.⁷¹² Seria a principal propriedade e colônia da Companhia, responsável também pela produção de café da mesma fazenda.

Não deixou, no entanto, de receber canas de terceiros, como de Antonio Faganelli, fornecedor já há alguns anos, que obrigou-se a fornecer toda cana e lenha de

⁷¹² 03/12/1899 - Escritura de venda com clausula de hypotheca que fazem o Dr. Paulo de Moraes Barros e outros, á Companhia Sucrierie de Piracicaba. Piracicaba, 2º Ofício, livro 77, fls 57-59.

suas matas do sítio denominado cachoeira, mais 4 sortes de terras anexas.⁷¹³ Outros fornecedores tiveram suas terras arrendadas e transformadas em colônias, que discutiremos no capítulo seguinte.

O peso dos fornecedores externos era maior no abastecimento de Villa Raffard, também adquirido em 1899. Possuía a antiga Companhia apenas duas propriedades agrícolas, contando com grandes fornecedores, entre os quais o Dr. Albano do Prado Pimentel, dono da fazenda Itapeva, responsável pelo fornecimento de 2.536 toneladas de canas, em 1902. Outros lavradores forneceram 2.320 toneladas, no mesmo ano. A política dos novos proprietários, inicialmente, não foi de incentivar o plantio de canas pelos fornecedores externos, acreditando na produção das colônias organizadas em terras próprias e arrendadas.⁷¹⁴ Itapeva transformou-se numa espécie de filial do engenho central Villa Raffard. Em 1902, Albano Pimentel vendeu suas fazendas Itapeva e São Benedito para a Sociedade Anônima de Exploração Agrícola e Florestal de Itapeva, que se constituiu grande fornecedora do mesmo engenho central. Em 1903, J. Picard afirmou que Villa Raffard não poderia viver sem Itapeva, que era necessário que essa viesse a fornecer de 12 a 15 mil toneladas por ano, para complementar a quantia de matéria prima da empresa. Além de canas, fornecia ainda lenha. O canavial foi ampliado, nessas duas fazendas, nos anos seguintes e só São Benedito possuía 147 hectares, para o ano de 1904.⁷¹⁵

A política implantada pela Societé francesa que adquiriu o engenho central de Lorena, em 1901, com os fornecedores foi desastrosa para o abastecimento da fábrica, pois desorganizou as colônias particulares e afastou os fornecedores externos, justamente no momento em que a diretoria da Companhia dissolvida havia conseguido organizar, junto aqueles, um abastecimento acima de 10.000 toneladas. Nesse ano, a Societé de Lorena herdou uma safra de 10.247.000 quilos de canas, sendo 6.652.000 de fornecedores particulares, 64,92%. O grau de divisão entre os setores agrícola e industrial era maior em Lorena e em Villa Raffard. No ano seguinte, no entanto, a

⁷¹³ Escripura de divida hypotheca que passam, a Antonio Faganelli e sua mulher a Companhia Sucrierie de Piracicaba, na quantia de 18:857\$740. 14/02/1900. Piracicaba, 2º Ofício, livro 77, fls 71-72.

⁷¹⁴ J. Picard. Op. Cit., p. 72.

⁷¹⁵ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 37-38.

quantidade de canas moídas baixou a 5.351.406 quilos, quase toda, isto é, 4.440.889, dos fornecedores externos.⁷¹⁶

Nos dois anos seguintes, a moagem girou em torno de 5.000 toneladas de canas, diminuindo ainda mais a produção de fornecedores particulares. Picard explicou que a causa dessa decadência residia, “em primeiro lugar, na incerteza dos colonos quanto ao seu próprio futuro porque não se quer fazer com eles contratos a longo prazo; e depois, na suspensão dos adiantamentos.”⁷¹⁷ Em 1903, o administrador da Sucrerie loreense, Monsieur Lombard, recebeu ordens de Paris para plantar 300 hectares de canas nas terras da Companhia, mas o plantio já foi feito após o melhor momento para tal. Se os franceses tivessem conhecimento um pouco melhor da realidade local não teriam passado pelos problemas iniciais para abastecer sua nova fábrica com a matéria prima necessária para a dimensão dos seus maquinismos. Sawyer escreveu que “elles apertaram os colonos e os fornecedores de um modo tal, reduzindo o preço das canas abaixo do razoavel, que por fim elles chegaram a não ter quase nem fornecedores nem colonos.”⁷¹⁸ Para a safra de 1905, esperava-se 10.000 toneladas de cana.

A transferência de propriedade não teve nenhum impacto com fornecedores, em Porto Feliz, pois esses já não existiam e o engenho central estava desativado. A Companhia, para colocar a fábrica em condições de produzir, comprou um antigo engenho, construiu uma pequena ferrovia e verticalizou a produção. Porto Feliz constituiu o exemplo máximo de verticalização da produção, no período aqui estudado, dos quatro engenhos centrais que surgiram vinculados à política de separação dos dois setores.

Diferentemente dos engenhos centrais Monte Alegre e Freitas, o pequeno Indaiá do engenheiro Augusto Ramos, inaugurado em 1898, foi projetado para operar com canas de fornecedores. O engenho, no entanto, teve dificuldade no suprimento de matéria prima, pois “foi mal collocado sob o ponto de vista da cultura ou da compra das canas, posto que muito bem situado para o escoamento dos productos.” Mesmo fazendo o “possível para obter canas, pagando preços altos e fretes elevados”, Augusto

⁷¹⁶ J. Picard. Op. Cit., p. 88.

⁷¹⁷ J. Picard. Op. Cit., p. 91.

⁷¹⁸ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 47. J. Picard. Op. Cit., p. 89.

Ramos não conseguiu regularizar o abastecimento suficiente para sua nova indústria, e a seca e geada de 1902-03 levaram o proprietário a falência.⁷¹⁹

A fazenda de 1.200 hectares voltou para o domínio de seu antigo proprietário, agora dotada do pequeno engenho central, Coronel Francisco Pereira Leite Ribeiro. Em 15 de julho de 1904, esse senhor havia trabalhado 1.578 toneladas de canas, pagando aos agricultores vizinhos de 17\$000 a 18\$000 por carro de 1.500 quilos, ou seja, até 12\$000 por tonelada de canas. Havia alguns hectares de canas na fazenda e o proprietário estava negociando fornecimento de canas de um plantador na estação Engenheiro Brodowski, distante 106 km, oferecendo-lhe uma saca de 60 quilos por carro de 1.500 de canas, ou 40 por tonelada. Sawyer acreditava que esses eram os preços e a distância extrema que possibilitavam a operação.⁷²⁰ Essa unidade estava fechada, no final da primeira década do século.

Todos os outros engenhos centrais que surgiram após o Indaiá foram implantados em grandes propriedades, com produção integrada. O engenho Monte Alegre, que foi ampliado sob o controle Costa Carvalho, supria-se de sua própria fazenda, mas se oferecia para comprar canas de terceiros, pelo jornal da cidade. Em julho de 1903, anunciou: “CANNA: o engenho Central de Monte Alegre compra e paga a vista toda a canna madura posta a sua porta á razão de 15\$000 o carro de 1.500 kilos.”⁷²¹ Não era o único. Em 1904, os proprietários que estavam instalando o Engenho Central Esther, em Campinas, fizeram publicar uma brochura fazendo propaganda do seu futuro engenho, aos lavradores proprietários da Zona da Estrada de Ferro Funilense, à qual o dito engenho estava ligado. A Empresa comprometia-se a comprar, a partir de junho de 1905, as canas postas nos vagões daquela linha férrea, ao preço de 8\$000 a tonelada.⁷²²

No primeiro decênio do século XX, consolidou-se a produção integrada no moderno setor da agroindústria açucareira de São Paulo, a exemplo das engenhocas aguardenteiras e dos engenhos semi mecanizados produtores de açúcar, com um pequeno grupo de proprietários possuindo grandes canaviais para serem esmagados em suas fábricas. Algumas delas moíam canas de fornecedores particulares, mas a maior

⁷¹⁹ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 55.

⁷²⁰ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 55-56.

⁷²¹ Gazeta de Piracicaba de 11 de julho de 1903.

⁷²² Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 58.

parte da matéria prima processada por elas provinha da ou das propriedades agrícolas de pertencentes as mesmas Companhias ou pessoas detentoras dos engenhos centrais.

CAPÍTULO 10 - AQUISIÇÃO DE TERRAS E CRIAÇÃO DE COLÔNIAS PARTICULARES

Colônias, aqui tratadas, são as fazendas organizadas pelas Companhias açucareiras, em terras próprias ou arrendadas, para a produção de canas para o abastecimento dos engenhos centrais, como também as unidades verticalizadas que criaram colônias de trabalhadores livres para o trabalho na lavoura canavieira. Vários fornecedores de maior porte criaram colônias em suas propriedades canavieiras, com o fim do trabalho escravo; esses foram tratados como fornecedores particulares, no capítulo anterior. As colônias estabelecidas pelas várias Companhias e proprietários de engenhos centrais apresentaram especificidades referentes às relações de trabalho.

A criação dessas colônias teve início em 1884, com a inauguração do engenho da The São Paulo Central Sugar, em Capivari. Imbuído das idéias imigrantistas, seu diretor gerente, Henri Raffard, logo procurou desenvolver colônias baseadas no trabalho familiar de imigrantes para fornecer canas para a nova fábrica. Em agosto desse ano, a Companhia comprou a fazenda Cachoeira, do Desembargador Bernardo Gavião Peixoto, pela quantia de 50 contos de réis, para esse fim.⁷²³

No mês seguinte, a Companhia arrendava partes dessa propriedade para colonos tirolezes, que residiam no termo de Piracicaba. O primeiro a assinar contrato com a Companhia foi José Ferracini, que recebeu 30 quartéis de terras próprias para canas e três quartéis para mantimentos. No dia seguinte foi a vez de Pietro Belizario, 18 quartéis de terras para cana e dois para mantimentos, e Lorenzo Bazzarelle, 30 quartéis de terras para lavoura de canas e 3 para mantimentos, igual a José Ferracini. A Companhia obrigava-se a fornecer mais terras para o plantio de canas, se o contratante mostrasse forças para tanto, como as pontas para o primeiro plantio de 15 quartéis da mesma, o transporte da cana na via férrea e pagar 14.000 por 1.500 kg, fornecer moradia para a

⁷²³ Escritura de compra e venda de huma fazenda denominada Cachoeira, neste termo que entre si fazem e o desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto e sua mulher a Companhia que tem como titulo The S. Paulo central sugar factories of Brazil, limited, representada pelo seu Director gerente Henri Raffard, pela quantia de 50:000\$000. 24/08/1884. Capivari, 1º Cartório, livro 25, fls 119-122.

família. Os obrigavam-se a preparar a terra, plantar, cuidar, cortar e entregar na via férrea da Companhia.⁷²⁴

O quarto a firmar contrato foi Martinho Felix Demaret Jr., cuja família se comprometeu a plantar 20 quartéis de cana para a safra de 1886 e o quanto mais puder para os anos seguintes. A Companhia compraria as canas na quantidade que esses produzirem, fornecendo 10\$000 por quartel plantado. Esse arrendamento valeria até 1889.⁷²⁵ Dois dias antes da assinatura desse arrendamento, o jornal do município vizinho noticiou a criação dessa colônia, ocupada por várias famílias de tirolezes, no total de 26 pessoas.⁷²⁶

Dessa forma, a Companhia era proprietária da fazenda, mas não desenvolvia, ela própria, a lavoura da cana, que ficava a cargo dos colonos. A terra lhe pertencia, a lavoura não. A Companhia comprava as canas desses colonos, dentro de determinadas condições estabelecidas. Se já existia a questão da posse do engenho central para o processamento da cana e da lavoura, agora colocava-se a questão da posse da terra e da produção da matéria prima.

Já apontamos anteriormente a preocupação do Conselho Fiscal da Companhia de Lorena, formado pelos senhores Visconde de Moreira Lima, Theophilo José Antunes Braga e Domingos Marcondes d'Andrade, em relação ao abastecimento de sua fábrica, após a primeira safra. O mesmo conselho propôs que a solução para aumentar o suprimento de cana à Companhia, seria esta desenvolver grandes plantações, como escreveram no mesmo parecer. Em 14 de Agosto de 1886, reunidos em Assembléia Extraordinária, os acionistas aprovaram os novos Estatutos da Companhia, em substituição ao primitivo Estatuto de 1883. Nele já constava, como atividade fim da Companhia, além da fabricação dos derivados de cana, o cultivo desta por conta própria, conforme o estabelecido no parágrafo seguinte.

⁷²⁴ Escripura publica de arrendamento de terra que entre si fazem a Companhia que tem como titulo The S. Paulo central sugar factories of Brazil, limited e sr. José Ferracini. 06-09-1884, fls 139-141. Escripura (...) sr. Pietro Belizario. 07-09-1884, fls 141-142. Escripura (...) sr. Lorenzo Bazzarelle. 07/09/1884, fls 143-144. Capivari, 1º Cartório, livro 25.

⁷²⁵ Escripura publica de arrendamento de terra que entre si fazem a Companhia que tem como titulo The S. Paulo central sugar factories of Brazil, limited e sr. Martinho Felix Demaret Jr.. 16-09-1884. Capivari, 1º Cartório, livro 25, fls 149-151.

⁷²⁶ Gazeta de Piracicaba de 14 de setembro de 1884.

“O cultivo da Canna de assucar por conta propria, adquirindo para este fim as terras precisas, por meio de compra ou arrendamento, estabelecendo colonos e adiantando dinheiro a juro modico aos cultivadores, de conformidade com a clausula 4^a do Decreto nº 8.098 de 21 de Maio de 1881.”⁷²⁷

A CECL começou a plantar cana por conta própria em Janeiro de 1886, após o término da primeira safra. Para o ensaio experimental, aproveitou-se os terrenos adjacentes ao engenho, comprados em 1883 para a sua construção. A importância dessa plantação não estava na quantidade de matéria-prima a ser produzida, pois era pequena a terra cultivada, mas na experimentação científica das variedades de canas. A experiência seria acompanhada pelo engenheiro fiscal do Governo, o engenheiro agrônomo Luiz Monteiro Caminhoá, como escreveu em seu relatório de 1886.

“Vamos começar este anno, perto do engenho, o ensaio de cultura das differentes especies e variedades de cannas cultivadas, de modo que, attendendo-se á composição do solo, á acção dos agentes atmosferico e á applicação de diversos estrumes ao alcance da lavoura na localidade, como os residuos dos filtros, a cal, os estrumes de estrebaria, o bagaço decomposto, os ossos, etc, se possa determinar, mais tarde, quaes as especies mais apropriadas áquela zona, e os estrumes que, augmentando o desenvolvimento da canna, dêem a este vegetal maior somma de saccharose.”⁷²⁸

Depois dessa plantação, o engenheiro fiscal pediu mais sementes, principalmente das espécies kavangir, lousier, reino e poudre d'or. Como a cana leva 18 meses para sua maturação, essa experiência daria resultado para a safra de 1887. Nas duas safras anteriores, a CECL operou apenas com canas de terceiros. Dessa plantação experimental, a Companhia colheu 627.966 kg de cana, 9,40% do total da matéria-prima industrializada na safra de 1887.⁷²⁹ O dado mostra que, em seus primeiros anos, a

⁷²⁷ Estatutos da Companhia Engenho Central de Lorena, aprovado pelo Decreto 9.774, de 25 de Agosto de 1887, Art. 3, § 2º. CLB.

⁷²⁸ Relatório do engenheiro fiscal do 3º Distrito de Engenhos Centrais Luiz Monteiro Caminhoá, apresentado ao MACOP, em 1886, p. 21.

⁷²⁹ Relatório apresentado à Assembléia Geral do Acionistas, na Sessão Ordinária de 29 de Julho de 1888, Anexo 3. APL.

Companhia operava basicamente o setor industrial. Os trabalhos agrícolas, especialmente o corte da cana, dessa pequena plantação provavelmente foram realizados pelos trabalhadores temporários contratados para os meses da moagem.

Quatro anos depois da experiência de Henri Raffard, teve fim o trabalho escravo nas lavouras, levando as outras Companhias açucareiras à criação de colônias agrícolas, a exemplo do que já faziam os cafeicultores. Em Piracicaba, em 1888, o engenho central foi adquirido pelo Barão de Rezende, conforme apontado. O mesmo o integrou à sua propriedade agrícola canavieira, a Fazenda São Pedro, de 120 alqueires, onde se localizava o dito engenho. Era possuidor também de outras duas fazendas, Santa Lídia e São Luis, a 12 e 15 km do engenho. Todas já forneciam canas à Companhia dissolvida. Nesse ano, o Barão reorganizou a produção do seu engenho e o trabalho em suas propriedades, com a alocação de colonos.

Algo não estava correndo muito bem entre o Barão e seus colonos da Fazenda São Pedro, pois parece que esses pensaram em negociar as canas que eram para o fornecimento do engenho central do Barão com terceiros. O fato fez o mesmo Barão publicar o seguinte aviso, no jornal local.

“ENGENHO CENTRAL

Fazenda São Pedro: Consta-me a intenção de negociarem-se as cannas plantadas nesta Fazenda, para fornecimento do E. C. : para que ninguém allegue ignorância, faço publico que o aforamento das minhas terras é feito nas seguintes condições:

1º Só poderão os colonos ou foreiros plantar cannas, salvo os gêneros alimentícios comuns, e conjuntamente tratados.

2º Taes cannas deverão ser fornecidas para o E. C., sob pena de:

1º imediato despejo;

2º indenização ao E. C. pelos prejuízos casados relativamente a quantidade de canas extraviadas.”⁷³⁰

⁷³⁰ Gazeta de Piracicaba de 28 de agosto de 1889.

Os colonos tinham o direito de plantar gêneros alimentícios nos corredores dos canaviais, mas eram obrigados a venderem a canas ao engenho central do Barão de Rezende, proprietários das terras aforadas. As propriedades do Barão não conseguiam suprir seu engenho de matéria prima, mas deu início ao processo de concentração de terras dos proprietários do setor fabril, verticalizando a produção.

Também a fazenda Monte Alegre, dotada de engenho central, teve que migrar da senzala para a colônia, em 1888, para continuar fabricando açúcar e aguardente. Dias após comprarem a fazenda, os novos proprietários publicaram o seguinte anúncio no jornal local, em busca de trabalhadores para a safra: “na Fazenda de Monte Alegre precisa-se de empreiteiros para cortar canna, para tratar na mesma Fazenda.”⁷³¹ Nos anos seguintes, organizaram a colônia agrícola para os diversos trabalhos na lavoura própria da nova sociedade. Foram publicadas na mesma gazeta as condições para aqueles que quisessem fazer parte da nova fase da antiga fazenda Monte Alegre: “Precisa-se de empreiteiro para plantar canna na Fazenda Monte Alegre. Paga-se 140\$000 por quartel com a obrigação de dar a canna cortada e dá-se casa de moradia, pasto e terra para o plantio de mantimentos.”⁷³² Em Monte Alegre, manteve-se a produção completamente integrada, na qual os proprietários detinham as terras, a fábrica e a lavoura, desenvolvendo o colonato clássico, cujo colono recebia parte da remuneração em moradia, terras para plantio e pasto, além da parte monetária por determinada tarefa. Os engenhos centrais de Piracicaba e o de Monte Alegre seguiram caminhos diferentes.

Em Dezembro de 1888, a Companhia de Lorena começou a comprar terras para a criação de colônias particulares nos moldes dos Núcleos Coloniais oficiais, através do parcelamento da propriedade em lotes de cerca de 10 hectares para a exploração familiar. A primeira propriedade comprada para o desenvolvimento da lavoura canavieira foi o sítio de D. Anna Felizarda do Nascimento, de seu filho Claudino Ferreira Leme e do genro Nicomedes Ricardo de Oliveira, casado com Maria Eugenia do Nascimento. Todos eram herdeiros do finado José Ferreira Leme, fornecedor de cana desde a primeira safra. O sítio, no Bairro de Santa Cruz, media 22 alqueires de planta de milho, sendo 50% da viúva, existindo neste, casas, benfeitorias e um engenho de cana. A propriedade localizava-se às margens da linha férrea de Santa Lucrécia, pela qual a

⁷³¹ Gazeta de Piracicaba de 28 de julho de 1888.

⁷³² Gazeta de Piracicaba de 6 de novembro de 1890.

Companhia pagou 6:100\$000.⁷³³ Em Março do ano seguinte, a Companhia trocou uma parte dessa terra, de 6,5 alqueire, por outra de 7,5 alqueires, junta e intercalada ao seu sítio, pertencente a Manoel da Silva Novais, pagando pela permuta 800\$000.⁷³⁴

Em Janeiro de 1889, um mês após à primeira compra, a CECL fez aquisição de outra parte de terra, também de herança, ao Alferes Antonio Joaquim Barbosa e esposa. O casal herdou a quinta parte da fazenda do aterrado de D. Francisca Maria de Jesus, sogra de Antonio, vendendo à Companhia 33 alqueires de 100 braças por 80, por 4:550\$000. O valor total da transação, somadas a terça parte das casas e as benfeitorias, chegou a 6:600\$000. O Alferes e sua família eram fornecedores de cana.⁷³⁵ O casal Antonio Joaquim Barbosa e Maria Lina faleceu no decorrer do ano de 1889, deixando a propriedade para seus filhos Joaquim Barbosa e Anna Maria Barbosa, e o genro Pedro Alexandrino. Estes venderam 16 alqueires de terra da citada fazenda do Aterrado à CECL, pelo valor de 1:400\$000.⁷³⁶

Feitas as primeiras aquisições, a CECL mandou construir 25 casas para “moradia de colonos”, no Largo do mercado, em Fevereiro de 1889. Contratou para a obra o empreiteiro Constantino Baldino, que se obrigou a entregá-las até 31 de Maio. Pagou a Companhia 460\$000 por cada casa, totalizando 11:500\$000. Essa obrigou-se a fornecer todo o material da obra e a fornecer o dinheiro preciso para pagamento das ‘férias’ dos operários, cujas folhas serão apresentadas e visadas pelo Engenheiro da Companhia, ficando o restante do pagamento para depois das obras concluídas e entregues.⁷³⁷

As terras compradas à família de D. Anna do Nascimento foram divididas em treze lotes, dando origem à primeira colônia particular da Companhia, denominada Santa Cruz, cuja área total somava 1.315.230m². Esta colônia estava avaliada em 6:500\$000.

⁷³³ ESCRITURA de venda de um sítio, terras e benfeitorias, no Bairro de Santa Cruz, que fazem D. Anna Felizarda do Nascimento, Claudino Ferreira Leme e Nicomedes Ricardo de Oliveira e sua mulher, a CECL, 12/12/1888, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷³⁴ ESCRITURA de permuta de imóveis no Bairro de Santa Cruz, que fazem a CECL com Manoel da Silva Novais e sua mulher, 02/03/1889, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷³⁵ ESCRITURA de venda de partes de terras, casas e benfeitorias, na fazenda do aterrado, 08/01/1889, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷³⁶ ESCRITURA de venda de parte de terra que fazem Joaquim Barbosa Sobrinho, Pedro Alexandrino dos Santos e Mulher, à CECL, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷³⁷ ESCRITURA de contrato para fatura de prédios que faz a CECL, com Constantino Baldino, 16/02/1889, 1º Ofício, Lorena, APL.

A colônia do Aterrado, organizada nas terras compradas à família de Antonio Joaquim Barbosa, media 1.679.073m² e estava dividida em 16 lotes de 10 hectares cada. Estava avaliada em 8 contos de réis, o que dava 500\$000 por lote. Foram as primeiras e as menores colônias particulares da CECL. As moradias para as primeiras famílias de colonos foram construídas na cidade, não nos lotes das respectivas colônias, nas quais existiam algumas casas. Residindo na cidade, perto do engenho, portanto, poderiam esses colonos trabalharem também nos cuidados e no corte da cana dos terrenos adjacentes à fábrica.

Nacionais e estrangeiros foram instalados nas colônias, pois o que interessava à Companhia era a existência de mão-de-obra para a lavoura canavieira. Em 1889, doze famílias italianas foram alocadas na primeira colônia da Companhia. Além de cana, as famílias plantavam artigos de subsistência como feijão, arroz e milho.⁷³⁸ A Companhia não plantava a cana por conta própria, mas passava essa tarefa para os colonos.

Em Março do ano seguinte, Antonio e Adelaide Bellini transferiram a responsabilidade sobre o lote e o empréstimo que receberam da CECL, ao casal Dario e Lucia Martinelli. A dívida de empréstimo era de 328\$000, provenientes de gêneros alimentícios e dinheiro para o custeio da lavoura, fornecidos pela Companhia. A família Bellini fez plantações de cana, feijão, milho e arroz, que ficaram sob a responsabilidade dos novos colonos. Obrigavam-se a fornecer a cana ao engenho, para pagamento da dívida e, se necessário, vender a roça para completar o montante devido.⁷³⁹ Os colonos, dessa forma, não plantavam apenas cana, mas também os gêneros da alimentação diária, o que era contrário à produção exclusiva daquela matéria-prima, como “cientificamente” defendia o engenheiro fiscal.

A colônia do Aterrado, ao que tudo indica, teve sua parte ocupada por brasileiros do próprio Bairro, inclusive o ex-proprietário Nicomedes Ricardo de Oliveira, que com sua mulher, ocupou dois lotes daquela. O casal comprou à Companhia, em 1895, dois lotes nesta colônia, os quais já ocupavam.⁷⁴⁰

⁷³⁸ José Geraldo Evangelista, *Lorena no Século XIX*, p. 204.

⁷³⁹ ESCRITURA de cessão de transferência e obrigação que passam Antonio Bellini e sua mulher a Dario Martinelli e mulher, 26/03/1890, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷⁴⁰ ESCRITURA de venda de dois lotes de terra na colônia do Aterrado que faz a CECL a Nicomedes Ricardo de Oliveira, 10/06/1895, 1º Ofício, Lorena, APL. Por vários anos, Nicomedes Ricardo apareceu com relações comerciais com a CECL, seja de empréstimo, compra e venda de terras ou fornecimento de cana, até o último ano de operação da Companhia.

Ainda em 1889, a Companhia adquiriu terras de propriedade da Sociedade João Baptista de Araújo & Genros, fornecedores de cana, como já apontamos anteriormente. Tal Sociedade não conseguiu pagar a dívida de 5:800\$000 réis, contraída nos anos de 1888 e 1889. Como pagamento, entregou o sítio do Bairro do Retiro, de oito alqueires em pasto, no valor de 960\$000; e 18 alqueires de terra no valor de 2:700\$000, além de casas e um engenho, no valor de 200\$000 e 11 alqueires de planta de feijão plantados com cana, avaliados em 1:100\$000. O patrimônio entregue somou 4:960\$000 réis, restando 840\$000 da dívida, assumida por João Baptista. Sobre a cana plantada, contrataram as duas Sociedades:

“A outorgada vai mandar beneficiar as cannas plantadas existentes no sítio e por esta escriptura entregues no valor de 1:100\$000 e opportunamente as recolherá ao seu Engenho pelo preço que pagar aos fornecedores em geral, permittindo, abatido o beneficiamento das cannas, custo e transporte da mesma creditar o excedente se houver, em conta dos 840\$000.”⁷⁴¹

Foi modesta a política de compra de terras e organização de colônias, realizada pela Companhia, no fim da década de 1880, desempenhando pequeno papel no conjunto da produção da matéria-prima. O aumento da quantidade de cana moída provinha do aumento da lavoura dos fornecedores particulares e do Núcleo das Cannas. À Companhia, cabia o papel de reorganizar o trabalho, dividindo a propriedade e organizando o trabalho familiar, pois essa tinha mais recursos para tanto, inclusive os recursos do pagamento de juros pelo Governo. Provavelmente, foi o fim do trabalho escravo que levou esses agricultores a venderem suas terras.

A Companhia de Engenho Central de Capivari, sucessora da The São Paulo Central Sugar, fez o inverso da Companhia lorenense, anulando a compra da fazenda Cachoeira, feita pela antiga Companhia inglesa, em 1889. Tal fazenda retornou às mãos do Desembargador Gavião Peixoto, conforme o acordo feito para a organização da nova Companhia, cujos acionistas quiseram seguir sem a produção integrada de matéria

⁷⁴¹ ESCRITURA de venda no Bairro do Retiro que fazem João Baptista de Araujo & Genros e mulheres, com a CECL, 18/11/1889, 1º Ofício, Lorena, APL.

prima.⁷⁴² A mesma política seguiu a Companhia de Porto Feliz, organizada em 1888. Ambas não adquiriram propriedades agrícolas, diferentemente dos outros produtores de açúcar do Estado. No caso de Capivari não era necessário, pois os acionistas eram também seus grandes fornecedores, donos de grandes propriedades e de lavouras de canas. O caso do diretor da Companhia, Albano do Prado Pimentel, mostra bem isso: em agosto de 1891, vendeu mais de 130 quartéis de canas ‘a ponto de moer’ e mais três lenheiras de suas duas fazendas à Companhia que dirigia.⁷⁴³

Em 1890, o Barão de Rezende arrendou o sítio algodoal, do ex-acionista e fornecedor João Batista da Rocha Conceição, transformando-o em uma colônia agrícola canavieira. A Companhia Niágara Paulista, incorporada em 1891, detentora do central de Piracicaba, renovou o arrendamento, em 1894, por mais cinco anos. O proprietário receberia cinco contos de réis anuais, durante o período, a contar de 22 de janeiro de 1895. Parte das terras se achava arrendada a colonos, devendo a Companhia respeitar esses contratos.⁷⁴⁴

Com o arrendamento de terras para a criação de colônias, no caso aqui já existente, a Companhia criava algo novo em relação à posse da terra e da lavoura fornecedora de canas. Neste caso, a Companhia não possuía nem a terra nem a lavoura, pois esta pertencia aos colonos, que arrendavam, por sua vez, lotes daquela propriedade, obrigando-se a fornecerem a produção de cana à Companhia Niágara. Esta atuava como intermediária entre proprietário e colonos, financiando a produção e garantindo maior suprimento de matéria prima.

Ainda em 1894, a fazenda Monte Alegre, de 849 ½ alqueires, e seu engenho central foram vendidos Antonio de Almeida Rocha e Francisco de Paula Bueno. Na propriedade, além dos grandes maquinismos para a moagem e fabricação de açúcar e aguardente, casa de morada, casa de máquinas, outras benfeitorias, além de culturas de cana e café existiam as casas para colonos, benfeitorias sempre encontradas nas grandes

⁷⁴² 07/09/1889 – Escripura de anulação de venda da Fazenda denominada Cachoeira, que faz o Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto, como abaixo se declara. Capivari, 1º Ofício, Livro 37, fls 25-26.

⁷⁴³ 22/08/1891 - Escripura de compra e venda de cannas e lenheiras que fas o Doutor Albano do Prado Pimentel a Companhia Engenho Central de Capivary, pela quantia de 43:000\$000. Capivari, 1º Ofício, livro 40, fls 30-31.

⁷⁴⁴ Escripura de aforamento de terras do Sítio Algodoal, que fazem o Dr. João Batista da Rocha Conceição e sua mulher á Companhia Niagara Paulista no valor de 25:000\$000. 08/01/1894. Piracicaba, 2º Ofício, livro 59, fls 48-49.

fazendas, após o fim da escravidão. A exemplo da fazenda Santa Lydia, incorporada pela Companhia Niágara, esta propriedade produzia café, além das canas para o engenho. Não sabemos, nesse momento, se a lavoura ficara a cargo dos colonos, no sistema de colonato, ou se por conta dos proprietários.⁷⁴⁵

Em Lorena, a aquisição das maiores propriedades e, por consequência, a organização das maiores colônias particulares, ocorreu nos anos de 1892 e 1893, quando a Companhia resolveu organizar a produção de cana em grande escala. Ao findar esse primeiro ano, a Companhia já adquirira terras no valor de 110 contos de réis. Na exposição que fez o diretor da Companhia Arlindo Braga ao Banco da República do Brasil, solicitando empréstimo de 1.000 contos de réis, em fevereiro de 1893, escreveu sobre essa nova política da Companhia.

“No intuito de vencer as dificuldades que tem tido para alcançar quantidade de canna relativa á capacidade de seus machanismos, tem a Companhia fundado pequenas colonias na margem de sua linha ferrea agricola Santa Lucrecia, e está actualmente com trabalho de medição e divizão em lotes de terrenos na margem da mesma linha, e na linha fluvial estabelecido pela empreza para transporte de canna pelo rio Parahyba.”⁷⁴⁶

Após esse pedido, confiante que estava no empréstimo, a Companhia fez outras aquisições de terras e fundou novas colônias. O empréstimo, entretanto, não foi efetivado, o que gerou novo pedido do diretor da Companhia, em 15 de Janeiro de 1894, no qual constava o seguinte:

“E tanto esta Companhia contava com o auxilio autorizado em lei, que, após seu requerimento, que foi dos primeiros, (8 de Fevereiro de 93), fez aquisição de propriedades agricolas, que lhe assegurassem o suprimento de canna correspondente á capacidade do seu machinismo, e por egual augmentou na

⁷⁴⁵ Escriptura de venda que fazem Joaquim Rodrigues do Amaral e sua mulher de uma Fazenda neste município a Antonio de Almeida Rocha e Francisco de Paula Bueno, pela quantia de 300:000\$000. 18/07/1894. Piracicaba, 2º Ofício, livro 62, fls 1-2.

⁷⁴⁶ Exposição do diretor da CECL Arlindo Braga, Relatório do Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, 1895, Anexo 4, p. 105. A N.

proporção do dobro o seu material rodante e fluctuante para as linha ferreas e fluvial.”⁷⁴⁷

Com as aquisições desses anos, o ativo em terrenos, propriedades rurais e as casas, que ao final ficaram para moradia de operários, atingiu 262:766\$236, no balanço de 30 de Junho de 1894. No geral, a Companhia criou seis colônias, totalizando 160 lotes. Duas delas, Porto do Meira e Mondésir, fora da área servida pela ferrovia agrícola de Santa Lucrécia.⁷⁴⁸

A colônia Porto do Meira foi organizada à margem do Rio Paraíba, em terras que pertenceram a Porfírio José Monteiro e outros. Media 5.425.000m², divididos em 45 lotes de 10 hectares e uma casa coberta de telhas. Estava avaliada em 50 contos de réis. O transporte da cana nela colhida era feito pelos vapores da Companhia, como o era das outras propriedades ribeirinhas que forneciam matéria-prima ao engenho, num raio que abrangia de Guaratinguetá a Cachoeira.

Mondésir era menor, com seus 217 hectares divididos em 26 lotes, tendo a sede 7 hectares e boa casa construída recentemente. Estava avaliada em 41:750\$000 e fora organizada em terras que pertenceram a Carlos Coelho de Castro, fornecedor de cana desde 1887. Segundo o engenheiro fiscal Jacy Monteiro, quatro lotes não foram contados, “que já se achavam entregues antes de proceder-se á medição.”⁷⁴⁹

Mais duas colônias foram criadas em Santa Lucrécia. A maior delas (Matto Dentro), continha área de 508 hectares, 20 ares, sendo 282,2 em capoeiras e matas, 174,5 em terras cultivadas, 19,5 em cafezais e o resto em pasto. Desse total, 489,3 hectares estavam divididos em 43 lotes. Estas terras foram compradas a Zeferino Joaquim Simões e filhos e a colônia estava avaliada em 57:500\$000, na qual existia um engenho e um cafezal.

⁷⁴⁷ Exposição do diretor da CECL Arlindo Braga, Anexo 4 (2º), p. 106.

⁷⁴⁸ Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º Distrito de Engenhos Centrais Eurico Jacy Monteiro, 1895, Anexo 3, p. 103. A N. ESCRITURA de dívida com hipoteca de bens que faz a CECL ao Barão de Castro, 15/06/1895, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷⁴⁹ Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º Distrito de Engenhos Centrais Eurico Jacy Monteiro, 1895, Anexo 3, p. 103. A N.

COLÔNIAS AGRÍCOLAS DA C. E. C. LORENA		
Área em m ²	N. lotes	Avaliação
1º - COLÔNIA DE SANTA CRUZ		
1.315.230	13	6:500\$000
2ª - COLÔNIA DO ATERRADO		
1.679.073	16	8:000\$000
3ª - COLÔNIA DO PORTO DO MEIRA.		
5.425.000	45	50:000\$000
4ª - COLÔNIA SANTA LUCRÉCIA (TABOÃO).		
186 hectares	17	32:800\$000
5ª - COLÔNIA MONDÉSIR		
217 hectares	26	41:750\$000
6ª - COLÔNIA DE SANTA LUCRÉCIA (MATTO DENTRO).		
508 hectares e 20 ares	43	57:500\$000.

Fonte: Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º Distrito de Engenhos Centrais Eurico Jacy Monteiro, 1895, Anexo 3, p. 103. A N.

Parte do empréstimo pretendido, no início de 1893, era para promover a colonização e desenvolver a cultura da cana nessas novas colônias. O pedido da Companhia, no entanto, não foi atendido, atrasando o florescimento das mesmas. Para piorar a situação, as colônias foram organizadas no pior momento para a lavoura de cana na região, quando a geada prejudicou seu bom andamento, causando as piores safras do engenho, nos anos de 1893 e 1894.

Além das propriedades transformadas em colônias, a CECL adquiriu seis chácaras no município, entre as quais a do Largo do Mercado, que continha 26 casas para operários. A maior delas pertenceu a Anacleto Monteiro, medindo 183 hectares e 92 ares, contendo oito pequenas casas. Valia 50 contos de réis e as seis estavam avaliadas em 171:500\$000. Em Fevereiro de 1895, as colônias agrícolas da Companhia foram avaliadas em 196:550\$000 e as chácaras e terrenos 183:500\$000 réis.⁷⁵⁰

Esse patrimônio em terras não resultou em grandes canaviais, já que a Companhia não conseguiu desenvolver as colônias, pois lhe faltou recurso para isso. O engenho moeu maior quantidade de canas antes de comprar propriedades agrícolas,

⁷⁵⁰ Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º Distrito de Engenhos Centrais Eurico Jacy Monteiro, 1895, Anexo 3, p. 104. A N.

quando trabalhava basicamente com matéria-prima de terceiros. A CECL, durante as duas décadas de sua existência, não conseguiu criar uma produção agrícola baseada no sistema do colonato nem conseguiu desenvolver a contento a produção integrada, verticalizando a produção, graças a sua desestruturação financeira, a partir de 1893. Essas aquisições representaram grandes gastos sem resultado correspondente que justificasse tal investimento.

Avaliando o que ocorreu com a Companhia, nas duas péssimas safras de 1893 e 1894, escreveu o engenheiro fiscal Jacy Monteiro, a respeito da plantação de cana por conta própria:

“Sei perfeitamente que são precárias as condições actuaes de nossa industria e que o Engenho Central de Lorena tem luctado como todas as outras, muitos dos quaes não pouderam resistir e estão fechados. E desde muito tempo que essa Companhia sabe que sua fabrica não tem cannas e que, naturalmente, continuaria a não tel-as. Devia portanto, antes de outro qualquer negocio, tratar com todo esforço de transformar as suas colonias em cannaviaes. As geadas em 1891 estragaram as plantações de canna, razão de mais para cuidar de formal-as novas e boas. Era isso difficil? Concorde que fosse. Mais difficil porém é fazer trabalhar o Engenho sem materia prima para moer.”⁷⁵¹

Provavelmente teria sido outro o quadro das colônias se a Companhia tivesse conseguido o empréstimo de 1.000 contos de réis, em 1893. Não foi possível levantar o nível de ocupação dessas maiores colônias, mas certamente várias famílias foram nelas instaladas, como mostram as palavras do Conde de Moreira Lima, comentando os motivos que levaram Arlindo Braga à falência: “adquiriu extraordinaria quantidade de terras, dividio-as em lottes, demarcou-as e ali estabeleceu muitos collonos.”⁷⁵²

O diretor Arlindo Braga criou, em 1894, uma colônia particular na Fazenda Campinho, da qual possuía parte, junto com outros membros da família Castro. A colônia do Campinho, como foi denominada, localizava-se na margem esquerda do rio Paraíba, entre Lorena e Cachoeira. Pela descrição do engenheiro fiscal, tal colônia foi

⁷⁵¹ Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º Distrito de Engenhos Centrais Eurico Jacy Monteiro, 1895, p. 96.

⁷⁵² PROCESSO 1.234, de 22/02/1896, 1º Ofício, Lorena, APL.

muito bem organizada e proporcionou bom desenvolvimento da lavoura, sendo ocupada por famílias italianas e alemãs. “Na Colonia do Campinho achão-se tomados quasi todos os lotes, foi collocado grande numero de colonos Italianos e Allemães, vindos de Santa Catharina, os quaes estão com a cultura da canna bastante desenvolvida.”⁷⁵³

Em 1896, o acionista Antonio Moreira de Castro Lima, filho e herdeiro do Barão de Castro Lima, propôs a venda das propriedades rurais e urbanas da Companhia, para levantar recursos para o funcionamento da Companhia, regressando a Companhia a operar apenas o setor fabril. Para ele, “taes bens que representão um capital morto, nenhuma renda trazem a empresa, sendo que, entre essas, aquellas que, plantadas e colonizadas, não deixariam de contribuir com o seu concurso para alimentar – a de materia prima.”⁷⁵⁴

A Companhia passou, então, a vender alguns lotes de suas colônias aos próprios colonos, nos últimos anos do século. Os lotes vendidos foram das duas primeiras colônias, Santa cruz e Aterrado, já colonizadas por brasileiros e italianos, como propôs o acionista Castro Lima.⁷⁵⁵ Essas eram as menores colônias da Companhia, as maiores continuaram fazendo parte do seu patrimônio, sendo subutilizadas, propiciando pequena quantidade de cana às moenda do engenho.

A companhia Niágara Paulista não se contentou com as primeiras propriedades agrícolas e arrendamentos do Barão de Rezende, partindo para compra de mais terras. Em agosto de 1896, adquiriu 90 alqueires da fazenda Gilbert e antes da safra do ano seguinte mais 40 alqueires da fazenda Santa Cruz e 180 alqueires da fazenda Cayapia.⁷⁵⁶ A Companhia era detentora de cinco propriedades, totalizando quase 1.000 alqueires.

Os novos proprietários do engenho central de Capivari, que o compraram do Banco Construtor e Agrícola de São Paulo, seguiram o caminho das Companhias Niágara Paulista e de Lorena, adquirindo terras para produção de canas: compraram as fazendas Leopoldina e São Antonio, de 720 e 480 hectares, respectivamente. Voltaram os proprietários dessa fábrica a possuírem colônias próprias. A fazenda Leopoldina era fornecedora de canas para esse engenho desde sua inauguração e, há alguns anos, fora

⁷⁵³ Relatório do Engenheiro Fiscal do 3º Distrito de Engenhos Centrais Eurico Jacy Monteiro, 1895, pp. 86-87.

⁷⁵⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da CECL, efetuada em 25 de Maio de 1896, folha 166, PROCESSO 1.234, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁷⁵⁵ As vendas destes lotes foram registradas em escrituras no Cartório do 1º Ofício, cujos livros estão no APL.

⁷⁵⁶ Eliana Tadeu Terzi. *Op. Cit.*, p. 182.

organizado o sistema de colonato pelo diretor gerente da Companhia dissolvida.⁷⁵⁷ Não eram suficientes para abastecer o engenho central, necessitando obter canas de fornecedores externos.

Em 1899, os engenhos centrais de Piracicaba e de Capivari e suas propriedades agrícolas foram vendidos aos investidores franceses, que deram continuidade às políticas das duas companhias vendedoras em relação à terra. A Sucrerie de Piracicaba, imediatamente, fez aquisição da Fazenda Santa Rosa, que passou a ser a maior propriedade da empresa com 585 alqueires, casa de morada, casas para colonos, casas de máquinas com maquinismos de beneficiamento do café, serraria, monjolo, moinho, terreiro, pastos fechados, 140 mil pés de café, instrumentos de lavoura, animais de custeio, sendo 55 gado vacum, 14 burros e um cavalo, 2 carros arreador de bois, 1 carroção de 4 rodas um trolley, um carretão para transporte de madeira grossas, 5 carrocinhas, e outras benfeitorias e acessórios, no valor de 400 contos de réis, sendo 300 para pagar no ano seguinte, com 8 % de juros. Nela desenvolveria a cultura da cana.⁷⁵⁸

Antes de findar o século, ampliou a quantidade de terras arrendadas renovando o arrendamento da fazenda Algodal e arrendando 100 alqueires da chácara Nazareth e outro tanto da Lenheiro, do mesmo proprietário. No mesmo dia também foi assinado contrato de arrendamento da fazenda São Pedro, do Barão de Rezende.⁷⁵⁹ Nesse momento, o Estado de São Paulo contava com oito engenhos centrais representando a vanguarda na produção de açúcar, dos quais apenas o inativo Porto Feliz não possuía terras para o desenvolvimento da cultura da cana.

No primeiro ano do novo século, esse engenho foi vendido ao grupo de franceses proprietários do Piracicaba e do Raffard, que resolveu o crônico problema de abastecimento do primeiro engenho central paulista comprando o Engenho D'Água, de 600 hectares, e ligando essa antiga engenhoca ao moderno engenho por ferrovia. A fazenda custou 72 contos de réis e a nova empresa gastou mais 30 contos na construção de 20 casas geminadas para abrigar colonos, construídas de tijolos e telhas, com

⁷⁵⁷ Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, p. 37.

⁷⁵⁸ Escritura de venda com clausula de hypotheca que fazem o Dr. Paulo de Moraes Barros e outros, á Companhia Sucrerie de Piracicaba. 03/12/1899. Piracicaba, 2 ° Ofício, livro 77, fls 57-59.

⁷⁵⁹ Escritura de contracto e arrendamento que fazem Barão de Rezende e a Companhia Sucrerie de Piracicaba. 15/02/1900, fls 73-74. Escritura de contracto e arrendamento que fazem João Baptista da Rocha Conceição e a Companhia Sucrerie de Piracicaba. 15/02/1900, fls 74-75. Piracicaba, 2 ° Ofício, livro 77.

capacidade para brigar 40 famílias. O passado escravista ainda estava presente na fazenda, como relatou Picard: “Existem ainda por lá, perto do engenho, algumas antigas senzalas deterioradas, nas quais se abrigam famílias, mas é melhor nem contá-las.”⁷⁶⁰ Seriam ex-escravos que ainda habitavam a antiga senzala e se mantinham na labuta canavieira, agora como moradores? Quem sabe não ocupariam uma das ‘novíssimas’ casas construídas pela Societé?

Mais três propriedades de 28, 25 e 9 alqueires, ou 148,8 hectares, foram arrendadas pela nova Companhia para suprir novamente as moendas de Porto Feliz.⁷⁶¹ Todos, agora, possuíam ao menos uma propriedade agrícola onde iam buscar uma parte de sua matéria prima. Lembremos que Monte Alegre, Freitas e Dumont já foram instalados em fazendas canavieiras.

Em todas essas propriedades próprias e arrendadas não foi empregado o regime de colonato, nos primeiros anos, em Porto Feliz, pois a Sucrierie optou por desenvolver cultura própria de sua matéria prima, o que gerou custo alto de produção para a mesma em relação ao preço pago aos fornecedores externos.

No mesmo ano, o engenho central de Lorena foi transferido para os franceses com 1.990 hectares de terras, compradas pela antiga Companhia, no decênio anterior. Os lotes das pequenas colônias de Santa Cruz e aterrado haviam sido vendidos aos colonos. A liquidação judicial e a conseqüente transferência foram feitas justamente no momento em que a Companhia de Lorena estava organizando a produção em suas propriedades. Em 1901, 35,58 % dos 10.247.000 kg de matéria-prima foram produzidos nas propriedades transferidas à empresa francesa. Para a realização dessa produção, a CECL desenvolveu três tipos de relações de trabalho em suas propriedades. A primeira delas foi o trabalho assalariado, na qual a Companhia pagava jornal aos trabalhadores por dias de trabalho, para o cultivo da lavoura de cana pertencente àquela. Dessa plantação por conta própria, a empresa colheu 942.807 kg, menos de 10% do total da safra.

A segunda modalidade de trabalho empregada foi o colonato à meia, como ficou conhecido. Aos colonos entregava-se o terreno e adiantava-lhe o dinheiro necessário para o desenvolvimento da lavoura. Entregue a cana, a Companhia pagava-lhes metade

⁷⁶⁰ J. Picard, *Op. cit.*, p. 76.

⁷⁶¹ J. Picard, *Op. cit.*, p. 76.

da mesma, a outra metade pertencia à Companhia, como pagamento da utilização do terreno. Esses colonos à meia eram “quase sempre pobres negros, antigos escravos vivendo em choças.”⁷⁶² Tal informação demonstra como a maior e mais moderna empresa do município de Lorena aproveitava o trabalho dos ex-escravos, agora de outra forma. Provavelmente, outras pessoas egressas do trabalho escravo estivessem entre aqueles braços baratos que cuidavam e colhiam o canavial da Companhia. Estes colonos forneceram 555.196 kg, em 1901. Após essa safra, quase todos desapareceram, “só restando agora uns quatro ou cinco.”⁷⁶³

Por fim, existiam os colonos a peso, que recebiam adiantamentos para o custeio da lavoura e forneciam a cana a um determinado preço por tonelada. Forneceram nesta mesma safra 1.495.000 kg, quantidade superior, portanto, àquela produzida por conta da empresa. Nesse caso, a lavoura não pertencia à Companhia, mas sim ao colono, que a vendia à mesma. Da mesma forma que os colonos à meia, esses também foram embora, em sua maioria, das terras da Societé.⁷⁶⁴

Em consequência desse desentendimento com os colonos já instalados a Sucrierie recebeu tão somente 159.748 kg de canas daqueles que ficaram para a safra de 1902, quando nada safra anterior a quantia ultrapassou 2.000.000. O resultado não foi melhor em sua plantação por conta própria, que caiu para 750.769 kg. Para produzir derivados de cana em Lorena os novos proprietários teriam que organizar antes a produção de canas em suas propriedades, além de aprender negociar com os fornecedores locais.

Em Villa Raffard, foi implantado um sistema misto com um terço da cultura da cana entregue aos colonos e o restante ficou a cargo da Companhia. Os colonos não pagavam pelo uso da terra e se responsabilizavam por toda a exploração agrícola, vendendo a cana por 9\$000 réis a tonelada, ao engenho central. Nas duas fazendas da Sociedade de Villa Raffard existiam 85 casas para abrigar essas famílias, que não pagavam pela moradia. As casas eram usadas como atrativo de colonos. Para o trabalho na lavoura própria da Companhia, as fazendas contavam com um administrador que passava poderes para capazes dirigirem grupos de trabalhos de 20 a 25 pessoas na faina de plantação e cuidados com o canavial. Na época da safra era necessário contratar

⁷⁶² J. Picard, *Op. Cit.*, pp. 85 e 88.

⁷⁶³ J. Picard, *Op. Cit.*, p. 88.

⁷⁶⁴ J. Picard, *Op. Cit.*, p. 88.

peçoal para o corte dessa lavoura própria, pelo qual se pagava 1\$000 por tonelada, e transporte das canas.⁷⁶⁵

Nem todas as terras das fazendas próprias eram aptas ao cultivo da cana e as partes plantadas por colonos e pelas turmas da empresa não eram suficientes para o abastecimento da fábrica. Além das terras próprias a Companhia arrendou as terras de Bella Vista, de Paulino Galvão (72 hectares) e as terras de Água Parada (103 hectares) do antigo fornecedor Coronel José Nhonhô Padre.⁷⁶⁶

Em Piracicaba, quase toda cultura das fazendas da Sucrerie era realizada por colonos, dando continuidade à política da antiga Companhia. Aqui, cada colono que apresentasse garantia recebia uma casa e uma área em arrendamento, entre 4 e 20 hectares, conforme seus meios e capacidade de produção. Nas terras melhores pagavam aluguel de 80\$000 o alqueire, sendo de 30\$000 nas fazendas mais distantes e insalubres. Aos colonos, cuja maioria era formada de italianos e espanhóis, eram fornecidos carroças, mulas e instrumentos de trabalho, tudo debitado em conta dos mesmos. Além do pagamento pelo uso da terra, pagavam também juros de 1% ao mês sobre adiantamentos para financiamento da lavoura e eram obrigados a vender suas canas à Sucrerie. Em 1903, essa quantia em adiantamentos chegou a 116:393\$000, contra 25:092\$000 gastos com cultura própria. Em Villa Raffard ocorreu o inverso, gastou-se 72:488\$000 para as culturas próprias e tão somente 4:018\$000 em adiantamentos para colonos. Faltou capital para empréstimo aos colonos, o que economicamente seria vantajoso para a empresa.⁷⁶⁷

Cada uma dessas colônias tinha um capataz, frequentemente um colono mais antigo, respeitado, que servia de intermediário entre os colonos e os dois administradores gerais das culturas da Sociedade. Um residia na fazenda Santa Lydia e o outro em Santa Rosa. Esses eram responsáveis pela distribuição dos lotes e supervisão das lavouras dos colonos e também pela organização da lavoura própria, se algum colono não realizasse o estabelecido. Nas terras arrendadas, cujo quadro em 1903 vai abaixo, era empregado o mesmo sistema de colonato das terras próprias, com seus próprios administradores.⁷⁶⁸

⁷⁶⁵ J. Picard, *Op. Cit.*, p. 70.

⁷⁶⁶ Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, p. 37.

⁷⁶⁷ J. Picard, *Op. Cit.*, p. 39.

⁷⁶⁸ J. Picard, *Op. Cit.*, pp. 57-61.

Essas 30 casas foram as construídas pela Companhia, mas não a pertenciam, nas terras arrendadas. Avaliando os custos dos seguidos arrendamentos, o Inspetor J. Picard afirmou que eles davam prejuízos às Societés, custando mais do que se comprassem terras na região. Durante o período, pagou-se mais com arrendamentos do que seria necessário para compra de terras de boa qualidade, “e com os terrenos permanecendo com os proprietários.”⁷⁶⁹

TERRAS ARRENDADAS PELA SUCRERIE DE PIRACICABA, 1903 (terras em hectares)						
Fazendas	Canas	Aptas ao plantio	Estéreis	Pastagens	Total	Casas da Companhia
Lenheiro	84	-	19,2	-	100,8	16
Algodal	48	91,2	69,6	86,4	280,8	8
Terras do Barão	132	69,6	28,8	9,6	240	-
Enxofre	76,8	163,2	-	-	240	6
Kannebley	19,2	-	-	-	19,2	-
Totais	360	309,6	117,6	96	883	30

Fonte: J. Picard, p. 53.

A Sucrerie de Piracicaba estabelecia cultura própria apenas onde os colonos não aceitavam se estabelecer, isso é, nas terras cansadas próximas ao engenho central, cujo rendimento era muito baixo, ou em algum terreno abandonado. Dessas lavouras próprias colhia apenas 2.000 toneladas, enquanto os colonos forneciam quase 38.000, nos primeiros do século XX. Em Piracicaba, como em nenhuma outra, as terras pertenciam à Companhia detentora do engenho, mas a lavoura era quase exclusiva dos colonos. Em 1904, apenas 90 hectares de cerca de 1.050 plantados com canas eram feitos por conta da Companhia, o restante eram lavradas por colonos a peso. Eram 800 famílias mobilizadas no trabalho agrícola da cana e as mais de 500 casas levantadas pelas Companhias após a abolição eram insuficientes. Os novos colonos recebiam telhas, portas, janelas, cal e madeira para construção de seu rancho.⁷⁷⁰

Os colonos de Piracicaba eram, na verdade, arrendatários das terras da Sociedade Francesa, pois pagavam pelo uso da terra, obrigados a vender a ela sua

⁷⁶⁹ J. Picard, *Op. Cit.*, pp. 52-55.

⁷⁷⁰ J. Picard, *Op. Cit.*, p. 60. Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, pp. 31-32.

produção. No começo do século, houve conflitos em torno do preço pago pela cana e vários colonos contestaram a obrigatoriedade do fornecimento.⁷⁷¹

O quadro das terras pertencentes às Sociedades anônimas francesas, organizado pelo engenheiro J. Picard, em 1903, mostra a quantidade de terras aptas ao desenvolvimento da cultura canavieira das fazendas e o nível de ocupação de cada uma delas. Elas apresentavam condições de diferentes de exploração tanto para as Sociedades como para os colonos.

PROPRIEDADES DA SUCRERIE DE PIRACIABA (terras em hectares)							
Fazendas	Matas	Terras aptas ao cultivo	Canas	Terras estéreis	Pastagens	Total	Casas de colonos
S. Lydia e S. Luis	3,6	745,2	171,6	314,4	68,4	1.315,2	83
Cayapia	240	175,2	26,4	74,4	45,6	561,6	35
S. Rosa	720	57,6	384	-	120	1.328,8	92
S. Cruz	-	19,2	72	-	9,6	100,8	10
Engenho	-	52,8	43,2	96	86,4	278,4	46
Total	963,6	1.050	697,2	484,4	330	3.705,8	266
PROPRIEDADES DA SUCRERIE DE VILLA RAFFARD (hectares)							
Leopoldina	-	150	335	-	285	720	53
S. Antonio	-	130	310	-	40	480	32
Total	-	280	645	-	325	1.200	85
PROPRIEDADES DA SUCRERIE DE PORTO FELIZ (hectares)							
Engenho	-	10	90		20	120	-
Engenho d'Água	-	150	270		180	600	20
Total	-	160	360		200	720	20
PROPRIEDADES DA SUCRERIE DE LORENA (hectares)							
Mondésir	-	150	200		-		1
Retiro	-	-	-		-	330	1
S. Lucrecia	150	100	20		-	508	1
Porto dos Meiras	100	225	75		100	550	1
Engenho	-	-	-		183	216	45
Pasto da Figueira	-	-	-		96	96	-
Total	250	575	295		379	1.990	49

Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903.

⁷⁷¹ Sobre os conflitos de interesses entre os colonos de Piracicaba e a Sucrierie veja Eliana Tadeu Terci. *Op. Cit.*, pp. 235-242.

A Sociedade de Piracicaba possuía a maior quantidade de terras como também o maior nível de ocupação com canas, mas não ocupava ainda a maior parte destas com o plantio de cana. Isso graças às grandes reservas de matas de suas propriedades mais recentes, Santa Rosa e Cayapia, que ofereciam melhores condições para o plantio dessa matéria prima. As terras mais próximas já estavam quase todas plantadas, quando o solo assim o permitia.

As duas propriedades de Villa Raffard, exploradas à décadas, não possuíam mais matas e apresentavam alto nível de ocupação com a lavoura da cana. Com quase um terço das terras de Piracicaba, Villa Raffard apresentava quase a mesma quantidade de hectares plantados. Porto Feliz tinha metade de suas terras ocupadas com canas, mas apresentavam mais apenas 160 hectares aptos à mesma plantação. Essa Sociedade comprou mais 250 alqueires de terras (600 hectares) contíguas à fazenda Engenho d'Água, em 1905, somando 1.320 hectares, provavelmente devido às críticas de Picard em relação aos arrendamentos de terras. Garantiria assim o suprimento suficiente para a capacidade de sua fábrica.⁷⁷²

Lorena possuía cinco propriedades, mas duas eram pastos juntos ao engenho. Como já apontado, a produção de canas ainda fora pouco desenvolvida pela Sucrerie, quando da visita de Picard. A inexistência de canas para colonos em suas propriedades agrícolas demonstra muito bem isso, em contraste com as propriedades das outras três sociedades. As casas no terreno do engenho eram para operários da fábrica. O quadro mostra que das fazendas adquiridas (ex-colônias da CECL), apenas uma, Mondésir, encontrava-se explorada em sua maior parte com a cultura da cana. Porto dos Meiras não explorava nem um terço dos 300 hectares aptos ao plantio de cana, enquanto as fazendas Retiro e Santa Lucrecia estavam quase inexploradas. Importante notar que dos 1.990 hectares, apenas 750 estavam aptos à produção daquela matéria-prima. Em matas, existiam 250 hectares. O quadro só melhorou em 1905, quando se esperava 10.000 toneladas de canas.

Os outros quatro engenhos centrais surgidos no século XIX não implantaram o sistema de colonato a peso, como Piracicaba, Villa Raffard ou Lorena, desenvolvendo sua própria cultura. Como já apontado, eles surgiram com produção integrada e não dependiam do fornecimento de terceiros para seu funcionamento, mesmo que moessem

⁷⁷² Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 230.

canas de fornecedores particulares. O engenho central Monte Alegre enfrentou sérias dificuldades para a primeira safra sem seus escravos, cuja maior parte não aceitou permanecer na fazenda sob o trabalho assalariado e ainda não havia sido organizada uma estrutura que atraísse os colonos, como relatou o advogado da herdeira. Ficou a cargo dos novos proprietários a construção das casas e organização do trabalho livre nos campos da fazenda Monte Alegre, que passou a receber colonos imigrantes, a partir de 1888.

“a perturbação do trabalho naquelle estabelecimento chegara ao seu maior auge pelas circunstancias e factos que influíram para a estincção da escravidão no Imperio, decretada pela Lei de 13 de Maio ultimo. O estabelecimento que já em principio de Março ficara destituído de trabalhadores escravos, pelos motivos que autorisarão a concessão constante de appenso 1º a estes autos para libertação da escravatura, não os tinha livres e libertos, a salarios, em numero sufficiente para que se executassem em tempo todos os serviços necessários, quer para regular aproveitamento da safra do presente anno, quer para se completarem as plantações destinadas a assegurar safra em 1889. Os ex escravos desistirão (dous terços dos que alli servirão) não obstante a retribuição de seu trabalho; - os trabalhadores livres, que mais podiam convir, colonos, difficilmente poderião acceitar estabelecimento naquela fazenda, enquanto não se lhes preparassem casas para suas habitações e commodos.”⁷⁷³

Com exceção do central Indaiá, que paralisou suas atividades no final do nosso período, os outros três conseguiam suprir suas necessidades de matéria prima em sua própria fazenda onde estava instalada a fábrica. Para os trabalhos agrícolas na sua fazenda indaiá, o Dr. Augusto Ramos instalou famílias de colonos italianos, portugueses e brasileiros, provavelmente trabalhando por empreitada.⁷⁷⁴

O engenho de Monte Alegre, em 1904, estava muito bem servido de terras, com seus 2.228 hectares, sendo 599 plantados com canas. Existiam ainda 622 hectares aptos

⁷⁷³ Inventário de Pedro Augusto da Costa Silveira. Inventariante: Rita da Costa Silveira. Piracicaba, 1º Ofício, cx 21, 1887, fl 38. AMW.

⁷⁷⁴ Boletim de Agricultura. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Série 2, N. 8, agosto de 1902, pp. 519-527, p. 526.

a receberem a planta e mais 856 de matas. Sawyer chegou a apontar que o engenho era pequeno para a dimensão de seus grandes canaviais e compromisso com um fornecedor e que teria dificuldade para moer tais canas durante o ano⁷⁷⁵. Possuía, portanto, grande margem para expansão da fábrica e da lavoura. Toda a lavoura canavieira continuava sob domínio da fazenda, como no início, pois seu proprietário preferia que seus colonos trabalhassem no sistema de empreitada, ao invés do sistema de colonato a peso.⁷⁷⁶

Colonos e operários dessa unidade agroindustrial viviam em harmonia com o proprietário Antonio Alves de Carvalho, que a adquiriu em 1898. No natal de 1905, Carvalho deu um grande jantar para seus trabalhadores, como lemos no jornal:

“Teve lugar ante-hontem, nesta importante propriedade industrial e agrícola uma esplendida festa de natal.

O seu digno proprietário, o dr. Antonio Alves de Carvalho, quis que todos os empregados daquele E. C. e colonos tivessem o seu regabofê nesse dia.

Offereceu-lhes opulento jantar servido fartamente em varias mezas e deliciosamente regado.

A noite fez realizar um baile que se prolongou até alta noite, enquanto nos terreiros tinham lugar ruidoso samba de pretos e outras diversões.”⁷⁷⁷

O engenho central Freitas, em Araraquara, era um complexo agroindustrial produtor de café e derivados de canas, que reunia duas propriedades que somavam 2.950 hectares, nos quais existiam 600.000 pés de café em produção e 150 hectares de canas, para 1905. Em 1904, sob o controle do novo proprietário José Marques Valle, os colonos recebiam casa e terras para pastagens e lavouras de mantimentos. A lavoura da cana era feita por conta das fazendas, isto é, do proprietário. Pagava-se aos colonos 400\$000 por alqueire de canavial plantado, incluindo derrubadas de mata, plantação e limpeza. Não sabemos se os colonos trabalhavam nas duas culturas ou se havia separação entre colonos específicos da lavoura canavieira e cafeeira. Sawyer fez questão

⁷⁷⁵ Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, pp. 50 e 158.

⁷⁷⁶ Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, p. 51.

⁷⁷⁷ Gazeta de Piracicaba de 26 de dezembro de 1905. Para as relações entre o proprietários e seus colonos veja Eliana Tadeu Terzi. *Op. Cit.*, p. 280 e seguintes.

de relatar que “Estas plantações são susceptíveis de uma extensão considerável.”⁷⁷⁸ Em 1911, eram já 250 hectares de canas.⁷⁷⁹

O Dr. Henrique Dumont expandiu bastante seus canaviais da fazenda Amália, durante a primeira década do século XX. Sawyer e Brandão Sobrinho não falaram de seus trabalhadores agrícolas, mas apenas de sua “magnífica” lavoura de cana. Em 1904, estimava-se em 1.200 hectares, dos quais 720 para o corte. Em 1910 moeu 30.000 toneladas e possuía 560 hectares para a safra de 1911.⁷⁸⁰

Os três engenhos centrais surgidos na primeira década do século abasteciam-se de sua própria lavoura cultivadas em suas terras. O Dr. Albano Pimentel transferiu-se para seu novo engenho, em Jabuticabal, onde coordenava pessoalmente os trabalhos do mesmo, a partir de 1903. A família Nogueira montou a usina Esther na maior propriedade canvieira desse momento, nada menos de 8.915 hectares, muitos dos quais com matas que supriam de lenha a fábrica, dando espaço ao aumento do plantio de canas. Para 1905, quando foi inaugurada a moderna fábrica, possuía essa Sociedade 450 hectares plantados com canas.⁷⁸¹ Nesse mesmo ano, o Coronel Francisco Schmidt já possuía grande extensão de terra plantada com canaviais para a instalação de seu engenho central, em 1906, em Sertãozinho.⁷⁸²

Todos supriam-se em suas próprias lavouras, desenvolvidas por conta própria em suas grandes propriedades, explorando o trabalho de colonos. Nos anos seguintes, colheram cerca de 20.000 toneladas de matéria prima. A usina Esther era muito bem equipada com instrumentos agrícolas e casas para colonos, informou o especialista da Secretaria da Agricultura.⁷⁸³

Enquanto as outras Sociedades compravam terras e ampliavam a dimensão de suas propriedades agrícolas, a ‘Sociedade Anonyma Usina Esther’ fazia o caminho inverso, doando pequena parte de sua grande propriedade para ampliação do Núcleo Colonial Campos Sales e vendendo muitos outros hectares. Em 25 de fevereiro de 1907, essa Sociedade assinou contrato com a secretaria da Agricultura obrigando-se a vender cerca de 500 alqueires da fazenda Funil, ou 1.200 hectares, para serem divididos em

⁷⁷⁸ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 61-62.

⁷⁷⁹ Julio Brandão Sobrinho. A Lavoura da Canna e a Industria do Assucar..., p. 58.

⁷⁸⁰ Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 53. Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p. 76.

⁷⁸¹ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 57-58.

⁷⁸² Frederic Sawyer. Op. Cit., p. 230.

⁷⁸³ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p. 84.

lotes de 5 a 10 alqueires e vendidos a colonos. Era a associação do poder público e do privado para a divisão de terras e assentamento de colonos. A grande fazenda na qual estava instalada a usina Esther fazia divisa com um conjunto de pequenas propriedades do Núcleo Colonial fundado pelo Estado e do assentamento de famílias nos lotes vendidos pela sociedade proprietária da usina.⁷⁸⁴ Em 1911, sua dimensão havia sido reduzida em mais de 2.000 hectares, medindo 6.720.⁷⁸⁵

Na primeira década do século XX, portanto, os engenhos centrais paulistas evoluíram para a verticalização da produção, especialmente com a aquisição pelos franceses dos quatro primeiros inaugurados e de novas propriedades agrícolas. A maior parte das canas esmagadas em suas moendas provinha de sua própria lavoura, mas não deixaram de moer canas de terceiros. Algumas unidades não dependiam de fornecedores, pois tinham condições de suprir suas próprias necessidades, enquanto outras completavam a quantia de matéria prima moendo canas de outros.

A sucrerie de Piracicaba foi a única que se manteve afastada da produção de canas por conta própria, pois em suas terras manteve o sistema de colonato a peso, deixando a agricultura sob responsabilidade dos colonos arrendatários. A unidade de Villa Raffard dividiu a responsabilidade com os colonos, produzindo quase metade de suas canas por conta própria. O engenheiro que inspecionou os quatro engenhos centrais e suas propriedades agrícolas de propriedades dos franceses, em 1903, era contrário ao desenvolvimento de cultura de cana pelas Companhias, pois o custo era bem mais elevado do que se distribuísse as terras para colonos e lhes comprasse a cana por toneladas. Aconselhava aos proprietários das mesmas que estabelecessem o sistema de colonato usado em Piracicaba nas outras unidades, isso “porque o ganho que os colonos podem auferir é restrito, e eles só o obtêm graças a um trabalho obstinado do qual são incapazes os assalariados.”⁷⁸⁶

Julio Brandão Sobrinho, responsável pela área de estudo econômicos da Secretaria da Agricultura, que acompanhou o setor açucareiro paulista no início do

⁷⁸⁴ Contracto que assigna a Sociedade Anonyma Usina Esther, representada por seu Presidente o sr. Paulo de A. Nogueira, para colonização de terras de sua propriedade na fazenda Funil. In: Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da agricultura, anno de 1907. São Paulo, typographia Brasil de Rothschild, 1908.

⁷⁸⁵ Julio Brandão Sobrinho. *Op. Cit.*, p. 84.

⁷⁸⁶ J. Picard. *Op. Cit.*, p. 59.

século XX, também era contrário que as Sociedades e famílias possuidoras dos engenhos desenvolvessem lavoura própria, como explicou em 1911.

“Não sou partidário das lavouras próprias já por ver que as uzinas difficilmente terão área de terreno sufficiente ás plantações, já porque deve-se sempre procurar separar a parte puramente agricola da que é necessariamente industrial, pois é nessa confusão reinante por toda a parte que talvez esteja o segredo com que as industrias não têm attingido entre nós a rapida e desejada perfeição e com que as culturas não têm tomado um caracter racional e, ao mesmo tempo, o desejado e necessário incremento.”⁷⁸⁷

A confusão reinante seria desfeita com a concentração de terra e da verticalização da produção em mãos de grupos usineiros. Picard, Sawyer e Brandão Sobrinho representavam o pensamento de separação da indústria e da lavoura própria, mesmo com a posse da terra, do momento de implantação da moderna indústria açucareira e da transição do trabalho escravo para o livre. O colonato, tanto o a ‘peso’ do engenho central de Piracicaba como o de empreitada das outras unidades, teve seu momento histórico de existência e foi superado após a Primeira República.

⁷⁸⁷ Julio Brandão Sobrinho. *Op. Cit.*, p. 22.

CAPÍTULO 11 - NÚCLEOS COLONIAIS OFICIAIS E A CRIAÇÃO DE PEQUENOS FORNECEDORES DE CANAS

Ao mesmo tempo em que a Companhia inglesa proprietária do engenho central de Capivari iniciava a formação de colônias particulares através da compra da fazenda Leopoldina e do assentamento de colonos estrangeiros, o Governo da Província de São Paulo implementava a política de criação de Núcleos Coloniais Oficiais, em 1884. Com a separação dos setores agrícola e fabril, imposta pela política imperial, era interesse dos proprietários dos recém inaugurados engenhos centrais paulistas a instalação desses núcleos em suas proximidades para que os colonos neles estabelecidos fornecessem parte das canas necessárias para o funcionamento de suas fábricas. Nesse caso, os gastos de aquisição de propriedades e de todo o serviço de divisão dos lotes, construção de casas e financiamento da lavoura ficaria a cargo do poder público.

Os diretores da Companhia de Piracicaba, por exemplo, manifestaram o interesse da criação de um desses núcleos para abastecer seu engenho central, para a nova política também beneficiasse a nascente moderna agroindústria do açúcar, como relatou o Presidente da Província, em janeiro de 1885.

“Entende a directoria que a creação de um núcleo de immigrants para o fim do plantio da canna será de grande beneficio para o engenho central, e os resultados redundariam em proveito da immigração na província; beneficio esse de que em breve terá de gozar o Engenho Central de Lorena, tendo o Governo Imperial mandado medir e dividir em lotes as terras devolutas daquelle município, para distribuir a colonos, além dos nucleos Provinciaes que esta Presidencia trata de crear.”

“Os engenhos centraes facilitando o aproveitamento dos pequenos lavradores immigrants, dando-lhes trabalho e interesses immediatos ou de prompto, concorrerão poderosamente para a solução da questão do elemento servil.”⁷⁸⁸

⁷⁸⁸ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885, p. 96.

A criação de Núcleos Coloniais foi parte da política de imigração desenvolvida pelos Governos Central e Provincial, no processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre, no decorrer do século XIX. De início, ela foi levada a cabo pelo Império, mas o Governo paulista também passou a financiar a vinda de imigrantes, a partir de 1881.⁷⁸⁹ Dessa forma, somava-se aos subsídios imperiais, a política paulista de imigração que colocava ao alcance dessa indústria um conjunto de famílias que constituía importante contingente de trabalhadores rurais no setor açucareiro, no momento de superação do trabalho escravo.

Não foi a política de colonização de novas áreas, através de Núcleos Coloniais baseados na pequena propriedade, que predominou em terras paulistas. A expansão cafeeira e a crise final do trabalho escravo, gerando uma falta de braços para a lavoura, fez com que a elite cafeeira paulista dirigisse a maioria esmagadora de imigrantes para o trabalho nas fazendas. Os poucos Núcleos fundados eram exceção dentro desse contexto.

Os Núcleos Coloniais eram vistos, pela elite paulista do final do século XIX, como atrativos para os imigrantes se dirigirem à Província, constituindo-se em “viveiros de trabalhadores” para a grande lavoura e produtores de alimentos para as fazendas e centros urbanos. Não foram criados exclusivamente para fornecerem canas para os engenhos centrais, mas alguns o foram com esse objetivo, que serão analisados adiante: o Núcleo Colonial das Cannas, em Lorena, o Rodrigo Silva, em Porto Feliz, o de Piaguhy, em Guaratinguetá, e o Campos Salles, em Campinas, ao lado da moderna usina Esther.⁷⁹⁰

O Núcleo Colonial das Cannas foi fundado em 1885, em cumprimento da lei nº 28, de 29 de março de 1884, que autorizava o Governo Provincial a fundar até cinco Núcleos. Juntamente com esse foi fundado o de Cascalho, em Rio Claro, constituindo-

⁷⁸⁹ Miyoko Makino, Contribuição ao Estudo de Legislação Sobre Núcleos Coloniais no Período Imperial, São Paulo, *Anais do Museu Paulista*, TOMO XXV, 1971-1974, pp. 103.

⁷⁹⁰ Para a política de imigração e Núcleos Coloniais ver: Paula Beiguelmaan, *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*, 2ª edição, São Paulo, Pioneira, 1977. Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, 4ª edição, São Paulo, Unesp, 1998. Elizabeth Filippini, *Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial Barão de Jundiá 1887-1950*, São Paulo, FFLCH-USP, 1990, (Dissertação de Mestrado). Regina Maria de Aquino Gadelha, *Os Núcleos Coloniais e o Processo de Acumulação Cafeeira (1850-1920)*, *Contribuição ao Estudo da Colonização em São Paulo*. São Paulo, FFLCH-USP, 1982, (Tese de Doutorado). José de Souza Martins, *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, São Paulo, Pioneira, 1973. Jonas Soares de Souza, *Imigração e Colonização em Um Município Açucareiro*, São Paulo, FFLCH-USP, 1977, (Dissertação de Mestrado).

se esses nos dois primeiros e únicos Núcleos Coloniais fundados pela Província, nos últimos anos do Império. A Presidência da Província, dessa forma, resolveu criar um no Oeste, ligado à cultura cafeeira, e outro no Vale do Paraíba, de uma propriedade canavieira e próxima ao engenho central. A respeito relatou seu criador:

“Se no Oeste da Província favorecido com o núcleo colonial em S. João do Rio Claro, domina a cultura do café, no Norte com o núcleo colonial no município de Lorena sobressahe a cultura da canna de assucar que muito animará o engenho central daquela localidade, e muito concorrerá para a prosperidade do município.”⁷⁹¹

Pretendia-se, assim, “activar mais a corrente immigratória para essa Provincia.” Em 10 de dezembro de 1884, ano da inauguração do engenho central de Lorena, foi nomeada uma comissão para escolher as terras onde seria criado o Núcleo Colonial nesse município. Das três propostas que apareceram a comissão escolheu a Fazenda das Cannas, do Alferes Francisco Ferreira dos Reis, pela qualidade da terra, abundância de água e pela ótima localização, cortada pela Estrada de Ferro do Norte, o que facilitaria o transporte das canas para o engenho central. Tal proprietário era fornecedor da CECL.

As palavras do engenheiro José Lopes de Carvalho, responsável pelos trabalhos de divisão e medição dos lotes, não deixam dúvidas sobre o objetivo central da criação do primeiro Núcleo Colonial provincial no “norte” da Provincia: criar pequenos fornecedores: “As terras do núcleo colonial são terras argilosas e argilo-calcareas e portanto optimas terras para cultura de cereaes e principalmente da canna de assucar, que deve constituir a maior e principal cultura deste núcleo”.⁷⁹²

A fazenda ocupava uma área de 968 hectares, ou 200 alqueires de 100 braças quadradas, pela qual o Governo pagou 57:185\$000.⁷⁹³ Esta foi dividida, em 1885, em 82 lotes rurais de 10 hectares cada, com exceção do lote nº 67, de 13 hectares. Somava-

⁷⁹¹ Relatório com que Exc. Sr. Dr. Luiz Carlos de Assumpção Vice Presidente da Provincia de S. Paulo passou a administração Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1884, p. 29.

⁷⁹² Relatório apresentado ao Exm. Snr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, M. D. Presidente da Provincia de São Paulo, pelo Engenheiro José Lopes de Carvalho, em 20 de Outubro de 1885, AESP, cx. 56, N. de Ordem 7.207.

⁷⁹³ Relatório da Comissão do Norte, nomeada em 10 de Dezembro, para escolher as terras em Lorena para a criação do Núcleo Colonial, AESP, CX 56, N. de Ordem 7.207 e Ofício da Secção do Contencioso do Thesouro Provincial, 26-05-1885, AESP, Idem.

se a esses um lote de 13,5 hectares, no qual localizava-se a casa do Diretor do Núcleo. Os trabalhos de demarcação foram feitos de 5 de Julho a outubro de 1885 e ficaram às custas do Estado.⁷⁹⁴ Também foram construídas 80 casas para receber os futuros colonos, ao custo de 198\$000 réis.⁷⁹⁵

A Companhia Engenho Central de Lorena tinha interesse na rápida ocupação do novo Núcleo, pois gostaria de contar o mais rapidamente possível com a produção canavieira dos colonos. O interesse da CECL levou seus diretores, Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo, a oficiar ao Presidente da Província, João Alfredo Corrêa de Oliveira, solicitando a imediata ocupação do mesmo, para que esse produzisse cana para a safra de 1887. Reclamavam esses da demora governamental para resolver o problema. Escreveram também os diretores que a fazenda das Cannas era ótima para o plantio da cana e que pensaram estabelecer nela o Engenho Central, mas optaram pela localização perto da estação de trem, pela facilidade para o transporte de sua produção.⁷⁹⁶

Mas a ocupação do Núcleo não se fez efetiva, em 1886, como apontou o Presidente da Província, em 17 de Janeiro do ano seguinte, e a CECL não contou com fornecimento que pretendia deste Núcleo, para a safra de 1887.

“Não tenho poupado igualmente esforços para fazer prosperar este nucleo e contei vêr si os colonos madeirenses poderiam se dirigir para alli, onde com vantagens se dedicassem á cultura da canna. Por enquanto, estes passos não têm sido coroados de êxito, e apenas estão habitados 9 lotes. Mas nutro, em relação e este nucleo, as mesmas esperanças que me fazem augurar auspicioso futuro ao do Cascalho.”⁷⁹⁷

A ocupação efetiva desse Núcleo ocorreu em 1887. A compra do lote ao Estado era a modalidade de aquisição do mesmo. Cada lote custava 400\$000, financiado em quatro anos. Primeiramente, o colono se estabelecia em seu lote, recebia um título

⁷⁹⁴ Relatório do Engenheiro José Lopes Pereira de Carvalho sobre os trabalhos de divisão dos lotes do Núcleo Colonial de Lorena. Lorena, 20-10-1885. AESP, CX 56, N. de Ordem 7.207.

⁷⁹⁵ Ofício da Diretoria Geral das Obras Públicas ao Presidente da Província, em 18 de Agosto de 1885. AESP, CX 56, N. de Ordem 7.207.

⁷⁹⁶ Ofício da Companhia Engenho Central de Lorena, 19-01-1886, AESP, CX 56, N. de Ordem 7.207.

⁷⁹⁷ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo pelo Presidente da Província Barão do Parnahyba, no dia 17 de Janeiro de 1887, p. 126. AESP.

provisório de propriedade, pagando-o em quatro prestações anuais. Após quitá-lo, recebia seu título definitivo.

Para ter acesso a um lote o colono tinha que cumprir algumas obrigações, tornando assim seu lote produtivo: 1^a - o pagamento do valor do lote será feito em quatro prestações iguais por ano, dentro de quatro anos, sendo a primeira no fim de um ano a contar da data do recebimento do Título Provisório; 2^a - O possuidor do Título fica obrigado a zelar o seu lote, cultivá-lo, e conservar a casa provisória que o Governo mandar construir; 3^a - conservar bem assinaladas suas divisas; 4^a - roçá-lo e plantá-lo dentro dos primeiros seis meses do recebimento e 5^a - abrir e conservar limpos os caminhos dentro do Núcleo, fazendo este serviço conjuntamente com os outros do mesmo Núcleo. O direito de propriedade ao lote é conferido apenas à pessoa ou família em cujo benefício é expedido. Seus herdeiros só receberiam essa propriedade se tivessem capacidade para cumprir os deveres mencionados.⁷⁹⁸

Os Núcleos Coloniais foram pensados para atrair imigrantes, sendo a maioria dos seus lotes reservados, portanto, para estrangeiros, deixando apenas 20% dos lotes para colonos nacionais. Estes teriam que possuir atestados de idoneidade moral de seus párocos e de autoridades policiais.⁷⁹⁹ Os dados nos mostram que os brasileiros ocuparam bem mais de 20% dos lotes do Núcleo.

Dos 82 lotes rurais existentes, 76 foram ocupados nos anos de 1886-1887, quatro foram reservados por conterem matas e dois por estarem sujeitos a inundações. Destes 76 lotes, 38 estavam ocupados por famílias brasileiras, 15 por italianas, 13 por portuguesas e 10 por belgas. Pelo mapa de destino dos imigrantes entrados na Província, no ano de 1887, até 30 de Novembro, 167 pessoas foram encaminhadas para o município de Lorena. Os brasileiros ocupavam, então, 50% dos lotes em Cannas.⁸⁰⁰ Sobre essa ocupação escreveu o Presidente da Província: “No Nucleo das Cannas, além dos estrangeiros localizados, têm-se estabelecidos varios nacioanes, por se entender que razão nenhuma autorisava a exclusão destes das vantagens prodigalisadas áquelles.”⁸⁰¹

⁷⁹⁸ Ver Títulos Provisórios expedidos pelo Governo de São Paulo. AESP, Núcleo Colonial das Cannas, Cx. 56, Ordem 7207.

⁷⁹⁹ Miyoko MAKINO, Op. cit., pp. 115-116.

⁸⁰⁰ Relatório com que o Exm. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a administração da Província de São Paulo ao Exm. Dr. Francisco Antônio Dutra Rodrigues, 1º Vice Presidente no dia 27 de Abril de 1888, p. 68. AESP.

⁸⁰¹ *Ibidem*, p. 68.

Entre os imigrantes, várias famílias tinham laços de parentesco entre si, como os irmãos italianos João, Giovani e Angelo Contiero; Luis e Carlos Boldrini. Lourenço Marton e seus filhos Luis e Antonio Marton. Entre os portugueses destacamos as famílias dos irmãos Francisco e Carlos Bartholomeu de Andrade, que receberam os lotes 6 e 7. Caso interessante é o da família do português João do Livramento, proprietário do lote 63. Este recebeu o lote de número 5, em nome de seu irmão Alexandre do Livramento, que ainda encontrava-se em Portugal. Alexandre desistiu da vinda para o Brasil e João, após já ter pago duas prestações do dito lote, solicitou que o mesmo fosse transferido para seu filho José do Livramento.⁸⁰²

As esperanças nutridas pelo Barão de Parnahyba se concretizaram. O Núcleo foi povoado e a agricultura em pequena propriedade foi desenvolvida, principalmente a lavoura canavieira, motivo pelo qual o mesmo foi criado. Assim o descreveu o Presidente da Província Rodrigues Alves, em Abril de 1888, poucos dias antes da abolição:

“Cultivam-se no nucleo cannas e cereaes. Há boas estradas e é prospero o estado geral.” E acrescentou, “Parece que é tempo de cuidar o fazendeiro do desmembramento de sua propriedade, pela divisão em lotes, para serem vendidos aos pequenos cultivadores. Darão assim valor á parte que reservarem para si, e terão á mão trabalhadores para os auxiliarem no cultivo de sua lavoura.”⁸⁰³

Os colonos forneceram ao engenho central, na safra de 1888, 1.956.890 quilos de cana, quase 20% da matéria-prima moída neste ano, 10.421.000 quilos. Por essa quantidade de cana receberam os colonos o valor de 17:611\$840.⁸⁰⁴ Essa produção foi responsável, em parte, pelo aumento da quantidade da cana recebida no engenho central, justamente na primeira safra realizada sem o trabalho escravo nos canaviais.

⁸⁰² Offício de 29 de Outubro de 1891, Núcleo Colonial das Cannas, AESP, cx. 56, N. de Ordem 7.207.

⁸⁰³ Relatório com que o Exm. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a administração da Província de São Paulo ao Exm. Dr. Francisco Antônio Dutra Rodrigues, 1º Vice Presidente no dia 27 de Abril de 1888, pp. 68-69. AESP.

⁸⁰⁴ Relatório Apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Provincia Dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de Janeiro de 1889, p. 146.

Quando da ocupação efetiva desse Núcleo, em 1887, o Governo Imperial fundou o Núcleo Colonial Rodrigo Silva, em Porto Feliz, para atender ao fornecimento de cana ao engenho central da nova Companhia de Engenho Central de Porto Feliz, incorporada no mesmo ano. Para tanto comprou os sítios Grande e Marinoni e duas chácaras anexas, cuja área total alcançou 16.018m² ou 1.601,8 hectares, com perímetro total de 32.447,45m. A importância gasta nessas compras somara 23:000\$000. Esse Núcleo foi reservado para famílias belgas, que seriam trazidas pelo padre Jean Baptiste Vanesse, que assinara contrato com o Governo do Império. O Ministério da Agricultura ordenou que se fizesse medição e divisão de lotes de 25 a 30 hectares, estabelecimento da sede do dito Núcleo, estudos de estradas e casas para o Padre e abrigo das famílias, além de construção de uma pequena igreja. Os serviços ficaram a cargo do engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes Junior.⁸⁰⁵

Os serviços de organização do Rodrigo Silva foram feitos, seguindo instruções do Ministério da Agricultura, e as terras foram divididas em 67 lotes urbanos e 50 rurais de 25 hectares em média, área que o Presidente da Província julgava excessiva, pois reduzia consideravelmente a capacidade do mesmo para assentar maior quantidade de famílias. Para receber as famílias belgas foi preparada uma das melhores casas na propriedade com capacidade para receber de 40 a 45 famílias. Os lotes eram maiores do que aqueles dos núcleos estaduais. As 23 famílias trazidas pelo Padre Vanesse chegaram e ocuparam o mesmo, em 1888.⁸⁰⁶

Os resultados iniciais do projeto com as famílias belgas, no entanto, não foram satisfatórios conforme o planejado. O contrato com o Padre Vanesse foi rescindido em 4 de julho de 1889 por inobservância das obrigações com o Governo. Com a República, a Inspeção Especial de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura estadual passou a administrar o Rodrigo Silva e os outros oito núcleos imperiais que existiam no Estado. Diferentemente do Núcleo de Cannas e de outros, o Rodrigo Silva, distante 3

⁸⁰⁵ Esposição com que o Exm. Snr Visconde do Parnahiba passou a administração da Província de São Paulo ao Exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves Presidente desta Província no dia 19 de novembro de 1887. São Paulo, Typographia a vapor de Jorge Secler & Comp, 1887, pp. 123-124.

⁸⁰⁶ Relatório com que o Exm. Snr Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a administração da Província de São Paulo ao Exm. Snr. Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues, 1º Vice-Presidente no dia 27 de abril de 1888, pp 56-57. São Paulo, Typographia a vapor de Jorge Secler & Comp.

km do engenho central, não estava conectado a nenhuma estrada de ferro, dificultando seu desenvolvimento.

A CECL estendeu para os colonos das Cannas a mesma política de empréstimos que vinha praticando com os fornecedores particulares, desde 1886. Ao final da safra de 1889, em 29 de novembro, a Companhia emprestou dinheiro a 27 famílias do Núcleo, para o custeio e aumento da lavoura, a serem pagos com canas, na safra seguinte. Os empréstimos somaram 4:975\$000 réis, média de 184\$259 cada. Os menores empréstimos foram de 115\$000, feitos a 12 famílias.

O maior empréstimo foi feito ao colono brasileiro Manoel Francisco da Rosa, no valor de 515\$000 réis. Este já possuía a lavoura de cana mais desenvolvida que os outros colonos, com canavial de 5 alqueires de planta de feijão, que se obrigou a fornecer ao engenho. O belga Henry Bronchain apareceu também com canavial penhorado de 5 alqueires, sendo seu empréstimo de 165\$000 réis. Os valores emprestados para o financiamento da lavoura dos colonos eram bem menores do que aqueles emprestados ao fornecedores particulares da região.

A produção de cana do Núcleo foi ampliada nos anos seguintes, fornecendo aproximadamente 3.500 toneladas em 1890, e 6.000 toneladas no ano seguinte, além da produção de gêneros de subsistência.⁸⁰⁷ O aumento foi facilitado pelos empréstimos feitos pela Companhia Engenho Central de Lorena para o financiamento da produção da matéria-prima necessária para sua fábrica.⁸⁰⁸

Com o produto das vendas de canas, os colonos começaram a fazer os pagamentos das prestações de seus respectivos lotes. O Governo entregou 80 Títulos Provisórios aos colonos das Cannas.⁸⁰⁹ Conseguimos levantar 31 pagamentos em 1889, 48 em 1890, 32 em 1891, 39 em 1892 e 14 em 1893, em um total de 248 prestações. Vários colonos pagavam duas, alguns três e, em dois casos, até quatro prestações de uma vez e, em 1893, quase todos os lotes estavam quitados.⁸¹⁰

⁸⁰⁷ Relatório Apresentado pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de S. Paulo, em 31 de Março de 1892, ao Cidadão Dr. Alfredo Maia, Digno Secretário dos Negócios D'Agricultura, Commercio e Obras Públicas deste Estado, p. 65. AESP.

⁸⁰⁸ Localizamos 49 empréstimos feitos ao colonos, no período de 1889 a 1893. Livros de escrituras do 1º Cartório, Lorena, APL.

⁸⁰⁹ Relatório Apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Provincia Dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de Janeiro de 1889, p. 146.

⁸¹⁰ Núcleo Colonial das Cannas, AESP, Cx. 56, Ordem 7.207.

Mesmo com a prosperidade geral do Núcleo, algumas famílias o deixaram. Em abril de 1891, viviam 60 famílias no Núcleo Colonial das Cannas, sendo 26 brasileiras, 18 italianas, 11 portuguesas e cinco belgas, totalizando 341 pessoas. A média de pessoas por família era alta, 5,68. Existiam 13 possuidores de lotes solteiros, sendo 11 brasileiros, 1 português e 1 belga. As famílias brasileiras diminuíram sua participação de 38 para 26, as portuguesas de 13 para 11, as belgas diminuíram em 50% sua participação, de 10 para 5 famílias, enquanto as italianas tiveram o acréscimo de 3 unidades, aumentando para 18 unidades familiares. De todos esses colonos, em agosto do mesmo ano, 22 haviam quitado as quatro prestações do valor de seus lotes, onze fizeram o pagamento da primeira, 22 de duas e três não haviam pago nem uma prestação.⁸¹¹

Com o progresso da lavoura, a Secretaria de Obras Públicas realizou estudo de dessecamento dos terrenos alagadiços desocupados constantes em Cannas, em Setembro de 1891. O engenheiro Bortolotti orçou esse trabalho em 13:001\$877, calculando que a venda dos 25 lotes que resultariam dessa obra renderia cinco contos de réis ao Estado. Seriam lotes de 10 hectares, no valor de 200\$000 cada. No ano seguinte, o Núcleo de Cannas foi ampliado para 111 lotes rurais.

Confiantes no bom desenvolvimento agrícola dos primeiros anos, alguns colonos foram à Companhia para empréstimos de financiamento agrícola e para aumento de seu patrimônio. De Dezembro de 1891 a Dezembro do ano seguinte, 19 empréstimos foram feitos a colonos de Cannas, onze dos quais para famílias estrangeiras. Esses empréstimos foram bem superiores aos de 1889, com valores que variaram de 700\$000 a 5 contos de réis, pois destinavam-se a compras de lotes, animais e carros de bois. O prazo para o pagamento da dívida também aumentou de 1 para 2 anos, e os novos valores agora exigiam hipoteca de bens como garantia.⁸¹²

Assim, o casal de colonos italianos Angelo e Palmira Soave compraram o lote 33, de João Francisco Guedes, no valor de 1:200\$000. A Companhia emprestou ao casal 1:400\$000, para a compra e custeio da lavoura, à qual ficava hipotecado o lote e

⁸¹¹ Relatório Apresentado pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de S. Paulo, em 31 de Março de 1892, ao Cidadão Dr. Alfredo Maia, Digno Secretário dos Negócios D'Agricultura, Commercio e Obras Públicas deste Estado, p.p. 65-66.

⁸¹² Para os empréstimos veja escrituras de hipoteca e penhor agrícolas dos anos de 1891-92. 1º Ofício, Lorena, APL.

penhorado o canavial.⁸¹³ Outro grande empréstimo foi feito ao italiano Germano Marioto e mulher, no valor de 3:183\$600, em 02 de Julho de 1892. O casal Marioto hipotecou o lote 32, pertencente a Martiniano Alves da Rocha e metade do 38, que possuía em sociedade com Pompeu Petronime. Estes possuíam canavial calculado em 60 carros de 1.500 kg, plantado no lote 38 e plantariam mais cana no lote 32. Estes colonos plantavam em seu lote e no lote de Martiniano, que possuía seis destes em Cannas.

O maior empréstimo, de 5 contos de réis, foi feito pelo português Carlos Bartholomeu de Andrade, em favor de Joaquim Gabriel e Antonio Domingos Leal, em 03 de Dezembro de 1892. Carlos comprou, este ano, um carro e três juntas de bois.⁸¹⁴

O resultado obtido foi muito positivo, pois os colonos das Cannas forneceram 10.000 toneladas ao engenho central, em 1892, quase 80% da matéria prima esmagada em suas moendas. Esse Núcleo foi responsável pela ampliação da quantidade de canas processada pela Companhia lorenense, cumprindo as expectativas geradas com sua criação. A cana era a principal cultura do Núcleo e responsável pela maior renda monetária de seus colonos.

Este ano marcou o auge da produção de cana desse Núcleo, cujos colonos se transformaram, em conjunto, nos maiores fornecedores, o que coincidiu com a maior safra do engenho central. A produção progredira bastante, desde sua ocupação em 1887. Havia no Núcleo boa quantidade de animais de trabalho, como cavalos, éguas, bois e muar, além dos animais de criação para o consumo doméstico das famílias, como galinhas e porcos.

MAPA ESTATÍSTICO DA PRODUÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL DE CANNAS (1892)				
(milho, batata, feijão, arroz em litros, cana em toneladas)				
Milho	Batata	Feijão	Arroz	Cana
75.840	7.760	45.440	41.880	10.000
10:617\$600	2:328\$000	10:905\$000	16:752\$000	90:000\$000

⁸¹³ ESCRITURA de hipoteca que passam Angelo Soave e sua mulher à CECL, 16/12/1891, 1º Ofício, Lorena, APL.

⁸¹⁴ ESCRITURA de hipoteca e penhor agrícola, 03/12/1892, 1º Ofício, Lorena, APL.

MAPA ESTATÍSTICO DA CRIAÇÃO NO NÚCLEO COLONIAL DE CANNAS (1892)							
Cavalos	éguas	Bois	porcos	cabras	muares	galinhas	Colméias
17	11	99	114	1	1	1.598	32
2:555\$000	1:100\$000	15:840\$000	1:140\$000	8\$000	200\$000	1:598\$000	25\$000

Fonte: Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Jorge Tibiriçá, Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Inspector Engenheiro Leandro Dupré, em 01 de Março de 1893.

A produção agrícola não era tão diversificada como de costume em outros Núcleos coloniais, cuja produção baseava-se principalmente nas culturas de alimentos para abastecer o mercado local. Produzia-se os alimentos básicos para a subsistência e dedicava-se o restante da terra para a produção de cana, principal gênero comercial aí produzido, cuja produção neste ano foi de 10.000 toneladas, que renderam aos colonos 90 contos de réis, 69% do valor da produção agrícola do Núcleo.

A produção de feijão, arroz, milho, batata e farinha, somada à criação de galinhas e porcos garantiam a subsistência das famílias enquanto a cana, vendida a preço fixo ao moderno engenho central, proporcionava uma renda monetária para o pagamento do lote e para cobrir outras despesas. O bom resultado dessa safra facilitou o pagamento das dívidas com o Estado e com a CECL e ao final do ano de 1892, a maioria dos colonos quitou seu lote.

A população de Cannas era composta por apenas três nacionalidades, além dos brasileiros. Em recenseamento dos Núcleos Coloniais feito pelo Estado, em 1892, constatou-se a presença de 309 pessoas habitando o Núcleo. Dessa população, 156 eram brasileiros (50,48%), 81 masculinos e 75 femininos; 112 italianos (36,24%), 57 masculinos e 55 femininos; 33 portugueses (10,67%), 17 masculinos e 16 femininos; 8 belgas (2,59%), 5 masculinos e 3 femininos. No total, eram 160 masculinos e 149 femininos, sendo 196 com 11 anos ou mais (63,43%), idade considerada apta para o trabalho. População jovem, com apenas 15 indivíduos acima dos 50 anos.

POPULAÇÃO DO NÚCLEO DE CANNAS (1892)														
nacionalidades	Sexo		Idades				Estado conjugal			Instrução		Religião		Total
	M	F	Até 10 anos	De 11 a 30	De 31-50	Mais de 50	S	C	V	Sabe ler	Não sabe ler	católico	acatólico	Total
Brasileira	81	75	79	53	17	7	133	19	4	20	136	156	-	76
Italiana	57	55	27	40	39	6	61	47	4	29	83	112	-	112
Portuguesa	17	16	6	13	12	2	15	16	2	5	28	33	-	33
Belgas	5	3	1	5	2	-	4	4	-	6	2	8	-	8
Total	160	149	113	111	70	15	213	86	10	60	249	309	-	309

Fonte: Relatório de Leandro Dupré em 1 de março de 1893.

POPULAÇÃO DO NÚCLEO RODRIGO SILVA (1892)														
Nacionalidades	Sexo		Idades				Estado			Instrução		Religião		Total
	M	F	Até 10 anos	De 11 a 30	De 31-50	Mais de 50	S	C	V	Sabe ler	Não sabe ler	católico	acatólico	Total
Brasileira	78	72	75	41	30	4	95	52	3	22	128	150	-	150
Belga	34	28	11	27	22	2	38	24	-	42	20	62	-	62
Italiana	19	20	9	18	9	8	12	25	2	9	30	39	-	39
Espanhola	11	5	7	3	6	-	10	6	-	1	15	16	-	16
Alemã	1	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1
Francesa	1	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	1	-	1
Africanos	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	1	-	1
Norte americana	1	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1	1
total	146	125	102	89	69	11	155	111	5	77	194	270	1	271

Fonte: Relatório de Leandro Dupré em 1 de março de 1893.

A maioria dos habitantes, 213, era solteira, 86 casados e 10 viúvos. A família brasileira possuía média maior de membros e quantidade maior de crianças, 79, o que somava 50,64% desse grupo, bem superior aos 24,10% dos italianos, 18,18% dos portugueses e 12,50% dos belgas. O quadro mostra bem o objetivo alcançado com a imigração: famílias cuja maioria dos membros estivesse apta ao trabalho, pois com o fim do trabalho escravo, a exploração do trabalho de toda a família transformou-se no objetivo central da lavoura paulista. Com exceção dos belgas, a grande maioria não era alfabetizada, pois de 309 pessoas apenas 60 o eram. Todos os brasileiros, italianos, portugueses e belgas eram católicos.

O mesmo sucesso não obteve o Núcleo Rodrigo Silva, em Porto Feliz. Distante de qualquer via férrea que o ligasse ao engenho central que possibilitasse o desenvolvimento da lavoura da cana ou a algum centro urbano para onde pudesse escoar uma produção comercial de gêneros alimentícios, o Núcleo definiu em seus primeiros anos, quando da ocupação pelas famílias belgas. A Inspeção Especial de Terras e Colonização de São Paulo, que passou a administrar o Rodrigo Silva, o encontrou em condições precárias, conforme relatou. Esta encontrou 13 das

“23 infelizes famílias que acompanharam o Padre Vanesse e que não puderam sair por se encontrarem em situação miserável, vivendo do producto da venda de moveis, roupas e toda a espécie de objectos de uso que haviam trazido e de que despojaram-se a todo o preço, pois que não eram agricultores e não podiam tirar da terra os meios de que careciam.

Até aqui o Nucleo Rodrigo Silva arrastou uma existência sem esperança de prosperidade, devido provavelmente á achar-se distante de estrada de ferro e não ter meio fácil de comunicação com a estação de Boituva, a que mais proxima lhe fica da linha Sorocabana.”⁸¹⁵

A Inspeção de Terras e Colonização assumiu e reorganizou esse Núcleo, nos primeiros anos da República. O mesmo contava, em 1892, com 67 lotes urbanos e 51 rurais. A produção foi de 50.000 litros de milho, 30.000 de feijão, 25.000 de batatas,

⁸¹⁵ Relatório do Inspector de Terras, Colonização e Imigração, Leandro Dupré, em 1 de março de 1893, p. 45.

10.000 de arroz e 30 quartéis de canas. Devido às difíceis condições de transporte e de para o engenho central e de financiamento, os colonos não desenvolveram a lavoura canavieira como fizeram os do Núcleo de Cannas. Como vimos no capítulo sobre a produção, esse engenho central operava com pequena quantidade de canas, menos que 5.000 toneladas, nos primeiros anos da República.

A população de 271 pessoas que ocupava o Rodrigo Silva era composta por variedade maior de nacionalidades, como mostra a tabela. Desse total de colonos, 150 eram brasileiros, sendo metade crianças até dez anos. Além dos brasileiros o Núcleo contava com 62 belgas, 39 italianos, 16 espanhóis, um francês, um alemão, um africano e um norte americano. Os quatro últimos todos homens e casados, provavelmente com mulheres de outra nacionalidade. A proporção de crianças nas famílias brasileiras era bem superior às das estrangeiras.

Em 1891, seis anos após a aprovação da lei, portanto, e depois de assumir e reorganizar os núcleos fundados pelo extinto Império, o novo Governo do Estado retomou a criação de núcleos coloniais. Para tanto foi comprada uma fazenda canavieira no ‘Norte da Província’. Em 23 de Setembro, foi autorizada a compra da Fazenda do Piaughy, no Bairro de mesmo nome, no município de Guaratingüetá, pertencente ao Capitão Francisco Rangel de Barros, fornecedor de cana ao engenho central desde 1885, como já apontamos anteriormente, pela qual o Estado pagou 60 contos de réis.⁸¹⁶

Nos meses de novembro e dezembro e nos primeiros do ano seguinte, foram realizados os trabalhos de divisão e demarcação dos lotes. A propriedade media 12.642.875m², equivalente a 261 alqueires de 48.400m², dividida em 180 lotes urbanos, 8 suburbanos e 95 rurais. O alqueire custou 230\$000 ao Estado. Sobre essa propriedade escreveu a Superintendência de Obras Públicas, já indicando o importante papel que o engenho central poderia desenvolver para o futuro Núcleo, pois aquele era comprador de cana dos antigos proprietários daquela fazenda:

“A boa qualidade das terras, a abundância de águas, a collocação á beira do Parahyba, navegavel, a proximidade do Engenho Central de Lorena, concorrerão

⁸¹⁶ Relatório do Inspector de Terras, Colonização e Imigração, Leandro Dupré, em 1 de março de 1893, p. 51.

para formação em Piaguhy de uma colônia com elementos de prosperidade e salutar exemplo para a tão necessária divisão do solo no norte deste Estado.”⁸¹⁷

Piaguhy foi ocupado em 1893, justamente no pior ano para a cultura da cana na região do engenho central de Lorena, atingida pela geada, e pela crise financeira da Companhia Engenho Central, o que gerou pequeno resultado dessa cultura nos primeiros anos da existência do Núcleo. Nesse ano, foram instaladas 86 famílias, somando 608 pessoas, média de mais de 7 indivíduos por família. Destes, 214 eram italianos, 149 espanhóis, 115 austríacos, 53 brasileiros, 38 alemães, 18 franceses, 13 portugueses, 8 belgas e 3 suíços. População bem mais diversificada do que a do Núcleo de Cannas, ocupado por brasileiros, italianos, portugueses e belgas. Diferentemente dos dois núcleos anteriores, a maior parte da população desse Núcleo era composta por estrangeiros.⁸¹⁸

Uma epidemia de cólera, no entanto, frustrou as boas perspectivas iniciais da colonização em Piaguhy, em 1893/94, com várias pessoas atacadas e com a morte do colono Seibt.⁸¹⁹ O resultado foi uma redução da população do Núcleo, que diminuiu de 608 para 552, em 78 famílias, acompanhada de uma recomposição interna na proporção entre nacionais e estrangeiros. O número de imigrantes caiu de 555 a 450, enquanto o de brasileiros aumentou de 53 para 102, somando 18,48%, em 1894.⁸²⁰

A produção de cana desse ano foi de apenas 217.500 kg, o que rendeu 4:350\$000 a alguns colonos. Os principais gêneros produzidos nesse primeiro ano foram milho, feijão, batata, repolho e farinha. No Núcleo de Cannas, as geadas interromperam a seqüência de anos de crescimento da produção de canas, cuja quantidade caiu de 10.000 toneladas, em 1892, para 1.269, neste ano, pouco mais de

⁸¹⁷ Relatório do Inspector de Terras, Colonização e Imigração, Leandro Dupré, em 1 de março de 1893, p. 67.

⁸¹⁸ Relatório apresentado ao Ex. Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Inspector Engenheiro Leandro Dupré, em 2 de Abril de 1894, pp. 25-26. AESP.

⁸¹⁹ Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Jorge Tibiriçá, Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Inspector Engenheiro Leandro Dupré, em 02 de Abril de 1894. AESP.

⁸²⁰ Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Jorge Tibiriçá, Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Inspector Engenheiro Leandro Dupré, em 19 de Fevereiro de 1895, p. 26. AESP.

12% daquela safra. A produção de gêneros alimentícios não foi prejudicada. Pelo contrário, aumentou a de milho, feijão e batata, além da produção de farinha. O mesmo ocorreu com a criação de animais, cujo número cresceu. O problema é que a cana era a principal cultura comercial, responsável pela maior parte da renda monetária dos colonos.

MAPA ESTATÍSTICO DA PRODUÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL DE CANNAS (1893) (milho, batata, feijão, arroz em litros, cana em toneladas)					
Milho	Batata	Feijão	Arroz	Farinha	Cana
143.350	4.600	53.000	32.200	18.650	1.269
20:055\$000	920\$000	15:900\$000	12:880\$000	5:968\$000	38:070\$000

Fonte: Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Jorge Tibiriçá, Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Inspector Engenheiro Leandro Dupré, em 2 de Abril de 1894.

O Oeste também sofreu com as geadas e a produção do Núcleo Rodrigo Silva diminuiu, nesse ano, com exceção da colheita de milho que aumentou para 171.500 litros. De canas a produção foi tão somente de 60 toneladas.

MAPA DA PRODUÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL RODRIGO SILVA, 1893 (milho, batata, feijão, arroz em litros, cana em toneladas)						
Milho	Batata inglesa	Batata doce	Feijão	Arroz	Farinha	Canas, ton.
171.500	950	13.800	24.500	15.000	12.500	60

Fonte: Relatório do Inspector de Terras, Colonização e Imigração, Leandro Dupré, em 2 de abril de 1894.

Essa queda na produção do principal gênero agrícola do Núcleo de Cannas complicou a vida de algumas famílias que haviam se comprometido com altas dívidas junto à CECL, nos anos seguintes. A quitação da dívida dos colonos para com o Estado, no período de 1888/1893, levou à emancipação de oito Núcleos Coloniais do Estado, entre os quais o de Cannas e o Rodrigo Silva, em 30 de Dezembro de 1893. Seus lotes entraram no regime comum de terras do Estado e os colonos se transformaram em pequenos proprietários de terras, agora sem a tutela do Estado, sujeitos às condições de mercado de sua lavoura.⁸²¹ Continuaram a fornecer canas aos respectivos engenhos centrais, que operaram com quantidade menor de matéria prima, até a venda para os franceses, em 1901.

⁸²¹ Decreto N ° 225^A – De 30 de Dezembro de 1893. Leis e Decretos de São Paulo, 1893, AESP. Foram emancipados com o mesmo Decreto os Núcleos Cascalho, Senador Antônio Prado, Barão de Jundiá, Rodrigo Silva, Ribeirão Pires, Quiririm e Boa Vista, ficando sob a administração do Estado os seguintes Núcleos: São Bernardo, Pariquera-assu, Sabaúna, Piaguhy e Bom Sucesso.

Apontamos como grande parte dos colonos de Cannas financiava sua lavoura através de empréstimos junto à CECL, mesmo depois da emancipação do Núcleo. Localizamos, no entanto, um caso interessante de um colono emprestar dinheiro a juros ao Comendador Arlindo Braga, grande acionista e diretor da Companhia. Antônio Marton, italiano que chegou ao Núcleo em 1887, emprestou 1 conto de réis ao Comendador Arlindo Braga, em 10 de Outubro de 1893, para receber em 1 ano, com 5% de juros. Em Agosto do ano seguinte, foi feito outro empréstimo, no valor de 900\$000 réis. Com o falecimento de Arlindo Braga, Antônio Marton não recebeu tal dívida, aparecendo como credor da quantia de 2:021\$850, da massa falida daquele. A família Marton é um dos casos de sucesso das famílias imigrantes que conseguiram manter a posse da terra e até aumentar sua pequena propriedade.⁸²²

A produção geral do Núcleo Piaghuy aumentou, em 1894, pois a população que ficou e as famílias ingressantes aumentaram sua lavoura, como veremos no mapa da produção. O valor total da produção agrícola de 54:778\$000 réis, no primeiro ano, alcançou a soma de 225:420\$920, em 1894. Mesmo assim, a população enfrentou dificuldades com a lavoura, devido à seca de junho a agosto e às abundantes chuvas de novembro e dezembro. Os colonos foram proibidos de vender produtos como melões, melancias, pepinos e outros alimentos, na cidade de Guaratinguetá, devido ao cólera. Com as canas plantadas, fabricaram 68 pipas de aguardente, no valor de 19:720\$000, ao invés de vendê-las ao engenho central.⁸²³

A população e a produção, no entanto, entraram em declínio e não mais alcançaram os níveis de 1894, até sua emancipação, em 11 de Janeiro de 1902. Em 1895, o Núcleo estava desfalcado de mais 20 indivíduos e a produção caiu a 99:665\$000, 44,21% daquela do ano anterior. Amenizou um pouco a situação o pagamento de salários que o Estado fez a colonos, por trabalhos prestados no Núcleo, como o término da estrada que o ligava à Guaratinguetá. Receberam 33:981\$610 pelos serviços.⁸²⁴

⁸²² PROCESSO1.234, 22/02/1896; Requerente: D. Carlota Moreira Braga; Assunto: concordata. 1º Ofício, Lorena, APL.

⁸²³ *Ibidem*, p. 26.

⁸²⁴ Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, apresentado ao cidadão Dr. Presidente do Estado pelo Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior, 1896, p. 35. AESP.

POPULAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL DE PIAGUHY 1893-1901															
Nacionalidades	1893		1894		1896		1897		1898		1899		1900		1901
	Família	Pessoas	Família	Pessoas	Família	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Família	Pessoas	Pessoas
Italiana	-	214	-	201	33	137	26	100	21	119	-	133	-	132	128
Espanhola	-	149	-	103	13	76	16	59	20	60	-	60	-	40	36
Austríaca	-	115	-	61	10	47	06	39	05	18	-	43	-	39	36
Brasileira	-	53	-	102	27	267	29	226	34	212	-	218	-	246	301
Alemã	-	38	-	17	02	10	06	25	07	31	-	14	-	-	-
Francesa	-	18	-	19	01	06	02	06	03	07	-	07	-	06	6
Portuguesa	-	13	-	12	01	01	02	03	02	02	-	01	-	03	4
Belga	-	08	-	07	01	07	01	07	01	07	-	07	-	05	7
Suiça	-	03	-	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sueca	-	-	-	24	02	08	02	07	02	07	-	-	-	07	6
Polonesa	-	-	-	03	01	03	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Russa	-	-	-	-	-	-	01	?	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77
Total	86	608	78	552	91	562	91	472	95	463	-	483	-	478	603

Fonte: Relatórios da Inspeção de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo, 1893/1901, anexos aos Relatórios da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. AESP

A queda generalizada deu-se nos gêneros de subsistência, como milho, feijão e farinha, pois a lavoura de cana foi pouco atingida. Neste ano, os colonos não fabricaram aguardente, vendendo os 681 carros de cana (1.021.500 kg) ao engenho, pelos quais receberam 17:025\$000 réis. Nas cinco últimas safras do engenho central em mãos da CECL, não deixaram os colonos desse Núcleo de contribuírem com certa quantidade de matéria-prima, que o vapor ia buscar em seu do porto do Paraíba.

Em 1896, o Núcleo obteve seu pior ano agrícola, com uma produção geral de apenas 69:384\$000, mas em compensação foi a melhor colheita de cana, principal lavoura desse ano. Os colonos venderam 1.545 carros de cana (2.317.500 kg), mais que o dobro da safra anterior, no valor total de 27:810\$000 réis. A cana respondeu por 40% do valor da produção agrícola do ano, no qual despencou a produção de gêneros de subsistência. Nem toda a cana foi vendida, pois houve produção de 23 pipas de aguardente.

O péssimo resultado agrícola desses dois anos expulsou um grupo de famílias imigrantes do Núcleo, causando a queda no número de colonos, que fechou a ano de 1897 com apenas 472 pessoas, 90 a menos que a população do ano anterior. O resultado não foi pior porque famílias brasileiras substituíram várias estrangeiras que foram em busca de melhores oportunidades. Com isso, os brasileiros somaram o maior grupo, chegando a compor 47,51% daquela população.⁸²⁵

Em seu relatório de 1896, escreveu o Secretário da Agricultura:

“O nucleo tem sido, effectivamente, assolado por seccas intensas e chuvas extraordinarias e inundações, que têm produzido o aniquilamento de suas plantações.

Um facto tambem contribuiu, no anno findo, para o depreciamento da producção, e foi o Ter-se dado a sahida de muitas familias de colonos, por atrazo nos pagamentos das prestações dos lotes, famílias essas substituidas por outras, mas que não tiveram tempo de cuidar opportunamente das plantações”.⁸²⁶

⁸²⁵ Relatório de 1896, apresentado ao Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, Presidente do Estado, pelo Dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho, Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pp. 43-46.

⁸²⁶ *Ibidem*, p. 46.

A população se estabilizou e a produção agrícola foi recuperada, nos últimos anos do século, alcançando 100:869\$000, em 1897; 94:877\$500, em 1898; 94:376\$500, em 1899; e 140:376\$500, em 1900 no último ano do século. Tal estabilidade gerou receita, pagamentos dos lotes e a consequente emancipação do Núcleo.⁸²⁷

A participação da cana diminuiu no conjunto da produção agrícola do Núcleo, baixando para 937 carros a quantidade de cana vendida em 1897, resultando também do aumento da fabricação de aguardente, que teve sua produção aumentada para 45 pipas. No ano seguinte, colheram 640 carros de canas e fabricaram 25 pipas de aguardente. O produto da venda dessa matéria prima foi sempre superior ao da fabricação de aguardente.⁸²⁸ Para os dois últimos anos do século, foi relacionado apenas o valor total da produção, já apresentados acima, sem especificar o valor da produção por produto.

No último ano de existência oficial (1901), Piaguhy recuperou-se completamente dos anos difíceis pelos quais passou. Sua população subiu a 603 pessoas, sendo 301 brasileiros, 128 italianos, 36 espanhóis, 36 austríacos, 7 belgas, 6 franceses, 6 suecos, 6 polacos, 4 portugueses e 77 de outras nacionalidades não indicadas no relatório. A produção agrícola somou 183:106\$740, a zootécnica 5:145\$000, média de 312\$191 réis por habitante.⁸²⁹ Nesse ano, os pequenos proprietários de Piaguhy e de Cannas forneceram perto de 7.000 toneladas para os franceses moerem no engenho central, em sua primeira safra. Em 1902, a quantia fornecida caiu para 4.500 toneladas. Nos dois anos supriram a empresa em mais de 50 % da matéria prima esmagada.⁸³⁰

⁸²⁷ Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1897, 1898, 1899 e 1900. AESP.

⁸²⁸ Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1897 e 1898. AESP.

⁸²⁹ Relatório de 1901, apresentado ao Dr. Domingos Corrêa de Moraes, Vice-Presidente do Estado, pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues, Secretário da Agricultura, p. 147.

⁸³⁰ J. Picard. *Op. Cit.*, pp. 90-91.

MAPA ESTATÍSTICO DA PRODUÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL DE PIAGUHY (1893 – 1897)										
Produtos	1893	Valor	1894	Valor	1895	valor	1896	Valor	1897	Valor
Milho, lt	113.600	15:904\$000	453.090	63:432\$600	246.800	34:552\$000	99.100	11:892\$000	199.750	27:965\$000
Bat. Ing./lt	28.500	6:840\$000	50.143	12:034\$320	20.350	4:884\$000	4.500	810\$000	5.500	999\$000
Bat. Doce/lt	2.600	520\$000	56.390	11:278\$000	83.100	14:958\$000	25.300	2:024\$000	14.000	1:680\$000
Arroz/lt	6.250	2:500\$000	9.454	3:781\$600	1.650	660\$000	3.750	1:275\$000	20.500	7:799\$000
Feijão/lt	43.000	12:900\$000	208.365	62:509\$500	33.750	10:125\$000	22.950	5:967\$000	10.300	4:120\$000
Farinha/lt	12.950	4:144\$000	107.140	32:142\$000	66.800	13:360\$000	29.950	6:589\$000	94.750	22:740\$000
Café/kg	1.575	2:520\$000	2.340	3:750\$400	1.755	2:106\$000	2.475	2:450\$000	2.715	1:629\$000
Rapadura/kg	-	-	3.330	1:332\$000	-	-	10.600	2:650\$000	-	-
Tomates/kg	-	-	2.500	500\$000	-	-	-	-	-	-
Mel/kg	-	-	-	-	-	-	35	35\$000	60	60\$000
Araruta/kg	-	-	-	-	-	-	350	520\$000	-	-
Cera/kg	-	-	-	-	-	-	-	-	30	75\$000
Açúcar/kg	-	-	-	-	-	-	-	-	600	180\$000
Aguardente			68 pipas	19:720\$000	-	-	23	3:450\$000	45	5:850\$000
Cana/carro	145	4:350\$000	-	-	681	17:025\$000	1.545	27:810\$000	937	18:740\$000
Lenha/carro	-	-	-	-	-	-	-	-	280	1:400\$000
Repolho/cab	1.700	5:100\$000	8.855	2:656\$500	19.950	1:995\$000	15.530	3:882\$000	47.000	7:050\$000
Pimentão/cento			1.000	2:000\$000						
Carvão/sacos			10.000	4:000\$000						
Ovos/dúzias			2.979	5:958\$000						
Total		54:778\$000		225:420\$920		99:665\$000		69:384\$000		100:869\$000

Fonte: Relatório de 1897, apresentado ao Dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide, Vice-Presidente do Estado de São Paulo, pelo Dr. Firmino M. Pinto, Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1897, p. 40.

O mesmo não ocorria com os antigos colonos do Núcleo Rodrigo Silva, em Porto Feliz. No final do século, os proprietários do engenho central dessa cidade construíram uma pequena ferrovia de 3 km para transportar as canas que fossem plantadas ali, mas a mesma foi muito mal planejada, sendo que as pequenas locomotivas da Companhia não venciam as ladeiras da cidade e os vagões com canas eram puxados por bois. No início do século XX, continuava difícil transportar cana para esse engenho central. Picard relatou, em 1903, que os colonos preferiam, quando plantavam canas, “produzir eles próprios seu açúcar nos pequenos engenhos do que entregar a matéria prima na usina.”⁸³¹ No ano seguinte, Sawyer descreveu a facilidade com que os tropeiros financiavam a fabricação de aguardente nessa Colônia: “Uma pequena moenda, algumas dornas de madeira e um alambique, custam bem pouco e os tropeiros chegam com o dinheiro na mão e esperam que se encham seus pequenos barris no próprio alambique, para levar a boa pinga para o Sertão.”⁸³²

Para dar utilidade a essa pequena via férrea a Sucrerie arrendou 30 hectares de terras próximos ao ponto final dos seus trilhos, mas o resultado não justificava os gastos com sua construção. Nesse caso, ao invés de criar pequenos fornecedores de canas, o Núcleo gerou pequenos produtores de açúcar e aguardente, nos moldes primitivos.

Piaguhy, emancipado em 11 de janeiro de 1902, não alcançou a importância do Núcleo de Cannas como fornecedor de matéria-prima ao engenho central, mas não deixou de contribuir com certa quantidade de cana àquela fábrica. O conjunto de famílias que o Estado instalou em ambos os Núcleos constituiu os principais centros de fornecimento de cana à moderna fábrica de Lorena. Dessa maneira, subsidiando a pequena propriedade, o Governo estadual colocou o trabalho familiar ao alcance dessa moderna indústria, fornecendo-lhe braços para a lavoura.

Ao analisar as condições de abastecimento da Sucrerie de Lorena, em 1903, Picard afirmou que a empresa dispunha “de um recurso da maior importância que lhe permitirá, se não tornar-se um brilhante negócio, pelo menos viver facilmente e dar resultados satisfatório, se se souber utilizar convenientemente esse recurso.” Tal recurso era as duas ‘colônias’ de Cannas e Piaguhy, cujos pequenos proprietários através do trabalho familiar poderiam fornecer mais de 10.000 toneladas de canas a preços

⁸³¹ J. Picard. *Op. Cit.*, pp. 78-79.

⁸³² Frederic Sawyer. *Op. Cit.*, pp. 44-45.

inferiores aos alcançados com a cultura própria, se tivessem suas lavouras financiadas, como tiveram antes, pois a “única cultura remuneradora que eles podem fazer é a de cana”.⁸³³

O engenho central Esther foi instalado na grande fazenda Funil, em 1905, ao lado do Núcleo Colonial Campos Salles. Esse foi fundado pelo Decreto 502 A de 4 dezembro de 1897, em terras da mesma fazenda. A área de 1.200 alqueires foi doada pela Companhia Carril Agrícola Funilense. Os serviços de divisão foram iniciados nesse ano e em dezembro haviam sido demarcados 136 lotes rurais, dos 200 lotes programados, e 5 áreas reservadas para campo de experiências, matas e uso comum. Para receber as primeiras famílias foram construídas 39 casas nos lotes rurais e 30 na sede. O núcleo foi aberto a imigrantes suíços e, no final de dezembro, 11 lotes rurais e 11 urbanos estavam ocupados por 46 pessoas: 28 do sexo masculino e 18 feminino, 32 maiores e 14 menores, 19 casados, 26 solteiros e 1 viúvo. O campo de experiência que existia no Núcleo de São Bernardo foi transferido para o Campos Salles.⁸³⁴ Famílias de várias nacionalidades foram alocadas nos últimos anos do século, ocupando quase totalmente os lotes rurais no Núcleo. Em dezembro de 1901, ocupavam o mesmo 195 famílias de agricultores, reduzidas a 184, em dezembro do ano seguinte, somando 911 pessoas. Havia grande rotatividade das famílias desse Núcleo e em 1902 apenas um lote havia sido quitado.⁸³⁵

Diferentemente dos três anteriores, o Núcleo Campos Salles precedeu a instalação da moderna indústria açucareira à qual viria fornecer alguma matéria prima. Seus colonos não produziam canas nem derivados, antes da instalação da usina Esther, em 1905. Dedicavam-se à produção de gêneros de primeira necessidade e à criação de animais. Vários colonos, principalmente os alemães e dinamarqueses, desenvolviam a produção de manteiga, vendida em Campinas e São Paulo.

Com a instalação da mais moderna unidade de produção açucareira em São Paulo, em 1905, a Sociedade Anônima Usina Esther doou parte de suas terras para

⁸³³ J. Picard. *Op. Cit.*, p. 90.

⁸³⁴ Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide, Vice-Presidente do Estado pelo Dr. Firmiano M. Pinto, Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publica de 1897. São Paulo, typographia Espindola, Siqueira & comp. 1898, pp. 83-84.

⁸³⁵ Relatório apresentado ao Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado pelo Dr. João Baptista de Mello Peixoto, Secretário da Agricultura de 1897. São Paulo, Typographia do Diário Oficial. 1903, pp. 187-188.

ampliação do referido Núcleo. O número de lotes rurais foi ampliado para 245, estando ocupados 233, após os serviços de divisão em lotes do ano seguinte. Nesse ano, já apareceu a produção de canas de várias espécies, no relatório da Secretaria da Agricultura, provavelmente para fornecimento à usina, pois não apareceu produção de açúcar ou aguardente. Essa usina possuía grandes canaviais, não sendo assim dependente do fornecimento de terceiros, mesmo recebendo matéria prima desses.⁸³⁶

O quadro abaixo apresenta a evolução na ocupação do Núcleo Campos Salles, no primeiro decênio do século XX. A pequena população de 46 indivíduos, de dezembro de 1897, alcançou 1.343, dez anos depois. A exemplo dos Núcleos anteriormente tratados, famílias brasileiras também tiveram acesso à pequena propriedade gerada pela fragmentação de parte da fazenda Funil. No final do século XIX, nos primeiros anos de ocupação, 75 % da população eram compostos por famílias estrangeiras, com as maiores comunidades de alemães e suíços. Os brasileiros entraram em maior número, nos anos seguintes, alterando a composição da população dessa localidade. Em 1908, os lotes eram ocupados por famílias de mais de uma dezena de nacionalidades, com predomínio dos brasileiros, que formavam 50,42 % em 1908, e 54,95 % dessa população, em 1909. Algumas famílias estrangeiras optaram por saírem do Núcleo, como mostram os dados dos dois últimos anos acima, enquanto aumentou o de brasileiras. Entre os estrangeiros continuava o predomínio dos alemães, que criaram uma escola própria para a comunidade. Os italianos, austríacos, suíços e espanhóis também estavam representados em bom número.

⁸³⁶ Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da agricultura, anno de 1905. São Paulo, Typographia Brasil de Rothschild, 1906, 144. Idem, 1906, pp. 196-197.

OCUPAÇÃO E POPULAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL CAMPOS SALLES 1899-1909				
	1899	1902	1908	1909
Lotes rurais ocupados	68	184	234	237
Lotes vagos	118	16	1	1
Lotes reservados	6	6	1	1
Lotes abandonados	14	-	-	-
A cargo do Estado	-		6	6
Lotes urbanos ocupados	7	19	-	28
Lotes urbanos vagos	21	7	-	2
Lotes urbanos reservados	-	4	-	-
POPULAÇÃO				
Rural	-	-	1.172	1.182
Urbana	-	-	137	161
Total	330	911	1.309	1.343
NACIONALIDADES				
Brasileira	81	356	660	738
Alemã	95	173	240	189
Italiana	2	-	181	187
Espanhola	-	-	34	34
Austríaca	13	176	81	86
Suíça	70	56	39	43
Sueca	10	44	22	22
Dinamarquesa	-	-	13	14
Francesa	-	2	5	4
Russa	4	29	1	7
Portuguesa	-	6	-	7
Diversa	-	-	36	12
População escolar (6 a 12 anos)	-	-	314	308
Crianças matriculadas	-	-	40	99
Nascimentos			35	13
Casamentos			18	13
Óbitos			14	6
Entrada de colonos			12 famílias	10 famílias
Saída de colonos			-	7 famílias

Fonte: Relatório apresentado ao Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado pelo Dr. João Baptista de Mello Peixoto, Secretário da Agricultura de 1897. São Paulo, Typographia do Diário Oficial. 1903, pp. 187-188. Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins, Presidente do Estado pelo Dr. Antonio da Padua Salles, Secretário da agricultura, anno de 1909. São Paulo, typographia Brasil de Rothschild, 1910, p. 168.

Campos Salles era maior do que os três Núcleos anteriores. Suas terras foram divididas em 245 lotes rurais e 30 urbanos, dos quais estavam ocupados 237 e 28,

respectivamente. Muitos dos lotes rurais foram vendidos sem a construção de casas definitivas e vários colonos em boas condições e prosperidade econômica se recusavam a pagar as prestações devidas, “sem que, entretanto, o Director possa agir para a regularidade desses pagamentos em vista da lacuna regulamentar sobre o assumpto.” contava com área cultivada de 631 alqueires, em 1908, e 644,5, no ano seguinte.⁸³⁷

Além de fornecer pequena quantidade de cana à moderna fábrica alguns colonos desenvolveram a produção de derivados de canas com técnicas rudimentares, que aos poucos estavam sendo substituídas pela moderna tecnologia. O Núcleo Campos Salles serviria, também, como reserva de trabalhadores para a lavoura da Sociedade açucareira, especialmente nos momentos do corte da cana. Nos anos seguintes, mais de 1.300 pessoas, entre adultos e crianças de várias nacionalidades ocupavam e produziam em seus lotes.

Os quatro Núcleos Coloniais aqui analisados fizeram parte da política mais ampla do Governo do Estado para atração e fixação de imigrantes através da fragmentação de propriedades em pequenos lotes, com o objetivo de produzir gêneros de primeira necessidade para o abastecimento dos núcleos urbanos e criar viveiros de trabalhadores para a grande lavoura. Foram fundados no momento de implantação das primeiras unidades modernas de produção de derivados de cana na Província/Estado de São Paulo, os engenhos centrais, com o claro objetivo de criar pequenos fornecedores de canas, na tentativa de separar as atividades agrícola e industrial. Durante vários anos, através da exploração do trabalho familiar, esses colonos estrangeiros e brasileiros produziram os gêneros básicos de sustentação da família, criaram animais e plantaram, cortaram e venderam canas para o nascente setor industrial do açúcar.

⁸³⁷ Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins, Presidente do Estado pelo Dr. Antonio da Padua Salles, Secretário da agricultura, anno de 1909. São Paulo, typographia Brasil de Rothschild, 1910, pp. 166-168.

CAPÍTULO 12 - OS TRABALHADORES DO AÇÚCAR

As Companhias de engenhos centrais que ergueram suas fábricas dentro da política imperial de garantia de juros eram proibidas de usar trabalho escravo deste a construção do empreendimento. Dessa forma, a construção dessas unidades mobilizava um conjunto de trabalhadores livres assalariados na construção dos edifícios, ferrovias e assentamentos das máquinas. Durante um ano, normalmente, trabalhadores braçais, pedreiros, carpinteiros e toda uma gama de profissionais ligados ao setor de construção trabalhavam para levantar a nova instalação. Em seguida, um grupo de trabalhadores especializados, sob os auspícios de algum engenheiro contratado, montava toda a maquinaria industrial importada.⁸³⁸

A grande indústria dos derivados de cana funcionou, desde seu início, sem o concurso do trabalho cativo, o que acelerou, no setor, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, baseadas no trabalho assalariado.⁸³⁹ A implantação dos primeiros engenhos centrais paulistas, na última década da escravidão, criou um pólo de trabalho livre assalariado dentro da economia escravista vigente até então. Esse capítulo versa sobre esses trabalhadores do açúcar dos modernos engenhos centrais, até pouco antes da primeira guerra mundial.

A mobilização dos trabalhadores livres pelas Companhias de Engenho Central teve início em 1877, com a construção do central de Porto Feliz. A responsabilidade da construção e montagem dessa unidade de Porto Feliz, nos anos de 1877-78, coube ao engenheiro André Paturau, representante da *Brissoneau Frères* no Brasil. Durante todo o final do século XIX, o setor sentiu com a carência de mão de obra especializada no País para instalar e operar a nova maquinaria. Além desse engenheiro, a Companhia trouxe quatro especialistas do estrangeiro, conforme informou o correspondente da vizinha cidade: “Achão-se já aqui quatro operários mechanicos que a Companhia mandou vir da Ilha Mauricio, expressamente para trabalharem no assentamento das machinas e no fabrico do primeiro assucar.”⁸⁴⁰

⁸³⁸ Decreto Nº 8098, de 21 de Maio de 1881, Leis do Império do Brasileiro, cláusula XX. Contrato entre o Governo..., artigo 20.

⁸³⁹ Veja Sônia Bayão Rodrigues Viana, *op. cit.*, Capítulo 4.

⁸⁴⁰ Imprensa Ytuana de 10 de junho de 1877. MRCL.

Desmobilizados os homens da construção, entravam em cena os trabalhadores do açúcar, responsáveis pelo transporte da cana e pelas diversas operações de fabricação de seus derivados e reparações das máquinas. A completa mecanização da produção açucareira transformou o trabalho humano empregado na fabricação de derivados de cana. O trabalhador que antes dominava o processo de produção foi transformado em “vigia” da moderna maquinaria, que ditava o ritmo do trabalho com suas máquinas parcelares encadeadas e seu sistema de transmissão da matéria processada. O trabalhador não mais manuseava o caldo e elaborava o açúcar, pois todas essas tarefas eram realizadas pelo conjunto de máquinas da moderna tecnologia industrial. A produção aparecia como uma exterioridade ao novo trabalhador, fruto da industrialização capitalista.⁸⁴¹

Como vimos pela citação acima, os quatro operários mecânicos da Ilha Maurício vieram também para trabalhar na fabricação. As Companhias contratavam um quadro fixo de funcionários especializados para o fabrico do açúcar e para operar o sistema de transporte, ao qual se somava outro grupo de trabalhadores temporários, ao longo do período de moagem, graças à sazonalidade da safra na agroindústria açucareira. Os operários eram distribuídos nos setores de produção e alimentação da fábrica: os foguistas alimentam as caldeiras produtoras de vapor, enquanto outros operários se encarregavam do abastecimento e operação da moenda. Outros eram responsáveis por fazer funcionar o sistema de defecação/filtração do caldo, seguidos pelo evaporador que vigiava o tríplice efeito e os cozedores dos aparelhos a vácuo. Por fim, os operários das turbinas. Ao lado, trabalhavam os operários do alambique.

Na primeira safra em Porto Feliz, o pessoal ocupado no trabalho do engenho era composto por 90 homens, com jornada de 12 horas diárias, sendo alguns deles empregados no vapor e nas seis chalanas utilizados no transporte da matéria prima no rio Tietê.⁸⁴² O transporte terrestre feito com carros de bois poderia ser realizado pelos trabalhadores a serviço da Companhia ou por autônomos contratados. Enquanto permaneceu sob domínio do capital nacional, até 1901, a fábrica não foi dotada de ferrovias.

⁸⁴¹ Para uma análise acurada da especificidade do trabalho na grande indústria açucareira ver José Sérgio Leite Lopes, *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, especialmente os capítulos 1 e 2. Para os trabalhadores do primeiro engenho central do País veja Sônia Bayão Rodrigues Viana, *op. cit.*, Capítulo 4.

⁸⁴² Ofício da Câmara Municipal de Porto Feliz de 11 de outubro de 1878. AESP, cx. 387, ordem 1182.

Em fins de 1879, por contrato, a Companhia de Porto Feliz entregou a direção técnica de seu engenho central ao engenheiro André Paturau, que se obrigava a moer 75 carros de 100 arrobas de canas em 12 horas, podendo ultrapassar esse tempo em uma a três horas. Os trabalhadores seriam contratados pela Companhia, de acordo com o pedido do diretor engenheiro. Por esse trabalho o mesmo receberia gratificação de dez contos de réis, sendo três contos em ações da Companhia, dois em dinheiro e cinco após cumprir os compromissos, cuja forma seria combinada. Paturau passaria a fazer parte dos acionistas da empresa.⁸⁴³ Anos depois, os síndicos da massa falida dessa Companhia justificaram a manutenção desse engenheiro da seguinte forma:

“por falta de conhecimentos technicos da maioria dos empregados do Engenho, a Directoria resolveu conservar o Engenheiro Dr. André Paturau, como o Engenheiro da Companhia e a contractar o Dr. Fernando Dumolin, que o substituiu, sendo necessário, com o ordenado de 300\$000.”⁸⁴⁴

De posse da responsabilidade técnica da empresa, André Paturau empregou seu filho e genro na fábrica, ação que foi repelida pela diretoria. O mesmo enfrentou problemas com os trabalhadores fornecidos pela Companhia, que pelo jeito não seguiam o ritmo desejado pelo engenheiro. Em certo momento disse que os trabalhadores livres trabalhavam quando queriam. Estariam os operários da fábrica resistindo ao ritmo imposto pelo regime fabril? A Companhia não cumpriu o combinado com André Paturau e após duas safras sem receber a gratificação acertada ele impetrou uma ação ordinária contra a mesma, em 1881, buscando recebê-la.⁸⁴⁵

A ação ordinária levou ao afastamento de André Paturau da gerência técnica da Empresa. Na safra de 1882, sob o comando do novo diretor técnico, engenheiro Antonio de Toledo Piza, o total de homens ocupados no trabalho dessa empresa variava entre 95 e 100 e os gastos com os empregados mensalistas atingiram 12:180\$144. Toledo Piza dedicou-se à redução dos gastos com a força de trabalho do engenho, como informou o

⁸⁴³ Escriptura de contrato que faz a Companhia Assucareira d’esta cidade de Porto Feliz representada pelos seus Directores, Antonio de Paula Leite de Barros, Luis Antonio de Carvalho, Francisco Antonio da Fonseca e Frederico Brand, com o senhor Dr. André Patureau. 12/12/1879. Porto Feliz, 1º Ofício, livro 33, fls 19-20.

⁸⁴⁴ Relatório das causas... fl 43.

⁸⁴⁵ Ação ordinária. Engenheiro André Paturau (A). Companhia Assucareira de Porto Feliz (Ré). Juízo do Commercio da Cidade Porto Feliz, 1881. MRCI, pasta 146. Sobre os trabalhadores, fl 18. Pedro Holts era o guarda livros da Companhia.

Gerente da Companhia, Luiz Antonio de Carvalho: “graças ao zelo e boa vontade do engenheiro da Companhia, Dr. Antonio de Toledo Piza, conseguiu-se grande redução no preço do trabalho diário do Engenho durante a safra.”⁸⁴⁶ A façanha foi alcançada substituindo trabalhadores adultos por meninos, reduzindo a diária de 1\$500 a quantidades que não excedia 1\$000. O engenho central não explorava trabalho escravo, mas não deixou de fazê-lo com o trabalho infantil.

Enquanto André Paturau brigava na justiça para receber pelos trabalhos prestados, os trabalhadores da construção foram mobilizados para o erguimento dos engenhos centrais de Piracicaba, Lorena e Capivari, entre 1881 e 1884. Os dois primeiros foram montados pelo mesmo Paturau, representante da Casa Brissonneau Frère & Cia., sendo primeiramente o de Piracicaba, cuja maquinaria foi montada e testada em 1882. O engenho de Lorena foi construído a partir de setembro de 1883 e em outubro do ano seguinte deu-se sua inauguração. Em Capivari, a construção e montagem ficaram a cargo de Henri Raffard e do engenheiro Tyndall, que chegaram à Vila em dezembro de 1882 e foram recebidos com banda de música. O edifício foi construído de abril a novembro e em seguida foi levantada a Villa Raffard, em homenagem ao fundador e diretor gerente, à margem do rio Capivari e da Estrada de Ferro Ituana, dotada de agência postal, hotel, padaria, cervejaria, açougue e uma vila operária para cerca de 250 pessoas. Assentadas as máquinas a fábrica inaugurada em maio de 1884.⁸⁴⁷

Em maio de 1883, a diretoria da Companhia de Piracicaba informou os seguintes gastos com pessoal na construção e montagem da fábrica: 14:731\$290 com carpinteiros, 25:753\$875 com pedreiros e serventes, além de 43:584\$490 com movimento de terras, serviço de carroças, pedreira e assentamento das máquinas. Diferentemente da Companhia de Porto Feliz, a de Piracicaba implantou ferrovias agrícolas, com o que já gastara 32:138\$736, nessa mesma data. A ferrovia exigia o trabalho especializado do maquinista, além do trabalhador para alimentar a locomotiva. Os salários mensais dos

⁸⁴⁶ Relatório de Luiz Antonio de Carvalho aos Acionistas, 31 de Dezembro de 1882, p. 8. In: Jonas Soares de Souza. O Engenho Central de Porto Feliz. Anais do Museu Paulista, 1971-1974, p. 35.

⁸⁴⁷ Ofício de Henri Raffard de 19 de novembro de 1883. AESP, cx, ordem. A Gazeta de Piracicaba de 13 de dezembro de 1882 noticiou a chegada dos dois engenheiros.

trabalhadores da empresa consumiram, até esse momento, 21:250\$000.⁸⁴⁸ No final do ano, a ferrovia ainda não havia sido concluída.⁸⁴⁹

No final da safra 1884, a Companhia havia assentado 13 km de trilhos, sendo 9 na linha principal e 4 nos desvios. Não estava completa, ainda, como informou o Presidente da Província: “os serviços das linhas não podem ter maior desenvolvimento pela distração do pessoal em outros mysteres durante a moagem, e por não está concluída a ponte sobre o rio Corumbatahy, pela qual tem de ser transportado o material preciso”. A construção dessa ponte foi contratada ao engenheiro Miguel Assumpção pela quantia de 24 contos de réis, responsável pela contratação dos trabalhadores.⁸⁵⁰

As Companhias de Capivari e de Lorena também construíram linhas férreas agrícola para o rápido transporte da matéria prima, em 1884, o que implicava contratação de pessoal para sua operação. Em Lorena foi montado um sistema de transporte de cana que interligava o transporte fluvial no rio Paraíba, através da navegação a vapor, ao ferroviário, através da construção de uma pequena ferrovia de 1.900m que ligava o engenho central ao rio. Homens livres a construíram nos meses de agosto e setembro de 1884, sob o comando do empreiteiro Alfredo Guedes Pinto, residente na cidade de Taubaté.⁸⁵¹

O engenho central de Piracicaba operou com 50 trabalhadores na pequena safra experimental de 1882, metade do quadro de Porto Feliz, no mesmo ano.⁸⁵² O número aumentou nos anos seguintes, já que a fábrica de Piracicaba tinha maiores dimensões do que a de Porto Feliz. A maioria dos funcionários da empresa de Piracicaba era inexperiente e apresentava certa dificuldade em lidar com o novo trabalho, devido “á falta de pratica dos trabalhadores, que em sua maior parte são novatos no serviço”,

⁸⁴⁸ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 1ª sessão da 25ª Legislatura, em 16 de janeiro de 1884, pelo Presidente Barão de Guajará. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1884, p. 57.

⁸⁴⁹ Ofício do Gerente da Companhia Engenho Central de Piracicaba, Estevão Ribeiro de Souza Rezende. Novembro de 1883. AESP, Ofícios Diversos de Piracicaba, cx 378, ordem 1173.

⁸⁵⁰ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 26ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo Presidente Dr. José Luiz de Almeida Couto. S. Paulo, Typographia da Gazeta Liberal, 1885.

⁸⁵¹ ESCRITURA de Contracto de uma linha ferrea que faz a CECL, com o Empreiteiro Alfredo Guedes Pinto, pela quantia de R\$ 6:400\$000, em 30/07/1884.

⁸⁵² Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2ª sessão da 23ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1883, pelo Presidente conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, S. Paulo, Typographia do Ipiranga, 1883, pp. 72-73.

conforme informava o jornal local.⁸⁵³ Não sabemos se todos faziam parte do quadro de funcionários permanente da Companhia, nesse primeiro momento. Todas as companhias funcionavam, durante os meses de moagem, com um conjunto de trabalhadores diaristas sem qualificação profissional que eram dispensados com o término da mesma.

O engenho central de Capivari deu início às suas atividades com o mesmo número de trabalhadores daquele de Piracicaba, em 1884, sendo 25 permanentes, mais o Gerente, e 25 flutuantes. O quadro do pessoal permanente, relacionado abaixo, nos apresenta a organização dos operários especialistas no novo setor industrial e de transporte como também dos seus vencimentos. Lembramos que as quatro fábricas possuíam o mesmo conjunto de máquinas parcelares de produção, como já apresentamos no capítulo anterior. O diretor gerente da empresa no Brasil e o guarda livros percebiam os maiores salários. Os trabalhadores da produção eram geridos por um chefe de fabricação e outro de destilação, que, junto com o chefe maquinista, que na linguagem da época queria dizer o chefe de manutenção da maquinaria, o homem da oficina, recebiam 3 contos anuais. Era metade dos vencimentos do diretor gerente.

Seguindo o fluxo da produção existia um responsável pela moenda e três trabalhadores do sistema de defecação, um deles para colocação do ácido sulfuroso. Esses eram os que recebiam menores salários, pois não eram trabalhos especializados de operação de máquinas, como no caso do evaporador do tríplice efeito e do cozedor dos vácuos. Esses últimos percebiam metade dos vencimentos dos chefes. O cozedor para atuar nos dois aparelhos contava com o auxílio de um ajudante e um praticante. Não aparece nenhum funcionário especialista no setor de turbinagem da massa cozida. Nas caldeiras trabalhavam um empregado dos geradores de vapor, um foguista e um ajudante.

Compunha o quadro funcional da Companhia também o pessoal do transporte, formado por dois maquinistas de locomotivas e os respectivos foguistas. O salário dos maquinistas era inferior ao do evaporador e do cozedor. Completavam o quadro de 25 pessoas o pesador de cana, o despachante almoxarife, o mestre ferreiro, o mestre fornecedor e o guarda noturno. Após o fim da moagem, todos trabalhavam no serviço de limpeza e manutenção da fábrica.

⁸⁵³ Gazeta de Piracicaba de 15.11.1882. BPP.

TABELA DE PESSOAL DO ENGENHO CENTRAL DE CAPIVARI, 1884	
Administração no Brasil	
1 diretor gerente	6:000\$000
1 guarda-livros	4:000\$000
Pessoal do engenho e anexo	
1 chefe de fabricação	3:000\$000
1 chefe de destilação	3:000\$000
1 chefe maquinista	3:000\$000
1 despachante e almoxarife	1:800\$000
1 cozedor	1:500\$000
1 evaporador	1:500\$000
1 ajudante cozedor	1:200\$000
1 praticante	1:200\$000
1 empregado de geradores	1:200\$000
1 foguista dos geradores	1:200\$000
1 mestre ferreiro	1:200\$000
1 mestre fornecedor	1:200\$000
1 pesador de canas	1:200\$000
1 guarda noturno	1:200\$000
1 maquinista de locomotiva	1:200\$000
1 maquinista de locomotiva	1:200\$000
1 empregado das moendas	900\$000
1 empregado de ácido sulfuroso	600\$000
1 ajudante defecador	600\$000
1 ajudante defecador	600\$000
1 foguista para a locomotiva	600\$000
1 foguista para a locomotiva	600\$000
1 ajudante do foguistas dos geradores	600\$000
Total	30:300\$000

Fonte: Relatório publicado por ordem do conselheiro João Ferreira de Moura e apresentado por Luiz Monteiro Caminhoá, engenheiro fiscal do terceiro distrito. Rio de Janeiro, imprensa Nacional, 1885, p. 27-28.

Em alguns momentos, trabalhavam também na elaboração dos produtos com a matéria prima que ficava nos depósitos. Para safra de 1885, projetava um gasto de 46:750\$000 com a força de trabalho, sendo 10 contos com o pessoal da administração, 30 com o quadro permanente e 6:750\$000 com os trabalhadores “flutuantes”. Para abrigar seus funcionários e tê-los à disposição da fábrica a Companhia construiu uma vila operária em frente a mesma.⁸⁵⁴

A organização do quadro de pessoal permanente do engenho central de Lorena diferia daquele das outras três unidades, como mostramos a seguir com os empregados da primeira safra completa, em 1885.

Em Lorena, nenhum operário que trabalhava com as máquinas fazia parte do quadro permanente de empregados, mas apenas os técnicos responsáveis por toda a linha de produção: o engenheiro diretor, o maquinista e o chefe de fabricação. O engenheiro diretor era o responsável pelo funcionamento geral do engenho central. Supervisionava todo o processo produtivo da fábrica. Homem de ciência, graduado em engenharia, respondia por novas construções de ferrovias e edificações. Em todas as safras, produzia relatórios técnicos da produção, para os dois diretores da Companhia. Nesse ano ocupava o cargo Fernando Paturau, irmão de André Paturau. Esse voltou a dirigir o engenho central de Porto Feliz, com o arrendamento de 1885. O diretor técnico do central de Capivari também era estrangeiro, o britânico Henry White.

⁸⁵⁴ Relatório publicado por ordem do conselheiro João Ferreira de Moura e apresentado por Luiz Monteiro Caminhoá, engenheiro fiscal do terceiro distrito. Rio de Janeiro, imprensa Nacional, 1885, pp. 8-10.

MAPPA DO PESSOAL DO ENGENHO CENTRAL DE LORENA (1885)
PESSOAL TECNICO
1 Engenheiro Director
1 Machinista
1 Chefe de fabricação
ESCRITORIO
1 guarda – livros
1 servente
ARMAZEM
1 Fiel (serve de apontador)
PESSOAL DA LINHA FERREA
1 Machinista
1 Foguista
1 Chaveiro
NAVEGAÇÃO FLUVIAL
1 Machinista
1 Foguista
1 Mestre de Barcas
1 Piloto
6 Barqueiros
6 Ajudantes

Fonte: Relatório Apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, na Sessão Ordinaria de 1886, pelos seus Administradores Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo. São Paulo, Typographia King, 1886. APL.

Abaixo na hierarquia aparecia o maquinista, termo usado nesse caso para o ajustador, montador de máquinas e electricista. Era o profissional da oficina, responsável pela manutenção da maquinaria da fábrica. A exemplo do diretor técnico o maquinista de Lorena também era estrangeiro. Em 26 de Dezembro de 1884, após os testes na pequena safra experimental, a Companhia contratou o francês Joseph Meeus, ajustador, montador de máquinas e electricista, pelo prazo de 30 meses. Vejamos o contrato de locação de serviço, contendo 7 itens:

1º Obriga-se o outorgante locador a permanecer n'esta Cidade de Lorena, pelo tempo de trinta meses, a contar do dia 1º de Novembro proximo passado, ao serviço da outorgada locataria, na qualidade de ajustador, montador de machinas e electricistas, conformando-se, durante esse praso com os Regulamentos do Engenho, quanto as horas de trabalho e descanso.

2º Durante o tempo de duração do presente contracto, o outorgante locador se occupará principalmente da inspecção, boa marcha e conservação de todo o machinismo do Engenho, não podendo em caso algum ausentar-se do serviço sem previa licença da Administração.

3º O Outorgante locador perceberá, além da habitação que a Companhia lhe fornecerá, o vencimento mensal de dusetos e cincoenta mil réis, dos quais a Companhia lhe entregará mensalmente n'esta Cidade cem mil réis, moeda brasileira, sendo o restante de seis em seis mezes remmetidos a seu pai Louis Meeus, em França, por intermedio do Engenheiro André Paturau, ou seo procurador. Esta remessa será feita, sem retardamento, quando a Companhia julgar mais conveniente, de modo que cada remessa semestral seja sempre de dous mil dusetos e cincoenta francos.

4º Terminada o praso da condição primeira, a locataria fica obrigada a fornecer ao locador uma passagem de Segunda classe até Nantes, bem como metade dos vencimentos de um mez; isto é, cincoenta mil réis – moeda brasileira, e cento e oitenta e sete francos, durante a sua viagem de regresso, não excedendo esta de um mez.

5º O outorgante locador fica obrigado a prestar a Companhia locataria, sem prejuiso, e alem dos serviços mencionados na condição Segunda, todos os outros que lhe sejam exigidos em beneficio da Empreza, sem direito por elles a qualquer outra retribuição.

6º A outorgada locataria poderá dispensar os serviços do locador, sem previo avizo, em qualquer tempo, desde que elle dê para isso motivo, quer por má conducta, quer recusando-se ao trabalho. Nesta hypothese, será ella obrigada apenas a fornecer-lhe a passagem estipulada na condição Quarta, e a pagar-lhe os vencimentos a que tiver direito até o dia em que for notificada a dispensa.

7º No caso de desastre, ou ferimento em serviço, não provindo de má conducta, o outorgante locador terá direito aos vencimentos taxados na condição terceira, em quanto estiver fora do exercicio effectivo de se emprego, devendo a locataria ministrar-lhe os socorros de medico e botica enquanto precisar. Fica entendido que o locador voltará ao desempenho das obrigações, ora contrahidas, logo que obtenha alta do facultativo que o tratar.⁸⁵⁵

Completava o trio especializado no interior da fábrica o chefe de fabricação, responsável pelo cozimento do açúcar e fabricação de aguardente. Era o único brasileiro dos três. Nos mesmos termos do contrato acima, com exceção do item quarto que trata de passagem para a França, assinou contrato de locação de serviço com a Companhia, em 30 de Dezembro de 1884, para exercer a função de “cosinhador d’assucar”, Paulo Luis da Silva.⁸⁵⁶ Este recebia salário mensal de 150\$000, 100 mil réis a menos do que o maquinista Meeus. Além do salário em dinheiro, estes altos funcionários da Companhia recebiam moradia enquanto estivessem trabalhando para a mesma, à medida que todos eram de fora do Município.

Assinado o contrato, o funcionário era obrigado a cumprir o código disciplinar do engenho, conforme o primeiro item. Interessante notar que, pelo contrato, a Companhia pode dispensar os funcionários a qualquer momento, mas o contrário, o empregado ter o direito de se desligar dos trabalhos da Companhia, não está prescrito naquele. Possuíam o direito a tratamento médico em caso de acidentes, desde que este não tivesse ocorrido por má conduta, claro.

Como demonstra o mapa acima, os trabalhadores do setor de transporte de matéria prima formavam o maior contingente do quadro fixo de trabalhadores da Companhia, somando 19 funcionários, num total de 25. Fora eles, apenas o guarda livros e seu servente auxiliar, o fiel responsável pelo armazém e os três funcionários mais qualificados profissionalmente, responsáveis pela parte técnica.

⁸⁵⁵ ESCRITURA de locação de serviço que faz a Companhia Engenho Central de Lorena, com Joseph Meeus, pelo tempo de 30 mezes, por 7:500\$000. 1º Cartório, Lorena, 26/12/1884, APL.

⁸⁵⁶ ESCRITURA de locação de serviço que faz a Companhia Engenho Central de Lorena, com Paulo Luis da Silva, pelo tempo de 30 mezes, pelo valor de 4:500\$000. 1º Cartório, Lorena, 30/12/1884, APL.

Diferentemente das três outras Companhias, a de Lorena reunia e interligava o transporte fluvial e ferroviário, mantendo funcionários especializados em cada um desses setores de transporte de matéria prima. O setor de transporte era interligado às margens do Paraíba, onde era feita a transferência da cana que chegava pela navegação a vapor pertencente à Companhia para os vagões da pequena ferrovia que a transportava para as moendas do engenho. Destacavam-se nesse setor os maquinistas e o piloto, os quais lidavam com a moderna tecnologia dos transportes. Junto a estes, trabalhavam seus auxiliares foguistas, alimentadores das fornalhas, e chaveiro.

Existia ainda, neste ano, o mestre das barcas e os barqueiros e ajudantes, trabalhadores braçais que cuidavam da carga e descarga da cana. Estes recolhiam a cana dos fornecedores ribeirinhos e a traziam para o porto do engenho, onde continuava o serviço de transferência para os vagões. O setor fluvial utilizava maior número de trabalhadores, graças à pequena escala de transporte por unidade e ao trabalho de carregamento e descarregamento. Como esses trabalhadores faziam parte do quadro fixo de pessoal, provavelmente, no período de entre safra, trabalhavam no armazém com o carregamento dos produtos e no auxílio aos responsáveis pelas tarefas de manutenção e reparos.

Os operários que trabalhavam no processo de fabricação propriamente dito, no interior da fábrica, eram todos temporários, diaristas contratados apenas para o período da safra. Eram trabalhadores braçais, sem qualificação profissional, que realizavam determinadas tarefas na alimentação do sistema parcelar da maquinaria moderna, os “ajudantes das máquinas.” Alguns trabalhavam alimentando as fornalhas, cortando, preparando e introduzindo a lenha. Outros, na atividade final de pesagem e ensacamento do açúcar e estocagem deste e da aguardente. Esse grupo temporário era composto, na safra inicial de 1885, por 50 trabalhadores.⁸⁵⁷

Valorizados e recebedores de altos salários eram também o guarda-livros responsável pela escrituração das contas da Companhia e o fiel que respondia pelo armazém. O desempenho desse pequeno grupo de funcionários, no ano de 1885, rendeu-lhe reconhecimento feito por escrito e nominalmente, pela diretoria, em seu relatório apresentado aos acionistas. Escreveram os diretores:

⁸⁵⁷ Relatório do Engenheiro Fiscal Luiz Monteiro Caminhoá..., 1886, p.

“Mostraram-se zelozos no cumprimento de seus deveres os empregados descriptos no annexo n. 9, especialmente o Engenheiro Director Fernando Paturau, o Guarda-Livros C. Freitas, o Machinista Joseph Meeus, o Cosedor Paulo da Silva, assim como o Fiel José Octavio de Azevedo.”⁸⁵⁸

As Companhias de engenhos centrais aproveitavam o período da entre-safra para ampliar suas dependências e ferrovias, contratando trabalhadores da construção civil temporariamente. Em Piracicaba, para a terceira safra, em 1885, ficaram prontos mais 4.600m de ferrovia. Nas imediações do engenho e na linha férrea da margem esquerda do rio a tração era feita por animais, o que dispensava o trabalho de maquinista, e por uma locomotiva nas outras linhas.⁸⁵⁹ Em Capivari, a nova Companhia aproveitou para reequipar a fábrica no que faltava, após a liquidação da Sociedade inglesa.

Em oito de março de 1887, a CECL deu início à construção de sua linha férrea agrícola Santa Lucrécia, sua segunda ferrovia, em direção ao centro do Município, para transportar as canas dessa região municipal ao engenho. O trabalho de movimentação e nivelamento do terreno, em trecho de 5 km, acabou em 13 de Junho, tendo início em seguida o assentamento dos trilhos. Dirigiu a obra o novo Engenheiro Diretor do engenho Miguel Detsi.⁸⁶⁰ Em Julho, a ferrovia agrícola já era utilizada na extensão de 4.300m. Para esse serviço a CECL comprou, à Companhia americana Baldwin Locomotive Works, uma locomotiva Tender de 15 toneladas de peso em ordem de marcha, para bitola de 1m. A inauguração oficial do trecho completo de cinco quilômetros, no fim do qual foi construída uma estação, ocorreu em 28 de Novembro.⁸⁶¹ No seguinte, a ferrovia ganhou mais 1.900m com a construção do ramal do Taboão.⁸⁶²

⁸⁵⁸ Relatório Apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, na Sessão Ordinarias de 1886, pelos seus Administradores Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo. São Paulo, Typographia King, 1886, p. 8.

⁸⁵⁹ Relatório da Companhia Engenho Central de Piracicaba apresentado à Assembleia Geral dos acionistas em 30 de junho de 1885. Gazeta de Piracicaba 11 de julho de 1885.

⁸⁶⁰ Offício do Engenheiro Fiscal do 3º Districto de Engenhos Fiscaes José Gonçalves de Oliveira, em 4/07/1887, A N, Engenhos Centrais, IA 8/4.

⁸⁶¹ Offício do Engenheiro Fiscal do 3º Districto de Engenhos Fiscaes José Gonçalves de Oliveira, em 02/09/1887, A N, Engenhos Centrais, IA 8/4. Offício da CECL de 02 de Dezembro de 1888. Offícios diversos de Lorena, AESP.

⁸⁶² Relatório apresentado ao MACOP, pelo Engenheiro Fiscal José Gonçalves de Oliveira, 1889, p. 9.

MAPPA DO PESSOAL DO ENGENHO CENTRAL DE LORENA (1887)
PESSOAL TECNICO
1 Engenheiro Director
1 Machinista
1 Chefe de fabricação
1 Ajudante do mesmo
ESCRITORIO
1 guarda – livros
1 servente (tambem é guarda do Engenho)
ARMAZEM
1 Fiel (serve de apontador e pezador)
LINHA FERREA DE SANTA LUCRECIA
1 Machinista
1 Foguista
1 Guarda da Estação
1 Chaveiro
LINHA FERREA AO RIO PARAHIBA
1 Maquinista
1 Foguista
NAVEGAÇÃO FLUVIAL
1 Machinista
1 Foguista
1 Piloto
7 Barqueiros
7 Ajudantes
1 Cosinheiro
1 Fiel de descarga
6 Operarios para a descarga

Fonte: Relatório Apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, na Sessão Ordinarias de 1888, pelos seus Administradores Arlindo Braga e Antonio Moreira de Castro Lima. São Paulo, Typographia King, 1886.

O aumento da produção e a ampliação do sistema de transporte levou ao aumento do contingente de trabalhadores das Companhias, tanto do pessoal fixo como dos trabalhadores temporários, após as safras iniciais, especialmente nas de Piracicaba e Lorena. Os gastos com salários em Piracicaba aumentaram de 21:250\$000, em 1883, para 36:707\$095, em 1887, demonstrando o aumento do número de empregados.⁸⁶³

A Companhia de Capivari retomou a produção e restabeleceu seu quadro de empregados. A compra da locomotiva para trafegar na linha agrícola exigiu a contratação de mais um maquinista e um foguista para o quadro de empregados

⁸⁶³ Exposição dos administradores da massa do Engenho Central, aos credores, em reunião de 31 de janeiro. Gazeta de Piracicaba de 2 de fevereiro de 1888.

permanente da Companhia de Lorena, além da contratação de um guarda para a nova estação, dobrando o pessoal empregado nas linhas férreas de 3 para 6 trabalhadores.

Paulo Luis da Silva, o chefe de fabricação do engenho de Lorena, renovou seu contrato com a Companhia, em 28 de Janeiro de 1887. Seu antigo contrato de 30 meses venceria em abril deste ano, e ele renovou por prazo de três anos, a partir de primeiro de maio. Teve este funcionário seu salário aumentado para 210\$000 mensais, 40% a mais do que os 150\$000 dos meses anteriores. Não constou mais em seu contrato a concessão de moradia. Possivelmente Paulo comprara uma.⁸⁶⁴

O mesmo aumento de salário não ocorreu com o novo ajustador e montador de máquinas, o belga Pierre Vanesse. Este assinou contrato com a Companhia em 26 de Janeiro de 1888, provavelmente após trabalhar na safra do ano anterior, pois já residia em Lorena e o contrato do funcionário Joseph Meeus, que exercera essa função, terminara em Abril de 1887. O contrato tinha prazo de 40 meses e seu salário mensal seria de 210\$000, menor do que os 250\$000 pagos ao antigo funcionário. A diferença pode se explicar pelo fato de que Joseph Meeus desempenhava, também, a função de eletricista.

Nos dois meses iniciais desse contrato, feito nos mesmos moldes do acima citado, Pierre Vanesse foi dispensado de seu serviço para buscar sua família na Bélgica. A Companhia pagou-lhe uma passagem de segunda classe do Rio de Janeiro a Anvers para isso. Vanesse ficava obrigado a pagar multa de 500\$000, “no caso de fugir do cumprimento do presente contracto.”⁸⁶⁵ O maquinista belga voltou com sua família para trabalhar no engenho, pois aparece como testemunha em processo envolvendo dois operários belgas do engenho, um dos quais era seu auxiliar na função que exercia. Com tal processo percebemos a presença de outros operários belgas na mesma empresa.⁸⁶⁶

O trabalho para transportar quantidades maiores de cana aumentou em 9 empregados o pessoal da navegação fluvial, elevando seu número de 16 para 25 trabalhadores, aumento de 56,25%. Com o acréscimo de um ajudante para o chefe de

⁸⁶⁴ ESCRITURA de locação de serviço que faz a Companhia Engenho Central de Lorena, com Paulo Luis da Silva, pelo tempo de tres annos, pelo valor de 4:500\$000. 1º Cartório, Lorena, 28/01/1887, APL.

⁸⁶⁵ ESCRITURA de locação de serviço que faz a Companhia Engenho Central de Lorena, com Pedro Vanesse, pelo tempo de 40 meses, pelo valor de 7:980\$000. 1º Cartório, Lorena, 26/01/1888, APL.

⁸⁶⁶ PROCESSO de Execução, Autor: Jules Ligni - belga. Réu: Anselmo Couchie – belga. 1º Cartório, Lorena, 12/07/1890. Processo devido a empréstimo de 50\$000 feito em 12/05/1889. Vanesse tinha 46 anos no momento do processo.

fabricação, o quadro de pessoal fixo da Companhia teve aumento de 52%, elevando o número de trabalhadores de 25, em 1885, para 38, em 1887.

Além destes empregados, trabalharam nesta safra mais 70 operários, “ocupados nos diferentes serviços da Fabrica e suas dependencias, durante o tempo da moagem.”⁸⁶⁷ Como podemos observar, todos os operários que trabalhavam no interior da fábrica continuavam temporários, com exceção do reduzido grupo técnico. Em números absolutos, os trabalhadores temporários tiveram acréscimo maior que o quadro fixo, com 20 contratações, aumento de 40%. Somados os dois grupos, a Companhia utilizou a força de trabalho de 108 trabalhadores na safra de 1887, 44 % a mais do que na safra de 1885.

Porto Feliz passava por uma situação oposta, em 1887. Sob liquidação, realizou uma pequena safra com trabalhadores diaristas, com autorização da autoridade judicial, sob o comando do agora síndico André Paturau. O mesmo relacionou os operários que labutaram para a Companhia, até 12 de setembro. Foram 14 trabalhadores em alguns dias de junho, 56 em julho, 71 em agosto e 31 nos primeiros dias de setembro. As diárias pagas aos mesmos variavam de 500 e 3\$000 réis.⁸⁶⁸

Ao mesmo tempo que corria a safra desse ano, Pedro Augusto da Costa Silveira mobilizava trabalhadores livres para construir seu pequeno engenho central e instalarem sua maquinaria importada na fazenda Monte Alegre, às margens do rio Piracicaba. Na primeira quinzena de julho contratou 29 trabalhadores entre pessoal ‘Technico’ e serventes empregados no serviço da construção e montagem e 30 na quinzena seguinte. De pedreiros e serventes foram 18 trabalhadores na primeira quinzena e 19 na segunda. Nesse último período trabalharam 14 carpinteiros, reduzidos a 12 na primeira quinzena do mês seguinte.

Monte Alegre era uma fazenda escravista na qual trabalhavam 79 cativos na lavoura canavieira, mas não sabemos quantos escravos e homens livres trabalharam exclusivamente no novo engenho. O que sabemos é que na safra seguinte todos aqueles que trabalharam para os novos proprietários, tanto na lavoura como na fábrica, eram

⁸⁶⁷ Relatório Apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, na Sessão Ordinarias de 1888, pelos seus Administradores Arlindo Braga e Antonio Moreira de Castro Lima. São Paulo, Typographia King, 1886.

⁸⁶⁸ Autos de Petição para liquidação forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz, fls 120-126.

homens livres, como os operários dos outros quatro engenhos centrais surgidos antes do 13 de maio de 1888.⁸⁶⁹

Nos anos seguintes, o número de trabalhadores do moderno setor açucareiro voltou a crescer com a organização da Companhia Paulista, nova proprietária do central de Porto Feliz, e com a inauguração do engenho central do Comendador Freitas, em Araraquara, em 1889. O número de trabalhadores deste era inferior ao dos quatro primeiros engenhos centrais inaugurados, devido ao seu menor porte, à semelhança do monte alegre. O transporte da cana era feito de forma tradicional, inexistindo ferrovia nessa propriedade. Juntas, as seis unidades deveriam explorar o trabalho de mais de 500 operários no processamento e no transporte da matéria prima, nos meses de moagem, nos primeiros anos após o fim da escravidão.

A Companhia de Lorena recorreu outras vezes ao trabalho dos trabalhadores da construção civil para ampliar suas dependências, antes do final do século. Em 1888 e 1889 para a construção de um depósito de melado e de 25 casas, no largo do mercado. Nos anos de 1893 e 1894, para construção de grandes depósitos para o armazenamento dos produtos fabricados e barracões para o abrigo do material rodante. Infelizmente, as fontes consultadas não nos trazem informações diretas sobre esses trabalhadores, muitos dos quais, especializados.⁸⁷⁰

Em 1888, a diretoria dessa companhia projetava estabelecer o trabalho noturno, a partir de 1888, como fica claro em ofício de seus diretores ao Secretário de Agricultura da Província. O capital buscava medidas para ampliar a jornada de trabalho para as 24 horas do dia, meta alcançada em momento posterior também pela grande indústria do açúcar.

“Com estas medidas conta a Directoria tambem realizar grande economia no custeio das safras futuras, reduzindo o tempo da moagem, com o estabelecimento do serviço nocturno, para aqui não descuidar da aquisição do pessoal necessario, habilitado á esse trabalho.”⁸⁷¹

⁸⁶⁹ Inventário de Pedro Augusto da Costa Silveira, 1887. Fls 83-87.

111 ESCRITURA de Contracto para factura de predios que faz a CECL, com Constantino Baldino, no valor de 11:500\$000, em 16/02/1889.

⁸⁷¹ Ofícios Diversos de Lorena..., 30/11/1887.

O número médio de empregados da Companhia por safra girou em torno de 110 indivíduos, nos últimos anos da década de 1880. O número de trabalhadores permanentes e mensalistas aumentou para 51 funcionários nas maiores safras, ocorridas no início da década de 1890, ampliação de 34,21% em relação ao da safra de 1887. O quadro aprovado no começo de 1894, relacionado abaixo, nos mostra as mudanças ocorridas e os vencimentos do conjunto de funcionários da Companhia Lorenense.

O setor de transporte, especialmente o fluvial, continuava concentrando a maior parte desses trabalhadores, 40, do total de 51. Em 1893, a Companhia fez novas aquisições de material rodante e flutuante, entre os quais mais uma locomotiva e um vapor. A compra trouxe novo aumento dos trabalhadores fixos do setor. Dobrou-se o número de maquinistas, foguistas e pilotos que operavam os barcos a vapor. Com os últimos trabalhavam mais dois ajudantes, além do aumento do pessoal de carga e descarga que trabalhava nas pranchas flutuantes. Nas locomotivas surgiram os quatro guarda-freios, substitutos do chaveiro e do guarda da estação.

O pessoal técnico permaneceu o mesmo, sendo que o auxiliar do cozedor de açúcar ascendeu ao mesmo posto daquele. Apareceu novo espaço de trabalho que não existia nas listas anteriores citadas, a oficina, cujo pessoal era composto de 1 mestre ferreiro e dois ajudantes e que provavelmente seria ocupada pelo maquinista responsável pela manutenção das máquinas. Todas as Companhias montaram sua oficina de reparos e contrataram os respectivos profissionais da área. Serão comentadas adiante.

Havia grande diferenciação interna no conjunto da força de trabalho explorada pela CECL, que se apresentava no tipo de vínculo empregatício, fixo ou temporário, e no salário e suas formas de pagamento; como também, e principalmente, na qualificação profissional. O mesmo ocorria nas outras unidades, pois era característica, e continua sendo, do trabalho na agroindústria açucareira.⁸⁷²

O pessoal técnico e o guarda livros, este responsável pela contabilidade da empresa, percebiam os maiores salários, pagos mensalmente. O quadro que em Lorena foi denominado técnico tinha vínculo empregatício mais consolidado, no mundo operário do final do século XIX, com contratos que duravam vários anos.

⁸⁷² José Sérgio Leite Lopes, no Capítulo 1 do trabalho aqui citado, trabalhou com a própria percepção que os operários do açúcar tinham da diferenciação no seio da categoria, no século XX.

QUADRO DO PESSOAL DA COMPANHIA ENGENHO CENTRAL DE LORENA COM SEUS RESPECTIVOS VENCIMENTOS, 31 DE MARÇO DE 1894.			
N.	DESIGNAÇÃO	VENCIMENTOS	Total
ESCRITORIO			
1	guarda-livros	3:000\$000	3:000\$000
1	ajudante de guarda – livro	1:000\$000	1:000\$000
1	Servente	720\$000	720\$000
PESSOAL TECNICO			
1	Engenheiro – director	6:000\$000	6:000\$000
1	Machinista	3:600\$000	3:600\$000
1	Cosedor	2:400\$000	2:400\$000
1	Dito	2:000\$000	2:000\$000
OFFICINA			
1	mestre ferreiro	1:800\$000	1:800\$000
2	Ajudantes	1:200\$000	2:400\$000
ARMAZEM			
1	fiel, servindo de pesador de cannas	2:400\$000	2:400\$000
PESSOAL DE NAVEGAÇÃO			
2	machinistas	1:200\$000	2:400\$000
2	pilotos	1:200\$000	2:400\$000
12	Cargueiros	960\$000	11:520\$000
12	Ajudantes	720\$000	8:640\$000
2	Foguistas	720\$000	1:440\$000
2	ajudantes de piloto	720\$000	1:440\$000
PESSOAL DAS LINHAS FERREAS			
2	Machinistas	1:200\$000	2:400\$000
2	Foguistas	600\$000	1:200\$000
4	guarda – freios e ajudantes de trem	480\$000	1:920\$000
70	trabalhadores diaristas (100 dias)	2\$500	17:500\$000
121			76:180\$000

E mais os trabalhadores empregados fora da safra na conservação do engenho, turbinção dos baixos produtos, fabricação de aguardente e alcool e conservação da linha ferrea, á razão de 2\$500 diarios.

Fonte: Portaria do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 31 de março de 1894. Diário Oficial da União, 03 de Abril de 1894.

O Engenheiro Diretor recebia, como aponta a tabela de vencimentos acima, o correspondente à soma dos salários do maquinista e do primeiro cozedor, 6:000\$000. Em seguida, vinha o maquinista do engenho, com salário mensal de 300\$000. Comparado ao salário do mesmo funcionário em 1888, houve aumento de 42,85%, inferior ao aumento conseguido pelos operários temporários.

O primeiro cozedor de açúcar teve seu salário reduzido a 200\$000, 10 mil réis a menos em relação aos últimos anos da década de 1880. O segundo recebia, anualmente, 400\$000 a menos. Na oficina, a remuneração mensal do mestre ferreiro era de 150\$000, enquanto seus dois ajudantes recebiam 100\$000. O fiel do armazém percebia salário igual ao cozedor, 200\$000, inferior ao do guarda-livros, 250\$000 a cada mês.

Todo o pessoal do setor de transporte da matéria-prima era fixo e mensalista, mesmo os trabalhadores sem qualificação profissional que trabalhavam no carregamento e descarregamento da cana. Os maquinistas e pilotos dos barcos a vapor e das locomotivas constituíam o grupo mais qualificados do setor, o que lhes rendiam maior remuneração. Trabalhavam com estes alguns ajudantes, como os foguistas e guarda-freios, que executavam trabalhos braçais que não exigiam capacitação técnica. Não conseguimos informações sobre a origem desses operários qualificados do setor do transporte.

O trabalho de fabricação propriamente dito continuava, em Lorena, atividade de trabalhadores temporários diaristas, cujo número mantinha-se nos 70 operários, com exceção dos cozedores. Alguns desses trabalhadores passaram a ser utilizados também fora do período da moagem, na conservação do engenho e das linhas férreas, turbinação dos baixos produtos, fabricação de aguardente e álcool.⁸⁷³ Essa contratação de diaristas para o trabalho na produção de álcool e aguardente fora do período da moagem deve ter se acentuado quando a Companhia desenvolveu a política de comprar açúcar para a produção de aguardente e esta para a fabricação de álcool, na primeira metade da década de 1890. Trabalhavam de três a quatro meses por ano e seus vencimentos eram calculados por diárias de trabalho, pagos provavelmente ao fim de cada semana trabalhada. Realizavam basicamente atividades de vigilância das máquinas, sob o

⁸⁷³ Quadro de Pessoal da Companhia Engenho Central de Lorena com seus respectivos vencimentos, Diário Oficial da União, 03/04/1894.

comando dos “cozinheiros de assucar”, único contratado anualmente que trabalhava na seção de fabricação, e no trato final com os produtos já acabados.

Provavelmente, esse grupo era composto por trabalhadores livres pobres e ex-escravos, que agora poderiam vender sua força de trabalho para o engenho central, que no restante do ano dedicava-se ao trabalho na lavoura local. Durante um terço do ano submetia-se à lógica fabril e ao código disciplinar do engenho. Infelizmente, não podemos saber se os mesmos operários retornavam aos trabalhos do engenho no ano seguinte, constituindo, de certa maneira, um grupo sazonal fixo, com rendimento garantido durante uma parte do ano. Acreditamos que essa seria a prática das Companhias, pois manteriam os operários já familiarizados com o trabalho industrial e práticos nas atividades a serem realizadas.

Em 1885 e 1887, esses operários recebiam uma diária de 1\$600, o que daria um total de 134\$400 nos 84 dias da safra de 1885. Em safra de 100 dias perceberia um operário 160\$000. Nos anos iniciais da década seguinte, a remuneração do diarista era de 2\$500, 66,66% a mais do que na safra de 1885.

Os profissionais condutores dos meios de transporte, pilotos e maquinistas, percebiam metade do salário do primeiro cozedor de açúcar, ou o mesmo salário do ajudante do mestre ferreiro, 100\$000 mensais. Os vencimentos dos trabalhadores braçais do transporte fluvial eram equivalentes às diárias dos operários temporários, 720\$000 por ano. Os ajudantes dos maquinistas das linhas férreas recebiam os piores salários: um foguista 50\$000, enquanto um guarda-freios percebia apenas 40\$000 mensais.

Os engenhos centrais de Porto Feliz e Capivari realizaram safras bem menores do que aqueles de Piracicaba e Lorena, nos dois primeiros anos da década de 1890, operando por menos dias de trabalho e, provavelmente, com número menor de trabalhadores fixos e diaristas. Na conjuntura difícil de queda na produção devido aos problemas climáticos, nos dois anos seguintes, paralisaram a produção e demitiram seus operários. Os outros se mantiveram em atividades, mas o número de operários mobilizados diminuiu, nesse momento.

Em Lorena a empresa manteve o quadro de funcionários exposto acima e o custo com a força de trabalho, na pequena safra de 1894, foi de 90:437\$370, superior aos

gastos com a matéria-prima e com o custeio do engenho e despesas gerais da safra. A folha de pagamento atingiu 31,59% das despesas da safra, que atingiu o total de 286:283\$270.⁸⁷⁴ Os empregados permanentes ficavam ociosos durante a maior parte do ano, nessas pequenas safras, aproveitados na manutenção e recuperação dos equipamentos.

O Brasil não importava apenas a tecnologia do estrangeiro, como viemos mostrando, mas também a mão-de-obra especializada na montagem e operação da mesma. Os engenheiros dirigentes e os responsáveis pela manutenção das fábricas de açúcar eram quase todos estrangeiros, ingleses e franceses em sua maioria. Essa realidade preocupava o engenheiro fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895. Escreveu em seu relatório desse ano, “No geral os nossos centraes têm sido instalados e administrados na parte technica essencial, por profissionais estrangeiros.”⁸⁷⁵

Deixava claro este engenheiro que o Brasil não estava preparado para realizar a educação técnica necessária para o novo padrão tecnológico da indústria nascente, ficando assim dependente da importação de profissionais especializados, como foi enfático em suas palavras:

“Do que diz respeito á educação technica especial necessaria para taes empreendimentos, não há estabelecida no Brazil cousa alguma de valor. Não temos uma Escola Industrial propriamente dita... Quaes os fazendeiros, da moderna geração, que têm curso de agronomia? Quaes os profissionais brasileiros que possuem estudos de escola especialmente industrial?”⁸⁷⁶

Relacionou, então, vários estrangeiros que dirigiram os centrais do terceiro distrito. No caso dos engenhos paulistas mostramos como foram montados e dirigidos por estrangeiros, com exceção do curto período que Antonio de Toledo Piza geriu o de Porto Feliz. Jacy Monteiro forneceu a seguinte relação para o engenho central de Lorena, onde todos os engenheiros diretores eram estrangeiros, até 1895: André Paturau, Ferdinand Dumoulin, Ferdinand Paturau, Miguel Detsi, Frederico Welles,

⁸⁷⁴ Relatório do MIVOP, Maio de 1896, p. 36.

⁸⁷⁵ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, apresentado ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 12.

⁸⁷⁶ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, apresentado ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 10.

Emilio Hummel, José Fernandes Lohn. Pelo tamanho da lista, era curta a permanência dos diretores técnicos nessa unidade. Em Piracicaba apontou apenas Louis Lemaine.⁸⁷⁷

Como já apontamos acima, especialistas das Ilhas Maurício vieram iniciar a fabricação em Porto Feliz e os responsáveis pela manutenção das máquinas do Central em Lorena, Joseph Meeus e Pierre Vanesse, eram francês e belga, respectivamente. O ajudante deste nos trabalhos com as máquinas também o era. Os engenhos centrais dependiam, neste momento inicial da instalação da grande indústria no país, da mão-de-obra especializada estrangeira.

Em alguns anos da década de 1890, o engenho teve dificuldade em obter os trabalhadores temporários para duas safras, já que o engenheiro fiscal apontou que houve, constantemente, falta de pessoal. Não ficou claro se a falta foi no setor fabril ou agrícola da Companhia.⁸⁷⁸ A exemplo da Companhia Paulista, proprietária da unidade de Porto Feliz, e da de Capivari, a de Lorena não conseguiu se recuperar da crise financeira de 1893 e 1894, com sérias implicações para seus trabalhadores. Todo o quadro de trabalhadores permanentes foi demitido, com a falência do diretor Arlindo Braga, em 1896. O engenheiro diretor José Fernando Lohn se demitiu em 31 de Dezembro do ano anterior e até Maio de 1896 o diretor Durval Braga não contratou ninguém para o cargo. Também se demitiu o guarda-livros João Cordeiro do Couto, em 11 de Janeiro de 1896, o que atrasou a escrituração da Companhia. Durval Braga contratou, para este serviço, um ex-empregado da Companhia, o senhor Luiz da Silva Bruhns e mantinha apenas dois funcionários, os guardas da fábrica e do porto.⁸⁷⁹

Provavelmente, a Companhia não montou mais um quadro fixo de funcionários como o tivera antes, até sua liquidação, devido aos problemas financeiros da mesma e da pequena dimensão das últimas safras. É o que deram a entender os peritos que avaliaram seu patrimônio, em 1901, quando afirmaram que a CECL anteriormente mantinha “*caro e desnecessário pessoal durante o ano.*”⁸⁸⁰ A sazonalidade deve ter feito parte da vida de trabalhadores que antes trabalhavam o ano inteiro para a moderna indústria.

⁸⁷⁷ Relatório da Fiscalização dos Engenhos Centraes do Terceiro Districto, apresentado ao MIVOP, pelo Engenheiro Fiscal Eurico Jacy Monteiro, em 1895, p. 10.

⁸⁷⁸ Relatório do Engenheiro Fiscal, Março de 1893, p. 9. Relatório do MIVOP, Maio de 1896, p.37.

⁸⁷⁹ Relatório apresentado aos acionistas da CECL, pelo diretor Durval Braga, em 25 de Maio de 1896. Processo de 22/02/1896, 1º Cartórios, Lorena, APL.

⁸⁸⁰ Processo de Liquidação Judicial da Companhia Engenho Central de Lorena, 14/03/1901, 1º Cartório, Lorena, APL

Os novos proprietários do central de Capivari reabriram suas portas aos trabalhadores, após 1895. Em Piracicaba se dava a maior mobilização de operários, com a expansão da produção nos dois engenhos do município. O engenho central de Piracicaba dobrou a produção de açúcar, antes de ser adquirido pelos franceses, em 1899, o que implicava no aumento do número de trabalhadores no transporte e no processamento. Dependendo a situação pela qual passava a empresa, a quantidade de pessoas envolvidas na fabricação aumentava ou diminuía, não havendo um movimento único nas várias unidades. No ano anterior, 1898, o engenheiro Augusto Ramos montou seu pequeno engenho central Indaiá, em Franca, com aparelhagem menos sofisticada do que os anteriores, lócus de mais um grupo de operários assalariados.

Julio Brandão Sobrinho o visitou, em 1901, descrevendo seu pequeno quadro de pessoal empregado na fabricação e respectivo vencimento diário, relacionado abaixo. Os trabalhadores no interior do engenho e no transporte da cana eram em sua maior parte homens solteiros ou membros das famílias dos colonos da propriedade, de várias nacionalidades. Provavelmente, nos meses de entre safra, trabalhavam com suas famílias na lavoura da cana e de mantimentos. No total 24 operários trabalhavam sob o comando do engenheiro, produzindo açúcar e aguardente, sendo dois para os trabalhos de reparos. O maior número deles (6), trabalhava nas moendas, seguidos de quatro na turbinação da massa cozida, isto é, no início e no final do processo de fabricação. Para as operações de defecação e filtração, evaporação e cozimento era designado um operário específico para cada uma, como também para o alambique. Nas caldeiras eram empregados três foguistas e dois homens trituravam e ensacavam o açúcar, além de dois avulsos para auxílio geral.

O cozedor de açúcar recebia a maior remuneração, 10\$000, o dobro do evaporador e do responsável pelo alambique e 40% a mais do que os foguistas. As piores diárias, de 4\$000, eram pagas aos trabalhadores da moenda, da defecação, do ensaque e aos avulsos. Os operários da turbinação e das reparações percebiam 500 réis a mais que estes últimos. Brandão Sobrinho relatou uma exceção: o cargo de maquinista era ocupado por um menino, percebendo tão somente 2\$000. É de estranhar pois o termo designava o responsável pela manutenção das máquinas, frequentemente o operário de maior qualificação. Não sabemos se o mesmo usou com esse sentido.

QUADRO DE OPERÁRIOS DO ENGENHO CENTRAL INDAIÁ, 1901			
Função	Operários	Salário	Total
Nas moendas	6	4\$000	24\$000
Na defecação e filtro	1	4\$000	4\$000
Na evaporação	1	5\$000	5\$000
No cozimento	1	10\$000	10\$000
Na massa cozida e turbinas	4	4\$500	18\$000
Na trituração e ensaque	2	4\$000	8\$000
No alambique	1	5\$000	5\$000
Machinista*	1	2\$000	2\$000
Foguista	3	6\$000	18\$000
Avulsos	2	4\$000	8\$000
Para reparações	2	4\$500	9\$000
Soma	24		111\$000

“*o lugar de machinista está preenchido por um menino, e eis porque o salário é apenas 2\$000.”

Fonte: Julio Brandão Sobrinho. A Industria assucareira no 3º Distrito Agronomico, p. 526. Boletim de Agricultura. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Série 2, N. 8, agosto de 1902, pp. 519-527.

Sawyer também o visitou, em julho de 1904, mas estava com suas atividades paradas por causa de um conserto nas caldeiras. Augusto Ramos não mais estava na frente do engenho, pois devolvera a propriedade a seu antigo dono, após as más colheitas dos dois anos anteriores. Indaiá encerrou suas atividades nos anos seguintes. Visitou também o engenho semimecanizado Cachoeira, que ele reputava como engenho central, comprado pelo Coronel Francisco Schmidt, que operava com 19 trabalhadores.⁸⁸¹ O Coronel o reequipou e o transformou em uma pequena usina, pouco antes da Grande Guerra.

A venda do engenho Monte Alegre a Antonio Alves de Carvalho, em 1898, e dos quatro primeiros centrais paulistas aos franceses, entre 1899 e 1901, levou à consolidação e expansão da produção com a conseqüente ampliação do número de trabalhadores. Alves de Carvalho reequipou seu engenho e construiu uma pequena ferrovia agrícola, na qual trafegava uma pequena locomotiva, modernizando o transporte da cana para as moendas do engenho, incorporando novos trabalhadores qualificados no transporte e na produção. Transformou o Monte Alegre num dos maiores engenhos de São Paulo, na primeira metade do século XX.

⁸⁸¹ Frederic Sawyer. Op. Cit., pp. 55 e 136.

Nas unidades de Piracicaba e Villa Raffard, o aumento do número de operários se deu pela expansão da maquinaria. Assim que as adquiriram, os franceses logo trataram de aumentar a capacidade produtiva, dobrando a maquinaria para poder processar a quantidade crescente de matéria prima. Porto Feliz e Lorena foram mantidas nas mesmas dimensões, na primeira década sob controle do capital francês.

Porto Feliz foi dotado de ferrovia agrícola de 6 km, nos primeiros anos do novo século, passando a contar com maquinistas e foguistas na condução de suas duas locomotivas, além dos trabalhadores do transporte fluvial. Esse passou a segundo plano, complementar ao transporte ferroviário, pois o rio Tietê não apresentava boas condições de navegabilidade no trecho do engenho. Diferentemente do que ocorria no rio Paraíba, no qual os dois rebocadores do engenho de Lorena transportavam cana e lenha com eficiência. A retomada da produção com moagem de mais de 10.000 toneladas de canas trouxe novamente para o interior da pioneira fábrica o conjunto de operários assalariados, como ocorria antes do seu fechamento.

Nas quatro empresas francesas existiam oficinas de reparações da maquinaria e locomotivas com seu pessoal habilitado: ferreiros, carpinteiros e maquinistas. Quando Picard inspecionou as quatro, no começo de 1903, existiam três locomotivas em Piracicaba e Villa Raffard e duas em Porto Feliz e Lorena. Contratavam carroceiros para o transporte de canas até os vagões. Os colonos e fornecedores particulares entregavam a matéria prima já carregadas no mesmo, poupando a Companhia dos gastos com esse serviço. Não forneceu a quantidade de operários que trabalhavam nessa fábricas, mas relatou o preço da mão-de-obra nelas. Os salários diários eram mais altos em Villa Raffard, onde “os trabalhadores ganham de 2.600 a 3.000 réis por dia, contra um salário de apenas 2 mil em Piracicaba e em Cupim (Rio de Janeiro), de 1.600 em Lorena. Só em Porto Feliz alcança o mesmo.”⁸⁸² Concluiu sobre a unidade vale paraibana: “A mão-de-obra é bem barata em Lorena. Ela não é empregada em excesso, e tudo é conduzido aí na mais estrita economia.”⁸⁸³

Em 1904, Porto Feliz ocupava 90 operários no processo de fabricação, até 9 ou 10 horas da noite. A jornada, dessa forma, ultrapassava as 12 horas. Piracicaba e Villa Raffard já funcionavam de forma ininterrupta durante as 24 horas do dia, com duas turmas de operários puxando jornada de 12, dobrando o número dos mesmos, como se

⁸⁸² J. Picard, *op. cit.*, p.p. 124-125.

⁸⁸³ J. Picard. *Op. Cit.*, pp. 32-33 e 73.

projetava em Lorena, em 1888. Porto Feliz ainda não o fazia por falta de vagões para o transporte de cana e lenha.⁸⁸⁴ Em Lorena não se havia organizado o suprimento de cana para que se necessitasse fazê-lo.

Ao mesmo tempo em que os franceses adquiriram os quatro primeiros engenhos centrais paulistas, o cafeicultor Henrique Dumont montava seu engenho em São Simão. Ampliado logo nos primeiros anos, tornou-se um dos maiores e mais potentes do Estado, explorando mais de uma centena de operários, além do pessoal do transporte da matéria prima e lenha, para que possuía em sua propriedade locomotivas diversas para bitola de 60cm.⁸⁸⁵ Passou a operar dia e noite, como Piracicaba e Villa Raffard, com 80 operários para cada turno, totalizando 160 homens.⁸⁸⁶

Até 1910, mais três unidades de engenhos centrais surgiram e somaram-se a essas até aqui tratadas na exploração da força de trabalho na fabricação dos derivados de cana: Pimentel, Esther e Schmidt. A primeira era a menor de todas, sem a grande aparelhagem moderna das anteriores, ocupando apenas pouco mais de duas dezenas de trabalhadores, “inclusive criança”.⁸⁸⁷ Os trabalhos eram geridos pelo seu proprietário Albano Pimentel, conhecedor da tecnologia moderna do açúcar do central Villa Raffard.

Esther, que começou a produção de açúcar em 1905, era seu oposto. Montada com a consultoria do engenheiro Augusto Ramos e pioneira na utilização do sistema de difusão, era “uma usina para técnicos, e não pode ser dirigida pelo pessoal pratico habilitado a lidar com os processos de moenda.”⁸⁸⁸ Sua direção industrial ficou a cargo de Arthur Nogueira. Contava com quadro altamente especializado, como os chefes de fabricação de açúcar e álcool, para os quais existia o laboratório. Outros técnicos trabalhavam na oficina de reparações e na produção e manutenção da energia elétrica que acionava toda a fábrica.

Tornou-se a fábrica açucareira com o maior número de operários, onde 500 homens se revezavam dia e noite durante a moagem, no final da primeira década do século XX, como mostra o quadro elaborado por Julio Brandão Sobrinho. O sistema de difusão ocupava número elevado de trabalhadores, como os seis homens que descarregavam as

⁸⁸⁴ Frederic Sawyer. Op. cit., p. 125.

⁸⁸⁵ Frederic Sawyer. Op. cit., p. 129.

⁸⁸⁶ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p. 76.

⁸⁸⁷ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p. 60.

⁸⁸⁸ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p. 82.

canas nos grandes cortadores, antes de remetê-las para os difusores. São sabemos se entre os 500 operários estavam computados os maquinistas e foguistas que operavam as locomotivas da empresa, nos seus 14 km de linha de 60cm dentro dessa grande propriedade agroindustrial.

CAPACIDADE DE MOAGEM E NÚMERO DE OPERÁRIOS DOS ENGENHOS CENTRAIS PAULISTAS, 1910			
Engenhos centrais	Força motriz	Toneladas de cana por dia (máxima)	Operários
Esther	300 C H E	230	500
Piracicaba	740 C V	500	360
Villa Raffard	750 C V	350	300
Monte Alegre	500 C V	250	300
Lorena	500 C V	270	220
Amália	800 C V	300	160
Porto Feliz	158 C V	250	145
Freitas	330 C V	200	100
Schmidt	220 C V	200	42
Pimentel	200 C V	120	22

Fonte: Julio Brandão Sobrinho. *A Lavoura da Cana e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense: Campos e Macaé em confronto com S. Paulo*. São Paulo, Typographia Brazil de Rothschild & Co, 1912, p. 96.

Maior número de operários, nesse momento, não queria dizer maior capacidade produtiva ou de moagem, pois outros seis engenhos centrais podiam moer mais canas diariamente do que o Esther, com número bem inferior, como nos mostram o quadro. Produziam mais açúcar com número menor de operários. O central Schmidt, inaugurado um ano depois, moeu 19 toneladas de canas com apenas 42 operários, enquanto Lorena para 18.700 toneladas utilizou a força de trabalho de 220, em 1910. Seriam esses operários do Coronel Schmidt todos aqueles mobilizados na safra, inclusive os temporários, ou uma espécie de quadro de funcionários permanentes, pois há grande diferença em relação às outras unidades. Não fica claro no texto de Sobrinho.

O engenho central Freitas, em Araraquara, que completara três décadas de existência, foi reformulado pelo seu novo proprietário e estava reorganizando a produção, no final do período do nosso estudo. Trabalhava com 100 operários, nas pequenas safras desse momento. Marques Valle estava enfrentando algumas dificuldades na contratação de mão-de-obra qualificada para os trabalhos de sua fábrica, pois afirmou “luctar com a escassez de pessoal habilitado.”⁸⁸⁹

Com quadro de trabalhadores da moderna agroindústria de derivados de canas em 1910 podemos perceber o crescimento da força de trabalho mobilizada pelos engenhos centrais surgidos na última década da escravidão, quando se iniciou a transição do trabalho escravo ao livre no setor fabril da produção açucareira. Durante esse período, o central de Piracicaba que começou suas atividades com 50 operários conheceu a maior expansão no número dos mesmos, operando agora com 360 indivíduos. Villa Raffard e Monte Alegre ocupavam 300 operários em suas safras, o primeiro cerca do triplo dos seus primeiros anos de existência; e o segundo muito mais que isso, quando começou suas atividades com algumas dezenas de escravos e homens livres, em 1887. Esse aumento resultou da ampliação da quantidade de canas moídas e da utilização de duas turmas de trabalho, com a implantação da jornada noturna.

As unidades de Porto Feliz e Lorena não expandiram a produção nessas dimensões e não operavam com o turno da noite, o que explica o menor número de seus empregados. Alguns anos depois Porto Feliz ganhou a dimensão das duas primeiras unidades do grupo francês.

Ao longo dos 35 anos que abrangem o último quartel do século XIX e o primeiro decênio do seguinte, esses dez engenhos criaram uma força de trabalho assalariada no setor de ponta de produção de derivados de cana que somava 2.360 trabalhadores, responsáveis por três quartos da produção de açúcar do Estado de São Paulo. Boa parte desses trabalhadores era contratada apenas uma parte do ano, no momento da moagem, como característica dessa agroindústria. Era composta de trabalhadores nacionais e estrangeiros com níveis diferentes de qualificação profissional.

⁸⁸⁹ Julio Brandão Sobrinho. Op. Cit., p.58.

CONCLUSÃO

A implantação da agromanufatura açucareira nas regiões de “serra acima” conectou a recém restaurada Capitania de São Paulo ao mercado mundial de produtos tropicais, nas últimas décadas de colonização portuguesa no Brasil. A ampliação do mercado consumidor europeu, o desenvolvimento do capitalismo industrial e a constituição de países independentes na América do Sul, possibilitaram a expansão até a década de 1850, quando a introdução da lavoura cafeeira em grande escala no Oeste Paulista forçou a redução e a conversão da produção açucareira ao mercado interno.

O açúcar transformou a paisagem rural e a composição da população de São Paulo, importando milhares de escravos africanos. Após o fim do tráfico atlântico, foi fundamental para o rápido crescimento da cafeicultura na Província, proporcionando-lhe terras desbravadas, capital, cativos e estrutura de transporte montada. A partir de meados do século, a lavoura cafeeira foi responsável pela dinamização e expansão da economia paulista, substituindo canaviais e avançando sobre terras virgens e desbravadas pela produção de gêneros de primeira necessidade.

Batida pelo café na pauta de exportação da Província, a agromanufatura açucareira não desapareceu. Converteu-se ao mercado interno, diminuiu em tamanho, mas os engenhos escravistas produtores de açúcar e aguardente, permaneceram na paisagem paulista, moendo canas e escravos até a abolição. Determinadas áreas ocupadas com o açúcar, como os vales dos rios, não eram adequadas ao cultivo do café, o que impossibilitava a substituição. O alto grau de investimento necessário para entrar na atividade açucareira dificultava, para muitos, a saída para o café, pois significava abrir mão de grande soma de capital aplicado no engenho. Em Campinas, Mogi Mirim, Piracicaba, Itu, Porto Feliz, Capivari, Tietê e Lorena, entre 1850 e 1888, centenas de engenhos mantiveram médios e grandes plantéis. Em Piracicaba e Mogi Mirim, nos anos 1850, e ao longo do Tietê (em Itu, Capivari, Porto Feliz e Tietê), nas duas décadas seguintes, a produção açucareira para o mercado interno continuou como principal esteio da economia local e da acumulação de riqueza. Durante todos esses anos, a lavoura canieira paulista gerou recursos para a implantação da lavoura cafeeira em seus engenhos e em outras propriedades abertas com essa finalidade.

A expansão demográfica, gerada pelo crescimento do complexo cafeeiro, criou o mercado consumidor para a continuidade da agromanufatura açucareira paulista e para absorver parte da produção nortista. Muitos dos engenhos que permaneceram em atividade, abastecendo o mercado interno, transformaram-se em propriedades mistas, incorporando a produção de café e, a partir dos anos 1860, de algodão. Eram unidades voltadas para a produção de um artigo direcionado ao mercado interno e a outro para exportação. A produção de algodão regrediu nos engenhos paulistas, após a guerra de secessão nos Estados Unidos, levando a ampliação dos canaviais.

Os escravistas envolvidos na produção mista de derivados de cana e café ou algodão detinham médias de plantéis cativos maiores do que aqueles dedicados com exclusividade à lavoura da cana. A exploração do trabalho se intensificou e os escravos tiveram que se desdobrar na labuta de lavouras diferentes. A posse média de cativos desse último grupo diminuiu em relação aos senhores de engenho do período anterior. Alguns desses engenhos incorporaram inovações técnicas como moendas de ferro a vapor e, bem poucos deles, turbinas que substituíam os imensos tendais de purgar.

Após o fim do tráfico atlântico, a lavoura paulista repunha seus plantéis no tráfico interno, responsável pela concentração da população escrava no Centro-Sul, nas últimas décadas da escravidão. O preço do escravo alcançou patamares jamais atingidos, dificultando o acesso ao mesmo para produtores de menores posses. Alguns grandes produtores de café e açúcar experimentaram o trabalho de imigrantes europeus, no regime de meação, em meados do século, mas a tentativa redundou em fracasso.

A inauguração da ferrovia inglesa ligando o porto de Santos a Jundiaí, na década de 1860, deu início ao processo de modernização do setor de transporte, criando um setor moderno de trabalho assalariado, liberando mão-de-obra escrava para a lavoura. A recusa dos ingleses em expandir os trilhos pela depressão periférica, principal região produtora de açúcar, café e algodão, lançou a elite escravista paulista a um novo patamar de organização: tarefa de construção de ampla rede ferroviária que iria transformar a paisagem da lavoura da Província, a partir da inauguração da Companhia Paulista, em 1872. Fazendeiros de café, de cana-de-açúcar e comerciantes reuniram capitais em sociedades por ações e criaram grandes empresas de transporte ferroviário. As lideranças do grupo assumiram os cargos administrativos, geriram empresas

capitalistas modernas e trabalhadores assalariados, transformando-se em grandes homens de negócios.

As ferrovias criaram as condições para a intensificação da exploração dentro dos padrões da lavoura escravista, diminuindo os preços do transporte, liberando braços cativos para a faina agrícola, transportando, cada vez mais, grande quantidade de mercadorias e pessoas. A fronteira agrícola foi empurrada para além dos limites da depressão periférica, ganhando o planalto ocidental, onde se espalharam cafezais e canaviais, substituindo a mata nativa. As novas áreas, possibilitadas pelo avanço das estradas de ferro, exigiam, mais e mais, braços cativos, num quadro de esgotamento dos plantéis e do encaminhamento da abolição. O resultado foi o aumento da acumulação na economia escravista, cujo excedente foi investido no setor moderno da economia.

Simultaneamente à implantação das ferrovias, os fazendeiros paulistas iniciaram o processo de modernização do beneficiamento do café, da cana-de-açúcar, importando maquinário dos grandes centros industriais capitalistas. No setor canavieiro, o processo resultou na instalação da grande indústria mecanizada: os engenhos centrais. Criação do capitalismo industrial europeu, o engenho central mecanizou completamente a manufatura do açúcar com máquinas a vapor e cozimento a vácuo, alienou o trabalho e subordinou o trabalhador do açúcar ao ritmo da máquina. Introduzido nos quadros da sociedade escravista relegou o trabalho escravo à lavoura, que o explorou até os últimos dias da escravidão. A indústria moderna intensificava a exploração do trabalho livre na fábrica e possibilitava a intensificação da exploração do escravo na lavoura. A integração dos dois setores se deu com a superação do escravismo.

Em São Paulo, o surgimento dessa moderna indústria capitalista foi fruto da acumulação realizada na lavoura escravista, que gerou o excedente investido em sua própria superação. As companhias paulistas importaram o maquinário e operários do exterior, introduzindo novos conhecimentos e indivíduos na produção açucareira. Nos engenhos centrais, a produção em linha era dada pelo conjunto de máquinas parcelares, que ditavam o ritmo do trabalho dos operários do açúcar. Essas unidades, no entanto, recebiam canas de produtores que exploravam o trabalho escravo, reafirmando, novamente, o escravismo, ao mesmo tempo que o negava.

A reorganização das companhias de engenhos centrais e o fim do trabalho escravo no campo introduziram um conjunto de mudanças que caracterizaram a agroindústria paulista por várias décadas. As novas Companhias foram organizadas nas Capitais do Estado e da República, centros financeiros do País, incorporando novos indivíduos. Apenas a Companhia Engenho Central de Lorena, que não passou por processo de falência nesse momento, continuou com sua sede no município de origem.

O fim do trabalho escravo não gerou uma crise na lavoura paulista. Pelo contrário, a transição para o trabalho livre possibilitou a expansão sem precedentes da mesma. Foi fundamental a intervenção do Estado para solucionar o problema da mão-de-obra para a lavoura, financiando a vinda de algumas centenas de milhares de imigrantes europeus. A maioria veio para trabalhar na lavoura cafeeira, mas milhares se dirigiram para a agroindústria açucareira.

A lavoura canavieira incorporou o colonato desenvolvido na produção de café. Senhores de engenho e fornecedores de canas criaram colônias e instalaram imigrantes e nacionais, nas quais os colonos tinham direito à moradia, a plantar gêneros alimentícios e a uma remuneração monetária, em troca do trabalho no plantio, limpeza e corte da cana. Alguns produtores chegaram a retomar o sistema de meação, nos primeiros anos de implantação do trabalho livre. Como na produção de café, era a condição de garantir braços para a lavoura canavieira. Para algumas centenas de famílias imigrantes e nacionais o poder público financiou a pequena propriedade, criando Núcleos Coloniais próximos aos engenhos centrais, para que essas famílias desenvolvessem a produção de cana e se transformassem em pequenos fornecedores de matéria-prima para a moderna indústria.

A lavoura das propriedades das Companhias de engenho central apresentava especificidades próprias ao setor açucareiro paulista, nesse momento inicial de vigência do trabalho livre. Criaram um sistema de colonato no qual os colonos eram proprietários da cana, com obrigação de vendê-la ao engenho central, não apenas da lavoura de subsistência. Nestes casos, a Companhia proprietária da indústria adquiria terras, mas não desenvolvia a produção agrícola, deixando-a a cargo dos colonos, não verticalizando a produção. As empresas faziam a mediação entre os colonos e a produção agrícola, cedendo terra, financiando a lavoura, buscando garantir matéria-prima em quantidade para suas fábricas.

Os quatro engenhos centrais surgidos da política de separação dos setores industrial e agrícola não foram os responsáveis pelo processo de verticalização da moderna agroindústria açucareira paulista, reunindo novamente a produção agrícola e industrial, na primeira década republicana, mas sim as duas unidades instaladas por fazendeiros particulares, entre 1887 e 1889.

A entrada do capital francês, adquirindo os quatro primeiros engenhos centrais paulistas, entre 1899 e 1901, imprimiu grande concentração de capitais no setor, possuindo metade dos engenhos centrais existentes. Comprou e alugou outras propriedades agrícolas, levantou colônias, construiu ferrovia para o transporte da matéria-prima em Porto Feliz, mas não verticalizou a produção nas quatro unidades. Em Piracicaba e Capivari, dobrou a capacidade produtiva das fábricas, mas manteve a lavoura canavieira em mãos dos colonos, para não desorganizar o sistema de abastecimento das fábricas.

Enquanto isso, cafeicultores enriquecidos nas últimas décadas do século (dois deles imigrantes) investiram parte de seu capital na instalação de grandes engenhos centrais, diversificando seus investimentos e ampliando a moderna agroindústria sucroalcooleira paulista. Todos desvinculados da política de financiamento de engenhos centrais, ainda vigente até 1909, e com lavoura de cana própria. Em 1910, dez modernas unidades operavam em São Paulo, moendo canas próprias e de terceiros, e 13 no início da Primeira Grande Guerra.

A primeira década do século XX marcou o momento de consolidação da produção açucareira nos padrões modernos da grande indústria capitalista verticalizada em São Paulo, com as exceções já citadas, cuja lavoura canavieira continuou sob domínio dos colonos até o fim da Primeira República. Esses engenhos centrais eram responsáveis por cerca de 90% da produção paulista de açúcar e 100% da de álcool. Tal consolidação ocorreu justamente no momento em que os produtores do Norte perderam completamente o mercado externo e direcionaram sua produção ao mercado do Centro-Sul, acirrando a disputa. Os fabricantes paulistas levavam vantagem nessa competição por estarem inseridos no mercado consumidor, gastando menos com o transporte de seus produtos. Para enfrentar o capital mercantil que subordinava a produção em outras regiões, as empresas de São Paulo organizaram seu próprio sistema de distribuição, nas

idades do interior e na Capital. A empresa francesa passou a atuar também na importação e distribuição de açúcar de outras regiões.

Com a descentralização republicana as elites locais assumiram o poder executivo estadual e os Estados nortistas financiaram um pequeno grupo de senhores de engenho com empréstimos direto para instalação de usinas com produção verticalizada. Em São Paulo, o poder do capital acumulado no complexo cafeeiro não necessitou de empréstimos públicos para a criação desse primeiro parque agroindustrial sucroalcooleiro. A acumulação originada na sociedade escravista do século XIX, produzindo alimentos para o mercado mundial capitalista, gerou os recursos necessários para esses investimentos capitalistas, da mesma forma que possibilitou o financiamento inicial da importação de mão-de-obra livre que levou à sua superação.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. AESP

Maços de população de Porto Feliz, microfilme 170.

Maços de população de Constituição/Piracicaba, 1835, microfilme 164.

Maços de População de Pirapora, 1843. Microfilme 170.

Maços de população de Capivari de 1843.

Núcleo colonial de cannas (1884–1956). Caixa n. 56, Ordem 7.207.

Núcleos Coloniais(1891). Número de ordem 4.136, lata n. 16.

Ofícios diversos de Capivari (1850-1900). cx. 186, ordem. 981. cx. 187, ordem. 982.

Ofícios diversos de Porto Feliz (1850-1901). cx 385, ordem 1180, cx 386, ordem 1181, cx 387, ordem 1182,

Ofícios diversos de Piracicaba, (1850-1900). cx. 374, ordem 1169, cx 375, ordem 1170, cx 376, ordem 1171, cx 377, ordem 1172, cx 378, ordem 1173.

Ofícios diversos de Tietê, (1850-1888). cx. 379, ordem 1174, cx. 524, ordem 1319, cx. 525, ordem 1320,

Ofícios diversos de Itu. cx. 276, ordem 1071, cx. 277, ordem 1072, aesp, cx. 278, ordem 1073, cx. 279, ordem 1074.

Ofícios diversos de Lorena (1850-1901).

Registro de Terras de Itu (1855-1856).

Registro de Terras de Porto Feliz (1855-1856). 03.08.007

Registro de Terras de Piracicaba (1855-1856). 03.08.023

Registro de Terras de Capivari (1855-1856). 03.08.023

Registro de Terras de Tietê (1855-1856). 03.08.034

ARQUIVO DO MUSEU REPUBLICANO CONVENÇÃO DE ITU. MRCI

70 Inventários post-mortem, 1º Ofício.

Ação Ordinária. Juízo do Commercio da Cidade de Porto Feliz. Exeçúente: André Paturau. Réu: Companhia Açucareira de Porto Feliz. 1881.

Autos de Liquidação Forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz. Juízo do Commercio da Cidade de Porto Feliz. 1886.

Autos de Protesto. Juízo do Commercio da Cidade de Porto Feliz. Protestante: Ricardo Creagh. Protestado: André Paturau. 1888

Livros de Notas de Porto Peliz. (1875-1901)

Núcleo Colonial Rodrigo Silva (Dossiê)

Traslado de uma execução comercial. 1887. Juízo do Commercio da Cidade de Porto Feliz. Exeçúente: Delfino Antonio de Carvalho. Réu: Companhia Açucareira de Porto Feliz

ARQUIVO DO CENTRO CULTURAL MARTHA WATTS. CMW

30 Inventários post-mortem. 1º e 2º Ofícios.

2º CARTÓRIO DE NOTAS DE PIRACICABA.

Livros de Notas (1880-1900)

1º CARTÓRIO DE NOTAS DE CAPIVARI.

Livros de Notas (1880-1900)

ARQUIVO PÚBLICO DE LORENA.

Livros de Notas do Primeiro Cartório de Lorena (1881 – 1901)

Processos do Segundo Cartório de 1884 – 1901 - Arquivo Público de Lorena.

JORNAIS

Gazeta de Piracicaba (1880-1900). Biblioteca Municipal de Piracicaba.

Ymprensa Ytuana (1875-1900).

O Municipio (Lorena)

Gazeta de Lorena

Arauto de Lorena

Imprensa de Lorena

FONTES IMPRESSAS

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de S. Paulo para o anno de 1858. Organizado e redigido por Marques & Irmãos. 1º anno, S. Paulo, Typographia Imparcial, de J. R. Azevedo Marques, 1858.

Almanaque da Comarca de Lorena para 1882. Tipografia gazeta de Lorena, 1882, Francisco Inácio Xavier Moura.

Almanak da Província de São Paulo para o anno de 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Edição Fac-similar, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S. A ., 1985.

Almanaque de Lorena para 1875, Rio de Janeiro, 1875, Olímpio Catão e Jerônimo Lorena.

Almanak de Piracicaba para o anno de 1900.

Boletim de Agricultura. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1901-1910).

Decretos referentes aos engenhos centrais de Porto Feliz, Piracicaba, Capivari e Lorena. LIB.

Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo. (11904-1905).

Estatutos Asuucareira de Porto Feliz.

Estatutos da companhia engenho central de Loren.

Memoria offerecida ao Illustrissimo e Excellentissimo senhor senador José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de S. Paulo pelo Dr. Bento José Labre. Typographia Dous de Dezembro, 1859.

Relatório da Comissão Central de Estatística, 1887-88. São Paulo, Typographia King, 1888.

Relatório da Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, 1888.

Relatório da Companhia Engenho Central de Lorena apresentado aos Acionistas, Fevereiro de 1886.

Relatório da Companhia Engenho Central de Lorena apresentado aos Acionistas, Junho de 1888.

Relatórios dos Presidentes da Província/Estado de São Paulo (1850-1910).

Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. (1893 a 1910).

Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e obras Públicas (1875 a 1892)

Relatórios do Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas (1893 a 1910).

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, Bill e GRAVES, Adrian (eds). *Crisis and Change in the International Sugar Economy, 1860-1914*. Norwich, Inglaterra, 1984.

ALMEIDA, Angela Mendes de, CARNEIRO, Maria José & Paula, Silvana Gonçalves de (org.). *Pensando a Família no Brasil. Da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.

ALMEIDA, Elizabeth Darwiche Rabelo de. *As Elites na Sociedade Paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo, FFLCH/USP, 1972. Tese de Doutorado.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Nordeste Açucareiro – Desafios num Processo de Vir a Ser Capitalista*, Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

ALVIM, Zuleika M. F.. *Brava Gente ! Os Italianos em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de, *A terra e o homem no Nordeste*, 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1964.

-----, *História social da agro-indústria açucareira*.

-----, *Modernização e Pobreza: A expansão da agro-indústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São paulo, Ed. UNESP , 1994.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*, 3ª ed., Belo, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1982.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os Caminhos da Riqueza dos Paulistas na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2006.

ARAÚJO, Tatiana Brito de, *Os Engenhos Centrais e a produção açucareira no Recôncavo baiano 1875-1909*, Salvador, FIEB, 2002.

ARIÈS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1984.

ARRUDA, Elizabeth D. Rabelo. *As Elites na Sociedade Paulista na Segunda metade do século XVIII*. São Paulo, FFLCH/USP. (Mestrado em História).

ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)*, São Paulo, Ática, 1980.

_____. *O Sentido da Colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial*. in: História de Portugal. José Tengarrinha (org.). Bauru, Edusc; São Paulo, Unesp; Portugal, Instituto Camões, 2001, pp. 245-263.

AZEVEDO, Aroldo de. Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália, *Revista de História*, São Paulo, ano III, v. IV, nº 10, pp. 416-430, abr./jun., 1952.

_____. Dr. Rodrigues, Barão de Santa Eulália, *Revista de História*, São Paulo, nº 44.

AZEVEDO, Fernando, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1958.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os Senhores de Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas, CMU/Unicamp, 1997.

----- "Família, Herança e Poder em São Paulo: 1765-1855." *Estudos Cedhal*, n. 7. São Paulo, Cedhal, 1991.

----- *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, FAPESP/ANNABLUME, 2001.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A Crisálida: aspectos histórico-econômico do fim da escravidão no Brasil -1850-1888*. Tese de Livre-Docência. São Paulo, FFLCH/USP, 1994.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BARICKMAN, Bert Jude. "Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, 21-22. Bahia, 1998-1999.

BASSETO, Sílvia. *Política de mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista (período de transição)* Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1982.

BAYMA, Antônio, *Tecnologia do açúcar*, Rio de Janeiro, Instituto do açúcar e do álcool, 1974/1975, 2v.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*. 2ª ed., São Paulo, Pioneira, 1977.

BOMPASTOR, Sílvia Couceiro. *O discurso da Sociedade de Agricultura em fins do Império 1875-1885*. Recife, UFPE, 1988. (Mestrado em História).

BRANT PONTES, Felisberto Caldeira, *Economia açucareira no Brasil no século XIX*, Rio de Janeiro, IAA, 1976.

BRAY, Sylvio Carlos. *A Formação do Capital na agroindústria açucareira de São Paulo*. Revisão de paradigmas tradicionais. Rio Claro, IGCE/UNESP, 1989. (Tese de livre docência).

----- O ciclo açucareiro paulista no século XIX: uma revisão. IN *Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 11, 1992, Maringá. Anais...Maringá: UEM, 1992. v. 1-B, pp. 450-65.

CAMPOS, Zoia Vilar, *O doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança (Pernambuco 1874/1941)*. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 1996.

CANABRAVA, Alice. “A grande lavoura”. In H. G. C. B., *O Brasil Monárquico, T II, v.4, Declínio e Queda do Império*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

CANO, Wilson, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, São Paulo – Rio de Janeiro, Difel, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Héctor Péres. *Os Métodos da História*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. O café e a industrialização da cidade de São Paulo, *Revista de História*, nº 42, abr./jun., 1960, pp. 471-475.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

----- *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de., *Ao Sul da História*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

----- *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, Sec. XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

CORREA, Dora Shelhard, *O núcleo colonial Barão de Antonina (1930/1950)*, Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 1988.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Herança e Ciclo de Vida: um estudo sobre família e população. (Campinas, São Paulo, 1765-1850)*. Niterói, UFF, 1997. (Doutorado em História).

------. “Demografia e Economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não exportadoras”. *Estudos Econômicos*, v. 26, n.1, 1996, pp. 111-136.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4ª ed. São Paulo, Unesp, 1998.

COSTA, Hernani Maia. *As Barreiras de São Paulo: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1984. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Iraci del Nero da. *Populações Mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo, IPE/USP, 1981. (Ensaio Econômico, n. 7).

------. “Nota sobre o ciclo de vida e posse de escravos”. *História: Questões e Debates*. Curitiba, a. 4, n. 6, 1983, p. 121-128.

------. “Revisitando o Domicílio Complexo”. *Estudos Econômicos*, v.21, n. 3, 1991, p. 401-407.

------. *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo, IPE/USP, 1986.

DÉ CARLI, Gileno, *O açúcar na formação econômica do Brasil. Separata do anuário açucareiro*, Rio de Janeiro, IAA, 1937.

------, *Aspectos da economia açucareira*, Rio de Janeiro, Irmão Ponjetti editores, 1942.

------, *A evolução do problema canavieiro fluminense*, Rio de Janeiro, Irmãos Ponjetti Editores, 1942.

DEAN, Warren, *RIO CLARO: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

------, *A industrialização de São Paulo*, São Paulo – Rio de Janeiro, Difel.

DENIZ, Odaléa da Conceição. *A crise açucareira e os engenhos centrais em Pernambuco (1850-1888)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1984. (Mestrado em História).

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Os engenhos Centrais em Alagoas. *Revista Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 16, v.37, jun. 1946, p.p. 77-79.

------. Processo histórico da economia açucareira no Brasil, *Revista Brasil Açucareiro*, julho de 1947, pp86-89.

------, Aspectos do comércio açucareiro no século XIX, *Revista do Brasil Açucareiro, ano XVII, vol. XXXII*, Rio de Janeiro, 1949.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Caminhos da Conciliação: o poder provincial em São Paulo (1835-1850)*, São Paulo, FFLCH/USP, 1993. (Dissertação de Mestrado).

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*, São Paulo, Ensaio; Campinas, Unicamp, 1992.

EISEMBERG, Peter, *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840/1910)* Rio de Janeiro, Paz e Tera, 1975.

EISENBERG, Peter L. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989.

EVANGELISTA, José Geraldo. Alguns aspectos de Lorena nos meados do século XIX (1850-1869), *Revista de História*, São Paulo, ano 14, v. XXVI, n. 54, pp. 423-443, abr./jun., 1963.

_____. *Lorena no século XIX*, São Paulo, Governo do Estado, 1978.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*. Niterói, UFF, 1986. (Mestrado em História)

_____. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)*. Niterói, UFF, 1996. (Doutorado em História)

FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e Conflito Social (1890-1920)*, São Paulo – Rio de Janeiro, DIFEL, 1976.

_____, *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo, Editora Sumaré, 1991.

FERLINI, Vera L. Amaral, *Terra, Trabalho e poder*, São Paulo, Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

_____. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*, São Paulo, Hucitec, 1976.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. *Comércio e Subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930)*. Recife, UFPE, 1988. (Mestrado em História)

FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: Trabalho, Família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005. (Tese de Doutorado)

FILHO, Luís Lisanti. *Comércio e Capitalismo: o Brasil e a Europa no final do século XVIII e início do século XIX (o exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e porto Feliz – 1798-1828/29)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1962. (Doutorado em História)

FILHO, Luís Viana. A Missão Carson e o Melhoramento dos engenhos baianos. *Revista Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ano 16, v.37, jun. 1946, p.p. 66-68.

FILHO, Miguel Costa. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais*, Rio de Janeiro, IAA, 1963.

_____. Engenheiros Centrais e Usinas, *Revista do Livro*, Rio de Janeiro. Pp. 83-91.

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2006.

FILIPPINI, Elizabeth. *Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial Barão de Jundiá (1887-1950)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1990. (dissertação de mestrado).

FRAGOSO, José Luis Fragoso. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920). Um estudo das relações não capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1983.

----- Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro, 2ª ed., 1998.

FRAGOSO, José Luis Fragoso, e Florentino, Manolo Garcia. *O Arcaísmo Como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 ec. 1840*. Sette Letras, 1993.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3ª ed., São Paulo, Kairós, 1983.

FREITAS, José Luis de. *Família e Domicílio: uma proposta de categorização*. Mimeo, s/d.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 36ª ed., Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 1999.

FULLER, Claudia. *Pequenos Agricultores numa Economia Açucareira e Exportadora: Campinas, 1820-1840*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1995.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1979.

HENRY, Louis. *Técnicas em Demografia Histórica*. Lisboa, Gradiva, 1988.

GADELHA, Regina Maria D Aquino, *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850/ 1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. São Paulo, FFLCH, USP, 1982. Tese de doutorado.

GAMA, Ruy. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1983.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

GNACCARINI, J. C., *Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira no Estado de São Paulo*. Tese de doutorado, FFLCH, USP

GODOY, Marcelo Magalhães. *No País das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. São Paulo, FFLCH/USP, 2004. (Doutorado em História)

GONÇALVES, Paulo César. *Migração e Mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2006.

GRAHAM, Richard, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.

HEREDIA, B., *Formas de dominação e espaço social: a modernização da indústria canavieira em Alagoas*.

HERRMANN, Lucila, *Evolução da estrutura social de Guaratingüetá num período de trezentos anos*, São Paulo, IPE/USP, 1986.

História em Debate: Problemas, Temas e Perspectiva. Anais do XVIº Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1991.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções 1789-1848*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *A Era do Capital 1848-1875*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *A Era dos Impérios 1875-1914*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. *Monções*. São Paulo, Brasiliense, 2.000.

_____. *Caminhos e Fronteiras*, 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. “São Paulo”, Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. 5ª ed., São Paulo, Difel, 1985, pp. 415-472, TII, V. 2.

----- Do Império à República, *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ª ed., São Paulo, Difel, 1985, T II, V. 5.

HOLLOWAY, Thomas. Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915. *Estudos Econômicos*, V. 2, 1972, pp.145-180.

_____, *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886_1934)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889)*, São Paulo, IEB-USP, 1972.

JAMBEIRO, Marisia de Brito. *Engenhos de Rapadura: racionalização do tradicional numa sociedade em desenvolvimento*. São Paulo, 1973.

KLEIN, Herbert. *A Escravidão Africana: América Latina e Caribe*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

KUSNESOF, Elizabeth. “A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700 -1980)”. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17, pp. 37-63, 1988-89.

LAMEGO, Alberto, Viagens de um observador Brasileiro no século passado, *Revista Brasil Açucareiro*, vol. XIX, Rio de Janeiro, 1941.

LAMOUNIER, M. L. *Da escravidão ao trabalho livre (a lei de locação de serviços de 1879)*. Campinas, Papiros, 1988.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LASLETT, Peter. "Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental." In MARCÍLIO, Maria Luiza. *População e História*. Petrópolis, Vozes, 1984.

LE GOFF, Jacques. (Org.), *A História Nova*, São Paulo, Martins Fontes, 1995.

LENHARO, Alcir, *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1842*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte; Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LIMA, Heitor Pereira, *História da produção açucareira paulista*, Diários Associados, Edição especial dedicada ao açúcar, São Paulo, 12 de janeiro de 1956.

LIMA, G. C. B. *Dicionário Geográfico do Estado de São Paulo*. São Paulo, IBGE, Bol. N. 2, 1943.

LINHARES, Maria Iedda. *História do Abastecimento: uma problemática em questão*. Brasília, 1979.

----- . Subsistência e Sistemas Agrários na Colônia: uma discussão. *Estudos Econômicos*, 13, número especial, 1983, pp. 745-62.

----- . História Agrária. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, Elsevier/Campus, 1997.

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*, São Paulo, Brasiliense, 1995.

LOBO, Maria Lahmeyer, *A imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 2001.

LOPES, José Sergio Leite, *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*, Rio de Janeiro paz e Terra, 1978.

LUNA, Francisco Vidal e Klein, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo: Edusp, 2005.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. 2ª ed., São paulo, Alfa-Omega, 1975.

KLEIN, Herbert. *A Escravidão Africana: América Latina e Caribe*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

MAKINO, Miyoko. *Jundiá: povoamento e desenvolvimento*. São Paulo, FFLCH/USP, Dissertação de mestrado em História.

MAKINO, Miyoko. Contribuição ao estudo da legislação sobre núcleos coloniais no período imperial. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXV, São Paulo, USP, 1971-1974, pp. 79-130.

MALERBA, Jurandir. *Os Brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá-PR, Editora da UFM, 1994

MARCONDES, Renato Leite. O evoluer demográfico e econômico nos espaços fluminenses (1780-1840), *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, nº 2, pp. 235-270, mai./ags., 1995.

_____. *A Arte de Acumular na Geração da Economia Cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. São Paulo, FEA-USP, 1998. (Tese de Doutorado).

----- e José Flávio Motta. *A Família Escrava em Lorena e Cruzeiro (1874)*, 2001 (Mimiografado)

MARSON, Isabel. “Trabalho livre e progresso”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 7, 1974.

MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, São Paulo, Pioneira, 1973.

----- . *O Cativo da Terra*, 7ª ed., São Paulo, Hucitec, 1998.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*, In Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa (Org.), *História Econômica da Independência e o do Império*, São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2ª ed., 2002, pp. 99-129.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MATOS, Odilon Nogueira de, *Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da Cultura cafeeira*, São Paulo, Alfa Omega, 1974.

----- . “ Vias de comunicação” . In *H.G.C.B., O Brasil Monárquico, T II, v. 4 , Declínio e Queda do Império*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Acces, 1994.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

MEIRA, Roberta Barros. *Bangüês, Engenhos Centrais e Usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação as políticas estatais (1875-1941)*. São Paulo, FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

MELLO, Evaldo Cabral. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*, 10ª ed., Campinas, IE, 1998.

- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895*, São Paulo, 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1990.
- MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas do Sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição (1830-1888)*. São Paulo, Editora da Unesp, 2003.
- MEYER, Jean, *Histoire du sucre*.
- MILLIET, Sérgio. O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo. *Boletim Geográfico*, 9, 97, abril de 1957.
- MONT' ALEGRE, Um século na história do açúcar. (Brasil-Cuba 1760/1860). *Revista Brasil Açucareiro*, junho, 1969, pp 22-66.
- MONBEIG, Pierre, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, São Paulo, HUCITEC – POLIS, 1984.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas e Conflitos na São Paulo restaurada: Formação e Consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*.
- MORENO FRAGIANLS, Manuel. *O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*, São Paulo, Unesp-Hucitec, 1988, 3 volumes.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, São Paulo, FAPESP/ANNABLUME, 1999.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói, EdUFF, 2008.
- MOURA, Denise A. Soares. *Saindo das sombras : homens livres no declínio do escravismo*. Campinas, Unicamp, 1998.
- MOURA, Margarida. *Os herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- NAZZARI, Muriel. “Dotes Paulistas: composição e transformações (1600-1870). In *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17, pp. 87-100, 1988-89.
- NEME, Mário. Aposseamento do Solo e Evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba. *Coleção Museu Paulista*, São Paulo, 1974, v. 1. (Série História)
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 7ª ed., São Paulo, Hucitec, 2001.
- OLIVEIRA, Lelio Luiz de. *As transformações da riqueza em Franca no século XIX*, Franca-SP, FHDSS/UNESP. (Dissertação de Mestrado)
- OLIVEIRA, Lelio Luiz de. *Heranças Guardadas e Transições Ponderadas: história econômica do interior paulista, 1890-1920*. Franca-SP, UNESP/FACEF, 2006.
- OLIVEIRA, Roberson Campos de. *Agricultura e Mercado Interno, São Paulo, 1850-1930*. São Paulo, FFLCH/USP, 1993. Dissertação de Mestrado.

PANG, Eul Soo. *O Engenho Central de Bom jardim na Economia Baiana, alguns aspectos de sua história (1875-1891)*, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, IHGB, Rio de Janeiro, 1979.

------. *A Tecnologia e a Escravocracia no Brasil do século XIX*, 1977. (Mimiografado).

PASIN, José Luís. *Os Barões do café: Titulares do Império no Vale do Paraíba Paulista*, Aparecida-SP, Vale Livros, 2001.

PERES, Maria Thereza Miguel. *O colono de cana na modernização da Usina Monte Alegre: Piracicaba 1930-1950*. São Paulo, PUC, 1990. (Mestrado em História)

PERUCCI, Gadiel, *A República das Usinas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

PESTANA, Paulo R., *A evolução da lavoura canavieira em São Paulo*, São Paulo, 1920.

PETRONE, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 – 1851)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

PRADO, Maria Emília. *Em Busca do Progresso: os engenhos centrais e a modernização das unidades açucareiras no Brasil*. Rio de Janeiro, Papel Virtual Editora, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo. *Geografia* 1 (1), 1935.

------. *História Econômica do Brasil*, 13ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1970.

------. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 13ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1973.

------. História Quantitativa e Método da Historiografia, *Debate & Crítica*, Julho de 1975.

PUPO, Celso Maria de Melo. *Campinas, município do Império: fundação, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo, Imprensa Oficial, 1983.

QUEDA, Oriovaldo,. *A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista*. São Paulo, FFLCH/USP, 1972. (tese de doutorado).

QUEIRÓZ, Carlota Pereira de. *Vida e Morte de Um Capitão-Mor*, São Paulo, Governo do Estado, 1969.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de, Algumas notas sobre o lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXI, 1967, pp 109-277.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1999.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS, Paulo Pereira dos. *O Caminho Novo da Piedade no nordeste da Capitania de São Paulo*, São Paulo, Conselho Estadual da Cultura, 1971.

_____. *Lorena nos séculos XVII e XVIII*, São Paulo, Fundação Nacional do Troperismo, 1988.

RICCI, Fábio, *origens e aspectos do Desenvolvimento das Indústrias Têxteis no Vale do Paraíba Paulista na República Velha*. São Paulo, FFLCH/USP, 2002. (Tese de Doutorado)

RODRIGUES, Antônio da Gama. *O Conde de Moreira Lima*, São Paulo, Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro, 1942.

_____. *Gens Lorenensis*, Lorena, HL2, 2002.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Ed. Unicamp, Cecult, 2000.

------. *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, José Honório. A Literatura Brasileira sobre o açúcar no século XIX. *Revista Brasil Açucareiro*, vol. XIX, ano X, 1942.

------. Notas à literatura brasileira sobre o açúcar no século XIX. *Revista Brasil Açucareiro*, novembro, 1945, pp. 56-60; dezembro, 1945, pp. 61-66.

------. Alguns reformadores da economia açucareira no século XIX. *Revista Brasil Açucareiro*. Janeiro, 1946, pp. 81-84.

------. A revolução industrial açucareira. *Revista Brasil Açucareiro*. Fevereiro, 1946, pp81-85; março, 1946, pp. 35-39; abril, 1946, pp. 103-107.

ROSS, Jurandir Luciano Sanches & MOROZ, Isabel Cristina. *Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo*. São Paulo, FFLCH/USP/IPT/FAPESP, 1997.

SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira. (Um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo – 1850-1930)*. São Paulo, FFLCH/USP, Doutorado em Sociologia, 1979.

SALLUM Jr., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura: oeste paulista (1888-1930)*. São Paulo, Duas Cidades, 1982.

SAMARA, Eni de Mesquita. O papel do Agregado na Região de Itu (1780-1830). São Paulo, *Museu Paulista*, 1977, pp. 11-121.

------. *A Família na Sociedade Paulista do século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1980. Tese de Doutorado.

------. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo, Edusp, 2005.

------. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, século XIX*. São Paulo, Editora Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

------. A História da Família no Brasil. In *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17, pp. 7-35, 1988-89.

SAMPAIO, Sílvia Selingardi. *Geografia Industrial de Piracicaba: um exemplo de interação indústria - agricultura*. São Paulo, USP, Instituto de Geografia, 1976.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho Moraes. *Nordeste, Açúcar e Poder*. Recife, UFPE, 1989. (Mestrado em História)

SANTOS, Lenalda Andrade. *A Oligarquia açucareira e crise: Sergipe (1855-1890)*. Niterói, UFF, 1979. (Mestrado em História)

SAWYER, Frédéric. *Estudo sobre a indústria açucareira no Estado de São Paulo*. 2^a ed., 1908, São Paulo.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

------. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru-SP, Edusc, 2001.

SILVA, Sergio, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SINGER, Paul, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, São Paulo, Nacional e Edusp, 1968.

SLENES, Robert. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Revista de Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, pp 117-50, 1983.

------. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

------. Senhores e subalternos no oeste paulista. . In Fernando Novais (Cord. geral.) e Luiz Felipe de Alencastro (Org. do volume) *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra e Transição: estudo da formação da propriedade da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo, 1990.

SOARES, Alcides Ribeiro. *Um Século de Economia Açucareira: evolução do açúcar em São Paulo*, São Paulo, Cliper Editora, 2000.

SOBRINHO, Alves Motta. *A civilização do café*. 3^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1978.

SOBRINHO. Julio Brandão. *A Lavoura da Canna e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense*. São Paulo, Typographia Brazil de Rothschild & Co, 1912.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Fatos e Personagens em Torno de um Regime*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1988.

SOUZA, Francisco Eduardo Pires. *A evolução das técnicas produtivas no século XIX: o engenho de açúcar e a fazenda de café no Brasil*. Campinas, IE Unicamp, 1978. (Mestrado em Economia)

SOUZA, Jonas Soares. O Engenho central de Porto Feliz (subsídios para o estudo dos Engenhos Centrais do Brasil do século XIX). *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXV, São Paulo, USP, 1971-1974, pp. 23-43.

----- . *Imigração e colonização em um município açucareiro*. São Paulo, FFLCH- USP, 1977. Dissertação de mestrado.

----- . *Uma empresa pioneira em São Paulo: o engenho central de Porto Feliz*. São Paulo, USP/ Museu Paulista, 1978.

----- . *Engenho e Técnica: Legislação sobre engenhos centrais, 1875-1910*. São Paulo, Museu Paulista, 2000.

SPINDEL, C. R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

SUBRINHO, Josué Modesto de Castro. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Campinas, IE/Unicamp, 1983. (Mestrado em Economia)

----- . *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe 1850-1930*. Campinas, IE/Unicamp, 1992. (Doutorado em Economia)

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, 1961.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Agrarian bourgeoisie, regional government and the origins of São Paulo's modern sugar industry, 1870-1930. *Cadernos IG/ Unicamp*, v. 2, n. 1, 1992.

SZMRECSÁNYI, Tamás & Veiga e Filho, Alceu Arruda. "O ressurgimento da lavoura Canavieira em São Paulo na Primeira República, 1890-1930." *Travesía*, Nº 2, Primeiro semestre de 1999, pp. 67-81 (Tucumán/Argentina), 1999.

TERCI, Eliana Tedeu. *Agroindústria Canavieira de Piracicaba: relações de trabalho e controle social, 1880-1930*. São Paulo, PUC/SP, 1991, (dissertação de mestrado).

VASSILIEFF, Irina. *A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a democracia rural*. São Paulo, FFLCH-USP, 1987. (Tese de doutorado).

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. *O engenho Central de Quissaman (1877/78-1904)*. São Paulo, FFLCH, USP, 1981. (Tese de doutorado)

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Edusp, 1951.

ZEQUINI, Anicleide. *O quintal da fábrica: a industrialização pioneira do interior paulista – Salto –SP, séculos XIX e XX*. São Paulo, FAPESP/ANNABLUME, 2004.

ANEXOS

ACIONISTAS DA COMPANHIA AÇUCAREIRA DE PORTO FELIZ , 1878					
Nº	Acionistas	ações	Nº	Acionistas	Ações
1	Des. Bernardo Avelino Gavião	50	48	Joaquim Paes de Almeida Moraes	5
2	Barão de Três Rios	50	49	José ferreira da Silva Braga	5
3	Antonio de Paula Leite de Barros	50	50	Vigário José Isidro Rodrigues	5
4	Joaquim Antonio da Silva Camargo	25	51	Francisco Martins de S. Mello	5
5	Luis Teixeira da Fonseca	25	52	Joaquim Ferraz de Sampaio	5
6	Salvador Corrêa de Moraes	25	53	Antonio de Paula Leite Filho	5
7	Antonio Manoel de Arruda Abreu	25	54	Antonio Coelho Prestes	5
8	Dr. Joaquim de Carlos Travassos	25	55	Antonio Joaquim de Souza	5
9	Frederico Brand	25	56	Tenente Francisco Antonio Nogueira Bauman	5
10	Francisco Antonio da Fonseca	25	57	Jorge Estetner	5
11	Delfino Antonio de Carvalho	25	58	Jorge Hypolito Fernandes	5
12	Patrocínio Teixeira da Fonseca	20	59	José leite de Arruda	5
13	Baronesa da Limeira	20	60	Americo Boaventura de Almeida	5
14	Barão de Sousa Queiróz	20	61	João Baptista da Silveira Ferraz	5
15	Barão de Porto Feliz	20	62	Luiz Gonzaga de Campos Leite	5
16	José Fernando Bastos	15	63	Caetano Alves Rodrigues	5
17	Dr. Bento de Paula Sousa	15	64	Joaquim Manoel de Arruda Alvim	5
18	Luis Antonio de Carvalho	10	65	João Gomes de Andrade	5
19	Dr. Paulo de Sousa Queiróz	10	66	Luiz Antonio de Souza Ferraz	5
20	Dr. Vicente de Sousa Queiróz	10	67	Manoel Alves de Lima	5
21	Dr. Antonio Manoel de C. Mello Filho	10	68	Horacio de Almeida Nobre	5
22	Carlos Teixeira de Carvalho	10	69	Manoel Antonio do Amaral Carvalho	5
23	Dr. Antonio Francisco de Aguiar Barros	10	70	Antonio Dias de Aguiar	5
24	Lucas Queiróz de Assumpção	10	71	José Raphael de Almeida Leite	5
25	João de Padua Mello	10	72	João Baptista de Souza Ferraz	5
26	Dr. José Manoel de Arruda Alvim	10	73	Tristão Pires de Almeida	2
27	José Martins Fernandes Bastos	10	74	Francisco Celestino M. Russo	2
28	João Kuns	10	75	Candido José Cardoso	2
29	D. Maria Estetner	10	76	Manoel Augusto das Chagas	2
30	Joaquim Antonio Fernandes	10	77	Antonio Augusto de Almeida	2
31	José Manoel Antunes	10	78	Francisco Nobrega da Cruz	2
32	Manoel Floriano de Toledo	10	79	Ernesto Fernades de Camargo	2
33	Francisco Ferraz de Amaral Gurgel	10	80	Antonio Roiz de Campos Leite	1
34	Joaquim Alves Rodrigues Natel	10	81	Antonio Galvão de Miranda	1
35	Coronel José Pinto Ferraz	10	82	José Kersch de Camargo	1
36	Francisco João ribeiro	10	83	Vicente de Paula de Almeida	1
37	Francisco Antonio de Carvalho	10	84	João Rodrigues Leite	1
38	Manoel Bernardino de Almeida Lima	10	85	Antonio Secle	1
39	D. Anna de Almeida Lima	10	86	Antonio Bove	1
40	José Vicente Nunes	6	87	José Pinto da Penha	1
41	Domingos Viegas Muniz	5	88	Cristiano Kuns	1
42	Dr. Antonio Joaquim de Carvalho	5	89	Pedro Kersch de Camargo	1
43	José Gabriel de Carvalho	5	90	Antonio Valentim Simões	1
44	Joaquim Viegas Muniz	5	91	João Ferraz da Veiga	1
45	Salvador Floriano de Toledo	5	92	José Corrêa Leite de Siqueira	1
46	Bernardino Rodrigues Vieira	5	93	Vicente Ferreira Bueno	1
47	José Esmedio Paes de Almeida	5	94	Francisco Fiakaroni	1

Fonte: Accionistas da Companhia Assucareira de Porto Feliz. Estatutos da Companhia Assucareira de Porto Feliz. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger & Filhos, 1877. Jonas Soares de Souza, *Op. cit.*, XXIV. Sílvio Carlos Bray, *Op. cit.*, p. 70.

ACIONISTAS DA COMPANHIA ENGENHO CENTRAL DE LORENA (31/12/1885)		
Valor de cada ação, 200\$000: entradas todas realizadas		
Nº	Acionistas	Ações
1	Visconde de Moreira Lima	542
2	Barão de Castro Lima	475
3	Comendador Arlindo Braga	280
4	Comendador Francisco de Paula Vicente de Azevedo	244
5	Dr. Antonio Rodrigues Azevedo Ferreira	208
6	D. Angelina Moreira de Azevedo	100
7	Rocha, Brachado & Comp	60
8	Comendador Custodio Vieira da Silva	50
9	Gonçalves Roque & Comp.	50
10	José Joaquim Teixeira de Valença	50
11	D. Anna Rosa Serapião	47
12	Antonio José de Faria Brandão	40
13	Belmiro Antonio da Silva Rosa	25
14	Carlos de Almeida Magalhães	25
15	Cornelio & Comp	20
16	Comendador João Antonio Mendes Totta	20
17	Barão de Ipanema	20
18	Souza Breves & Josué	20
19	Dr. Francisco machado Pedroza	20
20	Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo	20
21	D. Anna Marcondes de Moura	17
22	D. Maria Leopoldina de Azevedo Ferreira	13
23	Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro	10
24	Monteiro Junior & Comp	10
25	Arthur de Campos Freitas	10
26	Antonio Luiz Ferreira de Carvalho	10
27	Antonio Joaquim de Carvalho Lima	10
28	João Antunes de Macedo	10
29	Manoel de Silva Leitão	10
30	Luiz Antonio Garcia Junior	10
31	Viuva Borges & Genros	10
32	D. Etelvina de Castro	10
33	Adolpho Schmidt	10
34	Francisco Marques de Oliveira	5
35	Pedro José Figueira	5
36	Francisco Joaquim Pedrozo	5
37	Joaquim Vieira de Moura	5
38	Bruno Augusto da Silva Ribeiro	5
39	D. Mariana Moreira de Castro Paiva	5
40	Antonio José de Mattos	5
41	Antonio Machado da Silva	5
42	João Antonio Vieira	4
total		2.500

Fonte: Relatório Apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena, na Sessão Ordinarias de 1886, pelos seus Administradores Arlindo Braga e Francisco de Paula Vicente de Azevedo. São Paulo, Typographia King, 1886.

CREDORES EM DEBENTURES DA COMPANHIA AÇUCAREIRA DE PORTO FELIZ, 1887			
1	Major Francisco da Silva Vidal*	304	30:400\$000
2	Victor Renninghussen*	210	21:000\$000
3	Barão de Ipanema*	168	16:800\$000
4	Jorge Fatan*	147	14:700\$000
5	Dr. Theodoro Ochs*	102	10:200\$000
6	Souza F. e Companhia*	67	6:700\$000
7	Arthur M. Gull*	59	5:900\$000
8	José Ignacio Guedes de Figueiredo*	59	5:900\$000
9	Antonio José Alves de Andrade*	50	5:000\$000
10	Dr. Ricardo Lange*	50	5:000\$000
11	Dr. Marcos Cavalcanti*	46	4:600\$000
12	Antonio Francisco Pinto*	40	4:000\$000
13	Joaquim Alves Rodrigues Jr.*	32	3:200\$000
14	José Correa Cardoso Monteiro*	30	3:000\$000
15	Manoel Machado Jorge*	28	2:800\$000
16	M. J. Gomes de Mattos*	22	2:200\$000
17	José da Costa Reis*	22	2:200\$000
18	João Lourenço Fernandes de Aguiar*	20	2:000\$000
19	Guimarães Machado. Pitta*	12	1:200\$000
20	Dr. André Paturau*	100	10:000\$000
21	Dr. Ricardo Lange*	93	9:300\$000
22	Dr. A. de Campos Toledo	5	500\$000
23	Luiz Antonio de Carvalho	23	2:300\$000
24	Barão de Souza Queiróz*	29	2:900\$000
25	Dr. Adolpho Affonso Gordo*	29	2:900\$000
26	Antonio de Paula Leite de Barros*	48	4:800\$000
27	Dr. Fernando Paturau*	100	10:000\$000
28	Dr. Prudente José Moraes Barros*	46	4:600\$000
29	Dr. Fernando Dumolin*	100	10:000\$000

30	Candido Guimarães*	93	9:300\$000
31	Manoel José da Graça Teixeira*	50	5:000\$000
32	Frederico Brand*	19	1:900\$000
Total		2.123	212:300\$000

*Formadores da nova Companhia, mais os Dr. João Nepomuceno Nogueira da Motta (400\$000) e Francisco Antonio de Carvalho (5\$930), Joaquim Olavo de Carvalho (35\$000), Antonio José de Assumpção (604\$480).

Fonte: Acta da reunião dos credores de 12 de setembro de 1887. fls 103-108.

ACIONISTAS DAS SUCRERIE DE PIRACICABA, VILLA RAFFARD, LORENA E PORTO FELIZ (1901)										
Subscritores	Domicilio	Atividade	Piracicaba		Villa Raffard		Lorena		Porto Feliz	
			Ações	Capital	Ações	Capital	Ações	Capital	Ações	Capital
Henry Durocher	Paris	Engenheiro	7.500	750.000	7.000	700.000	1.000	100.000	1.000	100.000
Fernand Doré	Troyes	Industrial	5.000	500.000	4.000	400.000	5.000	500.000	2.000	200.000
Maurice Allain	Pariz	Negociante	4.000	400.000	3.000	300.000	2.000	200.000	2.000	200.000
Conde de Bertier de Sauvigny	Paris	Proprietário	2.000	200.000	1.000	100.000	3.000	300.000	2.000	200.000
Marins Acquié	Lille	Industrial	1.000	100.000	-	-	-	-	-	-
Edmond Steinheil	Paris	Engenheiro	1.000	100.000	-	-	-	-	1.000	100.000
Ferdinand Greyenbiehl	Paris	Negociante	1.000	100.000	300	30.000	1.000	100.000	500	50.000
Gustave Doré	Pontoise	Aposentado	500	50.000	-	-	-	-	-	-
Pierre Hiriart	Paris	Banqueiro	-	-	500	50.000	-	-	-	-
Raoul Noguès	Paris	Legista	-	-	200	20.000	-	-	-	-
Theophile Grenet	Paris	Negociante	-	-	-	-	-	-	500	50.000
Edmund Avisse	Paris	Engenheiro da Fives-Lille	-	-	-	-	500	50.000	500	50.000
Alfredo Meynier	Paris	Engenheiro	-	-	-	-	-	-	500	50.000
Henry Huguenot	Troyes	Negociante	-	-	-	-	1.500	150.000	-	-
Jean Longarre	Paris	Antigo administrador judicial	-	-	-	-	1.000	100.000	-	-
Alfred Allain	Paris	Negociante	-	-	-	-	500	50.000	-	-

Total			22.000	2.200.000	16.000	1.600.000	10.000	1.000.000	10.000	1.000.000
-------	--	--	--------	-----------	--------	-----------	--------	-----------	--------	-----------

Fonte: Decreto 3.330 de 04 de julho de 1899. Decreto 3.333 de 04 de julho de 1899. Decreto 4.090 de 22 de julho de 1901. Decreto 4.092 de 22 de julho de 1901. LRB

